



# HÉLADE

## FENÍCIOS





**HÉLADE**

VOLUME 5, NÚMERO 2 - NOVEMBRO DE 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA (IHT)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS DE REPRESENTAÇÕES E DE IMAGENS DA ANTIGUIDADE (NEREIDA)**

**REVISTA HÉLADE - ISSN: 1518-2541**

Ano 5, Volume 5 - Número 2

Novembro de 2019

**EDITORES**

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes (UFF)  
Prof. Dra. Adriene Baron Tacla (UFF)  
Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)  
Prof. Dra. Talita Nunes Silva Gonçalves (UFF)

**ASSISTENTES DE EDIÇÃO**

Prof. Thaís Rodrigues dos Santos (UFF)  
Prof. Geovani dos Santos Canuto (UFF)  
Prof. Ms. Beatriz Moreira da Costa (UFF)

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dra. Ana Lúvia Bomfim Vieira (UEMA)  
Prof. Dra. Monica Selvatici (UEL)  
Prof. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano (USP)  
Prof. Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)  
Prof. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)  
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)  
Prof. Dr. Fábio Favarsani (UFOP)  
Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)  
Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (UFES)  
Prof. Dr. José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

**CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Prof. Dr. Alvaro Hashizume Allegrette - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)  
Prof. Dr. Antonio Brancaglion Júnior - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Prof. Dr. Andrés Zarankin - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Sir Barry Cunliffe - Universidade de Oxford (Inglaterra)  
Prof. Dra. Elaine Hirata - Universidade de São Paulo (USP)  
Dr. Elif Keser Kayaalp - Universidade Mardin Artuklu (Turquia)  
Prof. Dr. Fábio Duarte Joly - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
Prof. Dr. João Lupi - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Prof. Dra. Luciane Munhoz de Omena - Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Prof. Titular Lynette G. Mitchell - Universidade de Exeter (Inglaterra)  
Prof. Dra. Márcia Severina Vasques - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Prof. Dra. Maria Aparecida de Oliveira Silva - Universidade de São Paulo (USP)  
Prof. Dra. Margarida Maria de Carvalho - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Franca)  
Prof. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos - Universidade de São Paulo (USP)  
Prof. Dra. Maria de Fátima Sousa e Silva - Universidade de Coimbra (Portugal)  
Prof. Dra. Maria Isabel d'Agostino Fleming - Universidade de São Paulo (USP)  
PD Dr. Philipp W. Stockhammer - Universidade de Heidelberg (Alemanha)  
Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
Prof. Dra. Violaine Sebillotte Cuchet - Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne  
Professor Emérito Wolfgang Meid - Universidade de Innsbruck (Áustria)

A responsabilidade pelas opiniões emitidas, pelas informações e ideias divulgadas são exclusivas dos autores.

*Imagem de capa:*

Exemplar de “placa fenícia clássica” (900-700 a.C.) encontrada no North West Palace (Well NN), Nimrud, Assíria (atual Norte do Iraque) que compõe o famoso par de painéis de leões matando um jovem. A cena ocorre em um campo de flores de lótus e papiro. No fundo floral, com incrustações finas de lápis lazuli, foi aplicada inicialmente uma folha de ouro, com a sobreposição, obteve-se o efeito similar ao de pedras preciosas colocadas em *cloisons* de ouro. *British Museum*, London. O segundo exemplar foi roubado do Museu do Iraque na ocasião da invasão americana em 2003.

*Picture by M0tty | (CC BY-NC-SA 4.0)*

*Indexadores:*



periodicos.

latindex

AWOL - THE ANCIENT WORLD  
ONLINE

ISSN 1744-2311





## EDITORIAL

OS FENÍCIOS: PARA ALÉM DE UMA VISÃO EUROCÊNTRICA DO MEDITERRÂNEO ANTIGO .....	p. 6
<i>Maria Cristina Nicolau Kormikiari</i>	

## DOSSIÊ: FENÍCIOS

QUEM ERAM OS FENÍCIOS? OU DA CRISE IDENTITÁRIA NA ACADEMIA DO SÉCULO XXI .....	p. 13
<i>Maria Cristina Nicolau Kormikiari</i>	

WHO WERE THE PHOENICIANS? OR THE IDENTITY CRISIS IN THE 21ST CENTURY ACADEMY .....	p. 35
<i>Maria Cristina Nicolau Kormikiari</i>	

NEAR EASTERN COLONIES AND CULTURAL INFLUENCES FROM MOROCCO TO ALGERIA BEFORE THE CARTHAGINIAN EXPANSION: A SURVEY OF THE ARCHAEOLOGICAL EVIDENCE .....	p. 57
<i>Eleftheria Pappa</i>	

A ROTA DO ESTANHO: GADIR E O COMÉRCIO FENÍCIO NO NOROESTE DA IBÉRIA (SÉCULOS IV – II A.C.) .....	p. 83
<i>Eduardo Ferrer-Albelda; Francisco J. García Fernández; Antonio M. Sáez Romero; Javier Rodríguez-Corral; Pedro Albuquerque</i>	

THE ROUTE OF THE TIN: GADIR AND THE PHOENICIAN TRADE IN THE NORTHWEST OF IBERIA (4th – 2nd CENTURIES BC) .....	p. 118
<i>Eduardo Ferrer-Albelda; Francisco J. García Fernández; Antonio M. Sáez Romero; Javier Rodríguez-Corral; Pedro Albuquerque</i>	

A PRESENÇA FENÍCIA NO SUDOESTE IBÉRICO: INTERAÇÕES CULTURAIS, “MEDITERRANIZAÇÃO” E REFORMULAÇÃO DE IDENTIDADES NOS SÉCULOS VIII – V a.C. ....	p. 152
<i>Ronaldo G. Gurgel Pereira</i>	

HÉRACLES/MELQART: A FACE GREGA DE UMA DIVINDADE FENÍCIA .....	p. 169
<i>Rodrigo Araújo de Lima</i>	

HERAKLES/MELQART: THE GREEK FAÇADE OF A PHOENICIAN DEITY .....	p. 186
<i>Rodrigo Araújo de Lima</i>	

RESTITUTA VETERE LOCORUM: AS LOCALIZAÇÕES E AS APROPRIAÇÕES DAS CASSITÉRIDES NUMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA .....	p. 201
<i>Pedro Albuquerque</i>	
<i>Eduardo Ferrer Albelda</i>	

OS FENÍCIOS NO “DIÁRIO DA GUERRA DE TROIA” ..... p. 229  
*Gelbart Souza Silva*



THE KING IS DEAD. LONG LIVE THE KING!  
THE SEMIOTICS OF POWER TRANSITION IN THE LMLK  
STAMPED AND THE CONCENTRIC-CIRCLES INCISED  
JUDAHITE JAR HANDLES ..... p. 247  
*Jorge Luiz Fabbro da Silva*

RESENHA: IN SEARCH OF A MYTH? A REVIEW OF  
JOSEPHINE QUINN’S BOOK ..... p. 269  
*Geovani Canuto*

**TEMA LIVRE**

RELACIONANDO MAGIA E GÊNERO NA GRÉCIA ANTIGA:  
CIRCE E MEDEIA COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
FEITICEIRAS NA ATENAS CLÁSSICA (SÉCULO V A.C.) ..... p. 281  
*Stéphanie Barros Madureira*

EROTISMO, RITUALIDAD Y REGENERACIÓN EN LA ICONOGRAFÍA  
DE LAS TUMBAS TEBANAS PRIVADAS DE LA DINASTÍA 18 ..... p. 301  
*Silvana Fantechi*

FESTIVAIS DIONISÍACOS NA ÁTICA (I):  
DIONÍSIAS RURAIS E LENEIAS ..... p. 317  
*Rafael Guimarães Tavares da Silva*



## OS FENÍCIOS: PARA ALÉM DE UMA VISÃO EUROCÊNTRICA DO MEDITERRÂNEO ANTIGO

*Maria Cristina Nicolau Kormikiari*<sup>1</sup>

Passados mais de dois séculos do início moderno dos estudos sobre os fenícios, eles ainda possuem uma aura de mistério. Para o senso comum, são vistos como intrépidos navegantes, hábeis comerciantes, os inventores do alfabeto e são mormente associados ao território moderno do Líbano, no Oriente Médio.

Para a academia, ainda se configuram como uma questão historiográfica complexa, sobre quem restam mais dúvidas que certezas, a menor delas não sendo a exaustivamente debatida questão da existência ou não do sacrifício infantil entre fenícios e seus descendentes<sup>2</sup>.

Em um texto meu de 2012, *Novas abordagens no mundo colonial antigo: um estudo de caso em Arqueologia da Paisagem na Sardenha púnica*, mostrei como estudiosos consagrados da área acreditam que o primeiro caminho a ser percorrido é o da criteriosa reconstrução historiográfica dos estudos fenícios. Assim, Corinne Bonnet e Véronique Krings, em 2006, discutiram os caminhos históricos da ciência ocidental moderna mostrando que esta, na verdade, vinha reproduzindo, principalmente a partir do século XIX, concepções estabelecidas em contextos históricos distintos.

*Editorial*

1 Docente em Arqueologia Clássica no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pesquisadora e co-coordenadora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca-MAE/USP). No seu pós doc realizou estágio no Centre Camille Julian, da Université de Provence, em Aix-en-Provence, França. Para consultar demais publicações da autora: <https://usp-br.academia.edu/CristinaKormikiari>. E-mail: [tanit@usp.br](mailto:tanit@usp.br).

2 Para uma análise detalhada e atualizada da questão, ver (KORMIKIARI, 2017).



Mais recentemente, Josephine Quinn (2018)<sup>3</sup> retomou a questão abrindo o leque para a análise da construção conceitual e imagética dos fenícios desde a própria Antiguidade, a partir de Homero.

Os Estudos Clássicos iniciam sua trajetória no limiar do Renascimento. É preciso dizer que se passarão séculos até estes alcançarem os povos ao Oriente, mas vejamos como essa história começa e se desenrola, e quando, finalmente, os fenícios surgem como tema de estudo da academia moderna.

No século XIV, as cidades são cada vez mais numerosas e povoadas, a nova classe burguesa e nova nobreza ascendente “patrocinam” os estudos humanistas (TRIGGER, 2011 (1989)). Procuram justificar as mudanças socio-políticas da época e suas pretensões valorizando o passado glorioso que a Itália teria tido na Antiguidade Clássica. Os estudos mostram que muita coisa havia mudado: social e culturalmente. Passou-se a tentar entender o passado sem julgá-lo a partir dos padrões do presente. A apreciação dos antigos modos-de-vida da Grécia e de Roma, vista por meio da literatura, avançou para os campos da arte e da arquitetura. Nobreza e mercadores italianos rivalizavam uns com os outros em termos de patronos das artes (MOMIGLIANO, 2019 (1990)).

Em 1493 foi aberta à visitação, em Roma, os ambientes da fabulosa *Domus Aurea*, o “palácio de ouro” de Nero, repleta de afrescos decorativos. Até hoje é considerado um dos complexos mais ricos de pintura antiga. Essas pinturas foram copiadas, no início do séc. XVI, por inúmeros artistas renascentistas: Pinturicchio; Marco Polmezzano; Michelangelo; e Rafael, que criou as modernas “grotescas” (*grottesche*).

É nesse contexto que se iniciam as primeiras escavações sistemáticas. Muito mais “cavações” a procura de objetos com alto valor artístico e comercial. Na Itália, artistas como Mantegna passaram a desenhar edifícios, relevos, sarcófagos e outros monumentos que ainda eram visíveis sobre a terra. Tais desenhos eram gravados em placas de cobre e, depois, vendidos pela Europa (TRIGGER, 2019 (1989)). Surgem os Gabinetes de Curiosidades. O alto valor monetário atribuído às peças permitia que apenas pessoas com posses, como os nobres, e os estudiosos por eles patrocinados, tivessem acesso a este tipo de investigação e coleção.

Assim, Sir William Hamilton (1730-1803), embaixador britânico em Nápoles, formou uma imensa coleção de cerâmica grega pintada, a qual foi adquirida pelo Museu Britânico. Seu livro *Antiquités Etrusques, Grecques et Romaines*, publicado em 1766-1767, inspirou o ceramista Josiah Wedgwood a

<sup>3</sup> Vide resenha neste volume.

fabricar peças baseadas nos vasos gregos, etruscos e romanos, os quais até hoje podem ser comprados *online* por preços que facilmente alcançam as dezenas de milhares de dólares!



Afora as cidades do mundo grego e romano que estavam sendo redescobertas no séc. XIX com a Arqueologia, ocorre, igualmente, uma pequena revolução com relação a sociedades conhecidas até então quase exclusivamente pela Bíblia, especialmente a egípcia e a assíria.

Desde o início do antiquariato, pequenas descobertas acidentais, como a que ocorre em 1654, da tumba de um rei franco, ou os estudos sobre os etruscos, patrocinados pela Academia de Crotona, na Itália, deixam entrever um mundo antigo para além dos gregos e dos romanos (cf. TRIGGER, 2011 (1989)).

Alguns poucos viajantes se aventuravam, no século XVII, a atravessar o deserto da Síria, em terras otomanas. O viajante italiano Pietro della Valle, em 1626, levou à Europa alguns tijolos com inscrições cuneiformes. Mas será apenas a partir do século XVIII que veremos a ascensão do desenvolvimento de estudos paralelos ao romano e ao grego. Assim é que:

Retomando o desenvolvimento dos estudos fenício-púnicos, temos que, em relação à egiptologia, à assiriologia, e mesmo aos estudos gregos e romanos, que se iniciam com grande força já na virada do século XVIII para o XIX – no campo da exploração arqueológica, a Fenícia surge em 1860 junto com a Mission de Phénicie de E. Renan, o “primeiro grande homem” desta disciplina; uma missão que se enquadra no conjunto da intervenção militar de Napoleão III em favor dos cristãos maronitas ameaçados pelos drusos, em um contexto histórico onde temos as potências ocidentais ativamente atuando dentro do Império Otomano. Renan interpreta as realidades fenícias que ele encontra a partir de categorias emprestadas aos estudos bíblicos, ou, o que é ainda pior, se inspirando nos textos bíblicos que fustigam a “religião cananéia”, seus ídolos grosseiros, seus locais elevados, seus cultos obscenos e sua prostituição sagrada. Este prisma deformante não ficou totalmente relegado ao passado. A marca de um projeto calculado, um modelo de pensamento escolhido, que lança em segundo plano a história dos e os próprios fenícios, aparece mais claramente ao vermos falhar a ascensão dos estudos fenícios, enquanto campo autônomo, ainda no século XVIII, antes, portanto, de Renan, quando em 1758, o abade J. J. Berthélemy decifrou, a partir de uma inscrição bilingue greco-fenícia de Malta (CIS I 122-122 bis) o alfabeto fenício (KORMIKIARI, 2012, p. 279-80).



A virada do século XVIII para o XIX, marca, assim um conjunto de escolhas acadêmicas que, na verdade, refletem escolhas sociopolíticas de construções identitárias dos nascentes Estados-Nação europeus. As culturas grega, romana e mesmo egípcia (apesar de ‘estrangeira’ à Europa) foram as marcadas como essenciais, uma vez que se constituíram como inspiração, ideológica, conceitual e estética. É notória a paixão e a entrega romântica dos círculos cultos e elitistas do norte europeu em prol da luta pela independência grega frente o Império Otomano, nas primeiras décadas do século XIX. Neste momento tão conturbado, um povo, uma cultura restrita a um pequeno pedaço de terra oriental, sem grandes monumentos ou objetos considerados, então, como da primeira classe artística, como as esculturas de mármore e bronze, ficaram relegados a um papel secundário. São os fenícios: “o próprio Renan não deixa de se queixar da extrema pobreza do que ele encontra no solo fenício e evoca até os oráculos bíblicos contra Tiro para explicar a evanescência de um sítio que escapa à procura” (KORMIKIARI 2012, p. 280).

Na opinião de duas das maiores especialistas da área Corinne Bonnet e Veronique Krings:

A arte e a arquitetura fenícias resistem à apreensão histórica: ecléticas, bastardas, quase inexistentes. A cultura híbrida ou mestiça dos fenícios e púnicos, em oposição à “pureza” do “milagre” grego, é considerada pouco definida, exposta a processos de “porosidade” com as culturas indígenas, ainda mais menosprezadas (KORMIKIARI, 2012, p. 280).

Editorial

O pós II Guerra Mundial trouxe novos ares à academia. Um dos trabalhos mais citados como seminal para o desenvolvimento de novas correntes teóricas foi o livro *Orientalism*, de 1978, de Edward Said.

O grande tema que se desenvolveu, então, e que até hoje tem sido reformulado e modulado na Academia, gira em torno da crítica aos discursos produzidos na Academia a partir da contextualização histórica destes<sup>4</sup>. A análise desses discursos alimentou, no campo da Arqueologia do Mediterrâneo Antigo, a percepção da não existência de culturas superiores e inferiores, da não existência de culturas ‘puras’, intocadas:

.....a semente plantada por Said germinou na redefinição de conceitos como colonização e colonialismo. Alguns pesquisadores, como Peter Van Dommelen ..... aponta que apesar dos fenômenos coloniais receberem muita atenção na Arqueologia Clássica e Mediterrânica, a

4 Edward Said, na verdade, trabalha com o discurso construído sobre o outro, o oriental, nos meios de comunicação ocidentais de massa.



própria noção de colonialismo quase não tem sido questionada. .... Ao mesmo tempo, este fato não livraria pesquisadores, principalmente os ocidentais, formados na cultura européia dos séculos XIX e XX, de um 'contágio' das noções implícitas ao movimento colonialista moderno, em seus tratamentos do fenômeno na Antiguidade....

De maneira análoga, a visão dualista de dois blocos homogêneos e estanques, o dos colonizadores e o dos colonizados, foram revistas, e hoje tenta-se trabalhar com categorias individuais e plurais, dentro das diversas dimensões sociais (classe, gênero, idade), políticas, econômicas e religiosas existentes nas duas ou mais sociedades que entraram em contato durante tais processos coloniais. Assim, as diversas identidades criadas e recriadas em contextos específicos passaram a fazer parte deste novo discurso acadêmico (VAN DOMMELEN e KNAPP, 2010, p. 4-7) (KORMIKIARI, 2012, p.281).

No entanto, gostaríamos de ressaltar aqui que no campo da Arqueologia, podemos citar vários arqueólogos italianos, como Luigi Bernabó Brea, e Rosa Maria Albanese Procelli, que deu importante continuidade à escola estabelecida por Brea, e, nos estudos fenício-púnicos, Sabatino Moscati, Sandro Filippo Bondi, entre outros, que vinham trabalhando estas importantes questões já desde os anos de 1950. Lembramos ainda que, no começo da década de 1960, o Instituto da Magna Grécia, que vem sistematicamente publicando seus encontros na importante coleção *Atti de Taranto*, na Itália, teve como tema de seu primeiro congresso *Greci e italici in Magna Grecia* (1962), lançando um olhar renovado sobre a questão do contato entre povos na Antiguidade.

Aqui no Brasil, entre bons exemplos de abordagens inovadoras, saliento o trabalho do Labeca (Laboratório de estudos sobre a cidade antiga), sediado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, do qual faço parte e no qual vimos, há quase 15 anos, trabalhando nessa linha, preocupados em entender o mundo antigo a partir do todo. Nosso projeto de pesquisa atual versa justamente sobre a questão do contato entre povos distintos, gregos, indígenas e fenícios<sup>5</sup>.

Entender o contato implica o trabalho com questões essenciais, como relações de poder, de resistência, de cooperação, de afastamento<sup>6</sup>. A Arqueologia do mundo mediterrânico vem enfrentando esses desafios, procurando se situar no e responder aos questionamentos modernos de seu nascimento e desenvolvimentos iniciais. Em particular, a Arqueologia fenício-púnica, que investiga

5 Ver, por exemplo, Florenzano (2017).

6 Um estudo ainda extremamente atual e instigante é o trabalho de Serge Gruzinski e Agnès Rouveret, *Ellos son como niños*, de 1976.

os grupos orientais e as consequências históricas de seu espalhamento pelo Mediterrâneo, com a fundação de dezenas de cidades e estabelecimentos, é uma das áreas que mais tem crescido.



O presente dossiê traz ao público brasileiro um conjunto significativo de textos, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que apontam para novos caminhos de pesquisa, trazem resultados de grandes projetos, recuperam documentos textuais pouco investigados. Esperamos que sua leitura seja prazerosa e que instigue novos investigadores!

## BIBLIOGRAFIA

BONNET, C. & KRINGS, V. Les pheniciens, Carthage et nous: histoire et representations. In: VITA, J. P. e ZAMORA, J. A. (eds.) **Cuadernos de Arqueología Mediterránea**, vol. 13, 2006, p. 37-47.

CRAWLEY QUINN, J. **In Search of the Phoenicians**. Princeton University Press, 2018.

FLORENZANO, M. B. B. Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.). In: **Atas do II Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: Sociedade**. Minho, Portugal, 2017, p. 263-280 (versão on line).

GRUZINSKI, S. e ROUVERET, A. 'Ellos son como niños', histoire et acculturation dans le Mexique colonial et l'Italie méridionale avant la romanisation. **Mélanges de l'École Française de Rome (MEFRA)**, n. 88, vol. 1, 1976, p. 160-219.

KORMIKIARI, M. C. N. Novas abordagens no mundo colonial antigo: um estudo de caso em Arqueologia da Paisagem na Sardenha púnica. In: ZIERER, A. e VIEIRA, A. L. B. (orgs.), **História Antiga e Medieval. Viagens e viajantes: cultura, imaginário e espacialidade**. São Luís: Editora UEMA, 2012, p. 279-292.

\_\_\_\_\_. O papel de Cartago no debate acerca do sacrifício humano fenício-púnico. **Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 10, 2017, p.100-122.

SAID, E. **Orientalism**. Nova Iorque: Pantheon, 1978.

VAN DOMMELEN, P. e KNAPP, A. B. (eds.) **Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity**. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2010.





*DOSSIÊ:*  
FENÍCIOS

*MARIA CRISTINA NICOLAU KORMIKIARI (ORG.)*



Maria Cristina Nicolau Kormikiari<sup>1</sup>

**Resumo:** Os fenícios vivem um *revival*: exposições, congressos e publicações de grandes compilações em língua inglesa têm alimentado o interesse por esse povo misterioso. Neste artigo abordamos uma questão que voltou a ser bastante debatida nos últimos dez anos, a própria essência fenícia. Eles existiram ou são uma invenção historiográfica?

**Palavras-chave:** Fenícia; fenícios; historiografia; Arqueologia.

**Abstract:** The Phoenicians live a revival: exhibitions, congresses and publications of major compilations in English have fueled interest in this mysterious people. In this article we address an issue that has been hotly debated over the past ten years, the very Phoenician essence. Did they exist or are they a historiographical invention?

**Key-words:** Phoenicia; Phoenicians; historiography; Archaeology.

**Resumen:** Los fenicios están reviviendo: exposiciones, congresos y publicaciones de importantes recopilaciones en idioma inglés han despertado el interés en estas personas misteriosas. En este artículo abordamos un tema que ha sido objeto de acalorados debates en los últimos diez años, la esencia fenicia. ¿Existieron o son una invención historiográfica?

**Palabras-clave:** Fenicia; Fenicios; historiografía; Arqueología.

Dossiê

## INTRODUÇÃO

A mais recente grande obra acadêmica sobre os fenícios, *The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean* (2019), traz na sua oreilha uma síntese bastante instigante acerca de seu objeto de estudo, redigida por seus editores, C. López-Ruiz e B. R. Doak:

The Phoenicians created the Mediterranean as we know it and yet they are typically marginalized in a story written as one of Greek and

---

<sup>1</sup> Docente em Arqueologia Clássica no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pesquisadora e co-coordenadora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca-MAE/USP). No seu pós doc realizou estágio no Centre Camille Julian, da Université de Provence, em Aix-en-Provence, França. Para consultar demais publicações da autora: <https://usp-br.academia.edu/CristinaKormikiari>. E-mail: [tanit@usp.br](mailto:tanit@usp.br)



Roman success. It is no exaggeration to say that the ancient Mediterranean world, and to some extent the world we live in today, would have been very different had the Phoenicians not existed. The ancient Greeks and Romans may not have started using alphabetic writing when they did, hence literacy and even the development of genres such as history or philosophy might have been delayed, even for centuries. Moreover, the Phoenician commercial and colonial expansion starting in the late ninth century BCE laid out pan-Mediterranean networks and models on which Greece's own colonial expansion thrived. And, were it not for Carthage's grip on the central and western Mediterranean after 500 BCE, Rome might not have engaged in the Punic Wars, which proved to be the foundation of its empire outside Italy.

Nossa visão do mundo antigo é claramente construída em cima da cultura europeia que se desenvolve e domina o Ocidente a partir do período moderno. A derrocada do mundo medieval, que mesmo não tendo sido o deserto de produção e difusão do conhecimento pregado pelo senso-comum, foi um período de freio ao desenvolvimento das ciências, em ebulição na Antiguidade, vai permitir o “ressurgir” e a incorporação de temas como filosofia, matemática, história, filologia, geografia, entre outros, na reorganização social e política que toma conta da Europa a partir já do século XIII<sup>2</sup>. O nascimento da Arqueologia enquanto uma disciplina científica enquadra-se nesse contexto. A retomada dos estudos clássicos se dá, primeira e essencialmente, pelo viés dos textos antigos, mantidos e recuperados nos mosteiros e abadias medievais, e nesse processo inicial a materialidade, os objetos e construções dos antigos tiveram que se encaixar na primazia desses textos escritos. Acontece que esses são textos dos “bem-sucedidos” gregos e romanos, conforme bem apontam López-Ruiz e Doak no excerto transcrito acima. Povos que não nos deixaram obras literárias, históricas, filosóficas, matemáticas, entre outras, seja por razões históricas próprias seja por uma questão de conservação, se viram lançados em um segundo plano, independente da importância real que tiveram na história da Antiguidade. Esse, com certeza, é o caso dos fenícios e de seus descendentes espalhados pelo Mediterrâneo, cartagineses, gaditanos, motienses, e tantos outros.

---

2 Se levarmos em consideração o período da escolástica. É preciso lembrar, ainda, que entre os séculos VIII e IX, durante o Império Carolíngio, houve uma “micro renascença” com restauração e inauguração de novas escolas (ligadas aos mosteiros, aos bispados e às cortes) e organização de programas de retomada dos estudos clássicos, pela via da dialética, gramática, retórica, aritmética, geometria, astronomia e música. Estas escolas seriam, algumas delas, as bases para a escolástica e para as primeiras universidades medievais entre os séculos XII e XIII (sobre o tema ver TRIGGER, 1993, p. 31-36).



A relevância e prevalência dada a gregos e latinos ocorre não apenas em razão de vicissitudes históricas medievais e renascentistas, mas por terem eles habitado e dominado as terras europeias, onde o mundo ocidental tal qual conhecemos hoje se formou, por terem deixado significativas marcas materiais - com seus templos e construções monumentais, suas cidades ortogonais, sua arte - nesses territórios e por terem sido os escolhidos ascendentes da elite burguesa, da nova aristocracia, das ordens eclesíásticas modernas, e, em última instância dos Estados-Nação que se formam ao longo do século XIX<sup>3</sup>.

O rompimento com o mundo oriental, construído no mundo medieval, é então mantido e alimentado, em boa parte, é importante frisar, em razão de desenvolvimentos históricos muito complexos que tomam conta desta vastíssima região a partir do fim do Império Bizantino e da ascensão do Império Otomano. Roma é redescoberta em primeiro lugar também porque as futuras terras gregas modernas encontravam-se submetidas à Sublime Porta<sup>4</sup> e, nesse contexto, as seminais civilizações orientais igualmente sofreram nesse processo seletivo do que deveria ser alçado à grande objeto de estudo.

Os fenícios, como veremos em detalhe abaixo, são orientais, e não ficaram imunes a todo esse processo de subordinação ao Ocidente sofrido por esses povos pré-bíblicos<sup>5</sup>, mas, e esse é um importante mas, eles navegaram e se fixaram por todo o Mediterrâneo, deixando sua terra natal em um processo de contato (comercial, colonial, expansionista) que se inicia no final da Idade do Bronze (c. 1100 a.C.) (KORMIKIARI, 1993).

Desse modo, seus vestígios materiais (que incluem esse documento duplo, material e textual, a epigrafia) encontram-se espalhados pelas terras que banham toda a bacia mediterrânica (costa siro-palestina; ilhas do Egeu; Chipre; Norte da África; Península Ibérica; ilhas Baleares; Sardenha; Sicília; Pan-telaria e Malta). Ou seja, é impossível escaparmos de seu legado.

---

3 Sobre este vasto e complexo tema e sua relação com as Ciências Humanas ver Momigliano (2019); Trigger (1993). Para um estudo aprofundado das raízes do nacionalismo ver Anderson (2003).

4 A Sublime ou Grande Porta era o nome dado ao governo otomano entre o início do século XVIII e o primeiro quartel do século XX. O território que virá conformar o país moderno Grécia ficou sob domínio otomano entre os séculos XIV e XIX. A guerra de independência grega tendo durado de 1821 a 1832. O Império Otomano se estende por uma vasta área do oriente mediterrânico, dos Balcãs à fronteira com o Egito.

5 Edward Said (1978) foi um dos primeiros intelectuais a trabalhar de forma sistemática a questão da negação de valor dado ao Oriente de uma maneira geral. Sua análise se refere a questões contemporâneas, mas podemos retê-la como paradigmática para períodos anteriores.



No entanto, apesar de sabermos que possuíram rica e diversificada produção escrita, infelizmente só chegaram até nós fragmentos destes em textos gregos e latinos, de maneira que a Arqueologia e o estudo da cultura material são nossa principal, se bem não única, fonte de documentação sobre eles. E é a ela que os estudos dos últimos 150 anos têm se voltado.

A falta de documentação textual própria mais abundante nos dificulta uma análise de discursos internos sobre suas percepções identitárias e históricas e discussões acerca dessa problemática vem ganhando força nos últimos anos entre acadêmicos norte-americanos e europeus. Chegou-se, inclusive, a se proclamar a sua não existência (cf. CRAWLEY QUINN, 2018)!<sup>6</sup> É claro que não se pensa, seriamente, em uma desconstrução tão apocalíptica, mas a discussão identitária se faz necessária, bem como uma análise crítica das fontes estrangeiras e da construção histórica moderna e contemporânea acerca desses exímios carpinteiros e navegadores da Antiguidade.

## OS PRIMEIROS PASSOS NO ESTUDO CIENTÍFICO ACERCA DOS FENÍCIOS - SÉCULOS XVIII E XIX

Três estudiosos foram os pioneiros dos chamados estudos fenício-púnicos entre os séculos XVIII e XIX (cf. DUPONT-SOMMER, 1983):

O primeiro foi Jean-Baptiste Barthélemy (1716-1795). Nascido na Provença, sul da França, seguiu estudos de filosofia e teologia entre os jesuítas e, como seminarista, especializou-se em línguas antigas: grego; hebreu; siríaco e árabe.

Ficará conhecido como Abbé Barthélemy, isto é, como Padre Barthélemy, mesmo tendo deixado o seminário e retornado à cidade onde cresceu, Aubagne. Como tantos classicistas antiquários de sua época, Barthélemy se inspirará na riqueza dos vestígios materiais visíveis em sua região, ainda não tocada pela Revolução Industrial que se formava mais ao norte da Europa. Desse modo, além das línguas, que continuará estudando, passa também a se dedicar aos estudos arqueológicos, epigráficos, numismáticos e à História Antiga.

---

<sup>6</sup> No que acreditamos tenha sido muito mais uma questão de incremento expositivo do trabalho em questão. No entanto, J. Crawley Quinn realiza um minucioso trabalho de reconstituição do processo de construção da adoção dos termos fenício e Fenícia na modernidade. A autora argumenta fortemente pela inexistência de uma identidade étnica entre os chamados fenícios (CRAWLEY QUINN, 2018, p. 25-43).



Aos 28 anos muda-se para Paris onde se liga ao Gabinete de Medalhas do rei e, ali, se torna um especialista em classificação monetária<sup>7</sup>, vindo a se tornar membro da Academia de Inscrições e Letras (*Académie des Inscriptions et Belles Lettres*) e, como tal, passa a publicar uma série de trabalhos ('memórias'). A mais famosa delas, "Essai de Paléographie Numismatique", é considerada a primeira tentativa científica de se estabelecer a numismática moderna.

Aos 38 anos, em 1754, apresenta à Academia o texto "Réflexions sur l'alphabet et sur la langue dont on se servait autrefois à Palmyre", abrindo o caminho para o deciframento do alfabeto de Palmira, cidade semita da Idade do Bronze, localizada na região central da Síria, incorporada ao Império Romano no século I d.C.. Um ano antes, Barthélemy havia se tornado o novo 'gardé' do Gabinete de Medalhas do Rei e, nessa condição prestigiosa empreende sua única viagem ao exterior, à Roma, com a missão de aumentar a coleção do Gabinete.

Barthélemy chega à Roma em primeiro de janeiro de 1755 e ali fica por 18 meses, tempo durante o qual visita uma série de sítios arqueológicos, em particular: Herculano e Paestum – onde percorre os famosos e monumentais templos gregos.

Em seu retorno à França, publica uma série de artigos no *Journal de Savants*<sup>8</sup>: "Explication de la mosaïque de Palestreine"; "Les antiquités d'Herculanium"; "Les ruines de Palmyre" e "Les ruines de Balbec".

Em 1758, como continuação à decifração da língua de Palmira, apresenta na Academia o importante estudo "Réflexions sur quelques monuments phéniciens et sur les alphabets qui en résultent"<sup>9</sup>.

O ponto de partida desse estudo é uma inscrição bilingue de Malta, em fenício e em grego, gravada em duas bases de mármore que sustentavam, cada uma, uma coluna coroada com folhas de acanto.

7 O espírito antiquário da época privilegiava a moeda como o documento ideal, uma vez que esta possui imagem e legenda (na sua maioria), sendo assim uma fonte textual não suspeita de manipulação, como seriam os textos clássicos, produzidos por uma minoria elitizada (MOMIGLIANO, 2019)

8 Os números a partir do século XX estão disponíveis em <https://www.persee.fr/collection/jds>. O *Journal des Savants* é o jornal literário mais antigo da Europa, tendo sido fundado em 1665 por Denis de Sallo, conselheiro do Parlamento de Paris. Dissolvido em 1792, foi restabelecido e reorganizado em 1816, sendo que até 1900 suas custas eram pagas pelo Estado. Mas já nos anos de 1901 e 1902 estas despesas foram arcadas pelo Institut de France, e em seguida, passou a ser abrigado pela Academia de Inscrições e Letras, onde se encontra até hoje (cf <https://www.aibl.fr/publications/periodiques/journal-desavants/?lang=fr>).

9 Publicado no *Mémoires de l'Académie*, XXX, p. 405-27.



Barthélemy foi, então, o responsável pelo deciframento final do alfabeto fenício, uma vez que a inscrição de Malta estava sendo estudada há mais de vinte anos, mas sem resultados conclusivos. Este sucesso lhe permitirá começar a ler algumas das inscrições fenícias então conhecidas: moedas de Tiro e Sidon; inscrições funerárias de Chipre (CIS I, 46 e 64).

Além de epigrafista, numismata e orientalista, Barthélemy igualmente estudou a Grécia mais adiante em sua carreira. Em 1788 publicou *Voyage du jeune Anacharsis en Grèce*, livro que ele levou 30 anos para escrever e teve um enorme sucesso à época.

Desse modo, o Abbé Barthélemy, enquanto responsável pela decifração do alfabeto fenício no século XVIII, representa uma figura icônica dos primeiros estudos científicos fenícios.

O segundo precursor e grande estudioso foi o alemão Wilhelm Gesenius (1786-1842). Ele é o grande mestre que iniciou o estudo acadêmico do hebraico, mas também estudou os fenícios e os púnicos e publicou, em Leipzig, em 1837, "*Scripturae linguaeque phoeniciae monumenta quotquot supersunt*" ("Monumentos, existentes, da escrita e da língua fenícia"). Esta imensa obra foi dividida em quatro livros: de paleografia fenícia; inscrições fenícias de Malta, Atenas, Kition, Sardenha, Sicília, e outros locais; moedas fenícias; língua fenícia (características e história). Ele igualmente buscou vestígios da língua fenício-púnica em escritos latinos e gregos. Por exemplo, citações em Plauto, nomes próprios, de divindades, elementos gramaticais, entre outros.

Por fim, o terceiro grande estudioso foi o famoso Ernest Renan (1823-1892), nascido na Bretanha, França. Renan educa-se no Collège de France em Paris e, em 1862, sucede na cadeira de hebreu seu antigo professor, Étienne Quatremère. O método da gramática comparada, aprendido em seus estudos do sânscrito com Eugène Burnouf, é utilizado por Renan em suas análises das línguas semíticas.

Ganha, por isso, o prêmio máximo no concurso Volney da Academia de Inscrições e Letras (*Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*) e apresenta sua gramática comparada das línguas semíticas (hebreu; fenício; arameu; palmireu; nabateu; árabe) onde procurou as características comuns de todas<sup>10</sup>.

Em 1857, publica a memória da *Histoire phénicienne de Sanchaniaton*, sacerdote fenício do século X a.C. que redigiu uma história da religião fenícia

<sup>10</sup> Apesar de datada, os princípios desta obra ainda são válidos.



e cujo texto foi parcialmente conservado em um resumo grego de Fílon de Biblos, do século III d.C.. Renan defendeu a autenticidade e a historicidade desta obra, o que foi posteriormente comprovado pelas informações contidas nos tabletas de Ras Shamra (antiga Ugarit), da Síria.

Foi o primeiro ocidental a conduzir uma missão de escavações arqueológicas na Fenícia entre 1860 e 1861, onde ele explora quatro regiões: Tortose (Ruad e Amrit), Biblos, Sidon e Tiro (de norte ao sul, ao longo da costa).

Em setembro de 1861, ele e sua irmã contraem febre palude. Sua irmã morre e Renan, tendo sobrevivido, retorna à França em outubro do mesmo ano.

Os resultados das escavações são publicados na obra *Mission Phénicie*, ainda hoje um dos livros essenciais da arqueologia fenícia<sup>11</sup>. Em 1855, o sarcófago de Eshmounazar (rei de Sidon) é encontrado fortuitamente. Cedido à França, hoje encontra-se no Louvre. Em 1861, Renan recolhe inúmeras inscrições *in situ* e as publica no ano seguinte. E em 1867, sob seu ‘patrocínio’, a Academia decide publicar um vasto volume de todas as inscrições semíticas conhecidas até então. A primeira parte é dedicada às inscrições fenícias e púnicas<sup>12</sup>. Assim é que, pois, nasce o *Corpus Inscriptionum Semiticarum* (CIS)<sup>13</sup>.

\*\*\*

O século XVIII marca os primeiros usos do termo “fenício” e do termo “púnico” na academia ocidental, os quais são consolidados ao longo do XIX. Estamos em um momento histórico muito complexo, que envolve a formação dos Estados-Nação, o desenvolvimento das universidades e das Ciências Modernas, como vimos acima.

Os dois termos não são termos inventados modernamente, mas, tampouco são termos que vieram de fontes textuais fenícias e/ou púnicas. No entanto, foram adotados nesse momento moderno de sistematização do conhecimento do mundo antigo.

11 Quando da tomada do território libanês por parte da França, em 1919, no chamado período colonial moderno, os arqueólogos franceses trabalhavam a partir das bases fundadas por Renan.

12 O primeiro volume do CIS, *Pars prima. Inscriptiones phoenicias continens* é publicado em 1881. Seguiram-se mais três fascículos, publicados a cada dois anos, e, em 1891, pouco antes de sua morte, foi publicado o primeiro fascículo do volume dois com as inscrições de Cartago.

13 A primeira metade do século XX e as primeiras décadas que se seguem são períodos marcados por seminais estudos filológicos e publicações de inscrições semitas - fenícias em particular. Para uma compilação detalhada ver Röellig (1995).





Sabatino Moscati, a quem podemos considerar como o pai da Arqueologia fenício-púnica na importante escola acadêmica italiana, na apresentação do catálogo de abertura da exposição *I Fenici*<sup>14</sup> (2001a), nos apresenta o grande objeto desta exposição como semitas do ramo dos cananeus - não autóctones à região que posteriormente marcará sua existência, a costa siro-palestina.

De fato, a ideia de uma não-autoctonia fenícia nos foi fortemente transmitida pela tradição clássica. Segundo Heródoto (I, 1; VII, 89), Estrabão (I, 2, 35; XVI, 4, 27), Plínio, o velho (*Hist. Nat.* IV, 36) e Justino (XVIII, 3, 2-4) teriam vindo de terras meridionais e orientais, em referência ao seu posicionamento final na costa mediterrânica (cf. Röllig, 1983, p. 80)<sup>15</sup>. Recentemente, A. E. Killebrew (2019, p. 42), seguindo importantes estudiosos como Maria Eugenia Aubet (1997, p. 10-12) e Glenn Markoe (2000, p. 12), defendeu a autoctonia fenícia com base em uma forte continuidade cultural (depreendida a partir da documentação arqueológica) em relação à Idade do Bronze Final (c. 1500-1200 a.C.)<sup>16</sup>.

Está posto aqui, um dos aspectos conceituais que mais problematizam a questão fenícia e ele é de ordem cronológica. A partir de quando podemos falar em fenícios e em Fenícia? Esta dúvida se coloca pois as cidades que virão a ser apontadas como fenícias possuem, em sua maioria, uma história anterior por vezes bastante longa. É o caso de Biblos que será apresentada em detalhes adiante.

Sabatino Moscati postulava que a partir do início da Idade do Ferro (c.1200/1100 a.C.) entre si chamavam-se cananeus ou sidonianos<sup>17</sup> (1992,

14 Esta exposição marcou história na Itália, tão dominada pela memória do Império Romano, ao trazer ao grande público, no Palazzo Grassi de Veneza, um pouco sobre os fenícios e seus descendentes, como por exemplo, os cartagineses. O catálogo gigantesco, com mais de 800 páginas e imagens belíssimas que acompanhou a exposição, traz artigos dos mais renomados pesquisadores da área. Em 1992, Moscati retomou o assunto em um livro inteiramente dedicado ao tema, denominado *Chi furono i fenici*.

15 Apenas Filon de Biblos afirma serem eles autóctones. Heródoto os coloca, inicialmente, no Mar da Eritrêia, isto é, no Mar Vermelho; Estrabão afirma que no Golfo Pérsico haveria templos e cidades semelhantes às dos fenícios, o que é confirmado por Plínio; Justino narra que tendo que se afastar de suas terras em razão de um terremoto, os fenícios primeiro se assentaram no Lago Siro (Mar Morto?) e depois na costa mediterrânica (cf. MOSCATI, 1992, p. 3).

16 Neste sentido, estudiosos como Donald Harden (1962, p. 21-22) propunham, inclusive, estendermos o uso do termo fenício para o IIIº milênio (*apud* KILLEBREW, 2019, p. 42).

17 O termo sidonianos aparece em Homero, na opinião de M. E. Aubet (1997, p.8), como anacrônico uma vez que no período homérico a cidade fenícia com mais poder era Tiro. Por outro lado, ela lembra que o rei de Tiro também é chamado de "rei dos sidonianos", o que seria bastante significativo para o período entre os séculos X e VIII a.C. (*idem*, p. 9).



p. 17-18), ou seja, quando historiograficamente se estabelece a “ascensão” dos fenícios (cf. também AUBET, 1997, p. 10; KILLEBREW 2019; ACQUARO, 1987, p. 11). Estes termos são encontrados tanto em documentação arqueológica e textual fenícia, assíria, no Velho Testamento e em Homero (cf. KORMIKIARI, 2018, p.175). Os primeiros contatos com o Egeu são datados do período micênico, no final do IIº milênio, quando se acredita que estes compartilhassem rotas marítimas e trocas com o Mediterrâneo Ocidental (Sicília, Sardenha e Península Ibérica) (cf. KORMIKIARI, 1993, p. 264)<sup>18</sup>. A documentação egípcia de Tell el-Amarna, do século XV a.C., é igualmente importante fonte de informações (cf. MARKOE, 2000, p.14-16; KILLEBREW, 2019, p. 44)<sup>19</sup>.

O termo Canaã como designação de um local específico surge na metade do IIIº milênio, dado retirado dos achados de Ebla, na Síria (AUBET, 1997, p. 9). A partir do século XV a.C. o termo aparece difundido, como especificação de um local, em textos levantinos e egípcios e em inscrições (ibidem).

Enrico Acquaro nos lembra que em *Gênesis* (10, 15-20) a lista dos povos apresentada traz onze nomes mais o do fundador da genealogia, Canaã, perfazendo portanto doze. Entre os onze povos mencionados (as chamadas “famílias cananitas”), os sidonianos são os primeiros (ACQUARO, 1987, p.10).

A ausência de nomenclatura abrangente encontra explicação na ideia recorrente entre diversos acadêmicos de autonomia das cidades-estado fenícias frente a uma eventual identidade unificada (MOSCATI 2001 a, 2001 b, 1992, 1995; AUBET, 1997; XELLA, 2014; KILLEBREW, 2019). Neste sentido, o uso, em fontes documentais antigas diversas de termos como sidonianos ou tírios em um sentido que transparece a ideia de um agrupamento maior de populações, é explicado como reflexo de hegemonias citadinas pontuais (por exemplo, ACQUARO, 1987, p.16).

Um certo consenso acadêmico acerca destes primeiros “fenícios” do final da Idade do Bronze prega que:

---

18 Apesar de controverso, há quem perceba no termo micênico po-ni-ki-jo / po-ni-ki a existência pré-helênica do termo fenício (MOSCATI, 1995). Em seu dicionário etimológico do grego, Beekes (2009, p. 1583) afirma que o sufixo “ik” (phoinikes), em grego, não é indo-europeu, e portanto, seria pré-grego. Já M. E. Aubet (1997, p. 8) entende que o termo, que aparece em textos em linear B de Knossos e Pilos, se refira a uma erva aromática do Oriente, talvez a ‘herba phoenicia’ de Plínio, o velho, e assim, não possa ser relacionado a uma etnia.

19 As chamadas cartas de El Amarna indicam uma linguagem própria, comum, diplomática e de comércio estabelecida pelos grandes poderes do IIº milênio no Mediterrâneo Oriental, demonstrando um compartilhamento de valores.



Much like the second millennium Bronze Age inhabitants of the Levant who appear as “Canaanites” in Egyptian, Mesopotamian, and biblical sources, the early Phoenicians, who may have referred to themselves as Canaanites, can be best understood as a confederation of merchant communities of predominantly indigenous populations residing along the central and northern Levantine littoral, with a similar material culture and language, who likely self-identified in terms of their cities and family lineage (KILLEBREW, 2019, p. 42)

O artigo de Killebrew é recente, de 2019, e parece querer por fim à questão historiográfica de ordem identitária, que ganhou fôlego nos últimos tempos (PASTOR BORGONON, 1988-1990; MOSCATI, 1993; RÖLLIG, 1983, 1995; PRAG, 2006; XELLA, 2014; EDREY, 2016; CRAWLEY QUINN, 2018). Esta se alimentou e se alimenta do fato que os termos pelos quais os fenícios, e seus descendentes, englobados no termo púnicos, ficaram conhecidos no mundo mediterrânico grego e romano não são ênicos, e sim éticos.

Temos *phoinikes* para o povo e *Phoiniké* para a região em vocábulos usados pelos gregos, encontrados já em Homero (*Odisseia*, VIII, 159-164; XV, 415-482; entre outras passagens) e é óbvia a conexão com a palavra grega para púrpura, roxo, vermelho: *phoinix*. Esta cor se refere à típica indústria fenícia de coloração em púrpura dos tecidos. O que não sabemos é qual veio antes. Moscati (1992, p. 17) defendia que, de maneira análoga ao termo Canaã, do qual será derivado o termo para vermelho em acadiano, o termo *phoinix* em grego poderia ter sido derivado de um étnico ênico, transliterado para o grego como *phoinikes* e *Phoiniké* (cf igualmente, AUBET, 1997, p. 9-10).

Voltaremos a essa questão mais adiante em nosso artigo. Mas.....

## COMO OS FENÍCIOS SE AUTO DENOMINAVAM?

Moscati defendia, como visto, que uma consciência de uma unidade nacional foi débil entre eles, pois não encontramos vocábulos distintivos dessa consciência (1988, 1992, 1995). De maneira análoga, Paolo Xella retoma esse tema em um artigo mais recente (2014), onde defende que, mesmo não abandonando os termos fenício e Fenícia pelo seu valor heurístico, devemos visualizar a identidade fenícia muito mais do ponto de vista cidadão, isto é, a partir de cada cidade-estado, em razão da falta de documentação que indique alguma ideia de unidade nacional.



G. Markoe foi além e pontuou: “Tyre, Sidon, Byblos, and Arwad were all fiercely independent, rival cities who rarely worked in concert with one another, except under common threat” (2000, p. 10).

Já no II milênio há o uso do nome Cananeu para o povo e Canaã para a região, como mencionamos acima. Mas o termo, de fato, designa, no entanto, toda a área siro-palestina (KORMIKIARI, 2018, p. 175-176). Um dado bastante lembrado, modernamente, acerca do termo e sua relação com os fenícios é a informação fornecida por Santo Agostinho, no final do século IV d.C., quando este relata que o povo africano, no seu tempo, ainda se denominava *Chanani*, isto é, cananeus<sup>20</sup>. Apesar disso, o nome cananeu não pode ser considerado uma designação única dos fenícios. Eles estão, contudo, incluídos nele<sup>21</sup>.

### HÁ COMO DEFENDER A UNIDADE FENÍCIA?

Processos de construções identitárias têm sido objeto de muita pesquisa e discussão ao longo do século XX e XXI. Moscati entendia que um povo era um agregado de pessoas que podiam se diversificar por raça e proveniência, mas que assumiam um caráter homogêneo por terem em comum uma área geográfica, uma língua, um processo histórico e cultural (1995; 2001a).

A maioria dos historiadores entendem que, em relação aos fenícios, estes requisitos só ocorrem em torno de 1200/1100 a.C., pois antes disso, a história siro-palestina não fornece uma distinção clara entre os centros da costa - que seriam, posteriormente, aqueles da Fenícia - e os do interior (MOSCATI 1992, 1995, 2001a<sup>22</sup>; ACQUARO 1987, p. 11; AUBET, 1997, p. 10; contra MARKOE, 2000, p. 22-25)<sup>23</sup>.

A cautela, no entanto, já apontada em 1966 por W. Culican, ainda faz parte de nossa compreensão tão fragmentada deste fenômeno:

20 “For when our country folk, asked what they are, respond in Punic, Chanani— what else do they state, obviously with one letter lost, just as is usual in such cases, than Chananaei?” (St. Agostinho, *Ep. in Rom. inchoat.*, 13). Há quem defenda, no entanto, que essa transcrição não esteja correta e que foi tirada de contexto (CRAWLEY QUINN *et alii*, 2014).

21 Edrey (2016, p. 46) apresenta estudos que reafirmam a identificação étnica fenícia como cananéia.

22 É preciso pontuar que ao longo de seus textos, Sabatino Moscati sempre afirmou a independência das cidades-estado fenícias, salientando a inexistência de uma “nação” fenícia.

23 Para um resumo das posições contrárias e favoráveis à virada fenícia do final da Idade do Bronze, as quais perderam força ao longo das últimas décadas, ver Röllig (1983, p. 79-81).



*The origin of both these cities (i.e. Tyre and Sidon), and indeed the origin of the Phoenician civilization generally, is lost, for neither excavations nor written documents throw much light on the eleventh and tenth centuries B.C. It is indeed possible that the birth of 'Phoenicia' was brought about by the formation of a new population group composed mainly of sea-raider settlers and coastal Canaanites (CULICAN, 1966, p. 72 apud RÖLLIG, 1983, p. 80)*

Dados históricos da região mostram que o sistema organizacional era baseado em cidades-estado. Em um momento precedente, estas cidades-estado da costa - que já existiam, então, antes da Fenícia - não são muito diferentes das do interior - que não formarão a Fenícia.

Na introdução do capítulo sobre religião do *Manuel de recherche*, editado por Véronique Krings, dois dos mais importantes nomes da área, Corine Bonnet e Paolo Xella (1995, p. 316-317), nos lembram que é difícil trabalhar com a ideia de uma realidade histórica por detrás das expressões “religião fenícia” e “religião púnica” porque a Fenícia nunca foi uma entidade política unificada e circunscrita e o mundo púnico abrange uma constelação de situações históricas e culturais bem diferenciadas. As cidades-estado fenícias constituíram-se como entidades geopolíticas frequentemente ciosas de sua autonomia. Os cultos exercendo uma importante função de diferenciação cultural.

Pegamos como exemplo Biblos, a mais antiga das cidades fenícias documentadas. Nas palavras de Moscati teríamos aqui um claro exemplo de continuidade e inovação:

*I Fenici, fu detto, si presentano sostanzialmente come i continuatori della civiltà siro-palestinese dell'età del Bronzo, di fronte alla frattura che le altre genti determinano tutt'intorno. Continuatori, s'intende, non senza sviluppi e innovazioni, dove più e dove meno notevoli; ma pur sempre esponenti di uno sviluppo ininterrotto, come ininterrotto è l'elemento etnico che lo esprime, e in ciò differenziati e autonomi rispetto al mondo circconvicino. Emblematico, al riguardo, può dirsi il caso di Biblo: una città fiorente già nella tarda preistoria e che nel corso del III e del II millennio sviluppa una propria autonoma vicenda, con manifestazioni di cultura nelle quali si anticipano le caratteristiche delle future città fenicie almeno nell'ambito del Vicino Oriente (manca, infatti, l'espansione mediterranea). (MOSCATI, 1992, p. 23)<sup>24</sup>*

24 Em um detalhado artigo Tatiana Pedrazzi (2012) retoma a questão, concordando com a ideia de marcarmos os fenícios como aqueles semitas que irão guardar sua cultura frente às inovações que se espalharão pela região médio-oriental entre o final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro.



Escavada inicialmente por Ernest Renan a partir de 1860, posteriormente pelo egiptólogo Pierre Montet, entre 1920 e 1924, e por fim, a cargo do governo libanês, todo o sítio interno às muralhas, um promontório, foi descoberto, e para além destas, as escavações continuam até hoje (DUNAND, 1973).

A pré-história e a história anteriores à 1200 a.C. fazem parte de um quadro que abarca toda a Síria e a Palestina. Biblos representa os testemunhos arqueológicos mais antigos da área fenícia: desde o final do VI<sup>o</sup> milênio, em nível do mar, atesta-se a presença de um importante assentamento - é tido como o maior da área mediterrânica para esta época (BONDÌ, 2001)<sup>25</sup>. Seus primeiros habitantes dedicam-se à agricultura, ao pastoreio, e à pesca; ou seja, o relacionamento vital com o mar já existe. Contemporaneamente há também a produção de tecidos e de fios que permanecerá até a época histórica de Biblos - e que será uma característica forte da posterior produção fenícia.

Ainda no período Neolítico, ao longo do IV<sup>o</sup> milênio, as evidências materiais apontam para relações profundas entre a costa siro-palestina e a Mesopotâmia (Ur), com semelhanças entre as relações artesanais das duas regiões. Deste período foi achado o mais antigo trabalho em marfim que também será característica da posterior produção fenícia (idem).

O sítio é ocupado sem interrupção e em 3000 a.C. estruturas urbanas mais sistemáticas e massivas são identificadas (habitações, oficinas e templos) (DUNAND, 1973, p. 20). Estas estruturas se agrupam em quarteirões, comunicando-se por meio de ruas estreitas com canalização para a evacuação das águas. Os templos, já existentes há alguns séculos, conservam a planta de um quarto circundado por um corredor. Esta planta se manterá ao longo dos séculos. A cultura material relacionada a esse momento revela as estreitas ligações mantidas entre os habitantes da cidade com o Egito, em sua primeira dinastia, e a Mesopotâmia. O montículo encontra-se todo ocupado por instalações e ruas estreitas, as muralhas cobrem um espaço de 5 ha.

A partir de 2800 a.C., as características urbanas do período anterior tornam-se mais precisas e ampliadas. Acredita-se que as trocas com o Egito, as dinastias II e III, são as bases para o incremento do sítio (idem, p. 21).

Sandro Filippo Bondì (2001) define esse momento como “evolução do III<sup>o</sup> milênio na costa siro-palestina”, quando uma “revolução urbana” chega a esta área costeira, na qual, pela primeira vez aparece um complexo de santuários, de habitações, de edifícios públicos, entre outros; ou seja, uma cidade.

25 A datação mais antiga do sítio remonta ao Neolítico - período que em Biblos vai de c. 5250 a 3800. A primeira instalação sistemática no local ocorre na parte ocidental do montículo, próximo à falésia marítima.



Biblos seria, nesta visão, o grande palco desta nova experiência. Isto se deve ao fato dela estar geograficamente muito bem localizada. É o ponto de apoio natural ao longo das rotas que unem a siro-palestina ao Egito. Durante quase sete séculos, a cidade cresce e se torna mais rica, centro nevrálgico de uma importante rede de trocas entre a Mesopotâmia, a Anatólia e o vale do Nilo.

Biblos torna-se um assentamento urbano bem desenvolvido (cf. BONDI, 2001): tem dois portos; a cidade é protegida por uma cinta murária em cujo interior há um quarteirão de habitações; dois grandes santuários - “Edifício L” e “Templo da Senhora de Biblos” - são os principais locais de culto.

Dedicado a Baalat-Gebal, “A Senhora de Biblos”, divindade tutelar da cidade, este templo marca a riqueza e poder dos monarcas. É usualmente datado de c. 2800 a.C. e as numerosas inscrições e oferendas egípcias ali encontradas apontam por interesses políticos na diplomacia com a casa real de Biblos (AUBET, 1997, p. 18).

Inscrições egípcias de c. 2600 a.C. mencionam os navios de Biblos transportando madeira (cedro) e óleo, como também relatam a aquisição de barcos pelas autoridades egípcias (ibidem).

O aumento das trocas internacionais com o Egito traz influência sobre a cultura de Biblos e condiciona sua economia. No final da II<sup>a</sup> dinastia egípcia - início do III<sup>o</sup> milênio - mercadores do Delta abastecem-se de lenha, metais e mercadorias de prestígio. A importância de Biblos para o Egito pode ser visualizada no mito de Osiris: é lá que Ísis vai procurar o corpo do marido (BONDI, 2001). Para além do Egito, textos de Ebla mostram como Biblos comercializava importando metais brutos, estofos, perfumes, animais e produtos alimentícios; e exportando produtos manufaturados de linho e metais trabalhados.

De fato, as descobertas arqueológicas de Ebla mostram que entre 2500 e 2300 a.C. as futuras cidades fenícias em geral se tornaram as principais intermediárias das trocas entre os reinos sírios e o Vale do Nilo. Nos arquivos de Ebla, diversas cidades canaanitas são mencionadas. Em destaque, temos Arwad, Sarepta, Akhziv, Beirute, Tiro e Sidon. No entanto, é bom frisar, Gebal, isto é, Biblos, é que é sempre mencionada como o principal centro comercial e descrita como a capital de um poderoso reino (AUBET, 1997, p. 18).

Mas em meio a essa prosperidade, havia inquietude, pois as escavações arqueológicas identificaram um constante fortalecimento das muralhas. Em c. 2150 a.C., inúmeras destruições e um incêndio parcial arrasam a cidade (DUNAND, 1973, p. 22-23).



O final do IIIº milênio é marcado por uma crise interna que impede o Egito de prosseguir sua política de expansão em direção ao leste. As relações com Biblos são interrompidas bruscamente. Este é um período de grande «agitação» em todo o Oriente Próximo, tumultuado por mudanças territoriais/transfêrencias étnicas, que também afetam a área costeira da siro-palestina (BONDÌ, 2001).

Em Biblos temos o que é identificado como uma ocupação estrangeira (entre o final do IIIº milênio e o primeiro quarto do IIº milênio a.C.) marcada por mudanças arquitetônicas, apesar da manutenção dos espaços sagrados, os templos, com as mesmas funções rituais. Um dos indícios mais conectados a essa mudança está relacionado à cerâmica, transformada e trazida de mais além no Oriente. Acredita-se que uma população vinda dos confins do deserto sírio ocupa a região. São eles que destroem os sumérios na Mesopotâmia e ameaçam o Egito: são os amorritas. A chegada desta nova população é atestada na Síria, na costa siro-palestina e nas terras mais interiores de Canaã (DUNAND, 1973, p. 23).

O período entre c. 2300 e 1900 a.C. é caracterizado por uma interrupção do tráfico marítimo para o Egito como consequência desta invasão. É preciso lembrar que os amorritas são considerados grupos semitas nômades, os quais saquearam e incendiaram diversos centros canaanitas na costa, como Biblos, mas também Tiro. Em seguida, se entrincheiraram mais para o interior, em Aleppo e Mari (cf. AUBET, 1997, p. 19).

Esta fase em Biblos é marcada sim por rupturas violentas mas também pelo aparecimento de inovações, principalmente linguísticas. Estas demonstram mais claramente a configuração cultural da área siro-palestina e sua unidade interna. Com o faraó do Reino Médio, o Egito renasce e entre os séculos XIX e XVIII as relações com a área costeira da siro-palestina são retomadas (BONDÌ, 2001).

Nesse período os reis de Biblos são os únicos entre os asiáticos que são chamados pelas fontes egípcias de “príncipes”. A riqueza e a influência egípcia são atestadas pelas tumbas de alguns soberanos que possuem um mobiliário com objetos de tipo egípcio: medalhões, coroas, cetros de ouro, pedras preciosas, entre outros (ibidem).

Novas camadas de destruição, mais violentas, são datadas para o período entre 2000 e 1725 a.C.. Mas a esta, atesta-se uma reconstrução imediata, seguida pela reorganização das muralhas. É deste período que se data o famoso





Templo dos Obeliscos<sup>26</sup>. Tumbas construídas no fundo de poços, com aparato funerário muito rico são associadas a uma realeza. Nomes como *Abi-shemou* e *Ip-shemou-abi*, são relacionados a príncipes da primeira dinastia babilônica, de origem amorrita (BONDÍ, 2001.).

Os objetos de metal descobertos associados a esses enterramentos revelam uma rede de contatos com centros metalúrgicos da região do Cáucaso e da Armênia. Ao mesmo tempo, tanto a influência mesopotâmica quanto egípcia se mantém. Cerâmica cretense, de *kamarés*, é igualmente atestada. Os gíblitas utilizam uma escrita hieroglífica, em um primeiro momento, e, em um segundo, uma escrita pseudo-hieroglífica (DUNAND, 1973, p. 27).

Entre 1900 e 1550 a.C., os egípcios encontram-se em um momento de conquista da siro-palestina, mas, no final do século XVIII a.C., tanto o domínio hitita ao norte, quanto a chegada dos hicsos põem um freio nesse domínio. Na região de Biblos, atesta-se um grande incremento de desenvolvimento da área rural, relacionado a um adensamento populacional, e os enterramentos trazem, agora, como mobiliário funerário, armas. Armas são igualmente ofertadas nos templos. As muralhas são renovadas (cf. *ibidem*, p. 28).

Entre as cidades posteriormente fenícias, *Acco*, *Biblos* e *Tiro* aparecem, nos textos egípcios, como estados autônomos, ainda que *Biblos* seja mencionada como a ponte do domínio egípcio no Levante (AUBET, 1997, p. 19).

A hegemonia egípcia, portanto, não impede que estes centros comercializem amplamente com a Síria e a Mesopotâmia: os textos dos arquivos de *Mari*, por exemplo, documentam para o século XVIII uma série de trocas entre esta cidade e *Biblos*, baseadas tanto em tecidos e vestimentas como em embaixadas e mulheres, trocadas entre os soberanos. De fato, os centros costeiros mantêm prerrogativas de autonomia institucional e são locais de manifestações culturais, como a procura por métodos gráficos mais ágeis e funcionais daqueles do Egito e da Mesopotâmia; e que são difundidos, como as línguas relativas, na área siro-palestina (BONDÍ, 2001).

A dominação egípcia é retomada entre 1550 e 1200 a.C. Também sob o ponto de vista político a área da costa siro-palestina encontra-se na órbita egípcia - como boa parte do interior da Síria e da Palestina (cf. BONDÍ,

26 Grande recinto quadrangular com diversos vãos, bacias lustrais e um grande número de betilos com formato de pilastras, símbolos anicônicos da divindade. Os objetos achados no santuário fazem parte de alguns dos tipos mais típicos da produção de *Biblos*: estátuas cobertas com ouro que representam personagens masculinos, com vestimenta egípcia e tiara cônica; busto nu e braços ao longo do corpo (por vezes, levantados e flexionados). Modelos egípcios também aparecem em figuras de pasta vítrea usados como ex-votos, representando, por exemplo, o deus *Bes* com testa de leão, esfinge e cabeça de cão. Outros objetos, como punhais de ouro e marfim serão característicos do 1º milênio (BONDÍ, 2001).



2001). Entretanto, já se pode perceber o fracionamento da área em estados formados por cidades (o que será uma constante até o período helenístico).

Ao sul, com a ação do faraó Tutmoses I (1525-1515) e de seus sucessores, o Egito retoma a hegemonia. Ao norte formam-se dois grandes núcleos estatais: o reino hitita na Anatólia e o reino mitani, entre a Síria alta e a Mesopotâmia setentrional.

Os acontecimentos da costa siro-palestina estarão ligados cada vez mais à história destas potências, que se confrontarão na região síria. No geral, o Egito vai manter o poder sobre todo a área costeira - incluindo aí a área das cidades «fenícias»- até Ugarit. A situação será fluída durante os séculos XVI e XIV a.C. e nossa maior fonte documental é a correspondência internacional dos arquivos egípcios de Tell el-Amarna. O Egito vai conhecer momentos de expansão e períodos de recuo enquanto as alianças se modificam e se renovam, envolvendo as cidades sírias cada vez que uma destas, dependendo da potência do momento, liga-se a um reino específico.

Sobre Biblos a documentação existente fala do rei local Rib-Adda. Na sua correspondência com o faraó Amenofis IV relata as dificuldades de manter a aliança de fidelidade com o Egito devido às atividades de Abdi-asirta e Aziru (soberanos de Amurru), que incitam seus súditos à rebelião (cf. BONDÌ, 2001). Já o importante centro de Ugarit apresenta vários aspectos que são aqui documentados para o IIº milênio e que aparecerão na Fenícia do Iº milênio. Fornece, pois, os fundamentos sírios sobre os quais a cultura fenícia vai se articular. Exemplos: taças de ouro e prata; estelas votivas; trabalhos em marfim. Também com respeito à vida religiosa, Ugarit revela em textos rituais figuras que serão veneradas posteriormente na Fenícia: os deuses El, Baal e Reshet e as deusas Anat e Astarte. Com relação ao comércio à longa distância temos que Ugarit, Biblos e Tiro estarão incluídas na grande rede mediterrânea de trocas, mantendo relações com Chipre, Egeu, Síria-Palestina, Egito e Mesopotâmia (AUBET, 1997, p. 20).

Centros que, posteriormente, se definirão fenícios revelam, portanto, aspectos já característicos nos séculos XIV - XIII - XII a.C., e mesmo antes, como vimos. Estes aparecerão novamente na Fenícia do Iº milênio. Por exemplo, em Biblos e Sidon temos o trabalho de alta qualidade com o marfim.

A chamada *Invasão dos Povos do Mar* põe fim ao quadro político do período do Bronze Final e com o término deste, dá-se início à "Fenícia". Nesta algumas das características culturais do período anterior permanecerão: o sistema político da cidade-estado nas mãos da monarquia; algumas formas de produção artesanal; aspectos não secundários do pensamento religioso; algumas e importantes características linguísticas (BONDÌ, 2001).



The Bronze Age in Canaan ends with generalized symptoms of violence, destruction or social-political decline. The destruction and final abandonment of Ugarit around 1200 forms part of the succession of events in Canaan in the end of the Bronze Age, especially the Israelite invasion around 1230 BC and the general instability produced by the so-called 'Sea Peoples'. These latter, outstanding among them the Philistines of obscure origin, after laying waste the Hittite empire and destroying numerous Canaanite cities, took possession of the Southern coastal territory of Canaan around 1180 BC. To these Philistines, who gave their name to that part of the country – Philistia – Palestine – is attributed the introduction of iron metallurgy into the Levant. All these events had as a consequence a cultural and political power vacuum, which ultimately facilitated the incursion of the Aramaic tribes who occupied the interior of the territory – the modern Syria – towards the 11th century BC. The crisis of the end of the Bronze Age in Canaan culminated in a general reorganization of the old land of Canaan, which was reduced to what will become Phoiniké or Phoinicia proper.

Antes da diferenciação que resultará na Fenícia, há pois, um quadro homogêneo de uma civilização “síria” ou “siro-palestina”. Em torno de 1200 a.C. as cidades fenícias emergem autônomas.

## ENTÃO, COMO FICAMOS?

Essa nova *unidade a partir de 1200 a.C.* será percebida pelo outro, o estrangeiro, o grego. A civilização fenícia é o resultado de fatos novos que modificam a situação ao seu redor, e, portanto, por mais paradoxal que pareça, resulta muito mais da continuação do que da inovação, que ocorre, ao contrário, à sua volta.

Nesta conjuntura, um aspecto que chama a atenção é a natureza dos assentamentos urbanos fenícios, cujo modelo será transportado pelos fenícios para todo o Mediterrâneo: cidades fundadas sobre promontórios rochosos, que podiam dispor alternativamente de dois portos; um ao norte e outro ao sul, dependendo da situação dos ventos e das estações. Como alternativa aos promontórios, utilizavam-se as pequenas ilhas de frente à costa, onde a defesa e a construção de fortificações era ainda mais fáceis e também a variedade de cais continuava.



A situação geográfica da Fenícia implica em uma maior ou menor separação com o interior, dependendo das circunstâncias históricas. Até 1200 a.C., as circunstâncias não levam a uma separação mais acentuada, se bem que as cidades da costa desenvolvem-se autonomamente, como vimos.

O fato das cidades fenícias, após 1200 a.C. tornarem-se mais fechadas dificulta o comércio por via terrestre (com o interior), que era um componente essencial da atividade econômica fenícia. Deste modo, a atividade marinha desenvolve-se em sua plenitude (MOSCATI, 2001b).

Como vimos acima, esta atividade sempre esteve ligada à posição das cidades fenícias e organizou-se majoritariamente em âmbito do Mediterrâneo Oriental, em especial com o Egito, que sempre teve relações privilegiadas com a costa siro-palestina.

Dois fatos incrementam a atividade marinha fenícia no início do Iº milênio a.C. segundo Sabatino Moscati (2001b):

1. consolidação dos estados internos, principalmente o de Israel, que restringe duramente o controle do comércio ligado à ele.
2. retomada da expansão egípcia, e principalmente da assíria, que restringem a atividade comercial, e assim obrigam os fenícios a procurar diversos desembocadouros<sup>27</sup>.

Destes fatores determina-se a projeção marítima fenícia, que irá fundar colônias no Ocidente com as mesmas características das cidades orientais: sobre promontórios ou sobre ilhotas próximas da costa, espaçadas regularmente para permitirem as paradas durante navegações. Por exemplo, Cartago e Nora são fundadas em promontórios. Já Motia, Sant'Antioco, Cádiz, Mogador são fundadas em ilhotas.

## **SOBRE A IDENTIDADE FENÍCIA**

E. Röellig (1995, p. 211-213) acredita que um maior entendimento da origem dos fenícios só poderá ser alcançado a partir de uma melhor compreensão dos termos lexicais e das estruturas literárias das inscrições. Mesmo igualmente apontando a existência do debate acerca da definição de nosso objeto de pesquisa, esses 'fenícios', este eminente pesquisador bem afirma:

---

<sup>27</sup> Um estudo extremamente detalhado dos portos fenícios e púnicos foi feito por Nicolas Carayon (2008).



Nevertheless, in the recent years a minimal consensus has been achieved insofar as the beginning of the so called «Phoenician» history coincides (archaeological speaking) with the Iron I-Period. But..... the cultural tradition from the Bronze-Age is unbroken. Garbini adduces a text with a list of «families» from (in Akkadian) *āl Alas<sup>ia</sup>* which contains besides Hurrian, Anatolian and other names some Semitic names of the particular Phoenician type. The central question with reference to this document is, how far it can be interpreted as evidence of a type of «Phoenician» population group at Cyprus or in the Mediterranean, or if it demonstrates a specific type of personal names in Ugaritic. This list nowhere refers to «Phoenicians» or to inhabitants of one of the well known Phoenician cities. But the evidence collected by P. Xella is much stronger with respect to the interconnections between Ugarit and the cities at the seashore and the continuation of not only the onomastic but the cultural heritage at all during the «dark ages». This poses further problems insofar, as the specific cultural modifications which led to the formation of the «Phoenician» culture, registered as a special entity by foreign peoples as the Greeks, should have had specific reasons not yet explained.

**In this respect, the investigation of a surprisingly increased incidence of early arrow heads by B. Sass is of special interest. It gives hints to an increasing influence of a younger Semitic superstratum especially in the field of onomastics. Though the onomasticon of the early pieces, well defined by their special kind of early alphabetic script, bears a suspicious resemblance to the onomasticon of the Late Bronze Age tradition as represented by the texts from Ugarit and the Amarna correspondence, the younger texts - judged by their script - show a more common Phoenician (and to an extent Hebrew) onomasticon. If it is proven now that no cultural and political change took place in the cities of the Phoenician mother-land and its hinterland, but that archaeological and linguistical continuation is stated, than it should be explained why alternations in customs took place which gradually led to this typical formation of a culture as the Phoenician of the First Millennium has been. If the roots of this culture are in the Second Millennium, also - for example - in such a sensitive domain as the religion, we should evaluate the principles which defined the specific culture which came in contact to the Israelite Monarchy on the one side, the Assyrians on the other, - and which spread with such a surprising success in the Mediterranean. (negritos são nossos)**

Gostaríamos de concluir nossa investigação abraçando o ponto apresentado acima, isto é, a chave para uma melhor compreensão do ‘nascimento’ dos fenícios encontra-se em um aprofundamento das pesquisas epigráficas, linguísticas e arqueológicas em relação aos períodos da virada da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, no Oriente, e para os primeiros séculos da Idade

do Ferro, nesse caso, não apenas no Oriente, nas 'cidades-mãe' fenícias, mas igualmente no Ocidente mediterrânico, área da diáspora e expansão destas.

Construções identitárias são dinâmicas e presas a contextos históricos, não podemos ter a ilusão que a documentação até hoje amalheada consiga jogar luz às construções identitárias da costa siro-palestina, no detalhe, do IIº e do início do Iº milênios, mas podemos e devemos tentar, retornando à documentação já acumulada, com esse novo e crítico olhar.



## BIBLIOGRAFIA

### *Fontes Antigas*

HOMERO - *Odisséia*. Jaime Bruna (trad.). São Paulo: Cultrix, 1976.

### *Obras*

ACQUARO, E. *Cartagine: un impero sul Mediterraneo*. Roma: Club del Libro Fratelli Melita, 1987 (1ª edição 1978).

ANDERSON, B. R. O'G. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2003 (1ª edição 1983).

AUBET, M. E. *The Phoenicians and the West. Politics, Colonies and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (1ª ed. 1987).

BEEKES, R. *Etymological Dictionary of Greek*. Leiden: Brill, 2009.

BONDÌ, S. F. The origins in the East. In: MOSCATI, S. (ed.), *The Phoenicians*. Londres: Ib Tauris, 2011 (1ª edição 1988), pp 23-29.

BONNET, C. e XELLA, P. La religion. In: KRINGS, V. (ed.) *La civilisation phénicienne et punique: Manuel de recherche*. Leiden/ Nova Iorque/ Köln: E. J. Brill, 1995, p. 316-333.

CARAYON, N. *Les ports phéniciens et puniques. Geomorphologie et infrastructures*. Tese de doutorado. Strasbourg: Université Strasbourg II - Marc Bloch, 2008.

CRAWLEY QUINN, J.; McLYNN, N.; KERR, R. M.; HADAS, D. Augustine's Canaanites. *Papers of the British School at Rome*. Rome: vol. 82, 2014, p. 175-97.

CRAWLEY QUINN, J. *In Search of the Phoenicians*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

DUNAND, M. *Byblos*. Beirute: Librairie Adrien-Maisonneuve, 1973 (1ª edição 1968).

DUPONT-SOMMER, A. Les débuts des études phéniciennes et puniques et leur développement. *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma, 1983, p.9-13.

EDREY, M. Phoenician Ethnogenesis: the Crucial Role of Landscape in the Early Shaping of Phoenician Culture. *Ugarit-Forschungen*, vol. 47, 2016, p.41-52.



- FRANKO, G. F. The Use of Poenus and Carthaginians in Early Latin Literature. **Classical Philology**, Chicago, vol. 89, n.2, 1994, p.153-158.
- HARDEN, D. **The Phoenicians**. Londres: Thames and Hudson, 1962.
- KILLEBREW, A. E. Canaanite roots, proto-Phoenicia, and the early Phoenician Period. Ca. 1300-1000 BCE. In: LÓPEZ-RUIZ, C. e DOAK, B. R. (eds.), **The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 39-55.
- KORMIKIARI, M. C. N. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo Centro-Occidental. **Anais da VII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Clássica**. Araraquara, 1993, p. 261-267.
- \_\_\_\_\_. Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas. **CADERNOS DO LEPAAQ**, Pelotas, vol. XV, n. 29, 2018, p. 173-185.
- LÓPEZ-RUIZ, C. e DOAK, B. R. (eds.) **The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- MARKOE, G. **Phoenicians**. Peoples of the Past Series. Londres: British Museum Press, 2000.
- MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 2019 (1ª ed. 1992).
- MOSCATI, S. Who were the Phoenicians?. In: **The Phoenicians**. Londres: Ib Tauris, 2001a (1ª edição 1988), p.17-19.
- \_\_\_\_\_. Territory and settlements. In: **The Phoenicians**. Londres: Ib Tauris, 2001b (1ª edição 1988), p.20-22.
- \_\_\_\_\_. **Nuovi studi sull'identità fenícia**. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Chi furono i Fenici**. Turim: SEI, 1992.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: KRINGS, V. (ed.) **La civilisation phénicienne et punique: Manuel de recherche**. Leiden/ Nova Iorque/ Köln: E. J. Brill, 1995, p. 1-18.
- PASTOR BORGONON, H. Die Phönizier: Eine Begriffsgeschichtliche untersuchung. **Hamburger Beiträge zur Archäologie**, Hamburgo, 15–17, 1988–90, p. 37–142.
- PEDRAZZI, T. Fingere l'identità: confini e culture materiale in Oriente. **Rivista di Studi Fenici**, Roma, 40/2, 2012, p. 137-157.
- PRAG, J. R. W. Poenus Plane Est – But who were the 'Punikes'?. **Papers of the British School at Rome**, Roma, vol.74, 2006, p.1-37.
- RÖLLIG, W. On the Origin of the Phoenicians. **Berytus**, 31, 1983, p. 79-93.
- \_\_\_\_\_. Phoenician and the Phoenicians in the Context of the Ancient Near East. **I Fenici: ieri, oggi, domani**, Accademia Nazionale dei Lincei, Commissione per gli studi Fenici e Punicí, Roma, 1995, p. 203-214.
- SAID, E. **Orientalism**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1978.
- TRIGGER, B. G. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 (1ª ed. 1989).
- XELLA, P. "Origini" e "identità". Riflessione sul caso dei Fenici. **Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité** [in ligne], 2014, p.126-132. mis en ligne le 12 décembre 2014, consulté le 27 novembre 2019. URL: <http://journals.openedition.org/mefra/2278>; DOI: 10.4000/mefra.2278



*Maria Cristina Nicolau Kormikiari*<sup>1</sup>

**Abstract:** The Phoenicians live a revival: exhibitions, congresses and publications of major compilations in English have fueled interest in this mysterious people. In this article we address an issue that has been hotly debated over the past ten years, the very Phoenician essence. Did they exist or are they a historiographical invention?

**Key-words:** Phoenicia; Phoenicians; historiography; Archaeology.

**Resumo:** Os fenícios vivem um *revival*: exposições, congressos e publicações de grandes compilações em língua inglesa têm alimentado o interesse por esse povo misterioso. Neste artigo abordamos uma questão que voltou a ser bastante debatida nos últimos dez anos, a própria essência fenícia. Eles existiram ou são uma invenção historiográfica?

**Palavras-chave:** Fenícia; fenícios; historiografia; Arqueologia.

**Resumen:** Los fenicios están reviviendo: exposiciones, congresos y publicaciones de importantes recopilaciones en idioma inglés han despertado el interés en estas personas misteriosas. En este artículo abordamos un tema que ha sido objeto de acalorados debates en los últimos diez años, la esencia fenicia. ¿Existieron o son una invención historiográfica?

**Palabras-clave:** Fenicia; Fenicios; historiografía; Arqueología.

Dossiê

## INTRODUCTION

The most recent major academic work on the Phoenicians, *The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean* (2019), brings in its flap a very thought-provoking synthesis about its object of study, written by its editors, C. López-Ruiz and B. R. Doak:

The Phoenicians created the Mediterranean as we know it and yet they are typically marginalized in a story written as one of Greek and

---

<sup>1</sup>Assistant Professor in Classical Archeology at the Museum of Archeology and Ethnology at the University of São Paulo, researcher and co-coordinator at the Laboratory of Studies on the Ancient City (Labeca-MAE / USP). In her post doc she did an internship at the Center Camille Julian, at the Université de Provence, in Aix-en-Provence, France. To consult other publications by the author: <https://usp-br.academia.edu/CristinaKormikiari>. E-mail: [tanit@usp.br](mailto:tanit@usp.br)





Roman success. It is no exaggeration to say that the ancient Mediterranean world, and to some extent the world we live in today, would have been very different had the Phoenicians not existed. The ancient Greeks and Romans may not have started using alphabetic writing when they did, hence literacy and even the development of genres such as history or philosophy might have been delayed, even for centuries. Moreover, the Phoenician commercial and colonial expansion starting in the late ninth century BCE laid out pan-Mediterranean networks and models on which Greece's own colonial expansion thrived. And, were it not for Carthage's grip on the central and western Mediterranean after 500 BCE, Rome might not have engaged in the Punic Wars, which proved to be the foundation of its empire outside Italy.

Our view of the ancient world is clearly built on the European culture that develops and dominates the West from the modern period. The collapse of the medieval world, which, even though it was not the desert for the production and dissemination of knowledge preached by common sense, was a period of brake on the development of sciences, which were boiling in Antiquity, will allow the "resurgence" and the incorporation of themes such as philosophy, mathematics, history, philology, geography, among others, in the social and political reorganization that has been taking over Europe since the 13th century<sup>2</sup>. The birth of Archeology as a scientific discipline fits this context. The resumption of classical studies occurs, primarily and essentially, through the bias of ancient texts, maintained and recovered in medieval monasteries and abbeys, and in this initial process the materiality, objects and constructions of the ancients, had to fit into the primacy of these written texts. It turns out that these are texts from the "successful" Greeks and Romans, as Lópes-Ruiz and Doak well point out in the excerpt transcribed above. Peoples who did not leave us literary, historical, philosophical, mathematical works, among others, whether for their own historical reasons or for the sake of conservation, found themselves thrown into the background, regardless of the real importance they had in the history of Antiquity. This, of course, is the case with the Phoenicians and their descendants throughout the Mediterranean, Carthaginians, Gaditans, Motyans, and so many others. The relevance and prevalence given to Greeks and Latins occurs not only because of medieval

---

<sup>2</sup> If we take into account the scholastic period. It should also be remembered that between the 8th and 9th centuries, during the Carolingian Empire, there was a "micro renaissance" with the restoration and inauguration of new schools (linked to monasteries, bishoprics and courts) and the organization of programs for the resumption of classical studies, through dialectics, grammar, rhetoric, arithmetic, geometry, astronomy and music. These schools would be, some of them, the bases for scholasticism and for the first medieval universities between the 12th and 13th centuries (on the subject, see TRIGGER, 1993, p.31-36).



and Renaissance historical events, but because they inhabited and dominated European lands, where the western world as we know it today was formed, because they left significant material marks - with their temples and monumental constructions, their orthogonal cities, their art - in these territories and for having been the chosen ascendants of the bourgeois elite, the new aristocracy, the modern ecclesiastical orders, and, ultimately, the Nation States that are formed throughout 19th century<sup>3</sup>.

The rupture with the eastern world, built in the medieval world, is then maintained and nourished, for the most part, it is important to stress, due to very complex historical developments that have taken over this vast region since the end of the Byzantine Empire and the rise of the Ottoman Empire. Rome is rediscovered in the first place also because the future modern Greek lands were subject to the Sublime Porte<sup>4</sup>, and, in this context, the seminal oriental civilizations also suffered in this selective process of what should be raised as a great object of study.

The Phoenicians, as we will see in detail below, are Eastern, and were not immune to all the process of subordination to the West suffered by these pre-biblical peoples<sup>5</sup>, but, and this is an important but, they sailed and settled throughout the Mediterranean, leaving their homeland in a process of contact (commercial, colonial, expansionist) that begins in the late Bronze Age (c. 1100 BC) (KORMIKIARI, 1993).

In this way, its material remains (which include this double document, material and textual, the epigraphy) are spread over the lands that bathe the entire Mediterranean basin (Syrian-Palestinian coast; Aegean islands; Cyprus; North Africa; Iberian Peninsula; Balearic Islands; Sardinia; Sicily; Pantelleria and Malta). In other words, it is impossible to escape from their legacy.

However, although we know that they had a rich and diversified written production, unfortunately only fragments of them in Greek and Latin texts

---

<sup>3</sup> On this vast and complex topic and its relationship with the Human Sciences, see Momigliano (2019); Trigger (1993). For an in-depth study of the roots of nationalism, see Anderson (2003).

<sup>4</sup> The Sublime or High Porte was the name given to the Ottoman government between the beginning of the 18th century and the first quarter of the 20th century. The territory that will shape the modern country Greece came under Ottoman rule between the 14th and 19th centuries. The Greek War of Independence lasted from 1821 to 1832. The Ottoman Empire stretches across a vast area of the eastern Mediterranean, from the Balkans to the border with Egypt.

<sup>5</sup> Edward Said (1978) was one of the first intellectuals to work systematically on the question of the denial of value given to the Orient in general. Its analysis refers to contemporary issues, but we can retain it as a paradigm for previous periods.



have reached us, so that Archeology and the study of material culture are our main, if not the only, source of documentation about them. And that is where the studies of the last 150 years have turned.

The lack of more abundant textual documentation makes it difficult for us to analyze internal discourses about their identity and historical perceptions and discussions about this issue have been gaining strength in recent years among American and European academics. It even went so far as to proclaim their non-existence (cf. CRAWLEY QUINN, 2018)!<sup>6</sup> It is clear that such an apocalyptic deconstruction is not seriously considered, but the identity discussion is necessary, as well as a critical analysis of foreign sources and modern and contemporary historical construction about these excellent carpenters and navigators of Antiquity.

### **THE FIRST STEPS IN THE SCIENTIFIC STUDY OF THE PHOENICIANS - 18TH AND 19TH CENTURIES**

Three scholars were the pioneers of the so-called Phoenician-Punic studies between the 18th and 19th centuries (cf. DUPONT-SOMMER, 1983):

The first was Jean-Baptiste Barthélemy (1716-1795). Born in Provence, south of France, he studied philosophy and theology among the Jesuits and, as a seminarian, specialized in ancient languages: Greek; Hebrew; Syriac and Arabic.

He will become known as Abbé Barthélemy, that is, as Father Barthélemy, even though he left the seminary and returned to the city where he grew up, Aubagne. Like so many antique classicists of his time, Barthélemy will be inspired by the wealth of material traces visible in his region, not yet touched by the Industrial Revolution that was forming further north in Europe. Thus, in addition to languages, which he will continue to study, he also dedicates himself to archaeological, epigraphic, numismatic studies and ancient history.

At the age of 28 he moves to Paris where he connects to the King's Medals Office and, there, becomes an expert in monetary classification<sup>7</sup>, becoming

<sup>6</sup> However, J. Crawley Quinn does a thorough job of reconstructing the process of adoption of the terms Phoenician and Phoenicia in modern times. The author argues strongly for the lack of an ethnic identity among the so-called Phoenicians (CRAWLEY QUINN, 2018, p. 25-43).

<sup>7</sup> The antiquarian spirit of the time favored coinage as the ideal document, since it has image and legend (mostly), thus being a textual source not suspected of manipulation, as would be the Classical texts, produced by an elite (MOMIGLIANO, 2019).



a member of the Academy of Inscriptions and Letters (Académie des Inscriptions et Belles Lettres) and, as such, starts to publish a series of works ('memories'). The most famous of them, "Essai de Paléographie Numismatique", is considered the first scientific attempt to establish modern numismatics.

At the age of 38, in 1754, he presented the text "Réflexions sur l'alphabet et sur la langue dont on se servait autrefois à Palmyre" to the Academy, opening the way for deciphering the alphabet of Palmira, a Semitic city of the Bronze Age, located in the central region of Syria, incorporated into the Roman Empire in the 1st century AD. A year earlier Barthélemy had become the new 'garde' of the King's Medals Office and, in this prestigious condition, embarked on his only trip abroad, to Rome, with the mission of increasing the collection of the Cabinet.

Barthélemy arrived in Rome on January 1, 1755 and stayed there for 18 months, during which time he visited a number of archaeological sites, in particular: Herculaneum and Paestum - where he visited the famous and monumental Greek temples.

Upon his return to France, he published a series of articles in the *Journal de Savants*<sup>8</sup>: "Explication de la mosaïque de Palestrine"; "Les antiquités d'Herculanum"; "Les ruines de Palmyre" and "Les ruines de Balbec".

In 1758, as a continuation of the deciphering of the language of Palmira, he presented at the Academy the important study "Réflexions sur quelques monuments phéniciens et sur les alphabets qui en résultent"<sup>9</sup>.

The starting point of this study is a bilingual inscription from Malta, in Phoenician and Greek, engraved on two marble bases where each supported a column crowned with acanthus leaves.

Barthélemy was then responsible for the final deciphering of the Phoenician alphabet, since Malta's inscription had been studied for over twenty years, but without conclusive results. This success will allow you to start reading some of the Phoenician inscriptions then known: coins of Tire and Sidon; funerary inscriptions from Cyprus (CIS I, 46 and 64).

In addition to being an epigraphist, numismatist and orientalist, Barthélemy also studied Greece later in his career. In 1788 he published *Voyage du*

8 Volumes from the 20th century are available at <https://www.persee.fr/collection/jds>. The *Journal des Savants* is the oldest literary newspaper in Europe, having been founded in 1665 by Denis de Sallo, advisor to the Paris Parliament. Dissolved in 1792, it was restored and reorganized in 1816, and until 1900 its costs were paid by the State. But already in the years 1901 and 1902 these expenses were borne by the Institut de France, and then it started to be sheltered by the Academy of Inscriptions and Letters, where it is still today (cf <https://www.aibl.fr/publications/periodiques/journal-des-savants/?lang=fr>).

9 Published at the *Mémoires de l'Académie*, XXX, p.405-27.



jeune Anacharsis en Grèce, a book he took 30 years to write and was a huge success at the time. Thus, Abbé Barthélemy, while responsible for deciphering the Phoenician alphabet in the 18th century, represents an iconic figure for the first Phoenician scientific studies.

The second precursor and great scholar was the German Wilhelm Gesenius (1786-1842). He is the great professor who started the academic study of Hebrew, but he also studied the Phoenicians and Punic and published, in Leipzig, in 1837, "Scripturae linguaeque phoeniciae monumenta quotquot supersunt" ("Monuments, existing, of writing and the Phoenician language"). This immense work was divided into four books: of Phoenician paleography; Phoenician inscriptions from Malta, Athens, Kition, Sardinia, Sicily, and other places; Phoenician coins; Phoenician language (characteristics and history). He also searched for traces of the Phoenician-Punic language in Latin and Greek writings. For example, quotations in Plauto, proper names, deities, grammatical elements, among others.

Finally, the third great scholar was the famous Ernest Renan (1823-1892), born in Brittany, France. Renan is educated at the Collège de France in Paris and, in 1862, he succeeds his former teacher, Étienne Quatremère, in the Hebrew chair. The method of comparative grammar, learned in his studies of Sanskrit with Eugène Burnouf, is used by Renan in his analyses of Semitic languages. Therefore, he wins the maximum prize in the Volney contest of the Academy of Inscriptions and Letters (Académie des Inscriptions et Belles-Lettres) and presents his comparative grammar of the Semitic languages (Hebrew; Phoenician; Aramean; Palmireu; Nabataean; Arabic) where he searched for the common characteristics of all those languages<sup>10</sup>.

In 1857, he published the memory of the *Histoire phénicienne de Sanchaniaton*, a Phoenician priest from the 10th century BC who wrote a history of the Phoenician religion and whose text was partially preserved in a Greek summary of Philo of Byblos, from the 3rd century AD. Renan defended the authenticity and the historicity of this work, which was later confirmed by the information contained in the tablets of Ras Shamra (former Ugarit), from Syria.

He was the first westerner to conduct an archaeological excavation mission in Phoenicia between 1860 and 1861, where he explored four regions: Tortose (Ruad and Amrit), Byblos, Sidon and Tire (from north to south, along the coast).

In September 1861, he and his sister contracted malaria fever. His sister dies and Renan, having survived, returned to France in October of the same

<sup>10</sup> Although dated, the principles of this work are still valid.



year. The results of the excavations are published in the *Mission Phénicie*, still today one of the essential books of Phoenician archeology<sup>11</sup>. In 1855, the sarcophagus of Eshmounazar (king of Sidon) is found by chance. On loan to France, today it is in the Louvre. In 1861, Renan collected numerous inscriptions in situ and published them the following year. And in 1867, under his 'sponsorship', the Academy decided to publish a vast volume of all Semitic inscriptions known to date. The first part is dedicated to Phoenician and Punic inscriptions<sup>12</sup>. This is how *Corpus Inscriptionum Semiticarum* (CIS) is born<sup>13</sup>.

\*\*\*

The 18th century marks the first uses of the term "Phoenician" and the term "Punic" in Western academia, which were consolidated throughout the 19th. We are at a very complex historical moment, which involves the formation of nation states, the development of universities and modern sciences, as we saw above.

The two terms are not modernly invented terms, but neither are they terms that came from Phoenician and / or Punic textual sources. However, they were adopted in this modern moment of systematization of knowledge from the ancient world.

## BUT WHO WERE THE PHOENICIANS?

Dossier

Sabatino Moscati, whom we can consider as the father of Phoenician-Punic Archeology in the important Italian academic school, in the presentation of the opening catalog of the exhibition *I Fenici*<sup>14</sup> (2001a), presents us with the main object of this exhibition as Semites from the Canaanite branch - not indigenous to the region that will later mark their existence, the Syro-Palestinian coast.

11 When France took over Lebanese territory in 1919, in the so-called modern colonial period, French archaeologists worked from the bases founded by Renan.

12 The first volume of the CIS, *Pars prima. Inscriptiones phoenicias continens* is published in 1881. Three more issues followed, published every two years, and in 1891, shortly before his death, the first issue of volume two with Carthage's inscriptions was published.

13 The first half of the 20th century and the first decades that follow are periods marked by seminal philological studies and publications of Semitic inscriptions - Phoenician in particular. For a detailed compilation see Röllig (1995).

14 This exhibition marked history in Italy, so dominated by the memory of the Roman Empire, by bringing to the general public, in Palazzo Grassi in Venice, a little about the Phoenicians and their descendants, such as the Carthaginians. The gigantic catalog, with more than 800 pages and beautiful images that accompanied the exhibition, brings articles from the most renowned researchers in the area. In 1992, Moscati resumed the subject in a book entirely dedicated to the subject, called *Chi furano i fenici*.



In fact, the idea of a Phoenician non-autochthony was strongly conveyed to us by classical tradition. According to Herodotus (I, 1; VII, 89), Strabo (I, 2, 35; XVI, 4, 27), Pliny the Elder (Nat. Hist. IV, 36) and Justin (XVIII, 3, 2-4) would have come from southern and eastern lands, in reference to their final position on the Mediterranean coast (cf. RÖLLIG, 1983, p. 80)<sup>15</sup>. Recently, A. E. Killebrew (2019, p. 42), following important scholars like Maria Eugenia Aubet (1997, p. 10-12) and Glenn Markoe (2000, p.12), defended the Phoenician autochthony based on a strong cultural continuity (derived from archaeological documentation) in relation to the Late Bronze Age (c. 1500-1200 BC)<sup>16</sup>.

Here we find one of the conceptual aspects that most problematize the Phoenician question and it is of a chronological order. When can we talk about Phoenicians and Phoenicia? This doubt arises because the cities that will come to be identified as Phoenician have, for the most part, a previous history, sometimes quite long. This is the case of Byblos, which will be presented in detail below.

Sabatino Moscati postulated that from the beginning of the Iron Age (c.1200 / 1100 B.C.) they were called Canaanites or Sidonians<sup>17</sup> (1992, p.17-18), that is, when historiographically the “rise” of the Phoenicians is established (cf. also AUBET, 1997, p. 10; KILLEBREW 2019; ACQUARO, 1987, p.11). These terms are found in both Phoenician, Assyrian, archaeological and textual documentation in the Old Testament and in Homer (cf. KORMIKIARI, 2018, p.175). The first contacts with the Aegean date from the Mycenaean period, at the end of the 2nd millennium, when it is believed that they shared maritime routes and exchanges with the Western Mediterranean (Sicily, Sardinia and Iberian Peninsula) (cf. KORMIKIARI, 1993, p. 264)<sup>18</sup>. The Egyptian documentation of Tell el-Amarna, from the 15th century BC,

15 Only Philo of Byblos claims that they are indigenous. Herodotus places them, initially, in the Sea of Eritrea, that is to say, in the Red Sea; Strabo says that in the Persian Gulf there would be temples and cities similar to those of the Phoenicians, which is confirmed by Pliny; Justin narrates that having to leave their lands due to an earthquake, the Phoenicians first settled on Lake Siro (Dead Sea?) and then on the Mediterranean coast (cf. MOSCATI, 1992, p. 3).

16 In this sense, scholars like Donald Harden (1962, p. 21-22) even proposed extending the use of the term Phoenician to the 3rd millennium (apud KILLEBREW, 2019, p. 42).

17 The term Sidonians appears in Homer, in the opinion of M. E. Aubet (1997, p.8), as anachronistic since in the Homeric period the Phoenician city with more power was Tyre. On the other hand, she recalls that the king of Tyre is also called “king of the Sidonians”, which would be quite significant for the period between the 10th and 8th centuries BC (idem, p. 9).

18 Although controversial, there are those who perceive in the Mycenaean term *po-ni-ki-jo* / *po-ni-ki* the pre-Hellenic existence of the term Phoenician (MOSCATI, 1995). In his etymological dictionary of Greek, Beekes (2009, p. 1583) states that the suffix “ik’” (*phoinikes*), in Greek, is not Indo-European, and therefore, would be pre-Greek. M. E. Aubet (1997, p. 8) understands that the term, which appears in texts in linear B from Knossos and Pylos, refers to an aromatic herb from the East, perhaps the ‘phoenicia herb’ of Pliny the Elder, and so it would not be related to an ethnicity.

is also an important source of information (cf. MARKOE, 2000, p. 14-16; KILLEBREW, 2019, p. 44)<sup>19</sup>.



The term Canaan as a designation for a specific location appears in the middle of the 3rd millennium, a data taken from the findings of Ebla, in Syria (AUBET, 1997, p. 9). From the 15th century BC onwards, the term appears widespread, as a specification of a place, in Levantine and Egyptian texts and in inscriptions (*ibidem*).

Enrico Acquaro reminds us that in Genesis (10, 15-20) the list of peoples presented contains eleven names plus that of the founder of the genealogy, Canaan, thus making twelve. Among the eleven peoples mentioned (the so-called “Canaanite families”), the Sidonians are the first (ACQUARO, 1987, p.10).

The absence of a comprehensive nomenclature is explained by the recurring idea, among several scholars, of autonomy of the Phoenician city-states instead of an eventual unified identity (MOSCATI 2001 a, 2001 b, 1992, 1995; AUBET, 1997; XELLA, 2014; KILLEBREW, 2019). In this sense, the use, in different ancient documentary sources of terms such as Sidonians or Tyrians in a sense that reflects the idea of a larger grouping of populations, is explained as a reflection of specific city hegemonies (for example, ACQUARO, 1987, p.16 ).

A certain academic consensus about these early “Phoenicians” of the late Bronze Age claims that:

Much like the second millennium Bronze Age inhabitants of the Levant who appear as “Canaanites” in Egyptian, Mesopotamian, and biblical sources, the early Phoenicians, who may have referred to themselves as Canaanites, can be best understood as a confederation of merchant communities of predominantly indigenous populations residing along the central and northern Levantine littoral, with a similar material culture and language, who likely self-identified in terms of their cities and family lineage (KILLEBREW, 2019, p. 42).

Killebrew’s article is recent, from 2019, and seems to want to put an end to the historiographical question of an identity order, which has recently gained momentum (PASTOR BORGONON, 1988-1990; MOSCATI, 1993; RÖLLIG, 1983, 1995; PRAG, 2006; XELLA, 2014; EDREY, 2016;

<sup>19</sup> The so-called El Amarna’s letters indicate a specific, common, diplomatic and trade language established by the great powers of the 2nd millennium in the Eastern Mediterranean, demonstrating a sharing of values.





CRAWLEY QUINN, 2018). It fed and feeds on the fact that the terms by which the Phoenicians, and their descendants, encompassed in the term Punic, became known in the Greek and Roman Mediterranean world are not emic, but ethical.

We have *phoinikes* for the people and *Phoiniké* for the region in words used by the Greeks, already in Homer (*Odyssey*, VIII, 159-164; XV, 415-482; among other passages) and the connection with the Greek word for purple, red is obvious: *phoinix*. This color refers to the typical Phoenician industry of purple coloring of fabrics. What we do not know is which one came before. Moscati (1992, p.17) argued that, analogously to the term *Canaan*, from which the term red in Akkadian would be derived, the term *phoinix* in Greek could have been derived from an emic ethnic, transliterated into Greek as *phoinikes* and *Phoiniké* (cf also, AUBET, 1997, p. 9-10).

We will return to this question later in our article. But .....

## HOW DID THE PHOENICIANS CALL THEMSELVES?

Moscati argued, as seen, that a conscience of national unity was weak among them, as we did not find distinctive words to express that conscience (1988, 1992, 1995). In an analogous way, Paolo Xella resumes this theme in a more recent article (2014), where he argues that, even not abandoning the terms *Phoenician* and *Phoenicia* for their heuristic value, we should visualize the Phoenician identity much more from the city point of view, that is, from each city-state, due to the lack of documentation that indicates any idea of national unity.

G. Markoe went further and noted: “Tyre, Sidon, Byblos, and Arwad were all fiercely independent, rival cities who rarely worked in concert with one another, except under common threat” (2000, p. 10).

In the 2nd millennium, the name *Canaanite* was used for the people and *Canaan* for the region, as mentioned above. But the term, in fact, designated, however, the entire Syro-Palestinian area (KORMIKIARI, 2018, p. 175-176). Modernly, a very well remembered fact about the term and its relation with the Phoenicians is the information provided by Saint Augustine, at the end of the 4th century AD, when he reports that the African people, in his

time, still called themselves Chanani, that is Canaanites<sup>20</sup>. Despite this, the Canaanite name cannot be considered a unique designation for the Phoenicians. They are, however, included in it<sup>21</sup>.



## IS THERE A WAY TO DEFEND THE PHOENICIAN UNITY?

Identity construction processes have been the subject of much research and discussion throughout the 20th and 21st centuries. Moscati understood that a people was an aggregate of people who could diversify by race and origin, but who assumed a homogeneous character because they had in common a geographical area, a language, a historical and cultural process (1995; 2001a).

Most historians understand that, in relation to the Phoenicians, these requirements only occur around 1200/1100 BC, since before that, the Syro-Palestinian history does not provide a clear distinction between the centers of the coast - which would later be those of Phoenicia - and those from the interior (MOSCATI 1992, 1995, 2001a<sup>22</sup> ACQUARO 1987, p.11; AUBET, 1997, p. 10; contra MARKOE, 2000, p. 22-25)<sup>23</sup>.

However, caution, already pointed out in 1966 by W. Culican, is still part of our fragmented understanding of this phenomenon:

The origin of both these cities (i.e. Tyre and Sidon), and indeed the origin of the Phoenician civilization generally, is lost, for neither excavations nor written documents throw much light on the eleventh and tenth centuries B.C. It is indeed possible that the birth of 'Phoenicia' was brought about by the formation of a new population group composed mainly of sea-raider settlers and coastal Canaanites (CULICAN, 1966, p. 72 apud RÖLLIG, 1983, p. 80)

Historical data from the region show that the organizational system was based on city-states. In a previous moment, these coastal city-states - which

<sup>20</sup> "For when our country folk, asked what they are, respond in Punic, Chanani— what else do they state, obviously with one letter lost, just as is usual in such cases, than Chananaei?" (St. Augustine, Ep. In Rom. Inchoat., 13). There are those who defend, however, that this transcription is not correct and that it was taken out of context (CRAWLEY QUINN et alii, 2014).

<sup>21</sup> Edrey (2016, p. 46) presents studies that reaffirm the Phoenician ethnic identification as Canaanite.

<sup>22</sup> It should be noted that throughout his texts, Sabatino Moscati has always affirmed the independence of the Phoenician city-states, stressing the inexistence of a Phoenician "nation".

<sup>23</sup> For a summary both the opposing and favorable positions towards the Phoenician turn of the late Bronze Age, which have lost strength over the past few decades, see Röllig (1983, p. 79-81).

already existed then before Phoenicia - are not very different from those in the interior - which will not form Phoenicia.



In the introduction of the chapter on religion on the *Manuel de recherche*, edited by Véronique Krings, two of the most important names in the field, Corine Bonnet and Paolo Xella (1995, p. 316-317), remind us that it is difficult to work with the idea of a historical reality behind the expressions “Phoenician religion” and “Punic religion” because Phoenicia was never a unified and circumscribed political entity and the Punic world encompasses a constellation of well-differentiated historical and cultural situations. The Phoenician city-states were constituted as geopolitical entities often jealous of their autonomy and the cults played an important role in cultural differentiation.

We take as an example Byblos, the oldest of the documented Phoenician cities. In Moscati’s words we would have here a clear example of continuity and innovation:

I Fenici, fu detto, si presentano sostanzialmente come i continuatori della civiltà siro-palestinese dell’età del Bronzo, di fronte alla frattura che le altre genti determinano tutt’intorno. Continuatori, s’intende, non senza sviluppi e innovazioni, dove più e dove meno notevoli; ma pur sempre esponenti di uno sviluppo ininterrotto, come ininterrotto è l’elemento etnico che lo esprime, e in ciò differenziati e autonomi rispetto al mondo circconvicino.

Emblematico, al riguardo, può dirsi il caso di Biblo: una città fiorente già nella tarda preistoria e che nel corso del III e del II millennio sviluppa una propria autonoma vicenda, con manifestazioni di cultura nelle quali si anticipano le caratteristiche delle future città fenicie almeno nell’ambito del Vicino Oriente (manca, infatti, l’espansione mediterranea). (MOSCATI, 1992, p. 23)<sup>24</sup>

Excavated initially by Ernest Renan from 1860 onwards, later by the Egyptologist Pierre Montet, between 1920 and 1924, and finally, under the responsibility of the Lebanese government, the entire internal site to the walls, built upon a promontory, was discovered, and beyond these, the excavations continue to this day (DUNAND, 1973).

<sup>24</sup> In a detailed article Tatiana Pedrazzi (2012) takes up the question again, agreeing with the idea of marking the Phoenicians as those Semites who will guard their culture in the face of innovations that will spread throughout the Middle East between the end of the Bronze Age and the beginning of the Iron Age.



Prehistory and history prior to 1200 BC are part of a picture that covers all of Syria and Palestine. Byblos represents the oldest archaeological testimonies of the Phoenician area: since the end of the 6th millennium, at sea level, the presence of an important settlement is attested - it is considered the largest in the Mediterranean area for this time (BONDÌ, 2001)<sup>25</sup>.

Its first inhabitants are dedicated to agriculture, grazing, and fishing; that is, the vital relationship with the sea already exists. At the same time, there is also the production of fabrics and yarns that will remain until the historical time of Byblos - and that will be a strong feature of later Phoenician production.

Still in the Neolithic period, throughout the 4th millennium, material evidence points to deep relations between the Syrian-Palestinian coast and Mesopotamia (Ur), with similarities between the artisanal relations of the two regions. From this period the oldest work in ivory was found, which will also be characteristic of later Phoenician production (*idem*).

The site is occupied without interruption and in 3000 BC more systematic and massive urban structures are identified (dwellings, workshops and temples) (DUNAND, 1973, p. 20). These structures are grouped into blocks, communicating through narrow streets with plumbing for the evacuation of water. The temples, which have been in existence for some centuries, retain the layout of a room surrounded by a corridor. This plant will remain for centuries. The material culture related to that moment reveals the close links maintained between the inhabitants of the city with Egypt, in its first dynasty, and Mesopotamia. The mound is completely occupied by facilities and narrow streets, the walls cover a space of 5 ha.

From 2800 BC, the urban characteristics of the previous period become more precise and expanded. It is believed that exchanges with Egypt, dynasties II and III, are the basis for the increase of the site (*idem*, p. 21).

Sandro Filippo Bondi (2001) defines this moment as “evolution of the 3rd millennium on the Syro-Palestinian coast”, when an “urban revolution” arrives in this coastal area, in which, for the first time, a complex of sanctuaries, housing, public buildings, among others; that is, a city, can be seen.

In this view, Byblos would be the great stage of this new experience. This is due to the fact that it is geographically very well located. It is the natural point of support along the routes that link Syrian-Palestine to Egypt. For

<sup>25</sup> The oldest dating of the site dates back to the Neolithic - period, which in Byblos goes from c. 5250 to 3800 BC. The first systematic installation on the site occurs in the western part of the mound, close to the maritime cliff.



almost seven centuries, the city grows and become richer, the nerve center of an important network of exchanges between Mesopotamia, Anatolia and the Nile valley.

Byblos becomes a well-developed urban settlement (cf. BONDÌ, 2001): it has two ports; the city is protected by a wall, inside which there is a block of dwellings; two large shrines - "Building L" and "Temple of de Lady of Byblos" - are the main places of worship.

Dedicated to Baalat-Gebal, "The Lady of Byblos", the city's tutelary deity, this temple marks the wealth and power of monarchs. It is usually dated to c. 2800 BC and the numerous Egyptian inscriptions and offerings found there point to political interests in diplomacy with the royal house of Byblos (AUBET, 1997, p. 18).

Egyptian inscriptions of c. 2600 BC mention the ships of Byblos transporting wood (cedar) and oil, as well as the acquisition of boats by the Egyptian authorities (ibidem).

The increase in international trade with Egypt has an influence on the culture of Byblos and conditions its economy. At the end of the 2nd Egyptian dynasty - beginning of the 3rd millennium - merchants from the Delta were supplied with firewood, metals and prestigious goods. The importance of Byblos for Egypt can be seen in the myth of Osiris: it is there that Isis goes looking for her husband's body (BONDÌ, 2001). In addition to Egypt, texts by Ebla show how Byblos traded by importing raw metals, upholstery, perfumes, animals and food products; and exporting manufactured products of linen and worked metals.

Indeed, Ebla's archaeological discoveries show that between 2500 and 2300 BC the future Phoenician cities in general became the main intermediaries of trade between the Syrian kingdoms and the Nile Valley. In the Ebla archives, several Canaanite cities are mentioned. In highlight, we have Arwad, Sarepta, Akhziv, Beirut, Tyre and Sidon. However, it is good to emphasize that Gebal, that is, Byblos, is the one that is always mentioned as the main commercial center and described as the capital of a powerful kingdom (AUBET, 1997, p. 18).

But in the midst of this prosperity, there was concern, as archaeological excavations identified a constant strengthening of the walls. In c. 2150 BC, countless destruction and a partial fire devastate the city (DUNAND, 1973, p. 22-23).

The end of the third millennium is marked by an internal crisis that prevents Egypt from pursuing its policy of expanding towards the east. Relations with Byblos are cut short. This is a period of great "turmoil" across the Near

East, tumultuous by territorial changes / ethnic transfers, which also affect the coastal area of Syro-Palestine (BONDÌ, 2001).



In Byblos we have what is identified as a foreign occupation (between the end of the 3rd millennium and the first quarter of the 2nd millennium BC) marked by architectural changes, despite the maintenance of sacred spaces, temples, with the same ritual functions. One of the signs most connected to this change is related to ceramics, transformed and brought from further afield in the East. A population from the ends of the Syrian desert is believed to occupy the region. They are the ones who destroy the Sumerians in Mesopotamia and threaten Egypt: they are the Amorrites. The arrival of this new population is attested in Syria, on the Syrian-Palestinian coast and in the most inland lands of Canaan (DUNAND, 1973, p.23).

The period between c. 2300 and 1900 BC is characterized by an interruption of maritime traffic to Egypt as a result of this invasion. It is necessary to remember that the Amorrites are considered nomadic Semitic groups, which looted and burned several Canaanite centers on the coast, such as Byblos, but also Tyre. Then, they go in more inland, in Aleppo and Mari (cf. AUBET, 1997, p. 19).

This phase in Byblos is marked by violent ruptures but also by the appearance of innovations, mainly linguistic. These demonstrate more clearly the cultural configuration of the Syrian-Palestinian area and its internal unity. With the Pharaoh of the Middle Kingdom, Egypt is reborn and between the 19th and 18th centuries relations with the Syrian-Palestinian coastal area are resumed (BONDÌ, 2001).

In this period the kings of Byblos are the only ones among Asians who are called by Egyptian sources "princes". The wealth and the Egyptian influence are attested by the tombs of some sovereigns who have furniture with objects of Egyptian type: medallions, crowns, gold scepters, precious stones, among others (ibidem).

New layers of destruction, more violent, are dated to the period between 2000 and 1725 BC. But after this, an immediate reconstruction is confirmed, followed by the reorganization of the walls. It is from this period that the famous Temple of the Obelisks dates<sup>26</sup>. Tombs built at the bottom of wells, with a very rich funerary apparatus are associated with royalty. Names like

26 A large square enclosure with several spans, chandelier basins and a large number of betyls in the shape of pilasters, aniconic symbols of the divinity. The objects found in the sanctuary are part of some of the most typical types of Byblos production: statues covered with gold that represent male characters, with Egyptian clothing and conical tiara; naked bust and arms along the body (sometimes raised and flexed). Egyptian models also appear in glass-paste figures used as ex-votos, representing, for example, the god Bes with a lion's forehead, sphinx and dog's head. Other objects, such as gold and ivory daggers will be characteristic of the 1st millennium (BONDÌ, 2001).

Abi-shemou and Ip-shemou-abi, are related to princes of the first Babylonian dynasty, of Amorrite origin (BONDÌ, 2001.).



The discovered metal objects associated with these burials reveal a network of contacts with metallurgical centers in the Caucasus and Armenia region. At the same time, both Mesopotamian and Egyptian influence are maintained. Cretan pottery, kamares, is also attested. The habitants of Byblos use a hieroglyphic writing, in a first moment, and, in a second, a pseudo-hieroglyphic writing (DUNAND, 1973, p. 27).

Between 1900 and 1550 BC, the Egyptians are conquering parts of Syro-Palestine, but at the end of the 18th century BC, both the Hittite domain in the north and the arrival of the Hyksos put a brake on this domain. In the region of Byblos, there is a great increase in the development of the rural area, related to population density, and the burials now bring weapons as funerary furniture. Weapons are also offered at temples. The walls are renewed (cf. *ibidem*, p. 28).

Among the later Phoenician cities, Acco, Byblos and Tyre appear, in the Egyptian texts, as autonomous states, although Byblos is mentioned as the bridge of the Egyptian domain in the Levant (AUBET, 1997, p. 19).

Egyptian hegemony, therefore, does not prevent these centers from trading widely with Syria and Mesopotamia: the texts in the archives of Mari, for example, document for the 18th century a series of exchanges between this city and Byblos, based both on fabrics and clothes as in embassies and women, exchanged between sovereigns. In fact, coastal centers maintain prerogatives of institutional autonomy and are sites of cultural manifestations, such as the search for more agile and functional graphic methods than those of Egypt and Mesopotamia; and which are spread, like relative languages, in the Syro-Palestinian area (BONDÌ, 2001).

Egyptian domination is resumed between 1550 and 1200 BC. Also from a political point of view the area of the Syrian-Palestinian coast is in the Egyptian orbit - like much of the interior of Syria and Palestine (cf. BONDÌ, 2001). However, it is already possible to notice the fractionation of the area in states formed by cities (which will be a constant until the Hellenistic period).

To the south, with the action of Pharaoh Tutmoses I (1525-1515) and his successors, Egypt resumes hegemony. To the north are formed two large state nuclei: the Hittite kingdom in Anatolia and the Mitani kingdom, between upper Syria and northern Mesopotamia.



The events on the Syrian-Palestinian coast will be increasingly linked to the history of these powers, which will confront each other in the Syrian region. Overall, Egypt will retain power over the entire coastal area - including the area of "Phoenician" cities - up to Ugarit. The situation will be fluid during the 16th and 14th centuries BC and our greatest source of documents is the international correspondence of the Egyptian archives of Tell el-Amarna. Egypt will experience moments of expansion and periods of retreat as the alliances change and renew, involving the Syrian cities each time one of these, depending on the power of the moment, connects to a specific kingdom.

About Byblos, the existing documentation speaks of the local king Rib-Adda. In his correspondence with Pharaoh Amenophis IV, he reports the difficulties of maintaining the allegiance of loyalty to Egypt due to the activities of Abdi-asirta and Aziru (sovereigns of Amurru), which incite their subjects to rebellion (cf. BONDÌ, 2001). The important center of Ugarit, on the other hand, presents several aspects that are documented here for the 2nd millennium and that will appear in the Phoenicia of the 1st millennium. It therefore provides the Syrian foundations on which Phoenician culture will articulate. Examples: gold and silver cups; votive steles; ivory work. Also with respect to religious life, Ugarit reveals in ritual texts figures that will later be venerated in Phoenicia: the gods El, Baal and Reshet and the goddesses Anat and Astarte. With regard to long-distance trade, Ugarit, Byblos and Tyre will be included in the great Mediterranean network of exchanges, maintaining relations with Cyprus, Aegean, Syria-Palestine, Egypt and Mesopotamia (AUBET, 1997, p.20).

Centers that will later be defined as Phoenicians therefore reveal aspects that were already characteristic in the 14th - 13th - 12th century BC, and even earlier, as we have seen. These will appear again in the Phoenicia of the 1st millennium. For example, in Byblos and Sidon we have high quality work with ivory.

The so-called Invasion of the Peoples of the Sea puts an end to the political framework of the period of the Final Bronze and with the end of it, "Phoenicia" begins. Here, some of the cultural characteristics of the previous period will remain: the political system of the city-state in the hands of the monarchy; some forms of artisanal production; non-secondary aspects of religious thought; some and important linguistic characteristics (BONDÌ, 2001, p.). As M. E. Aubet (1997, p. 21) summarizes:

The Bronze Age in Canaan ends with generalized symptoms of violence, destruction or social-political decline. The destruction and final





abandonment of Ugarit around 1200 forms part of the succession of events in Canaan in the end of the Bronze Age, especially the Israelite invasion around 1230 BC and the general instability produced by the so-called 'Sea Peoples'. These latter, outstanding among them the Philistines of obscure origin, after laying waste the Hittite empire and destroying numerous Canaanite cities, took possession of the Southern coastal territory of Canaan around 1180 BC. To these Philistines, who gave their name to that part of the country – Philistia – Palestine – is attributed the introduction of iron metallurgy into the Levant. All these events had as a consequence a cultural and political power vacuum, which ultimately facilitated the incursion of the Aramaic tribes who occupied the interior of the territory – the modern Syria – towards the 11th century BC. The crisis of the end of the Bronze Age in Canaan culminated in a general reorganization of the old land of Canaan, which was reduced to what will become Phoiniké or Phoenicia proper.

Before the differentiation that will result in Phoenicia, there is therefore a homogeneous picture of a "Syrian" or "Syrian-Palestinian" civilization. Around 1200 BC the Phoenician cities emerge autonomously.

### **So, HOW DO WE STAND?**

The Greek, the other, will perceive this new unit, formed from 1200 BC on. Phoenician civilization is the result of new facts that change the situation around it, and therefore, however paradoxical it may seem, it results much more from continuation than from innovation, which occurs, on the contrary, around it.

At this juncture, an aspect that draws attention is the nature of the Phoenician urban settlements, whose model will be carried by the Phoenicians to the entire Mediterranean: cities founded on rocky promontories, which could alternatively have two ports; one to the north and one to the south, depending on the situation of the winds and the seasons. As an alternative to promontories, small islands in front of the coast were used, where the defense and construction of fortifications was even easier and the variety of quays continued.

The geographical situation of Phoenicia implies a greater or lesser separation from the interior, depending on historical circumstances. Until 1200 BC, the circumstances did not lead to a more pronounced separation, although the cities on the coast developed autonomously, as we have seen.

The fact that Phoenician cities, after 1200 BC, became more closed made it difficult to trade by land (with the interior), which was an essential

component of Phoenician economic activity. In this way, marine activity is fully developed (MOSCATI, 2001b).



As we saw above, this activity has always been linked to the position of the Phoenician cities and was organized mainly within the scope of the Eastern Mediterranean, in particular with Egypt, which has always had privileged relations with the Syro-Palestinian coast.

Two facts increase the Phoenician marine activity at the beginning of the 1st millennium BC according to Sabatino Moscati (2001b):

1. Consolidation of internal states, especially that of Israel, which severely restricts the control of trade linked to it.
2. Resumption of Egyptian expansion, and also mainly Assyria, which constrain commercial activity, and thus compel the Phoenicians to seek out different ports<sup>27</sup>.

These factors determine the Phoenician maritime projection, which will establish colonies in the West with the same characteristics as the eastern cities: on promontories or on islets close to the coast, spaced regularly to allow stops during navigations. For example, Carthage and Nora are founded on headlands. Motya, Sant'Antioco, Gades, Mogador are founded on islets.

## ABOUT THE PHOENICIAN IDENTITY

E. Röllig (1995, p. 211-3) believes that a greater understanding of the origin of the Phoenicians can only be achieved from a better understanding of the lexical terms and literary structures of inscriptions. Even pointing out the existence of the debate about the definition of our research object, these 'Phoenicians', this eminent researcher well states:

Nevertheless, in the recent years a minimal consensus has been achieved insofar as the beginning of the so called «Phoenician» history coincides (archaeological speaking) with the Iron I-Period. But... the cultural tradition from the Bronze-Age is unbroken. Garbini adduces a text with a list of «families» from (in Akkadian) *āl Alas'ia* which contains besides Hurrian, Anatolian and other names some Semitic names of the particular Phoenician type. The central question with reference to this document is, how far it can be interpreted as evidence of a type of «Phoenician» population group at Cyprus or in the Mediterranean, or if it demonstrates a specific type of personal

<sup>27</sup> Nicolas Carayon (2008) did an extremely detailed study of Phoenician and Punic ports.



names in Ugaritic. This list nowhere refers to «Phoenicians» or to inhabitants of one of the well known Phoenician cities. But the evidence collected by P. Xella is much stronger with respect to the interconnections between Ugarit and the cities at the seashore and the continuation of not only the onomastic but the cultural heritage at all during the «dark ages». This poses further problems insofar, as the specific cultural modifications which led to the formation of the «Phoenician» culture, registered as a special entity by foreign peoples as the Greeks, should have had specific reasons not yet explained.

**In this respect, the investigation of a surprisingly increased incidence of early arrow heads by B. Sass is of special interest. It gives hints to an increasing influence of a younger Semitic superstratum especially in the field of onomastics. Though the onomasticon of the early pieces, well defined by their special kind of early alphabetic script, bears a suspicious resemblance to the onomasticon of the Late Bronze Age tradition as represented by the texts from Ugarit and the Amarna correspondence, the younger texts - judged by their script - show a more common Phoenician (and to an extent Hebrew) onomasticon. If it is proven now that no cultural and political change took place in the cities of the Phoenician mother-land and its hinterland, but that archaeological and linguistical continuation is stated, than it should be explained why alternations in customs took place which gradually led to this typical formation of a culture as the Phoenician of the First Millennium has been. If the roots of this culture are in the Second Millennium, also - for example - in such a sensitive domain as the religion, we should evaluate the principles which defined the specific culture which came in contact to the Israelite Monarchy on the one side, the Assyrians on the other, - and which spread with such a surprising success in the Mediterranean. (bold are ours)**

We would like to conclude our investigation by embracing the point presented above, that is, the key to a better understanding of the 'birth' of the Phoenicians lies in a deepening of epigraphic, linguistic and archaeological research in relation to the periods of the turn of the Bronze Age to the Iron Age, in the East, and in relation to the first centuries of the Iron Age, in this case, not only in the East, in the Phoenician 'mother cities', but also in the Mediterranean West, an area of the diaspora and expansion of those cities.

Identity constructions are dynamic and tied to historical contexts, we cannot have the illusion that the documentation so far amalgamated can shed detailed light on the identity constructions on the Syrian-Palestinian coast from the 2nd and the beginning of the 1st millennia, but we can and must try, returning to the already accumulated documentation, with this new and critical look.



ACQUARO, E. **Cartagine: un impero sul Mediterraneo**. Rome: Club del Libro Fratelli Melita, 1987 (1st edition 1978).

ANDERSON, B. R. O'G. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London/New York: Verso, 2003 (1st edition 1983).

AUBET, M. E. **The Phoenicians and the West. Politics, Colonies and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (1st edition 1987).

BEEKES, R. **Etymological Dictionary of Greek**. Leiden: Brill, 2009.

BONDÌ, S. F. The origins in the East. In: MOSCATI, S. (ed.), **The Phoenicians**. London: Ib Tauris, 2011 (1st edition 1988), pp 23-29.

BONNET, C. e XELLA, P. La religion. In: KRINGS, V. (ed.) **La civilisation phénicienne et punique: Manuel de recherche**. Leiden/ New York/ Köln: E. J. Brill, 1995, p. 316-333.

CARAYON, N. **Les ports phéniciens et puniques. Geomorphologie et infrastructures**. PhD Thesis. Strasbourg: Université Strasbourg II - Marc Bloch, 2008.

CRAWLEY QUINN, J.; McLYNN, N.; KERR, R. M.; HADAS, D. Augustines's Canaanites. **Papers of the British School at Rome**. Rome: vol. 82, 2014, p. 175-97.

CRAWLEY QUINN, J. **In Search of the Phoenicians**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

DUNAND, M. **Byblos**. Beyrut: Librairie Adrien-Maisonneuve, 1973 (1st edition 1968).

DUPONT-SOMMER, A. Les débuts des études phéniciennes et puniques et leur développement. **Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici**. Rome, 1983, p.9-13.

EDREY, M. Phoenician Ethnogenesis: the Crucial Role of Landscape in the Early Shaping of Phoenician Culture. **Ugarit-Forschungen**, vol. 47, 2016, p. 41-52.

FRANKO, G. F. The Use of Poenus and Carthaginenses in Early Latin Literature. **Classical Philology**, Chicago, vol. 89, n.2, 1994, p.153-158.

HARDEN, D. **The Phoenicians**. London: Thames and Hudson, 1962.

KILLEBREW, A. E. Canaanite roots, proto-Phoenicia, and the early Phoenician Period. Ca. 1300-1000 BCE. In: LÓPEZ-RUIZ, C. e DOAK, B. R. (eds.), **The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 39-55.

KORMIKIARI, M. C. N. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo Centro-Occidental. **Anais da VII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Clássica**. Araraquara, 1993, p. 261-267.

\_\_\_\_\_. Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, vol. XV, n. 29, 2018, p. 173-185.

LÓPEZ-RUIZ, C. e DOAK, B. R. (eds.) **The Oxford Handbook of the Phoenician and Punic Mediterranean**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

MARKOE, G. **Phoenicians**. Peoples of the Past Series. London: British Museum Press, 2000.



MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2019 (1st edition).

MOSCATI, S. Who were the Phoenicians?. In: **The Phoenicians**. London: Ib Tauris, 2001a (1st edition 1988), p.17-19.

\_\_\_\_\_. Territory and settlements. In: **The Phoenicians**. London: Ib Tauris, 2001b (1st edition 1988), p.20-22.

\_\_\_\_\_. **Nuovi studi sull'identità fenicia**. Rome: Accademia Nazionale dei Lincei, 1993.

\_\_\_\_\_. **Chi furono i Fenici**. Turin: SEI, 1992.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: KRINGS, V. (ed.) **La civilisation phénicienne et punique: Manuel de recherche**. Leiden/ New York/ Köln: E. J. Brill, 1995, p. 1-18.

PASTOR BORGONON, H. Die Phönizier: Eine Begriffsgeschichtliche untersuchung. **Hamburger Beiträge zur Archäologie**, Hamburg, 15–17, 1988–90, p. 37–142.

PEDRAZZI, T. Fingere l'identità: confini e culture materiale in Oriente. **Rivista di Studi Fenici**, Rome, 40/2, 2012, p. 137-157.

PRAG, J. R. W. Poenus Plane Est – But who were the 'Punikes'?. **Papers of the British School at Rome**, Rome, vol.74, 2006, p.1-37.

RÖLLIG, W. On the Origin of the Phoenicians. **Berytus**, 31, 1983, p. 79-93.

\_\_\_\_\_. Phoenician and the Phoenicians in the Context of the Ancient Near East. **I Fenici: ieri, oggi, domani**, Accademia Nazionale dei Lincei, Commissione per gli studi Fenici e Punici, Rome, 1995, p. 203-214.

SAID, E. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.

TRIGGER, B. G. **A History of Archaeological Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 (1st edition 1989).

XELLA, P. "Origini" e "identità". Riflessione sul caso dei Fenici. **Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité** [in ligne], 2014, p.126-132. mis en ligne le 12 décembre 2014, consulté le 27 novembre 2019. URL: <http://journals.openedition.org/mefra/2278>.

# NEAR EASTERN COLONIES AND CULTURAL INFLUENCES FROM MOROCCO TO ALGERIA BEFORE THE CARTHAGINIAN EXPANSION: A SURVEY OF THE ARCHAEOLOGICAL EVIDENCE



*Eleftheria Pappa*<sup>1</sup>

**Abstract:** Our core knowledge concerning the Phoenician diaspora in north-western Africa centers around the archaeological and historical evidence of the sites of Lixus and Mogador in Morocco, as well as the necropoleis of Tangier and the site of Rachgoun in Algeria. A less clear picture has been formed for the subsequent, so-called Punic phase. Yet ongoing surveys of large areas and archaeological investigations of sites are enhancing our knowledge of the Phoenician and Punic periods in northwestern Africa, weaving a complex picture of various degrees and types of involvement in the local milieu by people of a Near Eastern heritage. Here, the earliest Phoenician presence and developments down to the Punic period (associated with the Carthaginian expansion) are presented, taking into account the local context as well as the settlement and mercantile activities of Phoenicians in the wider Mediterranean and the Atlantic.

**Keywords:** Africa, Atlantic, Phoenician, Punic, Morocco, Algeria, Lixus, Mogador, Ceuta.

**Resumo:** Nosso conhecimento principal em relação à diáspora fenícia na África norte-ocidental revolve ao redor dos dados arqueológicos e históricos dos sítios de Lixus e Mogador, no Marrocos, como também das necrópoles de Tangier e de Rachgoun na Argélia. Um quadro menos claro foi estabelecido para a fase subsequente, denominada púnica. Ainda assim, trabalhos de prospecção de vastas áreas em andamento e pesquisas arqueológicas em sítios estão aumentando nosso conhecimento acerca dos períodos fenício e púnico na África norte-ocidental, tecendo um quadro complexo em relação aos graus e tipos de envolvimento no contexto local das pessoas com herança oriental. Aqui, o período mais recuado de presença fenícia e os desenvolvimentos subsequentes que chegam até o período púnico (associados à expansão cartaginesa) serão apresentados, levando em consideração o contexto local, como também as atividades mercantis e de assentamento dos fenícios pelo Mediterrâneo e Atlântico.  
**Palavras-Chave:** África, Atlântico, Fenício, Púnico, Marrocos, Argélia, Lixus, Mogador, Ceuta.

*Dossiê*

---

1 I received my doctorate in archaeology (DPhil) from the University of Oxford (Hertford College), masters course in classical archaeology (MPhil, Classical Archaeology) from de same University. I held a post-doctoral scholarship (projects funded: 2015/26909-0; 2018-01268) by the São Paulo Research Foundation (FAPESP) and was a member of the Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA) of the Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo USP). To access other publications: <https://oxford.academia.edu/EleftheriaPappa> E-mail: [eleftheriapappa@hotmail.com](mailto:eleftheriapappa@hotmail.com)



**Resumen:** Nuestro principal conocimiento sobre la diáspora fenicia en el noroeste de África gira en torno a los datos arqueológicos e históricos de los sitios de Lixus y Mogador en Marruecos, así como la necrópolis de Tánger y Rachgoun en Argelia. Se estableció una imagen menos clara para la fase posterior, llamada púnica. No obstante, el trabajo de prospección a gran escala y los estudios de sitios arqueológicos están aumentando nuestro conocimiento de los periodos fenicio y púnico en el noroeste de África, entretejiendo una imagen compleja de los grados y tipos de participación en el contexto local de personas con herencia oriental. Aquí, se presentará el primer período de presencia fenicia y los desarrollos posteriores hasta el período púnico (asociado con la expansión cartaginesa), teniendo en cuenta el contexto local, así como las actividades comerciales y de asentamiento de los fenicios en el Mediterráneo y el Atlántico.  
**Palabras clave:** África, Atlántico, Fenicio, Púnico, Marruecos, Argelia, Lixus, Mogador, Ceuta.

## INTRODUCTION

Phoenicians traded and settled in northwestern Africa during the period of the so-called Phoenician expansion that resulted in the establishment of settlements and trading ports across the Mediterranean. The present study deals with the Phoenician presence in this region from its beginnings (ninth/early eighth century BC) to the period well into the centuries of the so-called Punic phase (post-sixth century BC). The geographical extent of the discussion will be dictated by the evidence for the Phoenician/Punic presence. It will mainly cover the coastal and inland areas of northwestern Africa: Algeria, Morocco, as well as the autonomous territories of Spain, Ceuta and Mellilla. The Canary Islands, off the African coast in the Atlantic Ocean, will be treated very briefly, to the extent that is applicable in the present discussion. The focus will be the study of the archaeological evidence, but it will be supplemented with information from the literary and numismatic evidence, especially where such evidence radically alters the picture.

This broader region in northwestern Africa forms the westernmost area of the Phoenician colonisation and trade. Somewhat marginal in Phoenician studies even nowadays, it was not so much so in Antiquity. In Greco-Roman sources, the foundation of the Phoenician colony of Lixus on the Atlantic coast of Morocco is cited as one of the earliest Phoenician colonies in the Mediterranean, predating those of Gadir and Utica (PAPPA, 2013, p. 3). In the modern period, the region has received unequal investment in research (PAPPA, 2015, p. 72). In the past decades, there have been limited studies on the Phoenician/Punic past of Algeria, although research into this period of the country



continues (e.g. FERDI, 2005).<sup>2</sup> On the other hand, Morocco has enjoyed a fruitful and multi-faceted period of research, with collaborative, multi-national teams carrying out surveys and excavations, which helped enhance our knowledge of the prehistoric and proto-historic periods of the country. Systematic data have been collected by the Spanish-Moroccan project in the area of Tétouan; the German (DAI) project at Mogador and the French-Moroccan project at Kouass (MARZOLI and EL KHAYARI 2009; MARZOLI and EL KHAYARI 2010; PEPI, 2014). In particular, these relatively recent surveys in Morocco have multiplied the find-spots of Phoenician-style (or Phoenician-made?) pottery. Impressive work has taken place towards the valorisation of the cultural heritage of the country (e.g. BERNAL et al. 2011). Archaeological research in Ceuta has also followed a period of fruitful archaeological investigations (e.g. VILLADA, RAMON and SUÁREZ PADILLA, 2011). Thus, different levels of research invested in the separate territories of the western Maghreb directly affect the patterns of archaeological evidence. This has to be taken into account when formulating interpretations of the evidence and building hypotheses for the archaeologically visible 'patchy' infiltration and settlement of Phoenician populations in the region, as modern historical circumstances often belie the historical accounts we form on the first millennium BC.

In the traditional historiographical model of Miquel Tarradell — one of the pioneers in the archaeological investigation of the Phoenician/Punic past of the western Maghreb — developed in the 1960s, northwestern Africa formed the southern part of the 'Circle of the Straits', a term coined to refer not merely to the geographical region corresponding to the Straits of Gibraltar and the areas surrounding it, but to a cultural *facies* focusing around the colony of Gadir, with vague connotations regarding the exercise of political authority (PEPI, 2014, p. 204-206; SÁEZ ROMERO, DÍAZ RODRÍGUEZ and SÁEZ ESPLIGARES, 2004). The term has survived in the scholarly literature as merely descriptive, indicating the stylistic affinities of the material culture of that region in the Phoenician period, in contrast to that produced in central northern Africa, with Carthage (in modern-day Tunisia) as its epicentre (PAPPA, 2015, p. 71).

Historical and other types of literary sources from the Archaic to the Roman periods offer convoluted, exaggerated and contradictory information on the Phoenician presence in northwestern Africa and its causes (PAPPA, 2009, p. 54-55). While the literary tradition on the Phoenician colonisation

<sup>2</sup> As part of a general decline in the archaeological research, related to the political and economic instability of the country.





movement in the western Mediterranean emphasises a primary interest in metal acquisition, the archaeological and historical research of the past decades has added several other factors: the restriction of space in the narrow strip of land of the Phoenician homeland, demand for the procurement of timber, ivory and other raw materials, the opening of new markets, social and economic pressure exerted by the imperialistic Neo-Assyrian state, as well as the class-dependent, social ruptures within the Phoenician society itself (e.g. PAPPA, 2013, p. 15-19, p. 185-186). In particular, the western Mediterranean/Atlantic shores offered rich marine resources, and in Antiquity they provided murex shells, but also tunny fish and various products made from them, such as fish sauces, which by the Classical Period were renowned as far as Athens (PAPPA, 2013, p. 102).

This movement of trade and settlement, in essence, formed only a part of a colonial-trading movement that, whatever its initial causes, acquired a momentum of its own after the initial century of exploration and migratory waves, with expansion and colonisation proceeding from the influx of traders and migrants. Over time, the opening and accessibility of new lands in the western Mediterranean would have welcomed a diverse array of people that sought better fortunes away from what were the crowded urban city centres of the Levant and the constant threat and reality of conflict. Whatever the cases of overt violence and political tension that likely sprung in these contexts (WAGNER, 2005) from what must have amounted to mass migration with overtones of colonialism, co-habitation and co-operation with local people, varying from context to context, can be observed in the archaeological record of the western Mediterranean.

Within this broader frame, the evidence for Phoenician presence in northwestern Africa and the impact of this migration movement on the local population is comparable but far from identical to the image conveyed by the archaeological record in the Iberian Peninsula. Its interpretation has been less uniform than in other regions. Part of the problem derives from the issue of an archaeologically-derived chronology of the region, which remains tenuous (PAPPA, 2015, p. 72). The chronology often has to rely on imports from Spain or the eastern Mediterranean. In turn, the imports may not be all that well dated or they could have been retained in Antiquity as heirlooms, which creates some obstacles in assessing the contemporaneity of sites in northwestern Africa, as well as with other sites in the western Mediterranean.



Literary and numismatic data provide complementary sources of evidence for the study of Phoenician/Punic presence in the region (PAPPA, 2013, p. 83-85). Descriptions of Phoenician and Punic towns in literary accounts, as well as numismatically-derived toponyms and their cross-references, can be useful when judiciously used (e.g. LIPÍNSKI, 2004). The two *Periploi* (navigation manuals) frequently evoked in discussions of the Phoenician/Punic presence in northwestern Africa are the fourth-century BC Pseudo-Skylax' Periplous (DOMÍNGUEZ MONEDERO, 1994) and the so-called Hanno's Periplous (LÓPEZ PARDO, 1991), probably earlier by at least a century. Numismatic evidence contributes, for example, to the etymological research on toponyms known from Greco-Roman literary sources, thus aiding the identification of an ancient town or village mentioned in a literary account with a specific locality or site of excavation. For the region under discussion, several place names betraying a possible Phoenician etymology can be detected. For example, Carayon (2008, p. 182-194, p. 223-230) in his inventory of sites and localities with evidence for a Phoenician/Punic phase in the region, lists several mentioned in Greco-Roman sources (such as the *Periplus* of pseudo-Skylax) that can be cross-checked by later numismatic evidence and whose ancient names etymologically document a Phoenician toponym, e.g. the ancient name of the settlement at Melilla, *Rusaddir*, is mentioned in several Greco-Roman sources and appears in the Phoenician script on the coins minted by the city after the fall of Carthage, although so far there is no robust archaeological evidence in the locality predating the third century BC.

## PHOENICIANS, PUNES, LIBYCO-PHOENICIANS AND THE ARTIFICIALITY OF BROAD BRUSHSTROKES

The broad gamut of evidence for settlements, trade, exploration and cultural contact in northwestern Africa reflects a mosaic of interrelated but different processes involving local populations and varying groups of people under multiple social formations that in modern literature tend to be subsumed under the umbrella rubrics of 'Phoenicians', 'Punes' and 'indigenous'. Using archaeological, historical and the few extant epigraphic evidence, this dazzling variety of evidence can be charted and interpreted within the broader Mediterranean and Atlantic contexts, notwithstanding the existing caveats in research.

The interpretation of the archaeological evidence in this region is crucial in forming models of settlement and intercultural interactions, albeit it remains open to multiple interpretations depending on the researcher's point



of view. This is not eased by the multiplicity of semantically overlapping nomenclature on the issue of ethnicity. A multiplicity of terms exist that refer to Phoenician populations and aspects of their language and culture in the Mediterranean, especially with regard to northern Africa. The term 'Phoenician' has persisted in the scholarly literature, although it is commonly agreed that it is devoid of meaning as an ethnonym. When dealing with the Phoenician diaspora, the term can describe anyone of Near Eastern ancestry that partook in the colonisation movement (including, e.g. North Syrians). Terms such as Phoenician, Punic, neo-Punic derive from ancient usage (PRAG, 2014), but their modern use in an overlapping fashion creates problems of terminology and definition (PRAG, 2006). Following attempts at standardisation, the terms 'Phoenician' and 'Punic' tend to be used so as to signify only a chronological distinction, distinguishing the pre-sixth century BC Near Eastern people and cultural phenomena in the Mediterranean from their later manifestations (PAPPA, 2013, p. 4-6). Thus, here the term 'Punic' will refer to the descendants of Phoenician colonists from the transition of the mid-/late sixth century BC onwards, as human agents but also aspects of culture, without making any regional distinction or assuming Carthaginian derivation. Pragmatically, by the fifth-sixth century BC, the original Phoenician settlers, many of whom would have arrived not directly from the Near East but from other colonies in the western Mediterranean, would have developed locally new permutations of their culture, at cross-roads with the mosaic of those of the local inhabitants, Libyans, influences from Carthage further east, as well as traders such as Greeks of various origins that plied western Mediterranean waters. It is this amalgam of ethnicities and cultures that must be envisaged when one uses ambivalent terms such as 'Libyco-Phoenicians'.

Post-colonial discourses have sought to emphasise the dynamic process of colonisation and settlement, whereby both local inhabitants and colonists/settlers partake in the formation of new culture. Challenging the residual leftovers of past hegemonic discourses that sought to legitimise the European colonial forays and imperial control of modern times, by portraying them as successors to ancient civilizing colonists, has been imperative in reconsidering current historical models that even nowadays are battling with artificial frames of reference, imbued with strategic colonialist motivations that do not relate to past historical realities<sup>3</sup>.

As a bulwark to the generalizing and outdated concept of external impositions of new cultural forms as if on empty lands devoid of people, there is

<sup>3</sup> For the use of archaeology as a tool in the legitimisation of European Empires during the nineteenth century, see Díaz Andreu García (2007).



the tendency nowadays to place undue emphasis on the local cultural element, sometimes reversing the 'original sin' of studying ancient colonisations. Thus, in northwestern Africa, settlements seen as Punic until recently are now reinterpreted as indigenous. Pepi (2014), in his attempt to challenge the nineteenth/twentieth-century historiographical models of Phoenician/Punic presence in Morocco, deriving to a large extent from the legitimising discourses of British and French colonial enterprises in the lands of the Maghreb, almost axiomatically sees no Phoenicians or Punes, by considering all the relevant archaeological data as 'indigenous', with any identifiable change dismissed in vague terms as the "increasing scale of social exchange" (PEPI, 2014, p. 213). In essence, these increasing levels of exchanges are treated as dehumanised, with no need for human agents (western Phoenicians of one or other origin) that must have created them in one form or the other.

While denying that the thrust of these Phoenician-tinted exchanges must have involved some Phoenicians, at least, does not serve historical reality, excluding the indigenous populations also results in a misleading picture. This is not merely an issue of supplementing the body of evidence, but a critical stance on how one looks at the archaeological data and the interpretation of this material (PAPPA, 2015). The prolific body of theory that exists on ancient colonisation movements and colonialism should form the backbone of a balanced view. At the same time, the discourse on colonialism should address early modern and contemporary imbalances that result in asymmetrical levels of research, and thus in skewed interpretations of the existing data, if these are not taken into account. Ignoring, for example, the modern context in Algeria when sketching a picture of the extent and nature of Phoenician presence in northwestern Africa during the early 1<sup>st</sup> millennium BC, would result in a dramatically distorted description of a historical reality.

Although the available archaeological data do not match up to the image conveyed by the Greco-Roman literary tradition for an intense Phoenician/Punic presence in the area surviving until later centuries, it is important to bear in mind that surveys and limited archaeological evidence do not always reveal complex patterns of social organisation, ethnicities, cultural facets, language and religious and burial customs that are needed in order to draw robust conclusions. With regard to Morocco, where a Carthaginian infiltration of the area during Punic times has been postulated for over a century, the interpretation of the data also pivot on the crucial issue of what one considers to be Phoenician or Carthaginian dominion: as Pepi (2014, p. 202) incisively notes in this case, is the issue one of "territorial, political, economic or simply cultural hegemony on the part of Carthaginians and other western Phoenicians"? The



diffused elements of Punic culture from the fifth century BC may derive from Carthaginian influence, rather than denote the continuation of an eastern Phoenician cultural horizon from the eighth century BC. Without a reliable archaeological chronology and extensive excavation programmes, however, such questions of chronology and origin of influences in the material culture – and thereby the society itself – will remain difficult to answer.

## A LAND TO TRADE AND SETTLE IN ...

### *The Land*

Evidence for Phoenician presence in northwestern Africa has been documented on either side of the Straits of Gibraltar, the 9 km wide peninsula jutting out in southern Spain and separating the Mediterranean Sea from the Atlantic Ocean (Fig. 1). The African regions east of Gibraltar, facing the Alboran Sea, are territorially divided among Morocco, Spain (Ceuta, Melilla) and Algeria. The Spanish administrative regions of the three islands Chafarinas, Peñón de Alhucemas, and Peñón de Vélez de la Gomera are located along the Mediterranean coast of Morocco. Further east, on the Algerian coast, Punic evidence stretches across the Oran plain and 350 km to the east, around the modern-day cities Cherchel and Tipasa. On the Atlantic façade of Morocco, the southernmost region where Phoenician evidence has been documented is Mogador, an islet off the modern city of Essaouira.

Northeastern Morocco lies between the Atlantic Ocean and the Mediterranean Sea. The Rif mountain range stretches from Cape Spartel to the Melwiyya River, almost parallel to the Alboran Sea. Dominating the interior of the land, the Atlas Mountains rise in a west-east direction towards the Algerian border, facing the Anti-Atlas Mountains that follow a south-west northeast direction, and forming a mountainous landscape of rocky outcrops that is a continuation of the Betic-Rif mountain belts of Iberia (CARAYON, 2008, p. 180). Rivers and streams indent the northwestern African coastline, creating (often dry) river valleys (wadi/oued), such as the wadi Liane, Ksar Seghir and Al Marsa in the region of the Straits of Gibraltar, and the wadis Martil and Lau on the Mediterranean coast (RAMOS et al., 2012, p. 514). Several major rivers, some of which spring from the Atlas Mountains (Sebou, Regreg, Draâ) and others in the Rif Mountains (Loukkos), discharge in river basins on the Atlantic façade, as do smaller rivers (e.g. wadi Ksob). The basins of these rivers underwent significant geomorphological transformations, with

the result that the modern coastline does not reflect ancient geomorphology (LÓPEZ PARDO, 2002, p. 31-32).



The Algerian coast is characterised by the mountain range of Tell Atlas, a continuation of the Atlas Mountains of Morocco. It stretches parallel to the Mediterranean coast, where overhanging mountain cliffs are broken off by coastal plains drained by rivers, as in the areas of Oran and Algiers (CARAYON, 2008, p. 180).

### *Local populations at contact-time*

Most of the archaeological evidence for Phoenician settlement patterns are concentrated in the western part of the region described (Morocco and Ceuta). Although the body of knowledge concerning the indigenous populations is growing, there is still not adequate information on settlement patterns, modes of subsistence, social organisation and trade connections that can be ascribed with some degree of precision to the time of contact with the first Phoenician traders and settlers. It is archaeologically documented, however, that contacts between northwestern Africa and Iberia on their closest point (southern Iberia – Tangier Peninsula) had been ongoing from at least the third millennium BC.

The main problem for assessing the social and economic organisation, aspects of culture and religion of these populations at contact time with the earliest Phoenicians lies in the difficulty of dating sites and thus of establishing any contemporaneity with the Phoenician horizon, which compounds the problems of the cultural ascription of a site as 'Phoenician' or 'indigenous'. These difficulties in chronology also obfuscate the study of the impact of the Phoenicians on local communities. Successive campaigns of an international, multidisciplinary project in the region of Tetuán (in the coastal segments of Bab-Sebta to Cape Negro and of the Beliunes forrest near Ceuta to the Lián river) in northern Morocco resulted in the identification of several sites dating from the Palaeolithic Period onwards. Several sites were identified that could date to the period under discussion here: La Ferma, Río Negro V, Koudia Taláa, Río Negro II, and Al-Amin/Alcudia Smir, along with possibly the sites of Tres Piedras II and Río Negro IV, whose dates remain indeterminate (RAMOS et al., 2011, p. 231). It appears that several communities were sedentary by this period, living in settlements. In some cases, continuity of occupation can be established from the Libyan Late Bronze Age down to the fifth century BC (PEPI, 2014, p. 208).



In previous decades, information on the social organisation of communities in northern Morocco at contact-time had been gauged through the iconographic analysis of rock art iconography in the High Atlas and Atlas Mountains (JODIN, 1964; SIMONNEAU, 1968-72; SBIHI ALAOUI and SEARIGHT, 1997). The depiction of men brandishing weapons and animals, some appearing to be domesticated, was considered evidence for pastoral communities (RODRIGUEZ, 2006). Hypotheses even suggested that the depiction of metal weapons in some of these images implies trade in metals between Phoenicians and local people (LÓPEZ PARDO, 2002, p. 34-35, p. 37-38). Stylistic comparisons, however, suggests that some of the metal weapons and tools depicted in this rock art date to the second millennium BC, since possible prototypes of the images have comparanda in the middle of the second millennium BC Atlantic Iberia. In addition, at least one halberd has been found at the Bronze Age necropolis of Mers in the Tangier Peninsula, whose accurate depiction appears in the High Atlas engravings (PAPPA, 2009, p. 60-61). The burial evidence from the necropoleis of the Tangier Peninsula, (PONSICH, 1970, p. 50-61) indicates settled communities. Tentatively, this evidence advances the hypothesis of pastoral and (semi-) sedentary communities that already made use of metal tools and weapons prior to the influx of Phoenician trade. After all, it is with communities of a certain level of social organisation that it would have been possible for Phoenicians to instigate trade contacts.

### **THE BEGINNINGS OF THE PHOENICIAN PRESENCE IN NORTHWESTERN AFRICA: SETTLEMENTS, TRADING POSTS AND THEIR IMPACT CA. EIGHTH–SIXTH CENTURY BC**

Evidence for the activities of Phoenicians in the earliest period of their presence in northwestern Africa consists in settlement and funerary data, as well as in evidence for trade that has been found across western Mediterranean. The earliest Phoenician-related activity is dated to the eighth century BC, by conventional chronologies (pottery typologies). The activities of newcomers left evidence in the form of new permanent settlements, seasonal trading posts, funerary monuments for the interment of Phoenician-origin individuals, imports but also changes in the burial customs of local populations. Thus, there exist various levels and degrees of involvement that reflect a complex reality of exchanges and living situations. Sites initially interpreted as colonies and as trading posts are now looked at from new perspectives that emphasise the local conditions and contributions. Due to the nature of several research projects (e.g. survey vs excavation), the extent of settlement area, the



internal organisation and cultural affinities of a site often remain nebulous and open to speculations. In few cases, we do have details for the internal organisation of the space at some of the settlement sites investigated. Clear cultural affiliations often remain unclear. The evidence for continuity of occupation provides clues as to this issue.

### *The Atlantic façade*

In literary sources, the town of Lixus was considered the oldest Phoenician colony in the West (Pliny *Hist. Nat.* 19, 63). In Antiquity it was located closer to the Atlantic coast, but now it is found inland in the alluvial plain of the river Loukkos, near Larache. Lixus is one of the best investigated sites of that period in the wider region (ARANEGUI GASCÓ, LÓPEZ-BERTRAN and VIVES-FERRÁNDIZ, 2011). Early excavations, which began anew in more recent times, brought to light a settlement stretching from the hill of Tchemmish to the river plain below. The earliest evidence for contacts at the site dates to the eighth century BC (HABIBI et al., 2005). It consists in a phase characterised by the presence of ceramic material, as well as faunal and ichthyofaunal remains, followed by the first phase of building activity on the site. Terracing walls on the top of the hill and evidence for residential areas on the slopes attest to an early settlement, where metallurgical activities took place close to domestic quarters. The earliest architectural remains correspond to the rectilinear architecture of stone foundations and adobe/tapial walls, with door openings possibly at the room corners but in any case above the stone foundation (HABIBI et al., 2005). The ceramic material in use at the site shows local production according to Phoenician prototypes, but also connections with the Phoenician and Orientalizing culture of Iberia, as well as hand-made pottery that must have been locally-made (ARANEGUI GASCÓ, LÓPEZ-BERTRAN and VIVES-FERRÁNDIZ, 2011). The settlement does not appear to have been occupied prior to the arrival of the Phoenicians.

The necropolis of Raqqada was located north-west of this settlement and almost certainly served the Lixitan population. The three funerary groups identified so far probably date not to the original group of colonists, but to a later period in the life of the settlement, from the second half of the sixth century to the fifth century BC. From the summary picture of the discoveries made there, it appears that the deceased were buried with bronze jugs known from the Levant and Cyprus, as well as known Phoenician-style jewellery, such as golden earrings with basket pendants suspended from loops (EL KHAYARI, 2007a; 2007b).





One of the earliest evidence for Phoenician presence was detected in early excavations on Cape Spartel, west of the Straits of Gibraltar. Two tombs identified as Phoenician were investigated at the beginning of the previous century, one of which had been looted. The other, known as 'Ras Achakar' (KOEHLER, 1930), was an underground chamber tomb, built of ashlar blocks following a rectilinear plan and accessed by a corridor. It contained a single inhumation with grave offerings, including silver earrings with suspended basket pendants. This tomb invites close comparison with the aristocratic funerary monuments at Trayamar, the elite necropolis of the Phoenician colony at Morro de Mezquitilla in Malaga (Spain) (PAPPA, 2013, p. 92). It should be noted, however, that the inhumation of the deceased at elaborate funerary monuments as the one at Ras Achacar is not a common mode of interment in the eighth and seventh century BC Phoenician colonies in the Iberian Peninsula. As such, a seventh-century date for the Ras Achacar tomb could be disputed. The design of the jewellery that it yielded, appears in other funerary grounds in Tangier, both Phoenician and indigenous, as well as at Raqqada and in some of the necropoleis of the Tangier Peninsula (PAPPA, 2013, p. 92-93).

Other potential sites of Phoenician occupation are either badly-known or suggest a different type of settlement, temporary or seasonal. The meagre finds from Sala (Rabat), and the substantial activity on Mogador are good examples. At Sala, ancient *Chellah*, at the mouth of the Bou Regreg river, some Red Slip pottery fragments, found among allegedly seventh-century BC Phoenician walls, suggest Phoenician presence. These early walls were incorporated into a later Roman structure, and thus conclusions are tentative (BOUBE, 1984, p. 166-167; PAPPA, 2013, p. 86-87).

A well-known and much investigated site is the settlement on the present-day island of Mogador, off Essaouira, first published in the 1960s (JODIN, 1966). Recent geophysical investigations have documented that at the time of Phoenician occupation, the island was naturally joined to the mainland by a long and narrow isthmus (MARZOLI, 2012; MARZOLI and EL KHAYARI, 2009; MARZOLI and EL KHAYARI 2010). Ceramic assemblages from the site consist in amphorae from the western Phoenician colonies, but also few amphorae from Athens and East Greece (eastern Aegean islands and the Greek cities of Asia Minor). Some of the Phoenician pottery was inscribed with the personal names of the owners, who seem to have marked out their personal possessions in a communal space shared by seasonally-residing



merchants and sailor crews (JODIN, 1966)<sup>4</sup>. Metallurgical activities may have taken place on the island, which must have been used as a stopping-off point for navigators and a base for procuring resources. A betyl found standing on Mogador, the only permanent structure identified, suggests that eastern Mediterranean religious rites were practised (JODIN, 1966; PAPPÀ, 2009, p. 65-62). A tripillar shrine was identified at the site of Kommos, on southeastern Crete, which was also used as a stop-off point by Phoenician sailors en route to the western Mediterranean (PAPPÀ 2013, p. 136-138).

### *The Tangier Peninsula*

The Tangier Peninsula yielded evidence for burial grounds dating from the Late Bronze Age to the Roman period. Some of them undoubtedly show at least intense exchanges with Phoenicians. So far, it has not been possible to associate these burial grounds with specific settlements. Several burial grounds were fully published by Ponsich (1967; 1970), yet their dating and cultural attribution remain nebulous for some and doubtful for others (EL AZIFI, 1995, PAPPÀ, 2009, p. 62-68). Some are considered indigenous burial grounds of populations with close connections to Phoenician communities. A plausible seventh–fifth century BC tomb is the small underground burial chamber of Mogogha Es Srira, 5km east of Tangier, whose architectural plan of a vertical opening and lateral chamber recalls some of the earliest Carthaginian tomb types (JODIN, 1960; PAPPÀ, 2013, p. 92). Pepi (2014, p. 210) considers the tomb to be the result of consecutive constructions, with a second phase of enlargement, and on the basis of three vases, dates it to between the third and first century BC, not taking into account parallels with Archaic tombs in Carthage and the likelihood of reuse in later centuries.

Two inhumation burial grounds at Malabata (two burials), 14 km west from the modern city of Tangier, and another in the Marshan/ Merchan plain east of Tangier (98 inhumations in fossas dug into the bedrock) in Tangier, also recall Carthaginian customs. Basket-type pendants were associated with some of the burials, but the reuse of the grounds already in Antiquity hinders a more general attribution to the seventh–sixth century BC (PAPPÀ, 2013, p.92; PAPPÀ, 2009, p. 66). Pepi (2014, p. 209) considers doubtful any chronological attribution, other than of some indeed later tombs to the Roman period.

The impact of the Phoenician presence in the wider region (be that as settlers or traders) is illustrated by the extensive evidence for the reception of

<sup>4</sup> For a summary with bibliography, see Pappa (2009, p. 58).



Phoenician artefacts among the local populations of Tangier in the period between the seventh and the fifth centuries BC, archaeologically documented in the grave offerings, and the subtle changes in burial customs at these necropoleis, already known from the 1970s but mostly ignored by modern research. The level of impact documented in the burial grounds of Tangier, with imported pottery and jewellery of Phoenician styles, render more striking the absence of large urban nuclei attributed to Phoenician settlers. While this may relate to the vicissitudes of archaeological discovery, it cannot mask the reality of a variety of different types of Phoenician activity in the region that did not lead to an urban agglomeration by this stage.

### *Ceuta, Tétouan region and the eastern Rif*

Another category of sites is represented by those identified in modern-day Ceuta, in the region of Tétouan and in the Rif valley. Unlike sites on the Atlantic coast (Lixus, Mogador), these were probably indigenous settlements in contacts with Phoenicians, or hosting small Phoenician communities.

The ancient settlement at Ceuta was located on a rugged coastline with seven hillocks defining its profile, jutting out immediately to the east of the Straits of Gibraltar (VILLADA, RAMON and SUÁREZ 2011, p. 125; VILLADA, RAMON and SUÁREZ PADILLA 2010, p. 382). Excavations in 2004-2005 took place at the Plaza de la Catedral de Ceuta in a restricted area of 170 m<sup>2</sup>. The excavators favour the hypothesis of a Phoenician enclave in an indigenous settlement, which imported foodstuffs and other commodities from the eastern and central Mediterranean, as well as from Iberia (VILLADA, RAMON and SUÁREZ PADILLA, 2010; VILLADA, RAMON and SUÁREZ PADILLA, 2007). Studies of the hand-made pottery (CAU, ILIOPOULOS and MONTANA 2010) and of the lithic production (RAMOS, DOMÍNGUEZ-BELLA and VIJANDE, 2010) suggest that the settlement was populated by local inhabitants. The researchers consider the consumption of specific ware types as characteristic of tastes peculiar to the indigenous population and not typical of Phoenician colonies elsewhere (VILLADA, RAMON and SUÁREZ, 2011, p. 393-394). As things stand, however, it is hard to designate hand-made wares as of Phoenician or indigenous type and to extrapolate from that on the ethnicity or cultural identity of their users.

In the Tétuan Region, a few miles south of Gibraltar and ca. 60 km east of Tangier, the settlement of Kach Kouch was identified on a headland overlooking the wadi Lau. This was an indigenous settlement of oblong wattle-and-dub huts, whose residents were in contact with Phoenician settlers



or traders. They imported Phoenician foodstuffs in amphorae, used Red Slip pottery and handmade pottery known from Iberia (BOKBOT and ONRUBIA-PINTADO, 1995).

Other sites are less well known and could be either Phoenician ex nihilo settlements, or indigenous sites in a situation of exchanges with western Phoenician milieu. Investigation of the coastal area resulted in the identification of two sites located at the mouth of wadi Amekrane (close to the modern city El Hoceima): Sidi Driss, at the modern village Aït Tayar, and another located 500 m to the west. Sidi Driss yielded evidence for Phoenician material in settlement strata that date from the seventh century BC (VISMARA, 2011, p. 594; KBIRI ALAOUI et alii, 2004, p. 588-600).

### *Algeria*

The only site that certainly falls within this period in Algeria is located off the coast of the Tafna estuary, on the isle of Rachgoun (Tlemcen), 2 km from the mainland. This was likely a Phoenician colony, but of a very different type to that of Lixus. Occupied in the seventh century BC and abandoned probably less than two centuries later, it was a small town of rectilinear houses, and a small necropolis, served by one or more ports and possibly an artificial inner harbour (*kothon*) (VUILLEMOT, 1965). The harbour was located on the eastern coast of the isle, where there is a natural bay (CARAYON, 2008, p. 511-512). The cremation cemetery is located in the northern part of the island, close to the coast, while the settlement is located in the south-east. The austerity of the material culture found at the settlement coupled with the offerings that the cremation necropolis yielded, which are high in weapons, an unusual feature for a Phoenician burial ground, may attest to the military outpost nature of this settlement (VUILLEMOT, 1965, p. 55) and the dangers that the community may have faced from piracy. It was certainly isolated unless the Punic settlements on the opposite coast date to an earlier period than currently surmised by the available evidence (PAPPA, 2013, p. 85). The settlement was likely abandoned and the population relocated to the settlements on the opposite coast in the fifth century BC (VUILLEMOT, 1965, p. 45-46).

## **THE SIXTH-FIFTH CENTURY BC EXPLOSION: NEW SETTLEMENTS, CULTURAL IMPRINT AND IMPACT**

The sixth century BC marks a period of reconfiguration in the settlements patterns of western Mediterranean, both on the European and African shores. In northwestern Africa this is evident in the increased number of



archaeological sites. The rise of Carthage as a maritime and economic power is often implicated in the interpretation of this phenomenon, although there is no tangible historical or archaeological evidence for Carthaginian political control over the western Mediterranean. Yet, in northwestern Africa too, the change from the preceding period is marked by a growth of new settlements that exhibit Punic culture. Others (Mogador, Rachgoun) are permanently abandoned. The difficulty, as noted for earlier periods, lies often in establishing whether new settlements attest to the presence of groups external to the region (as colonists) or to changes brought through commerce and other kinds of intercultural contacts. In most cases, this remains doubtful.

During the Punic period, and especially from the third century BC onwards, the influence of Carthage on the material culture of Moroccan and Algerian sites is evident, but hard to ascribe to a direct political control exerted by Carthage (CARAYON, 2008, p. 181; PEPI, 2014). On the other hand, by the time of the floruit of the Numidian kingdoms in the third and second centuries BC, Punic influence is documented in the official language spoken, in the numismatic evidence, epitaphs, and the emergence of *tophetim* (LANCEL, 1995, p. 786-790).

The historical sources favour a mercantile involvement of Carthage, although the material evidence supports more a western Phoenician, i.e. Gadiitanian, axis of reference, especially from the third century BC onwards (CARAYON, 2008, p. 223). A growth in the salt-preservation and fish-processing industry (garum etc) is observed already in the fifth century BC (TRAKADAS, 2005), as well as a new, local impetus in the pottery-making industry. The site of Kouass, for example, dominating the mouth of the wadi Gharifa on the Atlantic coast, which had mooring capabilities, was a major centre in the production of salt, garum and other fish products, as well as developing into a significant centre for pottery production, especially amphorae (CARAYON, 2009, p. 227).

For several of these sites, on which occupation continued in Mauritanian and Roman times, it is difficult to assess the extent of occupation and urban organisation for the earlier Punic period. For some, only rudimentary information is known. Other sites have been identified on archaeological or literary grounds. In few cases, the connection is limited to the etymological origins of the modern or ancient name that appears to connect it to the Phoenician/Punic language.



Several new sites emerge from the end of the sixth century BC and later, and others become better documented archaeologically. New settlements are found close to the coast and on the banks of navigable rivers, including sites such as Thamusida, Kouass, Zilil, and Aziz Slaoui, and inland, such as the undated site of Rhira (AKERRAZ, EL KHAYARI and PAPI, 2009). Banasa and Volubilis are settlements that become important in a later period, during the fourth and third centuries BC respectively (PEPI, 2014, p. 213-214). Funerary monuments (e.g. tumuli) have been found in the Gharb plain and in the plain of Lixus, at the fourth-century BC Sidi Slimane. To this category can be included the chronologically uncertain sites of Lalla Mimouna and Khemis Sahel (AKERRAZ, EL KHAYARI and PAPI, 2009, p. 165-166; PEPI, 2014, p. 213).

Better known on the Atlantic coast is the site of Thamusida, at Sidi Ali ben Ahmed. Located in the Gharb Plain, 30 km upstream from the estuary of the River Sebou, it was separated 105 nautical miles from Tangier (AKERRAZ, EL KHAYARI and PAPI, 2009). The exact extent of the earliest settlement is not known and its plan and organisation cannot be discerned. The site was established in the southern limits of the alluvial plain of the Gharb, surrounded by the dunes of the great plain of Mamora, covered by oak forrests. The site was implanted near a ford of the Sebou. The terrain was naturally characterised by low relief but the artificial terracing created a plateau and an artificial tell. Apart from a single seventh-century BC western Phoenician amphora found as residual material on the foothills of the site, there is no other evidence for early occupation (AKERRAZ, EL KHAYARI and PAPI, 2009, p. 158-161). Systematic evidence for occupation dates from the fifth century BC onwards, where structures occupy at least 250 m<sup>2</sup> and where imported material includes amphorae from Gadir. Two Libyan inscriptions and two graffiti, Punic or Neo-Punic, are difficult to date. Given this information, it is difficult to surmise the ethnic composition or cultural identity of the settlement, which at this stage cannot be considered urban (AKERRAZ, EL KHAYARI and PAPI, 2009, p. 161-165).

## The Tangier Peninsula

In the Tangier Peninsula, a major centre appears to emerge by the end of the sixth century BC. Known with variants of the same name in fifth-century BC literary works as *Tingi* (in the *Periegesis* of Hecataeus of Miletus) and



as *Thymiateria*, meaning 'incense burners' in Greek (in the *Periplous* of Pseudo-Skylax) (LIPÍŃSKI, 2004, p. 426-427), it is to be expected that future excavations will show an earlier occupation. As noted previously, the excavations in the Peninsula of Tangier have documented several cemeteries, some of which show continuity from the Libyan Bronze Age down to the Punic period. All this points to an earlier indigenous settlement in the region, with contacts with the Phoenicians from the eighth or seventh century BC, which experienced demographic growth by the Punic period.

Underwater surveys of the Tangier Bay and the surrounding coasts (Île Perekhil in the Straits of Gibraltar, the Marshan area, west of the Bay of Tangier and the Ras Achakar on the north Atlantic coast of the Tangier Peninsula) brought to light different types of anchor elements that represent marine activity in the region from the third quarter of the fifth century BC to the first century AD (TRAKADAS and ERBATI, 2009). In particular, they indicate that the provision of anchorage points facilitated the shipping routes connecting northern Africa to the European shores. Based on literary and archaeological evidence, Tangier appears to have been a major port from the sixth century onwards at least (TRAKADAS and ERBATI, 2009, p. 256-257).

The site Dhar d'Aseqfane (Ksar Seghir) was identified on a hill near the wadi Ksar, a locality on the Straits of Gibraltar. It was a rural settlement in late antiquity, but has yielded Phoenician/Punic evidence from the sixth century BC, which remains to be published (EL KHAYARI and AKERRAZ, 2012).

### *Tétuan region and Melilla*

Several Punic or Punic-period sites have been identified in the region around Tétuan, but little information can be derived from them as regards lay-out, socio-economic organisation and cultural affinities, as most of them remain partly published. At its basin, the wadi Martil must have formed a natural port in antiquity. Pliny (*Hist. Nat.* 5, 18) notes that in his time the river was navigable and that a village stood in ruins at the point where it drained to the ocean (CARAYON, 2008, p. 224). Several pre-historic sites dating to different or overlapping periods have been identified at the river basin of Martil and neighbouring river courses. Sidi Abdeslam del Behar was identified at the mouth of the wadi Martil, with its earliest phase dating to the fifth and fourth centuries BC, characterised by the presence of Red Slip pottery (BERNAL et al., 2011; CARAYON, 2009, p. 225-226). At Kitzáń /Kitane, situated in the middle course of the wadi Martil, a Punic urban centre has been excavated, characterised by rectilinear buildings of Phoenician-origin architecture. The



settlement dates to the fifth century BC. Despite suffering from fire in the following century, occupation continued (BERNAL et al., 2008). Tamuda is found further upstream the wadi Martil, on its southern bank. The toponym of the ancient city, confirmed by coin legends, is of Libyan origin. It has yielded sixth-century BC evidence (CARAYON, 2008, p. 223-224). South of the wadi Martil, lies the probably sixth-century BC settlement known at Emsa, on the mouth of the wadi Emsa, a short distance from the coast, though in antiquity it would have been close to the littoral (KBIRI ALAOUI, 2008).

The modern port city of Melilla, on the Mediterranean coast, east of the Cape Tres Forcas, is identified with ancient *Rusaddir* mentioned in the ancient sources (Pliny *Hist. Nat.* 6,18; Ptolemy IV, 1) that refer to it as a Phoenician colony (CARAYON, 2008, p. 223). The discovery of some third-century BC ceramic material has been reported (VILLADA, RAMON and SUÁREZ PADILLA, 2010, p. 210). A Punic necropolis of cist tombs with large amphorae functioning as grave markers, excavated and published early in the previous century (FERNÁNDEZ DE CASTRO Y PEDRERA, 1916), no longer exists.

## Algeria

Further east, in coastal Algeria, several localities have been identified with ancient settlements whose names are known from the Greco-Roman literary sources and excavations. Few date from the sixth century BC onwards and another fifteen feature toponyms of Phoenician origin (CARAYON 2008, p. 182-194): Cherchell (ancient *Iol*) (BENSEDDIK and POTTER, 1993), Tipasa (FERDI, 2005), Gunugu/ Sidi Brahim, Gouraya, Oran, Les Andalouses and Mersa Madakh (CARAYON 2008, p. 182-188). The settlement at Mersa Medakh dates from the sixth century BC and shows connections with the Phoenician settlements of Iberia, as well as Carthage. Similarly, the settlements at Siga, 4 km from mouth of the wadi Tafna (close to the village of Takembrit), yielded fifth century BC Punic amphorae, found at the foot of the ancient citadel date from the end of the period of occupation at Rachgoun (CARAYON, 2008, p. 192-195). Several of these sites must have been indigenous, such as the settlement of Les Andalouses, situated in the alluvial plain of the wadi Sidi Hamadi. It yielded settlement deposits dating from at least the fourth century BC and two cemeteries, the earliest of which dates to the fifth century BC (CARAYON, 2008, p. 191-192, p. 504).





Evidence further west for Phoenician presence is documented in the Canary Islands, 1000 km from Gibraltar, where amphorae dating to the fourth century BC, attributed to Punic merchants, have been found (NIKOLOPOULOS, 2009, p. 307-310). It is possible that a Berber/Phoenician population occupied the islands at some point in the first millennium (BROODBANK, 2013, p. 574).

### CONCLUDING REMARKS

The Phoenician presence in northwestern Africa dates from at least the eighth century BC. The earliest evidence for Phoenician involvement probably relate to western Phoenicians from the region of southern Iberia and document a multifaceted situation, where traders set up seasonal trading posts and colonists permanent new towns, importing aspects of their material culture that were adopted and adjusted by local populations, as documented in the funerary deposits in the Peninsula of Tangier. By the fifth century BC, a new string of settlements had been set up from the Atlantic Ocean to the Mediterranean Sea, perhaps part of a broader reconfiguration process of the sixth-fifth century BC period that is also seen in Iberia. Despite the frequent evocation of the rise of Carthage as a maritime power as a causative factor for these changes, there is no archaeological evidence that documents Carthaginian political control over northwestern Africa during this period.

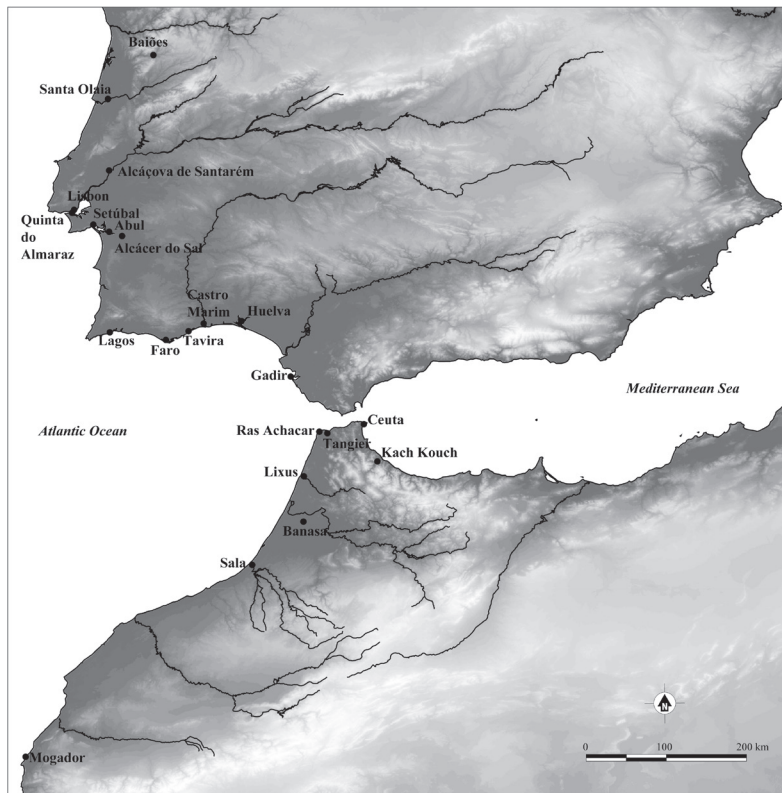


Fig. 1: Fig. 25 in Pappa, E. 2013. *Early Iron Age Exchange in the West: Phoenicians in the Mediterranean and the Atlantic* (Ancient Near East Supplement 43). Leuven; Paris; Walpole, MA: Peeters Publishers.

## REFERENCES

- AKERRAZ, A., EL KHAYARI, A. AND PAPI, E. L'habitat maurétano-punique de Sidi Ali ben Ahmed – Thamusida (Maroc). In: **Phönizisches und Punisches Städtewesen: Akten der Internationalen Tagung in Rom vom 21. Bis 23. Februar 2007**, Deutsches Archäologisches Institut, Abteilung Rom (Iberia Archaeologica 13), edited by S. Helas and D. Marzoli, 437–460. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 2009.
- ARANEGUI GASCÓ, C., LÓPEZ-BERTRAN, M. AND VIVES-FER-RÁNDIZ, J. The Strait and beyond: local communities in Phoenician Lixus. In: **Ceramics of the Phoenician-Punic World** (Ancient Near Eastern Supplement Series 36), edited by C. Sagona, Leuven: Peeters, 2011, p. 297-326.



BENSEDDIK, N. and POTTER, N. W. *Fouille du Forum de Cherchel (1977–1981)* (Bulletin d'Archéologie Algérienne Supplement 6), 2 vols. Algiers: Agence Nationale d'Archéologie et de Protection des Sites et Monuments Historiques, 1993.

BERNAL, D., EL KHAYARI, A., RAISSOUNI, B., ES SADRA, L., SÁEZ, A. M., DÍAS RODRÍGUEZ, J. J., BUSTAMANTE, M., LARA, M., VARGAS, J. M. and C. CARRERA. Actuación arqueológica preventiva en el asentamiento púnico, mauritano y medieval de Quitzán (Tetuán). Resultados preliminares. In: *En la Orilla Africana del Círculo del Estrecho. Historiografía y Proyectos Actuales. Actas Del II Seminario Hispano-Marroquí de Especialización en Arqueología* (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (II)), edited by D. Bernal, B. Raissouni, J. Ramos, M. Zouak and M. Parodi. Cádiz: Universidad de Cádiz; Diputación de Cádiz, 2008, p. 351–380.

BERNAL, D., RAISSOUNI, B., ARCILA, M., YUBI IDRISI, M., RAMOS, J., ZOUAK, M., LÓPEZ SÁNCHEZ, J. S., MAATOUK, M., EL KHAYARI, A., EL MOUMNI, B., GHOTTES, M. and A. AZZARIOHI (eds). *Arqueología y Turismo en el Círculo del Estrecho. Estrategias para la Puesta en Valor de los recursos patrimoniales del Norte de Marruecos. Actas del II seminario Hispano-Marroquí* (Algeciras, abril de 2011) (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (III)). Cádiz: Universidad de Cádiz, Diputación de Cádiz, 2011.

BOKBOT, Y and ONRUBIA-PINTADO, J. "Substrat autochtone et colonisation phénicienne au Maroc." In: *Productions et Exportations Africaines. Actualités Archéologiques. L' Afrique du Nord Antique et Médiéval. VI Colloque International sur l'Histoire et l' Archeologie de l' Afrique du Nord. Pau, Oct. 1993*, edited by P. Troussel. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1995, p. 219-231.

BROODBANK, C. *The Making of the Middle Sea. A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*, 2<sup>nd</sup> edn. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BOUBE, J. Les origines phénicienne de Sala en Maurétanie. *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. Antiquités Nationales 17B*, 1984, p. 155–170.

CARAYON, N. *Le Ports Phéniciens et Puniqs. Geomorphologie et Infrastructures*. Unpublished PhD diss. Université Strasbourg II, 2008.

CAU, M. A., Iliopoulos, I. and Montana, G. Caracterización petrográfica de cerámicas a mano y a torno del yacimeto protohistórico de la Plaza de la Catedral (Ceuta). In: *El Asentamiento Protohistórico de Ceuta. Indígenas y Fenicios en la Orilla Norteafricana del Estrecho de Gibraltar, Ciudad Autónoma de Ceuta, Ceuta*, edited by F. Villada, J. Ramon and J. Suárez Padilla. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2010, p. 451–482.

DÍAZ ANDREU GARCÍA, M. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: University of Oxford Press, 2007.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, A. El periplo de Pseudo-Escílax y el mecanismo comercial y colonial fenicio en época arcaica. In: *Homenaje al Profesor Presedo*, edited by S. Ordóñez Agulla and P. Sáez Fernández. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1994, p. 61–80.



EL KHAJARI, A. Rapport de la nécropole de Raqqada (Lixus, Larache) à la connaissance de l'art phénico-punique. In: **La Méditerranée des Phéniciens de Tyr à Carthage**, edited by É. Fontan and H. Le Meaux. Paris: Institute du Monde Arabe, 2007a, p. 146–147.

EL KHAYARI, A. La présence phénicienne au Maroc. **Les Dossiers d'Archéologie**, 13, 2007b, p. 56–59.

EL KHAYARI, A. and AKERRAZ, A. Nouvelles données archéologiques sur l'occupation de la basse vallée de Ksar de la période tardo-antique au haut Moyen-âge. In: **Ksar Seghir. 2500 Ans d'Échanges Intercivilisationnels en Méditerranée**, edited by A. Boudjau. Rabat: Institut des Etudes Hispanos-Lusophones, 2012, p. 1-30.

FERDI, S. Les Puniqes à Tipasa: fait et spécificité. In: **Identités et Cultures dans l'Algérie Antique**, edited by C. Brian-Ponsart, 13–22. Rouen: Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2005, p. 13-22.

FERNÁNDEZ DE CASTRO y PEDRERA, R. Antiguas necrópolis de Melilla en el Cerro de San Lorenzo. **Boletín de la Real Academia de la Historia** 69, 1916, p. 193–195.

JODIN, A. Le tombeau préromain de Mogogha es Srira. **Bulletin Archéologique Marocaine** 4, 1960, p. 27-45.

HABIBI, M., ÁLVAREZ GARCÍA, N., GÓMEZ BELLARD, C., DE MADARIA, J. L., PUIG MORAGÓN, J. M. La ocupación fenicia. In: **Memoria de las excavaciones arqueológicas realizadas en la ladera sur de Lixus (Larache) por el equipo marroco-español entre 2000 y 2003** (Saguntum Extra 6), edited by C. Aranegui-Gascó. Valencia: Universitat de València, 2005, p. 155-182.

JODIN, J. Mogador, Comptoir Phénicien du Maroc Atlantique (Études et travaux d'archéologie Marocaine 2). Tanger: Éditions Marocaines et Internationales, 1966.

KBIRI ALAOUI, M. L' établissement préromain d' Emsa (Tétouan, Maroc). In: **En la Orilla Africana del Círculo del Estrecho. Historiografía y Proyectos Actuales. Actas Del II Seminario Hispano-Marroquí de especialización en Arqueología** (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (II)), edited by D. Bernal, B. Raissouni, J. Ramos, M. Zouak and M. Parodi. Cádiz: Universidad de Cádiz; Diputación de Cádiz, 2008, p. 143-154.

KBIRI ALAOUI, M. et alii. Recherches archéologiques maroco-italiennes dans le Rif. In: **L'Africa Romana, ai Confini dell' Impero: Contratti, Scambi, Conflitti. Atti del XV convegno di studio, Tozeur, 11–15 dicembre 2002** (Publicaciones del Dipartimento di Storia dell'Università degli Studi di Sassari, 21), edited by P. Ruggeri, C. Vismara and M. Khanoussi. Rome: Carocci, 2004, p. 567–604.

KOEHLER, P. H. Une tomb punique au Cap Spartel. **Revue des Musées**, Djon 5(25), 1930, p. 19-20.

LANCEL, S. Algérie. In: **La Civilisation Phénicienne et Punique: Manuel de Recherche**, edited by V. Krings. Leiden, New York, Köln: Brill, 1995, p. 786–795

LIPÍŃSKI, E. Itineraria Phoenicia (Orientalia, Lovaniensia, Analecta 127). Leuven: Peeters, 2004.

LÓPEZ PARDO, F. El Periplo de Hannón y la expansión cartaginesa en el Africa Occidental. In: **La caída de Tiro y el Auge de Cartago. V Jornadas de Arqueologia Fenicio-Púnica, Ibiza 1990** (Trabajos del museo arqueológico de Ibiza 25). Ibiza: Museu Arqueològic d'Eivissa., 1991, p. 59–70.



LÓPEZ PARDO, F. Los Fenicios en la costa atlántica Africana: balance y proyectos. In: **La Colonización Fenicia de Occidente: Estado de la Investigación en los Inicios del Siglo XXI** (XVI Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica), edited by B. Costa Ribas and J. H. Fernández Gómez. Ibiza: Treballs de Museu Arqueològic d'Éivissa i Formentera, 2002, p. 19-48.

MARZOLI, D. Neugründungen im phönizischen Westen: Los Castillejos de Alcorrín, Morro de Mezquitilla und Mogador. **Archäologischer Anzeiger** 2012/2, 2012, p. 29-64.

MARZOLI, D. and EL KHAYARI, A. Mogador (Essaouira, Marokko) – Vorbericht über die Kampagnen 2006 und 2007, mit einem Beitrag von. H. Brückner und J. Lucas. **Madrider Mitteilungen**, 50, 2009, p. 80-117.

MARZOLI, D. and EL KHAYARI, A. Vorbericht Mogador (Marokko) 2008, mit Beiträgen von. F. Arnold, St. Arnold, C. Becker, H.C. Küchelmann, R. Neef, H. Brückner und J. Lucas. **Madrider Mitteilungen**, 51, 2010, p. 61-108

NIKOLOPOULOS, E. **Σχέσεις της Ιβηρικής Χερσονήσου με την Ανατολική Μεσόγειο κατά τη 2η και στις Αρχές της 1ης Χιλιετίας Π.Χ. Μύθος και Πραγματικότητα**. Ph.D. diss, National and Kapodistrian University of Athens, 2009.

PAPPA, E. Reflections on the earliest Phoenician presence in north-west Africa. **Talanta** 40-41 (2008-2009), 2009, p. 53-72.

PAPPA, E. **Early Iron Age Exchange in the West: Phoenicians in the Mediterranean and the Atlantic** (Ancient Near East Supplement 43). Leuven; Paris; Walpole, MA: Peeters Publishers, 2013.

PAPPA, E. Who's the Phoenician on the Atlantic? Disentangling seafaring from colonisation in western Iberia and Morocco. In: **On Sea and Ocean: New Research in Phoenician Seafaring**, 23-25 June 2011, Archäologisches Seminar der Philipps Universität Marburg (Marburger Beiträge zur Archäologie 2), edited by R. Pedersen and W. Held. Marburg: Philipps Universität Marburg, 2015, p. 71-94.

PEPI, E. Punic Mauretania? In: **The Punic Mediterranean: Identities and Identification from Phoenician Settlement to Roman Rule** (British School at Rome Studies 2014), edited by J. Crawley Quinn and N. C. Vella. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 202-2018.

PRAG, J. R. M. *Poenus plane est*- but who were the 'Punickes'?. **Papers of the British School at Rome** 76, 2006, p. 1-37.

PRAG, J. R. M. Phoenix and Poenus: usage in antiquity. In: **The Punic Mediterranean: Identities and Identification from Phoenician Settlement to Roman Rule** (British School at Rome Studies), edited by J. Crawley Quinn and N. C. Vella. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 11-23.

PONSICH, M. **Nécropoles Phéniciennes de la Région de Tanger**. Rabat: Éditions Marocaines et internationales, 1967.

PONSICH, M. **Recherches Archéologiques à Tanger et Dans sa Région**. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1970.

RAMOS, J., DOMÍNGUEZ-BELLA, S. and VIJANDE, E. La industria lítica tallada. Contribución al trabajo y actividades productivas tradicionales del yacimiento Plaza de la Catedral Ceuta. In: **El Asentamiento Protohistórico de Ceuta. Indígenas y Fenicios en la Orilla Norteafricana del Estrecho de Ceuta Gibraltar, Ciudad Autónoma de Ceuta, Ceuta**, edited by F. Villada, J. Ramon, and J. Suárez Padilla. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2010, p. 483-517.



RAMOS, J., ZOUAK, M., VIJANDE, E., CANTILLO, J.J., DOMÍNGUEZ-BELLA, S., MAATE, A., EL IDRISI, A., CABRAL, GUTIÉRREZ, J. M. and A. BARRENA. Carta Arqueológica del Norte de Marruecos. Resultados de las ocupaciones de sociedades prehistóricas (campanas 2009 y 2010). In: **Arqueología y Turismo en el Círculo del Estrecho: Estrategias para la Puesta en Valor de los recursos patrimoniales del Norte de Marruecos**, Actas del III Seminario Hispano-Marroquí (Algeciras, abril de 2011) (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (III), edited by D. Bernal, B. Raissouni, M. Arcila, M. Youbi Idrisi, J. Ramos, M. Zouak, J. A. López Sánchez, M. Maatouk, A. El Khayari, B. El Moumni, M. Ghottes and A. Azzariohi, 223–263. Cádiz: Universidad de Cádiz; Diputación de Cádiz, 2011.

RAMOS, J., BERNAL, D., RAISSOUNI, B., ZOUAK, M., EL KHAYARI, A., VIJANDE, E., BUSTAMANTE, M., VARGAS, J. M., CABRAL, A., GUTIÉRREZ, SÁEZ, A., DÍAZ, J. J., CANTILLO, J.J., DOMÍNGUEZ-BELLA, S., MAATE, A., LARA, M., BARRENA, A., MORENO, E. and A. DE LA PUENTE. Informe de la campaña del año 2011 del proyecto de investigación «Carta Arqueológica del norte de Marruecos». **Informers y Trabajos**, 9, 2012, p. 508–545.

RODRIGUE, A. L'Homme et les fauves dans le Haut Atlas marocaine. **Anthropozoologica**, 41, 2006, p. 29–35.

SÁEZ ROMERO, A., DÍAZ RODRÍGUEZ, J. and A. SÁEZ ESPLIGARES. Nuevas aportaciones a la definición del Círculo den Estrecho: la cultura material a través de algunos centros alfareros (ss VI-I a.n.e.). **Revista Gerión**, 22, 2004, p. 31–60.

SBIHI ALAOUI, F-Z and SEARIGHT, S. Rock Art in Morocco. **Proceedings of the Prehistoric Society**, 63, 1997, p. 87–101.

SIMONEAU, A. Nouvelles recherches sur les gravures rupestres du Haut-Atlas et du Drâa. **Bulletin d'Archéologie Marocaine**, 8, 1968-1972, p. 15–31.

TRAKADAS, A. The Archaeological Evidence for fish processing in the Mediterranean. In: **Ancient Fishing and Fish Processing in the Black Sea region**, edited by T. Bekker-Nielsen. Aarhus: Aarhus University Press, 2005, p. 47-82.

TRAKADAS, A. and ERBATI, E. Lead anchor elements from Tangier, Morocco. **Bulletin d' Archéologie Marocaine**, XXI, 2009, p. 250–267.

VILLADA, F, RAMON, J. and SUÁREZ PADILLA, J. Nuevos datos en torno a los inicios del poblamiento de la Ciudad de Ceuta: avance preliminar de la excavación de la Plaza de la Catedral. **Akros: La revista del Museo**, 6, 2007, p. 125– 134.

VILLADA, F, RAMON, J. and SUÁREZ PADILLA, J. (Eds). **El Asentamiento Protohistórico de Ceuta. Indígenas y Fenicios en la Orilla Norteafricana del Estrecho de Gibraltar, Ciudad Autónoma de Ceuta, Ceuta**. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2010.

VILLADA, F, RAMON, J. and SUÁREZ, J. Excavación arqueológica de la plaza de la Catedral de Ceuta: una nueva secuencia estratigráfica en el Istmo desde la Protohistoria a nuestros días. In: **Arqueología y Turismo en el Círculo del Estrecho: Estrategias para la Puesta en Valor de los Recursos Patrimoniales del Norte de Marruecos**, Actas del III Seminario Hispano-Marroquí (Algeciras, abril de 2011) (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (III), edited by D. Bernal, B. Raissouni, M. Arcila, M. Youbi Idrisi, J. Ramos, M. Zouak, J. A. López Sánchez, M. Maatouk, A. El Khayari, B. El Moumni, M. Ghottes and A. Azzariohi. Cádiz: Universidad de Cádiz; Diputación de Cádiz, 2011, p. 381-402.



VISMARA, C. Rischio archeologico, conoscenza del territorio e turismo sostenibile: la missione italo-marocchina nel Rif e la Rocade méditerranéenne. In: **Arqueología y Turismo en el Círculo del Estrecho: Estrategias para la Puesta en Valor de los recursos patrimoniales del Norte de Marruecos. Actas del III Seminario Hispano-Marroquí (Algeciras, abril de 2011)** (Colección de Monografías del Museo Arqueológico de Tetuán (III), edited by D. Bernal, B. Raissouni, M. Arcila, M. Youbi Idrisi, J. Ramos, M. Zouak, J. A. López Sánchez, M. Maatouk, A. El Khayari, B. El Moumni, M. Ghottes and A. Azzariohi, Cádiz: Universidad de Cádiz; Diputación de Cádiz, 2011, p. 589–604.

WAGNER, C. G. Fenicios en el extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico. **Revista Portuguesa de Arqueología** 8, 2005, p. 177-192.



# A ROTA DO ESTANHO: GADIR E O COMÉRCIO FENÍCIO NO NOROESTE DA IBÉRIA (SÉCULOS IV – II A.C.)



*Eduardo Ferrer-Albelda*<sup>1</sup>

*Francisco J. García Fernández*<sup>2</sup>

*Antonio M. Sáez Romero*<sup>3</sup>

*Javier Rodríguez-Corral*<sup>4</sup>

*Pedro Albuquerque*<sup>5</sup>

**Resumo:** O comércio mediterrânico com as comunidades do Noroeste da Ibéria é um fenómeno histórico que recebeu certa atenção por parte dos académicos unicamente nas duas últimas décadas, apesar de serem relativamente frequentes os achados de produtos de proveniência mediterrânica ou da área do Estreito de Gibraltar em contextos de finais da Idade do Ferro. Recentemente, o Projeto de Investigação La ruta de las Estrímnides. Comercio mediterráneo e interculturalidad en el noroeste de Iberia (HAR2015-68310-P) teve como objetivo o estudo sistemático destes materiais meridionais para incluí-los num contexto espacial e temporal, assim como numa estrutura económica e comercial: rotas de navegação, escalas, ritmos e frequência das viagens, produtos que circularam em ambas as direções e, sobretudo, mecanismos de controle e grupos poder, diretos ou indiretos, implicado neste movimento de pessoas, produtos e ideias.

**Palavras-chave:** Cassitérides; Projeto Estrímnides.

Dossiê

1 Atualmente trabalha no Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Sevilha. Eduardo faz pesquisa em Historiografia e Arqueologia. A publicação mais recente é "Mudança cultural e transformação de paisagens do vale do baixo Guadalquivir entre a República e o Império". Para consultar demais publicações do autor: <https://us.academia.edu/EduardoFerrer>. E-mail: [eferrer@us.es](mailto:eferrer@us.es).

2 Professor Titular do departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Sevilla. Para consultar demais publicações do autor: <https://us.academia.edu/FranciscoJos%C3%A9Garc%C3%ADaFern%C3%A1ndez>. E-mail: [fjgf@us.es](mailto:fjgf@us.es)

3 Professor do departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Sevilla. Doutor pela Universidade de Cádiz (2014) com a tese "Alfáres y saladeros de Gadir. Una aproximación arqueológica a la economía conservera de la Bahía de Cádiz en época púnica y tardo púnica (siglos -VI a -I)". Desde 2005, também esteve envolvido no desenvolvimento de projetos de pesquisa arqueológica na Espanha, Itália, Marrocos e Grécia. Para consultar demais publicações do autor: <https://us.academia.edu/AntonioSaezRomero>. E-mail: [prearq@us.es](mailto:prearq@us.es)

4 Javier Rodríguez-Corral é membro do GEPN-AAT da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. É especialista em arqueologia teórica e arqueologia da Europa Atlântica no primeiro milénio aC. Para consultar demais publicações do autor: <http://usc-es.academia.edu/JavierRodr%C3%ADguezCorral>. E-mail: [javier.corral@usc.es](mailto:javier.corral@usc.es)

5 Doutor em História, especialidade em Arqueologia, pela Universidade de Lisboa, com a tese "Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológicas: um estudo comparativo". Atualmente atua como pesquisador Bolseiro na FCT, Uniarq e Universidade de Sevilha, com um projeto sobre o povoamento proto-histórico e patrimonial na fronteira hispano-portuguesa do Baixo Guadiana. Para demais obras do autor, consultar: <https://lisboa.academia.edu/PedroAlbuquerque>. E-mail: [albuquerque@us.es](mailto:albuquerque@us.es); [pedro.albuquerque@campus.ul.pt](mailto:pedro.albuquerque@campus.ul.pt).





**Abstract:** Mediterranean trade with the communities of Northwest Iberia is a historical phenomenon that has received some attention from academics only in the past two decades, despite the relatively frequent findings of products of Mediterranean origin or from the area of the Strait of Gibraltar in contexts of the Late Iron Age. Recently, the “La Ruta de las Estrimnides”. Mediterranean trade and interculturality in the northwest of Iberia (HAR2015-68310-P) Research Project aimed to systematically study these southern materials in order to include them in a spatial and temporal context, as well as in an economic and commercial structure: navigation routes, scales, rhythms and frequency of travel, products that circulated in both directions and, above all, control mechanisms and power groups, direct or indirect, involved in this movement of people, products and ideas.

**Key-words:** Cassiterides – Estrimnides Research Project.

**Resumen:** El comercio mediterráneo con las comunidades del noroeste de Iberia es un fenómeno histórico que solamente ha reclamado cierta atención en los ámbitos académicos en las dos últimas décadas, a pesar de que son relativamente frecuentes los hallazgos de productos de procedencia mediterránea o del área del Estrecho de Gibraltar en contextos de finales de la Edad del Hierro. Recientemente, el Proyecto de Investigación La ruta de las Estrimnides. Comercio mediterráneo e interculturality en el noroeste de Iberia (HAR2015-68310-P) ha tenido como objetivo el estudio sistemático de estos materiales de procedencia meridional para insertarlos en un marco espacial y temporal, así como en una estructura económica y comercial: rutas de navegación, escalas, ritmos y frecuencia de los viajes, productos que circularon en ambas direcciones, y, sobre todo, mecanismos de control y grupos de poder, directos o indirectos, implicados en este trasiego de gentes, productos e ideas.

**Palabras-clave:** Casitérides; Proyecto Estrimnides.

## I. ANTECEDENTES HISTORIOGRÁFICOS

Até há algumas décadas, os testemunhos literários greco-latinos, majoritariamente de época romana, constituíam a única fonte de informação sobre o comércio mediterrânico no Noroeste peninsular. A cultura grega nunca teve um conhecimento exaustivo das terras banhadas pelo Oceano, apesar das explorações de dois navegantes massaliotas, Eutímenes e Píteas, às costas atlânticas (PRONTERA, 1990; GÓMEZ ESPELOSÍN *et al.*, 1995). Não obstante, apesar das tentativas de apropriação cultural do Oceano no imaginário greco-latino, o Atlântico foi um “mar fenício”, e o litoral ocidental da Península foi frequentado e explorado fundamentalmente por gaditanos. É o caso das Cassitérides, as ilhas do estanho (Estrabão, **Geografia**, III, 5, 11; Diodoro, **Biblioteca Histórica**, V, 38, 1 – 5; Plínio, **História Natural**, IV, 119; VII, 197; Mela, **Corografia**, III, 47; Ptolomeu, **Geografia** II, 6, 73; Solino, **Colectânea** IV, 12). Igualmente, Avieno (**Ora Marítima** 113 – 119), no final da Antiguidade, fez eco da riqueza metálica de umas ilhas denominadas Estrimnides,



habitualmente identificadas com as Cassitérides dos citados autores greco-latinos, atribuindo a sua exploração aos Tartéssios, aos colonos de Cartago (Himilcão) e a pessoas da área das Colunas de Hércules (ALVAR, 1980; 1997; MILLÁN, 2000; RAMÓN, 2008).

Apesar da exiguidade das fontes literárias, grande parte da historiografia de época moderna e contemporânea centrou-se quase exclusivamente na especulação sobre as rotas frequentadas pelos viajantes fenícios e gregos, assim como na localização deste arquipélago. Ditas rotas foram localizadas indistintamente por autores modernos e contemporâneos europeus em diferentes pontos da costa atlântica, desde o Algarve Português até à Galiza, Bretanha francesa e Cornualha (BLÁZQUEZ Y DELGADO-AGUILERA, 1915; LÓPEZ CUEVILLAS, 1929; MONTEAGUDO, 1953; ALVAR, 1980; 1981; 2000; MILLÁN, 2000).

Não obstante, dedicaremos as próximas páginas à análise dos dados arqueológicos que permitam rever este problema numa outra perspectiva, certamente complementar. Excetuando alguns casos pontuais, esta questão despertou muito pouco interesse até os anos 80 do século XX. Alguns autores, por exemplo, recorreram a possíveis influências mediterrânicas para explicar o nível tecnológico da ourivesaria castreja (LÓPEZ CUEVILLAS, 1951; BLANCO FRIJEIRO, 1957), e uma minoria estendeu esta leitura a outros âmbitos da cultura dos Castros (FERREIRA DE ALMEIDA, 1974; FARIÑA, 1983).

A nosso ver, são três os fatores que permitem entender esta resistência a admitir o papel do comércio mediterrânico: a) a tendência “indigenista” ou “autoctonista” da Arqueologia espanhola desde as suas origens, consolidada nos anos 70 do século XX, no âmbito do paradigma histórico-cultural. Nesta perspectiva, o interesse centrou-se na definição e caracterização da cultura castreja a partir de um “celtismo” profundamente marcado pelo Difusionismo; b) em segundo lugar, a visão funcionalista da Nova Arqueologia interpretou a cultura castreja como um fenómeno resultante da aculturação romana, minimizando o impacto dos contatos prévios (ALMEIDA, 1974; SILVA, 1986; CALO, 1994). Consequentemente, a investigação não se familiarizou com os materiais provenientes da área fenício-púnica meridional, sendo amiúde confundidos na sua atribuição cronológica e cultural (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 578); c) por último, os próprios especialistas na cultura fenício-púnica não foram capazes de identificar e valorizar as evidências arqueológicas do Norte de Portugal e Galiza. Distância física e preconceitos historiográficos contribuíram para a criação de uma barreira mental que impediu o

reconhecimento da capacidade de navegação mais além de Cádiz, ou mesmo a definição de processos mais complexos do que simples frequentações e navegações esporádicas no litoral português e galego.



As mudanças ocorridas neste cenário nos finais dos anos 80 do século passado respondiam, igualmente, a vários fatores: a) à passagem de competências em matéria de cultura às comunidades autônomas, um acicate que dinamizou a atividade arqueológica e que, a par do crescimento urbanístico, conduziu a um aumento exponencial do número de escavações e, consequentemente, do volume de dados disponíveis; b) aos avanços na investigação sobre o Bronze Final Atlântico (RUIZ-GÁLVEZ, 1984) e a cultura castreja (SILVA, 1986; CARBALLO, 1990, 1999; MARTINS, 1990; NAVEIRO, 1991; REY, 1990-1991; BETTENCOURT, 2000), que construíram os alicerces para evidenciar a conexão atlântico-mediterrânica prévia à conquista romana (CELESTINO et al., 2008); e c) por último, “a promoção de novos investigadores que têm estudado este fenómeno tanto a partir de dentro das comunidades castrejas quanto de uma perspectiva global “mediterrânica” na Galícia e em Portugal” (SUÁREZ OTERO E FARIÑA, 1990; NAVEIRO, 1991; TAVARES, 1993; TAVARES et al., 2001; ARRUDA 2000, 2002, 2007, 2008; PELLICER, 1998, 2000).

Porém, somente na década passada se começaram a publicar de modo mais sistemático materiais e contextos arqueológicos, ainda que grande parte do registro permaneceu inédita nos museus. Deve-se, assim, destacar-se o trabalho de A. González Ruibal (2004b; 2006), a quem cabe o mérito de ter convertido a influência púnica sobre as comunidades castrejas num problema de investigação de primeiro nível e impacto internacional. Além disso, apresentou uma proposta de periodização do comércio púnico com duas fases diferenciadas: o ciclo púnico (meados do século V – finais do século III a.C.) e o ciclo tardo-púnico (início do século II – meados do século I a.C.), que serve como ponto de partida para o nosso trabalho (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a). Destacam-se também os trabalhos de J.C. Domínguez Pérez (2005a, 2005b, 2006, 2011) e A. Mederos Martín e L. Ruiz Cabrero (2003), que sintetizaram a informação sobre importações púnicas na costa atlântica. Por outro lado, J. Rey Castiñeira (1990-1991; 2000), J. Rodríguez-Corral (2008; 2009) e o próprio A. González Ruibal (2006-2007) estudaram a evolução das comunidades castrejas e as mudanças registradas não só nos padrões de povoamento, arquitetura ou cultura material, mas também, e sobretudo, nas relações sociais e nas manifestações simbólicas e identitárias.



Dada a quantidade de sítios que receberam importações mediterrânicas e o volume total que estas adquiriram no território, optou-se por selecionar casos de estudo que ofereciam *a priori* um maior número e variedade de materiais e que, ao mesmo tempo, eram representativos das diferentes áreas e modelos de povoamento da região. Esta seleção baseou-se, por seu turno, numa revisão exaustiva da bibliografia disponível e de relatórios de escavação inéditos. Deste modo, o estudo concentrou-se, inicialmente, nos acervos dos sítios de Toralla, Punta do Muiño do Vento-Alcabre e de A Lanzada, todos eles localizados nas Rias Baixas. Além disso, o elevado número de importações e estruturas que indicavam uma possível aculturação ou presença efetiva de coletivos púnicos são fatores que levaram a incluir estes sítios nos casos de “castros atípicos” e, conseqüentemente, a analisá-los como pontos de partida fundamentais para a revisão da seqüência de contatos entre as esferas mediterrânica e castreja durante o I Milênio a.C.

Posteriormente, o número de sítios ampliou-se perante a disponibilidade parcial dos materiais selecionados e, principalmente, pelo interesse, por parte de vários investigadores e instituições, na inclusão da Baía de La Coruña, da Ria de Arosa ou das imediações de Vigo no projeto. A este elenco juntam-se outros castros, nomeadamente Chandebrito, Vigo, Neixón Grande, O Achadizo, Elviña-*Brigantium*, assim como achados subaquáticos da Baía da Coruña (GARCÍA FERNÁNDEZ *et al.*, no prelo).

Deste modo, analisou-se em primeira mão uma considerável quantidade de contextos e objetos, dos quais uma pequena parte correspondia a elementos de importação enquadráveis nas fases do período anterior à conquista romana, objeto do nosso estudo. Ainda assim, as estadias realizadas em sítios e museus permitiram processar uma quantidade significativa de objetos com origens diversificadas, com cronologias que oscilam entre os séculos V – IV a.C. e o I d.C.

Passando agora à revisão dos principais sítios que proporcionaram documentação, destaca-se o castro de A Lanzada, localizado entre as rias de Pontevedra e Arosa, sem sistemas defensivos e uma estrutura construída em pedra, cuja singularidade para estes momentos é inegável, associada a materiais púnicos dos séculos V ao III a.C. (SUÁREZ E FARIÑA, 1990; GONZÁLEZ RUIBAL, 2004b; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ *et al.*, 2011). Atribui-se-lhe um papel de primeira ordem na rede comercial que distribuía produtos mediterrânicos do Noroeste, função essa que continuou a desempenhar durante

o domínio romano até à Antiguidade Tardia, como se depreende do estudo recente da sua necrópole (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018a).



Não obstante, é na ria de Vigo que se identificam os achados mais significativos. Aqui escavaram-se dois sítios que exemplificam os modos de contato, assim como as características das transações: Punta do Muiño do Vento e Toralla. O segundo localiza-se numa ilha situada a escassos 500m da costa. As escavações proporcionaram uma grande quantidade de cerâmicas importadas e um par de bétilos pétreos, um deles reutilizado na construção do muro de uma cabana posterior; o outro é um cipo de granito com 1,5m de altura (fig. 5) que foi identificado em contexto (HIDALGO, 1990 – 1991; 1995). É provável que ambos formassem parte de um santuário hipoteticamente datado do século V a.C. (SUÁREZ OTERO, 2004a; ABAD, 2016). A apenas 3.5km a Norte da ilha, documentou-se em Punta do Muiño do Vento (Alcabre) uma estrutura quadrangular com outros três bétilos de granito *in situ*, por sua vez associados às cerâmicas púnicas que apontam para uma cronologia de finais do século V ou inícios do século IV a.C. Num momento posterior, construíram-se casas de tipologia castreja sobre o santuário, mas o sítio continuou a desempenhar um relevante papel comercial, pelo menos até finais do século II a.C. (SUÁREZ OTERO, 2004a; b). Ambos os espaços foram relacionados com as funções dos santuários empóricos fenícios, como centros de intercâmbio e lugares neutros, nos quais a sacralização do lugar garantia a segurança das atividades comerciais, assim como amparo dos viajantes e a apresentação de oferendas antes do início de uma viagem para agradecer o regresso ou os lucros de um negócio (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010, p. 589-590).

Localizado um pouco mais a Norte, numa pequena ria subsidiária da ria de Arosa, o Castro Grande de Neixón atraiu há já algumas décadas o interesse dos investigadores (ACUÑA, 1976). Neste, documentou-se um recinto monumental construído na transição entre a I e a II Idade do Ferro, protegido por um fosso e por uma paliçada. No interior do recinto, escavaram-se 16 fossas no substrato rochoso, que se destinavam, possivelmente, ao armazenamento de cereais. Estas fossas foram amortizadas ritualmente entre os séculos IV e II a.C. com cerâmicas locais e púnicas, assim como restos de combustão, escórias, moínhos e restos de moluscos. Junto à entrada do recinto, e nos fossos contíguos, identificaram-se também materiais semelhantes e restos ósseos de cães, porcos e gaivotas. De acordo com a hipótese proposta pelos arqueólogos responsáveis, o sítio apresenta um caráter empórico e desempenhava funções rituais e comerciais, e nele ter-se-ão celebrado banquetes (AYÁN, 2005, 2008; AYÁN et al., 2008; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010b).



A uma fase aparentemente mais avançada corresponderiam os sítios de Santa Trega, Vigo, Montealegre, Torres del Oeste e Elviña. O primeiro situa-se junto à desembocadura do Minho e à fronteira com Portugal. Os seus 20ha fazem dele o maior castro galego conhecido (PEÑA, 2001). Parece ter origem em meados do século II a.C. como resultado de um processo de concentração do povoamento proveniente de outros castros de menores dimensões situados nas suas imediações, que neste momento procurariam melhores condições estratégicas e defensivas (CARBALLO, 1996, p. 333). Porém, é provável que escavações recentes tenham identificado uma ocupação anterior dos séculos IV – III a.C., a julgar pela presença de materiais púnicos nos seus inventários (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018b). Santa Trega recebeu uma grande quantidade de importações mediterrânicas, destacando-se ânforas púnicas e itálicas, cerâmica comum da área do Estreito de Gibraltar, *kalathoi* e cerâmica campaniense (PEÑA, 2001; CARBALLO, 1994; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 593-595, fig. 9; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018b).

Na ria de Vigo, as intervenções arqueológicas urbanas realizadas na cidade homônima forneceram algumas evidências de importações de origem mediterrânica, tanto no castro como no antigo fundeadouro (O Areal). A quase totalidade do acervo corresponde a ânforas itálicas e cerâmica de verniz negro (HIDALGO, 1987; 1989; 1990-1991), ainda que também se documentaram materiais de proveniência púnica, mas de época romano-republicana (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2016). Na margem Norte da ria, por seu turno, as recentes escavações no castro de Montealegre permitiram documentar um conjunto significativo de produtos exógenos, tanto na zona de habitat como no grande vazadouro de conchas documentado na ladeira Este (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007). No primeiro caso, as fases construtivas registradas circunscrevem-se ao período romano-republicano (150 – 25 a.C.) e Júlio-Cláudio (25 a.C. – 50 d.C.), ainda que nos níveis de criação de terraços se tenham identificado cerâmicas de cronologia mais antiga, nomeadamente algumas importações púnicas (ânforas da área do Estreito), produções de tradição turdetana, ânforas itálicas, assim como cerâmicas comuns e de cozinha (panelas, almofarizes, jarros, unguentários, etc.), algumas formas pintadas, tanto púnico-turdetanas como ibéricas (*kalathoi*), e vários fragmentos de jarros askóides (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007, p. 51-63).

Mais a Norte, na ria de Arosa, as intervenções realizadas no castro de Alobre (TOMÁS, 2008) proporcionaram, igualmente, um conjunto significativo de materiais tardo-púnicos e itálicos, entre os quais se destacam as ânforas e a baixela de verniz negro da Campânia, seguidas dos *askoi* e cerâmicas comuns (panelas, jarras, etc.) de tradição púnica e dos *kalathoi* ibéricos (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 587). Por seu turno, Torres



del Oeste localiza-se a montante da desembocadura do Ulla na ria de Arosa. Trata-se de um povoado de menores dimensões (menos de 2ha) que ocuparia uma posição intermédia nas redes de intercâmbio como centro redistribuidor de importações mediterrânicas para o interior galego. Entre os materiais recuperados, identificaram-se ânforas de tradição púnica de vários tipos, ânforas itálicas e uma ânfora ródia, além de outras importações alto-imperiais (FERNÁNDEZ PINTOS, 1999; NAVEIRO, 2004).

Em último lugar, o caso de Elviña reveste-se de grande interesse, tanto pelas importações registradas no interior do castro (BELLO E GONZÁLEZ, 2008) como pelos materiais encontrados na própria baía da Coruña. Entre as primeiras sobressaem as ânforas itálicas e a baixela de verniz negro campansiense, além de alguns exemplares de ânforas norte-africanas, um *askos* púnico e fragmentos de cerâmicas pintadas de tradição ibérica. Os achados subaquáticos complementam este panorama com alguns exemplares de ânforas gaditanas e gregas que se mantêm, porém, no mesmo arco cronológico tardo-púnico, salvo um exemplar de T-12111 (NAVEIRO, 1991), que atesta a frequência marítima da zona pelo menos desde o século IV a.C.

Como se pode apreciar, o padrão de importações parece ser constante em todos os lugares estudados, incluindo a área portuguesa entre Santa Olaia, na foz do Mondego e Gaia, na foz do Douro. No caso galego, a amostra analisada dos sítios localizados entre Vigo e A Coruña permite inferir que a procura das comunidades castrejas foi bastante homogênea ao longo destes séculos, e que a seleção dos produtos a exportar para estes mercados periféricos do Noroeste peninsular se adaptou a características muito específicas, nomeadamente o consumo de alimentos de alta qualidade e a aquisição de produtos exclusivos como vinhos mediterrânicos (associados à baixela “helenizada”), azeite e preparados de atum gaditanos.

### **3. RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE ESTUDO DE MATERIAIS DE 2016 – 2018: DIACRONIA DA ATIVIDADE COMERCIAL**

O estudo destes sítios e contextos permitiu definir a existência de três fases de importação de produtos de origem meridional ou mediterrânica, considerando como principal critério cronológico as datações conhecidas dos objetos nos seus lugares de produção, fundamentalmente Gadir e a região turdetana, além dos dados das oficinas de Atenas, da Magna Grécia, Itália e, quiçá, da Mauritânia Atlântica. Ditas fases, aparentemente encadeadas, estendem-se



ao longo da II Idade do Ferro e relacionam-se, sem margem para dúvidas, com o processo de integração dos territórios peninsulares na órbita romana e com a ulterior criação do sistema provincial da Hispania. Em linhas gerais, portanto, pode destacar-se que esta “rota atlântica” que ligava o Mediterrâneo (e em concreto a região do Estreito de Gibraltar) com o Noroeste se manteve ativa pelo menos desde meados do I Milênio a.C. de forma constante e, além disso, que o porto de *Gadir/Gades* terá desempenhado ao longo de todas as fases um papel preponderante como intermediário dos contatos entre as comunidades castrejas e as rotas meridionais, tanto as principais como as secundárias.

### 3.1. Fase 1 (*fnais do século V – século III a.C.*) (fig. 2)

A primeira fase não parece iniciar-se antes de finais do século V ou inícios do IV a.C. e coincide – não por acaso – com uma etapa de grande reestruturação da economia e das empresas marítimas das urbes púnicas do Sul peninsular. Como sugerimos em trabalhos anteriores (SÁEZ ROMERO, 2018; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019), esta expansão do comércio meridional para áreas periféricas atlânticas tinha, provavelmente, a sua razão de ser num conhecimento e contatos prévios desenvolvidos desde a época arcaica, mas sobretudo na procura de metais e novos mercados que, em certa medida, compensassem a perda de outros negócios lucrativos do Mediterrâneo central e oriental, agora dominados pela emergente potência marítima de Cartago e dos seus aliados. *Gadir* começou, assim, a projetar-se para o Atlântico, explorando estas rotas extremas até às Cassitérides, a Norte, e a Mogador, a Sul (MARZOLY E KHAYARI, 2010), com objetivo de garantir o aprovisionamento de matérias-primas, assim como a consolidação de um domínio marítimo (comercial, pesqueiro, etc.) da zona, dando com isto continuidade ao que possivelmente exercia desde a centúria anterior.

No caso das rias galegas e, em geral, do mundo castrejo, a principal fonte de atração foi, evidentemente, o estanho, mas, como relata Estrabão (**Geografia**, III, 2, 9; III, 5, 1) para a fase final do processo de contato, provavelmente os intercâmbios incluíram outros elementos, tais como escravos, ouro, etc., e em troca os navios gaditanos transportaram sal, alimentos embalados em cerâmicas diversas (vinho, azeite, preparados de peixe, etc.), recipientes de pasta vítrea com perfumes, etc. Além disso, como sugerem os casos de Alcobre e Toralla, na ria de Vigo, a sua presença conduziu a mudanças substanciais, não só nos padrões de consumo alimentar das comunidades castrejas da costa, mas também à construção de altares com bétilos pétreos que puderam ser marcadores de “zonas francas”. Estas seriam idôneas para o encontro dos coletivos e



para o desenvolvimento de transações comerciais, para a celebração de acordos e para a prática de ritos comuns.



Os materiais documentados em Punta do Muiño do Vento são, talvez, os mais eloquentes para a caracterização desta fase. Há, ainda, que assinalar que, em linhas gerais, o padrão de importações parece ser constante em todos os lugares estudados, o que não é um pormenor desdenhável. Sobressai a presença de, pelo menos, uma dezena de exemplares do tipo T-8211 com perfis que sugerem uma datação do século IV e inícios do III a.C. (SÁEZ ROMERO, 2016a), acompanhados por uma T-12111 de cronologia semelhante, cuja pasta indica também uma origem gaditana (em ambos os casos, interpretadas tradicionalmente como salsarias). Da *campiña* gaditano-xericiense provêm, no mínimo, dois exemplares de ânforas olearias de tipo Tiñosa/ T-8112 (CARRETERO, 2007), um deles com uma inclinação da parede que o aproxima dos indivíduos mais antigos desta série, de finais do século V a.C., e outro de tendência cilíndrica que poderia ser datado entre os séculos IV e III a.C. Além disso, documentaram-se algumas paredes de ânforas turdetanas de proveniência indeterminada (oficinas do Baixo Guadalquivir ou Guadalete), cuja tipologia poderia corresponder tanto à série Pellicer BC como à D (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019).

À margem destes recipientes de transporte, possivelmente outros alimentos que até agora não foi possível determinar foram transportados no interior de grandes jarras de mesa derivadas de *pithoi*, com pastas de origem gaditana (como um indivíduo relacionado com o tipo C1a/ C1Ia da olaria de Camposoto: RAMON *et al.*, 2007), assim como num grupo numeroso de recipientes crateriformes. A morfologia, decoração pintada e pastas cerâmicas permitem afirmar que estes objetos provêm de oficinas localizadas em cidades púnicas da costa atlântica marroquina, como *Luxus* ou *Kuass* (PONSICH, 1968: lâms. XVI, XIX y XX; BRIDOUX *et al.*, 2015, figs. 2,7 e 4,17), ou inclusive da área de Thamusida-Banasa (GIRARD, 1984, fig. 19). Acrescentam-se a estes contentores outros recipientes de menor dimensão de fabrico gaditano, destinados ao serviço de mesa, tanto líquidos (jarrinhas GDR – 10.2.1 e GDR – 10.4.0) como sólidos (pratos de peixe “tipo Kuass”). Em ambos os casos, tratam-se de elementos amplamente caracterizados na produção cerâmica gadirita dos séculos IV-III a.C. (SÁEZ ROMERO, 2005; 2008; NIVEAU DE VILLEDARY e SÁEZ, 2016), mas o seu grau de fragmentação não permite avançar com uma maior precisão cronológica.

No interior da ria de Vigo, o estudo dos materiais provenientes do castro de Montealegre parece confirmar a existência de um horizonte de importações semelhante, a julgar pelo protagonismo das ânforas gaditanas T-8211 e dos



contentores. Mais a Norte, em outra península entre as embocaduras das rias de Pontevedra e Arosa, o sítio de A Lanzada proporcionou materiais enquadáveis nesta primeira etapa de contatos da II Idade do Ferro, nomeadamente ânforas T-8211 e Pellicer D, cerâmicas pintadas e um bordo de “recipiente crateriforme” (SUÁREZ e FARIÑA, 1990; GONZÁLEZ RUIBAL, 2004a; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a). O estudo dos materiais depositados no Museu de Pontevedra permitiu confirmar a presença, além de contas de pasta vítrea simples e oculadas, de ânforas púnicas de origem gaditana, com alguns fundos de tipologia indeterminada e um exemplar de T-8211 datável do século III a.C. A este período parece pertencer, igualmente, um bordo de ânfora de tipo greco-italico que pode ter sido fabricada em olarias púnicas da região do Estreito. A juntar a estes contentores anfóricos está um exemplar de “recipiente crateriforme” e vários bojos com decoração linear pintada a vermelho que sugerem a chegada de jarras de tamanho médio e outros recipientes de tipo doméstico que complementaríamos os produtos transportados nas ânforas (possivelmente preparados de peixe e vinho ou azeite).

Continuando para Norte, na zona interna da ria de Arosa encontramos um novo testemunho desta fase de frequentação nos castros de Neixón, onde o padrão de importações parece repetir estes parâmetros. Neste sítio foi possível analisar, além de um unguentário de pasta vítrea (ACUÑA CASTROVIEJO, 1976), pelo menos um exemplar de ânfora T-12111 ou T-12111/2 (SÁEZ ROMERO, 2016b) e um bordo de T-8211, ambos com pastas gadiritas. A estas ânforas pode juntar-se um exemplar de proveniência mediterrânica que atesta o consumo de vinhos seletos no castro: trata-se de um bordo de ânfora de tipo MGS IV, possivelmente fabricado algures na Magna Grécia ou na Sicília oriental (Tarento ou Gela), que está intimamente ligada ao transporte de vinhos de qualidade, documentando-se o seu fabrico e circulação entre o século IV e as primeiras décadas do século III a.C., a julgar por naufrágios como El Sec ou Filicudi F (VANDERMERSCH, 1994). É importante salientar que se trata do exemplar mais ocidental de uma ânfora grega desta cronologia, numa periferia cultural do Mediterrâneo tardo-clássico e helenístico, aparentemente afastada dos modelos de consumo e culturais que justificariam a sua presença. Dois fragmentos de verniz negro, talvez ático ou sud-italico, indicam, porém, que a transmissão de fórmulas culturais para o Noroeste ibérico não só incluiu as cerimónias de consumo de vinho (uma vez que um deles pode corresponder ao fragmento de uma lucerna, enquanto que outro, um bojo sem decoração, pode corresponder a uma taça fechada ou *krater*). Outras importações de origem meridional ibérica invocam, novamente, o que se documentou em Alcobre e A Lanzada: um “recipiente crateriforme” com o bordo pintado a vermelho,



de possível proveniência mauritana, e fragmentos de recipientes de médias dimensões com bordo simples esvasado e um friso no ombro, semelhantes às produções turdetanas dos séculos IV – III a.C. (FERRER e GARCÍA, 2008). Vários fragmentos de paredes pintadas a vermelho, totalmente cobertas ou com linhas, poderiam agrupar-se sem problemas neste conjunto de recipientes médios provenientes dos portos da região do Estreito.

Por último, deve incluir-se neste grupo de achados correspondentes à fase inicial pelo menos uma das peças de proveniência subaquática recuperadas na baía de A Coruña e dadas a conhecer, inicialmente, por J. Naveiro (1991). O exame deste objeto no decorrer do projeto permitiu confirmar uma possível origem gadirita e o seu enquadramento tipológico na série T-12111; as suas características autorizam a propor uma datação entre finais do século IV e inícios do século III a.C. Este achado pontual pode ser relacionado com um fragmento exumado em escavações antigas no castro de Elviña, localizado nas proximidades, que corresponde a uma parede pintada bícroma, com linhas finas em negro que delimitam uma franja vermelha larga, que poderia ser identificada como parte de uma jarra púnica ou com um “recipiente crateriforme”, cuja cronologia aponta para os séculos V – IV a.C. Este significativo, ainda que exíguo, conjunto de dados arqueológicos corunheses permite afirmar que os contactos em todos estes pontos do Noroeste desenvolveram-se, provavelmente, de forma coetânea, sem que a costa da Cantábria seja relegada para uma fase posterior.

### 3.2. Fase 2 (*Inícios do século II – meados do século I a.C.*) (fig. 3)

A escassez de materiais especificamente relacionáveis com a etapa bárquida, relativamente bem caracterizadas nas produções das olarias gadiritas (SÁEZ ROMERO, 2008), coloca algumas dúvidas sobre a existência de alguma descontinuidade nos contatos estabelecidos com o Noroeste durante esta fase. Porém, não restam muitas dúvidas, a partir dos materiais publicados ou analisados no âmbito deste projeto, de que estas rotas estiveram ativas desde inícios do século II a.C., de novo com o porto de Gadir/ Gades como principal interlocutor com as comunidades castrejas. As transformações ocorridas nos contatos a partir do *foedus* romano de Gadir (206 a.C.) e da abertura das portas do Estreito de Gibraltar ao seu exército e ao comércio são destacáveis, verificando-se uma rápida ascensão da presença de materiais itálicos (sobretudo ânforas vinárias e cerâmicas finas e de cozinha) entre os itens consumidos nos castros galaicos. De qualquer modo, a continuidade de um abundante caudal de produtos provenientes de olarias gaditanas indica que aquelas importações itálicas passaram, muito possivelmente, pelo filtro do porto gaditano,



sendo redistribuídas para o Noroeste do mesmo modo que para o interior dos vales do Guadalquivir e do Guadiana, assim como para as costas do Golfo de Cádiz e Algarve, *Olisipo* e as desembocaduras do Tejo e do Sado (PIMENTA, 2014).

O caso de Punta do Muiño do Vento permite avaliar o quadro de importações detectado nas rias galegas, que novamente constituem um conjunto de itens sistematicamente repetido em todos os sítios analisados, com algumas pequenas modificações que podem ser explicadas pela desigual disponibilidade dos dados e não pela quantidade da amostra. Em Alcabre destaca-se a presença de ânforas gaditanas do tipo T-7433 (e pelo menos uma imitação de ânfora greco-ítálica/ Dr. 1) junto a recipientes de pasta campana de tipo Dressel 1A e 1C, alguns deles possivelmente reutilizados como contentores domésticos ou tubos, uma vez que tinham o colo recortado quase no arranque inferior. Fragmentos amorfos de verniz negro ítálico, assim como *kalathoi* fabricados em olarias da costa da Citerior ilustram a chegada de baixelas e produtos complementares do vinho e dos preparados de peixe. Destaca-se também a presença de vários fragmentos de paredes decoradas com traços pintados a vermelho, em retícula, que provavelmente correspondem à zona superior do corpo de jarros askoides de produção gadirita, uma das formas mais representativas deste horizonte de importações do século II a.C. Relativamente a este aspecto, no caso de Punta do Muiño do Vento todos estes elementos podem situar-se cronologicamente ao longo de grande parte do século II e inclusive nos inícios do século I a.C., levando a crer que, novamente, os contatos se sucederam ao longo de um lapso temporal extenso, talvez associados a um castro e não aos santuários betílicos que, como vimos, caracterizaram a fase anterior. Ao fundo da ria, Montealegre confirma esta tendência na composição das importações, registrando-se uma abundância das ânforas T-7433 e Dr. 1, assim como de jarros askoides e *kalathoi* (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007).

Em A Lanzada, numa fase na qual ainda não se esclareceu a relação com a possível “fábrica de salga” identifica em intervenções recentes (RODRÍGUEZ et al., 2011), documentaram-se materiais que caracterizam um horizonte de importações semelhante ao que foi detectado na ria de Vigo. Os vestígios analisados, provenientes de intervenções antigas, indicam igualmente a dinâmica de consumo esboçada para Alcabre: presença notável de recipientes Dr. 1 e verniz negro ítálicos (L1, L55, etc.), alguns *kalathoi* de olarias da fachada oriental peninsular, ânforas gaditanas T-7433 (com *opercula* de aba triangular) e outros elementos de baixela e serviço de líquidos de proveniência semelhante, como parecem ser os casos de um jarro askoide e de uma jarra de tamanho médio com corpo globular e bordo plano triangular ligeiramente



projetado para o exterior, cuja produção está bem atestada em lugares como Torre Alta entre finais do século III e as primeiras décadas do século II a.C. (SÁEZ ROMERO, 2008; SÁEZ ROMERO *et al.*, 2016).

Na ria de Arosa era sobejamente conhecida a presença de materiais de importações, nomeadamente em O Achadizo (CONCHEIRO e VILASECO, 2011), que foram reexaminadas no âmbito do projeto. Deste castro provêm, além de algumas contas de colar de pasta vítrea, um fragmento de ombro e arranque de asa de uma ânfora greco-italica ou Dressel 1A de fabrico itálico, uma base tosca que pode corresponder a uma taça globular, um fragmento de parede com bandas vermelhas finas pintadas na superfície exterior e um pedaço pequeno de uma base simples de fundo côncavo. Estas duas últimas peças apresentam pastas relacionáveis com olarias gaditanas e correspondem, respectivamente, a um unguentário de inspiração cartaginesa, bem conhecidos nos inventários de *Gadir/ Gades* de finais do século III a.C. e inícios da centúria seguinte (SÁEZ ROMERO, 2008) e à base de um jarro askoide ou jarra média, possivelmente com cronologia semelhante (SÁEZ ROMERO *et al.*, 2016). Apesar da sua escassez, estes materiais que caracterizam, em conjunto, a chegada de importações oriundas do Sul da Península Ibérica nos dois primeiros terços do século II a.C.

Os castros de Neixón (Boiro) também eram conhecidos anteriormente e funcionavam como centros receptores de importações nesta fase graças aos trabalhos de X. Ayán e colaboradores (AYÁN, 2005; 2008). Destacam-se, do seu acervo, fragmentos de unguentários de pasta vítrea, cerâmicas pintadas e um jarro askoide associado ao fosso do chamado “castro grande” (AYÁN *et al.*, 2008). O estudo destes e de outros materiais no Museu de Boiro permitiu constatar a presença de um destacado número de exemplares de jarros askoides com a característica decoração de botões aplicados no arranque superior da asa; alguns fragmentos pintados com linhas pintadas a vermelho correspondem, provavelmente, à decoração da parte superior do corpo de alguns deles. Destacam-se também materiais de proveniência gaditana, nomeadamente um exemplar de ânfora T-7433 (asa), uma base de jarrinha GRR – 10.4.1 e uma parede com linhas pintadas a vermelho na superfície exterior pertencente a um unguentário globular semelhante ao que se documentou em O Achadizo. Aos materiais de origem gaditana junta-se também a jarra média de corpo globular e lábio aplanado, semelhante às que se descreveram anteriormente em A Lanzada. Estes itens do Sul peninsular são acompanhados por alguns bordos e paredes de ânforas itálicas campanas do tipo Dressel 1A, provavelmente vinculadas ao transporte de vinho. Este conjunto pode ser datado ao longo do século II a.C.



Da ria de Arosa, ainda que esteja atualmente exposto no Museu do Mar de Vigo, provém um achado subaquático pontual de grande interesse, a saber, um jarro askoide quase completo, ao qual lhe falta apenas parte da asa. Este é, atualmente, o exemplar melhor conservado deste tipo, mesmo contando com as áreas de produção gaditanas. A peça em questão permite afirmar que se tratam de recipientes de tamanho médio destinados ao serviço de mesa (líquidos), com um vaso de linhas arredondadas (a decoração pintada está mal conservada, identificando-se alguns traços horizontais a vermelho), fundo côncavo simples, colo estilizado acilindrado e arranque superior da asa decorado com pequenos botões aplicados a ambos os lados. Estas características são habituais nos inventários de Gades e do Noroeste, podendo afirmar-se, a partir desta peça, que provém de um naufrágio, ou que os itens foram usados e atirados ao mar desde as embarcações. Isto também poderia associar-se às áreas mais frequentadas ou aos santuários situados nos castros costeiros da zona.

Entre os materiais que foram dados a conhecer, inicialmente, por J. Naveiro, provenientes de ambientes subaquáticos da baía de A Coruña, encontramos novamente argumentos que permitem sustentar a hipótese de que estas importações tardo-púnicas chegaram ao Cantábrico ocidental, uma vez que não faltam exemplos de ânforas itálicas Dressel 1A e C, assim como uma asa de ânfora vinária ródia. Trata-se do primeiro indivíduo deste tipo documentado em áreas periféricas do Atlântico hispano. Os achados de Elviña, apesar da sua escassez, assinalam, uma vez mais, a tendência verificada noutros sítios: uma Dressel 1 itálica, uma possível Lamboglia 2 da zona adriática, uma asa de ânfora T-7433 de pasta gaditana, além de vários fragmentos de bordo, colo e asa de um jarro askoide produzido, igualmente, em olarias gaditanas. Em conjunto, estes materiais podem ser datados ao longo do século II e inícios do século I a.C.

### 3.3. Fase 3 (*fnais do século I a.C. – Inícios do século I d.C.*)

A “rota atlântica” que ligava a zona do Estreito (e, indiretamente, as “autoestradas” marítimas mediterrânicas) e o Noroeste alcançou, aparentemente, um auge de atividade a partir da época tardo-republicana, com uma intensificação e diversificação da chegada de produtos alimentares, baixelas e outros elementos aos castros crescentemente urbanizados dos confins da Citerior. Esta dinâmica é sobejamente conhecida no Norte de Portugal, a julgar por naufrágios como o de Esposende (MORAIS, 2007; CARRERAS e MORAIS, 2012; MORAIS et al. 2013), e havia sido já assinalada no caso galego (NAVEIRO, 1991; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007; PÉREZ LOSADA et al., 2008; FERNÁNDEZ e BARCIELA, 2016). No decorrer do Projecto



Estrímnides, esse fenômeno pôde ser constatado em lugares como Punta do Muiño do Vento ou nos castros de Neixón, onde as ânforas ovoides gaditanas ou Dressel 7/11 e as Ovoide 4/ Haltern 70 do Vale do Guadalquivir são abundantes, e às quais se juntam cerâmicas comuns “béticas” (jarras, almofarizes, caçarolas Vegas 14, etc.), e de copos de *terra sigillata* de proveniência diversa. Se, nas etapas anteriores, o padrão de importações parece ser sistemático, altamente repetitivo em todos os sítios analisados, a partir desta fase este caráter constante parece acentuar-se ainda mais, com um acusado declínio da presença de materiais itálicos e um claro aumento quantitativo das produções do Ocidente bético e de olarias lusitanas, que por sua vez caracterizam a “provincialização” das rotas comerciais hispanas a partir das décadas finais do século I a.C. (GARCÍA VARGAS, 2010).

#### 4. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Ao longo destas linhas, procuramos descrever as principais fases identificadas nas importações de origem mediterrânica, assim como as diferenças quantitativas entre umas e outras em relação à origem, tipo, função e significado das mercadorias documentadas nos sítios castrejos estudados. Por outro lado, tentamos explicar o motivo pelo qual se dão contatos nestas fases e com essa intensidade, por exemplo, os processos políticos, sociais e, sobretudo, econômicos que, na perspectiva púnica, permitem entender a manutenção e a evolução da rede comercial estabelecida entre os principais portos da área do Estreito, encabeçados por *Gadir/ Gades*, e as populações atlânticas, especialmente o Noroeste.

É necessário, porém, assinalar as mudanças que estes contatos provocaram nas comunidades castrejas, tanto nos hábitos de consumo como, mais profundamente, nas próprias relações sociais e valores culturais que estas desenvolveram. Não é, por isso, de estranhar que, desde finais do século V a.C., se assiste à construção de pequenos altares com bétilos pétreos em alguns pontos costeiros (fig. 3 e 4), nomeadamente ilhas e penínsulas, que puderam funcionar como “zonas francas” (*middleground*) idóneas para o encontro dos coletivos e para o desenvolvimento de transações comerciais, de acordos e, inclusive, de rituais comuns. Estes lugares de encontro, definidos recentemente como *emporía* (GONZÁLEZ RUIBAL *et al.*, 2010a, p. 588), confirmariam não só a regularidade destes contatos, como também o seu impacto territorial e simbólico, uma vez que faria parte do espaço sacralizado de ambas as comunidades. Estas transformações no âmbito da paisagem física e figurada seriam ainda mais evidentes na segunda fase (séculos II – I a.C.), quando as formas



de intercâmbio estariam menos ritualizadas e haveria uma maior regularidade dos contactos, sendo o lugar de recepção habitual os principais *oppida* (Santa Trega, Vigo, Neixón Grande ou Elviña-*Brigantium*) ou os portos autônomos que destes dependiam (p.ex., Torres do Oeste).

Como um de nós assinalou em trabalhos anteriores (RODRÍGUEZ CORRAL, 2009), no que diz respeito às mudanças de padrões de consumo alimentar, a adoção de produtos e objetos de origem mediterrânica por parte das comunidades castrejas, sobretudo no âmbito da mesa, não parece ter significado uma imitação de práticas exógenas, mas antes uma adaptação destas ao próprio contexto social. Porém o próprio acesso diferenciado aos materiais exóticos e ao seu uso ritualizado converteu-os em elementos importantes na manifestação do status de quem os usava. Em outras palavras, estes objetos fizeram parte dos processos de diferenciação social que se intensificam durante a II Idade do Ferro. Consequentemente, as importações mediterrânicas constituem também uma interessante fonte de informação para conhecer melhor os mecanismos de apropriação simbólica das práticas de comensalidade e, em geral, o papel que estas desempenharam na construção das relações sociais no Noroeste da Península Ibérica.

O estudo dos contextos e repertórios expostos nas linhas precedentes permite, além disso, distinguir e valorizar as singularidades nas pautas de aquisição e consumo destas importações por parte das comunidades castrejas e, acima de tudo, as suas diferenças relativamente a outras comunidades coetâneas da fachada atlântica. Assim, é possível definir um primeiro círculo de distribuição na costa do Algarve e Baixo Guadiana, que funciona praticamente como uma extensão ocidental do denominado “Círculo do Estreito” (SOUZA e ARRUDA, 2010; ARRUDA et al. 2011), tanto na sua matriz cultural (habitat, formas de vida e arquitetura) como nas dinâmicas comerciais, considerando a circulação de ânforas e aos repertórios domésticos, especialmente a cerâmica comum e a baixela de mesa, cuja composição revela também estreitas relações com o interior turdetano (ARRUDA, 2007). Isto é, trata-se de uma zona de influência direta de Gadir, na qual se desenvolveriam centros costeiros como Monte Molião, Faro ou La Tiñosa, entre outros; os registros destes sítios sugerem uma fundação ou “colonização” levada a cabo pela própria metrópole a partir da primeira metade do século IV a.C. em áreas que, aparentemente, não tinham sido ocupadas durante a etapa inicial da Idade do Ferro. Huelva, Tavira e Castro Marim, três centros portuários importantes da zona, revelam também comportamentos de consumo semelhantes, apesar de não fazerem parte dessas “fundações gaditanas”.





Por outro lado, o panorama recentemente descrito para os estuários do Sado, Tejo e Península de Lisboa revela uma mudança ao nível das dinâmicas comerciais em comparação com a I Idade do Ferro, especialmente nos grandes centros portuários (Alcácer do Sal, Setúbal ou Lisboa). Nestes sítios, as importações mediterrânicas decaem até o seu quase desaparecimento entre os séculos IV e III a.C. (SOUSA, 2014; 2017a; 2017b). É arriscado extrapolar esta situação ao litoral centro-norte de Portugal, uma vez que sítios importantes como Santa Olaia ou Conímbriga não apresentam muitos dados desta fase. No entanto, é evidente que a partir de finais do século VI a.C. se produz uma regionalização da economia nos principais estuários atlânticos, com uma intensificação da produção agropecuária e a formalização de novos tipos anfóricos derivados de modelos fenícios arcaicos destinados à distribuição dos excedentes nos seus próprios círculos comerciais (SOUSA e PIMENTA, 2014). O mesmo pode se dizer da cerâmica comum e de mesa, que evolui diretamente das produções introduzidas pelos Fenícios na região, dando lugar a um repertório de origem oriental plenamente adaptado às novas necessidades e gostos do horizonte cultural que surge nesta região após o desmantelamento do sistema colonial e a reorientação das estruturas políticas e territoriais (SOUSA, 2014). Com efeito, mais além da presença de materiais itálicos, por outro lado também reduzidos (ROUILLARD et al. 1989; ARRUDA e SOUSA, 2018), as importações púnicas limitam-se a algumas ânforas da área de Cádiz e do Guadalquivir (SOUSA, 2014; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019), estando praticamente ausentes recipientes de finais da Idade do Ferro como as T-81112, T-8211 ou T.12111, assim como outras produções meridionais, nomeadamente a cerâmica tipo “Kuass” ou cerâmica comum pintada (SOUSA, 2007, p. 100).

Pelo contrário, no Noroeste, o abastecimento de produtos exógenos não só é relativamente regular e homogêneo ao longo da II Idade do Ferro, como se demonstrou, mas também adquire alguma singularidade. Isto pode ser extensível à costa setentrional portuguesa, onde as comunidades castrejas desenvolveram, aparentemente, comportamentos semelhantes, a avaliar pelos materiais importados que se publicaram até o momento (SILVA, 1986; ILVA e PINTO, 2001; VILAÇA e CUNHA-RIBEIRO, 2008) e por outros contextos inéditos recentemente estudados.

A esta região chegam, provavelmente em momentos anteriores à fase inicial das “fundações gaditanas” do Algarve, ânforas de preparados piscícolas da área do Estreito (T-8211 e, em menor medida, T-12111) e outros contentores do interior da *campiña* de Cádiz (T-8112) e, provavelmente, do Vale do Guadalquivir (Pellicer B-C ou D), que transportavam produtos agrícolas. Estes



materiais associam-se frequentemente a grandes recipientes fabricados a torno pintados, recipientes crateriformes e jarros de diversos tipos, assim como elementos do serviço de mesa: taças ou pratos, alguns em cerâmica “tipo Kuass”. Merecem especial menção os chamados “crateriformes” e a cerâmica grega, que se associaria à introdução do consumo de vinho, evidenciado pela aparição das primeiras ânforas vinárias. Do mesmo modo, é notável, pela sua singularidade (como o caso dos “crateriformes” de possível origem mauritana), a frequente aparição, em etapas mais avançadas desta fase, de jarros askoides decorados provenientes de Cádiz, que não se encontram em outros contextos atlânticos.

O início da conquista romana da Península não fez mais do que intensificar estes contatos e, em meados do século II a.C., são abundantes as ânforas greco-ítálicas e, posteriormente, as Dressel 1 itálicas e sul-hispânicas que acompanham as produções gaditanas (T-7433) e outros contentores minoritários de origem grega oriental, além de *kalathoi* ibéricos, unguentários e outras formas comuns de tradição púnica. Nesta fase, o consumo ritualizado de vinho está perfeitamente atestado, novamente, pela baixela de mesa importada e, sobretudo, pelas formas de verniz negro campano que começam, nestes momentos, a chegar à Península Ibérica.

Tudo isto parece refletir uma procura seletiva por parte das populações do litoral atlântico peninsular, mais do que uma redução ou interrupção do comércio púnico nesta região, como se propôs recentemente (SOUSA, 2017a, p. 102). Isto é, a escassez de importações na costa central portuguesa não significa um abandono das rotas comerciais estabelecidas em época arcaica (que, como pensamos, estavam plenamente ativas pelo menos desde finais do século V a.C.), mas antes uma manifestação das dinâmicas econômicas e sociais que levaram as comunidades ribeirinhas do Sado e do Tejo a satisfazerem as suas necessidades com produtos próprios, adquirindo unicamente aqueles objetos que as suas oficinas não podiam fabricar ou imitar (cerâmica grega, contas de pasta vítrea, etc.). É, igualmente, provável que tenham adquirido pelas mesmas vias mercadorias a granel que não podiam ser produzidas ou adquiridas localmente. Não esqueçamos que nesta região já existia um tecido produtivo desde a época orientalizante, assim como uma tradição cerâmica de profundas raízes mediterrânicas que, como se disse, evoluiria adaptando-se às necessidades destas comunidades mediante o fabrico de produtos semelhantes aos que circulavam no âmbito cultural púnico (ânforas, cerâmicas de engobe vermelho, cinzenta e pintada), o que significa que a aquisição destes artigos importados terá sido limitada. A isto não foram, certamente, alheios os próprios interesses e valores das elites locais, quiçá menos permeáveis às novas modas helenizantes (ou “mediterrâneas” *latu sensu*) e, pelo contrário, relativamente abertas às influências continentais.



Esta variedade da procura é evidente no Alentejo litoral, onde convivem estabelecimentos portuários relacionados comercialmente (e quiçá culturalmente) com o âmbito gaditano, com sítios de carácter céltico ou celtizados, à semelhança do que ocorre no Algarve. Odemira parece ser, neste sentido, um exemplo eloquente (VILHENA e RODRÍGUES, 2009). No segundo grupo de sítios destaca-se Santiago do Cacém (SOARES e SILVA, 1979), que se caracteriza por uma aquisição mais esporádica de importações, assim como outros que revelam uma estreita interação cultural, como parece ser o depósito ritual de Garvão (BEIRÃO *et al.*, 1985).

No Noroeste, as pautas de consumo desenvolvidas pelas comunidades castrejas durante a segunda metade do I Milênio a.C., assim como a sua regularidade, permitem afirmar que os produtos intercambiados com os púnicos em troca de metais (estanho e ouro) eram mais do que simples objetos exóticos, cujo valor era determinado pela sua raridade ou sofisticação, e que acabaram por ser integrados e adaptados às suas próprias práticas, adquirindo novas funções no âmbito das relações sociais e da construção do seu universo simbólico.

Por outro lado, chama poderosamente a atenção as semelhanças entre estes repertórios e os que se documentam na costa atlântica do Norte de África, especialmente em Kuass (KBIRI ALAOUI, 2007) e Banasa (GIRARD, 1984; ARHARBI e LENOIR, 2004), tanto no que se refere às ânforas como, sobretudo, a determinadas produções (jarros askoites, recipientes globulares com asas e crateriformes). Estas últimas são, efetivamente, muito pouco frequentes na margem Norte do Estreito, estando praticamente ausentes no interior da Turdetânia, enquanto que os jarros askoides aparecem quase sempre em espaços produtivos e não tanto em conjuntos domésticos ou em contextos rituais.

Não é, pois, de estranhar que o elenco anfórico importado nesta área reproduza pautas análogas às de outros portos atlânticos da área do Estreito ou da Mauritânia Ocidental, sobretudo se se considera que fazem parte da mesma rede comercial e que os mesmos produtos puderam ser introduzidos, com maior ou menor êxito, em diferentes mercados. Uma prova disso é o fato de se conhecerem poucos exemplares das ânforas de preparados piscícolas T-11/ T-12 na costa central de Portugal e, menos ainda, de T-8112 e T-8211, que contrasta com a abundância destes elementos às rias galegas no mesmo período, bem como a centros costeiros mauritanos como Mogador, *Thamuisida*-Banasa, *Lixus* ou Kuass. A presença recorrente de formas tão específicas como jarros askoides, unguentários, recipientes globulares e “crateriformes”, associadas a outros elementos para o serviço de bebidas, como jarras ou a baixela



grega, denota uma intenção que vai mais além da mera aquisição de “cerâmica de qualidade” que complementaria os repertórios vasculares locais de fabrico manual, uma vez que faltam ou escasseiam outras formas fabricadas a torno comuns na área púnica ou turdetana, nomeadamente as tigelas, taças, copos e alguns recipientes de grande formato, abundantemente exportados para os sítios do Algarve e Golfo de Cádiz. Nesse sentido, é lícito defender a possibilidade de que estas formas não viajassem até às rias galegas como itens cerâmicos, mas antes como contentores de produtos, pelo menos no caso dos recipientes “crateriformes”, e que o seu sucesso entre as comunidades locais se deva não só ao seu potencial uso, mas também ao consumo de vinho, azeites perfumados e outros produtos envasados nos portos de origem.

Estamos ainda longe de oferecer uma explicação satisfatória para este fenómeno, mas é provável que nele convirjam duas circunstâncias diferentes: uma de carácter local, com um interesse por recipientes relacionados com o consumo ritualizado de vinho (*kraters* e taças gregas, crateriformes, jarras tipo olpe e askoides); outra, de carácter comercial, que explicaria a presença concreta destes objetos nos fretes junto a ânforas e outros produtos manufaturados. A combinação entre este conjunto de itens importados (ânforas e outras cerâmicas com pastas gaditanas e os “crateriformes”, assim como outras peças cujo exame macroscópico e tipológico sugere uma origem em olarias mauritanas, constitui uma promissora linha de investigação sobre o alcance das redes comerciais de *Gadir* e o seu papel como intermediária na redistribuição de produtos dentro dos circuitos atlânticos. Se os achados do Algarve deixam poucas dúvidas sobre a participação, amiúde quantitativamente alta, de ânforas e outros objetos de fabrico turdetano nos seus fretes dirigidos tanto para Oeste como para Sul, os novos indícios documentados no Noroeste ibérico permitem afirmar que os seus comerciantes foram capazes de ligar a procura castreja com a produção de algumas urbes de origem semita da costa mauritana, que por sua vez parecem imitar, seguindo parâmetros decorativos púnicos, formas próprias dos repertórios gregos clássicos. Não se pode descartar um contato direto entre as duas zonas, mas, a julgar pela composição dos contextos galegos e do Norte de Portugal, é mais provável que *Gadir* tenha monopolizado o diálogo com estas periferias, usando os elementos de um e outro lado para incrementar as diferenças entre custo e valor.

Isto conduz, novamente, à primeira circunstância, a saber: o carácter especializado da procura das populações castrejas. Uma análise diacrónica destas importações permite pensar que a introdução, a partir do século V a.C., dos *kraters* e taças áticas, terá implicado a adoção e adaptação do repertório helénico aos contextos de consumo ritualizado de bebidas no seio das práticas



desenvolvidas por estas comunidades, onde o vinho que começou a ser importado neste momento deve ter tido um papel relevante. A ampla aceitação deste repertório e a sua ergonomia relativamente à própria comensalidade castreja refletir-se-ia na procura de crateriformes. Esta, por sua vez, dever ter sido incrementada à medida que descia o volume de importações gregas no Ocidente a partir de meados do século IV a.C., e também no fabrico de versões locais modeladas à mão com asas “de colunas” e corpos de tendência globular (REY, 2016). Parece, pois, difícil determinar se estas manufaturas castrejas são uma reprodução direta dos *kraters* gregos clássicos, de versões dos recipientes fabricados a torno, ou mesmo ambos tipos de importações, uma vez que a cronologia atribuída a estas produções não é, até o momento, tão precisa como a dos supostos protótipos. Em todo o caso, é também expressiva a distribuição destas versões de *kraters*, cuja produção e consumo parece ter superado os limites territoriais marcados pelas próprias importações de produtos mediterrânicos, incluindo a quase totalidade dos sítios estudados no âmbito do projeto (Toralla, Alcabre, A Lanzada, O Achadizo, Alobre, Baroña) e um importante conjunto de castros situados no interior (Monte do Castro, Nadelas, Castrolandín, Fozara, etc.).

Consequentemente, parece indiscutível que esta forma desempenhou um importante papel na formalização das relações sociais através da mesa, junto com outros elementos relacionados com o serviço de líquidos (bebidas fermentadas) e o consumo de alimentos sólidos, especialmente carne. Deste modo, o seu significado só pode ser entendido dentro do próprio contexto cultural castrejo e dos valores que se constroem em torno do banquete. O papel crescente do vinho nestes rituais revela-se na frequente aparição, a partir de finais do século III e inícios do século II a.C., de ânforas vinárias itálicas ou sul-hispânicas, assim como de novos recipientes de serviço e consumo (p.ex., jarras askoides), entre outras formas a torno, e sobretudo a partir de meados do século II a.C., com a introdução da baixela de verniz negro itálica, cujo uso se estende com relativa rapidez nesta região. Porém, como se advertiu antes, tanto o vinho como os objetos relacionados com o seu consumo “tiveron significados moi diferentes no contexto indíxena do Noroeste aos que tiñan no Mediterráneo, ao inserirse nos modos convivíais das comunidades castrexas coherentes coa súa historia e estructura social” (RODRÍGUEZ CORRAL, 2009, p. 94).



ABAD VIDAL, Emilio. Betilos púnicos do castro da illa de Toralla. *In*: FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo.; BARCIELA, Pilar (coords.). **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo**. Vigo: Concello de Vigo, 2016, p. 58-59.

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando. Excavaciones en el Castro de O Neixón. **Noticiario Arqueológico Hispánico**, Madrid, 5, 1976, p. 327-330.

ALMEIDA, Coelho Armando Ferreria de; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOEIRO, Maria Teresa; BAPTISTA, Antonio José. **Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha**, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1981.

ALVAR EZQUERRA, Jaime. "Avieno, los fenicios y el Atlántico". *In*: **Homenaje a Fernando Gascó. Kolaïos**, Sevilla, 1997, 4, p. 21-37.

\_\_\_\_\_. El comercio del estaño atlántico durante el Período Orientalizante. **Memorias de Historia Antigua**, Oviedo, 4, 1980, p. 43-50.

\_\_\_\_\_. e. **La navegación prerromana en la Península Ibérica: colonizadores e indígenas**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1981.

\_\_\_\_\_. Una lectura arqueológica del Atlántico de Avieno, *in*: Aubet, María Eugenia; Barthélemy, Manuela (coords.), **Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos**, vol. 2, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2000, p. 723-725.

ARHARBI R.; LENOIR E. Les niveaux maurétaniens de Banasa. **Bulletin d'Archéologie Marocain**, Tanger, 20, 2004, p. 220-270.

\_\_\_\_\_. "Les niveaux préromains de Banasa". **Bulletin d'Archéologie Marocaine**, Tanger, 2004, XX, p. 220-270.

ARRUDA, Ana Margarida. A Idade do Ferro do sul de Portugal. Estado da investigação. **Madriider Mitteilungen**, Madrid, 48, 2007, p. 114-139.

\_\_\_\_\_. Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas, *in*: VITA, Juan Pablo; ZAMORA, José Ángel (eds.). **Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica. Cuadernos de Arqueología Mediterránea**, 18, Barcelona: Bellaterra, 2008, p. 13-23.

\_\_\_\_\_. **Los Fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)**. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, Barcelona: Bellaterra, 2002, 5-6.

\_\_\_\_\_. O comércio fenício no território actualmente português, *in*: Fernández Uriel, Pilar; López Pardo, Fernando; González Wagner, Carlos (coords.), **Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo**. Actas del I Coloquio del CEFYP, Madrid: CEFYP, 2002, p. 59-77.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de. The Greek pottery of the Tagus estuary, *in*: MORAIS, Rui; LEÃO, Delfim; PÉREZ, Diana; FERREIRA, Daniela (eds.). **Greek Art in Motion. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday**, Oxford: Archeopress, 2010, p. 187-195.



ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; PEREIRA, Carlos; LOURENÇO, P., Monte Molião. Um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). **Conimbriga: revista do Instituto de Arqueologia**, Coimbra, 50, 2011, p. 5-32.

AYÁN VILA, Xurxo (coord.). **Os castros de Neixón II**, Boiro: Noia, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os castros de Neixón**. Boiro: Noia, 2005.

AYÁN, Xurxo; RODRÍGUEZ, Rafael; GONZÁLEZ, Leornado; GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Arrecendos púnicos. Un novo anaco de aríbalos no Castro Grande de Neixón (Boiro. A Coruña). **Cuadernos de Estudios Gallegos**, Santiago, 55, nº 121, p. 73-92.

BEIRÃO, Caetano de Mello; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. **O Arqueólogo Português**, Lisboa, Série IV, 3, 1985, p. 45-136.

BELLO DIÉGUEZ, José María; GONZÁLEZ AFUERA, Begoña. Elviña, yacimiento abierto. Investigación e intervencións arqueolóxicas en el castro de Elviña (A Coruña): estado de la cuestión. **Férvedes**, Vilalba, 5, 2008, p. 329-338.

BETTENCOURT, Ana María do Santos. **Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)**. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BLANCO FREIJEIRO, Antonio. Origen y relación de la orfebrería castreña. **Cuadernos de Estudios Gallegos**, Santiago, XII, 36, 1957, p. 267-301.

BLÁZQUEZ Y DELGADO-AGUILERA, Antonio. **Las Casitérides y el comercio del estaño en la Antigüedad**, Madrid: Real Academia de la Historia, 1915.

BRIDOUX, Virginie; KBIRI ALAOU, Mohamed; ANDRÉ, Nathalie; GRISONI, Emeline; ICHKHAKH, Abdelfattah.; JULLIEN, Thierry; LENOIR, Éliane; NAJI, Halima. Kouass (Asilah, Maroc), **Chronique des activités archéologiques de l'École française de Rome, Maghreb**, 2015 [URL: <http://journals.openedition.org/cefr/1389>].

CALO LOURIDO, Francisco, **A Cultura Castrexa**, Vigo: A Nosa Terra, 1993.

CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. **Catálogo dos materiais arqueolóxicos do museu do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro**, A Guarda, 1994.

\_\_\_\_\_. Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico. **Trabajos de Prehistoria**, Madrid, 47, 1990, p. 161-199.

\_\_\_\_\_. O marco histórico da cultura castrexa, *Historia da Arte Galega*, tomo I, fasc. 8, Vigo, 1999, p. 113-128.

\_\_\_\_\_. Os castros galegos: espacio e arquitectura". **Gallaecia**, Santiago, 14-15, 1996, p. 309-357.

CARRERAS, César; MORAIS, Rui. The Atlantic Roman Trade during the Principate. New evidence from the Western Façade. **Oxford Journal of Archaeology**, Oxford, 31, 4, 2012, p. 419-441.



CARRETERO POBLETE, Pedro. **Agricultura y Comercio Púnico-Turdetano en el Bajo Guadalquivir. El inicio de las explotaciones oleícolas peninsulares (siglos IV-II a.C.)**, BAR International Series 1703, Oxford: Archeopress, 2007.

CELESTINO PÉREZ, SEBASTIÁN; RAFEL I FONTANALS, NURIA; ARMADA PITA, Xose Lois. **Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico: (siglos XII-VII a.n.e): la precolonización a debate**, Madrid: CSIC, 2008.

CONCHEIRO COELLO, Ángel.; VILASECO VÁZQUEZ, Xosé Ignacio. Os materiais de importación de orixe mediterránea do castro do Achadizo (Boiro, A Coruña). **Gallaecia**, Santiago, 30, 2011, p. 107-115.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da H.M, **Estrabão: Geografia. Livro III**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

DOMÍNGUEZ PÉREZ, Juan Carlos. "Hippii" en los confines del mundo: los límites noratlánticos de la talasocracia de Gadir. In: DOMINGUEZ PÉREZ, J.C. (coord.). **Gadir y el Círculo del Estrecho revisados: propuestas de la arqueología desde un enfoque social**, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011, p. 281-303.

\_\_\_\_\_. Gallaecia Poena: avance para una definición no esencialista del Hierro final occidental". **Gallaecia**, Santiago, 24, 2005b, p. 35-60.

\_\_\_\_\_. Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. **Antiquitas**, Priego de Córdoba, 7, 2005a, p. 5-11.

\_\_\_\_\_. Materiales púnico-gaditanos en los confines del extremo occidente atlántico. **Antiquitas**, Priego de Córdoba, 17, 2006, p. 5-12.

FARIÑA, Francisco. Panorámica general sobre la cultura castreña, **Estudios de Cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia**, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago, 1983 p. 87-128.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; BARCIELA, Pilar (coords.). **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo. Catálogo de la Exposición**, Vigo: Concello de Vigo, 2016.

FERNÁNDEZ NIETO, F. J.. **Solino: Colección de hechos memorables**. Madrid, Gredos, 2001.

FERNÁNDEZ PINTOS, María Pilar. Torres de Oeste: cerámica indíxena e romana nas excavacions dos anos 70. **Gallaecia**, Santiago, 18, 1999, p. 223-238.

FERREIRA DE ALMEIDA, Coelho Armando. **Influências meridionais na cultura castreja**, Porto: universidade do Minho, 1974.

FERREIRA, J. R.. **Avieno: Orla marítima**. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

FERRER ALBELDA, Eduardo; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Cerámica turdetana. In: BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA LACOMBA, Alberto (eds.). **Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión**. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2008, p. 201-219.





GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Rumbo a Poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la Península Ibérica (siglos V-I a.C.). **Archivo Español de Arqueología**, Madrid, 92, 2019, p. 181-205.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; FERRER ALBELDA, Eduardo; RODRÍGUEZ-CORRAL, Javier; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; REY CAS-TIÑEIRA, Josefa (en prelo). La presencia fenicio-púnica en los confines de Iberia, **IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos**, Mérida.

GARCÍA VARGAS, Enrique. Ánforas béticas de época augusteo-tiberiana. Una retrospectiva. In: NIVEAU DE VILLEDARY, Ana María; GÓMEZ, Verónica (co-ords.). **Las necrópolis de Cádiz. Apuntes de arqueología gaditana en homenaje a J. F. Sibón Olano**. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 581-624, 2010.

GIRARD, Sylvia. Banasa préromaine, un état de la question. **Antiquités Africaines**, Marseille, 20, 1984, p. 11-93.

GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco Javier; PÉREZ LARGACHA, Antonio; VALLEJO GIRVÉS, Margarita. **La imagen de España en la Antigüedad clásica**, Madrid: Gredos, 1995.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the NW of Iberia. **Oxford Journal of Archaeology**, Sheffield, 23, 2004b, p. 287-317.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. **Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)**. **Brigantium**, A Coruña, 18-19, 2006-2007.

\_\_\_\_\_. Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). **Journal of Mediterranean Archaeology**, Sheffield, 19, 1, 2006, p. 121-150.

\_\_\_\_\_. Un askós ibicenco en Galicia: notas sobre el carácter del comercio púnico en el Noroeste ibérico. **Complutum**, Madrid, 15, 2004a, p. 33-43.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; ABOAL, Roberto; CASTRO, Virginia. Comercio mediterráneo en El castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a. C. - Inicios del siglo I d.C. **Archivo Español de Arqueología**, Madrid, 80, 2007, p. 43-74.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; AYÁN, Xurxo. Buscando a los púnicos en el Noroeste. In: FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.). **Los púnicos de Iberia: Proyectos, revisiones, síntesis**. Mainake, Málaga, XXXII, 1, 2010a, p. 577-600.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; AYÁN, Xurxo. Encounters in the ditch: Ritual and middle ground in an Iron Age hillfort in Galicia (Spain). **Bolletino di Archeologica on line**, Roma, volume speciale A/A6/3, 2010b, p. 25-31.



HIDALGO CUÑARRO, José Manuel. La romanización del castro de Vigo: el comercio de importación de cerámicas finas romanas. **Habis**, Sevilla, 20, 1989, p. 279-291.

\_\_\_\_\_. Los Castros de la isla de Toralla y Vigo y sus materiales de importación, *in*: **Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología**, 1, Teruel, p. 175-184, 1995.

\_\_\_\_\_. Materiales arqueológicos del Castro de Vigo. **Lucentum**, Alicante, 6, 1987, p. 123-134.

\_\_\_\_\_. Últimas excavaciones arqueológicas de urgencia en Vigo: castros y yacimientos romanos. **Castrelos**, Vigo, 3-4, 1990-1991, p. 191-216.

KBIRI ALAOUI, Mohamed. **Revisando Kuass (Asilah, Marruecos). Talleres cerámicos en un enclave fenicio, púnico y mauritano**. **Saguntum Extra 7**, Valencia: Universidad de Valencia, 2007.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino. **Las joyas castreñas**, Madrid: CSIC, 1951.

\_\_\_\_\_. **Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatría en Galiza**, Santiago de Compostela: Nós, 1929.

MARTINS, Manuela. **O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado**. **Cadernos de Arqueologia. Monografias**, 5, Braga: Universidade do Minho, 1990.

MARZOLI, Dirce; EL KHAYARI, Abdelaziz. Vorbericht Mogador (Marokko) 2008. **Madriдер Mitteilungen**, Madrid, 51, 2010, p. 61-108.

MEDEROS MARTÍN, Alfredo; RUIZ CABRERO, Luis Alberto. Un Atlántico mediterráneo; fenicios en el litoral portugués y gallego, **Byrsa. Rivista di Studi Punici**, Roma, 3, 2003, p. 351-409.

MILLÁN LEÓN, José. Las navegaciones atlánticas gadiritas en época arcaica (ss. VIII-VII a.C.): Cerne y las Cassitérides, *in*: **Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos**, II, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2005, p. 859-867.

MONTEAGUDO, Luis. Oestrymes y Cassitérides en Galicia. **Emérita**, Madrid, 21, 1953, p. 241-248.

MORAIS, Rui. A via atlántica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. **Humanitas**, Coimbra, 58, 2007, p. 99-132.

MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO, Ángel (eds.). **O Irado Mar Atlántico. O naufragio bético augustazo de Esposende (norte de Portugal)**, Braga: Universidade do Minho, 2013.

MOURE CASAS, Ana M.. **Plinio el Viejo: Historia Natural. Libros XII-XVI**; Madrid: Biblioteca Clásica Gredos.

NAVEIRO LÓPEZ, Juan Luis. **El comercio antiguo en el NW peninsular. Monografías Urxentes do Museu**, 5, A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico, 1991.

\_\_\_\_\_. **Torres de Oeste. Monumento histórico e xacemento arqueolóxico**, Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004.



NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana María; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel. The red slip tableware of Punic and Early Roman Gadir/Gades (4th-1st c. BC): An updated assessment of the so-called Kuass Ware. *In: JAPP, Sarah; KÖGLER, Patricia (Hrsg.). Traditions and Innovations: Tracking the development of pottery from the Late Classical to the Early Imperial periods. IARPotHP First International Conference* (Berlín, 7-10 noviembre de 2013), Wien, 2016, p. 55-68.

NOBBE, K.F. *Claudii Ptolemaei Geographia*. Leipzig: Teubneri, 1843.

PELLICER CATALÁN, Manuel. El proceso orientalizador en el occidente ibérico. *Huelva Arqueológica*, Huelva, 16, 2000, p. 89-134.

PELLICER CATALÁN, Manuel. La colonización fenicia en Portugal. *Spal, Sevilla*, 7, 1998, p. 93-105.

PEÑA SANTOS, A. de la. *Santa Trega. Un poblado castrejo-romano*, Orense: Albano Editores, 2001.

PÉREZ LOSADA, Fermín; FERNÁNDEZ, Adolfo; VIEITO COVELA, Santiago. Toralla y las villas de la Gallaecia atlántica. *In: FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GIL SENDINO, Fernando. (eds.). Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*, Gijón: Trea, 2008, p. 479-504.

PIMENTA, João.. Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Jvniio Bruto. *In: FABIÃO, Carlos; PIMENTA, João (coords.). Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia 3*, Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, p. 44-60.

PONSICH, Michel. Alfarerías de época fenicia y púnico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, Valencia, 4, 1968.

PRONTERA, Francesco. L'Estremo Occidente nella concezione geografica dei greci, *in: La Magna Grecia e il lontano Occidente*, Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1990, p. 55-82.

RAMON TORRES, Joan. *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*, Barcelona: Universitat de Barcelona, Colección Instrumenta, 2, 1995.

RAMON TORRES, Joan; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; MUÑOZ VICENTE, Ángel. *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto. Monografías de Arqueología 26*, Sevilla: Junta de Andalucía, 2007.

REY CASTIÑEIRA, Josefa. A cerámica castrexa das Rías Baixas, *in: Fernández Fernández, A; Barciela, P. (coords.), Emporivm. Mil años de comercio en Vigo*, Vigo: Concello de Vigo, 2016, p. 54-55.

\_\_\_\_\_. Apuntes para un encuadre de la cultura castreña en el marco peninsular, *Actas del 3º Congreso de Arqueología Peninsular. Proto-historia Península Ibérica*, V, Porto: ADECAP, 2000, p. 359-372.



\_\_\_\_\_. Cerámica indígena de los castros costeros de Galicia occidental: Rías Bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña. **Castrelos**, Vigo, 3-4, 1990-1991, p. 141-163.

RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael María. Ánfora tardopúnica/republicana T.7.4. de procedencia gaditana, in: Fernández Fernández, A; Barciela, P. (coords.), **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo**, Vigo: Concello, 2016, p. 60-61.

\_\_\_\_\_. Cuando los muertos descansaban en la arena: el yacimiento a lanzada en la tardo-antigüedad (Sanxenxo, Pontevedra), in: López Quiroga, Jorge (coord.), **In tempore sueborum el tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585), el primer reino medieval de Occidente**: volumen de estudios, Orense: Diputación de Orense, 2018a, p. 181-186.

\_\_\_\_\_. Re-excavando Santa Trega (A Guarda, Pontevedra). Nuevos datos y conclusiones del Barrio Mergelina. **Férvedes**, Vilalba, 9, 2018b, p. 167-173.

RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael María; ABOAL, Roberto; CASTRO, Virginia; CANCELA, Cristina; AYÁN, Xurxo. Una posible factoría prerromana en el Noroeste. Primeras valoraciones de la intervención en el campo de A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra). **Férvedes**, Vilalba, 7, 2011, p. 167-173.

RODRÍGUEZ-CORRAL, Javier. **A Galicia castrexa**, Santiago de Compostela: Edicions Lóstrego, 2009.

\_\_\_\_\_. Galicia Púnica, **Clío: Revista de Historia**, Alcalá de Henares, 80, 2008, p. 48-57.

ROUILLARD, Pierre; PAIXAO, Antonio Cavaleiro; VILLANUEVA-PUIG, Marie-Christine; DURAND, Jean-Louis. Les vases grecques d'Alcácer do Sal. **O Arqueólogo Português**, IV, 6-7, 1989, p. 43-108.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, María Luisa. **La Península Ibérica y sus relaciones con el Círculo Cultural Atlántico**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1984.

Sáez Romero, Antonio Manuel, 2016b, Ramon T-12112 (Costa de Baetica), **Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo** (amphorae.icac.cat), Barcelona: ICAC, 2016b.

SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel. Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gaditana de los ss. III-II. **Spal**, Sevilla, 14, 2005, p. 145-177.

\_\_\_\_\_. Apuntes sobre las dinámicas comerciales de Gadir entre los siglos VI y III a.C. **Gerión**, Madrid, 36, 1, 2018, p. 11-40.

\_\_\_\_\_. **La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)**. BAR International Series, 1812, Oxford: Archeopress, 2008.

\_\_\_\_\_. Ramon T-8211 (Costa de Baetica), **Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo** (amphorae.icac.cat), Barcelona: ICAC, 2016a.

SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; LUACES, Max; MORENO, Elena. Late Punic or Early Roman? A 2nd Century BC deposit from Gadir/Gades (Cadiz Bay, Spain), **HEROM. Journal on Hellenistic and Roman Material Culture**, Leuven, 5-1, 2016, p. 27-77.



SILBERMAN, Alain. **Pomponius Mela: Chorographie**. Paris: Les Belles Lettres, 1988.

SILVA, Antonio Manuel S.P.; PEREIRA, Gabriel Rocha. Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural. In: BETTENCOURT, Ana Maria do Santos; ALVES, Maria Isabel Caetano; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (eds.). **Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular**, APEQ/CITCEM, 2010, p. 189-203.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da; PINTO, José Marcelo Mendes. Comércio púnico com o Noroeste. In: TAVARES, Antonio Augusto; TAVARES, Maria José Ferro; CARDOSO, João Luis (eds.). **Os Púnicos no Extremo Occidente. Actas do Colóquio Internacional**, Lisboa, 2001, p. 229-238.

SILVA, Armando Coelho Ferreria da. **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**, Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citania de Sanfins, 1986.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos. Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). **Setúbal Arqueológica**, Setúbal, 5, 1979, p. 159-194.

SOUSA, Elisa de. **A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo**. Estudos & Memórias 7, Lisboa: UNIARQ, 2014.

SOUSA, Elisa de. Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente atlântico. **Ophiussa**, Lisboa, 1, 2017, p. 91-104.

SOUSA, Elisa de; ARRUDA, Ana Margarida. A gaditanização do Algarve. In: FERRER ALBELDA, E. (coord.). **Los púnicos de Iberia: Projectos, revisiones, síntesis**. Mainake, Málaga, XXXII, 2, 2010, p. 951-974.

SOUSA, Elisa de; PIMENTA, João. A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In: MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, Maria José (eds.). **As produções cerâmicas de imitação na Hispania**, 1, Monografías Ex Officina Hispana II, Porto, 2014, p. 303-315.

SUÁREZ OTERO, J.. Cerámicas iberopúnicas del Castro de Alcabre, siglos V-II a.C.; cerámica, Vigo, Museo do Mar de Galicia. In: **Hasta el confín del mundo: diálogos entre Santiago y el mar**, Vigo: Xunta de Galicia, 2004a, p. 38.

SUÁREZ OTERO, José. Cipo de Toralla y posible altar púnico de Alcabre, siglos V-II a.C., in: **Hasta el confín del mundo: diálogos entre Santiago y el mar**, Vigo: Xunta de Galicia, 2004b, p. 39.

SUÁREZ OTERO, José; FARÍÑA BUSTO, Francico. A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra). Definición e interpretación de un yacimiento castreño atípico. Apuntes para un estudio de los intercambios protohistóricos en la costa atlántica peninsular. **Madrid Mitteilungen**, Madrid, 31, 1990, p. 309-337.

TAVARES, Antonio Augusto. Os Fenícios no Território Português. **Estudos Orientais**, Lisboa, 4, 1993.

TAVARES, Antonio Augusto; TAVARES, Maria José Ferro; CARDOSO, João Luís. **Os púnicos no Extremo Occidente. Actas do colóquio internacional**, Lisboa, 2001.

TOMÁS BOTELLA, Víctor. Trabajos arqueológicos para la puesta en valor del Castro de Alobre (Vilargarcía, Pontevedra), **Férvedes**, Vilalba, 5, 2008, p. 521-530.

TORRES ESBARRANCH, Juan J.. **Diodoro: Biblioteca histórica**. Madrid: Gredos, 2004.

VANDERMERSCH, Christian. **Vins et amphores de Grande Grèce et de Sicilie. IVe-IIIe s. avant J.-C.** Naples: Centre Jean Berard, 1994.



VILAÇA, Raquel; CUNHA-RIBEIRO, João Pedro. *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira litoral. Territórios da Pré-História em Portugal*, 4, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2008.

VILHENA, Jorge Costa.; RODRIGUES, J.. *O grande fosso: a escavação arqueológica no cineteatro Camacho Costa e o Cerro do Castelo de odemira na idade do ferro tardia*. In: Silva, I.; Madeira, J.—Ferreria, S. (coords.), *1º Encontro de Historia do Alentejo Litoral*, Sines, p. 204-214, 2009.

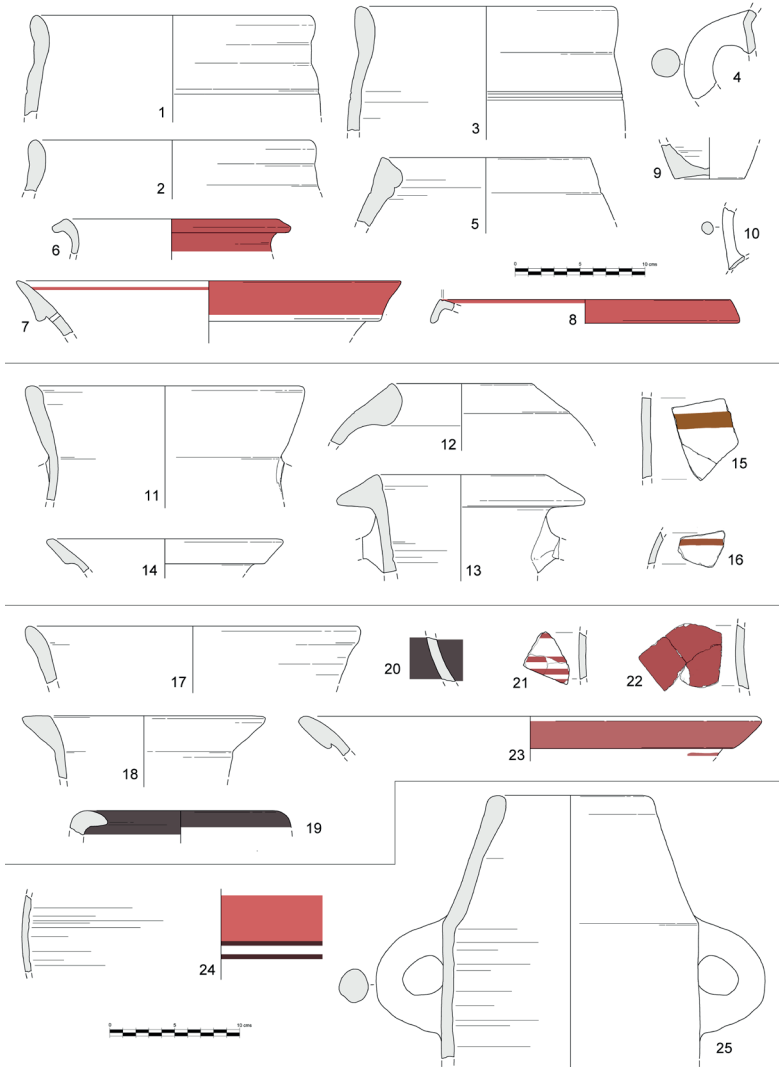


## FIGURAS

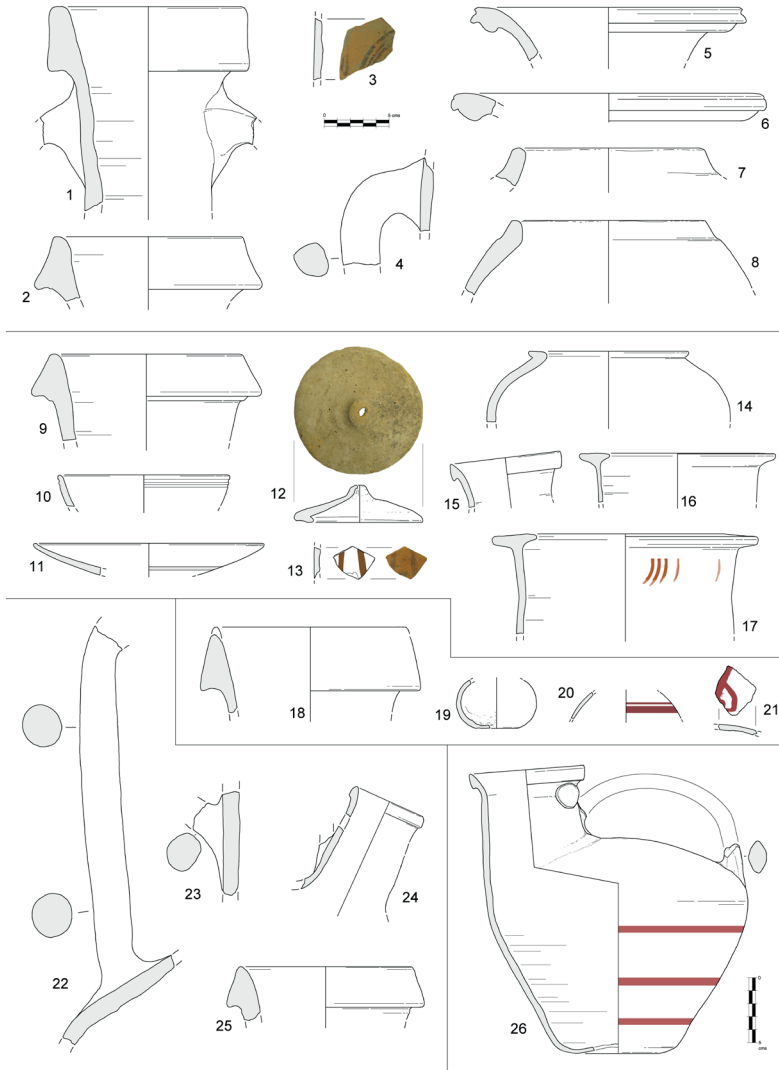
Figura 1



Mapa Noroeste da Península Ibérica com a localização dos locais estudados.



Alcobre: T-8211 (1-3), T-12111 (4), Tiñosa/T-8112 (5), jarro pintado mediano (6), jarra “crateriforme” (7), prato de pescado “tipo Kuass” (8), jarra GDR-10.2.1 (9), jarrita GDR-10.4.0 (10); A Lanzada: T-8211 (11), fondo de ânfora púnica gaditana indeterminada (12), Greco-itélica (13), jarra “crateriforme” (14), jarras pintadas (15-16); O Neixón: T-8211 (17), ânfora grega MGS IV (18), verniz negro ático? (19-20), fragmentos de jarras pintadas (21-22) e jarra “crateriforme” (23); jarra pintada bicromada do castro de Elviña (24) e T-12111 de procedéncia subaquática da Babia de A Coruña (25).



Dossiê

Alcabre: Dressel 1C (1) y 1A (2) itálicas, T-7433 gaditanas (4-6), Dressel 1 itálicas reutilizadas (7-8), kalathos pintado (3); A Lanzada: Dressel 1 (9) e verniz negro (10-11) itálico, opérculo anfórico gaditano (12), fragmentos de kalathoi (13, 16-17), jarro askoide (15) e jarra esferoide gaditanos (14); O Neixón: Dressel 1 itálica (18), jarrita GDR-10.4.0 (19), unguentário globular pintado (20) e jarro askoide (21); Elviña: T-7433 (23), jarro askoide (24) y Dressel 1 itálica (25); Bahía de A Coruña: asa de ánfora rodía (22); jarro askoide da Ría de Arousa exhibido no Museo do Mar (26).



Figura 4



*Bétilos de Alcabre (Vigo, província de Pontevedra, Galiza, Espanha)*





*Bétilo de la isla de Toralla (Vigo, provincia de Pontevedra, Galiza, Espanha)*

# THE ROUTE OF THE TIN: GADIR AND THE PHOENICIAN TRADE IN THE NORTH-WEST OF IBERIA (4th – 2nd CENTURIES BC)



118

*Eduardo Ferrer-Albelda*<sup>1</sup>

*Francisco J. García Fernández*<sup>2</sup>

*Antonio M. Sáez Romero*<sup>3</sup>

*Javier Rodríguez-Corral*<sup>4</sup>

*Pedro Albuquerque*<sup>5</sup>

**Abstract:** Mediterranean trade with the communities of Northwest Iberia is a historical phenomenon that has received some attention from academics only in the past two decades, despite the relatively frequent findings of products of Mediterranean origin or from the area of the Strait of Gibraltar in contexts of the Late Iron Age. Recently, the “La Ruta de las Estrimnides” Mediterranean trade and interculturality in the northwest of Iberia (HAR2015-68310-P) Research Project aimed to systematically study these southern materials in order to include them in a spatial and temporal context, as well as in an economic and commercial structure: navigation routes, scales, rhythms and frequency of travel, products that circulated in both directions and, above all, control mechanisms and power groups, direct or indirect, involved in this movement of people, products and ideas.

**Key-words:** Cassiterides – Estrimnides Research Project.

*Dossier*

1 Currently works in the Department of Prehistory and Archeology at the University of Seville. Eduardo does research in Historiography and Archeology. His most recent publication is “Cultural change and transformation of landscapes in the lower Guadalquivir valley between the Republic and the Empire”. To consult other publications by the author: <https://us.academia.edu/EduardoFerrer>. E-mail: [eferrer@us.es](mailto:eferrer@us.es)

2 Full Professor in the Department of Prehistory and Archeology at the University of Sevilla. To consult other publications by the author: <https://us.academia.edu/FranciscoJos%C3%A9Garc%C3%ADaFern%C3%A1ndez>. E-mail: [fjgf@us.es](mailto:fjgf@us.es).

3 Professor in the Department of Prehistory and Archeology at the University of Sevilla. Doctor of Philosophy from the University of Cádiz (2014) with the thesis “Alfares y saladeros de Gadir. Una aproximación arqueológica a la economía conservera de la Bahía de Cádiz en época púnica y tardo púnica (siglos –VI a –I)”. Since 2005, he has also been involved in the development of archaeological research projects in Spain, Italy, Morocco and Greece. To consult other publications by the author: <https://us.academia.edu/AntonioSaezRomero>. E-mail: [prearq@us.es](mailto:prearq@us.es).

4 Javier Rodríguez-Corral is a member of the GEPN-AAT at the University of Santiago de Compostela, Spain. He is a specialist in theoretical archeology and archeology in Atlantic Europe in the first millennium BC. To consult other publications by the author: <http://usc-es.academia.edu/JavierRodr%C3%ADguezCorral>. E-mail: [javier.corral@usc.es](mailto:javier.corral@usc.es).

5 PhD in History, specialty in Archeology, from the University of Lisbon, with the thesis “Tartessos: the construction of identities through the written record and the archaeological documentation: a comparative study”. He currently works as a research fellow at FCT, Uniarq and the University of Seville, with a project on the proto-historic settlement and heritage on the Spanish-Portuguese border of the Lower Guadiana. For other works by the author: <https://lisboa.academia.edu/PedroAlbuquerque>. E-mail: [albuquerque@us.es](mailto:albuquerque@us.es); [pedro.albuquerque@campus.ul.pt](mailto:pedro.albuquerque@campus.ul.pt).



**Resumo:** O comércio mediterrânico com as comunidades do Noroeste da Ibéria é um fenómeno histórico que recebeu certa atenção por parte dos académicos unicamente nas duas últimas décadas, apesar de serem relativamente frequentes os achados de produtos de proveniência mediterrânica ou da área do Estreito de Gibraltar em contextos de finais da Idade o Ferro. Recentemente, o Projeto de Investigación La ruta de las Estrimnides. Comercio mediterráneo e interculturalidad en el noroeste de Iberia (HAR2015-68310-P) teve como objetivo o estudo sistemático destes materiais meridionais para incluí-los num contexto espacial e temporal, assim como numa estrutura económica e comercial: rotas de navegação, escalas, ritmos e frequência das viagens, produtos que circularam em ambas as direções e, sobretudo, mecanismos de controle e grupos poder, diretos ou indiretos, implicado neste movimento de pessoas, produtos e ideias.

**Palavras-chave:** Cassitérides; Projeto Estrimnides.

**Resumen:** El comercio mediterráneo con las comunidades del noroeste de Iberia es un fenómeno histórico que solamente ha reclamado cierta atención en los ámbitos académicos en las dos últimas décadas, a pesar de que son relativamente frecuentes los hallazgos de productos de procedencia mediterránea o del área del Estrecho de Gibraltar en contextos de finales de la Edad del Hierro. Recientemente, el Proyecto de Investigación La ruta de las Estrimnides. Comercio mediterráneo e interculturalidad en el noroeste de Iberia (HAR2015-68310-P) ha tenido como objetivo el estudio sistemático de estos materiales de procedencia meridional para insertarlos en un marco espacial y temporal, así como en una estructura económica y comercial: rutas de navegación, escalas, ritmos y frecuencia de los viajes, productos que circularon en ambas direcciones, y, sobre todo, mecanismos de control y grupos de poder, directos o indirectos, implicados en este trasiego de gentes, productos e ideas.

**Palabras-clave:** Casitérides; Proyecto Estrimnides.

## I. HISTORIOGRAPHICAL BACKGROUND

Until a few decades ago, Greek-Latin literary testimonies, mostly from Roman times, constituted the only source of information on Mediterranean trade in the peninsular northwest. Greek culture never had an exhaustive knowledge of the lands bathed by the Ocean, despite the explorations of two Massaliot navigators, Euthymenes and Pytheas, on the Atlantic coasts (PRONTERA, 1990; GÓMEZ ESPELOSÍN et al., 1995). Nevertheless, despite attempts to culturally appropriate the Ocean in the Greek-Latin imagination, the Atlantic was a “Phoenician sea”, and the western coast of the Peninsula was frequented and explored primarily by Gaditans. This is the case of the Cassiterides, the islands of tin (Strabo, Geography, III, 5, 11; Diodorus, Historical Library, V, 38, 1 - 5; Pliny, Natural History, IV, 119; VII, 197; Mela, Corography, III, 47; Ptolemy, Geography II, 6, 73; Solinus, Collection IV, 12). Likewise, Avienus (Ora Marítima 113 - 119), at the end of Antiquity, echoed the metal richness of some islands called Estrimnides, usually identified with the Cassiterides of the aforementioned Greek-Latin authors,

attributing their exploitation to the Tartessians, to Carthage settlers (Himilco) and people from the area of the Columns of Hercules (ALVAR, 1980; 1997; MILLÁN, 2000; RAMÓN, 2008).



Despite the scarcity of literary sources, much of the historiography of modern and contemporary times has focused almost exclusively on speculation about the routes frequented by Phoenician and Greek travelers, as well as the location of this archipelago. These routes were located indistinctly by modern and contemporary European authors in different points of the Atlantic coast, from the Portuguese Algarve to Galicia, French Brittany and Cornwall (BLÁZQUEZ Y DELGADO-AGUILERA, 1915; LÓPEZ CUEVILLAS, 1929; MONTEAGUDO, 1953; ALVAR, 1980; 1981; 2000; MILLÁN, 2000).

Nevertheless, we will dedicate the following pages to the analysis of the archaeological data that will allow us to review this problem in another perspective, certainly complementary. Except for some specific cases, this issue aroused very little interest until the 1980s. Some authors, for example, resorted to possible Mediterranean influences to explain the technological level of Castro jewelry (LÓPEZ CUEVILLAS, 1951; BLANCO FREIJEIRO, 1957), and a minority extended this reading to other areas of Castro culture (FERREIRA DE ALMEIDA, 1974; FARIÑA, 1983).

In our view, there are three factors that make it possible to understand this resistance to admitting the role of Mediterranean trade: a) the “indigenous” or “autochthonous” tendency of Spanish Archeology since its origins, consolidated in the 70s of the 20th century, within the historical-cultural paradigm. In this perspective, interest was centered on the definition and characterization of Castro culture based on a “Celtism” deeply marked by Diffusionism; b) secondly, the functionalist view of New Archeology interpreted Castro culture as a phenomenon resulting from Roman acculturation, minimizing the impact of previous contacts (ALMEIDA, 1974; SILVA, 1986; CALO, 1994). Consequently, the investigation was not familiarized with materials from the southern Phoenician-Punic area, being often confused in their chronological and cultural attribution (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 578); c) finally, the experts in the Phoenician-Punic culture themselves were unable to identify and value the archaeological evidence from the North of Portugal and Galicia. Physical distance and historiographical prejudices contributed to the creation of a mental barrier that prevented the recognition of the navigation capacity beyond Gadir, or even the definition of more complex processes than simple visits and sporadic navigations on the Portuguese and Galician coast. The changes that occurred in this scenario at the end of the 80s of the last





century also responded to several factors: a) the transfer of skills in the matter of culture to the autonomous communities, an act that stimulated the archaeological activity and which, together with urban growth, led to an exponential increase in the number of excavations and, consequently, in the volume of data available; b) advances in research on Atlantic Late Bronze (RUIZ-GÁLVEZ, 1984) and Castro culture (SILVA, 1986; CARBALLO, 1990, 1999; MARTINS, 1990; NAVEIRO, 1991; REY, 1990-1991; BETTENCOURT, 2000), which built the foundations to highlight the Atlantic-Mediterranean connection prior to the Roman conquest (CELESTINO et al., 2008); and c) lastly, “the promotion of new researchers who have studied this phenomenon both from within the Castro communities and from a global ‘Mediterranean’ perspective in Galicia and Portugal” (SUÁREZ OTERO E FARIÑA, 1990; NAVEIRO, 1991; TAVARES, 1993; TAVARES et al., 2001; ARRUDA 2000, 2002, 2007, 2008; PELLICER, 1998, 2000).

However, it was only in the past decade that materials and archaeological contexts began to be published in a more systematic way, although much of the record remained unpublished in museums. Thus, the work of A. González Ruibal (2004b; 2006) should be highlighted, who has the merit of having converted the Punic influence on Castro communities into a first-level research problem and an international impact. In addition, he presented a proposal for the periodization of the Punic trade with two different phases: the Punic cycle (mid-5th century - late 3rd century BC) and the Late-Punic cycle (early 2nd century - mid-1st century BC), that serves as a starting point for our work (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a). Also noteworthy are the works of J.C. Domínguez Pérez (2005a, 2005b, 2006, 2011) and A. Mederos Martín and L. Ruiz Cabrero (2003), who synthesized information on Punic imports on the Atlantic coast. On the other hand, J. Rey Castiñeira (1990-1991; 2000), J. Rodríguez-Corral (2008; 2009) and A. González Ruibal (2006-2007) studied the evolution of Castro communities and the changes registered not only in settlement patterns, architecture or material culture, but also, and above all, in social relations and symbolic and identity manifestations.

## 2. STUDY SAMPLE (FIG. 1)

Given the number of sites that received Mediterranean imports and the total volume that they acquired in the territory, we chose to select case studies that offered a greater number and variety of materials a priori and, at the same time, were representative of different areas and population models in the region. This selection was based, in turn, on a thorough review of the available bibliography and unpublished excavation reports. Thus, the study initially



concentrated on the collections of the sites of Toralla, Punta do Muiño do Vento-Alcabre and A Lanzada, all located in the Rias Baixas. In addition, the high number of imports and structures that indicated a possible acculturation or effective presence of Punic collectives are factors that led to include these sites in cases of “atypical castros” and, consequently, to analyze them as fundamental starting points for the review of the sequence of contacts between the Mediterranean and the Castro spheres during the 1st Millennium BC.

Subsequently, the number of sites increased due to partial availability of selected materials and, mainly, due to the interest, by several researchers and institutions, in the inclusion of La Coruña Bay, Ria de Arosa or the surroundings of Vigo in the project. Other castles are added to this list, namely Chandebrito, Vigo, Neixón Grande, O Achadizo, Elviña-Brigantium, as well as underwater finds in the Bay of Coruña (GARCÍA FERNÁNDEZ et al., In press).

In this way, a considerable number of contexts and objects were analyzed first hand, of which a small part corresponded to import elements that fitted into the phases of the period prior to the Roman conquest, the object of our study. Even so, our sojourns in sites and museums allowed us to process a significant amount of objects with diverse origins, with chronologies that oscillate between the 5th - 4th century BC and the 1st century A.D.

Now going on to review the main sites that provided documentation, the A Lanzada castro stands out, located between the Pontevedra and Arosa rivers, without defensive systems and a structure built in stone, whose uniqueness for these moments is undeniable, associated with materials from the 5th to the 3rd century BC (SUÁREZ AND FARIÑA, 1990; GONZÁLEZ RUIBAL, 2004b; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ et al., 2011). It is attributed to this castro a first-rate role in the commercial network that distributed Mediterranean products from the Northwest, a function that it continued to play during Roman rule until Late Antiquity, as can be seen from the recent study of its necropolis (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018a).

Nevertheless, it is in the Vigo estuary that the most significant findings are identified. Here two sites have been excavated that exemplify the modes of contact, as well as the characteristics of the transactions: Punta do Muiño do Vento and Toralla. The second is located on an island just 500m from the coast. The excavations provided a large quantity of imported ceramics and a pair of stone betyls, one of which was reused in the construction of the wall of a posterior hut; the other is a 1.5m high granite cippus that has been identified in context (HIDALGO, 1990 - 1991; 1995). It is likely that both were part of



a sanctuary hypothetically dated to the 5th century BC (SUÁREZ OTERO, 2004a; ABAD, 2016). Just 3.5 km north of the island, a quadrangular structure with three other granite betyls in situ was documented in Punta do Muiño do Vento (Alcabre), in turn associated with Punic ceramics that point to a late 5th or early 4th BC chronology. At a later time, houses of a Castro style were built on the sanctuary, but the site continued to play an important commercial role, at least until the end of the second century BC (SUÁREZ OTERO, 2004a; b). Both spaces were related to the functions of the Phoenician emporia sanctuaries, as exchange centers and neutral places, in which the sacredness of the place guaranteed the safety of commercial activities, as well as the protection of travelers and the presentation of offerings before the start of a trip, to thank the return or the profits of a transaction (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010, p. 589-590).

Located a little further to the North, in a small subsidiary estuary of the Arosa ria, Castro Grande de Neixón has attracted the interest of researchers for some decades (ACUÑA, 1976). In this castro, a monumental enclosure built in the transition between Iron Age I and II was documented, protected by a moat and a palisade. Inside the enclosure, 16 pits were dug in the rocky substrate, which were possibly used for the storage of cereals. These pits were ritually amortized between the 4th and 2nd centuries BC with local and Punic ceramics, as well as combustion remains, slag, mills and mollusk remains. Near the entrance of the enclosure, and in the adjoining pits, similar materials and bone remains of dogs, pigs and seagulls were also identified. According to the hypothesis proposed by the archaeologists responsible for the excavation, the site has a character of being an emporium and performed ritual and commercial functions, and banquets would have been held there (AYÁN, 2005, 2008; AYÁN et al., 2008; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010b).

An apparently more advanced phase would correspond to the sites of Santa Trega, Vigo, Montealegre, Torres del Oeste and Elviña. The first is located near the mouth of the Minho and the border with Portugal. Its 20ha make it the largest known Galician Castro (PEÑA, 2001). It seems to have its origins in the middle of the second century BC as a result of a process of concentration of settlements from other smaller castros located in its vicinity, which at this time would seek better strategic and defensive conditions (CARBALLO, 1996: 333). However, it is likely that recent excavations have identified a previous occupation from the 4th - 3rd century BC, judging by the presence of Punic materials in their inventories (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018b). Santa Trega received a large amount of Mediterranean imports, with emphasis on Punic and Italic amphorae, common ceramics from the Strait of Gibraltar area, kalathoi and Campanian ceramics (PEÑA, 2001; CARBALLO,



1994; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a: 593- 595, Fig. 9; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2018b).



In the Vigo estuary, urban archaeological interventions carried out in the city of the same name provided some evidence of imports of Mediterranean origin, both in the castró and in the old anchorage (O Areal). Almost all of the collection corresponds to Italic amphorae and black glazed pottery (HIDALGO, 1987; 1989; 1990-1991), although materials of Punic origin, but from Roman-Republican times, have also been documented (RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, 2016). On the north bank of the estuary, in turn, the recent excavations in the Montealegre castró have made it possible to document a significant set of exogenous products, both in the habitat area as in the large shell shed documented on the East slope (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007). In the first case, the registered construction phases are limited to the Roman-Republican period (150 - 25 BC) and Julio Claudian period (25 BC - 50 AD), although in the levels of terraces, ceramics of older chronology have been identified, namely some Punic imports (amphorae from the Strait area), productions of Turdetan tradition, Italic amphorae, as well as common and kitchen pottery (pots, pestles, jars, unguents, etc.), some painted forms, both Punic-Turdetan and Iberian (kalathoi), and several fragments of askoid jars (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007, p. 51-63).

Further north, in the Arosa estuary, the interventions carried out in the Alobre castró (TOMÁS, 2008) also provided a significant set of late-Punic and Italic materials, among which the amphorae and the Campanian black plate stand out, followed by askoi and common pottery (pots, jars, etc.) of Punic tradition and Iberian kalathoi (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 587). In turn, Torres del Oeste is located upstream from the mouth of the Ulla in the Arosa estuary. It is a smaller settlement (less than 2ha) that would occupy an intermediate position in the exchange networks as a redistributing center for Mediterranean imports into Galician inland territory. Among the recovered materials, amphorae of Punic tradition of various types, Italic amphorae and a Rhodium amphora were identified, in addition to other high-imperial imports (FERNÁNDEZ PINTOS, 1999; NAVEIRO, 2004).

Lastly, the Elviña case is of great interest, both for imports registered inside the castró (BELLO E GONZÁLEZ, 2008) and for the materials found in the bay of Coruña itself. Among the first, the Italic amphorae and the Campanian black glazed plate stand out, as well as some examples of North African amphorae, a Punic askos and fragments of painted ceramics of Iberian tradition. The underwater findings complement this panorama with some specimens of Gaditan and Greek amphorae that remain, however, in the same late-Punic chronological arc, except for a copy of T-12111 (NAVEIRO,

1991), which attests at least the maritime frequency of the area since the 4th century BC.

As can be seen, the pattern of imports seems to be constant in all places studied, including the Portuguese area between Santa Olaia, at the mouth of the Mondego and Gaia, at the mouth of the Douro. In the Galician case, the analyzed sample of the sites located between Vigo and A Coruña allows us to infer that the demand from the Castro communities was quite homogeneous throughout these centuries, and that the selection of products to export to these peripheral markets in the peninsular northwest adapted to very specific characteristics, namely the consumption of high quality food and the acquisition of exclusive products such as Mediterranean wines (associated with the “Hellenized” tableware), olive oil and Gaditan tuna preparations.



### **3. RESULTS OF THE 2016 - 2018 STUDY CAMPAIGNS OF THE MATERIALS: DIACHRONY OF COMMERCIAL ACTIVITY**

The study of these sites and contexts allowed to define the existence of three phases of importation of products of southern or Mediterranean origin, considering as main chronological criterion the known dates of the objects in their places of production, fundamentally Gadir and the Turdetan region, in addition to the data of workshops in Athens, Magna Graecia, Italy and, perhaps, Atlantic Mauritania. These apparently interconnected phases extend throughout Iron Age II and are unquestionably related to the process of integrating the peninsular territories into the Roman orbit and the subsequent creation of the Hispanic provincial system. In general lines, therefore, it can be noted that this “Atlantic route” that connected the Mediterranean (and specifically the Strait of Gibraltar region) with the Northwest has remained active at least since the middle of the 1st Millennium BC, and, moreover, that the port of Gadir / Gades has played, throughout all phases, a preponderant role as an intermediary for contacts between the Castro communities and the southern routes, both main and secondary.

#### *3.1. Phase 1 (late 5th century - 3rd century BC) (fig. 2)*

The first phase does not seem to begin before the end of the fifth century or the beginning of the fourth century BC and coincides - not by chance - with a period of major restructuring of the economy and maritime enterprises of the Punic urbes of the peninsular south. As we suggested in previous works (SÁEZ ROMERO, 2018; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019), this expansion of southern trade to peripheral Atlantic areas probably had its roots from previous knowledge and contacts developed since Archaic times, but above all in



the demand for metals and new markets that to some extent compensated the loss of other profitable transactions in the central and eastern Mediterranean, now dominated by the emerging maritime power of Carthage and its allies. Thus, Gadir began to project itself to the Atlantic, exploring these extreme routes to Cassiterides, in the North, and Mogador, in the South (MARZO-LY and KHAYARI, 2010), with the objective of guaranteeing the supply of raw materials, as well as the consolidation of a maritime domain (commercial, fishing, etc.) of the area, giving continuity to what possibly had been exercised since the previous century.

In the case of the Galician estuaries and, in general, the Castro world, the main source of attraction was, of course, tin, but, as Strabo reports (Geography, III, 2, 9; III, 5, 1) for the final phase of the contact process, the exchanges probably included other elements, such as slaves, gold, etc., and in exchange the Gaditan ships transported salt, food packed in various ceramics (wine, olive oil, fish preparations, etc.), containers of glassy paste with perfumes, etc. In addition, as the cases of Alcabre and Toralla in the Vigo estuary suggest, their presence has led to substantial changes, not only in the patterns of food consumption in the castro communities of the coast, but also in the construction of altars with stone betyls that could be “free zone” markers. These would be suitable for the meeting of collectives and for the development of commercial transactions, for the conclusion of agreements and for the practice of common rites.

The materials documented in Punta do Muiño do Vento are, perhaps, the most eloquent for the characterization of this phase. It should also be noted that, in general, the pattern of imports seems to be constant in all the places studied, which is not a disdainable detail. The presence of at least a dozen T-8211 specimens stands out with profiles that suggest a dating from the 4th century and the beginning of the 3rd BC (SÁEZ ROMERO, 2016a), accompanied by a T-12111 of similar chronology, which paste also indicates a Gaditan origin (in both cases, traditionally interpreted as *salsarias*). At least two specimens of amphorae of the Tiñosa / T-8112 type (CARRETERO, 2007) come from the Gaditan-Xericiense countryside (CARRETERO, 2007), one with an inclination of the wall that brings you closer to the oldest individuals in this series, from the end of the fifth century BC, and another with a cylindrical tendency that could be dated between the 4th and 3rd centuries BC. In addition, some Turdetan amphorae walls of undetermined origin (workshops in the Lower Guadalquivir or Guadalete) have been documented, which typology could correspond to both the Pellicer BC or D series (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019).



Apart from these transport containers, possibly other foods that until now it was not possible to determine were transported inside large table jars derived from pithoi, with pastes of Gaditan origin (as an individual related to the CIa / CIIa type of Camposoto's workshop : RAMON et al., 2007), as well as in a large group of crateriform containers. The morphology, painted decoration and ceramic pastes make it possible to state that these objects come from workshops located in Punic cities on the Moroccan Atlantic coast, such as Luxus or Kuass (PONSICH, 1968: chambers. XVI, XIX and XX; BRIDOUX et al., 2015, figs 2.7 and 4.17), or even from the Thamusida-Banasa area (GIRARD, 1984 fig. 19). Smaller containers of Gaditan manufacture, intended for tableware, are added to these containers, both liquid (GDR - 10.2.1 and GDR - 10.4.0 little jars) and solid (Kuass type fish dishes). In both cases, these are elements that are widely characterized in the Gaditan ceramic production of the 4th-3rd centuries BC (SÁEZ ROMERO, 2005; 2008; NIVEAU DE VILLEDARY and SÁEZ, 2016), but their degree of fragmentation does not allow us to proceed with a greater chronological accuracy.

In the interior of the Vigo estuary, the study of materials from the Castro de Montealegre seems to confirm the existence of a similar horizon of imports, judging by the role of the T-8211 Gaditan amphorae and containers. Further north, on another peninsula between the mouths of the Pontevedra and Arosa estuaries, the A Lanzada site provided materials that fit this first stage of contacts from Iron Age II, namely amphorae T-8211 and Pellicer D, painted ceramics and a lip of a "crateriform container" (SUÁREZ and FARIÑA, 1990; GONZÁLEZ RUIBAL, 2004a; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a). The study of the materials deposited in the Museum of Pontevedra confirmed the presence, in addition to simple and oculated vitreous beads, of Punic amphorae of Gaditan origin, with some base fragments of undetermined typology and a specimen of T-8211 dating from the 3rd century BC. To this period also seems to belong a Greek-Italic amphora lip that may have been manufactured in Punic workshops in the Strait region. In addition to these amphora containers there is an example of a "crateriform container" and several pottery bodies with linear red-painted decoration that suggest the arrival of medium-sized jars and other domestic-type containers that would complement the products transported in the amphorae (possibly fish preparations and wine or olive oil).

Continuing to the North, in the inner part of the Arosa estuary, we find a new testimony of this phase of frequentation in the Neixón castros, where the pattern of imports seems to repeat these parameters. In this site, it was possible to analyze, in addition to an unguentarium with glass paste



(ACUÑA CASTROVIEJO, 1976), at least one amphora specimen T-12111 or T-12111/2 (SÁEZ ROMERO, 2016b) and a T-8211 lip, both with Gaditan pastes. To these amphorae can be added a specimen of Mediterranean origin that attests the consumption of selected wines in the castro: it is an amphora lip of type MGS IV, possibly manufactured somewhere in Magna Graecia or in Eastern Sicily (Tarento or Gela), which is closely linked to the transport of quality wines, documenting their manufacture and circulation between the 4th century and the first decades of the 3rd century BC, judging by shipwrecks like El Sec or Filicudi F (VANDERMERSCH, 1994). It is important to note that this is the most western example of a Greek amphora of this chronology, in a cultural periphery of the late-classic and Hellenistic Mediterranean, apparently remote from the consumption and cultural models that would justify its presence. Two fragments of black glazed pottery, perhaps Attic or South Italic, indicate, however, that the transmission of cultural formulas to the Iberian Northwest not only included wine consumption ceremonies (since one of them may correspond to a fragment of a lamp, while the other, a bowl without decoration, may correspond to a closed cup or krater). Other imports of southern Iberian origin invoke, once again, what has been documented in Alcabre and A Lanzada: a “crateriform container” with a red painted lip, possibly from Mauritanian origin, and fragments of medium-sized containers with a hollowed-out simple lip and a frieze on the shoulder, similar to Turdetan productions of the 4th - 3rd century BC (FERRER and GARCÍA, 2008). Several fragments of pottery walls painted in red, fully covered or lined, could be grouped without problems in this set of medium containers from the ports of the Strait region.

Finally, this group of findings corresponding to the initial phase must include at least one of the pieces of underwater origin recovered in the bay of A Coruña and initially made known by J. Naveiro (1991). The examination of this object during the project allowed to confirm a possible Gaditan origin and its typological framing in the T-12111 series; its characteristics allow to propose a dating between the end of the 4th century and the beginning of the 3rd century BC. This isolated finding can be related to a fragment exhumed in ancient excavations in the nearby Elviña castro, which corresponds to a bichromic painted wall, with thin black lines that delimit a wide red fringe, which could be identified as part of a Punic jar or with a “crateriform vessel”, whose chronology points to the 5th - 4th century BC. This significant, albeit small, set of archaeological data from A Coruña says it is possible to say that contacts in all these parts of the North-West have probably developed simultaneously, without the Cantabrian coast being relegated to a later stage.

### 3.2. Phase 2 (Early 2nd century - mid 1st century BC) (fig. 2)



The scarcity of materials specifically related to the Barcid period, relatively well characterized in the production of Gaditan pottery workshops (SÁEZ ROMERO, 2008), raises some doubts about the existence of any discontinuity in the contacts established with the Northwest during this phase. However, there are not many doubts, from the materials published or analyzed in the scope of this project, that these routes have been active since the beginning of the second century BC, again with the port of Gadir / Gades as the main interlocutor with the Castro communities. The transformations that took place during the contacts from Gadir/Gades' Roman foedus (206 BC) and the opening of the doors of the Strait of Gibraltar to its army and to commerce are noteworthy, with a rapid rise in the presence of Italic materials (especially wine amphorae and fine and cooking pottery) among the items consumed in the Galician castros. In any case, the continuity of an abundant flow of products from Gaditan workshops indicates that those Italic imports passed, quite possibly, through the Gaditan port filter, being redistributed to the Northwest in the same way as to the interior of the Guadalquivir and the Guadiana valleys, as well as the coasts of the Gulf of Cadiz and Algarve, Olisipo and the mouths of the Tagus and Sado (PIMENTA, 2014).

The case of Punta do Muiño do Vento allows us to evaluate the picture of imports detected in the Galician estuaries, which again constitute a set of items systematically repeated in all the sites analyzed, with some small changes that can be explained by the uneven availability of the data and not by the sample quantity. In Alcabre, the presence of Gaditan amphorae of type T-7433 (and at least one imitation of Greek-Italian amphora / Dr. 1) stands out next to containers of Dressel type 1A and 1C, some of them possibly reused as household containers or tubes, since the neck was cut almost at the beginning of the shoulder. Amorphous fragments of black Italic glaze, as well as kalathoi manufactured in workshops off the coast of Citerior illustrate the arrival of tableware and complementary products from wine and fish preparations. Also noteworthy is the presence of several fragments of walls decorated with lines painted in red, in a lattice, which probably correspond to the upper part of the body of askoid jars of Gaditan production, one of the most representative forms of this horizon of imports from the 2nd century BC. In this respect, in the case of Punta do Muiño do Vento, all these elements can be located chronologically throughout much of the second century and even in the beginning of the first century BC, leading us to believe that, once again, the contacts took place throughout an extensive time lapse, perhaps associated with a castro and not with the betyllic sanctuaries that, as we have seen, characterized the previous phase.



At the bottom of the estuary, Montealegre confirms this trend in the composition of imports, registering an abundance of amphorae T-7433 and Dr. 1, as well as askoid and kalathoi jars (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007).

In A Lanzada, in a phase in which the relationship with the possible “salting factory” has not yet been identified in recent interventions (RODRÍGUEZ et al., 2011), materials that characterize a horizon of imports similar to that detected were documented in the Vigo estuary. The analyzed traces, from ancient interventions, also indicate the consumption dynamics outlined for Alcabre: notable presence of Dr. 1 containers and black Italic glaze (L1, L55, etc.), some kalathoi from workshops of the eastern peninsular facade, Gaditan amphorae T-7433 (with triangular flap opercula) and other elements of tableware and serving of liquids of similar origin, such as the cases of an askoid jar and a medium-sized jar with a globular body and a triangular flat lip slightly designed for the exterior, whose production is well attested in places like Torre Alta between the end of the 3rd century and the first decades of the 2nd century BC (SÁEZ ROMERO, 2008; SÁEZ ROMERO et al., 2016).

In the Arosa estuary, the presence of imported materials was well known, namely in O Achadizo (CONCHEIRO and VILASECO, 2011), which were re-examined under the project. From this castro, in addition to some glass paste beads, there is a shoulder fragment and handle pull from an Italian-made Greek-style amphora or Dressel 1A, a rough base that can correspond to a globular cup, a wall fragment with thin red bands painted on the outer surface and a small piece of a simple base with a concave bottom. These last two pieces present pastes related to Gaditan pottery and correspond, respectively, to an unguentarium of Carthaginian inspiration, well known in the inventories of Gadir / Gades from the end of the third century BC and the beginning of the next century (SÁEZ ROMERO, 2008) and the base of an askoid jar or medium jar, possibly with a similar chronology (SÁEZ ROMERO et al., 2016). Despite their scarcity, these materials characterize, together, the arrival of imports from the South of the Iberian Peninsula in the first two thirds of the 2nd century BC.

The Neixón (Boiro) castros were also previously known and functioned as centers that received imports at this period thanks to the work of X. Ayán and collaborators (AYÁN, 2005; 2008). Noteworthy, from his collection, fragments of vitreous unguentaria, painted pottery and an askoid jar associated with the pit of the so-called “castro grande” (AYÁN et al., 2008). The study of these and other materials at the Museu de Boiro made it possible to verify the presence of an outstanding number of examples of askoid jars with the characteristic decoration of buttons applied to the top of the handle; some fragments





painted with lines painted in red probably correspond to the decoration of the upper body of some of them. Also noteworthy are materials of Gaditan origin, namely a T-7433 amphora specimen (handle), a GRR - 10.4.1 vase base and a wall with lines painted in red on the outer surface belonging to a globular unguentarium similar to the one documented in O Achadizo. To the materials of Gaditan origin is also added the medium jar with globular body and flattened lip, similar to those previously described in A Lanzada. These items from the peninsular South are accompanied by some lips and walls of Italic Campanian amphorae of the Dressel 1A type, probably linked to the transport of wine. This set can be dated throughout the 2nd century BC.

From the Arosa estuary, even though it is currently on display at the Museu do Mar de Vigo, comes a punctual underwater finding of great interest, namely an almost complete askoid jar, which lacks only part of the handle. This is currently the best preserved specimen of this type, even within Gaditan production areas. The piece in question allows us to state that these are medium-sized containers for tableware (liquids), with a glass of rounded lines (the painted decoration is poorly preserved, with some horizontal strokes in red), simple concave bottom, stylized cylindrical neck and top handle boot decorated with small buttons applied to both sides. These characteristics are common in the inventories of Gades and the Northwest, and it can be said, from this piece, that it comes from a shipwreck, or that the items were used and thrown into the sea from the boats. This could also be associated with the most frequented areas or the sanctuaries located in the coastal castros of the area.

Among the materials that were initially made known by J. Naveiro, coming from underwater environments in the bay of A Coruña, we again find arguments that support the hypothesis that these late-Punic imports arrived in western Cantabrian, since examples of Dressel 1A and C Italic amphorae do not fault, as well as a Rhodian wine amphora handle. It is the first individual of its kind documented in peripheral areas of the Spanish Atlantic. Elviña's findings, despite their scarcity, once again signal the trend seen elsewhere: an Italic Dressel 1, a possible Lamboglia 2 from the Adriatic zone, a T-7433 amphora handle made of Gaditan paste, in addition to several fragments of lips, neck and handle of an askoid jar, also produced in Gaditan workshops. Together, these materials can be dated back to the 2nd century and early 1st century BC.

### 3.3. Phase 3 (late 1st century BC - Early 1st century AD)

The "Atlantic route" that connected the Strait area (and, indirectly, the Mediterranean maritime "highways") and the Northwest, apparently, reached a peak of activity from the late Republican era, with an intensification and





diversification of the arrival of food products, tableware and other elements to the increasingly urbanized castros of the Citerior's borders. This dynamic is well known in the North of Portugal, judging by shipwrecks such as that of Esposende (MORAIS, 2007; CARRERAS and MORAIS, 2012; MORAIS et al. 2013), and had already been noted in the Galician case (NAVEIRO, 1991; GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2007; PÉREZ LOSADA et al., 2008; FERNÁNDEZ and BARCIELA, 2016). During the Estrimnides Project, this phenomenon could be seen in places like Punta do Muiño do Vento or in the Neixón castros, where the Gaditan ovoid amphorae or Dressel 7/11 and the Ovoid 4 / Haltern 70 in the Guadalquivir Valley are abundant, and to which are added common "Betic" pottery (vases, pestles, Vegas 14 casseroles, etc.), and glasses of Terra Sigillata from different sources. If, in the previous phases, the pattern of imports seems to be systematic, highly repetitive in all the analyzed sites, from this moment onwards this constant character seems to be even more accentuated, with an accused decline in the presence of italic materials and a clear quantitative increase in the productions of the Betic West and Portuguese workshops, which in turn characterize the "provincialization" of Hispanic trade routes from the final decades of the first century BC (GARCÍA VARGAS, 2010).

#### 4. SUMMARY AND CONCLUSIONS

Along these lines, we sought to describe the main phases identified in imports of Mediterranean origin, as well as the quantitative differences between them in relation to the origin, type, function and meaning of the goods documented in the studied Castro sites. On the other hand, we tried to explain the reason why contacts were made in these phases and with this intensity, for example, the political, social and, above all, economic processes that, in the Punic perspective, allowed us to understand the maintenance and evolution of the established commercial network between the main ports in the Strait area, headed by Gadir / Gades, and the Atlantic populations, especially the Northwest.

However, it is necessary to point out the changes that these contacts have caused in the Castro communities, both in consumption habits and, more deeply, in the social relations and cultural values that they have developed. It is therefore not surprising that, since the end of the 5th century BC, small altars with stone betyls have been built in some coastal points (figs. 3 and 4), namely islands and peninsulas, which could function as "frank zones" (middleground) suitable for the meeting of collectives and for the development of commercial transactions, agreements and even common rituals. These meeting places,



recently defined as emporia (GONZÁLEZ RUIBAL et al., 2010a, p. 588), would confirm not only the regularity of these contacts, but also their territorial and symbolic impact, since it would be part of the sacred space of both communities. These transformations in the scope of the physical and figurative landscape would be even more evident in the second phase (centuries II - I BC), when the forms of exchange would be less ritualized and there would be a greater regularity of contacts, with the usual place of reception being the main oppida ( Santa Trega, Vigo, Neixón Grande or Elviña-Brigantium) or the autonomous ports that depended on them (eg Torres do Oeste).

As one of us pointed out in previous works (RODRÍGUEZ CORRAL, 2009), with regard to changes in food consumption patterns, the adoption of products and objects of Mediterranean origin by the Castro communities, especially within the table, does not seem to have meant an imitation of exogenous practices, but rather an adaptation of these to their own social context. However, the very differentiated access to exotic materials and their ritualized use made them important elements in the manifestation of the status of those who used them. In other words, these objects were part of the processes of social differentiation that intensified during Iron Age II. Consequently, Mediterranean imports are also an interesting source of information to better understand the mechanisms of symbolic appropriation of commensality practices and, in general, the role they played in the construction of social relations in the Northwest of the Iberian Peninsula. The study of the contexts and repertoires exposed in the preceding lines, in addition, distinguishes and enhances the singularities in the patterns of acquisition and consumption of these imports by the Castro communities and, above all, their differences in relation to other contemporary communities on the Atlantic façade. Thus, it is possible to define a first distribution circle on the coast of the Algarve and Baixo Guadiana, which practically functions as a western extension of the so-called “Círculo do Estreito” (SOUZA and ARRUDA, 2010; ARRUDA et al. 2011), both in its cultural matrix (habitat, forms of life and architecture) as in commercial dynamics, considering the circulation of amphorae and domestic repertoires, especially common ceramics and tableware, whose composition also reveals close relations with the inland Turdan (ARRUDA, 2007). That is, it is an area of direct influence by Gadir, in which coastal centers like Monte Molião, Faro or La Tiñosa, among others, would develop; the records of these sites suggest a foundation or “colonization” carried out by the metropolis itself from the first half of the fourth century BC in areas that, apparently, had not been occupied during the early stage of the Iron Age. Huelva, Tavira and Castro Marim, three important port centers in the area, also show similar consumption behaviors, although they are not part of these “gaditan foundations”.



On the other hand, the panorama recently described for the Sado, Tagus and Lisbon Peninsula estuaries reveals a change in the level of commercial dynamics compared to Iron Age I, especially in the large port centers (Alcácer do Sal, Setúbal or Lisbon). In these places, Mediterranean imports declined until their near disappearance between the fourth and third centuries BC (SOUSA, 2014; 2017a; 2017b). It is risky to extrapolate this situation to the north-central coast of Portugal, since important sites like Santa Olaia or Conimbriga do not present much data from this phase. However, it is evident that from the end of the sixth century BC there is a regionalization of the economy in the main Atlantic estuaries, with an intensification of agricultural production and the formalization of new amphoric types derived from archaic Phoenician models intended for the distribution of surpluses in their commercial circles (SOUSA and PIMENTA, 2014). The same can be said of common and table pottery, which evolves directly from the productions introduced by the Phoenicians in the region, giving rise to a repertoire of oriental origin fully adapted to the new needs and tastes of the cultural horizon that appears in this region after the dismantling of the colonial system and the reorientation of political and territorial structures (SOUSA, 2014). Indeed, in addition to the presence of italic materials, on the other hand also reduced (ROUILLARD et al. 1989; ARRUDA and SOUSA, 2018), Punic imports are limited to some amphorae from the area of Cádiz and Guadalquivir (SOUSA, 2014 ; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2019), with practically absent containers from the late Iron Age such as the T-81112, T-8211 or T.12111, as well as other southern productions, namely “Kuass” type ceramics or common painted pottery (SOUSA , 2007: 100).

On the contrary, in the Northwest, the supply of exogenous products is not only relatively regular and homogeneous throughout Iron Age II, as has been shown, but also acquires some singularity. This can be extended to the Portuguese northern coast, where the Castro communities apparently developed similar behaviors, to be evaluated by the imported materials that have been published so far (SILVA, 1986; ILVA and PINTO, 2001; VILAÇA and CUNHA-RIBEIRO, 2008) and for other recently studied contexts.

In this region, probably before the initial phase of the “Gaditan foundations” in the Algarve, amphorae of fish preparations from the Strait area (T-8211 and, to a lesser extent, T-12111) and other containers from the countryside of Cadiz (T-8112) and probably the Guadalquivir Valley (Pellicer BC or D) transported agricultural products. These materials are often associated with large painted wheel containers, crateriform containers and jars of various types, as well as tableware elements: bowls or plates, some in “Kuass” type



ceramics. Special mention should be made of the so-called “crateriforms” and Greek ceramics, which would be associated with the introduction of wine consumption, evidenced by the appearance of the first wine amphorae. Likewise, it is notable, due to its uniqueness (as in the case of the “crateriforms” of possible Mauritanian origin), the frequent appearance, in more advanced stages of this phase, of decorated askoid jars from Cádiz, which are not found in other contexts Atlantic.

The beginning of the Roman conquest of the Peninsula did nothing more than intensify these contacts and, in the middle of the second century BC, the Greek-Italian amphorae and, later, the Italian and South-Hispanic Dressel 1 that accompany the Gaditan productions (T -7433) and other minority containers of Eastern Greek origin, in addition to Iberian kalathoi, unguentary and other common forms of Punic tradition are abundant. At this stage, the ritualized consumption of wine is perfectly attested, again, by the imported tableware and, above all, by the forms of black glazed Campanian ware that begin, at these moments, to reach the Iberian Peninsula.

All of this seems to reflect a selective demand on the part of the populations of the Atlantic peninsular coast, more than a reduction or interruption of the Punic trade in this region, as was recently proposed (SOUSA, 2017a: 102). That is, the scarcity of imports on the Portuguese central coast does not mean an abandonment of the trade routes established in archaic times (which, as we think, were fully active at least since the end of the 5th century BC), but rather a manifestation of economic and social dynamics that led the riverside communities of Sado and Tagus to satisfy their needs with their own products, acquiring only those objects that their workshops could not manufacture or imitate (Greek ceramics, glass paste beads, etc.). It is also likely that they purchased bulk goods on the same routes that could not be produced or purchased locally. Let us not forget that in this region there was already a productive fabric since the orientalizing time, as well as a ceramic tradition with deep Mediterranean roots that, as said, would evolve adapting to the needs of these communities through the manufacture of products similar to those that circulated in the cultural sphere (amphorae, red, gray and painted engobe ceramics), which means that the purchase of these imported articles would have been limited.

This was certainly not without the interests and values of the local elites, perhaps less permeable to the new Hellenistic (or “Mediterranean” *latu sensu*) fashions and, on the contrary, relatively open to continental influences. This variety of demand is evident in the coastal Alentejo, where port establishments coexist commercially (and perhaps culturally) within the Gaditan sphere, with



sites of a Celtic or Celtized character, similarly to what happens in the Algarve. In this sense, Odemira seems to be an eloquent example (VILHENA and RODRÍGUES, 2009). In the second group of sites, Santiago do Cacém (SOARES and SILVA, 1979) stands out, which is characterized by a more sporadic acquisition of imports, as well as others that reveal a close cultural interaction, as it seems to be the Garvão ritual deposit (BEIRÃO et al., 1985).

In the Northwest, the consumption guidelines developed by Castro communities during the second half of the 1st Millennium BC, as well as their regularity, allow us to affirm that the products exchanged with the Punic in exchange for metals (tin and gold) were more than simple exotic objects, whose value was determined by their rarity or sophistication, and which ended up being integrated and adapted to their own practices, acquiring new functions within the scope of social relations and the construction of their symbolic universe.

On the other hand, the similarities between these repertoires and those documented on the Atlantic coast of North Africa are particularly striking, especially in Kuass (KBIRI ALAOUI, 2007) and Banasa (GIRARD, 1984; ARHARBI and LENOIR, 2004), both with regard to amphorae, as well as to certain productions (askoid jars, globular containers with handles and crateriform vases). The latter are, in fact, very infrequent on the north bank of the Strait, being practically absent in the interior of Turdetania, while the askoid jars appear almost always in productive spaces and not so much in domestic sets or in ritual contexts.

It is therefore not surprising that the imported amphoric cast in this area reproduces guidelines similar to those of other Atlantic ports in the Strait area or Western Mauritania, especially if it is considered that they are part of the same commercial network and that the same products could be introduced, with greater or lesser success, in different markets. Proof of this is the fact that few specimens of T-11 / T-12 fish preparation amphorae are known on the central coast of Portugal and, even less, of T-8112 and T-8211, which contrasts with the abundance of these elements in the Galician estuaries in the same period, as well as in Mauritanian coastal centers such as Mogador, Thamusida-Banasa, Lixus or Kuass. The recurring presence of such specific shapes as askoids, unguentaria jars, globular and "crateriform" containers, associated with other elements for the beverage service, such as jars or Greek dishes, denotes an intention that goes beyond the mere acquisition of "ceramics" of quality that would complement the local vascular repertoires of manual manufacture, since other forms manufactured on the wheel, common in the Punic or Turdetan areas, are missing or scarce, namely bowls, cups, glasses and



some large-format containers, abundantly exported to the sites of the Algarve and the Gulf of Cadiz. In this sense, it is legitimate to defend the possibility that these shapes did not travel to the Galician estuaries as ceramic items, but rather as product containers, at least in the case of “crateriform” containers, and that their success among local communities is due not only to its potential use, but also to the consumption of wine, perfumed oils and other products bottled in the ports of origin.

We are still far from offering a satisfactory explanation for this phenomenon, but it is likely that two different circumstances will converge: one of local character, with an interest in containers related to the ritualized consumption of wine (kraters and Greek cups, crateriforms, olpe-type jars and askoids); another, of a commercial character, that would explain the concrete presence of these objects in the freight along with amphorae and other manufactured products. The combination of this set of imported items (amphorae and other ceramics with Gaditan pastes and the “crateriforms”, as well as other pieces whose macroscopic and typological examination suggests an origin in Mauritanian workshops, constitutes a promising line of research on the reach of commercial networks of Gadir and its role as an intermediary in the redistribution of products within the Atlantic circuits.

If the findings of the Algarve leave little doubt about the participation, often quantitatively high, of amphorae and other objects of Turdetan manufacture in its freight directed both to the West and to the South, the new evidence documented in the Iberian Northwest makes it possible to state that its traders were able to link Castro demand with the production of some cities of Semitic origin on the Mauritanian coast, which in turn seem to imitate, following Punic decorative parameters, forms typical of classical Greek repertoires. One cannot rule out direct contact between the two zones, but, judging by the composition of the Galician and Northern Portugal contexts, Gadir is more likely to have monopolized the dialogue with these peripheries, using elements on both sides to increase the differences between cost and value. This leads, again, to the first circumstance, namely: the specialized character of the demand of Castro populations. A diachronic analysis of these imports suggests that the introduction, from the fifth century BC, of kraters and Attic bowls, would have implied the adoption and adaptation of the Hellenic repertoire to the contexts of ritualized consumption of beverages within the practices developed by these communities, where the wine that started to be imported at this moment must have played a relevant role. The wide acceptance of this repertoire and its ergonomics in relation to the Castro commensality itself would be reflected in the search for crateriforms. This, in turn, must have



been increased as the volume of Greek imports in the West decreased from the middle of the fourth century BC, and also in the manufacture of local versions modeled by hand with “column” handles and globular bodies (REY, 2016). It therefore seems difficult to determine whether these Castro manufactures are a direct reproduction of the classical Greek kraters, versions of containers manufactured on the wheel, or even both types of imports, since the chronology attributed to these productions is, so far, not as accurate as that of the supposed prototypes. In any case, the distribution of these versions of kraters is also significant, whose production and consumption seems to have exceeded the territorial limits marked by the imports of Mediterranean products themselves, including almost all of the sites studied under the project (Toralla, Alcabre, A Lanzada, O Achadizo, Alobre, Baroña) and an important set of castros located inland (Monte do Castro, Nadelas, Castrolandín, Fozara, etc.).

Consequently, it seems indisputable that this form played an important role in formalizing social relations across the table, along with other elements related to the service of liquids (fermented drinks) and the consumption of solid foods, especially meat. In this way, its meaning can only be understood within the Castro cultural context itself and the values that are built around the banquet. The growing role of wine in these rituals is revealed in the frequent appearance, from the end of the third century and beginning of the second century BC, of Italian or South Hispanic wine amphorae, as well as new service and consumption containers (eg., askoid jars), among other forms of wheel pottery, and especially from the middle of the second century BC, with the introduction of the black glazed Italic tableware, whose use extends relatively quickly in this region. However, as previously noted, both wine and objects related to its consumption “had very different meanings in the indigenous context of the Northwest to those in the Mediterranean, inserting themselves in the convivial ways of the castro communities with their social history and structure” (RODRÍGUEZ CORRAL, 2009, p. 94).

## BIBLIOGRAPHY

ABAD VIDAL, Emilio. Betilos púnicos do castro da illa de Toralla. In: FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo.; BARCIELA, Pilar (coords.). *Emporivm. Mil años de comercio en Vigo*. Vigo: Concello de Vigo, 2016, p. 58-59.

ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando. Excavaciones en el Castro de O Neixón. *Noticario Arqueológico Hispánico*, Madrid, 5, 1976, p. 327-330.





ALMEIDA, Coelho Armando Ferreria de; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOEIRO, Maria Teresa; BAPTISTA, Antonio José. **Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha**, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1981.

ALVAR EZQUERRA, Jaime. "Avieno, los fenicios y el Atlántico". In: **Homenaje a Fernando Gascó. Kolaïos**, Sevilla, 1997, 4, p. 21-37.

\_\_\_\_\_. El comercio del estaño atlántico durante el Período Orientalizante. **Memorias de Historia Antigua**, Oviedo, 4, 1980, p. 43-50.

\_\_\_\_\_. e. **La navegación prerromana en la Península Ibérica: colonizadores e indígenas**, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1981.

\_\_\_\_\_. Una lectura arqueológica del Atlántico de Avieno, in: Aubet, María Eurgenia; Barthélemy, Manuela (coords.), **Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos**, vol. 2, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2000, p. 723-725.

ARRHARBI R.; LENOIR E. Les niveaux maurétaniens de Banasa. **Bulletin d'Archéologie Marocain**, Tanger, 20, 2004, p. 220-270.

\_\_\_\_\_. "Les niveaux préromains de Banasa". **Bulletin d'Archéologie Marocaine**, Tanger, 2004, XX, p. 220-270.

ARRUDA, Ana Margarida. A Idade do Ferro do sul de Portugal. Estado da investigação. **Madrider Mitteilungen**, Madrid, 48, 2007, p. 114-139.

\_\_\_\_\_. Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas, in: VITA, Juan Pablo; ZAMORA, José Ángel (eds.). **Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica. Cuadernos de Arqueología Mediterránea**, 18, Barcelona: Bellaterra, 2008, p. 13-23.

\_\_\_\_\_. **Los Fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)**. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, Barcelona: Bellaterra, 2002, 5-6.

\_\_\_\_\_. O comércio fenício no território actualmente português, in: Fernández Uriel, Pilar; López Pardo, Fernando; González Wagner, Carlos (coords.), **Intercambio y comercio preclásico en el Mediterráneo. Actas del I Coloquio del CEFYP**, Madrid: CEFYP, 2002, p. 59-77.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de. The Greek pottery of the Tagus estuary, in: MORAIS, Rui; LEÃO, Delfim; PÉREZ, Diana; FERREIRA, Daniela (eds.). **Greek Art in Motion. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday**, Oxford: Archeopress, 2010, p. 187-195.

ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de; PEREIRA, Carlos; LOURENÇO, P., Monte Molião. Um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). **Conimbriga: revista do Instituto de Arqueologia**, Coimbra, 50, 2011, p. 5-32.

AYÁN VILA, Xurxo (coord.). **Os castros de Neixón II**, Boiro: Noia, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os castros de Neixón**. Boiro: Noia, 2005.

AYÁN, Xurxo; RODRÍGUEZ, Rafael; GONZÁLEZ, Leornado; GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Arrecendos púnicos. Un novo anaco de aríbalos no Castro Grande de Neixón (Boiro. A Coruña). **Cuadernos de Estudios Gallegos**, Santiago, 55, nº 121, p. 73-92.

BEIRÃO, Caetano de Mello; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela. Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. **O Arqueólogo Português**, Lisboa, Série IV, 3, 1985, p. 45-136.





BELLO DIÉGUEZ, José María; GONZÁLEZ AFUERA, Begoña. Elviña, yacimiento abierto. Investigación e intervenciones arqueológicas en el castro de Elviña (A Coruña): estado de la cuestión. *Férvedes*, Vilalba, 5, 2008, p. 329-338.

BETTENCOURT, Ana María do Santos. *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho, 2000.

BLANCO FREIJEIRO, Antonio. Origen y relación de la orfebrería castreña. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago, XII, 36, 1957, p. 267-301.

BLÁZQUEZ Y DELGADO-AGUILERA, Antonio. *Las Casitéridas y el comercio del estaño en la Antigüedad*, Madrid: Real Academia de la Historia, 1915.

BRIDOUX, Virginie; KBIRI ALAOU, Mohamed; ANDRÉ, Nathalie; GRISONI, Emeline; ICHKHAKH, Abdelfattah.; JULLIEN, Thierry; LENOIR, Éliane; NAJI, Halima. Kouass (Asilah, Maroc), *Chronique des activités archéologiques de l'École française de Rome, Maghreb*, 2015 [URL: <http://journals.openedition.org/cefr/1389>].

CALO LOURIDO, Francisco, *A Cultura Castrexa*, Vigo: A Nosa Terra, 1993.

CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. *Catálogo dos materiais arqueolóxicos do museu do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro*, A Guarda, 1994.

\_\_\_\_\_. Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico. *Trabajos de Prehistoria*, Madrid, 47, 1990, p. 161-199.

\_\_\_\_\_. O marco histórico da cultura castrexa, *Historia da Arte Galega*, tomo I, fasc. 8, Vigo, 1999, p. 113-128.

\_\_\_\_\_. Os castros galegos: espacio e arquitectura". *Gallaecia*, Santiago, 14-15, 1996, p. 309-357.

CARRERAS, César; MORAIS, Rui. The Atlantic Roman Trade during the Principate. New evidence from the Western Façade. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, 31, 4, 2012, p. 419-441.

CARRETERO POBLETE, Pedro. *Agricultura y Comercio Púnico-Turdetano en el Bajo Guadalquivir. El inicio de las explotaciones oleícolas peninsulares (siglos IV-II a.C.)*, BAR International Series 1703, Oxford: Archeopress, 2007.

CELESTINO PÉREZ, SEBASTIÁN; RAFEL I FONTANALS, NURIA; ARMADA PITA, Xose Lois. *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico: (siglos XII-VII a.n.e): la precolonización a debate*, Madrid: CSIC, 2008.

CONCHEIRO COELLO, Ángel.; VILASECO VÁZQUEZ, Xosé Ignacio. Os materiais de importación de orixe mediterránea do castro do Achadizo (Boiro, A Coruña). *Gallaecia*, Santiago, 30, 2011, p. 107-115.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da H.M, *Estrabão: Geografia. Livro III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

DOMÍNGUEZ PÉREZ, Juan Carlos. "Hippi" en los confines del mundo: los límites noratlánticos de la talasocracia de Gadir. In: DOMINGUEZ PÉREZ, J.C. (coord.). *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados: propuestas de la arqueología desde un enfoque social*, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011, p. 281-303.



- \_\_\_\_\_. Gallaecia Poena: avance para una definición no esencialista del Hierro final occidental". **Gallaecia**, Santiago, 24, 2005b, p. 35-60.
- \_\_\_\_\_. Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. **Antiquitas**, Priego de Córdoba, 7, 2005a, p. 5-11.
- \_\_\_\_\_. Materiales púnico-gaditanos en los confines del extremo occidente atlántico. **Antiquitas**, Priego de Córdoba, 17, 2006, p. 5-12.
- FARIÑA, Francisco. Panorámica general sobre la cultura castreña, **Estudios de Cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia**, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago, 1983 p. 87-128.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; BARCIELA, Pilar (coords.). **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo. Catálogo de la Exposición**, Vigo: Concello de Vigo, 2016.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J.. **Solino: Colección de hechos memorables**. Madrid, Gredos, 2001.
- FERNÁNDEZ PINTOS, María Pilar. Torres de Oeste: cerámica indíxena e romana nas excavacions dos anos 70. **Gallaecia**, Santiago, 18, 1999, p. 223-238.
- FERREIRA DE ALMEIDA, Coelho Armando. **Influências meridionais na cultura castreja**, Porto: universidade do Minho, 1974.
- FERREIRA, J. R.. **Avieno: Orla marítima**. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FERRER ALBELDA, Eduardo; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Cerámica turdetana. In: BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA LACOMBA, Alberto (eds.). **Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión**. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2008, p. 201-219.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José. Rumbo a Poniente: el comercio de ánforas turdetanas en la costa atlántica de la Península Ibérica (siglos V-I a.C.). **Archivo Español de Arqueología**, Madrid, 92, 2019, p. 181-205.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José; FERRER ALBELDA, Eduardo; RODRÍGUEZ-CORRAL, Javier; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; REY CASATIÑEIRA, Josefa (en prelo). La presencia fenicio-púnica en los confines de Iberia, **IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos**, Mérida.
- GARCÍA VARGAS, Enrique. Ánforas béticas de época augusteo-tiberiana. Una retrospectiva. In: NIVEAU DE VILLEDARY, Ana María; GÓMEZ, Verónica (coords.). **Las necrópolis de Cádiz. Apuntes de arqueología gaditana en homenaje a J. F. Sibón Olano**. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 581-624, 2010.
- GIRARD, Sylvia. Banasa préromaine, un état de la question. **Antiquités Africaines**, Marseille, 20, 1984, p. 11-93.
- GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco Javier; PÉREZ LARGACHA, Antonio; VALLEJO GIRVÉS, Margarita. **La imagen de España en la Antigüedad clásica**, Madrid: Gredos, 1995.



GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Facing two seas: Mediterranean and Atlantic contacts in the NW of Iberia. *Oxford Journal of Archaeology*, Sheffield, 23, 2004b, p. 287-317.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. **Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.). Brigantium**, A Coruña, 18-19, 2006-2007.

\_\_\_\_\_. Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology*, Sheffield, 19, 1, 2006, p. 121-150.

\_\_\_\_\_. Un askós ibicenco en Galicia: notas sobre el carácter del comercio púnico en el Noroeste ibérico. *Complutum*, Madrid, 15, 2004a, p. 33-43.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; ABOAL, Roberto; CASTRO, Virginia, Comercio mediterráneo en El castro de Montealegre (Pontevedra, Galicia). Siglo II a. C. - Inicios del siglo I d.C. *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, 80, 2007, p. 43-74.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; AYÁN, Xurxo. Buscando a los púnicos en el Noroeste. In: FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.). **Los púnicos de Iberia: Proyectos, revisiones, síntesis**. Mainake, Málaga, XXXII, 1, 2010a, p. 577-600.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael; AYÁN, Xurxo. Encounters in the ditch: Ritual and middle ground in an Iron Age hillfort in Galicia (Spain). *Bolletino di Archeologica on line*, Roma, volume speciale A/A6/3, 2010b, p. 25-31.

HIDALGO CUÑARRO, José Manuel. La romanización del castro de Vigo: el comercio de importación de cerámicas finas romanas. *Habis*, Sevilla, 20, 1989, p. 279-291.

\_\_\_\_\_. Los Castros de la isla de Toralla y Vigo y sus materiales de importación, in: *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*, 1, Teruel, p. 175-184, 1995.

\_\_\_\_\_. Materiales arqueológicos del Castro de Vigo. *Lucentum*, Alicante, 6, 1987, p. 123-134.

\_\_\_\_\_. Últimas excavaciones arqueológicas de urgencia en Vigo: castros y yacimientos romanos. *Castrelos*, Vigo, 3-4, 1990-1991, p. 191-216.

KBIRI ALAOUI, Mohamed. **Revisando Kuass (Asilah, Marruecos). Talleres cerámicos en un enclave fenicio, púnico y mauritano**. *Saguntum Extra* 7, Valencia: Universidad de Valencia, 2007.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino. **Las joyas castreñas**, Madrid: CSIC, 1951.

\_\_\_\_\_. **Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatría en Galiza**, Santiago de Compostela: Nós, 1929.

MARTINS, Manuela. **O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado**. *Cadernos de Arqueologia. Monografias*, 5, Braga: Universidade do Minho, 1990.

MARZOLI, Dirce; EL KHAYARI, Abdelaziz. Vorbericht Mogador (Marokko) 2008. *Madridrer Mitteilungen*, Madrid, 51, 2010, p. 61-108.



MEDEROS MARTÍN, Alfredo; RUIZ CABRERO, Luis Alberto. Un Atlántico mediterráneo; fenicios en el litoral portugués y gallego, *Byrsa. Rivista di Studi Punic*, Roma, 3, 2003, p. 351-409.

MILLÁN LEÓN, José. Las navegaciones atlánticas gadiritas en época arcaica (ss. VIII-VII a.C.): Cerne y las Cassitrides, *in: Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, II, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2005, p. 859-867.

MONTEAGUDO, Luis. Oestrymes y Cassitrides en Galicia. *Emérita*, Madrid, 21, 1953, p. 241-248.

MORAIS, Rui. A via atlântica e o contributo de Gádír nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. *Humanitas*, Coimbra, 58, 2007, p. 99-132.

MORAIS, Rui; GRANJA, Helena; MORILLO, Ángel (eds.). *O Irado Mar Atlántico. O naufragio bético augustazo de Esposende (norte de Portugal)*, Braga: Universidade do Minho, 2013.

MOURE CASAS, Ana M.. *Plinio el Viejo: Historia Natural. Libros XII-XVI*; Madrid: Biblioteca Clásica Gredos.

NAVEIRO LÓPEZ, Juan Luis. *El comercio antiguo en el NW peninsular. Monografías Urgentes do Museu*, 5, A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico, 1991.

\_\_\_\_\_. *Torres de Oeste. Monumento histórico e xacemento arqueolóxico*, Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, 2004.

NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, Ana María; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel. The red slip tableware of Punic and Early Roman Gadir/Gades (4th-1st c. BC): An updated assessment of the so-called Kuass Ware. *In: JAPP, Sarah; KÖGLER, Patricia (Hrsg.). Traditions and Innovations: Tracking the development of pottery from the Late Classical to the Early Imperial periods. IARPotHP First International Conference* (Berlín, 7-10 noviembre de 2013), Wien, 2016, p. 55-68.

NOBBE, K.F. *Claudii Ptolemaei Geographia*. Leipzig: Teubneri, 1843.

PELLICER CATALÁN, Manuel. El proceso orientalizante en el occidente ibérico. *Huelva Arqueológica*, Huelva, 16, 2000, p. 89-134.

PELLICER CATALÁN, Manuel. La colonización fenicia en Portugal. *Spal*, Sevilla, 7, 1998, p. 93-105.

PEÑA SANTOS, A. de la. *Santa Trega. Un poblado castrexo-romano*, Orense: Albano Editores, 2001.

PÉREZ LOSADA, Fermín; FERNÁNDEZ, Adolfo; VIEITO COVELA, Santiago. Toralla y las villas de la Gallaecia atlántica. *In: FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; GIL SENDINO, Fernando. (eds.). Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*, Gijón: Trea, 2008, p. 479-504.

PIMENTA, João.. Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Jvniio Bruto. *In: FABIÃO, Carlos; PIMENTA, João (coords.). Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia 3*, Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, p. 44-60.

PONSICH, Michel. Alfarerías de época fenicia y púnico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, Valencia, 4, 1968.

PRONTERA, Francesco. L'Estremo Occidente nella concezione geográfica dei greci, *in: La Magna Grecia e il lontano Occidente*, Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1990, p. 55-82.



RAMON TORRES, Joan. **Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental**, Barcelona: Universitat de Barcelona, Colección Instrumenta, 2, 1995.

RAMON TORRES, Joan; SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; MUÑOZ VICENTE, Ángel. **El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto. Monografías de Arqueología** 26, Sevilla: Junta de Andalucía, 2007.

REY CASTIÑEIRA, Josefa. A cerámica castrexa das Rías Baixas, *in*: Fernández Fernández, A; Barciela, P. (coords.), **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo**, Vigo: Concello de Vigo, 2016, p. 54-55.

\_\_\_\_\_. Apuntes para un encuadre de la cultura castreña en el marco peninsular, **Actas del 3º Congreso de Arqueología Peninsular. Proto-historia Península Ibérica**, V, Porto: ADECAP, 2000, p. 359-372.

\_\_\_\_\_. Cerámica indígena de los castros costeros de Galicia occidental: Rías Bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña. **Castrelos**, Vigo, 3-4, 1990-1991, p. 141-163.

RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael María. Ánfora tardopúnica/republicana T.7.4. de procedencia gaditana, *in*: Fernández Fernández, A; Barciela, P. (coords.), **Emporivm. Mil años de comercio en Vigo**, Vigo: Concello, 2016, p. 60-61.

\_\_\_\_\_. Cuando los muertos descansaban en la arena: el yacimiento a lanzada en la tardo-antigüedad (Sanxenxo, Pontevedra), *in*: López Quiroga, Jorge (coord.), **In tempore sueborum el tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585), el primer reino medieval de Occidente: volumen de estudios**, Orense: Diputación de Orense, 2018a, p. 181-186.

\_\_\_\_\_. Re-excavando Santa Trega (A Guarda, Pontevedra). Nuevos datos y conclusiones del Barrio Mergelina. **Férvedes**, Vilalba, 9, 2018b, p. 167-173.

RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Rafael María; ABOAL, Roberto; CASTRO, Virginia; CANCELA, Cristina; AYÁN, Xurxo. Una posible factoría prerromana en el Noroeste. Primeras valoraciones de la intervención en el campo de A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra). **Férvedes**, Vilalba, 7, 2011, p. 167-173.

RODRÍGUEZ-CORRAL, Javier. **A Galicia castrexa**, Santiago de Compostela: Edicions Lostrego, 2009.

\_\_\_\_\_. Galicia Púnica, **Clío: Revista de Historia**, Alcalá de Henares, 80, 2008, p. 48-57.

ROUILLARD, Pierre; PAIXAO, Antonio Cavaleiro; VILLANUEVA-PUIG, Marie-Christine; DURAND, Jean-Louis. Les vases grecques d'Alcácer do Sal. **O Arqueólogo Português**, IV, 6-7, 1989, p. 43-108.

RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, María Luisa. **La Península Ibérica y sus relaciones con el Círculo Cultural Atlántico**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1984.

Sáez Romero, Antonio Manuel, 2016b, Ramon T-12112 (Costa de Baetica), **Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo** (amphorae.icac.cat), Barcelona: ICAC, 2016b.



SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel. Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadirita de los ss. III-II. **Spal**, Sevilla, 14, 2005, p. 145-177.

\_\_\_\_\_. Apuntes sobre las dinámicas comerciales de Gadir entre los siglos VI y III a.C. **Gerión**, Madrid, 36, 1, 2018, p. 11-40.

\_\_\_\_\_. **La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos –III/-I)**. BAR International Series, 1812, Oxford: Archeopress, 2008.

\_\_\_\_\_. Ramon T-8211 (Costa de Baetica), **Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo** (amphorae.icac.cat), Barcelona: ICAC, 2016a.

SÁEZ ROMERO, Antonio Manuel; LUACES, Max; MORENO, Elena. Late Punic or Early Roman? A 2nd Century BC deposit from Gadir/Gades (Cadiz Bay, Spain), **HEROM. Journal on Hellenistic and Roman Material Culture**, Leuven, 5-1, 2016, p. 27-77.

SILBERMAN, Alain. **Pomponius Mela: Chorographie**. Paris: Les Belles Lettres, 1988.

SILVA, Antonio Manuel S.P.; PEREIRA, Gabriel Rocha. Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural. In: BETTENCOURT, Ana Maria do Santos; ALVES, Maria Isabel Caetano; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (eds.). **Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular**, APEQ/CITCEM, 2010, p. 189-203.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da; PINTO, José Marcelo Mendes. Comércio púnico com o Noroeste. In: TAVARES, Antonio Augusto; TAVARES, Maria José Ferro; CARDOSO, João Luis (eds.). **Os Púnicos no Extremo Ocidente. Actas do Colóquio Internacional**, Lisboa, 2001, p. 229-238.

SILVA, Armando Coelho Ferreria da. **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**, Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citania de Sanfins, 1986.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos. Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). **Setúbal Arqueológica**, Setúbal, 5, 1979, p. 159-194.

SOUSA, Elisa de. **A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo**. Estudos & Memórias 7, Lisboa: UNIARQ, 2014.

SOUSA, Elisa de. Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente atlântico. **Ophiussa**, Lisboa, 1, 2017, p. 91-104.

SOUSA, Elisa de; ARRUDA, Ana Margarida. A gaditanização do Algarve. In: FERRER ALBELDA, E. (coord.). **Los púnicos de Iberia: Projectos, revisiones, síntesis**. Mainake, Málaga, XXXII, 2, 2010, p. 951-974.

SOUSA, Elisa de; PIMENTA, João. A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In: MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, Maria José (eds.). **As produções cerâmicas de imitação na Hispania**, 1, Monografias Ex Officina Hispana II, Porto, 2014, p. 303-315.

SUÁREZ OTERO, J.. Cerámicas iberopúnicas del Castro de Alcabre, siglos V-II a.C.; cerámica, Vigo, Museo do Mar de Galicia. In: **Hasta el confín del mundo: diálogos entre Santiago y el mar**, Vigo: Xunta de Galicia, 2004a, p. 38.

SUÁREZ OTERO, José. Cipo de Toralla y posible altar púnico de Alcabre, siglos V-II a.C., in: **Hasta el confín del mundo: diálogos entre Santiago y el mar**, Vigo: Xunta de Galicia, 2004b, p. 39.



SUÁREZ OTERO, José; FARIÑA BUSTO, Francico. A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra). Definición e interpretación de un yacimiento castreño atípico. Apuntes para un estudio de los intercambios protohistóricos en la costa atlántica peninsular. *Madridier Mitteilungen*, Madrid, 31, 1990, p. 309-337.

TAVARES, Antonio Augusto. Os Fenícios no Território Português. *Estudos Orientais*, Lisboa, 4, 1993.

TAVARES, Antonio Augusto; TAVARES, María José Ferro; CARDOSO, João Luís. Os púnicos no Extremo Occidente. *Actas do colóquio internacional*, Lisboa, 2001.

TOMÁS BOTELLA, Víctor. Trabajos arqueológicos para la puesta en valor del Castro de Aobre (Vilagarcía, Pontevedra), *Férvedes*, Vilalba, 5, 2008, p. 521-530.

TORRES ESBARRANCH, Juan J.. *Diodoro: Biblioteca histórica*. Madrid: Gredos, 2004.

VANDERMERSCH, Christian. *Vins et amphores de Grande Grèce et de Sicilie. IVe-IIIe s. avant J.-C.* Naples: Centre Jean Berard, 1994.

VILAÇA, Raquel; CUNHA-RIBEIRO, João Pedro. *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira litoral. Territórios da Pré-História em Portugal*, 4, Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2008.

VILHENA, Jorge Costa.; RODRIGUES, J.. O grande fosso: a escavação arqueológica no cineteatro Camacho Costa e o Cerro do Castelo de odemira na idade do ferro tardia". In: Silva, I.; Madeira, J.—Ferreria, S. (coords.), *1º Encontro de Historia do Alentejo Litoral*, Sines, p. 204-214, 2009.

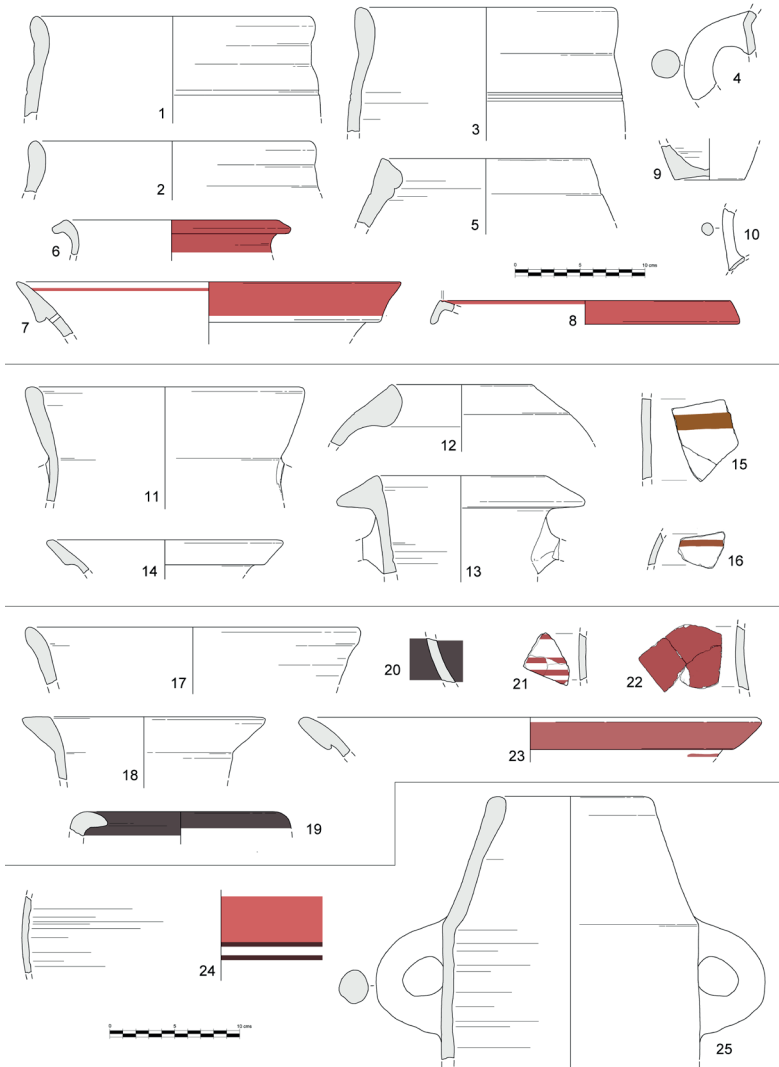


Figura 1

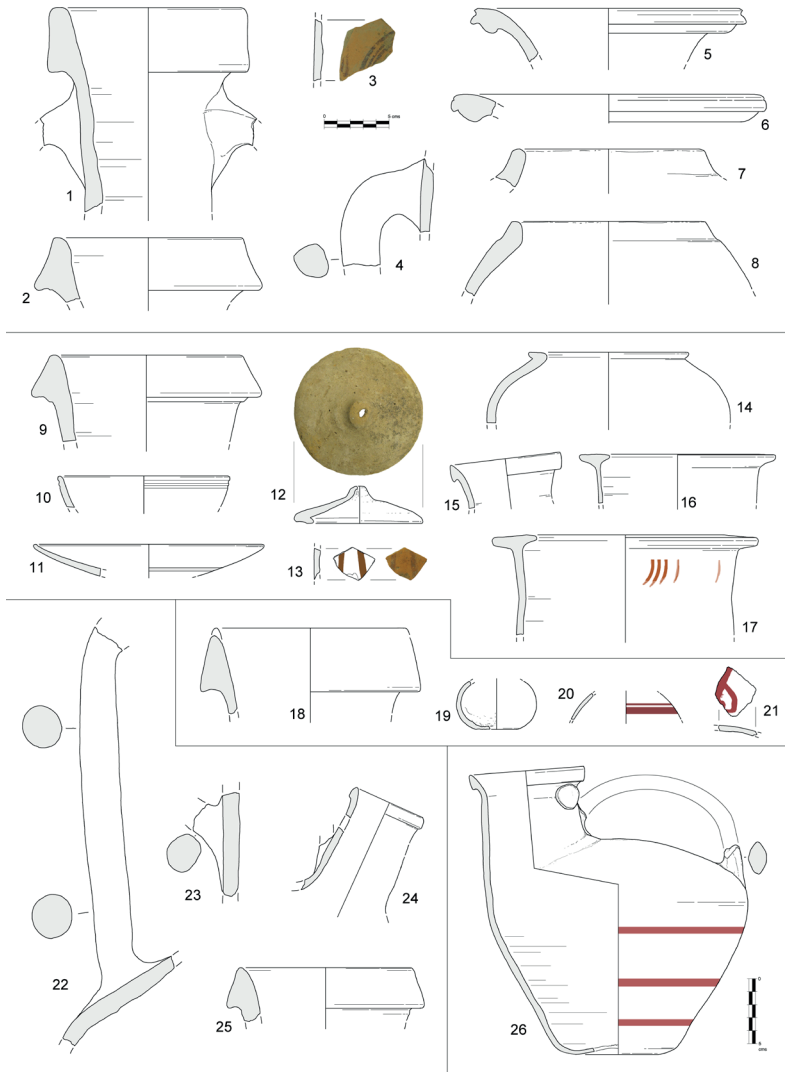


Mapa Noroeste da Península Ibérica com a localización dos locais estudados.





Alcabre: T-8211 (1-3), T-12111 (4), Tiñosa/T-8112 (5), jarro pintado mediano (6), jarra “crateriforme” (7), prato de pescado “tipo Kuass” (8), jarra GDR-10.2.1 (9), jarrita GDR-10.4.0 (10); A Lanzada: T-8211 (11), fondo de ânfora púnica gaditana indeterminada (12), Greco-italica (13), jarra “crateriforme” (14), jarras pintadas (15-16); O Neixón: T-8211 (17), ânfora grega MGS IV (18), verniz negro ático? (19-20), fragmentos de jarras pintadas (21-22) e jarra “crateriforme” (23); jarra pintada bicromada do castro de Elviña (24) e T-12111 de procedéncia subaquática da Babia de A Coruña (25).



Dossiê

Alcabre: Dressel 1C (1) y 1A (2) itálicas, T-7433 gaditanas (4-6), Dressel 1 itálicas reutilizadas (7-8), kalathos pintado (3); A Lanzada: Dressel 1 (9) e verniz negro (10-11) itálico, opérculo anfórico gaditano (12), fragmentos de kalathoi (13, 16-17), jarro askoide (15) e jarra esferoide gaditanos (14); O Neixón: Dressel 1 itálica (18), jarrita GDR-10.4.0 (19), unguentário globular pintado (20) e jarro askoide (21); Elviña: T-7433 (23), jarro askoide (24) y Dressel 1 itálica (25); Bahía de A Coruña: asa de ánfora rodía (22); jarro askoide da Ría de Arousa exhibido no Museo do Mar (26).



*Bétilos de Alcabre (Vigo, província de Pontevedra, Galiza, Espanha)*



*Bétilo de la isla de Toralla (Vigo, provincia de Pontevedra, Galiza, Espanha)*

# A PRESENÇA FENÍCIA NO SUDOESTE IBÉRICO: INTERAÇÕES CULTURAIS, “MEDITERRANIZAÇÃO” E REFORMULAÇÃO DE IDENTIDADES NOS SÉCULOS VIII – V a.C.



Ronaldo G. Gurgel Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo discute aspectos da presença fenícia no sudoeste ibérico e a dinâmica dos contatos comerciais e culturais entre estrangeiros e nativos entre os séculos VIII e V a.C. Devido à ausência de documentação escrita, esses contatos só podem ser abordados a partir de um estudo da cultura material, geralmente de contexto funerário. Durante a transição para a Idade de Ferro, o Sudoeste peninsular estava organizado de modo a formar uma realidade geopolítica consistente, englobando o litoral algarvio, o litoral alentejano, o vale do Tejo e a Estremadura.

**Palavras-chave:** Fenícios; *Aegyptiaca*; Arqueologia; Portugal; Idade do Ferro.

**Abstract:** This paper deals with cultural aspects of the relationship between Phoenician traders and settlers with Southwestern Iberian tribes, throughout the study of material culture. The so-called “second wave of Phoenician colonization”, promoted during the 8th to 5th centuries BC produced unique results in the Atlantic façade of the Iberian Peninsula. The process of integration of ethnic groups into the Mediterranean network also triggered the creation of new identities.

**Key-words:** Phoenicians; *Aegyptiaca*; Archaeology; Portugal; Early Iron Age.

**Resumen:** Este artículo debate la relación entre los comerciantes fenicios y los colonos con las tribus ibéricas del suroeste, a lo largo del estudio de la cultura material. La “segunda ola de colonización fenicia”, promovida durante los siglos VIII al V a.C., produjo resultados únicos en la fachada atlántica de la Península Ibérica. El proceso de integración de los grupos étnicos en la red comercial y cultural mediterránea también desencadenó la creación de nuevas identidades.

**Palabras-clave:** Fenicios, *Aegyptiaca*, Arqueología, Portugal, Edad del Hierro.

Dossiê

## INTRODUÇÃO

Este artigo surge no contexto do projeto de investigação intitulado: “A Database for the *Aegyptiaca* from the Iberian SW: Colonial Encounters and the Mediterraneanization of the Atlantic Iberian Societies (8th- 5th centuries BC)”, sob

---

<sup>1</sup> Doutor em Egiptologia pela Universidade de Basel, Suíça, Onassis Fellow (Universidade do Egeu, Rodas). Investigador Auxiliar – CHAM/ FCSH – Universidade Nova de Lisboa. Para consultar demais publicações do autor: <https://unl-pt.academia.edu/RonaldoGuilhermeGurgelPereira>. E-mail: ronaldo.gurgel@yahoo.de



a minha direção, no CHAM - FCSH da Universidade Nova de Lisboa, mas contando com o apoio do Departamento de Estudos Mediterrâneos da Universidade do Egeu (Rodes), Fundação Onassis e de colegas do Departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

*Aegyptiaca* são objetos egípcios de natureza religiosa-funerária que podem ser encontrados em todo o Mediterrâneo no contexto das navegações fenícias e gregas. Fenícios e gregos também produziram réplicas egipcizantes desse material, demonstrando que os dois povos recebiam alguma influência cultural e religiosa do Egito.

Durante os períodos Orientalizante e Arcaico, os *aegyptiaca* alcançaram a costa atlântica a partir de finais do século IX a.C., com o estabelecimento das colônias fenícias na Península Ibérica, demonstrando a existência de redes comerciais entre fenícios, elites tartéssicas e áreas ditas “periféricas” do território ibérico (CATALÁN, 2004).

O processo aqui denominado “orientalização” ou “mediterraneanização” se refere ao processo de integração comercial e cultural da Península Ibérica ao restante do Mundo Mediterrâneo (ARRUDA, 2005). O contato entre colonos fenícios e tribos celtibéricas nativas provocou transformações dramáticas no modo de vida nativo. Essas transformações incluem uma rápida transição tecnológica do Bronze Final para a Idade do Ferro, por volta do final do século VIII a.C., e diferentes graus de assimilação de elementos religiosos-funerários fenícios ao longo do século e meio seguinte.

A reformulação dessas sociedades do Bronze Final tornou-as mais complexas socialmente, de modo a adquirirem uma hierarquia social completamente reestruturada. Nesse sentido, uma “orientalização” ou “mediterraneanização” do Sudoeste Ibérico não implica numa “agenda civilizatória” fenícia, mas sim no resultado de um processo dinâmico de negociações e atualizações simbólicas (VAN DOMMELEN, 2012).

Não se sabe ao certo a identidade dos portadores dos amuletos egipcizantes e demais *aegyptiaca*. Todavia, o material encontrado em contexto funerário demonstra o consumo de bens fenícios/egipcizantes/orientalizantes pela nova elite nativa, o que implica ainda na adoção de elementos externos às suas práticas funerárias.

## A PRESENÇA FENÍCIA NO SUDOESTE IBÉRICO

A partir do século IX a.C., com o estabelecimento das primeiras populações fenícias no litoral Ibérico, surgem as primeiras áreas de “encontros coloniais” na região.





Essas áreas possibilitaram o estabelecimento de relações contínuas entre duas comunidades de origens geográficas e históricas distintas. O consumo de bens fenícios pelos nativos ocorreu em conjunto com a transmissão de novas tecnologias e técnicas de trabalho. A Península Ibérica era então habitada por uma grande quantidade de comunidades nativas culturalmente diversas. Essas diferenças incluíam desde tecnologia a estruturas sociais e hábitos cotidianos (AUBET, 1993).

Nesse contexto, a presença fenícia teve um efeito homogeneizador, no sentido de ter desencadeado a transição tecnológica para a Idade do Ferro na região. Consequentemente, todas aquelas comunidades indígenas sofreram transformações internas, tornando-se mais complexas e hierarquizadas.

Esse processo de reestruturação foi intensificado a partir da segunda onda de colonização, durante os séculos VIII e VII a.C. Novos assentamentos fenícios foram então estabelecidos no Sudoeste Ibérico, tendo origem na iniciativa de colonos da área de Cádiz-Málaga e estendendo-se pelo litoral atlântico até o vale do Tejo. A partir desse novo momento, seguiu-se também a transição para uma “colonização integradora” (ARRUDA, 2015).

Essa nova onda colonizadora e integradora foi possível, graças aos esforços conjuntos de fenícios da segunda e terceira gerações de residentes na área de Cádiz e elites indígenas orientalizadas, genericamente denominadas “tartéssias”.

Contudo, é preciso esclarecer sob quais critérios estabelecemos a natureza das relações entre fenícios e nativos como, *de facto*, uma “colonização”. Nesse caso, não se trata de uma premissa fenícia de superioridade moral face ao não-fenício. Aqui, por “colonização” entende-se:

“(…) the presence of one or more groups of foreign people (the colonizers) in a region at some distance of their own place of origin and asymmetrical socio-economic relationships between the colonizing and colonized groups – ‘inequality’ in a single word.” (VAN DOMMELEN, 2012, p.398).

Contudo, ao se apresentar a relação fenícios-nativos como uma “colonização”, surge ainda a possibilidade de se reduzir as interações entre os grupos como uma assimilação passiva e monolítica, o que é falso. Dados arqueológicos comprovam que diferentes comunidades assimilaram diferentes aspectos da cultura fenícia (ARRUDA, 2015). A evidência arqueológica aponta para a existência de estratégias e demandas específicas a serem supridas pela cultura material fenícia.



Por um lado, novos elementos de origem oriental são assimilados pelas comunidades nativas, provocando a integração de povos ibéricos à rede comercial e cultural mediterrânea. Todavia, a cultura fenícia não foi acriticamente assimilada pelos nativos. A presença fenícia na Andaluzia oriental (Espanha) assumiu características distintas daquele fenômeno ocorrido na região atlântica (Portugal).

Portanto, as relações entre fenícios e nativos, ainda que assumam um caráter “colonizador” devem ser entendidas como fenômenos dinâmicos e heterogêneos. Os encontros coloniais incorporavam uma série de experiências mediadoras, incluindo necessidades pragmáticas e alianças por conveniência de uma ou de outra parte.

Naturalmente, a desigualdade, o conflito e a tensão estão presentes em diversos graus e sempre produzem resistência simbólica. Mas ainda assim, a colonização fenícia do Sudoeste não deve ser interpretada sob uma ótica maniqueísta, polarizando as partes como meros dominantes *versus* dominados. Está suficientemente comprovado que a presença fenícia era, *a priori*, negociada e, por fim, consentida (ARRUDA, 1999-2000).

Por fim, mesmo tendo sido conduzida sem o suporte maciço de intervenção militar, a colonização fenícia provocou o colapso de estruturas sociais completas, que, posteriormente deram origem a algo novo. O mero impacto econômico da presença fenícia, com o aumento da população local e crescimento da competição por recursos foi grave a ponto de provocar o colapso e o abandono sistemático dos assentamentos nativos do Bronze no Além Tejo (ARRUDA, 2014), bem como na Extremadura e Andaluzia (ARRUDA, 2015).

## ASSENTAMENTOS FENÍCIOS E “MEDITERRANIZAÇÃO” DO TERRITÓRIO

Os fenícios tendiam a escolher uma tipologia de terreno bastante específica para estabelecerem os seus assentamentos. A topografia dos assentamentos fenícios sempre privilegiava as posições costeiras, sejam pequenas ilhas ou penínsulas próximas à foz de rios navegáveis. Assim, garantia-se fácil acesso às regiões do interior do território.

No território atualmente português, houve dois tipos de assentamentos fenícios no Sudoeste Ibérico (Fig. 1). Algumas colônias foram comprovadamente fundadas “*ex novo*”, como Abul (MAYET – SILVA, 1994) e Santa Olaia (ROCHA, 1908; PEREIRA, 1997).



Outros sítios, de origem nativa, vieram a receber “bairros” fenícios, como Conímbriga (ALARCÃO, 1976), Alcácer do Sal (SILVA et al., 1980-1981), Almaraz (BARROS et al., 1993), Castro Marim (ARRUDA, 1999-2000), Lisboa (ARRUDA, 1999-2000; 2015), Santarém (ARRUDA, 1993; 1999-2000) e Tavira (MAIA, 2000; 2003).



O sul da Península Ibérica e os principais sítios fenícios e/ou orientalizantes do Sudoeste (PAPPA, 2012, p. 7).

Em todos esses locais a língua fenícia também era falada, uma vez que existem indícios de epigrafia em Tavira (ZAMORA LÓPES, AMADASI GUZZO, 2008) e Lisboa (ARRUDA, 2014), inclusive dedicações funerárias mencionando nomes indígenas.

O estuário do Sado apresenta uma presença bem documentada de atividade comercial fenícia. Os assentamentos de Abul, Setubal e Alcácer do Sal são ricos em objetos orientalizantes, incluindo *aegyptiaca* (Fig. 3b) – amuletos egípcios e/ou réplicas egípcizantes produzidas por fenícios e gregos, que inundaram o mundo Mediterrâneo com as expansões marítimas dos dois povos.

A abundância e a antiguidade do material fenício e orientalizante encontrado no estuário indicam que Alcácer do Sal foi uma espécie de “portão” para o estuário e o interior. Isso derruba a teoria defendida pela chamada “Escola de Madrid” (TORRES, 2005; ALMAGRO-GORBEA et al., 2009) em que

a presença fenícia no litoral português se daria em consequência de incursões terrestres de fenícios e tartéssios, do Leste.



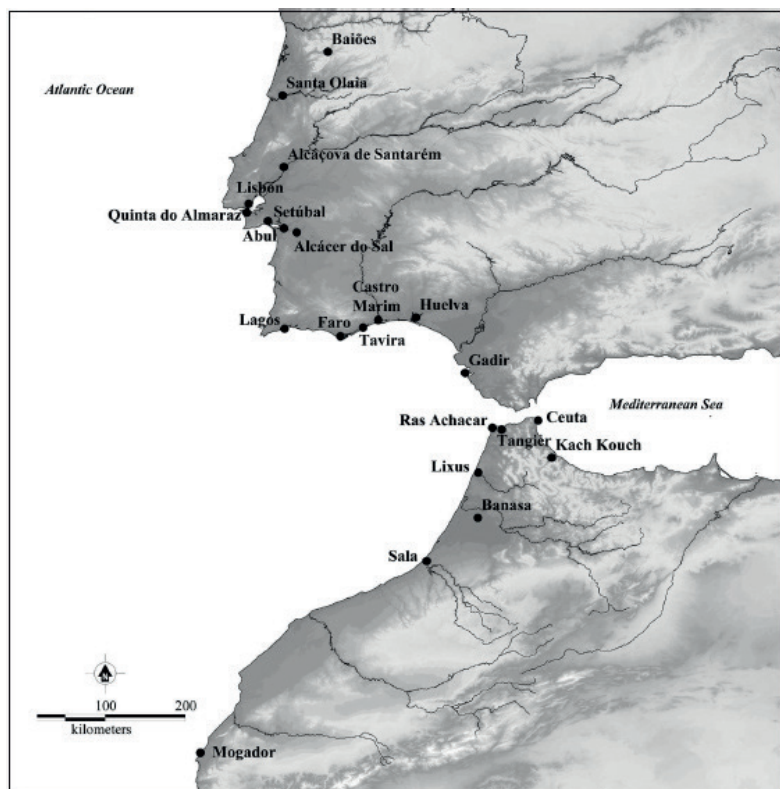
A arqueologia também demonstra como essas regiões do território português abrigam diversas necrópoles com fortes paralelos com as necrópoles fenícias da área de Gibraltar. Alguns estudos recentes apresentam datações C14 para o material obtido em território português (ARRUDA, 2005; BARRO-SOARES, 2004).

Esses estudos oferecem paralelos claros com material fenício das necrópoles andaluzas, especificamente em Toscanos, nível 1 (ALMAGRO-GORBEA, 1970) e Mezquitilla, fase 2 (SCHUBART, 1982; 1983). Outros paralelos possíveis incluem as necrópoles de Acnipo (AGUAYO et al., 1991) e Cerro de la Mora (CASTRO, LLUL e MICÓ, 1994), correspondendo cronologicamente com a segunda geração de contatos entre fenícios e os povos indígenas da *hinterland* de Málaga.

Não há evidência arqueológica que suporte posições pós-coloniais/ pós-modernistas que retratam a colonização fenícia como integradora através da hibridização de comunidades nativas (SANCHÉZ, 2006; MARIN-AGUILERA, 2015).

Autores de inclinação pós-colonial tendem a atribuir demasiado protagonismo aos nativos, que acabam por assumir sozinhos a tarefa de seleção dos elementos culturais estrangeiros que merecem ser assimilados em cada comunidade. O resultado dessa abordagem seria um maniqueísmo reverso, privando os fenícios de qualquer papel na transição para a Idade do Ferro.

A gradual homogeneização das práticas funerárias poderia ser o resultado dessa transição para a Idade do Ferro. Todo o mundo Mediterrâneo, incluindo agora a costa atlântica (Fig. 2) apresentam certa uniformidade, ou, “padronização” dos ritos e práticas funerárias. Os espólios arqueológicos encontrados em tais contextos partilham das mesmas técnicas e estilos decorativos.



O Atlântico e os principais sítios fenícios e/ou orientalizantes (PAPPA, 2012, p. 8).

Por outro lado, as necrópoles pós-orientalizantes da Idade do Ferro (séculos VI – IV a.C.) do interior do Alentejo (Fig. 3a), ainda demonstram casos típicos de resistência simbólica (SANTOS et al., 2009). Uma vez que se trata de espaços dedicados à memória, eles alojam os últimos reminiscências da arquitetura e rituais nativos.

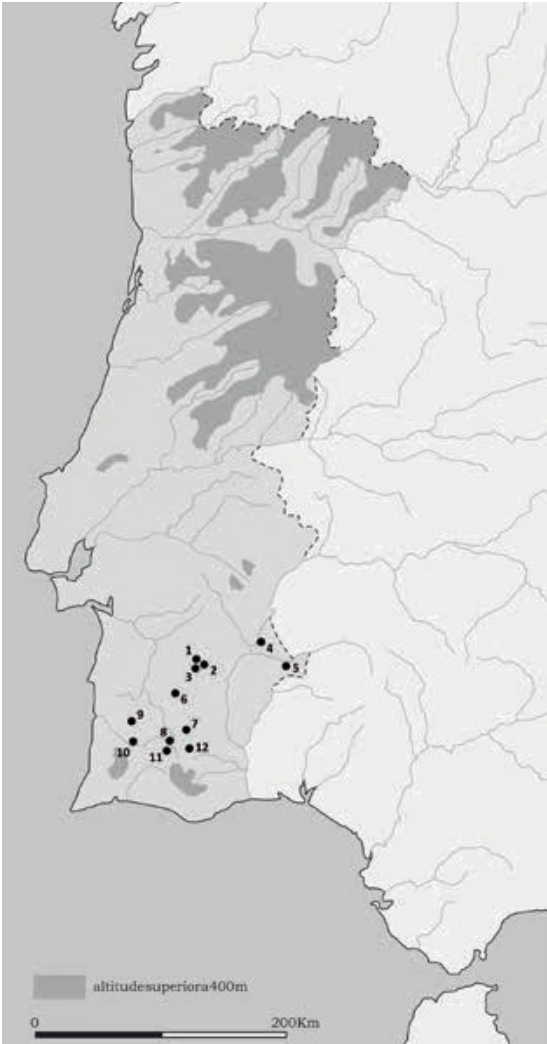
Ironicamente, o enxoval funerário encontrado nessas necrópoles – incluindo amuletos egípcios e/ou egipcizantes, adornos de cornalina e pasta vítrea, recipientes de perfumes em vidro e cerâmica, ânforas e cerâmica grega - revela o emprego de tecnologia e técnicas mediterrâneas (Figs. 3b-e).

Assim, comprova-se que mesmo em sítios de aparente resistência à assimilação são caracterizados pelo consumo diferenciado de produtos exógenos no contexto de suas práticas sociais. Portanto, lugares como esses ilustram o

colapso dos modos de vida antigos e o início de uma subsequente ruptura de identidades.



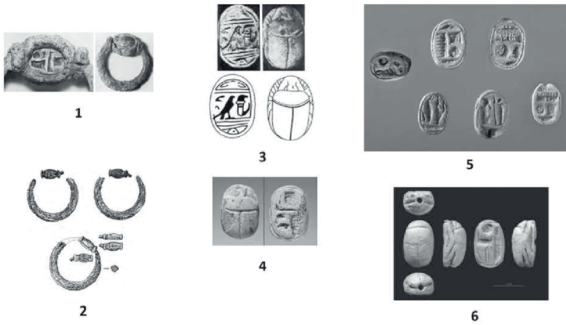
FIGURA 3A



Dossiê

Necrópoles do Baixo Alentejo com material fenício e/ou orientalizante (adaptado de GOMES, 2014, p. 30). Sítios com materiais analisados por Gomes (2014) com localizações aproximadas: 1 – Vinha das Calças; 2 – Palhais; 3 – Carlota; 4 – Azougada; 5 – Cabeço Redondo; 6 – Côte Margarida; 7 – Núcleo de Neves-Corvo (Neves I, Neves II, Corvo I); 8 – Núcleo de Ourique-Aldeia de Palheiros (necrópoles de Fernão Vaz, Mealha Nova, Fonte Santa, Favela Nova e Chada e povoado de Fernão Vaz); 9 – Pardieiro; 10 – Nora Velha; 11 – Herdade do Pêgo; 12 – Monte Beirão.

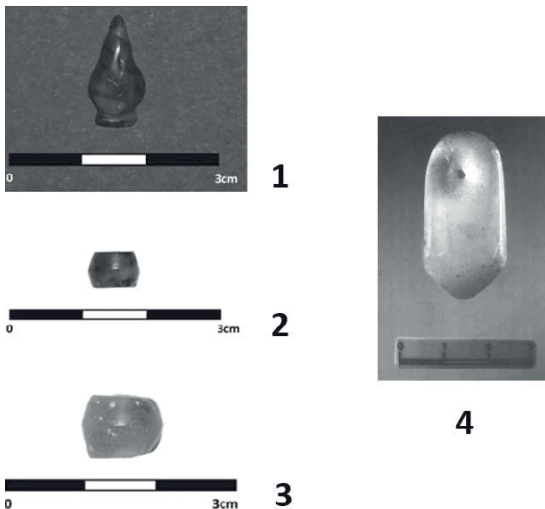
FIGURA 3B



Alguns selos e amuletos de escaravelhos egípcios e egipcizantes encontrados. Amuletos (escaravelhos/escarabóides) de tipo egípcio: 1-Mealha Nova; 2-Favela Nova; 3-Fonte Santa; 4-Côrte Margarida; 5-Vinha das Caliças 4; 6-Palhais. Adaptado de Gomes (2014, p. 31).

Os amuletos egípcios tendem a ser portados por mulheres e crianças. O seu emprego geralmente está associado à proteção de mães e filhos. Entretanto, homens poderiam ainda utilizá-los como selos pessoais. Escaravelhos eram um elemento interessante para o comércio de bens de luxo, uma vez que eram valiosos, pequenos, leves e fáceis de transportar.

FIGURA 3C

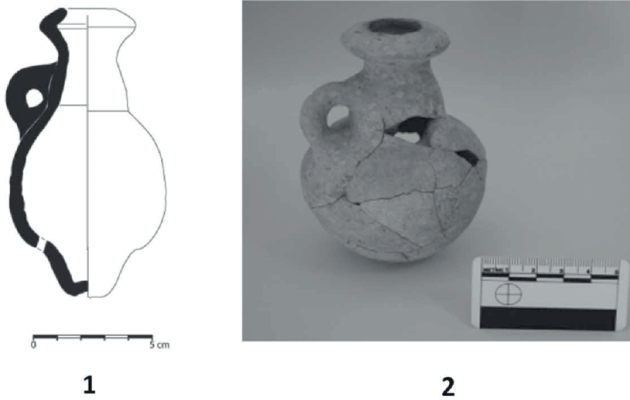


Algumas peças de cornalina: 1 a 3 – Vinha das Caliças 4; 4 – Pardieiro. Adaptado de Gomes (2014, p. 32).

Uma estratégia comercial fenícia típica era criar a demanda por bens de luxo, junto a elites locais. Em seguida eles atendiam a essa demanda em troca dos bens que lhes interessavam comercialmente (AUBET, 2001).



**FIGURA 3D**

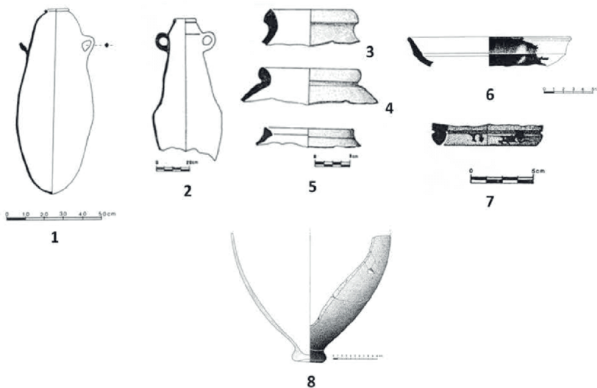


Unguentário/alabastro de pasta vítrea: 1-Palhais; 2-Carlota. Adaptado de Gomes (2014, p. 34).

A presença de cosméticos insere-se nesse contexto de importações de luxo. Contudo, os unguentários em contexto funerário implicam em uma necessidade de cosméticos também do além.

*Dossiê*

**FIGURA 3E**



Material anifórico e cerâmicas. Ânforas: 1-Neves I; 2 a 5-Neves II. Cerâmica Ática: 6-Neves I; 7-Neves II. Ânfora Grega: 8-Monte Beirão. Adaptado de Gomes (2014, p. 37).



Material cerâmico variado demonstra que importações provenientes do Mundo Grego e de assentamentos fenícios do Sul da Península Ibérica (Neves I – II). A presença dessas importações aponta para a existência de uma rota ibérica de redistribuição de bens provenientes do Mediterrâneo Oriental. Os portos fenícios do Sul ibérico atuavam como centros de redistribuição regional para o interior do território em parceria com as elites nativas, que controlavam os acessos aos seus respectivos territórios.

## INTERAÇÕES CULTURAIS E A RUPTURA DE IDENTIDADES ÉTNICAS

A corrente pós-freudiana de autores define “identidade” como o resultado de assimilações inconscientes de um universo simbólico já pré-estabelecido. Esse universo simbólico inclui a língua, a estrutura social, rituais religiosos, tradições, tabus, etc. Um grupo que partilhe do mesmo universo simbólico é então considerado um grupo étnico (BARTH, 1969).

As diferenças étnicas canalizavam a vida social no Sudoeste Ibérico da Idade do Bronze. A identidade étnica emoldurava uma complexa rede de comportamentos ancestrais e relações sociais baseadas no respeito às tradições dos antepassados. Assim, o presente era compreendido como uma repetição do passado e o sentido do universo simbólico era sustentado pela ideia de imutabilidade do passado e do presente.

Nesse tipo de comunidade, para que um indivíduo seja reconhecido como parte do grupo étnico, este deveria partilhar dos mesmos critérios norteadores das suas relações, ou seja, as mesmas tradições ancestrais. Logo, independentemente de existirem divergências regionais, aquelas comunidades viam-se unanimemente como continuadores e perpetuadores do passado.

Uma vez que a etnicidade se define de acordo com características culturais, o discurso da identidade pressupõe que os bens simbólicos são naturalmente estabelecidos. Essa certeza da naturalidade do mundo está constantemente sob pressão oriunda da percepção do elemento externo, ou seja, da “alteridade”. O “outro” é o elemento que traz riscos de subversão da ordem proposta pela identidade (DERRIDA, 1981).

Por isso, a estabilidade das relações entre indígenas e fenícios pressupõe o desenvolvimento de mecanismos sociais capazes de coordenar as situações de contato. Tal mecanismo estabeleceria condições para as situações sociais e permitiriam que certos setores das sociedades nativas privassem de maior articulação com os estrangeiros, como por exemplo, artífices e elites locais.





As comunidades nativas, dado serem heterogêneas, institucionalizavam diferentes comportamentos diante de novas oportunidades. As identidades são fluidas e estão constantemente em movimento no tempo (em relação aos ancestrais) e no espaço (em relação aos vizinhos e natureza). Desse modo, novas identidades tendem a ser propostas de modo a conciliarem inovações para que a relação com o “outro” mantenha-se válida.

Quando as interações entre fenícios e nativos alcança uma intensidade maior, provocando o surgimento de “bairros” fenícios, é de se esperar um movimento no sentido de diluição e redução da percepção das diferenças entre os dois grupos.

Devemos ter em consideração que o colonizador fenício desempenhou um papel crucial no processo de construção de novos modelos sociais, criados pela dinâmica imprevisível das interações sociais.

Por sua vez, os dados arqueológicos apontam que a adoção de um “pacote de cultura oriental” pelas comunidades nativas ocorria de modos diversos, o que expõe as assimetrias regionais das sociedades indígenas em contato com os fenícios (ARRUDA, 2015). Tanto colonos como indígenas contribuíram ativamente para o processo de transformação cultural que decorreu dos contatos.

Realmente, a partir do século VI a.C. todo o território sul de Portugal já estava profundamente orientalizado (ARRUDA, 2005). A colonização provocou a desintegração dos sistemas sociais nativos, que por sua vez, foi reformulada com a incorporação de diferentes aspectos da cultura fenícia pelas sociedades nativas. Uma vez que os nativos permaneciam ligados às suas terras ancestrais, as raízes de suas identidades permaneciam estáveis (SAID, 1990).

Caberia então às elites nativas a restauração da “normalidade” simbólica de suas comunidades a fim de manterem a coesão social e o seu *status quo* nessa nova sociedade em formação. Uma vez que o conceito de passado estava intrinsecamente associado ao da posse da terra dos seus ancestrais, os seus valores mais essenciais permaneceram a salvo do alcance das inovações orientalizantes sofridas pela arquitetura e ritos funerários.

Em suma, houve algum zelo para impedir que as inovações orientalizantes criassem contradições graves na estrutura social. Assim, as sociedades nativas tinham ainda a capacidade de produzirem discursos de identidade enquanto continuidade linear dos seus ancestrais, a despeito das transformações sociais em curso (HOBSBAWN, 1983).



Algumas comunidades nativas assimilaram as novas tecnologias e elementos culturais disponibilizadas pelos contatos comerciais com a população estrangeira. Outras comunidades mantiveram-se à parte e por razões diversas, os seus assentamentos ancestrais do Bronze Final foram todos abandonados (ARRUDA, 1990-2000; 2005; 2014).

O desaparecimento dos modelos culturais pré-existentes naquelas comunidades da Idade do Bronze ocorreu em apenas um século e meio. Essa drástica transformação da geografia humana local demonstra com clareza como a colonização cria desequilíbrios no quesito de recursos disponíveis e das tensões sociais. Mas cabe ressaltar que não se trata de uma colonização armada, produto de campanhas militares. Neste estudo de caso comprova-se uma dominação de caráter colonial a partir de coerção econômica e dependência tecnológica, não como um processo de controle ideológico (VAN DOMMELEN, 2012).

Assim, as transformações sofridas pelas sociedades ibéricas no contexto da sua transição para a Idade do Ferro não são, necessariamente, um produto de uma agenda deliberada de “fenicização” do nativo. Trata-se de um fenômeno produzido espontaneamente, pela dinâmica imprevisível das relações sociais cotidianas (SAHLINS, 1985).

Nossa abordagem do tema propõe que esse processo de reformulação de identidades é norteado pela necessidade de preservação da ideia de “normalidade” que mantém a coesão social de cada grupo. Essa normalidade, para ser preservada, depende da manipulação da “memória cultural” dessas sociedades. Por “memória cultural” entende-se que o processo de lembrança e esquecimento são, em última instância, decisões tomadas inconscientemente pelo grupo como um todo. Portanto, a chave para se compreender as dinâmicas desse conceito reside no estudo do seu processo de socialização (HALBWACHS, 1925). O que importa nesse processo é a ideia de continuidade; e não alguma dimensão de “factualidade histórica”.

A ideia de continuidade gera a noção de que se vive um período pacífico. Logo, possíveis forças disruptoras da teia de significação simbólica são sempre reconhecidas como ameaçadoras e caóticas.

Por isso, a adoção de costumes orientalizantes ou “mediterraneizadores” tem que ser naturalizada dentro das práticas mantenedoras da ordem social, para que assim a sua contraditoriedade não ameace o equilíbrio social e o *status quo* (HOBSBAWN, 1983). Desse modo, a reprodução de discursos de



identidades visa a preservação das identidades a despeito de fenômenos que provoquem a sua descaracterização.

As sociedades ditas mediterraneizadas que emergiram da transição para a Idade do Ferro eram mais hierarquizadas. A adoção de inovações tecnológicas e novas técnicas de artesanato pelos nativos podiam ser defendidas pelas suas elites como medidas necessárias para tornarem as suas comunidades mais competitivas contra rivalidades ou inimigos, por exemplo.

Assim, a idealização do passado e a sua ligação com o presente mantêm-se inabaladas, uma vez que as comunidades ainda se legitimam como protetoras das terras e tradições ancestrais.

Por sua vez, com os colonos fenícios enquadram-se na definição de “translation identity” (ROBINS, 1991). Eles se reconhecem eternamente como um grupo disperso de sua pátria original. Logo, os fenícios percebem que precisam negociar com diferentes culturas e lugares onde construíram os seus assentamentos.

Não há aqui um sentimento ou um discurso de superioridade moral sobre o “outro” (em comparação com o caso grego). Mesmo assim, são ciosos de suas tradições e cultura e cuidam para que, durante o processo de assimilação, não percam completamente as suas próprias identidades.

O presente projeto não pode oferecer uma conclusão definitiva para o problema, que ainda está em pleno debate acadêmico. Contudo, os avanços recentes nos estudos sobre os contatos entre fenícios e não-fenícios em território atualmente português são muito promissores.

A criação de um banco de dados para os *aegyptiaca* do Sudoeste Ibérico insere-se nesse esforço de modo a colaborar com a caracterização do receptor desses artefatos.

## BIBLIOGRAFIA

AGUAYO, Pedro, *et al.*. Excavaciones arqueológicas en el yacimiento de Ronda la Vieja (Acinipo), Campaña de 1988. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Cádiz, vol. II, 1991, p. 309-314.

ALARCÃO, Jorge. Céramiques préromaines. In: ALARCÃO, Jorge *et al.* (eds.), *Fouilles de Conimbriga VI*, Bocard: Paris, 1976, p. 3-17.

ALMAGRO-GORBEA, Martín, *et al.* *La Necrópolis de Medellín III*, Real Academia de La História: Madrid, 2009.



ALMAGRO-GORBEA, Martin. Las fechas del C-14 para la Prehistoria y la Arqueología peninsular. In: **Trabajos de Prehistoria**, 29, CSIC: Madrid, 1970, p. 228-242.

ARRUDA, Ana Margarida. Intercultural Contacts in the Far West at the Beginning of the 1<sup>st</sup> Millenium BC. In: BABBI, Andrea, *et al.* (eds). **The Mediterranean Mirror: cultural contacts in the Mediterranean Sea between 1200 and 750 BC**. Mainz: RGZM, 20, 2015, p. 269-283.

ARRUDA, Ana Margarida. A Oeste Tudo de Novo: novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In: **VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos**. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ): Lisboa, 2014, p. 512-535.

ARRUDA, Ana Margarida. Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologías. In: CELESTINO, Sebastián *et al.* (eds). **El Periodo Orientalizante (Anejos de Archivo Español de Arqueología 35)**, CSIC: Madrid, 2005, p. 277-303.

ARRUDA, Ana Margarida. Los fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (VIII-VI a.C). **Cadernos de Arqueologia Mediterranea 5-6**, Publicaciones del Laboratório de Arqueologia Universidad Pompeu Fabra: Barcelona, 1999-2000.

ARRUDA, Ana Margarida. A ocupação de Idade do Ferro da Alcáçova de Santa-rém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In: TAVARES, António (ed.). **Os Fenícios no Território Português (Estudos Orientais 4)**. Revista Portuguesa de Arqueologia: Lisboa, 1993, p. 193-214.

AUBET, Maria Eugénia. **The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARROS, Luis, *et al.* Fenícios na margem Sul do Tejo. TAVARES, António (ed). Os Fenícios no Território Português (Estudos Orientais 4). **Revista Portuguesa de Arqueologia**: Lisboa, 1993, p. 143-181.

BARROS, Luis, SOARES António Manuel. Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz. In: **O Arqueólogo Português**, Lisboa, vol. 4, n. 22, 2004, p. 333-352.

BARTH, Fredrik. Pathan Identity and its Maintenance. In: BARTH, Fredrik. (ed). **Ethnic Groups and Boundaries**. The Little, Brown and Company: Boston, 1969, p. 113-134.

CATALÁN, Manuel Pellicer. De Laurita a Tavira: una perspectiva sobre el mundo funerário fenício en Occidente. In: **El Mundo Funerário: Actas del III Seminário Internacional sobre temas fenícios**. Diputación Provincial de Alicante: Alicante, 2004, p. 13-42.

CASTRO, Pedro, LLUL, Vicente, MICÓ, Rafael. **Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800 – 900 cal. ANE)**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. London: Routledge, 1981.

GOMES, Francisco. Importações Mediterrâneas em Contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (Séculos VI – IV A.N.E.). **Revista Onoba**: Huelva, n.2, 2014, p. 27-44.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Memoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.



HOBSBAWN, Eric., RANGER, Terence (eds). **The Invention of Tradition**. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

MAIA, Maria. Fenícios em Tavira. In: **Tavira: território e poder**. Museu Nacional de Arqueologia: Lisboa, 2003, p. 57-72.

MAIA, Maria. Tavira fenícia: o território a Ocidente do Guadiana, no início do I milénio a.C. In: PRATS, Alfredo Gonzales (ed). **Fenícios y territorio: actas del II Seminario Internacional sobre temas fenicios (Gardamar del Segura 1999)**. Diputación Provincial de Alicante: Alicante, 2000, p. 121-150.

MARIN-AGUILERA, Beatriz. Borderlands of in the Making: Deterritorialisation in South Iberia (9<sup>th</sup>-6<sup>th</sup> centuries BC). **Complutum**: Madrid, vol 26, (1), 2015, p. 189-203.

MAYET, Françoise, SILVA, Carlos Tavares. L'établissement phénicien d'Abul, Portugal. In: **Comptes-rendus des séances de l'année - Académie des inscriptions et belles-lettres**. Académie des inscriptions et belles-lettres: Paris, 1994, p. 171-188.

PAPPA, Eleftheria. Retracting the divisions? Fresh perspectives on Phoenician settlement in Iberia from Tavira, Portugal. In: **Tijdschrift voor Mediterrane Archeologie**: Groningen, 47, 2012, p. 7-13.

PEREIRA, Isabel. Santa Olaia e le commerce atlantique. In: ETIENNE, Robert., MAYET, Françoise (eds). **Itinéraires Lusitaniennes**. Boccard: Paris, 1997, p. 209-253.

ROBINS, Kevin. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER, John, HARVEY, Sylvia. (eds). **Enterprise and Heritage: crosscurrents of National culture**. Taylor & Francis: London, 1991, p. 21-43.

ROCHA, António dos Santos. Memórias e Explorações Arqueológicas II: estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. **Portugália**: Coimbra, vol. 2, 1908, p. 302-356.

SAHLINS, Marshall. **Islands of History**. Chicago, University of Chicago Press, 1985.

SAID, Edward. Narrative and Geography. **New Left Review**: London, 180, March-April, 1990, p. 81-100.

SANCHÉZ, Jaime Vives-Ferrandiz. Negociando Encuentros – Situaciones coloniales e intercambios en la costa oriental de la península ibérica (siglos VIII – VI a.C.). **Cadernos de Arqueología Mediterránea**: Barcelona, vol. 12, 2006.

SANTOS, Filipe, *et al*. A necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados preliminares de uma intervenção de emergência. **Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Huelva**. Universidad de Huelva: Huelva, 2009, p. 746-804.

SCHUBART, Hermanfrid. Morro de Mezquitilla, Vorbericht über die Grabungskampagne 1981 auf dem Siedlungshuegel an der Algarrobo-Mundung (II). **Madri-der Mitteilungen**: Mainz, 24, 1983, p. 104-131.

SCHUBART, Hermanfrid. Morro de Mezquitilla, Vorbericht über die Grabungskampagne 1981 auf dem Siedlungshuegel an der Algarrobo-Mundung (I). **Madri-der Mitteilungen**: Mainz, 23, 1982, p. 33-45.



SILVA, Carlos Tavares, *et al.* Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). **Setúbal Arqueológica**: Setúbal, vol. 6-7, 1980, 1981, p. 149-218.

TORRES ORTIZ, Mariano. Una Colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro? In: **Revista Portuguesa de Arqueologia, Lisboa**, 8 (2), 2005, p. 193-214.

VAN DOMMELEN, Peter. Colonialism and Migration in the ancient Mediterranean. **Annual Reviews of Anthropology**: Palo Alto, 41, 2012, p. 393-409.

ZAMORA LÓPES, José Ángel.; AMADASI GUZZO, Maria Giulia. Un ostracón fenicio de Tavira (Portugal). **Vicino Oriente**: Roma, vol 14, 2008, p. 231-240.

# HÉRAKLES/MELQART: A FACE GREGA DE UMA DIVINDADE FENÍCIA<sup>1</sup>



169

Rodrigo Araújo de Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Enquanto um dos cultos mais prestigiados na Antiguidade, a veneração grega e romana ao deus Héracles se estabeleceu sobre uma antiga liturgia fenícia dedicada ao deus Melqart. Com o suporte da epigrafia, da documentação textual e da cultura material arqueológica é possível estabelecer as diferenças e as proximidades dessas duas divindades. Nesse artigo apresentaremos algumas das principais teorias sobre a origem do culto desse ancestral divinizado até a sua identificação com o herói grego via *interpretatio graeca*, essa que culminou na identificação do Extremo Ocidente do Mediterrâneo enquanto as *Colunas de Héracles/Melqart*.

**Palavras-chave:** Melqart, Héracles, origem, liturgia, culto, Arqueologia, Epigrafia, Fontes Primárias.

**Abstract:** Whilst one of the most prestigious cults in Antiquity, the Greek and Roman worship to the god Herakles settle down on an ancient Phoenician liturgy dedicated to the god Melqart. With the support of epigraphy, textual documentation and archaeological material culture, it is possible to establish the differences and the proximities of these two deities. In this article we will present some of the main theories on the origin of the divinized ancestral until its identification as the Greek hero via *interpretatio graeca*, which culminated in the identification of the Far West of the Mediterranean as the famous *Herakles/Melqart Pillars*.

**Keywords:** Melqart, Herakles, origin, liturgy, cult, Archaeology, Epigraphy, Primary Sources.

**Resumen:** Como uno de los cultos más prestigiosos de la Antigüedad, la veneración griega y romana del dios Heracles se estableció sobre una antigua liturgia fenicia dedicada al dios Melqart. Con el apoyo de la epigrafía, la documentación textual y del material arqueológico, es posible establecer las diferencias y la proximidad de estas dos deidades. En este artículo presentaremos algunas de las principales teorías sobre el origen de la adoración de este ancestro deificado hasta su identificación con el héroe griego a través de *interpretatio graeca*, que culminó en la identificación del Extremo Occidente del Mediterráneo Oriental como las columnas de *Heracles/Melqart*.

**Palabras clave:** Melqart, Heracles, origen, liturgia, adoración, Arqueología, Epigrafía, Fuentes Primarias.

Dossiê

1 Esse artigo foi desenvolvido a partir de nossa Dissertação de Mestrado intitulada *As Colunas de Héracles/Melqart no Final da Idade do Bronze: o uso do SIG na compreensão a expansão fenícia em território tartésico a partir de Gádir (séculos IX ao VI a.C.)* sob a orientação da Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Maria Cristina Nicolau Kormikiari (MAE-USP). O presente artigo tem, tanto uma parte íntegra recolhida do subcapítulo 3.3.1 no Capítulo 4 da dissertação, bem como um debate atualizado sobre a questão a qual discutimos.

2 Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo sob a orientação da Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Maria Cristina Nicolau Kormikiari (MAE-USP) e a coorientação do Prof. Dr. Romero Tori (POLI-USP), bolsista FAPESP processo 2018/08593-4. Membro do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA). Para consultar demais publicações do autor: <https://usp-br.academia.edu/RodrigoAraujoLima>. E-mail: [rodrigo.araujo.lima@usp.br](mailto:rodrigo.araujo.lima@usp.br).



Deus solar, agricultor, navegante e colonizador. O deus do morrer e do renascer por excelência. Sendo uma das faces de Baal, reina tanto no espaço celeste quanto no espaço terrestre. Em sua *égersis*<sup>3</sup> (em grego: ἔγερσις) – a ressurreição –, a divindade se põe e renasce pela graça de Astarte no infindável ciclo dos astros. Sua deidade irradia na órbita do firmamento, fazendo de Melqart, o verdadeiro *rei da cidade*.

Melqart é uma divindade razoavelmente nova no panteão tírio, não aparecendo nos textos de Ras Shamra e sendo comentado pela primeira vez no século X-IX a.C. em aramaico em uma estela do século IX a.C, encontrada no norte de Aleppo (KAI 201 apud RIBICHINI, 1999, p. 563; NEVILLE, 2007, p. 86). Sergio Ribichini (1999) afirma que na inscrição dedicada a Bir Hadad, rei de Aram, na atual Síria, a divindade recebe inicialmente a alcunha de *deus guerreiro*.

Por outro lado, conhecemos muito mais o deus tírio, tal como aponta Elena Moreno Pulido (2009, p. 1) como uma divindade essencialmente ligada à vegetação e à fertilidade. A autora pondera que Melqart poderia ser uma assimilação de deuses ancestrais como Yam ou Baal. De acordo com seus atributos frutíferos e passionais, comuns nas divindades orientais, o deus ressuscitaria a cada primavera e morria a cada inverno. Ainda segundo a autora, na Sírio-Palestina Melqart acumulou junto aos atributos agrários, características marinhas, colonizadoras e civilizadoras, essas que convergiram em seu título como deus do comércio, dos navegantes e da navegação ultramarina (MORENO PULIDO, 2009, p. 1).

## MELQART, BAAL DE TIRO (MLQRT B'L SR)

Melqart (MLQRT) se traduz como *rei da cidade* sendo o prefixo (MLK) o título de *rei* e sufixo (QRT), *cidade*. Possivelmente pode ter sido vocalizado enquanto / *miqi* / ou / *melq* / (Rei) e / *qart* / (Cidade). Para Ann Neville (2007) seu nome faz com que se pense que a palavra QRT remeta diretamente à cidade de Tiro, em estreita relação com a dinastia governante, sendo representado enquanto arquétipo do rei de Tiro, responsável pelo bem-estar e proteção de seus súditos (NEVILLE, 2007, p. 86) No entanto, em vista

3 Utilizaremos em todo o texto a proposta de Anna Lia do Amaral Almeida Prado (2006) na transliteração dos termos em língua grega, sendo uma metodologia também aplicada no Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga.





de suas características ctônicas, o termo *cidade* também pode ser interpretado como o mundo dos mortos, segundo as tradições mesopotâmicas (RIBICHINI, 1999b, p. 563).

Mesmo sendo uma das mais jovens divindades do panteão fenício, as origens de Melqart são antigas, remontando ao 2º e 3º milênios. Os MLQ que governaram a Siro-Palestina teriam sido divinizados após suas respectivas mortes e colocados enquanto ancestrais dos monarcas reinantes. Os arquivos de Ugarit se referem a esses reis mortos enquanto / *rephaim* /, ancestrais que tinham um status privilegiados entre os mortos, sendo invocados pelos reis vigentes para retornarem à sua cidade e proverem a fertilidade da terra e a cura dos doentes (NEVILLE, 2007, p. 86).

No século X a.C., o rei Hiram I de Tiro instaura a grande festividade da égersis em homenagem a Melqart em comemoração à morte, ressurreição e o seu despertar, dessa divindade de origens humanas divinizada pelos tírios se tornando um deus completo (NEVILLE, 2007, p. 86). Segundo Kormikiari, (2017, p.115) Heródoto (II, 44) é uma importante fonte acerca do culto de Melqart. De acordo com seu relato, os tírios prestavam homenagem à divindade como se ela fosse um herói que teria sido um mortal. A autora prossegue relembrando que Menandro de Éfeso, esse que por sua vez é citado por Flávio Josefo (*Antiguidade Judaica.*, VIII, 146) narra a destruição de vários templos em Tiro, por parte do rei Hiram, contemporâneo a Salomão, para que novos locais de culto fossem dedicados à honra a Hércules (i.e. Melqart?) e Astarte. O rei Hiram teria sido o primeiro a celebrar a égersis de Hércules no mês perítios (i.e. fevereiro-março).

Segundo Corinne Bonnet (1988, p. 37) o festim ocorria entre dezesseis de fevereiro e dezessete de março e não seria o único que aconteceria em homenagem ao deus, Ribichini (1999, p. 565) afirma que em Tiro haveriam jogos ginásticos celebrados a cada cinco anos em honras a Melqart.

No Extremo Ocidente, ambiente também tocado pelos navegantes semíticos é provável que os tírios, juntamente no ato de fundação de Gádir, atual Cádiz – arqueologicamente atestada como sendo, até o presente momento, uma fundação do século IX a.C. – também delimitaram uma área para a construção de um templo dedicado ao deus. Possivelmente localizado na ilha da atual Sancti Petri, ao sul do antigo arquipélago das ilhas Gadeiras, esse templo estaria associado com os outros demais lugares de culto que existiram em Gádir, como o de Baal, supostamente localizado na ilha de Cotinussa, e o de Astarte, identificada enquanto Afrodite pelos gregos também supostamente localizado na ilha de Eritéia. Podemos refletir sobre a possibilidade de o

templo estar estritamente relacionado a um ritual, conhecido como égersis que aconteceria duas vezes por ano (LIMA, 2018).



O templo provavelmente possuísse visão dos navegantes que chegavam à Baía de Cádiz, mas que, no entanto, teria pouca visão das terras do interior da Península Ibérica, se fazendo portanto um marco referencial para aqueles que se aproximavam de Gádir (LIMA, 2018).

Em oposição à Bonnet (1988, p. 37) María Eugenia Aubet (2001, p. 154) afirma que o culto aconteceria na primavera, logo após o fim da temporada de chuvas, assim é possível considerar a divindade como tendo tanto atributos solares como agrícolas. José Luis Escacena Carrasco (2009, p. 112) aponta a égersis como sendo celebrada em algum momento entre fevereiro e março. No entanto, o próprio autor reconhece que há divergências referentes a quantas vezes a mesma era realizada e quais eram suas datas, essas que poderiam variar ao longo do ano, transferindo o culto para os meses de junho ou dezembro (ESCACENA CARRASCO, 2009, p. 112).

De acordo com Alfredo Mederos Martín (2015, p. 194) o culto duraria três dias e a entrada de estrangeiros na cidade estaria proibida tal como relata o geógrafo e historiador Pausânias em sua obra *Descrição da Grécia*, escrita em meados do século II d.C., (10, 4.6):

Κλέων δὲ ἀνὴρ Μάγνης, οἱ τῶ Ἑρμῶ προσοικοῦσιν, ἔφρασκεν ἐς τὰ παράδοξα ἀπίστους εἶναι τῶν ἀνθρώπων οἷς ἂν μὴ παρὰ τὸν αὐτῶν γένηται βίον θεάμασιν ἐπιτυχεῖν λόγου μείζουσιν: αὐτὸς δὲ καὶ Τιτυὸν καὶ ἄλλους ἔφη πείθεσθαι γεγονέναι κατὰ τὴν φήμην: τυχεῖν γὰρ δὴ ὦν ἐν Γαδείροις, καὶ ἐκπλεῦσαι μὲν αὐτὸς τε καὶ τὸν ἄλλον πάντα ὄχλον ἐκ τῆς νήσου κατὰ τὸ Ἡρακλέους πρόσταγμα, ὡς δὲ αὐθις ἐπανήκειν ἐς τὰ Γάδαιρα, ἄνδρα εὐρεῖν θαλάσσιον ἐκπεπτωκότα ἐς τὴν γῆν: τοῦτον πλέθρα μὲν πέντε μάλιστα ἐπέγειν, κεραυνωθέντα δὲ ὑπὸ τοῦ θεοῦ καίεσθαι. (Versão de SPIRO, 1903)

Cleon of Magnesia on the Hermus used to say that those men were incredulous of wonders who in the course of their own lives had not met yet greater marvels. He declared that Tityos and other monsters had been as tradition says they were. He happened, he said, to be at Cadiz, and he, with the rest of the crowd, sailed forth from the island in accordance with the command of Heracles;<sup>1</sup> on their return to Cadiz they found cast ashore a man of the sea, who was about five roods in size, and burning away, because heaven had blasted him with a thunderbolt (Tradução de JONES, LITT e ORMEROD, 1918).

Cleón da Magnésia, sobre os Hermos costumava dizer que aqueles homens eram incrédulos das maravilhas que encontravam ao longo



de suas vidas. Ele declarava que Tício e outros monstros tinham sido como tal as tradições os narravam. Em um acaso esteve nas ilhas Gadeiras e ele com o resto de sua tripulação teria partido da ilha sob o comando de Hércules (i.e. os habitantes teriam fechado a cidade para estrangeiros para a realização do culto da égersis), em seu retorno para a cidade, eles encontraram um homem nas praias, este que teria ao menos cinco pléthra de tamanho e queimava longe porque os céus lançaram um raio sobre o tal (Tradução nossa da versão inglesa, 2019).

Tal como acontece no relato, a liturgia consistiria na imolação do deus em meio a um ritual final de sua cremação, tendo como intenção o seu renascimento e imortalização pela virtude do fogo (AUBET, 2001, p. 153-154). Para Bonnet (1988, p. 79) haveria, no primeiro dia, uma sucessão de eventos rituais onde o deus era queimado em uma pira. Ao lado dessa, haveria um altar onde se realizavam oferendas animais e vegetais. No segundo dia o deus era enterrado na presença de seus sacerdotes, do rei e de um personagem feminino, possivelmente uma sacerdotisa, que usaria chifres e um cetro representando Astarte, a deusa par de Melqart. No amanhecer do terceiro dia o deus ressuscitaria com dois pássaros em suas mãos.

No entanto, para Mederos Martín (2015, p. 194) na primeira noite da liturgia as mulheres realizavam as celebrações, realizando vigílias, lamentações e banquetes fúnebres. No segundo dia, as fenícias seguiam em procissão em direção ao mar levando a imagem do deus morto em madeira até a costa e lá o incendiavam. No terceiro dia ocorria a ressurreição do deus.

Pelas divergências existentes entre os autores modernos sobre como eram realizadas as celebrações, tudo leva a crer que poderiam existir diferentes liturgias entre Tiro, Gádir e possivelmente nas demais fundações fenícias. No entanto é perceptível a existência de um arquétipo litúrgico da celebração, tal como a constituição de três dias de eventos, em um, ou dois, períodos do ano. A mudança de estação também parece-nos ser um dos cânones dessa cerimônia, sendo a primavera a mais recorrente. Possuindo também aspectos cômicos, o ato de imolação pública da imagem do deus para os fiéis representaria o início de um período fértil, onde a terra estaria no ápice de sua fecundidade.

Em Tiro, no interior da celebração aconteceria o *hieros gamos* (em grego: *ιερός γάμος*) momento em que o monarca participava das festas e unia-se à uma sacerdotisa de Astarte ou à própria rainha, interpretando a união entre Melqart e Astarte (AUBET, 2001, p. 154). Mederos Martín afirma que a união acontecia durante a morte do deus (2015, p. 194). Haveria também nessa celebração um indivíduo encarregado por realizar a ressurreição da divindade.

Conhecido como MQM'LM, esse sacerdote era o principal responsável pela liturgia da égersis de Melqart. Seria, segundo Escacena Carrasco (2009, p. 111), o conhecedor máximo do ciclo do Sol. Provavelmente se trataria de um astrônomo encarregado de anunciar aos sacerdotes a morte do deus, tendo como base a contagem dos dias e a leitura das estrelas. Da égersis há/houve apenas um vaso de mármore, de Sídon (fig. 1), datado do século IV a.C. que narra as práticas da celebração, lamentavelmente perdido durante a Segunda Guerra.

Escacena Carrasco aponta o personagem principal desse vaso como sendo Baal, no entanto essa divindade poderia designar Melqart, uma vez que ambas possuem qualidades solares e muitas vezes se confundem pela alcunha B'L (2009, p. 110). As inscrições do Vaso de Sídon dão conta de assegurar a vinculação de Melqart com o fogo pelo epíteto B'L KR. Segundo Elena Moreno Pulido (2011), como elemento ambivalente o fogo favorece tanto a vida como a morte. O corpo decadente de Melqart seria então imolado pelas chamas para a renovação de suas energias criacionais tal qual é feita a queima (queimada) dos campos para seu retorno mais fértil (MORENO PULIDO, 2011, p. 106).

O Vaso de Sídon desapareceu do Museu de Berlim durante a Segunda Guerra Mundial, o que impossibilita sua pesquisa em busca de uma melhor compreensão das práticas litúrgicas da égersis. Afortunadamente foram realizadas fotografias das faces do vaso que representam diferentes momentos da celebração.



Fig. 1 – Vaso de Sídon. Cores invertidas para facilitar a visualização da decoração (ESCACENA CARRASCO, 2009, p. 108). Editado por Rodrigo de Lima, 2019.



A partir dos apontamentos anteriores, consideramos o templo de Melqart, estritamente vinculado com o santuário de Astarte. Dessa maneira, pensamos na possível coexistência de ambos desde os momentos iniciais da fundação de cidades fenícias como no caso de Gádir (MEDEROS MARTÍN, 2015, p. 194).

No século VII a.C., o deus aparece como *Milqartu*, sendo junto a Eshmun, mediador de um acordo entre o rei de Tiro, Baal, e o rei da Assíria, Assaradão. Caso o tratado fosse descumprido, as duas divindades puniriam o transgressor, destruindo suas terras e escravizando seus povos. O desobediente ainda seria privado de alimentação, roupa e azeite (SAA 2, 5 IV: 14; ANET, 534 apud RIBICHINI, 1999, p. 563). Em uma outra inscrição do século IX a.C., o deus é atestado como *Melqart Senhor de Šūr<sup>4</sup>* (MLKRT BSR) (BORDREUIL 1990, p. 19 apud RIBICHINI, 1999, p. 563).

## HÉRAKLES ARQUEGUETA (Ηρακλής αρχηγέτης)

De acordo com a interpretação de Manuel Álvarez Martí-Aguilar (2014), baseado no relato de Pompeu Trogo (44.5) a difusão do culto de Melqart na Ibéria teria acontecido anteriormente à fundação de Gádir. Esse mesmo autor afirma que a cidade de Carteia, na atual San Roque, seria uma possível candidata para o estabelecimento de uma fundação consagrada a Melqart. Segundo essa interpretação Carteia teria sido fundada pelos gadiritas (i.e. os habitantes de Gádir) que principiavam sua expansão pelas orlas atlânticas e mediterrânicas e era referida pelos autores antigos enquanto *Heraclea*, por se crer que a mesma teria sido fundada por Héracles (2014, p. 26).

ἐνταῦθα δὴ ὄρος ἐστὶ τῶν Ἰβήρων τῶν καλουμένων Βασητανῶν, οὗς καὶ Βαστούλους καλοῦσιν, ἡ Κάλπη, τῇ περιοχῇ μὲν οὐ μέγα τῷ δ' ὕψει μέγα καὶ ὄρθιον ὥστε πόρρωθεν νησοειδὲς φαίνεσθαι. ἐκπέουσιν οὖν ἐκ τῆς ἡμετέρας θαλάττης εἰς τὴν ἕξω δεξιὸν ἐστὶ τοῦτο, καὶ πρὸς αὐτὸ Καρτηία πόλις ἐν τετταράκοντα σταδίοις ἀξιόλογος καὶ παλαιά, ναύσταθμὸν ποτε γενομένη τῶν Ἰβήρων. ἔνιοι δὲ καὶ Ἡρακλέους κτίσμα λέγουσιν αὐτήν, ὧν ἐστὶ καὶ Τιμοσθένης, ὅς φησι καὶ Ἡράκλειαν ὀνομάζεσθαι τὸ παλαιόν, δείκνυσθαι τε μέγαν περίβολον καὶ νεωσοίκους. (ESTRABÃO, Geografia. 3.1.7, versão de MEINEKE, 1877).

Here is situated Calpe, the mountain of the Iberians who are denominated Bastetani, by others Bastuli. Its circumference is not large, but



it is so high and steep as to resemble an island in the distance. Sailing from the Mediterranean into the Atlantic, it is left on the right hand. At a distance of 40 stadia from this [mountain] is the considerable and ancient city of Carteia, formerly a marine arsenal of the Iberians. Some assert that it was founded by Hercules; of this number is Timosthenes, who tells us it was anciently called Heraclæa, and that vast walls and ship-sheds are still shown. (ESTRABÃO, Geografia. 3.1.7, tradução de HAMILTON e FALCONER, 1903).

Ali se situa o Calpe (Rochedo de Gibraltar), montanha que os iberos denominaram como Batestani, por outros bástulos. Sua circunferência não é grande, mas é alta e à distância se parece com uma ilha. Navegando do Mediterrâneo para o Atlântico se encontra do lado direito. Há uma distância de 40 estádios (medida de percurso equivalente a 177,60m) de lá (da montanha) se encontra a considerável e antiga cidade de Carteia, anteriormente um arsenal marinho dos iberos. Alguns afirmam que foi fundada por Hércules, tais como Timóstenes que nos diz que antigamente se chamava Heracléia e que vastas muralhas e uma neoria ainda são vistos (almirante de Ptolomeu II). (ESTRABÃO, Geografia. 3.1.7, Tradução nossa, 2019).

Não são novas as especulações acerca do nome de Carteia, Drietch (1936) e Millás (1941) de acordo com Martí-Aguilar (2014, p. 27) já consideravam Carteia enquanto uma nomeação teofórica, podendo ser a abreviação de MLQRTYH (i.e. Ilha de Melqart?).

Já em Malta no século II a.C. uma inscrição bilingue (KAI 47) (fig. 2) revela Melqart como sendo equivalente a Hércules ἀρχηγέτης<sup>5</sup>. Essa mesma epígrafe considera o deus como sendo o *Baal de Šūr* (B'L SR). Aqui relembramos que Baal, além de ser o deus supremo do panteão fenício, também se traduz com o título honorífico de *Senhor/Chefe*, fazendo de Melqart o *Senhor de Tiro*.

<sup>5</sup> De acordo com a definição do glossário do LABECA, arquegueta (em grego: ἀρχηγέτης) seria o iniciador, fundador, epíteto de Apolo.



Fig. 2 – Um dos *cippi* de Malta no Museu do Louvre. As inscrições bilíngues inicialmente no topo em fenício e na base em grego. A imagem foi modificada para uma melhor identificação da escrita na base. Disponível em: <https://tinyurl.com/y248otgz>, acessado em 04/09/2019. Editado por Rodrigo de Lima, 2019.

1. L' DNN LMLQRT B' L SR ' S NDR
2. 'BDK 'BD' SR WH' Y 'SRSMR
3. SN BN SRSMR BN B' D' SR KSM'
4. QLM YBRKM



Versão<sup>6</sup>:“(1) *A nosso senhor, a Melqart, senhor de Tiro: (isto é) o que fez (2) seu servo Abdosiri e seu irmãos Osirisama, (3) os dois filhos de Osirisamar, filhos de Abdosiri; porque ele ouviu (4) sua voz. Que ele os abençoe!*” De acordo com Sznycer (1975, 195).

1. ΔΙΟΝΥΣΙΟΣΚΑΙΣΑΡΑΠΙΩΝΟΙ
2. ΣΑΡΑΠΙΩΝΟΣΤΥΡΙΟΙ
3. ΗΡΑΚΛΕΙΑΡΧΗΓΕΤΕΙ

Versão:“(1) *Dionísio e Serápcion, os (filhos) (2) de Serápcion, Tírios; (3) a Hércules Arquegueta*”. De acordo com Sznycer (1975, 195).

Esse sincretismo religioso e o conceito de que esse deus foi um dia um homem, pode ser a chave para a compreensão de como Melqart será interpretado pelos helênicos e pelos latinos (NEVILLE, 2007, p. 86). O Hércules grego e Hércules romano, são heróis divinos, que assim como Melqart foram tanto mortais quanto imortais.

Ao tratar sobre os modelos de atividades econômicas nas sociedades antigas, Eleftheria Pappa (2010) comenta que os templos teriam papel central para assegurar tratados comerciais, ao passo que essa também seria fortalecida por laços familiares que garantiriam a segurança do comércio, especialmente os dedicados a Melqart. A autora aponta que as sanções sobrenaturais, tais como juramento aos deuses eram características endógenas das sociedades antigas. Para tanto, Pappa apresenta o exemplo do tratado regulado por forças divinas que selaram o acordo de vassalagem entre o rei assírio Assaradão e o príncipe tírio Ba’álu na primeira metade do século VII a.C. Esse acordo advertia que se fosse quebrado incorreria na fúria dos deuses causando naufrágios em meio a uma tempestade de ventos.

À baila da questão dos contratos, Pappa afirma que o sincretismo religioso poderia também regular os mecanismos econômicos, no que ela define como *an investment in trust* (investimento baseado na confiança) uma vez que fundia cultos e divindades patronas para a proteção das negociações

6 Salientamos que as versões em língua portuguesa aqui apresentadas, tanto a primeira que se encontra em fenício e a segunda, em grego, foram feitas diretamente da tradução do francês visto que o artigo original de Maurice Sznycer (1975) se encontra nessa língua.



bem como também reduziriam os custos e facilitariam a troca tecnológica (2010, p. 284-285).

Os templos de Melqart são intimamente ligados com a empresa expansionista. Segundo Diodoro Sículo (20.14.1) Melqart, referido em uma passagem enquanto Hércules, acompanhava a fundação das novas cidades. Dada a sua função, seus santuários estão sempre em relação ao mar, em ambientes que pudessem ser frequentados por marinheiros e comerciantes. A fundação de assentamentos é geralmente acompanhada pelo estabelecimento desse lugar sagrado. Diferentemente de Astarte, Melqart não fez parte dos cultos indígenas (NEVILLE, 2007, p. 87).

Pappa comenta que os monumentos dedicados a Melqart, onde postos de comércio fenício conhecidos como MQM, possivelmente vocalizado enquanto / *maqom* / teriam sido instalados provavelmente para estender o culto para as comunidades não-fenícias de maneira a fomentar as trocas comerciais (2010, p. 285). De acordo com Cristina Kormikiari, o / *maqom* / seria um santuário-empórico, isto é, tanto poderia ser parte de um centro religioso como também gerenciaria as práticas comerciais e os acordos (KORMIKIARI, 2015, p. 88).

Desse sincretismo religioso temos o exemplo de uma outra localidade que teria sido supostamente frequentada pelas comunidades fenícias como a ilha de Tasos onde foi erguido um grande Heracleion localizado a sudoeste da ágora da cidade, na entrada principal da ásty<sup>7</sup> (em grego: ἄστυ) de Limenas. Juliana Hora (2018) nos lembra que de acordo com Heródoto (*Histórias*, Livro II, 44) Hércules era talvez o maior dos deuses de Tasos protetor da cidade e essa divindade masculina era frequentemente representada nas moedas e sua adoração teria sido, segundo as tradições lendárias, implantadas pelos fenícios (cf. Hora, 2018).



7 De acordo com a definição do glossário do LABECA, ásty (em grego: ἄστυ, εως (τό)) seria a cidade, em oposição ao campo; área “urbana” da cidade grega.



Fig. 3 – Um dos cinco *ex-votos* encontrados nas proximidades da ilha de Sancti Petri. Pode-se notar as características egípcias. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5hlkxpd>, acessado em 15/09/2019. Editado por Rodrigo de Lima, 2019.

O ambiente sagrado dos templos dedicados a Hércules/Melqart faria parte de uma estratégia para o firmamento de tratados com outros povos, tais como se acredita que ocorreu na Península Ibérica. Sob a égide da divindade, o comércio era realizado estabelecendo relações entre alóctones e autóctones. Segundo Neville (2007, p. 87) Heródoto (II.115) sugere que os templos fenícios eram locais de asilo para os viajantes que naufragavam, assim como também ofereceriam a prática da prostituição sagrada de ambos os sexos, prática de hospitalidade que pode ter corroborado para a frequência desses ambientes sagrados.

No que tange as práticas litúrgicas e seus participantes Zamora López (2017) identifica o MQMLM, provavelmente vocalizado enquanto / *mī-qim`ēlim* / oficial diretamente vinculado à *égersis* durante o culto de Melqart. Por meio de evidências epigráficas em grego que indicam que no ritual de ressurreição do Hércules tírio, haveria um responsável pelo culto. Esse oficial seria o *egerseítēs tou Hērakléous* equivalente ao / *mīqim`ēlim* /. O autor nota



que frequentemente a essa ocorrência há uma segunda expressão, MTRH<sup>1</sup>Š-TRNY, essas que ajudam a detalhar o papel do oficial. Interpretada enquanto uma possível referência a Astarte. Assim Zamora López (2017, p. 66) propõe que durante esses rituais, o / *miqim`elim* / consumaria o casamento das duas divindades, essas que representavam também a monarquia e o sacerdócio. Para surpir a falta de um vocábulo fenício para o nome dessa festividade, Kormikiari nos apresenta o termo / *marzeah* / ou / *marzeh* /, utilizando tanto no hebreu, ugarítico, no fenício, no púnico e no arameu para, de acordo com a autora “designar a celebração litúrgica de um banquete que comportava também um sacrifício em honra a uma divindade” (KORMIKIARI, p. 139).

De fato, na atual Cádiz os vestígios arqueológicos encontrados nas praias da cidade evidenciam um numeroso acúmulo de inumações e cremações associados a poços secos ressignificados como depósitos sagrados e restos faunísticos que teriam sido consumidos, tais como vinho, incensos, azeite e óleos aromáticos (cf. LIMA, 2018, p. 256-402). Também são encontrados sacrifício de animais que corroboram com a prática litúrgica que os gadiritas celebrariam para seus mortos em um banquete em honra ao morto ou dedicado para uma divindade. O termo / *marzeah* /denota tanto o festival quanto o corpo religioso. Supõe-se que era constituído apenas de um pequeno grupo das grandes famílias fenícias (MARKOE, 2000, p.120; KORMIKIARI, 2004, p.139; NEVILLE, 2007, p. 73-74).

Do templo de Melqart gadirita, posteriormente conhecido como *Hercules Gaditanus*, arquitetonicamente nada restou, arqueologicamente foram recuperados apenas cinco *ex-votos* que representariam a imagem da divindade (fig. 3) assim como algumas poucas estátuas de bronze de período posterior, visto que esse grande templo, foi intensamente visitado por importantes personagens, indo desde Aníbal a Júlio César. O templo supostamente teria sido destruído por Alí ben `Isá ben Maymūn em 540 d.C., contudo, sua monumentalidade foi imortalizada nos versos do poeta Abu Utman al-Saduni (apud ALMAGRO-GORBEA, 2014, p. 162):

(...) hay un negro que está de pie en la cima de un pináculo, / como si sobre él estuviera crucificado el viento. / Adelanta la pierna derecha y casi la alza, / como quejándose de un esfuerzo descomunal. / En la diestra presenta una llave que tú tomarías por ofrenda, / si no fuera porque él está compungido. / Y un pergamino en la izquierda, mano que lleva cerrada como si nos quisiera ocultar su contenido. De la mar señala el poniente y su región / mirando erguido hacia el ocaso del sol [...] / Os digo que en sus noticias hay un portento, / así que no preguntéis / si es de oro o de latón (...).



(...) há um negro que está de pé sobre um pináculo, como se o vento o crucificasse. Avança com a perna direita quase para cima. Como estivesse fazendo um esforço descomunal. Na mão direita apresenta uma chave que tu tomarias como oferta, se não fosse porque ele está pesaroso. E um pergaminho na esquerda, mão que leva cerrada como se quisesse ocultar seu conteúdo. Do mar aponta para o oeste e sua região, mirando erguido o pôr-do-sol (...). Os digo que em suas notícias há algo de espetacular, assim, não me pergunte se era de ouro ou de latão (...). (Tradução nossa).

De acordo com Moreno Pulido, Melqart/Héracles é a verdadeiro deus titular da região extremo ocidental do Mediterrâneo. A autora afirma que o mito do oráculo de Tiro, cidade natal da divindade teria sido uma das razões para que o Estreito de Gibraltar ficasse conhecido como *Colunas de Hércules* (2009, p. 1).

No entanto, para Pappa, no que concerne o Ocidente da Bacia Mediterrânica o termo *Colunas de Hércules/Hércules* não faz alusão ao grupo rochoso que limita o Mar Mediterrâneo (no caso, o Rochedo de Gibraltar e a colina de Ceuta). Para a autora, esse termo seria apenas um jogo poético de palavras sobre os templos erigidos pelos fenícios em Gádir (Espanha) e em Lixus (Marrocos). Teria sido portanto a *interpretatio graeca* das empresas fenícias uma vez que as expedições de Hércules teriam acontecido na mesma região (2010, p. 285).

## REFLEXÕES FINAIS

Nesse artigo tivemos como intenção apresentar Melqart/Héracles enquanto uma divindade que fez parte do circuito de interações mediterrânicas, servindo enquanto um agente importante na empresa da expansão marítima, bem como na mediação entre comunidades alóctones e autóctones. Ao passo que a religiosidade se estabelece enquanto um ponto de contato entre os diferentes, os ritos funcionariam também como um mecanismo de diferenciação. Tal como fica evidente no relato de Cleón da Magnésia que é obrigado, junto à sua tripulação, a se afastar de Gádir, provavelmente, ordenado pelos habitantes e o sacerdote da cidade. Esse relato demonstra como o corpo cívico se comportaria no momento das festividades religiosas. Essa divindade que morre e ressuscita pela virtude fogo também se apresenta enquanto um elemento essencial para o estabelecimento de festividades que marcavam o início de uma nova estação, guiando o calendário por meio da rota dos astros. Assim, era reservado para a intimidade da comunidade fenícia o júbilo e luto da liturgia da



morte e renascimento de Melqart. Fato que teria auxiliado no fortalecimento da identidade local perante os estrangeiros. Pelo seu ciclo de viver, morrer e renascer, Melqart/Héracles se tornou um símbolo de potência, de expansão e fundamentalmente de conexão se mesclando às diferentes cosmovisões das mais variadas comunidades mediterrânicas.

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer inicialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento concedido durante o período da escrita de nossa dissertação de Mestrado, que culminou nesse artigo. E também gostaríamos de agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo fomento atual de nossa tese em nível de Doutorado, pesquisa que mantém seu foco na compreensão das dinâmicas entre as comunidades que se estabeleceram na Ibéria na Antiguidade e dialoga intrinsecamente com o presente artigo.

## REFERÊNCIAS

Dossiê

### *Fontes primárias*

DIODORUS SICULUS. **Library of History**. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge; London: Harvard University Press, 2006.

FLAVIUS JOSEFUS. **The Works of Flavius Josephus**. Tradução de William Whiston. Edinburgh: Nimmo. 1865.

HERODOTUS. **The Histories**. Tradução de A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

PAUSANIAS. **Descriptions of Greece**. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1918.

PAUSANIAS. **Pausaniae Graecia Descriptio**. SPIRO, F. Leipzig, Teubner, 1903.

STRABO. **Geography**. Tradução de H.C. Hamilton e M.A. Falconer. London: George Bell & Sons, 1903.

STRABO. **Geographica**, MEINEKE, August (ed.) Leipzig: Teubner, 1877.

### *Obras Arqueológicas e Historiográficas*

PRADO, A. L. A. Normas de transliteração de termos e textos em grego antigo. **Classica. Revista Brasileira de Estudos Clássicos**. V. 19, n. 2, 2006, p. 298-299.

ALMAGRO-GORBEA, Martín. La tumba de Melqart del Herákleion de Gadir. **Madridrer Mitteilungen, Wiesbaden**, v. 53, p. 159-202, 2014.



ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia; MORENO PULIDO, Elena. La imagen proyectada de Gadir a través de sus monedas. In: DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. **Gadir y el Círculo del Estrecho revisados: propuestas de la arqueología desde un enfoque social**. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2011, p. 339-373.

AUBET, María Eugenia. **The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BONNET, C. Melqart. Cultes et mythes de l'Héraclès tyrien en Méditerranée. **Revue des Études Anciennes**, Leveun, Tome 92, n. 3-4, 1988. p. 446-449.

ESCACENA CARRASCO, José Luis. La égersis de Melqart. Hipótesis sobre una teología solar cananea. **Complutum**, v. 20, n. 2, 2009, p. 95-120.

HORA, Juliana. **A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2018.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Expansão fenício-púnica no Mediterrâneo Central e Ocidental: realidades próximas e distintas. **Phoënix**, Rio de Janeiro, 21-1, p. 86-101, 2015.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Jogos fenício-púnicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 29, p. 112-118, 2017.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. **O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios**. In: **Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo**. Ed. UES, 2004. P. 127-154.

LIMA, Rodrigo Araújo de. 2018. **As Colunas de Hércules/Melqart no Final da Idade do Bronze: o uso do SIG na compreensão a expansão fenícia em território tartésico a partir de Gádír (séculos IX ao VI a.C.)**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARKOE, G. E. **The Phoenicians**. British Museum Press: Londres, 2000.

MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez. Hijos de Melqart. Justino (44.5) y la *koiné* entre los siglos IV y III a.C. **Archivo Español de Arqueología**, v. 87 2014, p. 21-40.

MEDEROS MARTÍN, Alfredo. La fundación de la ciudad de Gadir y su primer santuario urbano de Astarte-Afrodita. **ISIMU**, v. 13, p. 183-199, 2015.

MORENO PULIDO, Elena. Hércules en el Hades. Iconografía Hercúlea en las monedas de la necrópolis de Gadir. In: CAMPO, Marta. (org.). **Mites, ofrenes funeràries i monedes**. **XV Curs d'història monetària d'Hispania**. Barcelona: Museu Nacional d'art de Catalunya, 2011, p. 103-124.

MORENO PULIDO, Elena. Melkart – Herakles y sus distintas advocaciones en la Bética costera. **XIII International Numismatic Congress**, Glasgow, 2009.

NEVILLE, Ann. **Mountains of Silver & Rivers of Gold: The Phoenicians in Iberia**. Vancouver: Oxbow Books, 2007.

PAPPA, Eleftheria. **Early Iron Age exchange in the West, Phoenicians the Mediterranean and the Atlantic**. (unpublished thesis) Oxford: University of Oxford, 2010.

RIBICHINI, Sergio. Beliefs and Religious Life. In: MOSCATI, S. **The Phoenicians**. New York: Rizzoli, 1999a, p. 120-152.



RIBICHINI, Sergio. Melqart. In: VAN DER TOORN, K. et al. **Dictionary of Deities and Demons in the Bible**. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999b, p- 563-565.

SZNYCER, Maurice. Antiquités et épigraphie nord-sémitiques. In: **Annaires de l'École pratique des hautes études**, p. 191-208, 1975.

WAGNER, Carlos. Santuarios, territorios y dependencia en la expansión fenicia arcaica en Occidente. **Arys**, v. 3, 2000, p. 41-58.

ZAMORA LÓPEZ, José Ángel. The miqim elim. Epigraphic evidence for a specialist in the Phoenician-Punic cult. **Rivista di Studi Fenici**, Roma, XLV, 2018.

## Sites

### Labeca

Disponível em: <https://tinyurl.com/y5t83jkh> acessado em 04/08/2019.

### Perseus Digital Library

Disponível em: <https://tinyurl.com/367pgk> acessado em 06/08/2019.

# HERAKLES/MELQART: THE GREEK FAÇADE OF A PHOENICIAN DEITY<sup>1</sup>



186

Rodrigo Araújo de Lima<sup>2</sup>

**Abstract:** Whilst one of the most prestigious cults in Antiquity, the Greek and Roman worship to the god Herakles settle down on an ancient Phoenician liturgy dedicated to the god Melqart. With the support of epigraphy, textual documentation and archaeological material culture, it is possible to establish the differences and the proximities of these two deities. In this article, I will present some of the main theories on the origin of the divinized ancestral until its recognition as the Greek hero via *interpretatio graeca*, which culminated in the identification of the Far West of the Mediterranean as the famous *Herakles/Melqart Pillars*.

**Keywords:** Melqart, Herakles, origin, liturgy, cult, Archaeology, Epigraphy, Primary Sources.

**Resumo:** Enquanto um dos cultos mais prestigiados na Antiguidade, a veneração grega e romana ao deus Hércules e Hércule se estabeleceu sobre uma antiga liturgia fenícia dedicada ao deus Melqart. Com o suporte da epigrafia, da documentação textual e da cultura material arqueológica é possível estabelecer as diferenças e as proximidades dessas duas divindades. Nesse artigo apresentaremos algumas das principais teorias sobre a origem do culto desse ancestral divinizado até a sua identificação com o herói grego via *interpretatio graeca*, essa que culminou no reconhecimento do Extremo Ocidente do Mediterrâneo enquanto as *Colunas de Hércules/Melqart*.

**Palavras-chave:** Melqart, Hércules, origem, liturgia, culto, Arqueologia, Epigrafia, Fontes Primárias.

**Resumen:** Como uno de los cultos más prestigiosos de la Antigüedad, la veneración griega y romana del dios Heracles se estableció sobre una antigua liturgia fenicia dedicada al dios Melqart. Con el apoyo de la epigrafía, la documentación textual y del material arqueológico, es posible establecer las diferencias y la proximidad de estas dos deidades. En este artículo presentaremos algunas de las principales teorías sobre el origen de la adoración de este ancestro deificado hasta su identificación con el héroe griego a través de *interpretatio graeca*, que culminó en la identificación del Extremo Occidente del Mediterráneo Oriental como las columnas de *Heracles/Melqart*.

**Palabras clave:** Melqart, Heracles, origen, liturgia, adoración, Arqueología, Epigrafía, Fuentes Primarias.

Dossiê

<sup>1</sup> This article was developed from our Master Thesis entitled *The Columns of Herakles / Melqart in the Late Bronze Age: the use of GIS in understanding the Phoenician expansion into Tartessian territory from Gádir (9th to 6th centuries BCE)*. Under the supervision of Dr. Maria Cristina Nicolau Kormikiari (MAE-USP). This article has both an integral part taken from subchapter 3.3.1 in Chapter 4 of the dissertation, as well as an updated debate on the issue we have discussed.

<sup>2</sup> PhD student in Archaeology at the Museum of Archaeology and Ethnology at the University of São Paulo under the supervision of Dr. Maria Cristina Nicolau Kormikiari (MAE-USP) and the co-supervision of Dr. Romero Tori (POLI-USP), FAPESP scholarship holder case 2018/08593-4. Member of the *Laboratory of Studies on the Ancient City (LABECA)*. To consult other publications by the author: <https://usp-br.academia.edu/RodrigoAraujoDeLima>. E-mail: [rodrigo.araujo.lima@usp.br](mailto:rodrigo.araujo.lima@usp.br).





Solar God, farmer, navigator and colonizer. The god of dying and being reborn *par excellence*. Being one of the faces of Baal, he reigns in both celestial and terrestrial space. In his egergis (Greek: ἔγερσις) - the resurrection – this divinity sets and reborn by the grace of Astarte in the endless cycle of the stars. His deity radiates into the orbit of the firmament, making Melqart the true king of the city.

Melqart is a reasonably new deity in the Tyrian pantheon, not appearing in Ras Shamra's texts and being first commented in the 9<sup>th</sup> century BCE in Aramaic written on a stele found in the Northern of nowadays the city of Aleppo (KAI 201 *apud* RIBICHINI, 1999, p. 563; NEVILLE, 2007, p. 86). Sergio Ribichini (1999) states that in the inscription dedicated to Bir Hadad, king of Aram, present Syria, the deity initially receives the epithet of a warrior god.

On the other hand, it is known much more of this Tyrian god as pointed out by Elena Moreno Pulido (2009, p. 1) as a deity essentially connected to the vegetation and fertility. This author ponders that Melqart could be an assimilation of ancestral gods like Yam or Baal. According to his fruitful and passionate attributes, common in the eastern deities, the god would rise each spring and die each winter. To Moreno Pulido, in Syrian-Palestine, Melqart accumulated along with the agrarian attributes, also marine, colonizer and civilizer characteristics, which converged in its title as the god of commerce and overseas navigation (MORENO PULIDO, 2009, p. 1).

Dossier

## MELQART, THE TYRIAN BAAL (MLQRT B'L SR)

Melqart (MLQRT) could be translated as the *king of the city* with the prefix (MLK) being the title of king and the suffix (QRT) being the city. It may possibly have been vocalized as / *mīqi* / or / *melq* / (King) and / *qart* / (City). For Ann Neville (2007) his name refers directly to the city of Tyre (Šūr), in close relation with the ruling dynasty, being represented as the archetype of the king of Tyre, responsible for the welfare and protection of his subjects (NEVILLE, 2007, p. 86) However, in view of his chthonic characteristics, the term *city* can also be interpreted as the *world of the dead*, according to Mesopotamian traditions (RIBICHINI, 1999b, p. 563).

Although one of the youngest deities of the Phoenician pantheon, Melqart origins are ancient, dating back to the 2<sup>nd</sup> and 3<sup>rd</sup> millennia BCE. The MLQ (or could have been more than just one) who ruled Syro-Palestine



would have been deified after his death and placed as an ancestor of the reigning monarchs. The Ugarit archives refer to this late king as a / *rephaim* /, maybe a substantial number of ancestors who had the privileged status among the dead, being invoked by the ruling kings to return to their hometown to provide the fertility of the earth and healing of the sick (NEVILLE, 2007, p. 86).

In the 10<sup>th</sup> century BCE, King Hiram I of Tyre establishes the great festival of *egersis* in honour of Melqart to commemorate the death, resurrection and awakening of his deity, from human origins, deified by the Tyrians, becoming a complete god, (NEVILLE, 2007, p. 86).

According to Kormikiari, (2017, p.115) Herodotus (II, 44) is an important source concerning the cult of Melqart. According to his account, the Tyrians paid tribute to the deity as if he were a hero who would have been a mortal. The author goes on to recall that Menander of Ephesus, which in turn is cited by Flavius Josephus (*Jewish Antiquity*, VIII, 146), narrated the destruction of several temples in Tyre by King Hiram, contemporary to Solomon. The new places of worship were dedicated to the honour of Herakles (i.e. Melqart?) and Astarte. King Hiram would have been the first to celebrate the *egersis* of Herakles in the month of *peryton* (i.e. February-March).

According to Corinne Bonnet (1988, p. 37) the feast took place between February 16 and March 17 and would not be the only one that took place in honour of the god. Ribichini (1999, p. 565) states that there would be gymnastic games celebrated in Tyre every five years in honour of Melqart.

In the Far West, an environment also reached by the Phoenician navigators, it is likely that the Tyrians, together with the founding act of Gadir, nowadays Cadiz - archaeologically attested as, until now, a 9<sup>th</sup> century BCE foundation - also delimited an area for building a temple dedicated to the god. Possibly located on the islet of present-day Sancti Petri, to the South of the ancient archipelago of the *Gadeira's Islands*, this temple would be associated with the other two places of worship that existed in Gadir, such as Baal, supposedly located on Kotinussa, and Astarte, also allegedly located on the island of Erytheia. It is possible to reflect on the possibility that the temple was strictly related to a ritual known as *egersis* that would happen twice a year (LIMA, 2018).

The temple probably had a view of the navigators coming to Cádiz Bay, but nevertheless, it would have little vision of the lands of the interior of the Iberian Peninsula, making it a landmark for those approaching Gádir (LIMA, 2018).



In opposition to Bonnet (1988, p. 37) María Eugenia Aubet (2001, p. 154) states that the cult would take place in the spring, shortly after the end of the rainy season, so it is possible to consider the divinity as having both solar and agriculture attributes. José Luis Escacena Carrasco (2009, p. 112) points out that the egerisis was a festival celebrated sometime between February and March. However, the author himself acknowledges that there are disagreements regarding how many times it was performed and what were its dates, which could vary throughout the year, transferring the service to June or December (ESCACENA CARRASCO, 2009, p. 112).

According to Alfredo Mederos Martín (2015, p. 194) the cult would last for three days and the entry of foreigners into the city would be prohibited as reported by geographer Pausanias in his work *Description of Greece*, written in the middle of the 2<sup>nd</sup> CE, (10, 4.6):

Κλέων δὲ ἀνὴρ Μάγνης, οἱ τῷ Ἑρμοῦ προσοικοῦσιν, ἔφασκεν ἐς τὰ παράδοξα ἀπίστους εἶναι τῶν ἀνθρώπων οἷς ἂν μὴ παρὰ τὸν αὐτῶν γένηται βίον θεάμασιν ἐπιτυχεῖν λόγου μείζουσιν: αὐτὸς δὲ καὶ Τιτυὸν καὶ ἄλλους ἔφη πείθεσθαι γεγονέναι κατὰ τὴν φήμην: τυχεῖν γὰρ δὴ ὦν ἐν Γαδεΐροις, καὶ ἐκπλεῦσαι μὲν αὐτὸς τε καὶ τὸν ἄλλον πάντα ὄχλον ἐκ τῆς νήσου κατὰ τὸ Ἡρακλέους πρόσταγμα, ὡς δὲ αὐθις ἐπανήκειν ἐς τὰ Γάδειρα, ἄνδρα εὐρεῖν θαλάσσιον ἐκπεπτωκότα ἐς τὴν γῆν: τοῦτον πλέθρα μὲν πέντε μάλιστα ἐπέχειν, κεραυνωθέντα δὲ ὑπὸ τοῦ θεοῦ καίεσθαι. (SPIRO's version, 1903)

Cleon of Magnesia on the Hermus used to say that those men were incredulous of wonders who in the course of their own lives had not met yet greater marvels. He declared that Tityos and other monsters had been as tradition says they were. He happened, he said, to be at Cadiz, and he, with the rest of the crowd, sailed forth from the island in accordance with the command of Heracles;<sup>1</sup> on their return to Cadiz they found cast ashore a man of the sea, who was about five roods in size, and burning away, because heaven had blasted him with a thunderbolt (Translation of JONES, LITT and ORMEROD, 1918).

As in the account, the liturgy would consist in the immolation of the god in the midst of a final ritual of his cremation, with the intention of his rebirth and immortalization by the virtue of fire (AUBET, 2001, p. 153-154). For Bonnet (1988, p. 79) there would be, on the first day, a succession of ritual events where the god was burned on a pyre. Besides this, would be an altar where animal and vegetable offerings were made. On the second day, the god



was buried in the presence of his priests, the king, and a female character, possibly a priestess, who would wear horns and a sceptre representing Astarte, Melqart's goddess. At dawn on the third day, the god would rise with two birds in his hands.

However, for Mederos Martín (2015, p. 194) on the first night of the liturgy, women held celebrations, holding vigils, lamentations and funeral banquets. On the second day, the Phoenicians were in procession toward the sea, carrying the wooden representation of the god to the coast and setting it ablaze. On the third day, the resurrection of the god occurred.

From the divergences between the modern authors as to how the celebrations were held, it seems that different liturgies could exist between Tyre, Gadir and possibly the other Phoenician foundations. However, the existence of a liturgical archetype of the celebration, such as the constitution of three days of events in one or two periods of the year, is noticeable. The change of season also seems to be one of the canons of this ceremony, with spring being the most recurrent. Possessing also chthonic aspects, the act of public immolation of the god's image to the faithful would represent the beginning of a fertile period, where the earth would be at the peak of its fertility.

In Tyre, within the celebration would happen the *hieros gamos* (Greek: *ἱερός γάμος*) time which the monarch attended the feasts and joined with a priestess of Astarte or the queen herself, interpreting (or doing it) the sexual intercourse union between Melqart and Astarte (AUBET, 2001, p. 154). Mederos Martín states that the union happened during the god's death (2015, p. 194). There would also be in this celebration an individual charged with carrying out the resurrection of divinity.

Known as MQM'LM, this priest was primarily responsible for the liturgy of Melqart's egeresis. He would be, according to Escacena Carrasco (2009, p. 111), the most knowledgeable of the Sun cycle. It would probably be an astronomer in charge of announcing to the priests the death of the god, based on the counting of the days and the reading of the stars. From the egeresis, there is/was only a marble vase from Sidon (fig. 1), dating from the 4<sup>th</sup> century BCE which narrates the practices of the celebration, woefully lost during World War II.

Escacena Carrasco points to the main character of this vase as Baal, however, this deity could designate Melqart since both possess solar qualities and are often confused by the epithet B'L (2009, p. 110). The inscriptions of the Sidon Vase, contain Melqart's binding with the fire by the epithet B'L KR. According to Elena Moreno Pulido (2011), as an ambivalent element, fire

favours both life and death. Melqart's decaying body would then be immolated by the flames for the renewal of his creative energies as the fields are burned (fire-fallow cultivation) for his most fertile return (MORENO PULIDO, 2011, p. 106).

The Sidon Vase disappeared from the Berlin Museum during World War II, making it impossible to search for a better understanding of the liturgical practices of egeris from this artefact. Fortunately, photographs were taken of the faces of the vase representing different moments of the celebration.



Fig. 1 - Sidon vase. Inverted colours for easier visualization of the decoration (ESCACENA CARRASCO, 2009, p. 108). Edited by Rodrigo de Lima, 2019.

From the previous notes (pages 3-4), I consider the temple of Melqart, closely linked with the shrine of Astarte. Thus, it's plausible to think on the coexistence of both from the beginning of the foundation of Phoenician cities as in the case of Gadir (MEDEROS MARTÍN, 2015, p. 194). Maybe in the form of natural landmarks, inasmuch as the archaeological register lacks the religious structures of these places.

In the 7<sup>th</sup> century BCE, the god appears as Milqartu, being as Eshmun, the mediator of an agreement between the king of Tyre, Ba'alu, and the king of



Assyria, Assar-adan. If the treaty were breached, the two deities would punish the transgressor by destroying their lands and enslaving their people. The disobedient would still be deprived of food, clothing and olive oil (SAA 2, 5 IV: 14; ANET, 534 apud RIBICHINI, 1999, p. 563). In another 9<sup>th</sup> century BCE testimony, the god is attested as Melqart Lord of Sūr (MLKRT BSR) (BORDREUIL 1990, p. 19 apud RIBICHINI, 1999, p. 563).

## HERAKLES ARCHEGETES (Ηρακλής αρχηγέτης)

According to the interpretation of Manuel Álvarez Martí-Aguilar (2014), based on Pompeu Trogo's account (44.5) the spread of the Melqart cult in Iberia would have occurred prior to the founding of Gadir. The same author states that the city of Carteia, in present-day San Roque, would be a possible candidate for the establishment of a foundation dedicated to Melqart. According to this interpretation, Carteia would have been founded by the Gadirites (i.e. the citizens of Gadir) who began their expansion along the Atlantic and Mediterranean shores and was referred by the ancient authors as Heraclea since it was believed to have been founded by Herakles (2014, p. 26).

ἐνταῦθα δὴ ὄρος ἐστὶ τῶν Ἰβήρων τῶν καλουμένων Βαστητανῶν, οὗς καὶ Βαστούλους καλοῦσιν, ἢ Κάλπη, τῇ περιοχῇ μὲν οὐ μέγα τῷ δ' ὕψει μέγα καὶ ὄρθιον ὥστε πόρρωθεν νησοειδὲς φαίνεσθαι. ἐκπλέουσιν οὖν ἐκ τῆς ἡμετέρας θαλάττης εἰς τὴν ἕξω δεξιὸν ἐστὶ τοῦτο, καὶ πρὸς αὐτὸ Καρτηία πόλις ἐν τετταράκοντα σταδίοις ἀξιόλογος καὶ παλαιά, ναύσταθμόν ποτε γενομένη τῶν Ἰβήρων. ἔνιοι δὲ καὶ Ἡρακλέους κτίσμα λέγουσιν αὐτήν, ὧν ἐστὶ καὶ Τιμοσθένης, ὃς φησι καὶ Ἡράκλειαν ὀνομάζεσθαι τὸ παλαιόν, δείκνυσθαι τε μέγαν περίβολον καὶ νεωσοίκους. (STRABO, Geography. 3.1.7, versão de MEINEKE, 1877).

Here is situated Calpe, the mountain of the Iberians who are denominated Bastetani, by others Bastuli. Its circumference is not large, but it is so high and steep as to resemble an island in the distance. Sailing from the Mediterranean into the Atlantic, it is left on the right hand. At a distance of 40 stadia from this [mountain] is the considerable and ancient city of Carteia, formerly a marine arsenal of the Iberians. Some assert that it was founded by Hercules; of this number is Timosthenes, who tells us it was anciently called Heraclea, and that vast walls and ship-sheds are still shown. (STRABO, Geography. 3.1.7, translation by HAMILTON and FALCONER, 1903).

There is no new speculation about the name Carteia, Drietch (1936) and Millás (1941) according to Martí-Aguilar (2014, p. 27) already considered Carteia as a theophoric nomination, which may be the abbreviation of MLQRTYH (i.e. Island of Melqart?).

During the 2<sup>nd</sup> century BCE, in Malta, a bilingual inscription (KAI 47) (fig. 2) reveals Melqart as being equivalent to Herakles ἀρχηγέτης. This same epigraph considers the god to be Šūr>s Baal (B>L SR). Here I recall that Baal, besides being the supreme god of the Phoenician pantheon, also is translated as a honorific title of *Lord / Chief*, making Melqart the Lord of Tyre.



Fig. 2 – One of the two Malta's *cippi* at the Louvre Museum. The bilingual inscriptions initially at the top in Phoenician and the base in Greek. The image has been modified for better identification of the writing on the base. Available at: <https://tinyurl.com/y248otgz>, accessed 9/4/2019. Edited by Rodrigo de Lima, 2019.





1. L`DNN LMLQRT B`L SR `S NDR
2. `BDK `BD`SR WH`Y`SRSMR
3. SN BN SRSMR BN B`D`SR KSM`
4. QLM YBRKM

Version: “(1) To our lord, to Melqart, lord of Tyre: (that is) what he did (2) his servant Abdosiri and his brothers Osirisama, (3) the two sons of Osirisamar, sons of Abdosiri; because he heard (4) your voice. May he bless you!” According to Sznycer (1975, p. 195).

1. ΔΙΟΝΥΣΙΟΣΚΑΙΣΑΡΑΠΙΩΝΟΙ
2. ΣΑΡΑΠΙΩΝΟΣΤΥΡΙΟΙ
3. ΗΡΑΚΛΕΙΑΡΧΗΓΕΤΕΙ

Version: “(1) Dionysus and Serapion, the (sons) (2) of Serapion, Tyrians; (3) to the Heracles founder”. According to Sznycer (1975, p.195).

This religious syncretism and the concept that this god was once a man may be the key to understanding how Melqart will be interpreted by the Hellenics and the Latins (NEVILLE, 2007, p. 86). The Greek Heracles and Roman Hercules are divinized heroes, whose, as Melqart were both mortal and immortal.

In addressing the patterns of economic activity in ancient societies, Eleftheria Pappa (2010) comments that temples would play a central role in securing trade treaties, while this would also be strengthened by family ties that would ensure trade security, especially those dedicated to Melqart. The author points out that supernatural sanctions such as swearing to the gods were endogenous features of ancient societies. To this end, Pappa presents the example of the treaty regulated by divine forces that sealed the vassalage agreement between Assyrian King Assar-adan and the Tyrian prince Ba’alu in the first half of the 7<sup>th</sup> century BCE. This agreement warned that, if broken, it would incur the wrath of the gods, causing shipwrecks in a windstorm.

Apart from the issue of contracts, Pappa argues that religious syncretism could also regulate economic mechanisms, in what she defines as an *investment in trust* since it merged patron cults and deities to protect negotiations as well as they would also reduce costs and facilitate technological exchanges (2010, p. 284-285).





Melqart's temples are closely linked with the expansionist enterprise. According to Diodorus Siculus (20: 14.1), Melqart, referred in one passage as Heracles, accompanied the founding of the new cities. Given their function, their sanctuaries are always in relation to the sea, in environments that could be frequented by sailors and merchants. The foundation of settlements is usually accompanied by the establishment of this sacred place. Unlike Astarte, Melqart was not part of the indigenous cults (NEVILLE, 2007, p. 87).

Pappa comments that the monuments dedicated to Melqart, where Phoenician trading posts are known as MQM, possibly vocalized as / *maqom* /, would probably have been installed to extend worship to non-Phoenician communities in order to foster trade (2010, p. 285). According to Cristina Kormikiari, / *maqom* / would be an emporium-sanctuary, that is, it could be part of a religious centre as well managing business practices and agreements (KORMIKIARI, 2015, p. 88).

On this religious syncretism, there is an example of another locality that was supposedly frequented by the Phoenician communities such as the island of Thasos where a large Herakleion was located southwest of the city agora, at the main entrance of the *asty* (Greek: ἄστυ) of Limenas. Juliana Hora (2018) reminds us that according to Herodotus (*Histories*, II, 44) Herakles was perhaps one of the most important patrons of Thasos. This male deity was often represented in the coins and his worship would have been, according to the tradition, implanted by the Phoenicians (cf. Hora, 2018).

### GADITANIAN HERAKLES (HERCULES-GADITANUS)



Fig. 3 - One of the five *ex-votos* found near the islet of Sancti Petri. One can notice the Egyptian characteristics. Available at: <https://tinyurl.com/y5hlkxpd>, accessed 9/15/2019. Edited by Rodrigo de Lima, 2019.



The sacred environment of the Herakles / Melqart temples would be part of a strategy for treaty-signing with other peoples, as is believed to have occurred in the Iberian Peninsula. Under the aegis of divinity, commerce was carried out by establishing relations between allochthonous and autochthonous. According to Neville (2007, p. 87) Herodotus (II.115) suggests that the Phoenician temples were places of asylum for sinking travellers, as well as offering the practice of sacred prostitution of both sexes, a hospitality practice that may have corroborated for the attendance of these sacred environments.

Concerning liturgical practices and their participants, Zamora López (2017) identifies the MQM'LM, probably vocalized as / *mīqim 'ēlim* / official directly linked to the egeresis during the Melqart cult. Through epigraphic evidence in Greek there is indication that in the resurrection ritual of the Tyrian Herakles, there would be one responsible for the cult. This officer would be the *egerseites toū Hērakléous* equivalent to / *mīqim 'ēlim* /. The author notes that often to this occurrence there is a second expression, MTRḤ ŠTRNY, which helps to detail the role of the officer. Interpreted as a possible reference to Astarte. Thus, Zamora López (2017, p. 66) proposes that during these rituals, the / *mīqim 'ēlim* / would consummate the marriage of the two deities, who also represented the monarchy and the priesthood. To suppress the lack of a Phoenician word for the name of this holiday, Kormikiari introduces the term / *marzeah* / or / *marzeh* /, using both Hebrew, Ugaritic, Phoenician, Punic and Aramaic to, according to the author “designate the liturgical celebration of a banquet that also included a sacrifice in honour of a deity” (KORMIKIARI, 2004, p.139).

In fact, Cadiz archaeological remains found on the city's beaches show an innumerable accumulation of inhumations and cremations associated with ressignified dry wells as sacred deposits and faunal remains that would have been consumed, such as wine, incense, olive oil and aromatic oils (cf. LIMA, 2018, pp 256-402). Also found are animal sacrifices that corroborate the liturgical practice that the Gadirites would celebrate for their dead a banquet in honour of the dead or dedicated to a deity. The term / *marzeah* or *marzeh* / denotes both the festival and the religious body. It is supposed to consist only of a small group of the great Phoenician citizen families (MARKOE, 2000, p.120; KORMIKIARI, 2004, p.139; NEVILLE, 2007, p. 73-74).

From the temple of *Melqart gadirite*, later known as *Hercules Gaditanus*, there was nothing left architecturally, only five ex-votos representing the image of the deity (fig. 3) were recovered, as well as a few later bronze statues, since this great temple, was intensely visited by important characters, from Hannibal to Julius Caesar. The temple was allegedly destroyed by Alí ben `Isá ben



(...) hay un negro que está de pie en la cima de un pináculo, / como si sobre él estuviera crucificado el viento. / Adelanta la pierna derecha y casi la alza, / como quejándose de un esfuerzo descomunal. / En la diestra presenta una llave que tú tomarías por ofrenda, / si no fuera porque él está compungido. / Y un pergamino en la izquierda, mano que lleva cerrada como si nos quisiera ocultar su contenido. De la mar señala el poniente y su región / mirando erguido hacia el ocaso del sol [...] / Os digo que en sus noticias hay un portento, / así que no preguntéis / si es de oro o de latón (...).

(...) There is a black figure standing on a pinnacle as if the wind crucified him. Advance with the right leg almost upwards. Like he was making a huge effort. In his right hand, he holds a key that you would take as an offering, if not because he is sorry. And a scroll on the left, a hand that is clenched as if to hide its contents. From the sea it points to the west and its region, aiming high at the sunset (...). I tell you that in your news there is something spectacular, so don't ask me if it was gold or brass (...). (My version).

According to Moreno Pulido, Melqart / Herakles is the true titular god of the Extreme Western region of the Mediterranean Basin. The author states that the myth of the oracle of Tyre, the hometown of this divinity, would have been one of the reasons why the Strait of Gibraltar became known as the *Pillars of Hercules* (2009, p. 1).

However, for Pappa, as far as the western Mediterranean Basin is concerned, the term *Pillars of Heracles / Hercules* does not allude to the rocky group bordering the Mediterranean Sea (in this case, the Rock of Gibraltar and the hill of Ceuta). For the author, this term would only be a poetic play of words about the temples erected by the Phoenicians in Gadir (Spain) and Lixus (Morocco). It would, therefore, have been the *interpretatio graeca* of the Phoenician entrepreneurs since the Herakles expeditions would have taken place in the same region (2010, p. 285).

## FINAL THOUGHTS

In this article, I intended to introduce Melqart / Herakles as a deity that was part of the Mediterranean Basin serving as an important agent in the enterprise of maritime expansion, as well as in the mediation between allochthonous and autochthonous communities. Whereas religiosity is established



as a point of contact between the different, the rites would also function as a mechanism of differentiation. As is evident from Kleon of Magnesia's account that he is obliged, along with his crew, to depart from Gadir, probably ordered by the inhabitants and the priesthood of the city. This account demonstrates how the civic body would behave at the time of religious festivities. This deity that dies and is resurrected by virtue of fire also presents itself as an essential element in the establishment of festivities that marked the beginning of a new season, guiding the calendar by way of the stars. Thus, the joy was reserved for the Phoenician community as the mourning of the liturgy of Melqart's death and rebirth. This would have helped in strengthening the local identity before foreigners. Through its cycle of living, dying and being reborn, Melqart / Herakles has become a symbol of power, expansion and fundamentally connection by blending into the different worldviews of the most varied Mediterranean communities.

### ACKNOWLEDGES

I would first like to acknowledge the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) for the support given during the writing of my master's dissertation, which culminated in this article. And also I would like to thank the São Paulo State Research Support Foundation (FAPESP), for the current development of our PhD's thesis, research that keeps its focus on understanding the dynamics among the communities that settled in Iberia in Antiquity and dialogues intrinsically with this article.

Dossiê

### REFERENCES

#### *Primary Sources*

DIODORUS SICULUS. **Library of History**. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge; London: Harvard University Press, 2006.

FLAVIUS JOSEFUS. **The Works of Flavius Josephus**. Tradução de William Whiston. Edinburgh: Nimmo. 1865.

HERODOTUS. **The Histories**. Tradução de A. D. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

PAUSANIAS. **Descriptions of Greece**. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1918.

- PAUSANIAS. *Pausaniae Graecia Descriptio*. SPIRO, F. Leipzig, Teubner, 1903.
- STRABO. *Geography*. Tradução de H.C. Hamilton e M.A. Falconer. London: George Bell & Sons, 1903.
- STRABO. *Geographica*, MEINEKE, August (ed.) Leipzig: Teubner, 1877.



## Obras Arqueológicas e Historiográficas

- PRADO, A, L. A. Normas de transliteração de termos e textos em grego antigo. *Classica. Revista Brasileira de Estudos Clássicos*. V. 19, n. 2, 2006, p. 298-299.
- ALMAGRO-GORBEA, Martín. La tumba de Melqart del Herákleion de Gadir. *Madridrer Mitteilungen, Wiesbaden*, v. 53, p. 159-202, 2014.
- ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia; MORENO PULIDO, Elena. La imagen proyectada de Gadir a través de sus monedas. In: DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados: propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2011, p. 339-373.
- AUBET, María Eugénia. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BONNET, C. Melqart. Cultes et mythes de l'Heraclès tyrien en Méditerranée. *Revue des Études Anciennes*, Leveun, Tome 92, n. 3-4, 1988. p. 446-449.
- ESCACENA CARRASCO, José Luis. La égersis de Melqart. Hipótesis sobre una teología solar cananea. *Complutum*, v. 20, n. 2, 2009, p. 95-120.
- HORA, Juliana. A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2018.
- KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Expansão fenício-púnica no Mediterrâneo Central e Ocidental: realidades próximas e distintas. *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, 21-1, p. 86-101, 2015.
- KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. Jogos fenício-púnicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 29, p. 112-118, 2017.
- KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios. In: *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Ed. UES, 2004. P. 127-154.
- LIMA, Rodrigo Araújo de. 2018. As Colunas de Héracles/Melqart no Final da Idade do Bronze: o uso do SIG na compreensão a expansão fenícia em território tartésico a partir de Gádír (séculos IX ao VI a.C.). Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MARKOE, G. E. *The Phoenicians*. British Museum Press: Londres, 2000.
- MARTÍ-AGUILAR, Manuel Álvarez. Hijos de Melqart. Justino (44.5) y la *koiné* entre los siglos IV y III a.C. *Archivo Español de Arqueología*, v. 87 2014, p. 21-40.
- MEDEROS MARTÍN, Alfredo. La fundación de la ciudad de Gadir y su primer santuario urbano de Astarte-Afrodita. *ISIMU*, v. 13, p. 183-199, 2015.



MORENO PULIDO, Elena. Hércules en el Hades. Iconografía Hercúlea en las monedas de la necrópolis de Gadir. In: CAMPO, Marta. (org.). Mites, ofrenes funeràries i monedes. XV Curs d'història monetària d'Hispania, Barcelona: Museu Nacional d'art de Catalunya, 2011, p. 103-124.

MORENO PULIDO, Elena. Melkart – Herakles y sus distintas advocaciones en la Bética costera. **XIII International Numismatic Congress**, Glasgow, 2009.

NEVILLE, Ann. **Mountains of Silver & Rivers of Gold: The Phoenicians in Iberia**. Vancouver: Oxbow Books, 2007.

PAPPA, Eleftheria. Early Iron Age exchange in the West, Phoenicians the Mediterranean an the Atlantic. (unpublished thesis) Oxford: University of Oxford, 2010.

RIBICHINI, Sergio. Beliefs and Religious Life. In: MOSCATI, S. **The Phoenicians**. New York: Rizzoli, 1999a, p. 120-152.

RIBICHINI, Sergio. Melqart. In: VAN DER TOORN, K. et al. **Dictionary of Deities and Demons in the Bible**. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999b, p- 563-565.

SZNYCER, Maurice. Antiquités et épigraphie nord-sémitiques. In: **Annales de l'École pratique des hautes études**, p. 191-208, 1975.

WAGNER, Carlos. Santuarios, territorios y dependencia en la expansión fenicia arcaica en Occidente. **Arys**, v. 3, 2000, p. 41-58.

ZAMORA LÓPEZ, José Ángel. The miqim elim. Epigraphic evidence for a specialist in the Phoenician-Punic cult. **Rivista di Studi Fenici**, Roma, XLV, 2018.

## Sites

### Labeca

Disponível em: <https://tinyurl.com/y5t83jkh> acessado em 04/08/2019.

### Perseus Digital Library

Disponível em: <https://tinyurl.com/367pgk> acessado em 06/08/2019.

# RESTITUTA VETERE LOCORUM: AS LOCALIZAÇÕES E AS APROPRIAÇÕES DAS CASSITÉRIDES NUMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA



Pedro Albuquerque<sup>1</sup>

Eduardo Ferrer Albelda<sup>2</sup>

**Resumo:** O topónimo Cassitérides (ilhas do estanho) documenta-se pela primeira vez nas *Histórias* de Heródoto no século V a.C., sem que o autor proporcione uma localização precisa. Os textos posteriores mencionam um arquipélago situado junto às costas do Noroeste da Península Ibérica. Neste trabalho estudamos as possíveis fontes de conhecimento sobre estes territórios na época arcaica, no contexto da configuração de uma “geografia dos recursos”, bem como a receção destes textos na historiografia moderna. Esta, por sua vez, caracteriza-se pela elaboração de discursos nos quais se reivindica a pertença destas ilhas a Inglaterra (Ilhas Scilly) ou à Galiza, partindo da exegese das fontes e de propostas de etimologia, quer do topónimo, quer de palavras relacionadas. Discutem-se, em último lugar, os dados arqueológicos recentemente analisados no Projecto Estrímnides, que reforçam a hipótese de que estas ilhas se localizavam nas costas galegas.

**Palavras-chave:** Cassitérides, Projeto Estrímnides.

**Abstract:** The Place name Cassiterides (Tin Islands) is mentioned for the first time in Herodotus' *Histories* (5th Century BC). This author does not provide a precise location, but later texts locate these islands in front of the Northwestern Iberia's coast. In this paper we analyse the possible sources of acquaintance about these territories in the Archaic period, within the context of a “Geography of the Resources”. We also analyse the modern reception of those texts, where it is stated that the Cassiterides were located on the Scilly Islands or in Galicia. These hypotheses were based on the exegesis of literary sources, as well as on the etymology of the Place name and related words. We discuss the archaeological data recently studied within the Estrimnides Project, which reinforce the idea that the Cassiterides were located on the Galician shores.

**Keywords:** Cassiterides; Estrimnides Project.

1 Doutor em História, especialidade em Arqueologia. Faz pesquisa em Proto-história da Península Ibérica, tanto na vertente textual como arqueológica. Atualmente atua como pesquisador Bolseiro na FCT, Uniarq e Universidade de Sevilla, com um projeto sobre o povoamento proto-histórico e património na fronteira hispano-portuguesa do Baixo Guadiana. Para demais obras do autor, consultar: <https://lisboa.academia.edu/PedroAlbuquerque>. E-mail: [albuquerque@us.es](mailto:albuquerque@us.es); [pedro.albuquerque@campus.ul.pt](mailto:pedro.albuquerque@campus.ul.pt).

2 Eduardo Ferrer Albelda trabalha atualmente no Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Sevilla. Eduardo faz pesquisa em Historiografia e Arqueologia. A publicação mais recente é “Mudança cultural e transformação de paisagens do vale do baixo Guadalquivir entre a República e o Império”. Para consultar demais publicações do autor: <https://us.academia.edu/EduardoFerrer>. E-mail: [eferrer@us.es](mailto:eferrer@us.es).



**Resumen:** El topónimo Casitérides (islas del estanho) se documenta por primera vez en Heródoto en el siglo V a.C. sin una localización precisa. Los textos posteriores mencionan un archipiélago situado frente a las costas del noroeste de la Península Ibérica. En este trabajo se estudian las posibles fuentes de conocimiento sobre estos territorios en época arcaica en la configuración de una “geografía de los recursos”, así como la recepción de estos textos en la historiografía moderna. Ésta se caracteriza por la elaboración de discursos en los que se defiende la pertenencia de estas islas a Inglaterra (islas Scilly) o a Galicia, partiendo de la exégesis de las fuentes y de propuestas de etimología del topónimo y palabras relacionadas. Se discuten, por último, los datos arqueológicos recientemente analizados en el Proyecto Estrímnides, que refuerzan la hipótesis de que estas islas se localizan en las costas gallegas.

**Palabras clave:** Casitérides, Proyecto Estrímnides.

## I. INTRODUÇÃO

*“Quanto às [partes extremas] da Europa, para ocidente, nada posso dizer com segurança. [...] Muito menos conheço as ilhas Cassitérides, de onde trazem o estanho.”*

(HERÓDOTO, *Histórias*, III, 115, trad. J.B. Broca, 1950)

Heródoto foi, no século V a.C., o primeiro autor a mencionar umas ilhas que se localizavam algures nos confins ocidentais do mundo e que eram um lugar de produção ou abastecimento de estanho. A falta de informações complementares dentro das *Histórias* não permite ir mais além da constatação de que o autor de Halicarnasso duvidava da existência dessas ilhas. Tal como outros espaços insulares (as Ilhas dos Bem-aventurados ou Afortunadas), as Cassitérides foram identificadas em vários lugares pelos autores clássicos, mas sobretudo por aqueles que, séculos depois, usaram estes textos como instrumento de reivindicação do prestígio dos passados pátrios. O presente trabalho analisa, pois, tanto os problemas que os textos conhecidos colocam ao nível do que chamamos “geografia dos recursos”, como os principais argumentos de uma longa tradição exegética sobre o que se poderia definir como um “topónimo errante”. No entanto, mais além dos textos e da sua hermenêutica, recentes estudos arqueológicos revelaram que territórios como a Galiza fizeram parte das rotas comerciais controladas pelas comunidades do sul da Península Ibérica.

A chegada dos primeiros manuscritos de geografia e dos itinerários antigos foi, neste contexto, determinante para a publicação das primeiras corografias modernas e do Atlas de Abraão Ortélio, que procurou obter de vários eruditos europeus informações sobre as paisagens da antiguidade. Foi neste





contexto que o sábio de Antuérpia contactou com William Camden, um intelectual inglês que publicou, em 1586, uma obra monumental que procurou relacionar, no terreno, o passado e o presente através de uma minuciosa leitura das fontes clássicas. É, precisamente, em *Britannia* que surge a primeira tentativa sistemática da localização das Cassitérides nas ilhas Scilly ou Sorlingas, no Sudoeste das ilhas britânicas, interpretação que ganhou bastantes adeptos na historiografia posterior.

As reações a esta proposta surgiram com os autores galegos no século XVIII, que reivindicaram para os seus territórios aquele topônimo, mas alguns fatores (entre eles, obviamente, a língua, bem como o prestígio de Camden) levaram a que não se valorizassem devidamente os argumentos apresentados, que aliás iam ao encontro do que, séculos antes, o próprio Abraão Ortélio defendera. Basta dizer, para reforçar estas afirmações, que G. Bonsor, entre 1899 e 1902, levou a cabo uma exploração arqueológica nas Sorlingas em busca das Cassitérides, seguindo propostas de autores como Reinach ou Rhys, revelando que essa era a *communis opinio* (HERRERA DELGADO, 2019; ALBUQUERQUE e FERRER ALBELDA, 2019).

A análise desta longa trajetória historiográfica obriga a um esforço de síntese que resultará, nas próximas páginas, numa breve exposição sobre as Cassitérides nas fontes literárias, procurando identificar as razões que conduziram à formação e transmissão deste topônimo. A análise de um relativamente pequeno conjunto de textos foi, por sua vez, determinante para o desenvolvimento dos mencionados discursos de apropriação, o que justifica uma reflexão crítica sobre esta trajetória historiográfica, sobre a “geografia dos recursos” que parece ter originado a representação das Cassitérides e, por último, sobre o recente contributo da arqueologia para a reconstrução das rotas atlânticas que chegaram à Galiza na Idade do Ferro.

## 2. AS CASSITÉRIDES NAS FONTES LITERÁRIAS

Os textos sobre as “ilhas do estanho” podem dividir-se em dois grupos, o primeiro dos quais representado por Heródoto (**Histórias** III, 115), que exprime ceticismo e desconfiança em relação à real existência das Cassitérides. O segundo é composto por testemunhos de época tardo-helenística e romana, que têm em comum a localização geográfica daquele topônimo junto às costas do Noroeste peninsular (Diodoro, **Biblioteca Histórica**, V, 38, 4; Estrabão, **Geografia**, III, 2, 9; 5, 11; Plínio, **História Natural**, IV, 119; Mela, **Corografia**, III, 47; Ptolomeu, **Geografia** II 6, 73; Solino, **Colectânea** IV, 12).



Parece fora de questão a existência de uma tradição grega que foi transmitida por Heródoto (mas que era, seguramente, anterior) em meados do século V a.C. e que localizava no Atlântico umas ilhas, reais ou lendárias, cujo nome se relacionaria com o estanho (cf. *infra*, “considerações finais”). O autor assume a sua ignorância sobre os extremos ocidentais do mundo, os quais não conheceu por *autopsia* ou através de testemunhas diretas. A ausência de um *logos* dedicado ao Extremo Ocidente na obra herodotiana justifica-se pelo fato de estar fora do âmbito histórico e geográfico no qual as *Histórias* se movem (ALONSO-NÚÑEZ, 1987, p. 249; NENCI, 1990, p. 301; GÓMEZ ESPELOSÍN, 1993, p. 155; DE HOZ, 2010, p. 222). Porém, o autor usou informações sobre o Ocidente noutras passagens da sua obra, quer sobre rios como o Istro (Danúbio: II, 33; IV, 49), quer sobre os Celtas e os Cinésios/ Cinetes (ambos mencionados como os mais ocidentais: II, 33) quando os interesses da narrativa justificavam (cf. NENCI, 1990, p. 305). Estes, por sua vez, são também mencionados por Heródoto de Heracleia (FGrH 39, fr. 2a), indicando que Hecateu pode ter sido uma fonte comum.

O conjunto de referências herodotianas ao Extremo Ocidente contradiz a ideia de que a incredulidade em relação a estes territórios resulta da falta de *autopsia*. Os vários exemplos que podem ser trazidos à colação indicam que o autor se baseou tanto em informações orais recolhidas entre os habitantes das cidades que conheceu (sobre o Ocidente, por exemplo, Samos e Foecia), como em fontes escritas, entre elas a *Periegesis* de Hecateu de Mileto, a qual critica implícita e explicitamente (WEST, 1991, *passim*; GÓMEZ ESPELOSÍN, 1993b, p. 131; cf. FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019). Para os propósitos desta reflexão importa destacar o uso desta obra, começando por assinalar o uso das Colunas de Hércules como limite geográfico por Heródoto (*Histórias* I, 202; IV, 42-43; 152, 181 e 184; VIII, 13), do mesmo modo que o seu predecessor quando se refere a cidade de Cálate e ao *ethnos* mastieno (respectivamente, FGrH 1, frs. 39 e 41; FERRER ALBELDA e JIMÉNEZ DELGADO, 2015, *passim*)<sup>3</sup>.

3 Entre Hecateu e Heródoto, destaca-se a representação das Colunas como limite intransponível para a navegação por Píndaro (*Olímpicas*, III, 41 – 44; *Nemeia*, III, 20; IV, 69; *Ístmicas*, III, 21-29), também conhecido por Heródoto (*Histórias*, III, 38, 4). É pouco provável que Heródoto se tenha baseado em Píndaro, uma vez que não se vislumbram vestígios de alegoria mitológica ou simbolismo nestas referências. Veja-se, a título de exemplo, Amiotti (1987, p. 13ss.), que associa esta ideia à proibição cartaginesa à navegação mais além do Estreito de Gibraltar; *contra* Domínguez Monedero, 1988, *passim*; sobre os mitos gregos das áreas liminares, cf. BALLABRIGA, 1986; CARRIÈRE, 1995; Gómez Espelosín, 1999, p. 63-64; Albuquerque, 2010, p. 43ss.. Sobre as informações orais recolhidas por Heródoto, cf. Albuquerque, 2009, *passim*; FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019.



Heródoto faz parte de um contexto intelectual marcado pela perda de importância, durante o século V a.C., da Geografia iónica e dos temas que esta tratou, o que parece relacionar-se com a deslocação do epicentro científico para Atenas e o consequente retrocesso dos estudos geográficos (cf. LANZILLOTTA, 1988, p. 20-23; LÓPEZ EIRE, 1990, *passim*; FOWLER, 1996, p. 62-87; TSIOLIS, 1997, p. 27). Por outras palavras, a âmbito cultural iónico, sintetizado na figura de Hecateu, foi substituído pelos modelos de civilização e interesses atenienses, o que significou também uma crítica ao autor pela sua posição “filobárbara” (De Sanctis, 1993, p. 14-15; NENCI, 1949, p. 107-117; FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019, com bibliografia).

Isto explica a crítica herodotiana aos geógrafos iónios, apesar de se notar uma inspiração que o próprio autor não parece admitir (NICOLAI, 1997, p. 144; GÓMEZ ESPELOSÍN, 2013, p. 37), a tal ponto que foi acusado de plagiar Hecateu por autores posteriores (HERMÓGENES, *Id.* II, 12; EUS. PE. X, 3; 466b; SUDA ε, 360, s.v.; TOZZI, 1966, p. 41-46; WEST, 1991, p. 144-160; Fowler, 1996, p. 62-87; NICOLAI, 1997, p. 144-145; ALGANZA, 2012, p. 71). Neste contexto, Heródoto terá sido responsável por problematizar as fontes disponíveis no seu tempo para o conhecimento do Extremo Ocidente, justificando a imagem anedótica destes espaços na sua obra. Estas alusões acabam por fazer sobressair uma dependência entre a herança iónica e o método histórico do autor de Halicarnasso (cf. LATEINER, 1989), visível nos comentários críticos que introduz no seu texto sobre vários temas geográficos, assim como no uso ocasional de informações atribuíveis à obra periegetica de Hecateu de Mileto. Entre estas podem estar, eventualmente, as Cassitérides, como teremos oportunidade de argumentar.

Atendendo a estes fatores, justifica-se um breve apontamento sobre a *Periegesis*. Esta obra surge da formação da Geografia, da Etnografia e da Cartografia como disciplinas propriamente ditas durante o século VI a.C. na Ásia Menor, no contexto do crescimento do imperialismo persa (MOLINA MARÍN, 2010, p. 75-84). Estas circunstâncias, às quais se junta a submissão dos iónios ao reino Aquemênida, foram os principais ingredientes para a consolidação de interesses universalistas que levaram à promoção de viagens de exploração e reconhecimento dos territórios situados mais além das fronteiras persas. Efetivamente, os primeiros geógrafos ou periplógrafos gregos (Anaximandro, Hecateu – de Mileto –, Cílix de Carianda e Ctésias de Cnido) pertenciam a cidades controladas pelos persas ou estiveram ao serviço do Grande Rei (GONZÁLEZ PONCE, 1997, *passim*; 2008, p. 56), promovendo-se o conhecimento de territórios distantes com o intuito de descobrir novas rotas de navegação e identificar fontes de obtenção de recursos (exemplificado,



sobretudo, pela viagem de Cílix; sobre o papel de Mileto neste processo, cf. FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019).

No que diz respeito, por exemplo, ao Ocidente, as principais fontes de terão sido os exploradores, viajantes e comerciantes gregos, que adquiriram informações sobre estes espaços, quer diretamente, quer indiretamente através de fenícios de origens diversas (Cartago, Gadir, Ebuso ou Mozia). Este aspecto é evidenciado também por Heródoto quando se refere aos Cartagineses como transmissores de conhecimentos sobre a África atlântica (IV, 196; FERRER ALBELDA, 2008, p. 57-58).

Por outro lado, a experiência colonial e comercial de Mileto desencadeou uma atividade econômica, cultural e artística sem precedentes, que acompanhou uma nova percepção do espaço geográfico e, conseqüentemente, da identidade e da alteridade. A *Periegesis* de Hecateu é um claro reflexo deste contexto (cf. MOSCARELLI, 1993, p. 129), simbolizando o fim desta “época dourada” e o fascínio e curiosidade iónica pelas terras distantes, o que antecipa alguns aspectos fundamentais da obra herodotiana (TOZZI, 1966, p. 50) e dá continuidade a tradições intelectuais cujas bases se assentaram em autores como Tales (c. 624-546 a.C.) ou Anaximandro (c. 610-546 a.C.), ambos de Mileto (cf. FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019).

No que diz respeito ao Extremo Ocidente, da obra de Hecateu conhecem-se fragmentos que assinalam, sobretudo, cidades, num total de 17 entradas (THA IIA 23, que reúnem os fragmentos de Jacoby/ FG rH 1 e Nenci), entre as quais se poderiam destacar Ibila e Elibirge, assim como, possivelmente, os Cinésios. Nenhum deles se refere às Cassitérides, mas a tendência geral da sua obra no que diz respeito à atribuição de nomes a acidentes geográficos partindo dos recursos permite identificar um dos possíveis objetivos da *Periegesis* (GANGUTIA, 1999, p. 4-6; THA IIA 23, p. 151-152), corroborado, aliás, com outros exemplos que indiciam a concepção de descrições costeiras que permitiam aos navegantes o reconhecimento das paisagens e principais acidentes geográficos<sup>4</sup>.

Assim, chama a atenção a chamada “estratificação” da toponímia grega na Península Ibérica, em que se assiste a, pelo menos, três fases: século VI a.C. (Hecateu de Mileto e alguns topônimos transmitidos por Avieno), séculos IV e III a.C. (périplos) e, finalmente, II a.C., que corresponde já a testemunhos diretos dos geógrafos gregos (RODRÍGUEZ ADRADOS, 2001, p. 28; sobre

4 Partindo unicamente de exemplos da Península Ibérica, podem destacar-se as descrições da mastiena Molibdine como “a do chumbo” e de Ibila como “cidade de Tartéssia”, com “minas de ouro e prata”. Acrescentam-se, ainda, nomes de ilhas como Cremiusa (i. das cebolas), Melusa (i. “rica em gado”), Kotinoussa (i. das oliveiras silvestres, a maior das ilhas gaditanas), Ophiussa (i. da serpente, no Atlântico), Pitiusa (i. dos pinheiros, Ibiza).



a problemática cronologia dos topônimos em *-oussa*, cf. GARCÍA ALONSO, 1996, p. 119-121; MORET, 2006, p. 48). Em última instância, a atribuição do nome *Cassitérides* corresponderia à primeira fase, o que obriga a procurar respostas nas fontes prováveis de Hecateu de Mileto (uma exposição mais ampla em FERRER ALBELDA e ALBUQUERQUE, 2019), destacando-se a possibilidade de o autor ter tido acesso a informações dos próprios arquivos dos santuários fenícios, do mesmo modo que Cílix de Carianda (HEIDEL, 1943, p. 262-263), ou inclusive nas cidades iónias (Samos, Mileto, etc.), tal como Heródoto.

Como veremos, os recentes estudos arqueológicos no Noroeste da Península Ibérica autorizam a pensar em iniciativas comerciais que terão dado origem à transmissão de informações sobre umas ilhas, localizadas no Atlântico, nas quais se adquiria ou produzia estanho em troca de outros produtos. A continuidade do uso deste nome na tradição literária posterior é um indicador seguro da importância desta paisagem na mundivisão grega e romana posterior, sobretudo se se considera que, após um lapso de quatro séculos, as Cassitérides voltam a ser mencionadas na obra de Diodoro Sículo.

## 2.2. De Diodoro Sículo a Solino (séculos I a.C. – IV d.C.)

As referências às Cassitérides posteriores a Heródoto têm em comum a localização das ilhas nas costas peninsulares, embora nem sempre com a precisão que seria desejável. Uma vez que não se analisa, no presente trabalho, a presença romana na Galiza ou zonas adjacentes, é preferível expor, sem mais detalhes, o que dizem as fontes relativamente às ilhas do estanho, de modo a sistematizar o escasso conjunto de textos que os eruditos de época moderna e contemporânea tiveram à sua disposição para proceder à *restitutata vetere locorum* e reivindicar, através destas paisagens, um passado glorioso<sup>5</sup>.

### 2.2.1. Diodoro Sículo (c. 90-30 a.C.)

“Em muitos lugares da Ibéria há também estanho, que não se encontra à superfície como muitos repetiram até à exaustão nas suas histórias, mas que é extraído do subsolo e fundido como a prata e o ouro. Há muitas minas de estanho mais acima do país dos Lusitanos e nos ilhéus que se encontram no Oceano em frente da Ibéria e que por este

<sup>5</sup> Gostaríamos de exprimir o nosso agradecimento a Rita Juliana Poloni, Pedro Paulo Funari e Filipe Silva (Universidade Federal de Pelotas) pela ajuda prestada na elaboração deste capítulo. Grande parte dos textos apresentados, excepto a Geografia de Estrabão (Deserto e Pereira, 2016) não foram até agora traduzidos para Português, o que motivou a adaptação de traduções espanholas devidamente assinaladas.



### 2.2.2. Estrabão de Amásia (c. 64 a.C.-19/24 d.C.)

“[Possidónio] afirma ainda que o estanho não se encontra à superfície, como os historiadores repetem continuamente, mas que é escavado e produzido entre os bárbaros situados para lá dos Lusitanos e nas Ilhas Cassitérides e é transportado das Ilhas Britânicas para Massília. Mas entre os Ártabros, continua, que são os povos do extremo da Lusitânia, a norte e a ocidente, a terra floresce com prata, estanho e ouro branco (pois é misturado com prata); e a essa terra, os rios arrasam-na; as mulheres, depois de a removerem com as pás, lavam-na em peneiras entrelaçadas [...]. Foi isto, portanto, o que Posidónio disse acerca da exploração do minério” (Estrabão, **Geografia**, III, 2, 9, trad. Deserto e Pereira, 2016).

“As Cassitérides são dez e situam-se perto umas das outras, no alto mar, a norte do porto dos Ártabros. Uma delas está desabitada, nas outras vivem pessoas que usam capas negras, vestidas com túnicas que chegam aos pés, apertadas em volta do peito, deambulando com um bastão, semelhantes às deusas da vingança das tragédias. Vivem do seu gado, de uma forma essencialmente nómada. Visto que têm minas de estanho e de chumbo, recebem, em troca destes metais e de peles que entregam aos mercadores, cerâmica e também sal e artigos de bronze. Primeiramente eram os Fenícios os únicos que se dedicavam a este comércio a partir de Gades, escondendo a rota de todos os outros. E quando os Romanos seguiram um certo mercador, com o objectivo de conhecerem, eles próprios, o lugar das trocas comerciais, o mercador, com inveja, atirou voluntariamente o navio para um baixo, conduzindo também à mesma ruína os seus perseguidores. O próprio mercador foi salvo, por causa de um destroço do navio, e recebeu do tesouro público o valor das mercadorias que tinha perdido. Os Romanos, ainda assim, depois de terem tentado muitas vezes, descobriram a rota. E quando Públio Crasso fez a travessia até junto desse povo e teve conhecimento de que a extracção dos metais era feita a pouca profundidade e que os homens eram pacíficos, mostrou com grande detalhe, aos que o desejavam, como trabalhar, a nível comercial, este mar, embora fosse maior do que o que separa a Britânia [do continente]” (Estrabão, **Geografia**, III, 5,11, trad. Deserto e Pereira, 2016).

### 2.2.3. Plínio, o Velho (23-79 d.C.)

“Diante da Celtibéria existe um grupo de ilhas, chamadas pelos gregos Cassitérides pela sua abundância em estanho; frente ao cabo da região dos Arrotrebas encontram-se as seis ilhas dos Deuses, que alguns chamaram Afortunadas” (Plínio, **História Natural**, IV, 119. Trad. Moure Casas, 1982, adaptado)

“O primeiro que trouxe chumbo desde a ilha Cassitéride foi Midácrito” (Plínio, *História Natural*, VII, 198, trad. Del Barrio e Arribas, 1982, adaptado)<sup>6</sup>.



#### 2.2.4. Pompônio Mela († c. 45 d.C.)

“Na Lusitânia está Erítia, a qual, segundo a tradição, foi ocupada por Gérion, e outras ilhas sem nome certo; as suas terras são de tal modo férteis que é suficiente semear uma só vez, porque os grãos que caem no chão renovam as sementes e dão, pelo menos, sete colheitas, às vezes mais. Entre os Celtas há algumas ilhas que, pela sua abundância em estanho, são designadas com um único nome: Cassitérides” (Mela, *Corografia*, III, 47. Trad. Silberman, 1988, adaptado).

#### 2.2.5. Cláudio Ptolomeu (c. 100-170 d.C.)

“No Oceano ocidental estão as ilhas Cassitérides, dez em número. O seu meio está em 4° [de longitude], 45° e 30' [de latitude] (*Geografia* II 6, 73; tradução dos autores).

#### 2.2.6. Caio Júlio Solino (fl. século IV d.C.)

“As ilhas Cassitérides estão voltadas para as costas da Celtibéria; são ricas em estanho” (Solino, *Colectânea*, IV, 12. Trad. Fernández Nieto, 2001, adaptado).

### 3. A RECEPÇÃO DOS TEXTOS E OS DISCURSOS DE APROPRIAÇÃO

As fontes clássicas referidas constituem um escasso e limitado acervo de testemunhos que deram origem a um longo processo de reconfiguração, integração e apropriação dos discursos historiográficos a partir, principalmente, do século XVI, com propostas de localizações que fundamentavam argumentos de prestígio e alimentavam os orgulhos pátrios. Nestes textos sobressai um conjunto de alusões a um arquipélago associado ao estanho e que, sistematicamente, é localizado no Noroeste da Península Ibérica. Porém, é interessante

<sup>6</sup> A referência a Midácrito é enigmática, uma vez que é um hápax isolado e descontextualizado do ponto de vista histórico e cronológico. Não obstante, avançou-se com uma cronologia arcaica que relacionaria este excerto com Tartesso e com antropónimos iónios e áticos (SCHULTEN, 2006, p. 80; GARCÍA Y BELLIDO, 1948, p. 47; cf. *Infra*; GÓMEZ ESPELOSÍN, 1993a, p. 152; 1994, p. 151).



constatar que a tradição historiográfica assumiu sem grandes reservas a opinião comum de que as ilhas se encontravam em águas britânicas desde a publicação de *Britannia*, de William Camden, em 1586 (uma reflexão mais detalhada pode encontrar-se em ALBUQUERQUE e FERRER, 2019: *passim*).

Para entender o êxito das propostas deste autor inglês, é necessário re-  
cuar, pelo menos, a 1453, ano em que Biondo publica a primeira corografia  
moderna a partir da leitura de clássicos como, por exemplo, Estrabão ou Pto-  
lemeu, cujos manuscritos chegavam, nesta altura, à Europa (cf. ALBUQUER-  
QUE e FERRER, 2019). A impressão da *Geografia* ptolemaica, por exemplo,  
testemunha o enorme interesse que inspirava aos intelectuais europeus no últi-  
mo quartel do século XV (Vicenza, 1475; Bolonha, 1477; Roma, 1478; Ulm,  
1482, 1486; Florença, 1482 e novamente em Roma, 1490; cf. HOOGLIET,  
2002, DALCHÉ, 2009; WEISS, 2011). A transmissão de uma “topografia  
histórica” a partir da leitura destes autores e de outros como Mela, Plínio, Tito  
Lívio, Sêrvio ou Virgílio, é um testemunho eloquente de um interesse crescen-  
te pelo estudo dos passados nacionais através da localização dos topônimos  
antigos (DILLER, 1975, p. 97ss.; CASTNER, 2005, p. XXVII; 2016, p. 178;  
DALCHÉ, 2017, p. 370). Uma das primeiras manifestações desta tendência  
é, precisamente, a cartografia, destacando-se o exemplo da *tabula* assinada por  
Nicolau Germano em 1466, incluída num manuscrito de 1466 da *Geografia*  
ptolemaica, e que foi reproduzida em impressões posteriores (Ulm, 1482 e  
1486)<sup>7</sup>. Nestes mapas, as Cassitérides (*Catheterides* ou *Caterides*) associam-se  
aos Açores, ainda que se representem nas proximidades da costa galega (fig. 1).



Fig. 1. A *tabula* de Ptolomeu segundo Nicolau Germano (edição de J. Reger, Ulm, 1482)<sup>8</sup>. Pormenor da localização das Cassitérides

O êxito de *Italia illustrata* de Biondo revela-se na influência que exerceu  
em países como Alemanha, Espanha e Inglaterra, onde se reproduziu a criação

7 Para a edição de 1486, v. <http://digital.bms.rs/ebiblioteka/publications/view/2520> (cons. 19/01/19).

8 [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/1482\\_Cosmographia\\_Germanus.JPG](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/1482_Cosmographia_Germanus.JPG)  
(cons. 17/01/2019)





de discursos históricos integrados em descrições geográficas. Em Espanha, as primeiras corografias publicaram-se entre 1485 e 1512 em Latim e, a partir de 1519, em língua vernácula (KAGAN, 1995, p. 50-52, com bibliografia), originando obras como o *Libro de Grandezas* de Pedro de Medina (1548), para dar um exemplo.

A Galiza, por vários fatores que não interessa desenvolver em pormenor, manteve-se à margem dos interesses dos intelectuais espanhóis devido à sua condição periférica. Esta situação motivou a elaboração da *Descripción del reyno de Galicia* por B. Sagrario de Molina em Mondoñedo (1550; FILGUERA VALVERDE, 1949: IX ss.; para SOTO e FREIRE, 1982, p. 129-130, imprimiu-se em 1543), cujo objetivo era “dar a conocer a España la riqueza natural, artística e intelectual de Galicia” (BARREIRO FERNÁNDEZ, 1988, p. 24). Nesta obra, a prioridade dada à identificação de Tubal como antigo povoador e à ascendência grega das linhagens galegas relegou para uma posição secundária a localização das paisagens antigas.

Esta falta de interesse generalizada é evidente nos trabalhos de Ambrósio de Morales (1513-1591) e, indiretamente, de Abraão Ortélio (1527-1598). O primeiro viajou ao Principado de Astúrias, aos reinos de Leão e Galiza (Junho de 1572-Fevereiro de 1573) para recolher informações sobre igrejas, relíquias e corpos de santos (Real Cédula de Filipe II em Morales, 1577, 11-11v) e, conseqüentemente, analisar a história da Reconquista. As motivações deste humanista estavam, portanto, longe da análise das fontes clássicas (EDOUARD, 2005), apesar de contadas exceções que não incidiram, porém, sobre as Cassitérides<sup>9</sup>. No entanto, noutro trabalho publicado em 1577 (1792), Morales localiza estas ilhas na Galiza, defendendo que “de España fueron sempre, y a ella se las dan todos los cosmógrafos” (1792, p. 165-166).

Abraão Ortélio, por seu turno, instigou vários eruditos da *intelligentsia* europeia para que lhe fornecessem informações sobre as fontes antigas de vários territórios, entre eles Espanha e Inglaterra. É interessante chamar a atenção para este dado, uma vez que elaborou um mapa da Hispânia antiga em 1586, apesar da visível falta de interesse por parte dos eruditos espanhóis na cartografia das paisagens antigas (HERNANDO, 1998, p. 23-28; p. 44-45; MANSO, 2012). Nesse mapa, reproduzido na fig. 2, assinala-se a localização das Cassitérides a partir das coordenadas de Ptolomeu. Aliás, na edição espanhola de 1588, diz, explicitamente, que

9 Por exemplo, na descrição geral da Galiza menciona o rio Nário, referido por Mela (FLÓREZ, 1765, p. 113), a fundação romana de Lugo (*ibid.*, p. 145), a chegada de Anfíloco a Orense depois da Guerra de Tróia (*ibid.*: 147 – 148) e as ilhas “Cizas” de Plínio (*ibid.*: 140 – 141).

“Las islas que pertenescen a España, de que hazen mencion los escritores antiguos, son las que estan al promontorio Celtico, las que llaman Cassiterides, que agora en ninguna parte d’el Oceano parescen” (ORTELIUS, 1588, p. 16).



Fig. 2: *Hispaniae veteris descriptio* (Ortelius 1586), Biblioteca Nacional de España. <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000019084> (cons. 31/03/2019)

Esta ideia manteve-se noutras edições e faz eco de uma identificação das Cassitérides com os Açores, apresentada com muitas reservas pelo eminente cartógrafo alguns anos antes, na primeira edição de *Synonymia* (ORTELIUS, 1578, s.v. Cassitérides; 1588, p. 14; 1595, p. 15). Chama, igualmente, a atenção um pequeno acrescento na edição de 1587 do *Thesaurus Geographicum*, onde transmite, sem qualquer comentário, a opinião de Camden: que as ilhas do estanho correspondiam Sorlingas (ORTELIUS, 1587, s.v. Cassiterides; cf. SMITH, 1691, p. 31-32, com a correspondência entre Camden e Ortélio).

Com efeito, Ortélio, tal como fez em Espanha, procurou obter resposta às suas inquietações entre os eruditos ingleses, que por sua vez manifestaram mais interesse do que os espanhóis na cartografia dos topónimos antigos mencionados nas obras geográficas e itinerários da Antiguidade<sup>10</sup>. Efetivamente,

10 Ortélio manteve contacto com vários eruditos europeus, solicitando-lhes informações para o seu atlas (*Theatrum Orbis Terrarum*, publicado primeiramente em 1570, com 41 edições até 1612, em latim e línguas vernáculas) e para *Synonymia geographica*, um glossário publicado em 1578 e que foi mais tarde ampliado para dar lugar ao *Thesaurus Geographicus* (respectivamente, ORTELIUS 1587; 1596). Em 1588, 1602 e 1611, publicaram-se edições espanholas do *Theatrum* (Hernando 1998: 9ss.).



Camden (1551-1623) aceitou o desafio lançado pelo sábio de Antuérpia para escrever a monumental *Britannia*, segundo afirma no prefácio (SMITH, 1691; RICHARDSON, 2004, p. 117-118), dando assim continuidade a um projeto que deu os primeiros passos poucas décadas antes por autores como Lelande, e que tinha como principal objetivo engrandecer o passado britânico através da *restituta vetere locorum* (LELANDE, 1546/ SMITH, 1907, XLI; MENDYK, 1985, p. 464ss.; SCHWYZER, 2011; ROHL, 2011a; 2011b).

A partir de uma hermenêutica sabiamente orientada e das informações sobre as antiguidades recolhidas nos vários *counties* que estudou numa viagem de *autopsia*, Camden procurou identificar as origens remotas do povoamento das ilhas britânicas. O seu profundo conhecimento do legado clássico foi o ingrediente necessário para procurar cartografar a toponímia antiga e reivindicar para Inglaterra algumas paisagens antigas. É, precisamente, neste contexto que este intelectual londrino, conhecido como *British Strabo* (LEVY, 1964), procedeu a um aturado estudo das fontes que mencionavam as Cassitéries, no intuito de localizá-las nas ilhas Scilly. Preenchia, com isto, um vazio da tradição exegética deixado pelo desinteresse que descrevemos anteriormente. Ao contrário do que o próprio afirmou, não baseou a sua interpretação em Ortélio que, como vimos, nunca chegou a defender tal proposta e limitou-se a citar a de Camden.

O espírito corográfico iniciado em meados do século XV consolidou-se, assim, numa obra que criou, com fina erudição, uma ponte entre o passado e o presente de um território. O prestígio do intelectual londrino, assim como o fato de ninguém ter procedido antes ao estudo desta questão, foram fundamentais para que a esmagadora maioria dos autores posteriores, pelo menos até 1790, aceitasse sem reservas a localização das Cassitérides nas Scilly e não nos lugares propostos pelos seus predecessores, nomeadamente na Galiza e, com menos argumentos, nos Açores<sup>11</sup>.

Depois de *Britannia*, a questão das Cassitérides manteve-se à margem dos interesses da historiografia galega dos séculos XVI e XVII, centrada no passado nobiliário e eclesiástico, na descendência de Noé e nos *nostoi* de Tróia, assim como na produção de “falsos cronicões” (BARREIRO FERNÁNDEZ, 1988, p. 28-29; 40ss.; CASTRO, 2002, p. 1827-1832; cf. Albuquerque e Ferrer, 2019). Conhecem-se referências de algumas obras manuscritas que nunca foram dadas à estampa, entre elas a *Historia de Galicia*, escrita em meados do

11 “In celticis] apud Galaicos è regione capitis finis terrae Cassiterides, quae hodie vno nomine Bisargo vocantur” (Olivarius, 1577: 103). Este comentário não aparece na primeira edição de 1536. Camden lê o topônimo como Cisarga. Por outro lado, há que assinalar que a obra de Ortélio foi muito pouco citada entre os intelectuais espanhóis (Hernando, 1998, p. 44-45).



século XVII pelo Jesuíta Antonio López Ferreiro (Elías de Tejada e Pércopo, 1966, p. 235-236), onde se defende a localização das estaníferas nas ilhas de Arosa e Cortegada (GARCÍA ROMERO, 1923, p. 326-327), e outra, com o mesmo título, assinada por Antonio Rodríguez de Novoa, que também reivindica, e 1648, a pertença das ilhas à Galiza (BARREIRO FERÁNDZ, 1988, p. 39, n. 111; CORNIDE, 1790a, p. 60-62). No entanto, estas menções, às quais se podem juntar outras, eram secundárias face aos interesses do discurso historiográfico galego, que procurava reivindicar um passado grego, uma singularidade e uma antiguidade maior que a dos espanhóis (v., sobretudo, CORNIDE 1790a; ALBUQUERQUE e FERRER, 2019).

Além disso, estes autores não tinham o prestígio de Camden na Europa, o que motivou a aceitação sem reservas das propostas deste erudito. Neste contexto, a cartografia testemunha a transcendência desta interpretação (cf. Mapa da Grã-Bretanha de N. Sanson e M. Tavernier, 1641; mapa das ilhas britânicas na Antiguidade, de Celarius, 1799), do mesmo modo que a produção escrita. Samuel Bochart, por exemplo, defendeu que Midácrito, referido por Plínio (**História Natural**, VII, 197), era Melicarto ou Melqart, e que este chegou às Sorlingas, e que *Britannia* era um corónimo de origem semita (BOCHART, 1646 = 1707, p. 648ss.; p. 719- 720; cf. BÉRARD, 1895, p. 274; BONNET, 2015).

A influência de Bochart no relativo à toponímia semita reflete-se nos trabalhos de A. Sammes, em Inglaterra (SAMMES, 1676), que defendeu uma origem fenícia para o corónimo *Britannia* e de Martín Sarmiento, na Galiza, que propôs uma relação entre *anak*, palavra semita para estanho, e *Aunios* (PLÍNIO, **História Natural**, IV, 11; BOCHART, 1646, p. 720; MONTEAGUDO, 1957, p. 357; REGUERA RODRÍGUEZ, 2006, p. 294; ÁLVAREZ SOTELO, *apud* CORNIDE, 1790a, p. 70; sobre a etimologia de *anak*, cf. REINACH, 1894, p. 107; DOSSIN, 1971, p. 12).

A historiografia galega em geral defendia, no século XVIII, a localização das estaníferas na costa do Noroeste peninsular<sup>12</sup>. O próprio Sarmiento, em meados do século XVIII, defendeu que correspondiam às ilhas das rias de Pontevedra (Ons), Arosa (Sálvora) e Vigo (Cíes), partindo da referida etimologia e da identificação de novas minas de estanho em Baiona e Vigo (cf. Cartas 57 e 68 em REGUERA RODRÍGUEZ, 2006, p. 56).

12 Muitos manuscritos desta época permanecem inéditos. Entre otros, Sarmiento, 1762; s.d.; Reguera Rodríguez, 2006, com bibliografía; Rioboo y Seixas, 1749, foi parcialmente transcrito em Taín Guzmán, 2000, p. 505ss.; cf. Cornide, 1790a, p. 92



Neste contexto intelectual de renovação metodológica, autores como E. Flórez (1759, p. 56-58) e o Marquês de Valdeflores (1722-1772), deram continuidade às propostas de Camden (CORNIDE, 1790a, p. 75-76; cf. MASDEU, 1785, p. 55-57), enquanto que outros continuaram a defender a localização das Cassitérides na Galiza, por exemplo em Bayona (RODRÍGUEZ CAMPOMANES, 1756, p. 44; RODRÍGUEZ MOHEDANO e Rodríguez Mohedano, 1759, p. 380ss.; MASDEU, 1783, p. 120; 147; 1785, p. 259; CORNIDE, 1790a, p. 82-85). Poderíamos acrescentar a esta lista outros nomes, mas uma boa parte dos manuscritos produzidos no século XVIII permanecem, ainda, inéditos (SARMIENTO, 1762; s.d.; REGUERA RODRÍGUEZ, 2006, com bibliografia; RIOBOO e SEIXAS, 1749, foi parcialmente transcrito em Taín Guzmán, 2000, p. 505ss.; cf. CORNIDE, 1790a, p. 92)<sup>13</sup>.

As principais críticas ao paradigma inglês surgiram em 1790 com as obras de dois autores: o onubense Manuel I. Pérez Quintero (1758-c. 1800) e o corunhês José Cornide de Folgueira y Saavedra (1738-1803). Estes eruditos puseram o seu patriotismo ao serviço de uma crítica mais sistemática ao paradigma inglês e criticaram abertamente, não só Camden, mas também os predecessores espanhóis que aceitaram as suas propostas (PÉREZ QUINTERO, 1790; cf. MASDEU, 1796, em resposta a estas críticas).

O primeiro deve ser valorizado sobretudo pelo seu contributo como catedrático de Gramática, ao assinalar alguns problemas de tradução do poema de Avieno que mencionava as *Estrímnides* (*Ora Marítima*, 88-98), assim como outros que estruturaram uma argumentação baseada, sobretudo, no entendimento das fontes e na proposta de localização das Cassitérides no Cabo Touriñán (PÉREZ QUINTERO, 1790, p. 16-17; cf. SARMIENTO, 1880; ALBUQUERQUE e FERRER, 2019).

A *Disertación* de Pérez Quintero estava no prelo quando as oficinas de Benito Canto, em Madrid, terminavam de imprimir o texto de Cornide (1790a; relativamente a este fato, PÉREZ QUINTERO, 1790, p. 49), um testemunho eloquente dos seus esforços no estudo das antiguidades galegas (Abascal e Cebrián, 2009) e da correspondência que manteve com alguns sábios contemporâneos, nomeadamente com Fr. Pablo Rodríguez, um beneditino de Pontevedra, versavam sobre a geografia da Galiza (Abascal e Cebrián,

13 Este parece ser o caso de iniciativas como o projecto, iniciado em 1738, do *Diccionario Histórico-crítico Universal de España*, e designado, a partir de 1722, como *Diccionario Geográfico de España*, que não foi, tal como as suas congéneres Memórias Paroquiais, impressas nesse momento (cf. Almagro e Maier, 2002: passim).



2006, p. 407; 2009, p. 56-58)<sup>14</sup>. Não é necessário expor em pormenor os argumentos do sábio corunhês (uma visão geral em PINEIRO RIVAS, 2017, p. 309-318), mas o mais destacável da sua produção é, indubitavelmente, o rigor e o saber enciclopédico com que tratou o amplo conjunto de informações proporcionadas pelos autores anteriores, tanto clássicos como modernos (BARREIRO FERNÁNDEZ, 1988, p. 55), revelado no seu *Mapa corográfico de la Antigua Galicia* (CORNIDE, 1790b)<sup>15</sup>, na sua *autopsia* em várias viagens pela Galiza (ABASCAL e CEBRIÁN, 2009), na exegese das fontes clássicas e nos seus estudos mineralógicos (CORNIDE, 1790a, p. 81; 1790b, especialmente a “lista de correspondencia de los nombres antiguos á los modernos”; 1803; CAPEL e URTEAGA, 1983, p. 7-12; p. 21-22).

Em linhas gerais, a historiografia decimonónica dá continuidade às propostas de Cornide, integrando-as na visão romântica do “celtismo” (BARREIRO FERNÁNDEZ, 1988, p. 56ss.; CAVADA e NÚÑEZ, 2008; cf. ALBUQUERQUE e FERRER), representando uma resposta ao *horror vacui* criado entre a primitiva história sagrada (com povoadores antigos como Tubal e Brigo) e a posterior presença fenícia (c. 2000- 1600 a.C.). Um exemplo neste sentido é a obra de B. Vicetto (1865), que reclama para a Galiza a origem da Europa, assim como uma expansão para outros territórios. As Cassitérides incluem-se, no seu discurso, nos contactos e uma fusão pacífica entre fenícios e “céltigos” (*sic*), em que os primeiros são apresentados como portadores de civilização e como fundadores dos faróis de Hércules, Lanzada e Touriñán, assim como de armazéns em vários pontos da costa galega e de rotas de navegação conjuntas com os Celtas rumo às Sorlingas (Vicetto, 1865, p. 130-168). Assim, no cômputo geral, Vicetto coloca-se na linha da “peregrinação secular” das ilhas, como bem definiu Monteagudo (1957, p. 377-381), que defende a existência de vários lugares que receberam esse nome.

O modelo ariano que se impôs no discurso histórico galego acabou por ofuscar o tema das Cassitérides, como se revela no estudo de M. Murguía e nos 4 volumes da *Crónica General de España* dedicados à Galiza (González García, 2007, p. 31-32), onde se defendia acerrimamente a origem ária dos antepassados dos Galegos e onde se marcou um distanciamento face às propostas de mistura de populações e a um tema inequivocamente relacionado com os Fenícios (Fulgoso, 1866; 1867; 1868; cf. González García, 2017, p. 37). Além

14 Veja-se o texto, transcrito por Sara Abreu e por nós publicado (Albuquerque e Ferrer Albelda, 2019), com o título *Sobre la necesidad de buscar las Cassiterides en la costa de Galicia y con comentarios de Avieno*, escrita entre 1787 e 1788 e actualmente depositada na Biblioteca da Real Academia de la Historia.

15 <http://bibliotecadigital.rah.es/dgbrah/es/consulta/registro.cmd?id=12761> (cons. 18/10/2019).





disso, a arqueologia começa a ser, nesta fase, um elemento importante para a afirmação ou negação de propostas relacionadas com as fontes, o que se revela tanto nos textos de Fulgósio como nos seus sucessores (Villa-Amil y Castro, Saralegui e Barros Silveiro, entre outros). No entanto, no que diz respeito à prática arqueológica, esta tendência não assentou sobre trabalhos de campo sistemáticos, levando a que a investigação galega não estivesse, nesse sentido, ao nível das congêneres europeias, incluindo a que se desenvolvia com destacável intensidade na outra margem do rio Minho (Sarmiento, 1880; Gonçalves e Diniz, 1993-1994; González García, 2007, p. 48-49).

Em jeito de balanço do que foi até agora tratado, a localização das Cassitérides a partir das fontes fundamentou-se quase exclusivamente em apriorismos inspirados por sentimentos patrióticos ou regionalistas, assim como na identificação de minas de estanho, com o intuito de defender a apropriação destas paisagens da antiguidade. Cabe, portanto, procurar encontrar uma justificação para a fortuna da proposta de Camden e da equação Cassitérides – Sorlingas, assim como para o fato de as restantes localizações terem sido relegadas para um plano secundário. A resposta a esta questão parece estar, por um lado, no fato de a investigação galega ter sido difundida entre receptores espanhóis, sem sequer ser apresentada nos círculos de discussão internacionais, onde a proposta de Camden havia vingado com um extraordinário êxito. Isto não significa, porém, que a hipótese galega tenha sido excluída, como veremos, das reflexões de outros sábios europeus (HOLMES, 1907, p. 483-514).

Os discursos historiográficos franceses e ingleses de finais do século XIX estavam profundamente marcados pelo Romantismo. Neste contexto, tanto a língua como os pressupostos antissemitas do Modelo Ariano (cf. BERNAL, 1993) condicionaram fortemente o estudo das Cassitérides, graças à sua associação (explícita, aliás, nas fontes) aos Fenícios. Neste sentido, um estudo etimológico que valorizasse uma origem diferente para o topônimo poderia ser um argumento de peso para dar protagonismo aos europeus no controlo destas rotas, o que veio a manifestar-se na identificação de uma suposta origem “celta”, proposta por S. Reinach em 1892, assim como a identificação de Midácrita com Midas, conferindo assim relevância aos Ródios e aos Frígios (HERRERA DELGADO, 2019)<sup>16</sup>. A mesma origem do étimo foi defendida uma década antes por Rhys, que afirmou, por outro lado, que as Cassitérides foram erroneamente (*sic*) associadas às Sorlingas (1882 = 1904, p. 44; p. 287-289).

---

16 Este debate etimológico reveste-se de um inegável interesse, uma vez que acabou por ser colocado no centro da interpretação do nome e da identificação dos principais protagonistas do comércio do estanho na Antiguidade. Parece mais provável que o seu interesse resida no fato de representar um vazio de investigação que permitiria reclamar para os antepassados europeus o domínio das rotas mencionadas nas fontes.



Não obstante, esta hipótese continuava a ser a que mais ampla difusão teve entre os intelectuais deste século, como se manifestou, aliás, na exploração arqueológica destas ilhas, levada a cabo por G. Bonsor entre 1899 e 1902 (HERRERA DELGADO, 2019). Como se sabe, o autor não identificou quaisquer vestígios da presença fenícia nesta área, nem elementos que pudessem corroborar as interpretações das fontes que, desde Camden, fizeram, e ainda fazem, parte da *communis opinio* da investigação sobre estas ilhas. Por exemplo, num estudo publicado há mais de seis décadas por L. Monteagudo, parecia ter-se perdido o rasto das interpretações mais antigas, mas estavam ainda vigentes as propostas que enumeramos até este momento (MONTEAGUDO, 1957). O autor divide as várias opiniões em quatro grandes grupos: os que consideram que as estaníferas são um espaço imaginário, os que defendem que se localizam em terra firme na Bretanha, os que as identificam com ilhas atlânticas entre as Sorlingas e a costa galega e, finalmente, os que postulam uma “peregrinação secular” que, à semelhança do que ocorrera com outras paisagens insulares semelhantes (as *Fortunatae*, p.ex.), se associaram a lugares diferentes ao longo dos séculos. O fio condutor de todas estas propostas era, obviamente, o reconhecimento de minas de estanho em vários lugares e leituras com maior ou menor precisão das fontes clássicas.

Apesar da diversidade de propostas sobre a localização das ilhas, o estudo das fontes é manifestamente insuficiente, embora seja evidente que estas, por norma, apontam para as costas galegas. Trabalhos recentes, desenvolvidos no âmbito do Projeto *Estrímnides* e publicados quase em simultâneo com o presente artigo (FERRER ALBELDA, coord., 2019), permitem afirmar que estes textos transmitem, muito provavelmente, ecos do comércio de Gadir com o Noroeste da Península Ibérica (SÁEZ ROMERO *et al.*, 2019), que chegaram ao conhecimento de autores como Hecateu através de informações proporcionadas, muito provavelmente, de portos como *Onoba* (atual Huelva).

#### 4. A ARQUEOLOGIA

Além da inegável contribuição para a discussão sobre as rotas gaditanas, uma recente reinterpretação dos materiais arqueológicos exumados nas Rias Baixas e na área da Corunha permite avaliar a intensidade dos contatos, assim como um impacto que estes tiveram nas populações locais. O início destas rotas pode situar-se, sensivelmente, em finais do século V a.C. ou nos inícios





da centúria seguinte, com contatos aparentemente esporádicos que podem associar-se à presença cartaginesa na Península Ibérica, estendendo-se até aos inícios da época alto-imperial (SÁEZ ROMERO *et al.*, 2019: *passim*)<sup>17</sup>.

Os resultados destes estudos fornecem pistas interessantes para o estudo das fontes, uma vez que os materiais mais antigos desta área são algumas décadas posteriores aos textos de Heródoto e Hecateu de Mileto e testemunham a existência de contatos contemporâneos do período de “silêncio” que antes se comentou. Aliás, as fases de maior intensidade correspondem aos finais do século I a.C. (*ibid.*), momento em que as ilhas voltaram a ser referidas, desta vez por Diodoro Sículo (cf. *supra*).

## 5. UM TEMA PARALELO: A ETIMOLOGIA DE ΚΑΣΣΙΤΕΡΟΣ

É, igualmente, importante assinalar de passagem o debate sobre a etimologia dos termos gregos *κασσίτερος* e *Κασσιτερίδες* entre os linguistas, ainda que seja um tema paralelo ao que aqui se discute e não tenha especial influência na leitura geral que se apresenta nesta ocasião. As opiniões dividem-se entre uma origem oriental e outra ocidental, em que a primeira pressupõe que *Κασσιτερίδες* recebeu essa designação pelo nome dado ao metal, enquanto que a segunda defende que *κασσίτερος* é assim designado devido às ilhas.

No primeiro caso, propôs-se uma relação com o etnónimo Cassita e com o elamita *kassi-ti-ra*, levando a pensar que esta comunidade seria a principal fornecedora do metal, assim como com o sânscrito *kastira-m* (HÜSING, 1907, p. 25; HROZNÝ, 1939; CHANTRAINE, 1968, *s.v.* *κασσίτερος*; DOSSIN, 1971, p. 8-9; cf. Estêvão de Bizâncio, *s.v.* *Κασσίτερα*, uma ilha das imediações do rio Indo), o que não seria contraditório com a origem próximo-oriental da metalurgia e de palavras gregas que designam os metais (HESTER, 1965, p. 356; DOSSIN, 1971, p. 9ss.) nem com a quantidade de vezes que o termo surge antes de que Heródoto referisse o topónimo *Κασσιτερίδες* (RAMIN, 1965, p. 51-54). Outros procuraram estabelecer relações com o sânscrito *kastira-m*, que por sua vez se emparentaria com o eslavo antigo *kassiterŭ* ou *kossiterŭ* (BOISACQ, 1916, *s.v.* *κασσίτερος*; DOSSIN, 1971, p. 7), enquanto que, para Chantraine, a etimologia do termo é obscura (1968, *s.v.* *κασσίτερος*).

A segunda hipótese aponta para uma origem céltica e foi apresentada, pela primeira vez, por L. Wilser em 1890 (*L'Anthropologie* 3, 1892, p. 745)

<sup>17</sup> Os autores desse estudo dividem este processo de contactos em três fases: finais do século V a.C./ inícios do século IV a.C. a meados do século II a.C.; meados do século II a.C. a meados do século I a.C. e, por último, meados do século I a.C. a inícios da época alto-imperial.



e continuada por S. Reinach em dois importantes artigos (1892 e 1894). Esta tese postula, como se aflorou, que o termo que designa o estanho, *κασσίτερος*, teria origem no topônimo e não o contrário. Não seria, pois, de estranhar que esta ideia fosse perflhada por Schulten algumas décadas mais tarde, atribuindo a *κασσίτερος* uma origem pré-céltica, a julgar pela aparição do termo na *Iliada*, e acrescentando que a desinência *Cass-* era comum no âmbito “liguro-celta” (1945, p. 30). Estudos recentes têm vindo a colocar a tônica noutra conjunto de termos que partilham esta raiz com os étimos expostos anteriormente e que parecem relacionar-se, de modo aparentemente sistemático, com o estanho, além de serem um ponto de partida para reconstituir, a partir da toponomástica, as rotas do metal (MAIRECOLAS e PAILLER, 2010, p. 151ss.).

Apesar do inegável interesse desta discussão, este tema merece um tratamento monográfico e não pode ser tratado nesta ocasião com detalhe. Em todo o caso, enquadrar-se-ia na reflexão que se propõe no próximo capítulo sobre a geografia dos recursos, que se caracteriza, precisamente, pela existência de topônimos inspirados nas matérias – primas proporcionadas pelos respectivos territórios.

## 6. A GEOGRAFIA DOS RECURSOS

É, pois, momento de voltar aos textos com uma brevíssima reflexão sobre a geografia dos recursos que marcou a produção literária dos séculos VI e V a.C., especialmente a obra de Hecateu de Mileto (ALBUQUERQUE e FERRER, 2019). É possível que o geógrafo milésio tenha sido uma das fontes escritas conhecidas por Heródoto na elaboração de um *logos* sobre o Ocidente que, como se sabe, não primou pela precisão nem pela abundância de dados. A falta de interesse do autor por estes territórios (justificada, aliás, pelos próprios objetivos da sua obra) acrescenta-se à postura crítica com que recebeu as informações de Hecateu, especialmente a concepção cosmográfica da escola iónica.

Assim, apesar da falta de evidências diretas de uma consulta de *Periodos Gês* para a referência vaga às Cassitérides, parece evidente que a formação do próprio topônimo (independentemente da sua etimologia) é a consequência de uma mundivisão que determinou a redação de textos periplográficos. Esta tendência revela-se, como também se assinalou, em vários topônimos “falantes” que mais não fazem do que configurar a percepção do mundo como uma sequência de fontes de obtenção de recursos (cf. MAIRECOLAS e PAILLER, 2010, p. 143-144, com bibliografia). Estes topônimos, do mesmo modo que esta imagem da terra habitada, acabaram por ser mencionados em obras como

a de Estêvão de Bizâncio, deixando entrever que, no século VI a.C., já se conheciam algumas comunidades peninsulares.



Neste contexto, ainda não se resolveu o problema das fontes de informação de Hecateu, ainda que se tenha defendido a possibilidade de o autor ter consultado arquivos em Tiro ou outra cidade fenícia, ou mesmo outros textos de carácter periegético, como o de Cílix de Carianda ou Eutímedes de Massalia, mas o estado fragmentário destas obras inibe qualquer análise comparativa. Em todo o caso, a possibilidade de que tenha existido uma rede de comerciantes que detinham um conhecimento pormenorizado do Ocidente abre caminho para avançar com a possibilidade de que uma comunidade grega estabelecida em Huelva tenha sido responsável pela transmissão de conhecimentos sobre as costas atlânticas a partir de inícios do século VI a.C. É, igualmente, provável que a cadeia de transmissão de conhecimentos sobre as paisagens setentrionais tenha origem em ocupações que, como Santa Oláia, junto à desembocadura do rio Mondego (Portugal), estariam mais familiarizadas com as rotas atlânticas, pelo menos desde o século VII a.C. (sobre o sítio, cf. FRANKENSTEIN, 1997, p. 201-204.; ARRUDA, 1999- 2000, p. 227ss., com bibliografia).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a transmissão textual das Cassitérides não oferece muitas dúvidas sobre a sua localização nas costas galegas, o que, aliás, parece ser corroborado pelos vestígios arqueológicos analisados nos últimos anos.

O estudo destas ilhas, como tivemos oportunidade de constatar ao longo das linhas precedentes, baseou-se fundamentalmente na identificação de fontes de estanho e na hermenêutica dos textos clássicos que mencionavam, muito de passagem, ilhas localizadas no Atlântico, ou mesmo nos aparentes vestígios toponímicos. Estes argumentos, porém, ocultam outros interesses, nomeadamente a necessidade de reivindicar para uma comunidade as paisagens antigas, assim como para enobrecer uma região ou mesmo de uma cidade. Nesse sentido, a aturada leitura das fontes de Camden foi orientada no sentido de dar à sua pátria o prestígio de ter sido uma cobiçada e celebrada fornecedora de estanho e não foi, como vimos, rebatida durante várias décadas, mais por inércia que por falta de argumentos sólidos.

Neste sentido, a revisão da produção historiográfica tem o condão de identificar as várias debilidades dos argumentos apresentados desde a formação e consolidação do género corográfico na Europa, especialmente em Inglaterra e em Espanha, até praticamente aos nossos dias, ainda que o tema peça



um estudo mais sistemático e profundo. É evidente, por exemplo, que a localização da Galiza nem sequer é considerada em bibliografia produzida fora da Península Ibérica (entre outros, CHANTRAINE, 1968, *s.v.* Κασιίτερος; ASHERI *et al.*, 2007: 503), apesar de, como vimos, a maioria dos textos apontar para essas paragens. Além disso, nem mesmo o eminente cartógrafo Abraão Ortélio afirmou, como tantas vezes se pretendeu, que as Cassitérides se localizavam nas Sorlingas.

O estudo das fontes permite abordar o tema das Cassitérides como um reflexo da construção de uma mundivisão marcada por uma geografia dos recursos. Esta tendência foi determinante para a formação de topônimos falantes e para uma forma de ordenar a representação do mundo através das fontes de matérias-primas (agricultura, metais, etc.). É neste contexto que se pode entender a transmissão do nome Κασιίτεριδες para designar um espaço insular do qual provinha o estanho.

No que diz respeito à etimologia de κασιίτερος e Κασιίτεριδες, não é de estranhar que tenha sido um argumento que sustentou as propostas antisemitas de S. Reinach nos finais do século XIX, e que o autor tenha apontado a bússola para uma origem ocidental, céltica, fazendo derivar o termo grego que designava o estanho de um topônimo. Esta questão, no entanto, não deve ser sobrevalorizada, uma vez que se destina a explicar a origem de um étimo na língua grega, sem que se saiba com exatidão a cronologia da sua formação, ou mesmo a sua transmissão. Em suma, a etimologia não constitui um argumento relevante para a questão que procurámos descrever até este ponto, mais além da constatação de que se trata de um topônimo falante.

Os recentes estudos de materiais podem, pois, identificar a existência de contatos entre as populações que habitavam a atual Galiza e o Sul da Península Ibérica em época pré-romana e, conseqüentemente, explicar a gênese de uma tradição que referiu uma remota fonte de estanho no Atlântico, ainda que se deva considerar, nesta reflexão, o papel que as várias ocupações costeiras da fachada atlântica peninsular desempenharam a partir do século VII a.C., tanto na aquisição de matérias – primas como na circulação de informações que chegaram às cidades gregas através do comércio mediterrânico.

As propostas aqui apresentadas, longe de constituir uma nova reivindicação (como as que vimos) das paisagens antigas para satisfazer caprichos nacionalistas ou regionalistas, pretenderam lançar alguma luz sobre uma questão que tem tanto de interessante como de nebulosa. Esperamos que futuros estudos desta questão possam caracterizar com maior precisão a longa tradição exegética que reproduziu, sem o suficiente aparato crítico, as propostas de

Camden, assim como as rotas comerciais que propiciaram a transmissão oral de umas ilhas atlânticas conhecidas pela produção ou aquisição do estanho.



## BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN, Juan M.; CEBRIÁN, Fernández. **Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos sobre antigüedades de la Real Academia de la Historia**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2006.

ALBUQUERQUE, Pedro; FERRER ALBELDA, Eduardo. Las Casitérides: discursos historiográficos y apropiaciones de un topónimo errante. In: FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.). **La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad**, Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2019, p. 13-62.

ALGANZA ROLDÁN, Minerva. ¿Historiadores, logógrafos o mitógrafos? (Sobre la recepción de Hecateo, Ferécides y Helánico). **Polymnia**. Lille, nº 1, 2012, p. 3-24.

ALMAGRO-GORBEA, Martín; MAIER ALLENDE, Jorge. La Real Academia de la Historia y la Arqueología española en el siglo XVIII. In: CACCIOTTI, Beatrice; RAVENTÓS, Dupré; BELTRÁN FORTES, Dupré; VENETUCCI, Beatrice P. (coords.). **Illuminismo e ilustración: le antichità e i loro protagonisti in Spagna e in Italia nel XVIII secolo**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2002, p. 1-28.

ALONSO-NÚÑEZ, José M.. Herodotus on the Far West. **L'Antiquité Classique**, Liège, LVI, 1987, p. 243-249.

AMIOTTI, Gabriella. Le colonne d'Ercole e i limiti della ecumene. In: SORDI, Marta (ed.). **Il confine nel mondo classico**. Milano: Università Cattolica, 1987, p. 13-20.

BARREIRO FERNÁNDEZ, Xosé R.. La historia de la historia. Aproximación a la historiografía gallega (siglos XVI-XIX). In: CASTRO, Xavier; JUANA, Jesús de (eds.). **Historiografía gallega. IX Xornadas de Historia de Galicia (4. 1986 Orense)**. Orense: Diputación Provincial, 1988, p. 18-80.

BÉRARD, Victor. La Méditerranée phénicienne. **Annales de Géographie**, v. 16, 1895, p. 271-286.

BERNAL, Martin. **Atenea Negra: Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica. Volumen I, La invención de la Antigua Grecia, 1785-1985**. Barcelona: Crítica, 1993.

BOCHART, Samuel. **Samuelis Bocharti Geographia Sacra seu Phaleg et Canaan, cui accedunt variae dissertationes philologicae, geographicae, theologicae &c. Antehac ineditae et Tabulae Geographicae et indices**, 4ª ed. Leiden: C. Boutesteyn, & J. Luchtmans.

BOISACQ, Émile. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque, étudiée dans ses rapports avec les autres langues indo-européennes**. Heidelberg e Paris: C. Winter e Klinskieck, 1916.

BROCA, J.B. **Heródoto: História**. Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 1950.



CAMDEN, William. *Britannia, sive florentissimorum regnorum, Angliae, Scotiae, Hiberniae, et Insularum adiacentium ex intima antiquitate Chorographica descriptio*, London, Radulphum Newbery, 1586.

CAPEL, Horacio; URTEAGA, Luis. **José Cornide: Ensayo de una descripción física de España (1803)**. Barcelona: Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona, 1983.

CASTNER, Catherine C.. **Biondo Flavio's Italia Illustrata: Text, Translation and Commentary**, Vol. I, Northern Italy. Binghamton, Binghamton University Press, 2005.

CAVADA NIETO, Milagros; NÚÑEZ GARCÍA, Óscar. El celtismo galaico en la historiografía gallega de los ss. XIX y XX. *Minius*. Vigo, v. 16, p. 21-61.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck.

CORNIDE, José. **Las Casiterides ó islas del Estaño, restituidas á los mares de Galicia: disertación critica, en que se procura probar que estas islas no son las Sorlingas, como pretendía en su Britania Guillermo Cambden**. Madrid: Oficina de Don Benito Cano, 1790a.

CORNIDE, José. **Mapa Corográfico de la Antigua Galicia, arreglado á las descripciones de los geógrafos griegos y romanos, con una lista de la correspondencia de los nombres antiguos á los modernos**. S.L.: S.N., 1790b.

DALCHÉ, Patrick G.. **La géographie de Ptolémée en Occident (IVe-XVIe siècle)**. Turnhout: Brepols, 2006.

DALCHÉ, Patrick G.. **Strabo's reception in the West (Fifteenth–Sixteenth Centuries)**. In: DUECK, Daniela (Ed.). **The Routledge Companion to Strabo**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2017, p. 367-383.

DE HOZ, Javier. **Historia lingüística de la Península Ibérica en la Antigüedad I. Preliminares y mundo meridional prerromano**, Madrid: CSIC, 2010.

DE SANCTIS, Gaetano. Intorno al razionalismo di Ecateo di Mileto. *Rivista di Filologia Classica*, Torino, n° 11, 1933, p. 1-15.

DEL BARRIO SANZ, Encarnación; ARRIBAS HERNÁNDEZ, MARÍA L., **Plinio el Viejo: Historia Natural II**. Madrid: Gredos/ RBA, 2008.

DESERTO, Jorge; PEREIRA, Susana da H.M.. **Estrabão: Geografia. Livro III**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, Adolfo. Píndaro y las Columnas de Hércules. **Actas del Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar" (Ceuta, 1987)**, Vol. I. Madrid: UNED, 1988, p. 711-724.

DOSSIN, Georges. Grèce et Orient. *Revue Belge de Philologie et D'Histoire*. Bruxelles, v. 49, n. 1, p. 5-13.

EDOUARD, Sylvette. El "Viaje..." de Ambrosio de Morales (1572): Reliquias de santos y arqueología Cristiana de España, in: Vitse, Marc (ed.), **Homenaje a Henri Guerrero: la Hagiografía entre historia y literatura en la España de la Edad Moderna y el Siglo de Oro**. Madrid [etc.]: Iberoamericana/ Vervuert, 2005, p. 549-559.

ELÍAS DE TEJADA, Francisco; PÉRCOPO, Gabriella. **El reino de Galicia, Tomo I, Hasta 1700**. Vigo: Galaxia, 1966.

FERNÁNDEZ NIETO, F.J.. **Solino: Colección de hechos memorables**. Madrid, Gredos, 2001.



FERREIRA, J.R., **Avieno: Orla marítima**. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.). **La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad**, Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2019.

\_\_\_\_\_. Cartago y la transmisión de los conocimientos geográficos sobre el extremo Occidente. *In*: CANDAU MORÓN, José M.; GONZÁLEZ PONCE, Francisco J.; CHÁVEZ REINO, Antonio L. (coords.). **Libyae Lustrare Extrema. Realidad y literatura en la visión grecorromana de África. Homenaje al Prof. Jehan Desanges**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008, p. 53-65.

FERRER ALBELDA, Eduardo; ALBUQUERQUE, Pedro. El conocimiento del extremo Occidente en la Grecia arcaica: las Casitérides y la geografía de los recursos, *in*: Ferrer Albelda, Eduardo (coord.). **La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad**, 2019, p. 131-180.

FERRER ALBELDA, Eduardo; JIMÉNEZ DELGADO, José M., Kálathe/Kalathousa: una ciudad ignota del extremo Occidente. *In*: GARCÍA SÁNCHEZ, Jorge; MAÑAS ROMERO, Irene; SALCEDO GARCÉS, Fabiola (eds.). **Navigate necesse est: Estudios en homenaje a José María Luzón Nogué**. Madrid: UCM, 2015, p. 144 – 150.

FLÓREZ, Enrique. **Viage de Ambrosio de Morales por orden del Rey Don Phelipe II a los reynos de Leon, y Galicia, y Principado de Asturias, para reconocer las Reliquias de Santos, Sepulcros reales, y libros manuscritos de las Cathedrales, y Monasterios**. Madrid, Antonio Marin, 1765.

FOWLER, Robert L.. Herodotos and his contemporaries. **Journal of Hellenic Studies**. Cambridge, nº 116, 1996, p. 62-87.

FULGOSIO, Fernando. **Crónica de la provincia de la Coruña**. Madrid: Aquiles Ronchi, 1866.

\_\_\_\_\_. **Crónica de la provincia de Orense**. Madrid: Rubio y Compañía, 1868.

\_\_\_\_\_. **Crónica de la provincia de Pontevedra**. Madrid: Rubio y Compañía, 1867.

GANGUTIA ELÍCEGUI, Elvira. Hecateo y las inscripciones griegas más antiguas de la Península Ibérica. **Archivo Español de Arqueología**. Madrid, v. 72, 1999, p. 3-14.

GARCÍA ALONSO, Juan L., Nombres griegos en -ουσσα en el Mediterráneo occidental. Análisis lingüístico e histórico. **Complutum**. Madrid, 7, 1996 p. 105-124.

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio. **Hispania Graeca**. Barcelona: Instituto Español de Estudios Mediterráneos.

GÓMEZ ESPELOSÍN, Francisco J.. El discurso ecuménico. Geografía griega e imperialismo persa en Heródoto. *In*: FORNIS, César (ed.). **Los discursos del poder/ El poder de los discursos en la Antigüedad Clásica**, Zaragoza: Pórtico, 2013 p. 37-54.

\_\_\_\_\_. Estrabón y la tradición mítica sobre el extremo occidente, *in*: Cruz Andreotti, Gonzalo (ed.), **Estrabón e “Iberia”: nuevas perspectivas de estudio**. Málaga: Universidad de Málaga, 1999 p. 63-80.

\_\_\_\_\_. Heródoto, Coleo y la Historia de España Antigua. **Polis**, Alcalá de Henares, 5, 1993a, p. 151-162.





\_\_\_\_\_. Iberia as a Barbarian Land: Perception of a Cultural Stereotype. **Ancient World**. Chicago, v. 2, n° 2, p. 131-142

\_\_\_\_\_. Tierras fabulosas del imaginario griego. In: Gómez Espelósín, Francisco J.; Pérez Lagarcha, Antonio; Vallejo Girvés, Margarita, **Tierras Fabulosas de la Antigüedad**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 1994, p. 101-303.

GONÇALVES, Victor S.; DINIZ, Mariana. Na segunda metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. **O Arqueólogo Português**. Lisboa, s. 4, n° 11-12, 1993-1994, p. 175-187.

GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco José (coord.). **Los pueblos de la Galicia Celta**. Madrid: Akal.

GONZÁLEZ PONCE, Francisco J.. Las puertas del abismo: La visión del Estrecho de Gibraltar en la periplografía griega. **Mainake**. Málaga, n° 30, 2008, p. 59-74.

\_\_\_\_\_. Suda, s.v. Σκύλαξ. Sobre el título, el contenido y la unidad de FGrHist III C 709. **Geographia Antiqua**. Firenze, n° 6, 1997, p. 37-52.

HEIDEL, William A. "Hecataeus and Xenophanes", **American Journal of Philology**. Philadelphia, v. 64, n° 3, 1943, p. 257-277.

HERNANDO RICA, Agustín. **Contemplar un territorio: los mapas de España en el "Theatrum" de Ortelius**. [s.l.]: Ministerio de Fomento, Instituto Cartográfico Nacional, 1998.

HERRERA DELGADO, José R. **Bonsor y las Casitéridas: Transcripción y análisis crítico del manuscrito An Archaeological exploration of the Scilly Isles, 1899 - 1900**. Trabajo de Fim de Licenciatura inédito. Sevilla: Universidade de Sevilla, 2019.

HESTER, David A.. "Pelagian" – a new Indo-european Language? **Lingua**. Amsterdam, v. 13, 1965, p. 335-384.

HOLMES, Thomas R.. **Ancient Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1907.

HOOGLIET, Margriet. The medieval texts of the 1468 Ptolemy edition by Johan Reger of Ulm. **Imago Mundi**. London, n. 54, v. 1, 2002, p. 7-18.

HROZNY, Bedrich. Sur des peuples Kaspiens. **CRAI**. Paris, v. 83-84, 1939, p. 346-347.

HÜSING, G.. "Miscellen". **Orientalistische Literaturzeitung**. Münster, v. 10, 1907, p. 23-27.

KAGAN, Richard L. La corografía en la Castilla moderna. Género, Historia, Nación. **Studia Storica: Historia Moderna**. Salamanca, n. 13, 1995, p. 47-59.

LATEINER, Donald. **The Historical Method of Herodotus**. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

MAIRECOLAS, Mélanie; PAILLER, Jean-Marie. Sur les «voies de l'étain» dans l'ancien Occident: quelques jalons. **Pallas**. Toulouse, n. 82, 2010, p. 139-167.

MANGAS, Julio; PLÁCIDO, Domingo (eds.). **Testimonia Hispaniae Antiquae IIA**, La Península Ibérica en los autores griegos: de Homero a Platón. Madrid: Fundación de Estudios Romanos, 1998.

MANSO PORTO, Carmen. **Real Academia de la Historia: Selección de cartografía histórica (siglos XVI-XX)**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2012.

MASDEU, Juan F. **Historia crítica de España y de la Cultura Española, Vol. II**. Madrid: por don Antonio de Sancha, 1783.

\_\_\_\_\_. **Historia crítica de España y de la Cultura Española, Vol. XVI, Suplementos a los quince antecedentes**. Madrid: por don Antonio de Sancha, 1796.





MOLINA MARÍN, Antonio I., Jonios a la sombra del Gran Rey: imperialismo y geografía. **Antigüedad y Cristianismo. Monografías históricas sobre la Antigüedad-Tardía**, Murcia, nº 27, 2010, p. 75-90.

MONTEAGUDO, Luis. Localização das Cassitérides e Oestrymnides. **Revista de Guimarães**. Guimarães, v. 67, n. 3-4, 1957, p. 372-416.

MORALES, Ambrosio de. **Los otros dos libros, undécimo y duodécimo de la Crónica General de España**. Alcalá de Henares: Iñíguez de Lequerica, 1577.

MORET, Pierre. La formation d'une toponymie et d'une ethnonymie grecques de l'Ibérie: étapes et acteurs". In: CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo; LE ROUX, Patrick; MORET, Pierre (eds.). **La invención de una geografía de la Península Ibérica I. La época republicana**. Málaga: Universidad de Málaga, p. 39-76.

MOSCARELLI, Enrico. Ecateo: veriche e proposte. **Atti della Accademia Pontaniana**. Napoli, nº 42, p. 129-146.

MOURE CASAS, Ana M.. **Plinio el Viejo: Historia Natural. Libros XII-XVI**; Madrid: Biblioteca Clásica Gredos.

NENCI, Giuseppe. L'Occidente barbarico, in: **Hérodote et les peuples non grecs**. Genève: Fondation Hardt, 1990, p. 301-318.

NENCI, Giuseppe. La filobarbarie di Ecateo nel giudizio di Eraclito. **Rivista di Filologia Classica**, Torino, nº 77, 1949, p. 107-117.

NICOLAI, Roberto. Pater Semper incertus. Appunti su Hecateo. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, Torino, v. 56, nº 2, 1997, p. 143-164.

NOBBE, K.F. **Claudii Ptolemaei Geographia**. Leipzig: Teubneri, 1843.

OLIVARIUS, Pedro J.. **Pomponii Melae De Situ Orbis Libri III [...]**. Paris: Henricum Stephanum, 1577.

ORTELIUS, Abraham. **Abrahami Ortelii Antverpiani Synonymia Geographica [...]**. Antuerpia: Officina Christophori Plantini, 1578.

\_\_\_\_\_. **Abrahami Ortelii Antverpiani Thesaurus Geographicus [...]**. Antuerpia: Officina Christophori Plantini, 1587.

\_\_\_\_\_. **Abrahami Ortelii Antverpiani Thesaurus Geographicus [...]**. Antuerpia: Officina Plantiniana, 1596.

PÉREZ QUINTERO, Miguel I.. **Disertación critico-topográfica de las Casite-rides, restituidas á su verdadero sitio por haberlas dislocado el inglés Cambdeno y otros sabios extranjeros, cuya sentencia ha sostenido nuevamente el eruditísimo señor abate D. Juan Francisco de Masdeu**. Sevilla, Imprenta De Vazquez é Hidalgo, 1790.

RAMIN, Jacques. **Le problème des Cassitérides et les sources de l'étain occidental depuis les temps protohistoriques jusqu'au début de notre ère**. Paris: Piccard.

REGUERA RODRÍGUEZ, Antonio T.. **La obra geográfica de Martín Sarmiento**. León: Universidad de León, 2006.

REINACH, Salomon. Kassiteros. **Revue Celtique**. Paris, v. 15, 1894, p. 107.

\_\_\_\_\_. L'étain celtique. **L'Anthropologie**. Paris, v. 3, p. 275-281.

RHYS, John. **Celtic Britain**. London: Society for promoting Christian Knowledge.

RICHARDSON, Richard. William Camden and the rediscovery of England. **Transactions of the Leicestershire Archaeological and Historical Society**. Leicestershire, v. 78, 2004, p. 108-123.



RIOBÓO Y SEIJAS, Antonio. *Descripción chorographica y topográfica anti-gua de el Reino de Galicia en la extensión que tubo desde su primera población asta el tiempo en que lo inuadieron los Suevos*, Manuscrito inédito, c. 1749.

RODRÍGUEZ ADRADOS, Francisco. Más sobre Iberia y los topónimos griegos". *Archivo Español de Arqueología*, Madrid, v. 74, 2001, p. 25-33.

ROHL, Darrell J.. Chorography: History, theory and potential for Archaeological Research". *In: Duggan, Maria; McIntosh, Frances; Rohl, Darrell J., Trac 2011: Proceedings of the Twenty-First Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Oxford: Oxbow Books, 2012, p. 19-32.

SÁEZ ROMERO, Antonio; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco J.; FERRER ALBELDA, Eduardo; RODRÍGUEZ CORRAL, Javier; CASTIÑEIRA REY, Josefa. Proyecto Estrímnides: Resultados preliminares. *In: FERRER ALBELDA, Eduardo (coord.). La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*, Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2019, p. 571-652.

SAMMES, Aylett. *Britannia Antiqua Illustrata: Or, The Antiquities of Ancient Britain, derived from the Phoenicians* [...], Tho. Roycroft, London, 1676.

SCHULTEN, Adolf. *Tartessos*. Madrid: Espasa – Calpe.

SILBERMAN, Alain. *Pomponius Mela: Chorographie*. Paris: Les Belles Lettres, 1988.

SMITH, Lucy T.. *The itinerary of John Leland in or about the years 1535-1543, Parts I to III*. London: Georges Bell & Sons, 1907.

TAÍN GUZMÁN, Miguel. O Barroco. *In: Vigo Trasancos, Alfredo (coord.), Fontes escritas para a historia da arquitectura e do urbanismo en Galicia (séculos XI – XX)*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000, p. 505-909.

THA IIA: v. Mangas e Plácido, eds.

TORRES ESBARRANCH, Juan J.. *Diodoro: Biblioteca histórica*. Madrid: Gredos, 2004.

TOZZI, Pierluigi. Studi su Ecateo de Mileto IV. La ΙΣΤΟΠΗ di Ecateo. *Athenaeum*. Pavia, n° 44, 1966, p. 41-76.

VICETTO, Benito. *Historia de Galicia. Tomo I*. Montevideo: Imprenta de la colonia española, 1865.

WEISS, Benjamin. The Geography in Print. 1475-1530. *In: SHALEV, Zur; BURNETT, Charles (eds.). Ptolemy's "Geography" in the Renaissance*, London, Torino: Warburg Institute e Nino Aragno Editore, 2011, p. 91-120.



Gelbart Souza Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, objetiva-se identificar a presença do povo fenício na obra em latim *Ephemeris belli Troiani* (IV d. C.), romance antigo que trava intensa intertextualidade com o mito troiano, em especial com Homero. Quanto ao povo fenício, essa obra conserva a sua tradicional conexão com o mar, com a navegação e com a riqueza e acentua a sua figuração histórica como grandes comerciantes. Especial interesse há na identificação do uso do alfabeto fenício na estrutura ficcional de *Ephemeris*. Observa-se que a inserção desse elemento de historicidade reforça a construção da verossimilhança da narrativa ficcional como uma crônica de guerra de uma testemunha ocular dos fatos narrados.

**Palavras-chave:** *Ephemeris belli Troiani Dictys Cretensis*; Guerra de Troia; Fenícios; alfabeto fenício.

**Abstract:** This article aims to identify the Phoenicians' representation in the Latin ancient novel *Ephemeris belli Troiani* (fourth century AD), work in which there is an intense intertextuality with the Trojan myth, especially with Homer. As regards the Phoenician people, *Ephemeris* conserves the traditional Phoenician connection with the sea, navigation, and wealth, reinforcing their historical figuration as great merchants. Above all, it is important to characterize the use of the Phoenician alphabet in the fictional structure of *Ephemeris*. Through the insertion of this element of historicity, it is possible to observe the enhancement of verisimilitude of fictional narrative as a war chronicle of an eyewitness of the facts.

**Keywords:** *Ephemeris belli Troiani Dictys Cretensis*; Trojan War; Phoenicians; Phoenician alphabet.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo identificar la presencia del pueblo fenicio en la obra latina *Ephemeris belli Troiani* (IV d. C), una novela antigua que tiene una intensa intertextualidad con el mito troiano, especialmente con Homero. *Ephemeris* conserva la conexión tradicional del pueblo fenicio con el mar, con la navegación y con la riqueza, e también resalta su figuración histórica como grandes comerciantes. Es igualmente interesante la identificación del uso del alfabeto fenicio en la estructura ficticia de *Ephemeris*. Es posible notar que la inserción de este elemento de historicidad refuerza la verosimilitud de la narrativa ficticia como una crónica de guerra de un testigo ocular de los hechos narrados.

**Palabras clave:** *Ephemeris belli Troiani Dictys Cretensis*; Guerra de Troya; Fenícios; alfabeto fenicio.

Dossiê

1 Doutorando em Letras pela UNESP/IBILCE, com mestrado pela mesma instituição. E-mail: gelbart.silva@gmail.com. Agradecimento a CAPES pelo financiamento.



Participante do ramo semita ocidental, em um subgrupo ao lado dos hebreus, moabitas e ugaritas, o povo fenício estabelece-se na História da humanidade com um longo mas fragmentado percurso. A Fenícia, uma estreita faixa costeira entre as montanhas do Líbano e o Mediterrâneo (KOTSONAS, 2013), não era uma nação com unidade política dotada de um só ente governante, mas uma confederação de cidades que tinha em cada uma delas um rei independente, embora houvesse hegemonia de Tiro e, posteriormente, de Cartago. Segundo Kotsonas (2013), por volta de 1200 a. C., as movimentações generalizadas no Oriente Próximo gerou um cenário político que, no entanto, não afetou os padrões das cidades fenícias. Sídon, Tiro, Biblos e Berito ainda ocupavam pequenos promontórios, enseadas naturais e ilhotas, além de ainda se manterem fortemente pelo comércio marítimo. Segundo o mesmo autor, os produtos fenícios geravam grande sucesso e bastante lucro em toda a Antiguidade, como o cedro das montanhas do Líbano, artesanatos artisticamente trabalhados como móveis em marfim, vasos de metal, joias, faiança, bijuterias de vidro e, essencialmente, os tecidos de cor púrpura, cujo pigmento era obtido a partir do molusco do gênero *murex*. A partir da renomada cor desse produto têxtil que os gregos teriam chamado esse povo de Φοινίκησ e sua nação Φοινίκη (AUBET, 2001, p. 6-7; KOTSONAS, 2013, p. 5297).

Há, ainda sobre esse nome, outras questões e hipóteses. Aubet (2001, p. 10) comenta que para “fenícios” e “Fenícia”, apesar de nomenclaturas atestadas já na época de Homero, não há comprovação de correspondente fonético em outras línguas orientais, além do fato de que os judeus chamavam os fenícios “sidônios” e talvez tivesse sido esta nomenclatura que os fenícios assumiram. Corroboram para essa hipótese também as referências a sidônios que podem ser lidas em Homero, embora se perceba certa distinção. Essa distinção estabeleceria os sidônios como sedentários e produtores de bens ao passo que fenícios como transportadores e mercadores, o que pode ser compreendido pela seguinte passagem, que é, até onde se conhece hoje, a mais antiga que cita textualmente o nome “fenícios”:

Em seguida colocou o Pelida os prêmios da rapidez de pés:  
uma bacia de prata, bem trabalhada, que levava seis medidas;  
pela beleza vencia de longe qualquer outra da terra,  
visto que a tinham forjado os Sidônios, excelentes artífices,  
e homens Fenícios a tinham trazido sobre o mar nebuloso;  
(HOMERO, *Iliada*, XXIII, 740-744, trad. Frederico Lourenço)



Por outra parte, Beekes (2004, p. 181) aponta que o povo a que os gregos apelidaram “fenício” chamavam-se a si próprios cananeus. Segundo o estudioso, há de se levar em conta, por exemplo, a menção de Herodiano que afirmou ter Hecateu usado a forma  $\chi\nu\alpha = \eta \text{ φοινίκη}$ . Na mesma esteira, Aubet (2001, p. 10) explica que, em hebraico, *cana'ani* ou *kina'nu* significaria “mercador”, podendo ser, por conseguinte, Canaã sinônimo para “terra de mercadores”, profissão pela qual os fenícios eram reconhecidos. Ainda sobre esse ponto, a autora explica que Filo de Biblos menciona ter havido um personagem histórico cujo nome era Chnas ou Chanaan, o qual, mais tarde, recebeu um novo nome, “Phoenix”, e uma alcunha, “pai dos fenícios”. Dessa forma, o mítico grego Fênix teria sido uma transcrição do epônimo de um herói semítico, Canaã, filho de Cão e pai de Sidom (Cf. **Gênesis**, 9:18; 10:15). A partir desse fato, Aubet (2001, p. 11) considera que a designação “canaanita” seja a antecessora de “fenício”, havendo como argumento o fato de que os povos vizinhos da Ásia e do Egito, à época, assim se referiam a esse povo, continuando já em tempos de dominação romana e ainda mais tarde.

Dessa dificuldade, desde o estabelecimento de um termo para identificação até a determinação de fatos históricos, é que emerge o mosaico daquilo que se entende por povo fenício. De qualquer forma, a literatura — principalmente a de ficção, que sempre empresta da realidade ingredientes históricos e converte-os artisticamente em símbolos — serviu para fixar o que desse povo houve de mais característico. Refere-se aqui à arte da navegação e à criação do alfabeto. Homero, por exemplo, assim alude a essa população: “[...] varões fenícios, famosos pelas naus, velhacos, trazendo milhares de adornos na negra nau.” (HOMERO, **Odisseia**, XV, 415-416), o que corrobora com a descrição esboçada acima, na qual se acentuou que os fenícios eram exímios comerciantes dos mares. A margem de expansão que os fenícios navegaram chegou até os iberos, de forma que o nome *Spania* (ou *Span*) teria sua origem em palavra fenícia que significasse “terra afastada” ou “terra mal conhecida”. A essa tradição se filia Alexandre Herculano em sua *História de Portugal*, na qual se confere origem fenícia também a outros espaços geográficos da península, a citar *Tejo* (*Tagus*), de *daçi* (piscoso) e *Lusitânia*, de *luz* (amêndoas) ou de *luzi* (cheio de amendoeiras), somado à referência ao rio *Ana*, de *ana* (ovelha) (DE SOUZA, 1963, p. 323). A esse respeito, também afirma Aubet (2006) que a arqueologia atesta a ampla colonização fenícia (nos séculos IX-VII a. C.) notada na Península Ibérica, cujo número de colônias superaria qualquer outra região do Mediterrâneo centro-ocidental. Esses e outros estudos mitigam o problema da “invisibilidade da presença fenícia” nessa região e mostram os impactos culturais decorrentes dessa presença (ARRUDA, 2008).



Por fim, sobre o alfabeto, Heródoto (**Histórias**, V, LVIII) informa que foram os fenícios que acompanhavam Cadmo a introduzirem vários conhecimentos na Grécia, dentre os quais estavam as letras até então desconhecidas. Os gregos, ainda segundo o “pai da História”, apropriaram-se desse conhecimento do alfabeto e passaram a transformá-lo por influência da língua grega. Deram aos caracteres o gentílico “fenícios”. O historiador ainda reporta que reconheceu e conheceu as letras divulgadas por Cadmo em Tebas, na Beócia, tanto que as citou em sua pesquisa (HERÓDOTO, **Histórias**, V, LIX, LX, LXI).

Levando em consideração esses aspectos caracterizadores do povo fenício, este artigo objetiva identificar se e como ele aparece em *Ephemeris belli Troiani* (*Diário da guerra de Troia*), narrativa que reconta o arco do mito troiano desde a eclosão da intriga na fuga de Helena com Páris até a volta dos vitoriosos reis gregos à terra natal e seus destinos finais. Antes de trabalhar com seus trechos, vale uma breve introdução sobre a obra.

*Ephemeris belli Troiani* (doravante, apenas referida como *Ephemeris* ou *Diário*) é uma obra em latim datável do século IV d. C., que narra a batalha entre gregos e troianos pela posse da formosa Helena, rainha de Esparta e esposa de Menelau, que fugiu com o príncipe troiano Páris Alexandre. Essa narração ocorre em primeira pessoa pelo soldado grego de nome Díctis. A Guerra de Troia, que se supõe ter ocorrido por volta do século XII a. C., ficou primordial e amplamente conhecida graças aos célebres versos de Homero. No entanto, no campo literário, diversos outros autores, tanto gregos quanto romanos, trataram desse tópico em gêneros variados, desde a epopeia, com os poetas cíclicos e Virgílio, até os compêndios mitológicos de Apolodoro e Higino, sem se esquecer da evidente contribuição do drama com Êsquilo, Sófocles e Eurípides (YOUNG, 1948; THOMPSON, 2004), apenas para citar alguns. *Ephemeris* trava, assim, relação intertextual não só com Homero, mas com todo um acervo de narrativas que abarca os mais variados e plurais pontos de vista e versões de um mesmo e suposto evento histórico submetido a um engalanado aparato criativo-poético (SILVA, 2019).

A obra em latim de *Ephemeris* que chegou aos nossos dias é, na verdade, uma tradução de um texto escrito originalmente em grego por volta do século II d. C., cujo estado hoje é fragmentado. O conteúdo que se conhece dos fragmentos revela que a tradução latina é parafrástica (PEINADO, 2015) e que tende a uma romanização, no sentido de tornar o texto linguística e estilisticamente ao gosto romano (MERKLE, 1999). Como é editada modernamente, a obra latina compõe-se de três elementos: uma epístola, um prólogo e o texto narrativo. A epístola é assinada por um suposto tradutor romano sobre o qual



nada se pode afirmar com certeza. O tradutor, nomeado Lúcio Septímio, destina sua missiva a um Quinto Arádio Rufino (cuja identidade, apesar de haver suposições, também nos é obscura) e apresenta de que modo o texto supostamente escrito por Díctis foi conservado e chegou a suas mãos e ainda por qual motivo se colocou a traduzi-lo. Para Septímio, o texto de Díctis, por ser obra de um soldado participante da guerra, ganharia um largo aval de confiabilidade como material histórico, motivo crucial para que o vertesse à língua latina com o fito de conservá-lo e repercuti-lo. No prólogo, que é alógrafo e não assinado, apresenta-se parcialmente o mesmo conteúdo que consta na epístola de Septímio, excetuada a parcela acerca da tradução. Assim, narra-se, em terceira pessoa, que Díctis, um soldado cretense que lutou na armada comandada pelo grego Idomeneu, recebeu deste a responsabilidade de compor os anais da guerra, o que fez diligentemente. Uma vez findado o longo prélio e tendo os gregos retornado com vitória à pátria, Díctis, ao fim de sua vida, ordena como último desejo que os anais fossem com ele sepultados, ordem cumprida religiosamente. Séculos mais tarde, em razão de um terremoto, seu sepulcro abre-se e pastores que casualmente por ali passavam puderam encontrar o cofre no qual o texto fora encerrado. Acreditando que haviam encontrado algum tesouro, os homens abrem a caixa e, contra a expectativa, encontram apenas anais escritos em um alfabeto para eles estranho. Os pastores, em seguida, levam o achado até seu superior, e este o envia a Nero, então imperador. Nero, por sua vez, convoca diversos especialistas para interpretarem o artefato e descobre que o texto é uma crônica de guerra de um soldado grego e, por esse motivo, ordena que se edite o texto conforme o alfabeto vigente e que ele fosse guardado em sua biblioteca. É ao fruto dessa edição que seria acrescentado o “prólogo”, uma vez que Díctis, já à altura morto, não poderia assim o produzir nem mesmo ser conhecedor dos acontecimentos póstumos. E é sobre esta edição que Septímio promove sua tradução. No entanto, cabe apontar que toda essa trajetória do texto, desde um Díctis que participou da guerra até Nero conservando o texto em sua biblioteca, é ficção de uma mente grega do século II d. C., que enfeixou em seu romance elementos filológicos críveis para a construção de um “efeito de real” (BARTHES, 1972) com a intenção de forjar um documento histórico (GUDEMAN, 1894), tópico nada incomum nas narrativas literárias, em especial as ficções históricas (GARCÍA GUAL, 1996). Apenas a tradução para o latim se provou real.

Por fim, o texto narrativo em primeira pessoa conta a guerra desde sua eclosão com a paixão entre Helena e Páris Alexandre até a queda de Troia e o destino dos reis gregos após o retorno ao lar. Essa narrativa se constrói com



uma prosa simples, com os fatos organizados em ordem cronológica e narrados em um estilo sóbrio e com pouquíssimos ornamentos, não apresentando embelezamento artístico-literário (MERKLE, 1999), características intencionais que reforçam a ficcionalização de um soldado cronista. Vega e López (2001) consideram *Ephemeris* um texto híbrido, pois essa obra encerraria em si características da epopeia (o argumento mitológico), da historiografia (ordenação cronológica, sobriedade na narração, afastamento crítico dos elementos sobrenaturais) e do romance (ênfase no humano e no amoroso). Em linhas gerais, no entanto, pode-se considerá-la, guardadas as devidas proporções, como um “romance histórico de tema mitológico”, porque pratica a racionalização dos mitos troianos cantados pelos poetas e converte-os ao discurso histórico (PEINADO, 2015; MOVELLÁN LUIS, 2015; SILVA, 2019).

## II. FENÍCIOS EM *EPHEMERIS BELLI TROIANI*

Em *Ephemeris*, os fenícios aparecem algumas vezes (capítulos I, 16; IV, 4; VI, 5; VI, 10). A primeira citação, no entanto, pode-se extrair de I. 2. Nesse episódio, com o qual se inicia a narrativa, os descendentes do rei Minos reúnem-se em Creta para a partilha dos bens do então falecido patriarca e rei Atreu. Os descendentes de Europa os recebem e os tratam com pompa. Conduzidos ao templo, realizam um sacrifício solene e faz-se um banquete.

Os reis da Grécia aceitavam tudo com a mesma alegria com que lhes era ofertado. Muito mais se impressionavam com a magnífica beleza do templo e com os ricos detalhes da estrutura. Enquanto examinavam, lembravam cada coisa que fora enviada de Sídon por Fênix, pai [de Europa], e por nobres matronas, para servir de majestoso adorno. (*Ephemeris*, I, 2)<sup>2</sup>

Comentam Vega e López (2001) que esse Fênix, na versão mais comum, era irmão (e não pai) de Europa, sendo, na verdade, filha de Agenor, rei de Sídon (ou de Tiro), que havia sido raptada por Zeus metamorfoseado em touro (cf. GRIMAL, 2005, p. 15; 161). Fênix é, em *Ephemeris* (I, 9), filho de Agenor. Segundo os comentadores, seria um exemplo de racionalização do mito, pois a amostra dos bens oferecidos comprovaria que não houve sequestro divino,

2 As passagens em português do *Diário* que se apresentam neste artigo são adaptadas a partir da tradução acadêmica de Silva (2019). *Reges Graeciae etsi ea, quae exhibebantur, cum laetitia accipiebant, tamen multo magis templi eius magnifica pulchritudine pretiosaque exstructione operum afficiebantur, inspicientes repetentesque memoria singula, quae ex Sidona a Phoenice, patre eius, atque nobilibus matronis transmissa magno tum decori erant.*





mas consentimento paterno. Cabe, pois, notar a especificação da beleza da ornamentação que chega a deixar os reis estupefatos, obras oferecidas por nobres matronas de Sídon. Não seria absurdo encontrar nessa especificação um eco homérico, haja vista que no já citado canto XV da *Odisseia*, agora nos versos 417-418, caracteriza-se uma mulher fenícia como “conhecedora de radiantes trabalhos”.

A seguir, no *Diário*, narra-se a paixão de Alexandre por Helena e o seu crime contra o direito sagrado de hóspede (*hospitio*, ξενία), caracterizado no grau absoluto como *indignissimum facinus* (**Ephemeris**, I, 3). Ao saber que sua esposa e bens palacianos foram levados, Menelau convoca os reis gregos e, por decisão em assembleia, resolve-se que seja mandada uma embaixada a Troia a fim de resolver o assunto pacificamente, missão da qual tomaram parte Ulisses, Palamedes e o próprio Menelau. Contudo, não encontram Alexandre, já que este havia atravessado ventos contrários que o impeliram para Chipre, de onde partiu para a costa fenícia, local em que repete o mesmo crime cometido em Esparta: uma vez recebido como hóspede pelo rei local, fere o pacto, mata o anfitrião e pilha o reino. Também esse referido episódio encontra respaldo em Homero e acentua o caráter artístico do povo fenício. Não há, porém, como o trecho a seguir mostra, nenhuma menção ao crime por Alexandre cometido.

Mas [Hécuba] desceu até à perfumada câmara de tesouro,  
onde estavam as suas vestes ricamente bordadas,  
trabalho de mulheres Sidônias, que da Sidônia trouxera  
o próprio Alexandre divino, quando navegou o mar vasto  
naquele caminho em que trouxera a nobre Helena.  
(HOMERO, *Ilíada*, VI, 288-292, trad. Frederico Lourenço)

Esse crime de Alexandre repercute em outro episódio, de cuja ação os fenícios ocupam o centro. No livro VI, 4 de *Ephemeris*, narra-se a chegada de Mêmnon, filho de Titono e Aurora, com sua tropa formada de etíopes em auxílio ao rei troiano Príamo. No entanto, uma parte do exército de Mêmnon foi confiada a um tímoneiro de nome Falas, que se dirige a Troia por mar. Nesse ínterim, a frota guiada por Falas aporta em Rodes e os marinheiros descobrem ser aquela região aliada dos gregos. Por esse motivo, não desembarcam e se dirigem tão logo a cidades vizinhas, Camiro e Iáliso, em razão do medo de terem os navios incendiados pelos ródios. Mais tarde, porém, os habitantes de Rodes acusam Falas de negligência e traição, haja vista que Alexandre tinha há pouco devastado sua pátria Sídon e, mesmo assim, estava disposto a prestar ajuda aos troianos. Logo:



Para excitar os ânimos do exército [guiado por Falas], [os ródios] garantem que eles não se mostravam diferentes dos bárbaros, já que defendiam ação tão indigna. Muitas outras coisas expuseram, as quais serviam para acender a turba e para captá-la em seu favor. Isso não foi em vão, uma vez que os fenícios, que estavam em grande número naquele exército, muito agitados com as querelas dos ródios, ou pelo desejo de disputar a posse das riquezas que haviam transportado consigo, matam Falas por lapidação e repartem entre si o ouro e o restante dos despojos, distribuindo-os entre as cidades supracitadas. (*Ephemeris*, IV, 4).<sup>3</sup>

Nessa passagem, o narrador Díctis expõe uma dupla explicação para a causa da ação dos fenícios (*Phoenices*), demonstrando preocupar-se criticamente com a veracidade dos fatos narrados e sua sequência causal. Se, por um lado, estariam eles movidos pelas acusações dos ródios contra o timoneiro Falas, por outro agiriam impelidos pela avareza, tópico que, de fato, é frequente na narração de *Ephemeris* (SILVA, 2019).

Por fim, mais duas cenas no *Diário* referem-se aos fenícios, ambas localizadas na parte do romance referente aos *retornos* (νόστος). Cabe, antes de remeter aos episódios, alertar que todo o sexto livro é resultado da adaptação romana durante o processo de tradução de Septímio. Na epístola que serve de prefácio à sua tradução, Septímio afirma que resumiu toda a narração restante do original, que se estenderia por mais cinco livros, em apenas um, embora não tenha declarado o motivo pelo qual assim o fizera.

Nos episódios que concerniriam a *Odisseia* homérica, um passo é assim resumido no *Diário* de Díctis:

Por esse mesmo tempo, Ulisses foi impelido a Creta com dois navios dos fenícios, conseguidos por meio de acordo a soldo, pois de fato perdera os seus próprios, com seus aliados e também tudo o que havia obtido de Troia, em razão do ataque de Télamon, evidentemente hostil por causa da morte suscitada por ele ao filho; com custo Ulisses salvou-se pela própria inteligência. E, tendo sido sondado por Idomeu por quais causas havia caído em tamanha desgraça, ele começou a narrar o princípio da sua errância. [...] (*Ephemeris*, VI, 5).<sup>4</sup>

3 *Quo animos exercitus permoverent, confirmare haud dissimiles barbarorum videri eos, qui tam indignum facinus defenderent. Multa praeterea, quae accensura vulgum et pro se facturi essent, disserere. Quae res haud frustra fuit. Phoenices namque, qui in eo exercitu plurimi aderant, permoti querelis Rhodiorum an cupidine diripiendarum rerum, quas secum advexerant, Phalam lapidibus insecuti necant distributique per supradictas urbes aurum ac reliqua praedae inter se dispartiant.*

4 *Per idem tempus Ulixes Cretam appulsus est duabus Phoenicum navibus mercedis pacto acceptis, namque suas cum sociis atque omnibus, quae ex Troia habuerat, per vim Telamonis amiserat scilicet infesti ob inlatam per eum filio necem, vix ipse liberatus industria sui. Percontantique Idomeneo, quibus ex causis in tantas miserias devenisset, erroris initium narrare occipit [...].*



Segundo Vega e López (2001, p. 356) comentam, não há outras fontes que atestem o ataque de Télamon nem o aluguel de naus fenícias feito por Ulisses para que navegasse em direção a Creta, embora essa transação possa ser compreendida, mesmo que um tanto obscura, na passagem em que Odisseu em conversa com Atena diz “palavras plumadas”, escondendo da deusa a verdade: “de pronto fui a uma nau, a ilustres fenícios / supliquei e parte do butim, para seu gáudio, lhes dei;” (HOMERO, *Odisseia*, XIII, 272-273). Ainda sobre esse episódio do *Diário*, Ulisses, ao reportar a Idomeneu suas desventuras marítimas, conta ter atravessado o mar extremamente perigoso entre Cila e Caríbdis, que lhe rendeu a perda de grande parte de sua frota e de homens, e ter chegado às mãos de piratas fenícios, por cuja compaixão fora salvo e conservado.

Por fim, a última citação em que aparecem os fenícios (*Ephemeris*, VI, 10) ocorre no episódio em que Hímera, irmã de Mêmnon, busca recuperar as cinzas e os bens do falecido irmão que haviam ficado aos cuidados dos marinheiros que mataram o timoneiro Falas. É com a ajuda dos fenícios que a moça consegue realizar seu desejo. Ela, então de posse da urna do irmão, navega à Fenícia com o fito de sepultá-lo em Faliotis; uma vez sepultado Mêmnon, magicamente a moça some da face da terra.

Essa breve identificação concernente a passagens de fenícios na narrativa do *Diário* permite observar que todas estão relacionadas ao mar e a posses de bens valiosos, o que certamente é amostra da cristalização da população fenícia como mercadores do mar (ou mesmo piratas).

### III. CONSCRIPSIT LITTERIS PUNICIS

O alfabeto fenício no *Diário* participa da construção da ficcionalização da narrativa, servindo de ingrediente para o pseudo-documentarismo (NÍ MHEALLAIGH, 2008). Não há como tratar deste romance sem mencionar brevemente a discussão de seus paratextos e da trajetória real e ficcional do texto na sua questão material. É de suma importância, antes de tudo, distinguir que as três partes que compõem a obra latina (epístola, prólogo e texto narrativo) apresentam três vozes diferentes: uma real, duas ficcionais. A primeira voz ficcional é a de Díctis no texto narrativo no qual há o registro do embate entre gregos e troianos em forma de crônica de guerra. Esse soldado havia participado do prélio na tropa grega de Idomeneu, do qual recebera a ordem para compor os anais da guerra. Díctis congrega, assim, três instâncias narrativas a um só tempo: a de personagem, a de narrador e também a de autor (SILVA, 2019). Não sem razão, e em corroboração do estilo histórico a que o *Diário* se



mostra tender, diversas vezes o narrador explicita a organização do conteúdo narrado, bem como a fonte de suas informações, frisando ter ouvido de alguém ou ter ele mesmo passado pelos eventos que transmite à memória, situação que o configuraria fonte de crível fidelidade. É um personagem-narrador observador na maioria das vezes, participando como agente apenas em um episódio em que consulta o oráculo de Delfos para conhecer o remédio para a praga que àquela altura assolava Creta (*Ephemeris*, VI, 10). A outra voz ficcionalizada é a que explica como se engendrou o texto de Díctis e qual foi seu trajeto até o momento em que chegou à biblioteca de Nero. Pode-se nomear essa voz como “editor”. Por fim, a voz que se supõe verdadeira seria a do romano Septímio, o tradutor do texto narrativo de Díctis, que se apresenta e expõe também a trajetória do texto em uma epístola endereçada a um amigo seu, Quinto Arádio Rufino. Porque se deseja focar em um aspecto particular da ficcionalização dessa obra, não haverá espaço aqui para discutir as questões filológicas e outras implicações e complicações sobre os percalços material e ficcional do texto de *Ephemeris* (cf. GRIFFIN, 1907; LAPINI, 1997; MOVELLÁN LUIS, 2015; PEINADO, 2015; SILVA, 2019). Saliente-se, apenas, que é a partir dessa distinção de vozes que se procederá ao exame da presença e função do alfabeto fenício na narrativa do *Diário*. Objetiva-se descrever essa presença e, seguindo a discussão de Ní-Mheallaigh (2013), tratar das possíveis interpretações que podem ser feitas no que tange ao jogo tenso entre real e ficcional no *Diário*.

Primeiramente, é necessário recordar que sobre a criação da escrita, por que situada em um passado remoto, pairou um atmosfera mítica. Os antigos povos, segundo expõe Cagliari (1998, p. 9), “atribuíam a invenção da escrita a deuses (como Thot no Egito, Brahma na Índia, Odin na Escandinávia, etc.) ou a sábios (Tsáng Chieh e Chü-sung, na China, Kublai Kahn, na Mongólia, etc.)”. Não diferentemente os gregos, mas com a peculiaridade de que não se pode afirmar se a ação de Cadmo é mais lenda do que história. Mas não foi Cadmo o único cogitado de ter sido o sábio inventor da escrita. Grimal (2005, p. 348) anota que a tradição confere a Palamedes, filho de Náuplio e Clímene, também partícipe da Guerra de Troia, a invenção de alguns caracteres do alfabeto ou, pelo menos, a ordenação das letras popularizadas por Cadmo. Cagliari (1998, p. 46), traçando brevemente a história do alfabeto grego, explica, com humor, que “o grego arcaico já tinha sido escrito com os caracteres silábicos de Creta (escrita linear B) e com o de Chipre, na época micênica (c. 1500 a. C.). Depois, aparentemente, os gregos deixaram de escrever por cerca de 800 anos!”. Remetendo-se à exportação das letras fenícias, Heródoto conta que

Os Fenícios que haviam acompanhado Cadmo e no número dos quais



figuravam os Gefireus, introduziram na Grécia, durante sua permanência nesse país, vários conhecimentos, entre eles os alfabetos que eram, na minha opinião, até então desconhecidos no país. A princípio, os Gregos fizeram uso dos caracteres fenícios, mas, com o correr do tempo, as letras foram-se modificando com a língua e tomaram outra forma. Como os países circunvizinhos fossem, então, ocupados pelos Iônios, estes adotaram os caracteres fenícios, com ligeiras modificações. Achavam justo que lhes dessem o nome de caracteres fenícios, por terem sido introduzidos pelos fenícios da Grécia. (HERÓDOTO, *História*, V. LVIII, trad. J. Brito Broca)

Cagliari (1998) avalia que, se for lendária a figura de Cadmo, não o é o fato de os gregos terem se apropriado do alfabeto fenício. Assim, não obstante algumas incertezas de ordem arqueológica,

a escrita grega devia ser bastante popular já no séc. VI a.C., uma vez que foram encontradas inscrições gregas dessa época, feitas por soldados mercenários junto às estátuas de Abu Simbel no Egito. No século III a.C., apareceram referências ao nome da escrita como sendo *phoinikeia grammata* – que quer dizer “letra fenícia”; ou ainda, *alpha kai beta, tò alphabeton* – referindo-se ao conjunto de letras, mostrando claramente a origem semítica das mesmas. (CAGLIARI, 1998, p. 47)

Dessa forma, é certo afirmar que o alfabeto grego teve como modelo o fenício.

No *Diário*, a referência ao alfabeto fenício aparece nas três divisões. Iniciando pela voz do narrador, pode-se encontrar a menção à escrita fenícia na seguinte passagem, em que se promove a eleição de Agamêmnon como comandante supremo:

Depois, no templo de Juno Argiva, foi oportuno declarar um comandante supremo. Por conseguinte, em pequenas tábuas que foram tomadas para eleger o principal da guerra, o qual lhes parecesse ideal, todos designam, em letras púnicas, o nome de Agamêmnon. (*Ephemeris*, I, 16)<sup>5</sup>

A expressão “em letras púnicas” (“*Punicis litteris*”) é a romanização do termo “em letras fenícias”, pois, como ensina Kotsonas (2013), a palavra “púnico” é o correspondente de “fenício”, significando “rubro”, e é também comumente usada para designar a cultura das colônias fenícias no Mediterrâneo central

<sup>5</sup> *Dein in templo Iunonis Argivae rectorem omnium declarari placuit. Igitur singuli in tabellis, quas ad deligendum belli principem quem cuique videretur acceperant, Punicis litteris Agamemnonis nomen designant.*



e ocidental. Sendo assim, o anônimo autor de *Ephemeris* evidentemente com essa passagem localiza a situação da escrita grega no momento em que ainda se escrevia o idioma por intermédio dos caracteres fenícios. Marcam-se nessa passagem o conhecimento e o domínio dos gregos no que se refere ao alfabeto exportado da Fenícia.

Ainda sob a voz de Díctis, há a passagem na qual ele mesmo declara, com um pouco mais de detalhe, o ambiente linguístico no qual os gregos estavam inseridos. A seguinte passagem fecha o livro V e marca a quebra formal entre a narração dos eventos bélicos e a narração dos retornos dos gregos, no resumido livro VI.

Esses fatos, eu, Díctis de Cnossos, companheiro de Idomeneu, compus com o estilo que dentre tão diversos modos de se expressar melhor eu pude conseguir e exprimir com o alfabeto púnico trazido por Cadmo e Dânao. E não seja de se admirar que, ainda que sejamos todos gregos, valemo-nos, no entanto, de diversos falares, quando nem nós, sendo da mesma e única ilha, usamos de língua similar, mas, sim, uma vária e misturada. (*Ephemeris*, V, 17)<sup>6</sup>

Mais uma vez há a referência ao alfabeto púnico (*Punicis litteris*), mas agora se determina o responsável, ou melhor, os responsáveis pela sua importação: Cadmo e Dânao. Ora, essa parceria de Cadmo e Dânao parece fazer confluir para um mesmo texto duas origens diversas das letras fenícias (CIOLFI, 2015, p. 670). Uma vez que já aqui apontada a vertente de Cadmo, cabe explicar brevemente a de Dânao: segundo informa Ciolfi (2015), Anaximandro e Hecateu, ambos oriundos de Mileto, afirmam que teria sido Dânao a levar a escrita do Egito à Grécia. Contudo, esse personagem, como se verá, parece olvidado nas referências ao alfabeto fenício contidas no prólogo e na epístola. Cabe, no entanto, antes da análise das demais referências, observar que nessa mesma passagem acima descrita, o narrador Díctis expõe que a língua da qual os gregos se utilizavam não era homogênea, mas plural, nem mesmo na ilha de Creta (*cum ne nos quidem unius eiusdemque insulaesimili lingua sed varia permixtaque utamur*; *Ephemeris*, V, 17), podendo ser esta cidade assumida, portanto, como “um paraíso de línguas compartilhadas”, como caracteriza De Fasano (2019, p. 125). Esse pode ser uma alusão tanto ao contexto de efervescência político-cultural do período quanto a uma situação linguística que não havia

<sup>6</sup> *Haec ego Gnosius Dictys comes Idomenei conscripsi oratione ea, quam maxime inter tam diversa loquendi genera consequi ac comprehendere potui, litteris Punicis ab Cadmo Danaoque traditis. Neque sit mirum cuiquam, si quamvis Graeci omnes diverso tamen inter se sermone agunt, cum ne nos quidem unius eiusdemque insulaesimili lingua sed varia permixtaque utamur.*



ainda sido padronizada. Além disso, no *Diário*, vale mencionar que, em contraposição à língua grega, Díctis caracteriza como bárbara a língua dos troianos, assim como seus costumes (*lingua moribusque barbari*; *Ephemeris*, I, 7).

No prólogo, Dânao não aparece, como já alertado. Leia-se a passagem:

Houve um Díctis, cretense de origem, da cidade de Cnossos, contemporâneo dos Atridas, versado em linguagem e letras fenícias, as quais foram trazidas por Cadmo à Acaia. Ele foi um dos aliados de Idomeu, filho de Deucalião, e de Meríones, filho de Mólón, comandantes que vieram com um exército conta Ílion; deles recebera ordens para compor os anais da guerra de Troia. Por conseguinte, sobre tílias dispôs com letras fenícias nove volumes sobre toda a guerra.

[...] Então, Nero, recebendo-os e percebendo que estavam em alfabeto púnico, mandou vir a ele peritos no assunto. Logo que chegaram, eles interpretaram tudo. E, como Nero tomasse conhecimento de que aquela era uma obra de um antigo homem que estivera em Ílion, mandou que ela fosse transcrita para o idioma grego, a partir do qual o texto mais verdadeiro sobre a guerra de Troia tornou-se conhecido a todos. (*Ephemeris*, Prólogo)<sup>7</sup>

Ao contrário do que aparece no texto narrativo, no prólogo do “editor”, há a ocorrência tanto de “letras fenícias” (*litterarum Phoenicum*; *Phoeniceis litteris*) quanto “letras púnicas” (*Punicas litteras*). Ora, será o próprio Nero a identificar a origem dos caracteres e a convocar especialistas para interpretar o conteúdo que, após ser entendido como um documento original, inédito e importante, é traduzido para o grego (*in Graecum sermonem ista transferri*). Deve-se observar, segundo Vega e López (2001), que aqui se confundem língua e alfabeto, como se o texto de Díctis estivesse com ambos em fenício. De fato, não se pode discernir do prólogo se a aceção de *litteras Punicas/Phoeniceis litteris* é referente apenas ao alfabeto utilizado ou se à língua como um todo.

Por fim, na epístola, lê-se:

<sup>7</sup> *Dictys, Cretensis genere, Gnoso civitate, isdem temporibus, quibus et Atridae, fuit, peritus vocis ac litterarum Phoenicum, quae a Cadmo in Achaïam fuerant delatae. Hic fuit socius Idomei, Deucalionis filii, et Merionis ex Molo, qui duces cum exercitu contra Ilium venerant, a quibus ordinatus est, ut annales belli Troiani conscriberet. Igitur de toto hoc bello novem volumina in tilias digessit Phoeniceis litteris. [...] Haec igitur cum Nero accepisset advertissetque Punicas esse litteras, harum peritos ad se evocavit. Qui cum venissent, interpretati sunt omnia. Cumque Nero cognosset antiqui viri, qui apud Ilium fuerat, haec esse monumenta, iussit in Graecum sermonem ista transferri, e quibus Troiani belli verior textus cunctis innotuit.*



Díctis Cretense, que serviu na mesma expedição com Idomeneu, compôs um diário da guerra de Troia, originalmente com o alfabeto púnico, o qual então estava sendo popularizado por toda a Grécia pelo trabalho de Cadmo e Agenor. Depois de muitos séculos, por ser muito antigo, tendo colapsado o seu sepulcro perto de Cnosso, outrora sede do rei, pastores, como para lá se dirigissem, por acaso se depararam em meio às ruínas com um cofre fechado artisticamente com estanho e, convencidos de haver ali tesouro, logo o abriram. Apresentaram-se à luz não ouro nem qualquer outro despojo, mas livros feitos de filira. E, quando se frustrou a esperança, levaram-nos a Práxis, senhor da localidade; este, tendo-os transliterado para o alfabeto ático, pois se tratava da linguagem grega, apresentou-os a Nero, César romano, por quem foi grandemente recompensado pela ação. Chegando a nossas mãos esses opúsculos, apoderou-se de nós, ávidos de história verdadeira, o desejo de traduzi-los como estavam para o latim, não porque confiássemos em nossa capacidade, mas para que dissipássemos a desídia da alma ociosa. (*Ephemeris*, Epístola)<sup>8</sup>

Sob a voz de um romano, há a citação do alfabeto púnico (*primo conscripsit litteris Punicis*) e a referência a Cadmo como seu divulgador, agora acompanhado de Agenor (*quae tum Cadmo et Agenore auctoribus per Graeciam frequentabantur*). Esse Agenor seria irmão de Belo, filho de Líbia (da qual deriva o nome da região africana) com o deus Posídon e esposo de Telefaasa (ou Argiope), com a qual gerou Cadmo, Fênix, Cílice e Europa; conta-se que Agenor estabeleceu-se na Síria e reinou sobre Tiro e Sídon, enquanto seu irmão Belo governava sobre o Egito (GRIMAL, 2005, p. 15). O tradutor Septímio informa que Práxis mudou as letras para o paradigma ático, pois o idioma do texto já estava então em grego (*qui commutatos litteris Atticis, nam oratio Graeca fuerat*). Distinguem-se, aqui, a língua e a forma de grafá-la, diferente do que ocorreu no prólogo, mas semelhante ao texto narrativo.

Uma vez discernidas as passagens em que o alfabeto fenício aparece no *Diário*, cabe avaliar qual a implicação de sua menção para a construção da narrativa. De saída, deve-se ter em mente que nessa obra há uso elaborado do recurso “manuscrito reencontrado”, nomeado por García Gual (1996). Esse

8 *Ephemeridem belli Troiani Dictys Cretensis, qui in ea militia cum Idomeneo meruit, primo conscripsit litteris Punicis, quae tum Cadmo et Agenore auctoribus per Graeciam frequentabantur. Deinde post multa saecula collapsio per vetustatem apud Gnosum, olim Cretensis regis sedem, sepulchro eius, pastores cum eo devenissent, forte inter ceteram ruinam loculum stagno affabre clausum offendere ac thesaurum rati mox dissolvunt. Non aurum neque aliud quicquam praedae, sed libros ex philyra in lucem prodierunt. At ubi spes frustrata est, ad Praxim dominum loci eos deferunt, qui commutatos litteris Atticis, nam oratio Graeca fuerat, Neroni Romano Caesari obtulit, pro quo plurimis ab eo donatus est. Nobis cum in manus forte libelli venissent, avidos verae historiae cupido incessit ea, uti erant, Latine disserere, non magis confisi ingenio, quam ut otiosi animi desidiám discuteremus.*





tópico é utilizado, por exemplo, no romance de Umberto Eco, *O nome da rosa*, mas também não é nada incomum na literatura antiga (GUDEMAN, 1894; HANSEN, 2003; NÍ-MHEALLAIGH, 2008). Esse recurso visa à autenticação do relato que se apresenta mediante forja de um documento histórico comprobatório de um passado remoto conservado de alguma forma. Nesse sentido, a referência ao contexto linguístico e de letramento grego em que o alfabeto fenício/púnico tem papel essencial serve para ampliar a teia ficcional e tornar, com esse detalhe acurado da história da língua, mais verossímil o relato. Como comenta Ní Mheallaigh (2013), no que tange ao estatuto de verdade, a escrita fenícia remove o fenômeno potencialmente anacrônico do alfabeto grego numa época em que ela não deveria existir tal qual conhecida pelos autores clássicos, pois os poemas homéricos teriam sido exemplos primários do letramento grego. Logo, ainda segundo a autora, qualquer escrito que antecesse essa data, como é o caso dos anais de Díctis, deveria referir-se a outros idiomas ou mesmo a formas obscuras de escrita proto-grega, assim como a própria questão da materialidade (os livros escritos em tílias, *tíliae*, pequenas tábuas, *tabellae* ou em filira, *phylira*). As letras fenícias, além disso, conferem um grau de mistério ao texto de Díctis, já que os pastores não conseguem ler os livros por conta dos caracteres estranhos à época (*tílias incognítis sibi litteris conscriptas*; *Ephemeris*, Prologus). Em razão disso, os livros precisam passar por processos de desvendamento para que seu conteúdo seja completamente compreendido e seu valor estimado. Dessa forma, como bem observa a estudiosa, na construção ficcional de *Ephemeris*, o “diário original fenício” nunca se conservará materialmente, porque se perdera na trajetória após ser (ficcionalmente) transposto para a versão grega; ele é apenas um “texto-fantasma”, cuja existência vem conjurada apenas para ser “perdida na tradução” (NÍ MHEALLAIGH, 2013, p. 207).

Por fim, não se pode passar ao largo de uma hipótese que surge se colocada a cultura fenícia no prisma da intertextualidade com Homero. Ora, observou-se que, na *Odisseia* (XV, 415-416), um fenício é adjetivado como “velhaco”, mas também, em outras passagens, esse povo é caracterizado de modo semelhante. De Fasano (2019), em comentário à cena do canto XIV (288-291) da *Odisseia*, explica que essa passagem comporta uma refinada ironia, haja vista que Odisseu de muitos ardis insere em um relato falacioso a qualificação dos fenícios como expertos em enganos, e o faz com a voz de um cretense, povo que era tradicionalmente reconhecido como mentirosos (ZANUSSO, 2015; cf. Carta de Paulo a Tito, 1, 12). Não se pode, pois, negar que a tradição popular, assim como a literatura, não conserva fatos, mas símbolos derivados de fatos.



Dessa forma é que, preservado dessa tradição antiga, há em português, atestado pelo dicionário Aulete (online), no verbete “púnico”, um sentido figurado de “desleal, falso, desonesto”, assim como há a expressão “fé púnica” (*punica fides*) com significado semelhante a “deslealdade, falsidade”.

Dessa junção, como se poderia confiar em Díctis, um cretense que escreve com letras púnicas? Até mesmo etimologicamente o nome de Díctis reforçaria seu caráter cretense, haja vista que, segundo Frazer (1966, p. 11), derivaria de Dicta, nome de uma famosa montanha de Creta, da qual também procede em latim a denominação paralela “dicteus” para os cretenses. Não há como, com ampla certeza, confirmar a hipótese, mas, em grande medida, a intertextualidade permite entender em Díctis um verdadeiro “paradoxo do mentiroso” (PROSPERI, 2011). Esse fato, embora contraste com a evidente intencionalidade documental da narrativa, reforça seu estatuto ficcional, apontando, por fim, sua natureza pseudo-documental.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivou-se explorar o romance *Ephemeris belli Troiani* no que tange à presença fenícia no texto. Obra que trabalha intensamente com a intertextualidade do mito troiano e especialmente com Homero, *Ephemeris* apresenta os fenícios sempre ligados ao mar, reforçando a sua figuração histórica como grandes navegadores. Especial interesse houve na identificação do uso do alfabeto fenício na estrutura ficcional. Observou-se que ele serve como elemento de historicidade para reforço da verossimilhança da narrativa como uma crônica de guerra de uma testemunha ocular dos fatos narrados. Por fim, aventou-se a hipótese interpretativa de as letras púnicas serem mais um reforço do já suspeito caráter do narrador ficcionalizado, o cretense Díctis. A hipótese parece interessante, embora não haver espaço aqui para explorá-la mais a fundo. Espera-se que o presente artigo contribua para compreender como a literatura de ficção representa os fenícios, povo de extrema importância para o conhecimento da cultura e história antigas.



ARRUDA, Ana Margarida. Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas. *Cuadernos de Arqueología mediterránea*, n. 18, p. 13-24, 2008.

AUBET, María Eugenia. El sistema colonial fenicio y sus pautas de organización. *Mainake*, n. 28, 2006, p. 35-47.

AUBET, María Eugenia. **The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade**. Trad. Mary Turton, 2ª ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

**AULETE digital**. Dicionário online. Verbetes: “fē”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/f%C3%A9>. Acesso em: 15/10/2019.

**AULETE digital**. Dicionário online. Verbetes: “Púnico”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/p%C3%BAnico>. Acesso em: 15/10/2019.

BARTHES, Roland. O Efeito de Real. In: BARTHES, Roland. **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1972.

BEEKES, Robert S. P. Kadmos and Europa, and the Phoenicians. *Kadmos*, Murcia, v. 43, n. 1, p. 167-184, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **A história do alfabeto**. Campinas, SP: Editora Espiral, 1998.

CIOLFI, Lorenzo M. Libro quinto: traduzione e note. In: LELLI, Emanuele (Coord.). **L'altra Iliade. Ditti di Creta. Il diario di guerra di un soldato greco. Con la Storia della distruzione di Troia di Darete Frigio e i testi bizantini sulla guerra troiana**. Milano: Bompiani, 2015.

DE FASANO, Graciela C. Zecchin. Egipto, Fenícia, Creta: tres espacios-clave para el discurso etnográfico en *Odisea. Hélade*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 115-130, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/helade/article/viewFile/29404/17111>. Acesso em: 17 dez 2019.

DE SOUZA, João Francisco. Considerações gerais sobre os fenícios. *Revista de História*, v. 26, n. 54, p. 309-332, 1963.

FRAZER Jr., R. M. (org.). **The trojan war. The Chronicles of Dictys of Crete and Dares the Phrygian**. Indiana: Indiana University, 1966.

GARCÍA GUAL, Carlos. Un truco de la ficción histórica: el manuscrito reencontrado. 1996. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bm-cwd489>. Acesso em 08 dez 2015.

GRIFFIN, Nathaniel Edward. **Dares and Dictys. An introduction to the study of medieval versions of the story of Troy**. Baltimore: J. H. Furst Company, 1907.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Trad. Victor Jabouille. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GUDEMAN, Alfred. Literary Frauds among the Romans. *Transactions of the American Philological Association*, Chicago, Vol. 25, 1894, p. 140-164.

HANSEN, William. Strategies of Authentication in Ancient Popular Literature. In: PANAYOTAKIS, Stelios; ZIMMERMAN, Maaike; KEULEN, Wytse (Ed.). **The Ancient Novel and Beyond**. Brill, 2003, p. 301-314.

HERÓDOTO. **História**. Trad. J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001.

HOMERO. **Ilíada**. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2005.

HOMERO. **Odisseia**. Apresentação de Martin Richard, Tradução e introdução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.



KOTSONAS, Antonis. Phoenicia, Phoenicians. In: BAGBALL, Roger S. et al (ed). **The Encyclopedia of Ancient History**, 2013, p.5297–5299.

LAPINI, Walter. I libri dell' Ephemeric di Ditti-Settimio. **Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik**, Bonn, Bd. 117,1997, p. 85-89

MERKLE, Stefan. News from the past. Dictys and Dares on the Trojan War. In. HOFMANN, Heinz. **Latin fiction: The Latin novel in context**. London: Routledge, 1999, p. 132-140.

MOVELLÁN LUIS, Mireia. Cuestiones genealógicas en la Ephemeric belli Troiani. In: **Conuentus Classicorum: temas y formas del Mundo Clásico: temas y formas del Món Clàssic**. Sociedad Española de Estudios Clásicos, 2017. p. 603-612.

MOVELLÁN LUIS, Mireia. **La crónica troyana de Dictis de Creta: trama épica y falsa historia**. Tese (doutorado). Universidad Complutense de Madrid - Facultad de Filología: Madrid, 2015.

NÍ MHEALLAIGH, Karen. "Lost in translation the Phoenician Journal of Dictys of Crete", In: WHITMARSH, T., THOMSON, S. (eds.), **The Romance between Greece and the East**, Cambridge, 2013, 196-210.

NÍ-MHEALLAIGH, Karen. Pseudo-Documentarism and the Limits of Ancient Fiction, **American Journal of Philology**, 129, 2008, p. 403–431.

PEINADO, Elisabet Gómez. **La Ephemeric Belli Troiani: Edición del texto y estudio de los aspectos filológicos e literarios**. Tese (doutorado em estudos clássicos), Faculdade de filosofia e letras da Universidad de Alicante, 2015.

PROSPERI, Valentina. Il paradosso del mentitore: ambigue fortune di Ditti e Darette . In: CAPODIECI, Luisa; FORD, Philip. **Homère à la Renaissance**, Paris, 2011, p.41-57.

SILVA, Gelbart Souza. **Ephemeric belli Troiani Dictys Cretensis: estudo e tradução**. Dissertação (Mestrado em Letras). 2019. 407f. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", câmpus de São José do Rio Preto, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182250/silva\\_gs\\_me\\_sjrp.pdf?sequence=8](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182250/silva_gs_me_sjrp.pdf?sequence=8). Acesso em: 17 dez 2019.

THOMPSON, Diane P. **The Trojan War: literature and legends from the Bronze Age to the Present**. Jefferson: McFarland, 2004.

VEGA, Maria Felisa del Barrio; LÓPEZ, Vicente Cristóbal. Introducción. In. ANÔNIMO. **La Ilíada Latina, Diario de la guerra de Troya de Dictis Cretense y Historia de la destrucción de Troya de Dares Frigio**. Madrid: Gredos, 2001, p. 118-166.

YOUNG, Arthur M. **Troy and her legend**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1948.

# THE KING IS DEAD. LONG LIVE THE KING! THE SEMIOTICS OF POWER TRANSITION IN THE LMLK STAMPED AND THE CON- CENTRIC-CIRCLES INCISED JUDAHITE JAR HANDLES



*Jorge Luiz Fabbro da Silva*<sup>1</sup>

**Abstract:** The paper briefly discusses – on the basis of the historical and archaeological data, and from a semiotic theoretical perspective – the possible context that produced the Judahite jar handles marked with lmlk stamps and/or concentric circles incisions. It argues that is not conceivable that the Assyrian king Sennacherib had subjugated Hezekiah, the king of Judah, reduced his dominion in favor of the Philistines, and increased his tax burden, without having also altered the very symbol system that represented the sovereignty of the Judahite king. It proposes that the concentric circles (1) were an Assyrian imposition over Judah, (2) should be understood in the light of the Philistine iconography, and (3) had the function of distinguishing jars intended to collect taxes for the king of Judah from those intended to collect tributes for the king of Assyria or for Assyrian interests.

**Keywords:** lmlk jars, winged symbols, concentric circles symbols, Kingdom of Judah, Senacherib's campaign, Philistines

**Resumo:** O artigo discute brevemente – com base nos dados históricos e arqueológicos, e de uma perspectiva teórica semiótica – o possível contexto que produziu as alças dos jarros judaítas marcadas com selos lmlk e/ou incisões de círculos concêntricos. Argumenta que não é concebível que o rei assírio Senaqueribe tenha subjugado Ezequias, rei de Judá, reduzido seu domínio em favor dos filisteus e aumentado sua carga tributária, sem também ter alterado o próprio sistema de símbolos que representava a soberania do rei judaíta. Ele propõe que os círculos concêntricos (1) eram uma imposição assíria sobre Judá, (2) devem ser entendidos à luz da iconografia filisteia, e (3) tinha a função de distinguir os jarros destinados a coletar impostos para o rei de Judá daqueles destinados a coletar tributos para o rei da Assíria ou para interesses da Assíria. **Palavras-chave:** jarros lmlk, símbolos alados, símbolos de círculos concêntricos, Reino de Judá, campanha de Senaqueribe, filisteus.

**Resumen:** El documento discute brevemente – sobre la base de los datos históricos y arqueológicos, y desde una perspectiva teórica semiótica – el posible contexto que produjo las asas de botijas judahitas marcadas con sellos lmlk y/o incisiones de círculos concêntricos. Argumenta que no es concebible que el rey asirio Senaquerib haya subyugado a Ezequías, el rey de Judá, haya reducido su

<sup>1</sup> Doctor in Archaeology (PhD), University of Sao Paulo, Brazil, Master of Arts and Semitic Languages, Andrews University, USA. Email: jorgefabbro@hotmail.com



dominio a favor de los filisteos y haya aumentado su carga impositiva, sin haber alterado también el sistema de símbolos que representaba la soberanía de lo Rey judahita. El propone que los círculos concéntricos (1) eran una imposición asiria sobre Judá, (2) deberían entenderse a la luz de la iconografía filistea, y (3) tenía la función de distinguir botijas destinadas a recaudar impuestos para el rey de Judá de aquellas destinadas a recaudar tributos para el rey de Asiria o para los intereses asirios.

**Palabras clave:** botijas *mlk*, símbolos alados, símbolos de círculos concéntricos, Reino de Judá, campaña de Senaquerib, filisteos.

## INTRODUCTION

Power never becomes orphaned. It only changes hands. And with the shift from one power holder to another, it is common for the symbols of power to change as well. The fundamental importance of symbols, as indispensable and even inevitable in the formation and consolidation of political power, in all places and times, has already been pointed out by many studies (e.g. KAUFMANN, 1978; VOCELKA, 1981; CREMADES, 1987; MARIN, 1988; MORÁN, 1990; ANGLO, 1992; TOLOSANA, 1992; BURKE, 1994; 1997; BRADDICK, 1996; FRYE, 1996; ALM, 2003; BROWN & ELLIOTT, 2003; WORTMAN, 2006; DENISON, 2009; BENZ & BAUER, 2013). Reflecting this widespread understanding, Michael Walzer suggested that in building political unity “symbolic activity is perhaps our most important means of bringing things together, both intellectually and emotionally”, after all “the state is invisible; it must be personified before it can be seen, symbolized before it can be loved, imagined before it can be conceived” (WALZER, 1967, p. 194). Therefore, in contexts of power reordering, a trend of change can also be expected in the symbols of power.

Such a context of reorganization of the political forces was produced by the Assyrian military campaign in Canaan, in 701 BCE, documented by the Annals of Sennacherib (Pritchard, 1969, p. 287-288), by the Azekah Inscription (NA'AMAN, 1974), by the royal reliefs of Sennacherib (LIPPOLIS, 2011), and by several Biblical sources (2 Kings 18-19, Isaiah 36-37, 2 Chronicles 32). This geopolitical transformation manifested itself – as it is argued in this brief study – in the change of the symbols used to mark the handles of many large 8<sup>th</sup>-7<sup>th</sup> century BCE ceramic vessels (Fig. 2), specifically the so-called *mlk* stamps (Fig. 3) and the concentric circles (Fig. 4).



Figure 1: Area of highest concentration of jar handles stamped with the *lmlk* seals and/or incised with concentric circles.

## ARCHAEOLOGICAL DATA

Since the first samples discovered in Jerusalem in 1869 (WARREN, 1870), thousands of stamped or incised jar handles with different motifs (winged symbols, concentric circles and rosettes) have been found in several locations in Judah. The discovery in Lachish of a large number of *lmlk* handles, sealed in the destruction layer formed by the Sennacherib campaign in 701 BCE, led most scholars to the conclusion that these marked vessels were exceptionally and specifically produced as a war effort to collect tributes, to ensure provision of food, and thus try to resist the imminent Assyrian attack (USSISHKIN, 1977, p. 50-56; cf. NAAMAN, 1979, p. 75; 1986, p. 12-17; VAUGHN, 1999, p. 88 -99, 136-137; KLETTER, 2002).

Lipschits, Sergi and Koch suggested that the practice of stamping jars with the *lmlk* seal as part of a tax collection system had already been introduced by the Assyrians at the end of the 8<sup>th</sup> century BCE when they came to dominate the region, perhaps a couple of decades before Sennacherib's campaign (LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2010, p. 7).

About 700 jar handles impressed with a fingertip or a tool of similar shape were found in Khirbet Qeiyafa (Fig. 5; KANG & GARFINKEL, 2015). If that city was in fact Judahite as its excavators proposed, the custom of distinguishing some jars from others by marking their handles had already been consolidated at the beginning of the 10<sup>th</sup> century BCE.

Ussishkin points out that "no similar system is known from Assyria proper, or from other countries dominated by Assyria, this been a clear indication that the introduction of the *lmlk* stamping system in Judah was not due to Assyrian inspiration and influence" (USSISHKIN, 2012, p. 16; cf. 2011, p. 222; cf. NAAMAN, 2016, p. 114).

The evidence, therefore, suggests that such a practice had a long history and was typically Judahite. Although using different iconographic motives, it may have continued in Judah/Yehud/Judea even after the extinction of the Kingdom of Judah in 586 BCE (STERN, 2001, p. 175; LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2011; cf. ARIEL & SHORAM, 2000; AVIGAD, 1957; 1958; VANDERHOOFT & LIPSCHITS, 2007; STERN, 1971).



Figure 2: *mlk*-stamped jar, from Tel Lachish. Photo: Amalyah Oren. (ISRAEL MUSEUM, 1975, Accession Number IAA 1975-246).

Dossier



Figure 3: *mlk* jar handle.  
Photo: Oded Lipschits (YIRKA, 2017).





Figure 4: Jar handle incised with concentric circles, from Ramat Rahel. Photo: Oded Lipschits. (LIPSHITS, 2017)



Figure 5: Finger-impressed jar handle, from Khirbet Qeiyafa. Photo by the author, 2013.

The probable function of all these different marks has generally been inferred from the Hebrew inscription that appears on a set of them, the aforementioned *lmlk* handles – ללמל “*belonging to the king*” or “*for the king*” – suggesting that they were royal emblems (WARD, 1968; TUSHINGHAM, 1970; 1971; AVIGAD & BARKAY, 2000, p. 243; FOX, 2000, p. 220-223; HUDON, 2010, p. 31-32; NAAMAN, 2016, p. 114-116), perhaps used to identify jars used to collect taxes, probably in the form of shares of wine, oil and grains (KLETTER, 1998, p. 145-147; ZIMHONI, 2004, p. 1706;



The hypothesis that the *mlk* jars carried royal symbols and were part of a centralized tax collection system is supported by the findings produced by neutron activation and petrographic analyses which showed that those jars, found in a number of different Judahite sites, seem to have been all produced in a single location in the Shephelah (MOMMSEN, PERLMAN & YELLIN, 1984; GOREN & HALPERIN, 2004, p. 2556; YELLIN & CAHILL, 2004).

The largest assemblage of *mlk* handles, comprised of hundreds of pieces, was found on Lachish Level III. Evidence provided by archaeological and textual sources allows to date the end of the period represented by this layer to the destruction of the city by the Assyrian king Sennacherib, in 701 BCE (USSISHKIN, 2004a; 2004b; NAAMAN, 1979). This fact led most scholars to assume that all *mlk* handle types were produced prior to the destruction of Lachish (USSISHKIN, 1976; 1977, p. 57-59; 2004b; NAAMAN, 1970; 1986; VAUGHN, 1999; FOX, 2000, p. 216-235; HUDON, 2010).

A more recent research work, carried out by LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2010; 2011; cf. LIPSCHITS, 2012; Ji 2001; GRENA, 2004, p. 333-346), taking as reference the typology of the *mlk* handles proposed by André Lemaire (1981), and considering their relative chronology and distribution pattern, convincingly demonstrated the following points:

1. *mlk* stamps of types Ia and Ib (both bearing a four-winged symbol; Fig. 6 and 7) and IIa (with a two-winged symbol; Fig. 8) are generally found in archaeological layers prior to 701 BCE; while types IIb, IIc and XII (all three bearing a two-winged symbol; Fig. 9, 10, and 11) are generally found in layers later than 701 BCE. However, the rigidity with which this chronological scheme separates the *mlk* handles between earlier and later than 701 BCE probably needs to be slightly calibrated by the exceptions pointed out by Ussishkin, although they are rare (USSISHKIN, 2012, p. 16).

2. Of the almost four hundred *mlk* handles found in Lachish, less than 10% are of the two-winged type (IIa); almost all are of the four-winged types (Ia and Ib) (LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2010, p. 18; cf. MAZAR, 2018, p. 184). After 701 BCE the four-winged symbols are discontinued, while the two-winged ones increase in number. Thus,



assuming the seriation axiom – according to which a new type starts making room in a culture with few exemplars, gradually increasing in number until it reaches a peak of popularity, to then starts to decline in number until it disappears from record – the conclusion that the proportionally small number of the IIa type (two-winged) in Lachish Level III indicates that this type was introduced after the much more numerous types Ia and Ib (four-winged) (LIPSCHITS, 2012, p. 9) seems correct, despite Ussishkin's contrary opinion (USSISHKIN, 2011, p. 223; 2012, p. 15-16).

3. Before the Assyrian campaign, *lmlk*-stamped jars were used over a wide area that encompassed the mountains of Judah and the Shephelah, that soft-sloping hills between the Judahite highlands to the East and the Philistine plains to the West. After 701 BC, however, not only the four-winged symbol (types Ia and Ib) was replaced by the two-winged symbol (IIb, IIc and XII) but also the *lmlk* jars practically disappear from the Shephelah and pass to be used almost exclusively in the mountain range, the traditional heart of Judah's territory (LIPSCHITS, SERGI, & KOCH, 2010, p. 19, fig. 3; p. 21, fig. 4; 2011, p. 17, fig. 1, p. 16, fig. 2, p. 18, fig. 3).

4. After Sennacherib's victorious campaign, jar handles incised with concentric circles (Fig. 4) were introduced in the highland sites of Judah, basically in the same locations where the two-winged *lmlk* symbols were being used. In a large number of cases, concentric circles appear on handles that already had a *lmlk* stamp; many others were incised on new, unstamped jars. Lipschits, Sergi and Koch point out that "not even a single incised handle was discovered in a 701 destruction level" (2011, p. 8), thus establishing *its terminus post quem*. Since the *lmlk* marks were stamped on soft, unbaked clay, before the jars were fired, and that the concentric circles were incised after the jars had already acquired their hard, ceramic form, it is evident that the incisions are a later development. The semiotic effect of placing the concentric circles beside the *lmlk* stamp is the cancellation of the *lmlk* stamp, at least on these jars that bear both symbols. One may therefore infer that a change in the identity of those jars occurred, perhaps hurriedly promoted, since old jars bearing the *lmlk* stamp were recycled before new, unstamped jars could be produced.



Figure 6: Type Ia

Four-winged Symbol. Cursive inscription.  
Upper register: *lmlk* ("belonging to the king"). Lower register: name of a place.  
(After GRENA, 2004)



Figure 7: Type Ib

Four-winged Symbol. Lapidary inscription.  
Upper register: *lmlk* ("belonging to the king"). Lower register: name of a place.  
(After GRENA, 2004)

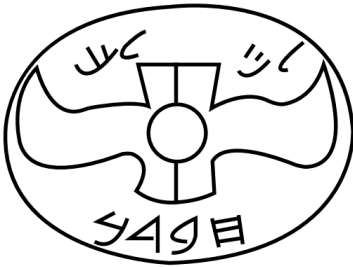


Figure 8: Type IIa

Two-winged symbol. Upper register: *lmlk* ("belonging to the king"). Lower register: name of a place (letters clustered).  
(After GRENA, 2004)



Figure 9: Type IIb

Two-winged symbol. Upper register: *lmlk* ("belonging to the king"). Lower register: name of a place (letters separated).  
(After GRENA, 2004)



Figure 10: Type IIc

Two-winged symbol. Upper register: name of a place. No lower register.  
(After GRENA, 2004)

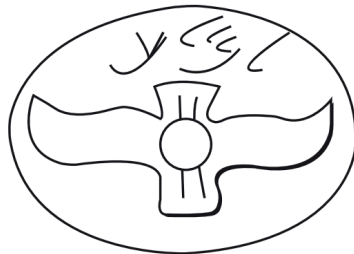


Figure 11: Type XII

Two-winged symbol. Upper register: *lmlk* ("belonging to the king"). No lower register.  
(After GRENA, 2004)



5. Eventually, incised concentric circles ceased to be used, while the two-winged *lmlk* stamps remained (BARKAY & VAUGHN, 2004: 2168). This suggests that the reason for the seemingly hasty introduction of the concentric circles no longer existed and was short-lived.

In sum, the marks on the Judahite handles reveal a dynamic picture of the late 8<sup>th</sup> and early 7<sup>th</sup> century BCE period, showing signs of both continuity and discontinuity. On the one hand, the custom of distinguishing some jars from others by marking their handles was maintained without interruption, despite the dramatic political turmoil of that time. On the other hand, the marks changed both in form and distribution. Thus, given the fact that the practice was maintained, it becomes necessary to ask the reason for the changes.

It has been tentatively suggested that each Judahite king selected a particular mark as his own private emblem, hence the diversity of symbols (JI, 2001; NAAMAN, 2016, p. 117, n. 7), or that each mark represents a different administrative system (LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2011, p. 7-8). However, none of these conjectures is able to satisfactorily account for all the archaeological data. The first requires supposing that the marks have succeeded each other; but it is unable to explain, for example, the fact that concentric circles were introduced after the two-winged *lmlk* symbols, coexisted with them in the same sites at the same time, and vanished before the *lmlk* symbols did. The second requires assuming – against basic semiotic principles – that a king of Judah deemed practicable to use two different symbols, both with the same function, at the same time and place.

## THE CONTRIBUTION OF SEMIOTICS

The fundamentals of Semiotics, as is widely known, were seminally enunciated by Ferdinand de Saussure (1921) and contributed to give rise to Structuralism, that great current of thought that eventually came to dominate broad sectors of the Social Sciences (e.g. LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 45).

Saussure taught that a *signified* (that is, a *concept*), being abstract, immaterial and intangible, invariably needs to be incorporated into a *signifier* - this one, perceptible – so that a message can be communicated. The correlation between the two of them, that is, between *content* and *expression*, he called a *sign* (cf. ECO, 1986, p. 1). Especially important, according to him, is the fact that the *sign* means what it means because it differs from all other signs of the same system. Primarily concerned with spoken and written language, Saussure



used the word *sign* as reference to the combination of a *concept* and an *acoustic image* (SAUSSURE, 1983, p. 118-123). Charles Sanders Peirce, in turn, interested in other forms of language as well, classified the types of *sign* into three categories: *icon* (a sign in which the signifier indicates the signified due to the evident similarity between the two of them); *index* (a sign in which the signifier indicates the signified because there is a continuity or a causal relationship between them); and *symbol* (a sign in which the signifier indicates the signified due to a social convention, therefore arbitrary and constructed) (PEIRCE, 1932, Vol. II, p. 297).

According to this theoretical advance, the “elements of signification” – may they be part of the verbal language or of any other system of signs – only acquire meaning through the establishment of distinctions between the components that make up their semiotic system (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 45-50; cf. SAUSSURE, 1983, p. 118; SEBEOK, 2001, p. 50-59; CHANDLER, 2002, p. 29-44; SANTAELLA, 2007, p. 13-15). Therefore, since each *signified* requires a distinct *signifier*, the introduction of a new symbol – such as those on the Judahite jar handles – must necessarily be understood as an action intended to produce a new meaning (cf. PEIRCE, 1932, Vol. III, p. 360).

## HISTORICAL DATA

It seems also useful to refer to the main features of the late 8<sup>th</sup> century and early 7<sup>th</sup> century BCE scenario offered by literary sources:

1. *The Subjugation of Judah by Sennacherib*. The invasion of Judah by the Assyrian army was overwhelming, ending the relative autonomy that the Judahite kingdom had. Referring to King Hezekiah, Sennacherib reports in his Annals that he “laid siege to 46 of his strong cities, walled forts and to the countless small villages in their vicinity” (Pritchard, 1969, p. 288). Similarly, the biblical text reports that “in the fourteenth year of King Hezekiah’s reign, Sennacherib king of Assyria attacked all the fortified cities of Judah and captured them (2 Kings 18:13; cf. Isaiah 36: 1).
2. *The Favoring of the Philistines*. The punishment imposed by the Assyrians on the rebel Judah resulted in the reduction of its domains and in the reorganization of that region’s territory. Much of the area which, up to then, was under Judah’s control was given by the Assyrians to the Philistines, as Sennacherib reported: “His towns which I had plundered, I took away from his country and gave them (over) to Mitinti, king of Ashdod, Padi, king of Ekron, and Sillibel, king of Gaza” (PRITCHARD, 1969, p. 288).

3. *The Reorganization of the Tax System.* The very reason for the Assyrian campaign and the most important imposition of Sennacherib on king Hezekiah was of a tax nature. Biblical sources record that, faced with the risk of annihilation of Jerusalem, its capital city, “Hezekiah king of Judah sent this message to the king of Assyria at Lachish: I have done wrong. Withdraw from me, and I will pay whatever you demand of me” (2 Kings 18:14). The Assyrian king’s reaction is referred to in his Annals: “Thus I reduced his country, but I still increased the tribute and the *katrû* -presents (due) to me (as his) overlord which I imposed (later) upon him beyond the former tribute, to be delivered annually” (PRITCHARD, 1969, p. 288).

One the basis of all these archaeological and historical data, and theoretical considerations, the following scenario may be drawn.

### THE TWO-WINGED LMLK STAMPS

The two-winged symbols (types IIa, IIb, IIc and XII) can be safely associated with King Hezekiah considering that: (1) the dates of these handles coincide with his period of reign; (2) the inscription they bear makes direct reference to a *למלך/mlk/king*; and, most importantly, (3) nine *bullae* inscribed with the name *Hezekiah* have already been discovered and reported, all containing the same two-winged symbol (Fig. 12 and 13; CROSS, 1999; DEUTSCH, 2002; 2003a, p. 13-20; 2003b, p. 45-50; 2011, p. 76; MAZAR, 2018, p. 180, 183-184).



**Figure 12:** King Hezekiah’s Bulla Seal stamp with the two-winged symbol flanked by the Egyptian *ankh* symbol. Upper register: “Belonging to Hezekiah, (son of) Abaz”. Lower register: “King of Judah”. (MAZAR, 2018, p. 180, Fig. II.1.4)



**Figure 12:** Drawing of King Hezekiah’s Bulla Seal stamp with the two-winged symbol flanked by the Egyptian *ankh* symbol. Upper register: “Belonging to Hezekiah, (son of) Abaz”. Lower register: “King of Judah”. (MAZAR, 2018, p. 180, Fig. II.1.4)





This explains why, before Sennacherib's campaign, the two-winged symbol (type IIa) was used in a wider territory, which included the Shephelah, but after Hezekiah was defeated and had his territory reduced by the Assyrians the two-winged symbol (types IIb, IIc, and XII) continued to be used but only in the highland sites, heart of the Judahite territory, over which Hezekiah was allowed to keep some control; but not in the Shephelah, which was devastated by the Assyrian troops and was no longer administered by Hezekiah.

## THE FOUR-WINGED LMLK STAMPS

The stamps with the four-winged symbol, have the inscription *lmlk* in the upper register and a toponym in the lower register (types Ia, and Ib). In this respect, they are very similar to the stamps with the two-winged symbol (types IIa, IIb, IIc and XII), but they clearly differ from each other. While the four-winged symbol appears to be a scarab, the two-winged symbol looks more like a bird or a winged disk, from which rays radiate.

For communication to be accurate and effective, preventing dubiety, different ideas must be conveyed by different symbols. The corollary is that different symbols must be seen most probably as expressions of different ideas. Just as it is not reasonable to conclude that the traffic signs "turn right" and "turn left" have the same meaning, despite their similarity, one may not conclude that the four-winged scarab and the two-winged disk are "alternative expressions of the same idea" (NA'AMAN, 2016, p. 114), unless they did not coexist.

Considering that the two-winged symbol is associated with Hezekiah and occurs in layers both earlier (type IIa) and later (types IIb, IIc and XII) than Sennacherib's campaign, the four-winged symbol, which vanishes after 701 BCE and could not have existed with the same function at the same time as the two-winged symbol, can only be earlier.

The fact that both symbols are embedded in the layer formed by the destruction inflicted by the Assyrians, in 701 BCE, does not necessarily present a problem. This date offers only the *terminus ante quem* for the four-winged symbols. There is no way of knowing for sure when they started to be used and for how long. The period represented by Lachish Level III possibly started in mid-8th century BCE (USSISHKIN, 1977, p. 56-57; 2004a, p. 82-83) and may have been long enough to accommodate two consecutive royal symbols. Thus it can be suggested that (1) the four-winged symbol and the two-winged symbol represent respectively two distinct phases of Hezekiah's reign, or that (2) only the two-winged symbol is associated with Hezekiah (715 -686 BC),



while the four-winged symbol would belong to the time of his father, king Ahaz (731-715 BC) (for the chronology of the kings of Judah, see THIELE, 1983).



## THE CONCENTRIC-CIRCLE INCISIONS

The jar handles marked with concentric circles started to be used, as already said, after the Assyrian invasion. This new symbol is found almost exclusively in the highlands of Judah, practically in the same sites where the two-winged *lmlk* jars were widely used. About 40% of these marks were incised on the same handles already stamped with the *lmlk* seal. The remaining 60% occur by itself; however, at least for some time, they seem to have been used concomitantly with the two-winged *lmlk* stamps (PARAYRE, 1993; LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2011, p. 7-9).

The fact that these two different symbols, both marking the same type of storage jar handles, are found together in the same archaeological strata has led some scholars to speculate that either they had different function or one gradually replaced the other.

James B. Pritchard, for example, suggested that concentric circles might only have a decorative function, or that they were potter's or owner's marks (PRITCHARD, 1959, p. 20-23). However, concentric circles are too crude and unattractive to be considered decorative; and it seems very unlikely that a private person would dare to affix his symbol side by side and practically in opposition to a royal seal stamp.

Paul Lapp proposed that the concentric circles were used to indicate the quality of the products contained in the jars, or to indicate the jars that had already been used (LAPP, 1960, p. 22). These ideas, however, are purely speculative, lacking any evidence to support them.

Oded Lipschits *et al.*, in turn, suggested that concentric circles "should be interpreted as a new phase of the Judahite administrative system, overlapping and possibly replacing the original *lmlk* system" (LIPSCHITS, SERGI & KOCH, 2011, p. 7-8). This proposal seems to be based solely on the assumption that the two marks performed the same function. Their rationale seems to be that, being radically different from each other, the two marks could not have functioned in the same place at the same time, so one must have followed the other. However, they themselves candidly admit that their suggested date for the concentric circles, making them be later than the *lmlk* stamps, "cannot be proved from the archaeological point of view, since there are no destruction

layers and thus distinctive *pottery* assemblages from this period in Judah” (*Ibidem*, p. 8).

Whatever the function or chronology of the concentric circles, the idea that a king of Judah adopted a geometrical figure as his emblem presents an enigma. The choice of the scarab as an emblem of Judah’s royalty is not surprising because, as early as the second millennium BCE, the scarab image was already used on stamps bearing pharaoh’s name and title. From that time on, the symbolic image of a beetle, sometimes with open wings, manifests itself throughout the Eastern Mediterranean, as far as Mesopotamia (e.g. Fig. 14; WARD, 1994; BIETAK & CZERNY, 2004; BEN-TOR, 2007). Broadly speaking, the same can be said of the winged disk, often found above the entrance of Egyptian temples and tombs, on top of stelae associated with the image of some pharaoh, and in images used by various peoples all over the Fertile Crescent (e.g. Fig. 15; GARDINER, 1944; TEISSIER, 1996, p. 27, Fig. 184; p. 64, Fig. 68; p. 94, Fig. 172; p. 155-157; p. 158; SHONKWILER, 2014). These two symbols – the scarab and the winged disc – were common in the ancient Middle East, and evidently were adopted by the kings of Judah, although perhaps with an adapted meaning (LEMON, 2010). Concentric circles, however, before they appeared on jar handles, were unheard of in Judah.



**Figure 14:** Scarab inscribed with the name of Pharaoh Amenhotep II, XVIII Dynasty.  
Photo: Sara Kopelman-Stavisky.  
(ISRAEL MUSEUM, 1989, Accession Number 76.031.2108).



**Figure 15:** Seal with the inscription “Amos, the scribe”. At the top, the winged symbol.  
Photo: The Israel Museum.  
(ISRAEL MUSEUM, 1978, Accession Number 71.065.0177)

Chang-Ho Ji (2001, p. 13-14) suggested that the concentric circles represented the concept contained in the biblical expression *חַבְּרֵטָה גִּוּחַ* (*hug ha-eretz, circle of earth*). This correlation, however, is very tenuous. In all three occurrences of *גִּוּחַ* (*hug, circle*) in biblical texts (Job 22:14; Proverbs 8:27; Isaiah 44:22), the word is always in the singular and seems to refer to the vault of heaven. Thus, the image of a single circle would be the most appropriate to

represent this idea. The concept is certainly that of a curved line but does not seem to allow the idea of concentric circles.



Considering that concentric circles seem to be a new arrival in Judah, they must be interpreted as the signifier of a new concept that, given the scenario provided by the historical sources, was perhaps imposed on the Judahites. However, although apparently foreign to Judahite culture, in order for the concentric circles to function semantically, that is, for them to convey a message, it was necessary that they already denoted something to somebody. Assuming, as previously argued, that the meaning of a sign can only be found in its relations with other signs of its own semiotic system, it is then necessary to seek the meaning of the concentric circles outside the Judahite culture boundaries, but in a cultural system somehow closely related to Judah, otherwise it would be impossible to explain the occurrence of concentric circles on Judahite jar handles and harmonize all the data discussed above. Therefore, it seems useful to bring to the discussion of this question, albeit tentatively, the fact that the Philistines were the only immediate neighbors of the Judahites to use geometric figures, especially spirals, circles and concentric semi-circles, in the decoration of their ceramics, which are abundantly represented in sites such as Ekron, Tell Qasile, Ashdod, Ashkelon and several others (Fig. 16 to 19; MAZAR, 1985; BEN-SHLOMO, 2010, p. 104).

It is not conceivable that Sennacherib had subjugated king Hezekiah, reduced his dominion, and increased his tax burden without having also altered the very symbol system that represented the sovereignty of the king of Judah.

One may remember at this point that the idea that concentric circles arose well after Sennacherib's campaign is mere conjecture which, apparently, only seeks to avoid the problem of having two symbols - concentric circles and *lmlk* stamps - with the same function, in a same place, at the same time. But if the assumption that they had the same function is removed, it can be admitted, without contradicting the archaeological evidence, that concentric circles were introduced immediately after the Assyrian victory over the kingdom of Judah.

Thus, one can tentatively propose the hypothesis that the concentric-circles symbol incised on Judahite handles is a direct reference to the Philistines, imposed on Judah by the victorious Assyrians. The storage jars thus marked would identify the ones set aside to collect tributes from the Judahites; not for the king of Judah – for that was the function of the *lmlk* jars – but for the king of Assyria, perhaps brokered by the Philistines. That expedient would certainly punish and humiliate the rebel Hezekiah.



**Figure 16:** Philistine Bichrome Ware from Tel Beth-Shemesh. (BUNIMOVITZ & LEDERMAN, 2011, p. 40, Fig. 4)



**Figure 17:** Philistine Bichrome Ware from Tel Ashdod. (ROSE, 2015).



**Figure 18:** Philistine Bichrome Ware from Tell Ashkelon. (ISRAEL MUSEUM, 2016)



**Figure 19:** Philistine Ware from Tell Qasile. (MAZAR, 1985, p. 71, Photo 73)

The reconstruction here proposed fits the whole purpose of Senacherib's campaign, and explains why, soon after, concentric circles started to be incised next to *lmlk* stamps, as if nullifying the latter and disauthorizing the king of Judah, and why two different symbols – *lmlk* stamps and concentric circles – co-existed for some time in the cities of Judah. It seems to account for all the data presently available and may be summarized as follows: (1) the marks on jar handles were part of a royal taxation system; (2) the introduction of concentric circles occurred amid the circumstances generated by the military campaign of Sennacherib, which aimed to ensure the collection of tribute, (3) as a result of the Assyrian campaign, Judah lost control over the Shephelah, much of Judah's territory was given by the Assyrians to the Philistines, and Judah was forced to confine itself to the highlands; (4) the concentric circles were imposed by the Assyrians on the Judahites, indicating that the storage jars thus marked were



intended to be collected by the Philistines perhaps on behalf of and in behalf of the Assyrians; and (6) eventually, shortly after Assyria's power over that region loosed, Judah got rid of the concentric circles and went back to using only the *lmlk* stamps, though restricted to its now diminished territory in the highlands.

## REFERENCES

- ALM, M.. Royalty, Legitimacy and Imagery. The Struggles for Legitimacy of Gustavian Absolutism, 1772–1809. *Scandinavian Journal of History*, 28/1, 2003, p.19-36.
- ANGLO, S. *Images of Tudor Kingship*. London: Seaby, 1992.
- ARIEL, D. T., & SHORAM, Y.. Locally Stamped Handles and Associated Body Fragments of the Persian and Hellenistic Periods. In: ARIEL, D. T. (Ed.). *Excavations at the City of David 1978-1985* (Vol. 4: Inscriptions, p. 137-171). Jerusalem, 2000.
- AVIDAD, N. & BARKAY, G.. The *lmlk* and Related Seal Impressions. In: GEVA, H. (Ed.). *Jewish Quarter Excavations in the Old City of Jerusalem, Vol. I: Architecture and Stratigraphy, Areas A, W and X-2, Final Report*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 2000, p. 243-257.
- AVIGAD, N.. A New Class of "Yehud" Stamps. *Israel Exploration Journal*, 7/3, 1957, p. 146-153.
- New Light on the M $\dot{S}$ H Seal Impressions. *Israel Exploration Journal*, 8/2, 1958, p. 113-119.
- BEN-SHLOMO, D.. *Philistine Iconography: A Wealth of Style and Symbolism* (Vol. Orbis Biblicus et Orientalis 241). Fribourg: Academic Press Fribourg, 2010.
- BEN-TOR, D.. *The Scarab. A Reflection of Ancient Egypt*. Jerusalem: The Israel Museum, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Scarabs, Chronology and Interconnections. Egypt and Palestine in the Second Intermediate Period* (Vol. Orbis Biblicus et Orientalis Series Archaeologica 27). Fribourg: Academic Press Fribourg, 2007.
- BENZ, M., & BAUER, J.. Symbols of Power – Symbols of Crisis? A Psycho-Social Approach to Early Neolithic Symbol Systems. *Neo-Lithics*, 2/13, 2013, p. 11-24.
- BIETAK, M., & CZERNY, E. (Eds.). *Scarabs of the Second Millennium BC from Egypt, Nubia, Crete and the Levant: Chronological and Historical Implications. Papers of a Symposium, Vienna, 10th - 13th of January 2002*. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2004.
- BRADDICK, M.. The Early Modern English State and the Question of Differentiation, from 1550 to 1700. *Comparative Studies in Society and History*, 38/1, 1996 p. 92-111.
- BROWN, J., & ELLIOTT, J. H.. *A Palace for a King*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- BUNIMOVITZ, S., & LEDERMAN, Z.. Canaanite Resistance: The Philistines and Beth-Shemesh - A Case Study from Iron Age I. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 364, 2011, p. 37-51.



BURKE, P. **The Fabrication of Louis XIV**. New Haven: Yale University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. State-making, king-making and image-making from renaissance to baroque: Scandinavia in a European Context. **Scandinavian Journal of History**, 22/1, 1997, p. 1-8.

CHANDLER, D. **Semiotics: The Basics**. London: Routledge, 2002.

CREMADES, F. C. **Carlos V y la imagen del héroe en el renacimiento**. Madrid: Taurus Ediciones, 1987.

CROSS, F. M. King Hezekiah's Seal Bears Phoenician Imagery. **Biblical Archaeology Review**, 25/2, 42-45, 60, 1999.

DENISON, M.. The Art of the Impossible: Political Symbolism, and the Creation of National Identity and Collective Memory in Post-Soviet Turkmenistan. **Europe-Asia Studies**, 61/7, 2009, p. 1167-1187.

DEUTSCH, R. Lasting Impressions: New Bullae Reveal Egyptian-Style Emblems on Judah's Royal Seals. **Biblical Archaeology Review**, 2002, p. 42-51, 60-61, 42-51, 60-61.

\_\_\_\_\_. **Biblical Period Hebrew Bullae: The Josef Chaim Kaufman Collection**. Tel Aviv: Archaeological Center Publications, 2003a.

\_\_\_\_\_. A Hoard of Fifty Clay Bullae from the Time of Hezekiah. In: DEUTSCH, R. (Ed.). **Shlomo: Studies in Epigraphy, Iconography, History and Archaeology in Honor of Shlomo Moussaief**. Tel Aviv: Archaeological Center Publications, 2003b, p. 45-98.

\_\_\_\_\_. **Biblical Period Epigraphy: The Josef Chaim Kaufman Collection: Seals, Bullae, Handles, Second Volume**. Jaffa: Archaeological Center Publications, 2011.

ECO, U. **Semiotics and the Philosophy of Language**. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

FOX, N. S.. **In the Service of the King. Officialdom in Ancient Israel and Judah** (Vol. Monographs of the Hebrew Union College 23). Cincinnati, 2000.

FRYE, S.. **Elizabeth I: The Competition for Representation**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

G., B., & VAUGHN, A. G.. The Royal and Official Seal Impressions from Lachish. In: USSISHKIN, D.. **The Renewed Archaeological Excavations at Lachish (1973–1994). Volume IV**. Tel Aviv: Emery and Claire Yass Publications in Archaeology, 2004, p. 2148–2173.

GARDINER, A. H. Horus the Beĥdetite. **The Journal of Egyptian Archaeology**, 30, 1944, 23-60.

GITIN, S.. The mlk Jar-Form Redefined: A New Class of Iron Age II Oval-Shaped Storage Jar. In: MAEIR, A. M. & MIROSCHEDJI, P. (Eds.). **I Will Speak the Riddles of Ancient Times: Archaeological and Historical Studies in Honor of Amihai Mazar on the Occasion of his Sixtieth Birthday**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2006, p. 505-524

GOREN, Y., & HALPERIN, N.. Selected Petrographic Analyses. In: USSISHKING, D. (Ed.). **The Renewed Archaeological Excavations at Lachish (1973-1994), vol. 5** (Vols. Monograph Series of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University, Vol. 22). Institute of Archaeology, Tel Aviv University, 2004.





GRENA, G. M.. *Lmlk - A Mystery Belonging to the King* (Vol. 1). Redondo Beach: 4000 Years of Writing History, 2004.

HUDON, J. P. The lmlk Storage Jars and the Reign of Uzziah: Towards a Mid-Eighth Century B.C. terminus a quo for the Royal Jars of the Kingdom of Judah. *Near East Archaeological Society Bulletin*, 55, 2010, p. 27-44.

Interpreting Saussure's differential theory: Merleau-Ponty versus the linguists. (s.d.).

ISRAEL MUSEUM.. **Lidded storage jar with a stamp on the handle, "Belonging to the king, Hebron"**. Acesso em 15 de January de 2020, disponível em Museums in Israel: National Portal: <https://www.imj.org.il/en/collections/380225>.

ISRAEL MUSEUM. **Royal-name scarab of Amenhotep II**. Acesso em 15 de January de 2020, disponível em Israel Museum: <https://www.imj.org.il/en/collections/228030>.

ISRAEL MUSEUM. **Ashkelon: a Retrospective. 30 Years of the Leon Levy Expedition**. Acesso em 16 de January de 2020, disponível em Israel Museum: <https://museum.imj.org.il/en/exhibitions/2016/ashkelon/>

Jl, C.-H.. Judean Jar Handles Bearing Concentric Circles. *Near East Archaeological Society Bulletin*, 46, 2001, p. 11-24.

KANG, H.-G., & GARFINKEL, Y.. The Early Iron Age IIA pottery. In: GARFINKEL, Y. & GANOR, S. (Eds.). **Khirbet Qeiyafa Volume 1. Excavation Report 2007-2008** (p. 119-149). Jerusalem: Israel Exploration Society, 2009.

..... Finger-impressed jar handles at Khirbet Qeiyafa: new light on administration in the Kingdom of Judah. *Levant*, 47/2, p. 186-205.

KATZ, H. The Pottery Assemblage of the Eighth Century: A Concluding Observation. In: FARBER, Z. I. & WRIGHT, J. L. (Eds.). **Archaeology and History of Eighth-Century Judah**. Atlanta: SBL Press, 2018, p. 307-336.

KAUFMANN, T. D.. **Variations on the Imperial theme in the age of Maximilian II and Rudolf II**. New York: Garland Publishing, 1978.

KLETTER, R.. **Economic Keystones: The Weight System of the Kingdom of Judah** (Vols. Journal for the Study of the Old Testament, Supplement Series 276). Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998.

..... Temptation to Identify: Jerusalem, mmst, and the lmlk Jar Stamps. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, 118/2, 2002, p. 136-149.

..... Lmlk and Concentric Stamp Impressions. Em A. Reem (Ed.), *The Qisble Excavations in the Old City of Jerusalem*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 2018, p. 212-218.

KOCH, I., & LIPSCHITS, O. The Rosette Stamped Jar Handle System and the Kingdom of Judah at the End of the First Temple Period. *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins*, 129/1, 2013, p. 55-78.

LAPP, P. W.. The Royal Seals from Judah. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 158, 1960, p. 11-22.

..... The Royal Seals from Judah. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 158, 1960, p. 11-22.

LEMAIRE, A.. Classification des estampilles royale Judéennes. *Eretz Israel*, 15, 1981, p. 54-60.

LEMON.. **Yahweh's Winged Form in the Psalms: Exploring Congruent Iconography and Texts**. Fribourg: Academic Press Fribourg, 2010.



LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. (C. S. Katz, & E. Pires, Trans.) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIPPOLIS, C. (Ed.). **The Sennacherib Wall Reliefs at Nineveh** (Vol. Monografie di Mesopotamia XV). Centro Ricerche Archeologiche e Scavi di Torino per il Medio Oriente e l'Asia. Missione in Iraq V, 2011.

LIPSCHITS, O.. Archaeological Facts, Historical Speculations and the Dated of the LMLK Storage Jars: A Rejoinder to David Ussishkin. **Journal of Hebrew Scriptures**, 12, 2012, p. 1-15.

..... **Archaeology sheds new light on mystery of Earth's magnetic field**. Acesso em 15 de January de 2020, disponível em Tel Aviv University: [https://english.tau.ac.il/news/archaeology\\_sheds\\_light\\_magnetic\\_field](https://english.tau.ac.il/news/archaeology_sheds_light_magnetic_field), 2017.

LIPSCHITS, O., Sergi, O., & KOCH, L. Royal Judahite Jar Handles: Reconsidering the Chronology of the lmlk Stamp Impressions. **Tel Aviv**, 37, 2010, p. 3-32.

..... Judahite Stamped and Incised Jar Handles: A Tool for Studying the History of Late Monarchic Judah. **Tel Aviv**, 38, 2011, p. 5-41.

MARIN, L.. **Portrait of the King**. Minneapolis: Macmillan Press, 1988.

MAZAR, A.. **Excavations at Tell Qasile: Part Two: The Philistine Sanctuary: Various Finds, The Pottery, Conclusions, Appendixes** (Vol. Qedem 20). Jerusalem: Institute of Archaeology, Hebrew University of Jerusalem, 1985.

MAZAR, E.. The Rule of King Hezekiah in Light of The New Ophel Excavations of 2009-2013. In: MAZAR, E.. **The New Ophel Excavations to the South of the Temple Mount 2009-2013. Final Reports, Volume II**. Jerusalem: Shoham, 2018, p. 175-186

MORÁN, M.. **La imagen del rey. Felipe V y el arte**. Donostia: Editorial Nerea, 1990.

NA'AMAN, N.. Sennacherib's 'Letter to God' on his Campaign to Judah. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, 214, 1974, p. 25-39.

..... Sennacherib's Campaign to Judah and the Date of the LMLK Stamps. **Vetus Testamentum**, 29, 1979, p. 61-86.

..... Hezekiah's Fortified Cities and the lmlk Stamps. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, 261, 1986, p. 5-21.

..... The lmlk Seal Impressions Reconsidered. **Tel Aviv**, 43, 2016, p. 111-125.

PARAYRE, D.. À propos des sceaux ouest-sémitiques: le rôle de l'iconographie dans l'attribution d'un sceau à une aire culturelle est à un atelier. In: SASS, B. & UHLINGER, C. (Eds.). **Studies in the Iconography of Northwest Semitic Inscribed Seals** (Vol. Orbis Biblicus et Orientalis 125). Fribourg: Fribourg University Press, 1993, p. 27-51.

PEIRCE, C. S.. **Collected Papers, Vol III: Exact Logic (Published Papers)**. Cambridge: Harvard University Press, 1932.

Pritchard, J. B. **Hebrew Inscriptions and Stamps from Gibeon**. Philadelphia: University Museum, University of Pennsylvania, 1959.

..... (Ed.). **Ancient Near Eastern Texts Relating to the Old Testament**. Princeton: Princeton University Press, 1969.

ROSE, Y.. **Philistines and philistines**. Acesso em 16 de January de 2020, disponível em Yehudite Rose in Israel: <http://yehuditrose.com/tag/palestine/>, 2015.

SANTAELLA, L.. **O que é Semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.





SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale.** (B. Charles, & A. Sechehaye, Eds.) Paris: Payot, 1916.

\_\_\_\_\_. **Course in General Linguistics.** (R. Harris, Trad.) London: Duckworth, 1983.

SEBEOK, T. A. **Signs: An Introduction to Semiotics.** Toronto: University of Toronto Press, 2001.

SERGI, O.; KARASIK, A.; GADOT, Y. & LIPSCHITS, O.. The Royal Judahite Storage Jar: A Computer-Generated Typology and Its Archaeological and Historical Implications. **Tel Aviv**, 39, 2012, p. 64-92.

SHAI, I., & MAEIR, A. M. Pre-lmlk Jars: A New Class of Iron Age IIA Storage Jars. **Tel Aviv**, 30, 2003, p. 108-123.

SHONKWILER, R. L.. **The Behdetite: A Study of Horus the Behdetite from the Old Kingdom to the Conquest of Alexander** (Vols. PhD Dissertation, Department of Near Eastern Languages and Civilizations, University of Chicago). Chicago, 2014.

STERN, E.. Seal-Impressions in the Achaemenid Style in the Province of Judah. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, 202, 1971, p. 6-16.

\_\_\_\_\_. **Archaeology of the Land of the Bible. Vol. II: The Assyrian, Babylonian, and Persian Periods 732-332 B.C.E.** New York: Doubleday, 2001.

TEISSIER, B. **Egyptian Iconography on Syro-Palestinian Cylinder Seals of the Middle Bronze Age.** Fribourg: University Press Fribourg, 1996.

The Rosette Stamped Jar Handle System and the Kingdom of Judah at the End of the First Temple Period. **Zeitschrift des Deutschen Palastina-Vereins**, 129/1, 2013, p. 55-78.

THIELE, E. R. **The Mysterious Numbers of the Hebrew Kings.** Grand Rapids: Kregel, 1983.

TOLOSANA, C. L. **La imagen del rey: Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias.** Madrid: Espasa-Calpe, 1992.

TUSHINGHAM, A. D. A Royal Israelite Seal(?) and the Royal Jar Handle Stamps (Part II). **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, 201, 1971, p. 23-35.

USSISHKIN, D. Royal Judean Storage Jars and Private Seal Jars. **Bulletin of the American Schools of Oriental Research**, 223, 1976, p. 1-13.

\_\_\_\_\_. The Destruction of Lachish by Sennacherib and the Dating of the Royal Judean Storage Jars. **Tel Aviv**, 4, 1977, p. 28-60.

\_\_\_\_\_. A Synopsis of the Stratigraphical, Chronological and Historical Issues. In: USSISHKIN, D. **The Renewed Archaeological Excavations at Lachish (1973-1994)** (Vol. Monograph Series of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University 22). Tel Aviv: Institute of Archaeology, Tel Aviv University, 2004a, p. 50-119.

\_\_\_\_\_. The Royal Judean Storage Jars and Seal Impressions from the Renewed Excavations. In: USSISHKIN, D.. **The Renewed Archaeological Excavations at Lachish (1973-1994)** (Vol. Monograph Series of the Institute of Archaeology of the Tel Aviv University 22). Tel Aviv: Institute of Archaeology, Tel Aviv University, 2004b, p. 2133-2147.

\_\_\_\_\_. The Dating of the lmlk Storage Jars and Its Implications: Rejoinder to Lipschits, Sergi and Koch. **Tel Aviv**, 38, 2011, p. 220-240.

\_\_\_\_\_. Lmlk Seal Impressions Once Again: A Second Rejoinder to Oded Lipschits. **Antiguo Oriente**, 10, 2012, p. 13-23.



VANDERHOOF, D. & LIPSCHITS, O. A New Typology of the Yehud Stamp Impressions. *Tel Aviv*, 34, 2007, p. 12-37.

VAUGHN, A. G. **Theology, History and Archaeology in the Chronicler's Account of Hezekiah** (Vol. Archaeology and Biblical Studies 4). Atlanta: Scholars Press, 1999.

VOCELKA, K. **Die politische Propaganda Kaiser Rudolfs II. (1576–1612)**. Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1981.

WALZER, M. On the Role of Symbolism in Political Thought. *Political Science Quarterly*, 82/2, 1967, p. 191-204.

WARD, W. A. The Four-Winged Serpent on Hebrew Seals. *Rivista degli Studi Orientali*, 43, 1968, p. 135-143.

..... The Egyptian Scarab. *The Biblical Archaeologist*, 57/4, 1994, p. 186-202.

WARREN, C. Phoenician inscription on jar handles. *Palestine Exploration Quarterly*, 372, 1870.

WORTMAN, R. S. **Scenarios of Power: Myth and Ceremony in Russian Monarchy from Peter the Great to the Abdication of Nicholas II**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

YELLIN, J. & CAHILL, J. M. Rosette-Stamped Handles: Instrumental Neutron Activation Analysis. *Israel Exploration Journal*, 54, 2004, p. 191-213.

YIRKA, B. **Ancient jar handles offer record of Earth's magnetic field strength over time**. Fonte: Phys.org: <https://phys.org/news/2017-02-ancient-jar-earth-magnetic-field.html>, 2017.

ZIMHONI, O. Lachish Levels V and IV: Comments on the Material Culture of Judah in the Iron Age II in the Light of the Lachish Pottery Repertoire. In: **Studies in the Iron Age Pottery of Israel: Typologica, Archaeological, and Chronological Aspects**. Tel Aviv: Institute of Archaeology, Tel Aviv University, 1997, p. 57-178.

..... The Pottery of Levels V and IV and Its Archaeological and Chronological Implications. In: USSISHKIN, D. **The Renewed Archaeological Excavations at Lachish (1973-1994), Vol. 4** (Vol. Monograph Series of the Institute of Archaeology of Tel Aviv University 22). Tel Aviv, 2004, p. 1643-1710.



## IN SEARCH OF A MYTH? A REVIEW OF JOSEPHINE QUINN'S BOOK

Geovani Canuto<sup>1</sup>

Josephine Crawley Quinn é professora de História Antiga da Universidade de Oxford (Worcester College), onde também atua como co-diretora do Oxford Center for Phoenician and Punic Studies (OCTOPUS)<sup>2</sup> em parceria com Jonathan Prag. Seus principais temas de pesquisa se estendem entre História e Arqueologia grega, romana e fenícia, com foco particular no Norte da África e no Oriente Próximo. Quinn é organizadora de importantes obras como o *The Punic Mediterranean: identities and identification from Phoenician settlement to Roman rule* (2014), um livro de referência co-organizado com Nicholas Vella e que traz a contribuição de grandes especialistas nos estudos fenício-púnicos. Entre seus artigos, destacam-se, por exemplo, *Tophets in the 'Punic World* (2012-13), uma contribuição para o entendimento sobre o Círculo do *Tophet*, e seu trabalho sobre os *Capitolia* (2013), escrito com Andrew Wilson, entre outros.

Em 2018 seu último livro foi lançado pela Princeton University Press: *In Search of The Phoenicians*. O livro é dividido em três partes, que se constituem em versões ampliadas de três palestras ministradas pela autora na Universidade de Tufts. Na primeira parte, Quinn analisa as descrições feitas sobre os “fenícios” como um povo coerente em trabalhos contemporâneos em contraste com a imagem apresentada pela documentação antiga. Na segunda, a autora observa como as experiências migratórias desencadearam mudanças entre estas populações e suas práticas culturais por meio do estabelecimento de uma rede de interações que emergiram entre subgrupos no interior das colônias - como no caso do *tophet* - ou aquela desenvolvida pelo culto de Melqart. Na

Dossiê

<sup>1</sup> Bacharel e licenciando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), atualmente desenvolve pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo (PPGARQ/ MAE-USP) sob supervisão da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Cristina Nicolau Kormikiari. E-mail: geovanicanuto@usp.br

<sup>2</sup> <http://punic.classics.ox.ac.uk/>



última parte, Quinn explora as evidências que demonstram como as identificações com os fenícios floresceram depois de eventos que foram tomados por alguns pesquisadores como o fim de sua história, a saber: a conquista de importantes cidades “fenícias” como Tiro por Alexandre Magno e a destruição de Cartago. É na parte três que a autora explora o período helenístico e o Levante romano, além da chamada “resistência púnica” na África romana, e, por fim, o passado “fenício” na Grã-Bretanha e Irlanda.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma investigação sobre a imagem dos fenícios na retórica política moderna, com destaque para a Tunísia e o Líbano do século XX. No caso do Líbano moderno, o Novo Fenicianismo foi um importante movimento político e cultural no país desde a dissolução do antigo Império Otomano e pressupunha que o Líbano era herdeiro do legado dos antigos fenícios. No interior dos movimentos nacionalistas de países do Oriente Próximo como Egito, Síria e a Palestina que buscaram uma vinculação dos estados modernos com “grandes civilizações” do passado, os fenícios, no caso libanês, forneceram um protótipo e atrativo paralelo para o novo estado, assim como uma alternativa que explicasse suas origens para além de uma descendência árabe, exercendo, portanto, um papel fundamental na luta de separação libanesa da Síria e do mais amplo mundo árabe.

O Novo Fenicianismo, capitaneado pelos cristãos e católicos maronitas, pressupunha então uma glorificação dos fenícios, enfatizando suas conquistas marítimas e sua contribuição para a civilização mundial, além de traçar paralelos com o Líbano contemporâneo, ressaltando-se a unidade geográfica que compartilhavam. A autora analisa seu desenvolvimento no período da administração francesa do Líbano - que chegou a ser considerado como “a Suíça do Oriente” devido à sua diversidade linguística e ao turismo nos Alpes -; o período que se seguiu à independência da França (1946); e os turbulentos anos da Guerra Civil que assolou o país entre 1975 e 1989. Mencionam-se também as pesquisas de DNA de Spencer Wells que buscaram a presença de traços genéticos “fenícios” na população local, e o início do interesse europeu por este “povo”, que teria ocorrido com a publicação da obra de Samuel Bochart sobre a dispersão dos filhos de Noé pelo globo com foco nas migrações fenícias. Uma série de obras publicadas entre os séculos XVII e XVIII são mencionadas (Fenelon, Jean-Jacques Barthélémy, Wilhelm Gesenius, Movers) assim como a mudança de percepção acerca dos fenícios na última década do XIX. Destaque para a famosa expedição de Ernest Renan no levante sob comando de Napoleão III (1860-1861).

No que se refere à Tunísia, o período da ocupação Otomana (XVI-XIX) trouxe uma valorização do passado árabe, e com o posterior estabelecimento



do protetorado francês, foi a vez da cultura romana, tida como predecessora da francesa na região. No período entre a independência tunisiana e a revolução de 2011, os dois presidentes - Habib Bourguiba e Zine El-Abidine Ben Ali - fizeram uso de todo o passado da região - indígena, fenício, romano e islâmico - segundo suas leituras particulares. O Fenicianismo na Tunísia começou, portanto, com o processo anticolonialista; neste contexto, o presidente Bourguiba, além de construir seu palácio presidencial em Cartago, gostava particularmente da imagem de Aníbal como um símbolo de resistência aos romanos. Na década de 1990, a imagem de Cartago ao lado da romana tornou-se uma arma do governo secular contra a crescente popularidade dos políticos islâmicos, que defendiam uma identificação com o passado árabe. Por fim, a autora conclui este capítulo mencionando os “fenícios” na obra de Sabatino Moscati e desenvolve algumas críticas ao trabalho deste importante pesquisador que atuou na Universidade de Roma.

No segundo capítulo Quinn observa os critérios envolvidos na designação de um coletivo como “povo” e sua aplicabilidade aos “fenícios”. É importante observar que ninguém se chamou de “fenício” em língua fenícia, que o termo *phoinix* (φοῖνιξ) é grego (utilizado para designar a cor púrpura, a tamareira ou o pássaro imortal) e de que não há nenhuma outra designação comum para os “fenícios”, embora alguns afirmem que se reconheciam como “cananeus”.

A apreciação das evidências materiais incluem uma inscrição em etrusco da segunda metade do século VII a.C. encontrada em uma necrópole de Cartago, assim como inscrições gregas que mencionam o termo *phoinix*, um monumento funerário erigido em Atenas no século III a.C., moedas de bronze cunhadas em Beirute em 168 a.C., uma inscrição encontrada na cidade de Cirta, moderna Constantina na Argélia, além de passagens da obra de Agostinho de Hipona. Observa-se também a documentação referente a uma tradição literária de longa duração sobre a emigração dos cananeus bíblicos para a África (seriam os fenícios?). Neste momento a autora observa os primeiros sinais de equivalência entre os termos “fenício” e “cananeu” e as associações posteriores (Septuaginta, por exemplo).

Em seguida, J. Quinn desenvolve sua análise sobre as formas de identificação utilizadas por esses “fenícios” nos textos em língua fenícia do Levante a partir do século XI a.C. e nas demais regiões mediterrânicas. Inscrições bilíngues em fenício-grego, com muitos exemplares encontrados no Egeu, demonstram que os emigrantes do Levante mantinham conexões com suas terras de origem. No período Helenístico pessoas de cidades do Levante ganharam



prêmios em festivais gregos e, como os gregos, os ganhadores “fenícios” eram lembrados em relação às suas cidades-estado de origem.

No capítulo III, a autora analisa a designação da região conhecida como “fenícia”, as informações contidas nas fontes do antigo Oriente Próximo e como estas populações foram nomeadas em Aramaico, na Bíblia Hebraica, pelos assírios e, por fim, entre gregos e romanos. Observa-se, no caso grego, o importante relato de Heródoto, que afirma ter encontrado uma sacerdotisa de Melqart em sua visita a Tiro, os mitos do período clássico para a fundação da “Fenícia” e nomes como Phoinix, Agenor, Kadmos e Europa, as incoerências destas histórias, além dos mitos locais escritos em grego por autores como Cúrcio Rufo (I d.C.) e Filo de Biblos (II d.C.). Se a imagem dos “fenícios” como povos do mar nos relatos homéricos pode ser herança de uma tradição do Oriente Próximo<sup>3</sup>, estas populações, de certa forma, pareceram familiares aos gregos, uma vez que eram navegantes como eles. Os contatos iniciais entre estes grupos podem explicar porque os “fenícios” foram tratados pelos gregos de forma menos distintiva se comparados a outros povos.

O desenvolvimento das fronteiras entre gregos e fenícios emergiu a partir do final do século V a.C. (Tucídides, Pseudo-Cíflax) e, no século IV a.C., os estereótipos gregos sobre os fenícios desenvolvem novos aspectos, onde se criou uma concepção mais forte destes como um grupo coerente com características particulares. São astutos e mentirosos, ainda que associações com os próprios gregos e seus mitos fossem possíveis, por exemplo, o que enfraquece a noção de uma virtude ou superioridade grega em relação a eles.

A presença fenícia nas fontes latinas também é objeto de análise, seja no período republicano, imperial ou na Antiguidade Tardia. No período romano, surgiu um estereótipo mais forte e, às vezes, mais negativo, mas ainda havia confusão sobre o vocabulário apropriado a ser utilizado: entre a fase republicana, imperial e a Antiguidade Tardia, diferentes termos (*Phoenix*, *poenus* e *punicus*) foram usados para designar uma variedade de grupos de fala fenícia, e havia uma tendência distinta a usar o adjetivo *punicus* com conotações geográficas a partir de finais da República. A autora conclui este capítulo com uma discussão sobre a famigerada “literatura fenícia” (uma realidade possível ou uma visão romântica?) e obras escritas em língua púnica mencionadas por autores como Pompônio Mela, Flávio Josefo e Estrabão.

<sup>3</sup> “Homero” foi um dos primeiros a mencionar o espírito de comerciante nato dos fenícios, divulgando sua fama de “sagazes “espertalhões” que acompanhará esse povo ao longo de toda a historiografia grega e romana” (KORMIKIARI, 2004, p.128-129).



Em Políticas Culturais (capítulo IV), a temática abordada se centra nas conexões mantidas entre as cidades da “Fenícia”, desde os relatos mais antigos mencionados na Bíblia Hebraica sobre as relações entre Tiro e os reinos israelitas do sul, assim como a forma como os impérios do Oriente Próximo se relacionaram com a região entre os séculos X e IV a.C. A autora problematiza as afirmações de que Sidon e Tiro formaram um reino conjunto ou uma espécie de confederação nos séculos IX e VIII a.C.

A autora também observa as abordagens tradicionais sobre o conceito de cultura e as implicações das interpretações histórico-culturais nos estudos fenícios: temas como “artesanato fenício”, “arquitetura fenícia”, “cerâmica fenícia”, a “língua fenícia” e as práticas funerárias entram em pauta. Discute-se também o modelo urbano de cidades como Tiro, Biblos, Beirute e Sidon, suas respectivas influências, os períodos de intensificação das interações entre as cidades, culminando, nos séculos V e IV a.C. com a alusão a “um conjunto emergente de identificações entre as elites “fenícias”” observado por meio da análise do mobiliário funerário.

No ocidente não há questionamentos sobre a existência de diferenças entre a cultura material dos assentamentos de falantes de língua fenícia e aquela das populações que lhes circundavam. As aproximações da cultura material dos assentamentos de origem levantina são resultado da consequente ligação das comunidades de emigrantes que compartilhavam uma linguagem inteligível comum; no Mediterrâneo central há evidências para alianças militares e comerciais e, como no Levante, uma abertura para modelos externos.

No período helenístico, por exemplo, elementos arquitetônicos gregos eram muito comuns em Cartago, assim como as evidências para o culto de divindades egípcias, gregas, anatólicas e mesopotâmicas nas cidades de fundação levantina no Oeste. As primeiras moedas cunhadas por Cartago também são uma interessante documentação para análise: tetradracmas que apareceram por volta de 410 a.C. com a representação de um cavalo coroadado por uma Nike e, no reverso, uma palmeira. As relações entre os diferentes grupos não eram, cabe ressaltar, unilaterais, uma vez que gregos e romanos também fizeram seus “empréstimos” da cultura “púnica”.

Em uma interessante análise sobre o Círculo do Tophet (capítulo V), Quinn discorre sobre as formas como o culto a Baal-Hammon e o sacrifício infantil serviram para criar um distanciamento entre um pequeno grupo de falantes de língua fenícia do Mediterrâneo Central em relação aos outros “fenícios” do ocidente e do Levante. Estabelece-se uma comparação com o culto

mais disseminado do deus tírio Melqart (capítulo VI) e sua capacidade de integrar diferentes comunidades.



Se num primeiro momento a historiografia interpretou a descrição do sacrifício nos *tophets* como uma espécie de “discurso negativo” das fontes clássicas, a documentação material tem levado a uma revisão destas perspectivas. Os santuários foram estabelecidos quase sempre no mesmo período de fundação dos assentamentos (os mais antigos são os de Cartago, Motia (Sicília) e Sulcis (Sardenha) datado de meados do século VIII a.C.). Baal Hammom foi uma divindade proeminente em Cartago, mas não teve as mesmas proporções no Levante e, no século VI a.C., Tinnit começou a aparecer nas inscrições do Tophet da cidade.

A autora também apresenta suas hipóteses sobre a origem destes santuários, relativiza a noção de um controle/imposição cartaginesa à luz das últimas evidências arqueológicas, e aponta as identificações culturais possíveis de serem traçadas com o Levante por meio de uma análise iconográfica. A autora encerra o capítulo V com uma análise sobre as mudanças que se desenvolveram entre os séculos III e II a.C., por exemplo, no período de crescimento do imperialismo cartaginês no Mediterrâneo, com estudos de caso sobre os santuários de Hadrumeto, Cirta e alguns da Sardenha.

Diferentemente de Baal Hammon, Melqart (Capítulo VI) estabeleceu uma conexão entre as colônias tírias, destas com sua “cidade mãe”, e também com populações locais em todo o Mediterrâneo. Os relatos apresentados pela documentação literária variam desde afirmações de que Cartago costumava enviar uma parte de seus rendimentos para a divindade, em Tiro, até lendas de fundação. Tais lendas conectam as duas cidades a partir do século IV a.C., o que, para Quinn, sugere que pelo quarto século Cartago teve uma identidade cívica relativamente forte como uma colônia tíria sob a proteção e poder de Melqart. Outros exemplos são mencionados em cidades como Gadir, Útica, Lixus e Carteia, por exemplo, não se restringindo às colônias tírias.

O culto de Melqart também promoveu vínculos entre os assentamentos levantinos do Oeste com os gregos, como pode ser demonstrado pelas associações entre o deus e a divindade grega Hércules. Se o “sincretismo” foi um fenômeno comum no Mediterrâneo, o início dessas associações é, no entanto, difícil de precisar, uma vez que, como afirma a autora, não é fácil conjecturar sobre a feição de Melqart antes do início do sincretismo com Hércules. As evidências para Melqart no ocidente são, apesar de tudo do século IV a.C., provavelmente associadas a mudanças políticas em Cartago. Ao contrário de



Baal Hammon, Melqart foi um deus “fácil de traduzir” e com ele foi possível fazer conexões com populações locais pré-coloniais, que chegaram a cultuá-lo.



No capítulo VII, J. Quinn apresenta o contexto histórico da “Fenícia” após a morte de Alexandre Magno, caracterizado por disputas entre a dinastia ptolomaica do Egito e os reis selêucidas da Síria e, posteriormente, pela presença romana, consolidada com a chegada de Pompeu em 65 a.C. Esta contextualização é fundamental para a compreensão de uma obra particular, *Aethiopica*. Escrita por Heliodoro entre os séculos III ou IV d.C., se constitui em um romance que apresenta uma história de amor entre uma princesa africana e um nobre grego. O autor é proveniente da cidade de Emessa, localizada onde hoje é a atual Síria, e foi o primeiro a se auto identificar como “fenício”. Para Quinn, sua obra deve ser analisada dentro de um contexto histórico do período helenístico e romano.

No período romano, os diferentes estatutos das comunidades serviram para dar continuidade às hostilidades locais. No final do século I d.C., uma nova linha de rivalidades pelo título de “cidade mãe” emergiu entre cidades como Tiro e Sidon, por exemplo, que, conforme Estrabão, disputavam o título de cidade mãe dos fenícios. Domiciano concedeu a Tiro o título de metrópole, atribuindo-lhe o status de cidade líder de uma determinada área e, pouco tempo após 198 d.C., Severo promoveu Tiro ao status honorário de colônia romana. No que se refere a Sidon, Heliogábalo (218-222) foi o responsável por lhe conceder ambos os títulos “provavelmente às custas temporárias de Tiro, cujas moedas pararam de dar o título colonial completo da cidade, assim como as de Sidon começaram a fazê-lo”.

A obra de Filo de Biblos foi tomada por alguns como o relato de um autor que se reconhecia como “fenício”, embora ele não se descreva assim nas passagens do texto que sobreviveram. Apesar do interesse na história dos fenícios ter florescido no período romano, “não há evidências claras para identificação ou patriotismo fenício em contextos locais”. Existiram, sim, atestados de orgulho da história fenícia e associações feitas por parte de falantes de grego da região. O entusiasmo cultural pela “Fenícia” e pelos “fenícios” no período romano foi mais um reflexo do “incentivo político romano ao conceito da própria Fenícia”, uma estratégia de sua dominação imperial. Cabe lembrar que Emessa foi a cidade natal do imperador Heliogábalo, cujas afinidades culturais fenícias foram apontadas por alguns autores antigos. No final do século II d.C. Severo dividiu a província da Síria em *Síria Coele* e *Síria Phoenice* e esta tinha pouca relação com a geografia histórica da “Fenícia”, incluindo cidades distantes como Emessa, que, segundo Herodiano, também era a cidade de nascimento de Julia Maesa, cunhada de Severo.



No capítulo VIII, dedicado à África romana, a autora observa o desenvolvimento de uma cultura púnica em um novo contexto de dominação colonial. A cidade de Lepcis Magna, por exemplo, foi amplamente favorecida no Império Romano, principalmente sob o governo de Severo. Uma inscrição dizendo que Tiro é a verdadeira mãe de Lepcis retoma diretamente a própria reivindicação de Tiro como “cidade mãe das colônias no exterior”. Para Quinn, a ênfase no reconhecimento do seu passado colonial “na verdade, era um fenômeno novo em Lepcis no período romano, uma maneira de sublinhar e preservar a relativa autonomia política da cidade no contexto do poder romano”. E essa estratégia, no entanto, recorreu ao interesse romano na história fenícia sem envolver a construção de uma “identidade fenícia”.

A autora analisa as referências que podem ser encontradas na vida cívica e política romana em Lepcis Magna (sacerdócios e instituições cívicas levantine, *shofetim*, cunhagens – o nome da cidade em púnico mesmo no período de Tibério). No que se refere às inscrições, em alguns casos bilíngues, a informação é apresentada em latim, mas na versão púnica o texto é editado, retirando os títulos e funcionários romanos e enfatizando as contribuições locais. Observam-se também as inscrições em púnico, as hipóteses sobre a origem da cidade que alguns afirmavam ter sido uma colônia de Tiro e outros de Sidon, além das divindades locais que, como as cartaginesas, não eram muito conhecidas no Levante.

No que se refere aos *tophets*, a autora lembra que muitos santuários da Sardenha sobreviveram à anexação romana e que os de Cirta e Hadrumeto, no Norte da África, continuaram até o século II d.C. Também são mencionados os novos santuários que foram estabelecidos depois da queda de Cartago e as identificações culturais apresentadas por eles. Igualmente importantes, as magistraturas locais são analisadas, os sufetes, as possíveis explicações para sua origem no Norte da África, seu desenvolvimento na região e a forma como “dialogaram” com magistraturas romanas como o *duumvirato*. As referências estabelecidas por estas instituições eram em relação a Cartago e não a uma identidade fenícia mais ampla.

Com o desenvolvimento da ocupação romana, muitas mudanças podem ter sido vistas aos olhos externos mais como “um elemento distintivamente africano”. Após a queda de Cartago, lembra a autora, o uso do púnico não apenas continuou, mas se desenvolveu (neo-púnico) em diálogo com línguas como o latim e os dialetos líbicos. As interpretações tradicionais são criticadas e apresentam-se, por exemplo, os contextos específicos de uso de cada língua.



No último capítulo, “Ilhas Fenícias”, o foco de análise recai sobre uma região muito próxima da autora: as ilhas do Atlântico Norte e o Fenicianismo na região, e dada a ausência de evidências materiais de assentamentos fenícios, explora o papel fictício dos fenícios na consciência nacional ente os séculos XVI e XIX.

Em seu trabalho, John Twyne (1505-1581) utilizou um de seus personagens, John Fosche, para afirmar que a Grã-Bretanha foi estabelecida por Albion, filho do deus Netuno e que depois da sua chegada e da subsequente separação entre a Grã-Bretanha e a França, os primeiros estrangeiros a chegarem à ilha foram os fenícios. Sua obra, um trabalho de especulação erudita para os conselheiros da nobreza Tudor, apresenta uma lista de palavras e costumes que acreditava ser consequência desta influência. Na Grã-Bretanha, a ideia de uma origem fenícia foi criada como uma alternativa às lendas medievais por intelectuais engajados no desenvolvimento de uma identidade nacional em oposição a outras nações como a “França-romana”.

Para Twyne havia evidências de “vestidos púnicos” que continuavam a ser usados pelas mulheres em Wales, por exemplo, assim como uma explicação etimológica para a palavra galesa *Caer* - que significa cidade - que derivaria do fenício, baseado na associação *Carthago* ou *Carthada* (“nova cidade”, *Qarthadasht*). Os fenícios são apresentados como pessoas de várias origens, o que poderia refletir “as identidades locais complexas e multicamadas na união consolidada dos vários reinos britânicos”.

Outro trabalho importante foi o de Aylett Sammes (1676) que afirmou que os fenícios se estabeleceram “nas Ilhas Scilly, na Cornualha e em Devon, minerando estanho e comercializando-o até o Mediterrâneo”. A autora fez uso direto das fontes clássicas para construir sua hipótese de origem fenícia e afirmou que nomes como “Bretanha” derivariam da “língua fenícia”, assim como muitas linguagens da região ou até mesmo sítios pré-históricos como Stonehenge. Uma das características principais de sua obra reside nas comparações estabelecidas entre as qualidades de britânicos e “fenícios”, atribuindo a estes características como habilidade comercial, marítima e de “fundação de colônias pelo mundo”, todas estas compartilhadas pela Grã-Bretanha moderna.

Com o desenvolvimento dos estudos de arqueologia, linguística e literatura clássica, a hipótese de descendência britânica dos fenícios se tornou difícil de sustentar e acabou confinada aos antiquários. Ressaltam-se algumas obras como as de Charles Leigh (1700) e William Stukeley (1740/1743); na Cornualha, a herança fenícia se constituiu como parte de uma estratégia de resistência à incorporação à unidade nacional de uma Inglaterra Anglo-saxônica.



Autores como Daniel Defoe comparavam os ingleses aos cartagineses: não foram apenas paralelos com as atividades coloniais britânicas e afirmou-se, por exemplo, que Cartago também havia colonizado a América com base em supostas semelhança entre os costumes de cartagineses e americanos. As identificações com Cartago ainda ocorriam nos primeiros anos do século XIX, mas se tornaram mais negativas na medida em que os franceses adotaram-na como uma forma de enfatizar a falta de confiança dos britânicos (*fides punica*). Apesar dos problemas com Cartago, um novo pico de popularidade se desenvolveu no século XIX, com o Império Britânico atingindo sua maior extensão seguindo a Revolução Industrial. Paralelos entre “a reputação de produtos manufaturados [fenícios], especialmente metalurgia e têxtil, correspondia ao papel desempenhado por Birmingham e Manchester no poder industrial da Grã-Bretanha”.<sup>4</sup>

Na Irlanda, os fenícios não foram uma alternativa às lendas medievais como na Grã-Bretanha, mas se somaram a elas, constituindo-se como “uma ferramenta contra o imperialismo cultural e político inglês”. Ruaidhri O Flaitbheartaigh (1629-1718) foi uma espécie de Aylett Sammes irlandesa, sendo que seu trabalho, escrito em irlandês, obteve maior popularidade. A teoria sobre os fenícios fez parte de um entusiasmo orientalista e celtista mais amplo na Irlanda do século XVII e XVIII. Parsons, por sua vez, escreveu uma obra sobre as origens da Irlanda e afirmou que ela foi uma colônia fenícia e que o dialeto cartaginês na obra de Plauto possuía semelhanças com a língua irlandesa.

Owenson (1806), por sua vez, escreveu um romance entre uma princesa irlandesa e um aristocrata inglês em um contexto de desapropriações das terras irlandesas e das “Leis Penais”. A princesa conta ao rapaz as origens dos irlandeses, onde os fenícios são uma das raízes junto com gregos e persas. O interesse pelos fenícios, no entanto, foi decaindo e ainda que obras como a de Dunlop sobre a história da Irlanda publicada pela Oxford Press em 1922 começasse com a “descoberta” da região pelos fenícios, sua atuação foi descrita de forma mais pontual.

Um ano após sua publicação, o livro de Quinn foi traduzido para o francês<sup>5</sup>. No prefácio Corinne Bonnet afirma que a primeira reação suscitada pela leitura de sua obra é a de uma “bem-vinda vitalidade” e seu maior mérito é nos alertar contra determinismos históricos e historiográficos, “um trabalho

4 QUINN, Josephine C. In *Search of The Phoenicians*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2018, p.191.

5 Na edição francesa À la recherche des Phéniciens.



de reflexão sobre a história, suas categorias, sua escrita, suas intenções”<sup>6</sup>. Ao questionar a aplicabilidade do rótulo “fenícios” e suas implicações, Quinn analisou importantes dilemas concernentes ao trabalho do historiador como noções de identidade, contatos culturais, estudos de recepção, assim como a influência das identidades nacionais no desenvolvimento de uma historiografia que influenciou gerações. Desta maneira, uma das principais contribuições de *In Search of The Phoenicians* é refletir sobre a própria prática de investigação historiográfica, que de maneira alguma se restringe à História Antiga.

## REFERÊNCIAS

BONNET, Corinne. De la forêt et de l'arbre. *In* : À la recherche de Phéniciens. Paris: La Découverte, 2019.

KORMIKIARI, M. C. N. O comércio, as trocas e o sistema de dom entre os Fenícios. *In*: CARVALHO, A. G. **Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo**. Vitória da Conquista: UESB, 2004.

QUINN, Josephine C. Tophets in the Punic World. *Studi Epigrafici e Linguistici*, vol 29-30, 2012-2013, p. 23-48.

QUINN, Josephine C., WILSON, Andrew. Capitolia. *Journal of Roman Studies*, vol. 103, 2013, p. 117-173.

QUINN, Josephine C. VELLA, Nicholas. **The Punic Mediterranean: identities and identification from Phoenician settlement to Roman rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

QUINN, Josephine C. **In Search of The Phoenicians**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2018.

6 BONNET, Corinne. De la forêt et de l'arbre. *In* : À la recherche de Phéniciens. Paris: La Découverte, 2019, p. VI-VII.



# *TEMA LIVRE*

# RELACIONANDO MAGIA E GÊNERO NA GRÉCIA ANTIGA: CIRCE E MEDEIA COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FEITICEIRAS<sup>1</sup> NA ATENAS CLÁSSICA (SÉCULO V A.C)



Stéphanie Barros Madureira<sup>2</sup>

**Resumo:** Utilizando como principais referências documentais a *Odisséia*, de Homero, e a *Medeia*, de Eurípidés, propomos fazer uma análise das feiticeiras Circe e Medeia sob a ótica do conceito de “representações sociais”, elaborado por Denise Jodelet. Em nossa pesquisa, procuramos traçar um paralelo comparativo entre as feiticeiras e demonstrar a influência de ambas como exemplos negativos que corroboram com a construção dos estereótipos e papéis de gênero do período clássico. Circe e Medeia, personagens que envolvem o universo mágico, recebem destaque por representarem os temores da civilização frente ao estigma da magia. Suas habilidades obscuras, inversão dos valores femininos e a amargura da mulher abandonada contribuíram para a transformação das figuras míticas em feiticeiras temidas e execráveis.

**Palavras-Chaves:** Magia; Gênero; Homero; Eurípidés; Representações sociais; Análise de Discurso.

Tema Livre

1 Seguindo os trabalhos de Georg Luck (2004), Daniel Ogden (2004) e Evelien Bracke (2009) nós tratamos os termos “bruxa” e “feiticeira” como intercambiáveis entre si. Ambos são termos atribuídos a estas e outras personagens das documentações arcaicas e clássicas, em um momento posterior a suas elaborações. Isto é, não são termos os gregos, utilizados pelos antigos que as definiam, são estratégias para melhor entendimento contemporâneo, uma vez que somos mais capazes de conceituar e diferenciar filosoficamente “magia” e “religião”. Acerca dos termos que os antigos utilizavam, identificamos os praticantes de magia grega no período Clássico como divididos nos seguintes grupos: os magos (*mágoi*), purificadores (*kathartai*), sacerdotes mendicantes (*agurtai*), adivinhos (*mánteis*) e charlatães (*alazones*). Esses grupos nos foram apontados por Platão e pelos Hipocráticos em seus tratados que criticam extensivamente os indivíduos que alegavam saber manipular o divino (ODGEN, 2001, p. 106). Apesar disso, ambos autores não deixaram claramente para nós se essa denominação era exclusiva, uma vez que não são poucos os casos em que um adivinho performa purificação, ou que um mago invoca os mortos e faz previsões a partir do seu encontro com os mesmos (JOHNSTON, 2008, p. 144-145). Finalmente, torna-se necessário apresentar o grupo dos *magoi*, termo do qual deriva a palavra *magus*, em latim, e o termo magia. No singular *magos*, pode significar uma das tribos de Media, ou um sacerdote da mesma que era capaz de interpretar sonhos: originalmente, os *magoi* eram os servos diretos do rei persa, sacerdotes altamente respeitados por seus conhecimentos e influência religiosa no Império Persa. Entre os gregos adquiriu o significado pejorativo de feiticeiro charlatão (COLLINS, 2009, p. 90).

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) e Mestre pelo mesmo programa, integra o Laboratório de História Antiga (LHIA) da UFRJ. Dedicou-se, no mestrado, ao estudo de gênero e magia nos períodos arcaico e clássico, e atualmente pesquisa história da alimentação e etnicidade dos mesmos períodos. E-mail para contato: stephanie.madureira@gmail.com



**Abstract:** This paper analyzes the sorceress Circe (from Homer's *Odyssey*) and Medea (from Euripides's *Medea*) based on Denise Jodelet's theory of social representation. In my work, I will show, through a comparative approach, the influence of both sorceress as negative examples that help constructing classical Athen's gender roles and stereotypes. Obscure magical practices are perceived as feminine and, thus, carry a submissive, though subversive, character. Circe and Medea, characters who involve the magical universe, have prominence because they represent the fears of civilization along with the stigma of magic. Their obscure skills, the inversion of feminine values and the bitterness of the abandoned woman all contribute to the transformation of the mythical figures into feared and execrable sorceresses.

**Keywords:** Magic; Gender; Homer; Euripides; Social Representation; Discourse Analysis.

Feiticeiras são figuras femininas que, ao longo da história, intrigaram homens – sobretudo os da elite intelectual – das mais diversas nacionalidades, temporalidades e espacialidades. A Grécia antiga, desde ao menos o período arcaico<sup>3</sup> (séculos VIII-VI a.C.), também presenciou interesse nestas personagens controversas, e destacamos Circe, de Homero, como exemplo. Já no período clássico (séculos V-IV a.C.), a Medeia, de Eurípides, é talvez a mais famosa, recordada e horrenda feiticeira. A partir do conceito de *representações sociais* proposto por Denise Jodelet<sup>4</sup> (2001, p. 36 e 40), temos como objetivo relacionar as personagens selecionadas e sua habilidade mais notável – o uso do *phármakon* – com as práticas mágicas mais comuns às esposas dos cidadãos no período clássico. Propomos, no presente artigo, que ambas poderiam ser interpretadas como representações construídas discursivamente, de forma a preencherem um papel educativo à audiência, sobretudo a porção feminina. Para tanto, necessitamos primeiramente apresentar as duas personagens e relacioná-las.

Circe, ou *Kirke* é, na mitologia grega, uma divindade menor, reconhecida-mente uma feiticeira associada à *pharmakeia* (preparo de poções), extremamente

3 A cronologia por nós selecionada é proposta por Claude Mossé em sua obra *A Grécia Arcaica de Homero a Êsquilo* (1984).

4 A representação social só pode se dar através da *comunicação* e esta incide sobre aquela de três maneiras, segundo Jodelet (2001, p. 30): a) na sua *emergência* (quem sabe e de onde sabe?); b) nos *processos de formação das representações* (o que e como sabe?) e c) na *edificação da conduta* (sobre o que sabe e com que efeitos?). *Representações sociais* estão, dessa maneira, presentes nos discursos que norteiam as crenças, os valores e as regras socialmente aceitas pelos diversos segmentos sociais. Elas funcionam através da simbolização e interpretação dos objetos que o cercam, de forma a construir uma realidade em conjunto a um corpo social. Denise Jodelet sistematiza de maneira bastante eloquente essa relação intrínseca e necessária entre comunicação e representações (JODELET, 2001, p. 36 e 40).





habilidosa, suas áreas de atuação incluíam a magia da transmutação/metamorfose, ao poder da ilusão e à arte obscura da necromancia. Descendente direta de Hélios, deus do sol, e de Perseida, a oceânide, Circe é também irmã de Aeetes (HOMERO, *Odisseia*, X, 135), rei da Cólquida. Qualificada como uma divindade bela e habilidosa na arte de cantar melodiosamente, Circe é monstruosa e intensa. A descendência direta dos Titãs, por parte de seus genitores, nos aponta que a mesma se configura distante dos humanos e dos deuses olímpianos, aproximando-a das características mais titânicas, como sua inconstância e seu incontrolável temperamento. Como Bracke (2009, p. 88) e Parry (1992, p. 73-74) destacam, os Titãs eram amplamente conhecidos na mitologia por terem sido derrotados e humilhados pela linhagem dos olímpianos, de forma a serem usualmente retratados como seres rancorosos, rebeldes e raivosos e, por conseguinte, também o serem todos aqueles que compartilham essa linhagem sanguínea.

A feiticeira é descrita usando um vestido longo, belo e finamente bordado, em sua cintura há um belo cinto de ouro (HOMERO, *Odisseia*, X, 543-545) e possui, em sua luxuosa morada, utensílios de ouro e prata e tapetes de cor púrpura. Sua companhia na ilha, além dos homens enfeitiçados, eram as ninfas que lhe serviam. A sua figura era de uma deusa cruel, ardilosa, pavorosa (HOMERO, *Odisseia*, X, 136) não só por suas habilidades em magia, mas pelo que fazia com aqueles que ousavam perturbá-la. Em suma, Circe é ameaçadora e Odisseu passará por ainda mais sofrimento em sua ilha. Porém, quando de fato os homens de Odisseu a encontram, não há nenhum sinal aparente de periculosidade. Ao contrário, Circe é descrita como estando no interior de seu *oikos*, entoando cânticos em sua voz encantadora e tecendo, com a qualidade e o esmero que apenas uma deusa seria capaz de ter. A divindade de *belas-tranças* é, momentaneamente, a descrição de uma mulher dedicada à vida doméstica.

Além de ser apresentada pelo poeta como uma divindade de belos cabelos trançados (*euplokamos*) e doce voz (*opikalēi*) (HOMERO, *Odisseia*, X, 136; 221), ele também nos informa que ela habita um vale estreito na floresta e um palácio cercado por lobos, leões e ursos (HOMERO, *Odisseia*, X, 212) que garantem a proteção de sua vida e de seus tesouros, na ilha de Eeia, localizada na Costa da Sicília. Antes de encontrá-la, Odisseu explora inicialmente a ilha, procurando por mortais. Porém, seus olhos só repousam sobre florestas (HOMERO, *Odisseia*, X, 150-197) e, como nas aventuras anteriores, a terra não é cultivada. À distância, Odisseu nota fumaça subindo aos céus (HOMERO, *Odisseia*, X, 196-197) o que indica uma fogueira e a presença de alguém. Tudo isso lembra Odisseu do encontro com Cíclope (HOMERO, *Odisseia*,



X, 167) e com os Lestrigões (HOMERO, *Odisseia*, X, 99), e os resultados funestos de suas experiências nessas ilhas. Apolônio de Rodas, seguindo a tradição de Hesíodo, diz que Circe veio para a ilha além da Toscana na carruagem de seu pai Hélios (APOLÔNIO DE RHODES, *Argonautica*, 3, 311). Conforme a narrativa de Homero avança, Euríloco<sup>5</sup> indica que os belos animais que vagam pela ilha de Circe são, na verdade, suas vítimas: marinheiros que, como Odisseu e seus companheiros, atracaram em sua ilha e tiveram este triste fim.

Homero (*Odisseia*, X, 230-238) a caracteriza como sendo extremamente habilidosa, e isso nos é explicitado quando ela enfeitiça, quase sem esforço, os aqueus que adentraram sua morada. Combinado ao seu poder de manipulação das ervas, Circe usa apenas da sedução: sua bela aparência, sua bela voz, sua mansão e os luxos que a mesma contém - comida, vinho, ouro, belos tecidos. Todas as possibilidades que seu o *oikos* oferta são irresistíveis para os aqueus, uma vez que se encontram no percurso de uma longa jornada – jornada esta que lhes causou imensos infortúnios e perdas. Circe usa uma poção mágica para transformar os aqueus em porcos, como faz com todos os homens que seduz e cruelmente amaldiçoa. A divindade tenta fazer o mesmo com Odisseu, mas o herói obteve ajuda do deus Hermes (HOMERO, *Odisseia*, X, 275-292). Dessa maneira, Odisseu consegue subjugar Circe na própria arte que a divindade domina (HOMERO, *Odisseia*, X, 315-335):

(...) O coquetel me preparou  
Na taça de ouro, sem deixar de acrescentar  
A droga, ruminando atrocidades no íntimo.  
Sorvi o líquido sem me narcotizar;  
Golpeou-me com a verga, me ordenando assim:  
‘Vai repousar com teus amigos na pocilga!’  
Nem bem falou, saquei da coxa a espada afiada,  
E, em sua direção, ameacei matá-la.  
Urlando corre para me abraçar os joelhos  
E então profere, às lágrimas, palavras-asas:  
(...)  
Devolve a espada à bainha, para então subirmos  
Nós dois ao tálamo! A união de nossos corpos  
No amor há de aumentar a mútua confiança!

Nesse momento da narrativa, Circe transforma-se: se antes era hostil e inimiga, agora oferecia o leito ao aqueu. Circe foi vencida em sua *métis* e

5 Ele diz: “Buscai desgraças? Infelizes, onde ides?/ À moradia de Circe, para nos tornarmos/ porcos, lobos, leões, alçados à função/ de involuntários guardas do solar imenso,” (HOMERO, *Odisseia*, 431-433)



em sua *techné*: pretendendo transformar o favorito de Atena, falhou, pois este obtivera ajuda divina, a ajuda de um *phármakon* que superou o seu. Odisseu e Hermes, juntos, foram capazes de subjugar àquela deusa conhecida como *polypharmakos*. As figuras masculinas, nessa cena, se sobrepõem à feminina: todo o ardil de Circe não foi páreo para a força viril de Odisseu ajudado por Hermes. A partir de então, Circe adquire/demonstra um caráter completamente domesticado, pois, de maneira similar à outras mulheres que oferecem hospitalidade na narrativa da *Odisseia*, Circe oferece banho, alimento e presentes<sup>6</sup> ao seu convidado.

Antes de partir, porém, o herói vive em sua companhia por um longo ano. Esse tempo funciona como um hiato na condição de pavorosa feiticeira: Circe vive feliz com Odisseu, dá a seus companheiros um lugar para habitar, alimento farto para consumir e descanso para os corpos cansados da árdua viagem. Ao final deste ano, quando ele deseja deixá-la, ela o aconselha a descer até o Hades e consultar o espírito de Tirésias, usando da magia necromante que analisamos previamente. Quando Odisseu retorna, ela o explica todos os perigos que ele ainda terá de enfrentar e depois o manda seguir seu caminho de volta à Penélope. E não há qualquer tipo de despedida: Circe simplesmente usa do “manto invisível” que os deuses possuem, para despistar as vistas dos mortais, e eles nunca mais se encontram. Tal como um sonho, o ano de Odisseu com Circe fica para trás.

A *Teogonia* de Hesíodo, outro texto que apresenta uma narrativa sobre a feiticeira, menciona Circe juntamente com Medeia (Hesíodo, *Teogonia*, 963-1020, ao explicitar um catálogo de deusas que praticam atos sexuais com heróis e os frutos gerados dessas relações. Elas são também mencionadas primeiramente na narrativa das uniões divinas e sua descendência (Hesíodo, *Teogonia*, 956-962).

Nesse momento, consideramos importante frisar o parentesco de Circe e Medeia, pois elas não apenas possuem origens divinas, são duas das “quantas deitando-se com homens mortais/ imortais pariram filhos símeis aos Deuses” (Hesíodo, *Teogonia*, 968), mas Circe é tia de Medeia. Assim, ambas estão conectadas pela linhagem sanguínea e na especialidade, pois, como já informamos anteriormente, Medeia compartilha a arte da manipulação do *phármakon*. Ambas são mencionadas por Hesíodo somente mais uma vez, separadamente.

6 A divindade dá ao herói um quítion e uma túnica (HOMERO, *Odisseia*, X, 542), um navio escuro, um carneiro e uma ovelha negra, que deveriam ser sacrificados na entrada do Hades (HOMERO, *Odisseia*, X 571-572) e provisões para o resto de sua jornada à Ítaca (HOMERO, *Odisseia*, XII, 18-19).

A união de Circe e Odisseu é narrada perto do fim da lista (Hesíodo, *Teogonia*, 1011-1016).



Assim como sua tia, Medeia é uma figura mitológica antiga e desenvolvida pela literatura grega séculos antes de se tornar a personagem principal na peça homônima de Eurípides, em 431 a.C.. Ela é personagem presente na história dos Argonautas e sua empreitada, a busca pelo Velocino de Ouro. Sua história está inscrita no modelo de outras viagens marítimas perigosas, tendo por objetivo a conquista de um tesouro inestimável e impossível, desenvolvidas por antigas culturas do Mediterrâneo Oriental (FIALHO, 2006, p. 13). O mito dos Argonautas parece ser, inclusive, mais antigo do que as épicas aventuras de Odisseu narradas por Homero. Esta hipótese é levantada quando nos atemos ao canto XII da *Odisseia*, que diz: “Por ali só uma nau passou, das que navegam no alto mar:/a nau Argo, por todos cantada, ao regressar da terra de Aetes” (HOMERO, *Odisseia*, XII, 69-70). No entanto, apesar de sabermos que o conteúdo de sua narrativa é cronologicamente anterior, não chegaram até nós quaisquer fragmentos que contenham o mito original em sua totalidade.

Uma vez que não possuímos fontes textuais anteriores à *Teogonia* de Hesíodo, é por ela que começaremos a apresentar Medeia. No mesmo catálogo que menciona a união de Circe e Odisseu, o casamento de Medeia e Jasão também é narrado (HESÍODO, *Teogonia*, 992-1002). Concebida primordialmente como sobrinha de Circe, a princesa da Cólquida, filha de Aetes, tem um caráter imortal análogo ao de sua tia e divindade homérica, como nos dizem Hesíodo e Píndaro (PINDAR. *Olympian Odes. Pythian Odes*. IV, 71-251) além do último aludir aos seus poderes mágicos, enquanto o primeiro atribui a vontade divina o fato de Medeia chegar até Iolco e sugere um final feliz para o herói e sua esposa. Essa versão contrasta completamente com a tragédia clássica, em que Medeia é abandonada por Jasão. Eurípides, demonstrando seu caráter inovador como tragediógrafo, apresenta ao público ateniense – conhecedor do antigo mito de Medeia – uma figura feminina humana e, por conseguinte, mortal. De acordo com W. Allan (2002, p. 17), Eurípides apresenta para o público ateniense uma personagem extremamente humana, com quem é possível se identificar, compreender as lamúrias e a sede de vingança - por mais que não seja possível perdoar sua atitude vil para com os próprios filhos.

Apesar dessa grande diferença, na tragédia em questão, a personagem compartilha do mesmo passado mítico de sua origem<sup>7</sup>: sua vida e a de Jasão

7 O mito de Medeia, que se passa num momento cronologicamente anterior à tragédia de Eurípides, pode ser encontrado nas notas pós-textuais da tradução de Flávio Ribeiro de Oliveira (OLIVEIRA, 2006, p. 165-168).



se cruzaram no momento em que o herói e seus companheiros chegam à Colquida, através da nau Argo, com o objetivo de recuperar o Velocino de Ouro, em posse do rei Eetes. O rei impôs a Jasão tarefas humanamente impossíveis, que o herói deveria realizar a fim de obter o velocino, as quais o filho de Éson cumpriu, apesar das dificuldades. Contrariando o acordo firmado por ambos, Eetes negou-se a entregar o velocino de ouro, o que frustraria os planos de Jasão e dos Argonautas, que só poderiam voltar à sua terra natal, Iolco, em posse do objeto mágico. Não era possível tomá-lo à força do rei, uma vez que o objeto era guardado por um feroz e imenso dragão<sup>8</sup>.

Apaixorada pelo herói heleno e compadecida por seu infortúnio, Medeia, princesa da Cólquida e filha de Eetes, decide oferecer seus talentos mágicos para favorecer Jasão, em troca de matrimônio e fidelidade. Jasão prontamente aceitou sua oferta e jurou no templo de Hécate que seria fiel e desposaria a princesa, levando-a com ele para Iolco. Assim, Medeia produziu uma poção mágica para Jasão, que a utilizou para derrotar o feroz animal e roubar o velocino de ouro. O casal e os argonautas então fogem para Iolco em seu navio, levando Absirto, príncipe e irmão de Medeia, na fuga. Porém são perseguidos pelo pai, que parte em sua busca imediatamente ao descobrir a traição de sua filha. Querendo despistar o pai, Medeia – completamente apaixonada e disposta a fazer tudo pelo herói – mata e esquarteja o irmão, jogando seus restos mortais no oceano. A maldade da princesa tem fundamento e objetivo: sabendo que Eetes também os perseguiria, atirou os restos do irmão com o objetivo de frear o avanço do pai. O plano surtiu efeito e, desolado com a morte do filho, o rei não foi capaz de alcançar Jasão e Medeia, que conseguiram chegar a Iolco. Jasão retornara com o velocino prometido a Pélias - seu tio e regente de Iolco - como requisito para que este cedesse o trono ao herói. O regente, no entanto, recusa-se a entregar ao argonauta o trono que lhe é de direito, e mais uma vez Medeia age em auxílio e benefício de seu amado, astutamente arquitetando a destruição do novo inimigo. A feiticeira então convoca as quatro princesas, filhas de Pélias, para uma demonstração de magia: disse-lhes que era capaz de transformar um carneiro idoso em novillo e, através de truques ilusionistas, a feiticeira esquarteja e cozinha o animal em um caldeirão, “tirando” de dentro dele um filhote.

Três das filhas de Pélias ficam encantadas com o poder da feiticeira, e pedem para que ela lhes ensine o encantamento, de forma que elas sejam capazes de rejuvenescer o pai. Medeia lhes orienta a esquartejar e cozinhar Pélias

8 Embora a palavra grega ὄφάκων designe um ofídio, uma vez que não dominamos o grego antigo, optamos por seguir as traduções de Flávio Ribeiro de Oliveira e da base Theoi, que caracterizam o monstro derrotado por Jasão como sendo um dragão (ou *dragon*, em inglês).



no mesmo caldeirão, de onde ele sairia jovem, belo e forte. As três princesas seguem as instruções de Medeia, mas só descobrem tarde demais que o pai não sairia rejuvenescido do caldeirão. A revolta das princesas foi compartilhada pelos habitantes de Iolco que, cheios de repulsa e revolta pela atitude de Medeia, expulsam a feiticeira e Jasão de seu país. Os dois fogem e obtêm asilo em Corinto, onde se casam e vivem em paz, em troca dos serviços mágicos de Medeia: Corinto vivia uma difícil época de seca, infertilidade e fome, e a feiticeira usou de seus conhecimentos mágicos para cessar os males que assolavam a região. Aclamada pela população por causa de suas habilidades e toda ajuda que ofereceu para agradecer a hospitalidade, Medeia viveu em Corinto por 10 anos com Jasão, a quem deu dois filhos. A paz e a felicidade o casal, no entanto, é destruída quando Egeu, rei de Corinto, oferece a mão de sua filha Glauce ao herói, que prontamente aceita a oferta. É justamente nesse momento que a peça de Eurípides começa.

A tragédia foi primeiramente encenada durante o festival da Grande Dionísia e se centra na história de uma mulher estrangeira que transpassou todas as barreiras possíveis daquilo que os gregos antigos entendiam como sendo o comportamento esperado de uma esposa, e a versão de Eurípides carrega diferenças marcantes e importantes em relação às versões mais antigas e talvez por isso tenha se tornado a versão mais conhecida na contemporaneidade: o senso comum nos faz pensar, sempre que a citamos, na feiticeira infanticida do dramaturgo ateniense. Eurípides é quem primeiro a coloca como assassina da própria prole, reconstruindo seu mito a partir da tradição do culto aos filhos de Medeia em Corinto. O culto em questão, no templo de Hera Acraia, tem um caráter reparador pela morte dos filhos da feiticeira, que originalmente teriam sido assassinados pela população raivosa de Corinto, encontrando o fim de suas vidas após Medeia tê-los escondido no templo para protegê-los (FIALHO, 2006, p. 17). Eurípides ressignifica ao final de sua peça a tradição ao culto dos filhos de Medeia, fazendo de sua nova origem uma forma de expiar todos os males causados naquela terra, que terminou com o assassinato de seus governantes e foi banhada de sangue através do terrível crime do infanticídio.

No início da peça vemos a Ama dos filhos de Medeia, no portão da casa da princesa da Cólquida, compadecendo-se da condição de sua mestra, ouvindo suas lamúrias e choro, ao que segue a entrada do Pedagogo responsável pela prole da mesma. Maria do Céu Fialho (2006, p. 18) nos apresenta que a escolha de Eurípides pelo uso dessas duas personagens que participam do *oikos* tem um significado marcante na narrativa, pois a Ama é a personagem que nos



remete à intimidade do lar, ao gineceu, espaço feminino por excelência, enquanto que o Pedagogo funciona como o elo de ligação entre o *oikos* e o espaço público. Fazendo parte desse lar que se desagrega e se desgraa pelas atitudes de Jasão, a Ama e o Pedagogo são personagens relevantes para a ambientação da infelicidade de Medeia, de quem ouvimos o choro, mas não vemos em um primeiro momento.

A Ama, por ser íntima de Medeia e por conhecê-la bem, é capaz de perceber sinais em suas atitudes e olhares, sinais esses que a preocupam e a fazem comentar para o público e o Pedagogo suas desconfianças. Justamente por saber que o caráter e temperamento de Medeia são extremamente fortes, autônomos e fulminantes, e que ela havia feito um esforço tremendo para agradar a Jasão e os cidadãos gregos cuja terra chegou para habitar (EURÍPIDES, *Medeia*, 12-13), a Ama é capaz de imaginar que sua senhora não ficará entregue ao choro por muito tempo: não é do feitio de Medeia deixar uma ofensa sem retaliação.

Medeia fez o possível e o impossível para se adequar as exigências sociais, sendo para Jasão uma esposa sem defeitos: honrou seu lar, não se contrapôs ao marido em nenhum momento, ajudou a comunidade com seu saber-fazer mágico e deu à Jasão filhos para a continuidade de sua linhagem. Ou seja: seu lar era respeitoso e estava integrado à comunidade pelos laços de *philia* (FIALHO, 2006, p. 17). A estratégia do poeta ao utilizar um Coro feminino é uma maneira de conduzir o discurso que merece destaque. Na lógica do teatro grego, o Coro era a voz da pólis apresentada no palco: todas as indagações, afirmativas, conselhos e emoções que apareciam na apresentação eram representantes das questões que a comunidade compartilhava/vivenciava como um todo. O Coro das mulheres de Corinto se compadece dos infortúnios de Medeia e reconhece em suas falas os seus próprios dissabores, uma vez que também pertencem ao gênero feminino.

E é durante a demonstração de sua indignação, destacando os versos 238-240, que Medeia expõe uma das condições sociais de seu gênero inserido na dinâmica de uma pólis: deixar seu lar e integrar o *oikos* do marido, sem saber o que dele esperar e como agir. Essa situação é facilmente identificável pelas mulheres de Corinto (e pela plateia ateniense), pois elas também passaram por isso quando se casaram. Esta é a Medeia de Eurípides: a mulher que, em desacordo com aquilo que o destino lhe reservou, usa de toda a sua sabedoria do *phármakon* e seu caráter astuto para tramar sua vingança. Mais



adiante analisaremos mais profundamente as suas atitudes, uma vez que neste momento buscamos entendê-la como figura mítica<sup>9</sup>.

Torna-se importante mencionar, neste momento, que Circe continuou a ser mencionada e associada primordialmente com a magia, muitos séculos depois de Homero e Hesíodo terem cantado sobre ela. As tradições mais tardias mantêm a conexão que Hesíodo menciona entre a feiticeira de Eea e Medeia, apenas com uma pequena diferença: enquanto no século VIII a.C., Circe é irmã de Eetes e tia de Medeia, sete séculos mais tarde, ambas são irmãs e filhas da deusa Hécate. O importante é destacar que suas histórias são intimamente ligadas para aqueles que viveram em um mundo governado pelos deuses olímpianos e suas forças ocultas e que Circe, como primeira representação ocidental de uma feiticeira talentosa ( OGDEN, 2002, p. 98), mantêm sua relevância através do tempo: mesmo os poetas latinos usam de seu histórico e as habilidades que lhe foram atribuídas, tanto que a responsabilizam por metamorfosear a ninfa Cila em monstro marinho e o Picus, rei da Ausônia em pica-pau (OVÍDIO, *Metamorfoses*, XIV, 1-74 e 320-396). As poesias helenística e romana mantiveram a noção de mulheres mágicas como geograficamente marginais (BRACKE, 2009b, p. 91), fazendo referência à criação do termo *mageia*, e sabemos que o termo foi cunhado em grego derivando dos *magoi* persas, indicando que a magia tem um quê de alteridade/o *Outro*<sup>10</sup>.

Circe e Medeia têm origem na Cólquida, um lugar geograficamente afastado do mundo grego, servindo de referência para as bruxas de tradições posteriores, que se mantiveram como estrangeiras. A própria associação das mulheres da Tessália como bruxas foi baseada na conexão de Medeia com essa terra no mito da Argonáutica (PHILLIPS, 2002, p. 380-381). A ancestralidade

9 Séculos depois de Homero e Hesíodo terem mencionado Circe em sua poesia e de Eurípides e Píndaro terem escrito sobre Medeia, o historiador Diodoro Sículo no século I d.C. (DIODORUS SICULUS. *Library of History*, III-VIII, 303 e 340) nos diz: “[Uma tardia racionalização grega do mito de Circe:] Ela [Hekate (Hécate, filha de Perseida e irmã de Eetes) casou-se com Eetes e pariu duas filhas, Kirke (Circe) e Medeia, e um filho Aigialeus. Embora Circe também, é dito, devotou sua vida ao estudo de todas as formas de drogas e descobriu raízes de todas as maneiras e potências que são difíceis de creditar, foi também ensinada por sua mãe Hécate sobre muitas drogas, contudo ela descobriu por estudo próprio um número ainda maior, de forma que a outra não lhe é superior no assunto dos mais diversos usos das drogas. Ela foi dada em casamento para o rei dos Sármatas, e primeiro ela envenenou seu marido e depois disso, sucedendo ao trono, cometeu muitos atos cruéis e violentos contra seus súditos. Por essa razão, ela foi deposta de seu trono e, de acordo com alguns escritores de mitos, fugiu pelo oceano, onde ela se estabeleceu em uma ilha deserta e, lá se fixou com as mulheres que fugiram com ela, embora de acordo com alguns historiadores ela deixou Pontos e se fixou na Itália, num promontório que foi nomeado em sua homenagem Kirkaion (Circaeum) e até hoje mantém esse nome”. Tradução do grego para o inglês de C. H. Oldfather. Tradução nossa para o português.

10 Esta discussão encontra-se em nossa dissertação de mestrado (MADUREIRA, 2017)





de compartilhada por ambas as associa a poderes mais primitivos e sombrios do que os Olímpianos, e em conjunto com a qualidade astuta implicada no significado de seus nomes, as figuras míticas se integram em um simbolismo duplamente ctônico e celestial, servindo como referência arquetípica para as bruxas que vieram depois (BRACKE, 2009b, p. 94).

Saber a ancoragem<sup>11</sup> de produção de um texto é de extrema importância para que possamos compreender os discursos que o fomentam. O mesmo é necessário para a compreensão do uso de textos de períodos distintos: as leituras de um texto se modificam de acordo com o contexto, vivência e expectativas do(s) leitor(es). Mesmo que a *Odisseia* faça referência a seu próprio contexto de produção e dialogue com outros produzidos na mesma época, ao mantermos em mente o contexto da Atenas Clássica, podemos construir interpretações possíveis de seu uso, no que concerne a essa pesquisa, *paidêutico*. Assim, Circe e Medeia podem, em nossa visão, servir como um contraponto às mulheres da elite ateniense, pois tanto seu uso da magia quanto a maneira que se posicionam frente a sociedade são desvios do padrão, que não deveriam ser seguidos pelas esposas.

Neste momento, devemos explicitar porque consideramos ser possível interpretá-las como *representações sociais* de feiticeiras e contra modelos de esposas. Vimos em nossa apresentação das personagens que ambas são mulheres estrangeiras, e vivem às margens da sociedade grega: mesmo com um *status* primeiramente divino, Circe e Medeia não são originárias de uma pólis grega, de forma que seus costumes lhes são estranhos. Embora o casamento idealizado fosse aquele consumado entre uma mulher ateniense e um cidadão, o casamento com estrangeiros não era impossível, como nos sugere Sófocles: “Algumas vão para a casa de homens estranhos, outras para estrangeiros, algumas para lares hostis” (SOPHOCLES, *Tereus*, 583).

Apesar do trecho destacado estar se referindo às mulheres que deixam o solo pátrio para casarem-se, não há porque inferir que o oposto também não poderia ocorrer. Assim, a vinda de uma figura exterior ao contexto de uma pólis não seria de todo estranho. Medeia possui o *status* de esposa de Jasão aceito por uma grande variedade de pesquisadores (ALLAN, 2002; BARLOW, 1986; BONGIE, 1977; FIALHO, 2006; MEISSNER, 1968) de forma que percebê-la como um contra modelo de esposa é um lugar-comum da historiografia. Candido interpreta a tragédia como o uso do espaço do teatro ateniense

11 Denominamos aqui de ancoragem as condições de produção do texto, que compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, incluindo: o contexto imediato, o contexto sócio-histórico e o contexto ideológico (ORLANDI, 2010, p. 33-34)



para “fazer uma denúncia, alertando para a emergência de antigos saberes integrando novas práticas sociais como o uso do conhecimento mágico das ervas e filtros para atender desejos individuais” (CANDIDO, 2010b, p. 33). Essa interpretação faz sentido dentro do contexto da guerra do Peloponeso, em que o uso da magia aumentou significativamente em Atenas e com ele, aumentou também o medo que os cidadãos sentiam do uso de filtros mágicos.

O domínio da manipulação das ervas e raízes é atribuído ao universo feminino por causa de sua ocupação doméstica e protagonismo no preparo dos alimentos para a família. Candido (2010a., p. 53-54) atribui essa informação à documentação épica, clássica e helenística, cuja poesia tratou de elevar mulheres como Samantha, Circe e Medeia ao *status* de *pharmakides*, feiticeiras especialistas na manipulação de ervas, *phármakon*. “O saber que se estendeu, por tradição, às mulheres consistia na habilidade em manejar o cozimento das ervas, folhas e raízes para fazer infusões e filtros, que devido ao seu poder de cura passaram a ser considerados mágicos” (CANDIDO, 2010b, p. 31). Esse uso de *phármakon* por Medeia, então, também a aproxima do universo feminino, embora no caso da feiticeira ela trate principalmente de venenos e poções mágicas, a mesma palavra é utilizada para se referir a perfumes, tão presentes na vida das mulheres atenienses, mais um traço que entra em contraponto com o modelo idealizado para as mulheres gregas, que renegava a vaidade. Já vimos que Medeia é vaidosa: possui roupas refinadas e um diadema de ouro – aqueles que, após envenenar, oferece de presente à Glauce-, possibilitando a interpretação de que ela não se submete à simplicidade exaltada no modelo, ou seja, mais um exemplo de ruptura.

Shirley Barlow tem uma interpretação acerca da peça de Eurípidés que corrobora a construção da nossa problemática. Discordando de perspectivas mais tradicionais, que colocam suas atitudes extremadas como baseadas em sua barbárie, ou seja, no fato de ela ser uma estrangeira e por isso poder usar da magia e cometer todos os atos cruéis que a trama nos apresenta, Barlow (1989, p. 159) propõe que o objetivo do autor tenha sido fazer com que as pessoas se esquecessem do fato da origem estrangeira da protagonista e refletissem que “qualquer mulher poderia ter feito” o mesmo. A autora defende a identificação da feiticeira com as mulheres gregas que também compunham a plateia do espetáculo: ela é exposta às mesmas condições, por parte de seu gênero, que qualquer uma das espectadoras. Em suma, Medeia critica o modelo *mélissa*<sup>12</sup>

12 De acordo com o modelo de mulher ideal do Período Clássico, as mulheres estariam condicionadas ao exercício das atividades domésticas, à submissão ao homem, à abstinência dos prazeres do corpo, ao silêncio, à fragilidade e debilidade, à reprodução de filhos legítimos, à vida sedentária no interior do oikos, exclusão da vida social, política e econômica, ou seja, reduz a condição feminina a um agente passivo.

que esperam que cumpra como papel social, gerando empatia das esposas presentes plateia.



Renegando tudo o que a faz mulher, Medeia é utilizada por Eurípides (Medeia, 244-249) para demonstrar quais são as características femininas que fazem parte da mente masculina e como há uma dissociação entre o fantasioso e o real; na medida em que ela é uma mulher forte, corajosa, articulada e consciente de quem é. Tão consciente e tão articulada que consegue usar do estereótipo feminino – a mulher frágil, emotiva, indecisa, medrosa, maleável – para enganar Jasão, fingir-se de arrependida e poder arquitetar toda a sua vingança: usar da manipulação dos *phármaka* e de toda a sua magia para matar o rei, a princesa e acabar com seu marido. E, embora possua o apoio do Coro de mulheres da peça enquanto arquiteta sua vingança, sua última decisão: a de matar seus filhos para destruir a casa de Jasão, não recebe apoio (EURÍPIDES, Medeia, 813);

Após negar todas as características femininas e clamar para si o papel de heroína e dona de seu destino, Medeia se vê vulnerável e triste perante a possibilidade da morte de seus filhos: seus instintos maternais, aqueles que ela renegou, são fortes demais para que ela consiga cumprir sua vingança e tirar a vida de sua própria prole. Quando ela percebe que não pode ser feliz sem seus filhos, mas decide seguir com a vingança para que seus inimigos jamais possam rir dela, Medeia explicita sua vulnerabilidade e a perda da humanidade: ao destruir Jasão através dos filhos, também destrói a si mesma e todas as perspectivas de uma felicidade futura (BARLOW, 1989, p. 164-167).

A protagonista não consegue fugir de sua natureza feminina, e essa mensagem pode ser interpretada como uma forte tentativa de reafirmação da ordenação do mundo: mulheres estão subordinadas aos maridos e são escravas da sua própria condição. Além disso, Eurípides evidencia os conflitos da *polis* através dessa escolha de Medeia e da comoção que a mesma gera: a morte dos filhos – ou a não existência deles, caso a mulher não cumprisse suas obrigações reprodutivas – significaria o fim da linhagem paterna. Esse é o maior infortúnio de Jasão, cujo sentimento é compreendido por toda a plateia ateniense: sua existência, sem filhos e sem perspectiva de gerar novos descendentes, carece de sentido. A grande vingança de Medeia, o grande mal que a mulher pode causar é deixar o seu marido sem os filhos legítimos que carregariam seu nome para a posterioridade.

Esse é mais um momento da peça em que o rompimento com o gênero serve para reforçar o modelo: nenhuma grega almeja ser como Medeia. Embora as tristezas, a traição sofrida, o fato de parir os filhos, a assustadora transição



de filha de alguém para esposa de alguém e as dificuldades e surpresas que lhes aguarda, sejam todas situações insatisfatórias, ao final da peça parece que esse fardo feminino tem que ser aceito: apenas Medeia, uma mulher monstruosa, neta do sol, feiticeira, bárbara, poderia matar os filhos e fugir numa carruagem solar, regozijando-se com o desespero do antigo marido. Para nós, a escolha de uma protagonista feminina que age com ferocidade, exhibe seu poder e conquista seus objetivos previamente estabelecidos não é “revolucionária” ou uma quebra de estereótipos, uma vez que todo o poder de Medeia é mostrado como destrutivo e a mensagem final é de reafirmação da organização social existente.

Homero nos apresenta Circe no canto X de sua *Odisseia*, e uma série de detalhes acerca da personagem poderiam ser utilizados pelos gregos do século V a.C. como exemplos negativos do comportamento feminino. Sobre tudo no que diz respeito ao uso da magia, Circe poderia ser interpretada como um polo de oposição ao modelo *mélissa*. Primeiramente, temos o fato de ser a primeira figura da literatura ocidental que retrata uma feiticeira talentosa na manipulação dos *phármaka*, um dos meios mais comuns de magia praticada pelas esposas gregas. Ademais, em sua narrativa aventureira aos feácios, Odisseu a compara a Calípso e a descreve como uma criatura que queria fazê-lo seu marido: “igualmente Circe me deteve em seu palácio,/ a ardilosa de Eeia, almejando que fosse seu esposo” (HOMERO, *Odisseia*, X, 31-32), o que se complementa com seu comportamento após ser subjugada por Odisseu.

Circe possui uma similaridade com Penélope: as duas foram capazes de transformar as visitas não convidadas em criaturas que banquetevavam, e abandonadas suas características masculinas, pareciam-se com porcos nunca satisfeitos, enfeitiçados pela música e pela dança e esquecidos da violência (FOLEY, 1994, p. 62). As duas enfeitiçam (*thelghein*) os homens com distrações e usam da *métis* (BRACKE, 2009, p. 105) para resolver as situações adversas que o curso do destino coloca em seu caminho. Além disso, ambas são referidas como donas de casa<sup>13</sup> respeitadas quando na presença de Odisseu: Circe no canto X e Penélope no canto XVII. Ademais, as duas dividem momentos parecidos com Odisseu, como mostraremos. Ao chegar do mundo dos mortos à Ilha de Eeia, Circe interage com ele da seguinte forma (HOMERO, *Odisseia*, XII, 31-35):

Quando o sol mergulhou e vieram as trevas,  
Eles deitaram-se ao longo da popa da nau;

<sup>13</sup> Em inglês, a tradução as coloca como *housewives*, já em português são chamadas de governantas ou despenseiras. De qualquer forma, os adjetivos fazem referência às ocupações da esposa por excelência.

Ela tomou-me a mão, longe dos companheiros  
Me acomodou, deitou-se ao lado e interrogou-me;  
E eu tudo a ela, ponto por ponto, contei.



Essa passagem é muito parecida com aquela em que Penélope e Odisseu, após o seu reconhecimento por parte da esposa, compartilham o leito e o herói narra tudo pelo qual passou (HOMERO, *Odisseia*, XXIII, 300-309):

Após os dois se deleitarem com o amor prazeroso,  
Deleitaram-se com histórias que um narrava ao outro:  
Ela, o que suportou no palácio, divina mulher,  
A observar a infernal reunião de varões pretendentes  
Que, por causa dela, muitos bois e robustas ovelhas  
Abatiam, e dos cântaros muito vinho foi tirado;  
E o divinal Odisseu, quantas agruras infligiu  
Aos homens e quanto ele mesmo, agoniado, aguentou,  
Tudo ele contou. Ela deleitou-se, escutando, e o sono não  
Tombou em suas pálpebras antes de ele tudo contar.

Podemos dizer, então, que Circe, além de ser uma mera inimiga a ser derrotada pela astúcia de Odisseu, age como uma segunda Penélope: a feiticeira se torna sua amante e sua amiga, alerta-o dos perigos que enfrentará adiante em seu caminho de volta à Ítaca e lhe dá conselhos preciosos sobre como vencer os obstáculos que serão lançados em sua direção. E, embora não mencionado na *Odisseia*, a *Teogonia* de Hesíodo aponta que Circe deu filhos a Odisseu, o que a aproxima ainda mais de Penélope, para além da característica de serem astutas e compartilharem o leito e amizade do herói. Embora não possamos dizer que Circe e Odisseu tenham se casado, ao compararmos sua relação com a do herói e sua esposa legítima, vemos muitos pontos de contato. Esses pontos de contato, inferimos, são suficientes para que as esposas dos cidadãos pudessem enxergar a feiticeira como uma companheira que age indevidamente ao manipular o *phármakon*. No mais, Medeia também não se casou com Jasão de acordo com os costumes gregos: não havia um pai ou um guardião masculino para legalizar em todos os termos a união dos dois. Porém, como mencionamos, a maioria dos estudiosos considera Medeia a primeira esposa de Jasão, mesmo que a relação não possua, em totalidade, todos os requisitos que caracterizam um casamento grego.

Da mesma forma que o modelo de esposa do período Clássico foi construído a partir de noções concebidas no período Arcaico, demonstrando a existência de uma continuidade nesse discurso, os desvios a ele também foram formulados a partir de concepções pré-existentes. Assim como Penélope foi



utilizada como exemplo da esposa perfeita que tudo sofre sem perder o amor, a admiração e a lealdade por seu marido, sendo conhecida pelos gregos três séculos mais tarde, Circe como mulher e feiticeira, manteve-se relevante. Não atestamos a existência de outras feiticeiras literárias de renome e poder, além de Circe e Medeia, do período Arcaico ao Clássico – é apenas do período Helenístico em diante que percebemos relevância literária em outras bruxas. E, ainda assim, estas usualmente fazem menção ou tentam se comparar à Circe e Medeia. E mesmo Medeia, como vimos anteriormente, possui um mito cujas raízes são mais antigas do que a criação de Eurípides, e, no entanto, no período Clássico sua história ainda estava presente, ainda que com certas alterações. Esclarecido esse ponto vital para a construção de nossa interpretação, e já tendo deixado definidos os pontos e características almejados em uma esposa legítima, poderemos definir de que maneiras as duas feiticeiras representam um desvio do padrão ao fazerem uso do *phármakon*.

Tanto Circe quanto Medeia são figuras femininas que não possuem um guardião masculino (*kurios*), o que por si só já é um desvio da situação que se espera de uma esposa legítima. Circe vivia sozinha na ilha de Eeia, à margem tanto do mundo grego quanto da comunidade olimpiana, tendo como única companhia suas servas ninfas. Medeia, por ter assassinado o irmão que partira com ela na nau de Argo, não possuía em Corinto ninguém para interceder por si<sup>14</sup> quando o marido decide abandoná-la. O *kurios* de uma jovem era seu parente masculino mais próximo, cujo dever consistia em cuidar da manutenção de sua honra, prover um lar onde ela pudesse adquirir a educação informal reservada às mulheres, prover o dote de seu casamento e protegê-la perante a sociedade e em disputas legais, como em caso de divórcio (POMEROY, 1975, p. 63-64), ou seja, suas funções eram basicamente vigiar e proteger. Uma mulher sem *kurios* era uma mulher que desviava da norma social, pois sua sexualidade era incontrolável: não havia quem se certificasse de que suas companhias no interior do *oikos* fossem essencialmente femininas e, portanto, garantisse a preservação de sua virgindade.

Nos feitiços tipicamente utilizados pelas esposas legítimas – e aqui incluímos os outros feitiços de amor que não se limitam à manipulação do *phármakon* - a magia existe como contrapartida ao fato de estarem inseridas em uma situação social específica, na qual seus próprios desejos estão em contradição. Eles se contradizem tanto às vontades dos outros indivíduos que as rodeiam, quanto às suas obrigações sociais ou então elucidam uma falta de competência para lidar com os mesmos. O que significa que o ato de recorrer à

14 “não tenho mãe, irmão, nenhum parente/ em que desta procela encontre abrigo” (EURÍPIDES, *Medeia*, 257-258)



magia poderia se constituir como a única maneira de se expressar possível em situações e circunstâncias que, sem a opção da interferência mágica, não permitiram outro desfecho: uma mulher que se sente ameaçada pela concubina de seu marido, ou pela presença de uma serva jovem e bonita. Nesse contexto, a magia oferecia a elas um senso de controle e poder, não só da situação, como dos próprios sentimentos, de forma que mantinham a esperança em sua eficácia (FRANKENFURTER, 2014, p. 325).

Ao nos atentarmos para a agência/atividade da praticante de magia, nós podemos vê-la como alguém que toma medidas expressivas visando seu benefício próprio e que é capaz de negociar, nas circunstâncias em que se está inserida, com várias formas de autoridade (os mitos, os deuses, fórmulas, nomes) e seus sentimentos. Circe e Medeia são um exemplo dessa atividade e os temores consequentes. Circe não possui marido nem guardião masculino. Está conectada, por sua genealogia, às forças titânicas selvagens e cada uma das decisões que toma em sua existência não precisam passar pelo crivo ou aprovação de outrem. Assim, usa da magia a seu bel-prazer, atormentando os homens que, perdidos no mar, acabam atracando em sua ilha e se tornam vítimas ao aceitar sua hospitalidade sem desconfiar do grande mal que este convite os causará. Medeia, em Corinto, não se comporta como o esperado de uma divorciada estrangeira. Ao invés de manter-se trancafiada em casa, definhando devido à tristeza e à vergonha, decide fazer uso de suas habilidades mágicas: aquelas que anteriormente haviam garantido vitória a Jasão, agora serão o motivo de sua ruína.

Começamos a delinear em quais medidas as personagens selecionadas neste artigo poderiam ser comparadas com as esposas legítimas dos cidadãos, sejam em pontos de contato ou afastamento. Também já fundamentamos as nossas considerações acerca das relações entre as duas feiticeiras e o fato da Circe de Homero não ser uma figura estranha ao cotidiano clássico. Vimos uma continuidade entre os períodos Arcaico e Clássico e as feiticeiras Circe e Medeia no discurso dos perigos do *phármakon* e elucidamos como as duas bruxas e as obras às quais pertencem poderiam ser percebidas através de uma ótica educativa, de forma reafirmar a ideologia ateniense do Período Clássico, tanto no que diz respeito ao uso indiscriminado magia, quanto ao gênero. Isso era necessário porque mesmo as suas esposas legítimas **não agiam** rotineiramente de acordo com o modelo ideologicamente elaborado. Assim, os discursos são mais uma alternativa e tentativa de educação feminina, visando moldá-las às noções masculinas do que era apropriado.

Dessa forma, demonstram no épico e na tragédia as mulheres – que não são seres débeis e providos de desejos, vontades ou valor – agindo em prol da



família, do *oikos* e do marido. As esposas que usam de sua inteligência, astúcia e honra de forma a ajudar seus maridos são *representações sociais* da boa esposa, o modelo *mélissa* em ação: Penélope resiste às investidas de seus pretendentes, mantém-se fiel a Odisseu e articula maneiras de atrasar a iminente escolha por um novo casamento. Alceste escolhe fazer o maior dos sacrifícios, oferta a si mesma para salvar a vida do marido, demonstrando que sua vida tem menos valor. Ambas demonstram a atividade feminina buscando o bem da prole e dos maridos. Ao passo que Circe e Medeia mesmo possibilitando identificações pontuais, personificam também qualidades indesejadas e repulsivas, da atividade feminina usada a seu bel-prazer: *representações sociais* de feiticeiras.

No V século a.C., período de aumento considerável das práticas e dos escritos de magia, as representações de Circe foram amplamente disseminadas como símbolo da periculosidade feminina. Perpetuado pelo mito e, sobretudo, pela literatura, Eurípides apresentou sua Medeia e alçou-a ao patamar de mulher dissimulada e inescrupulosa, que contraria em totalidade aos valores gregos, dá vias a sua vingança e seus rancores frente a seu papel como esposa e mãe, subvertendo a ordem social estabelecida e a ideologia de esposa submissa e passiva. Nos períodos posteriores, passaram por outro processo discursivo e foram consolidadas como feiticeiras completamente malfazejas, havendo pouca ou nenhuma referência aos momentos em que agem de forma benfazeja com os heróis que um dia dividiram o leito. Circe e Medeia são mencionadas por feiticeiras como Samanta de Teócrito<sup>15</sup> (*Idílio II*, 15) que, como elas, falham em manter o ser amado em seu *oikos*, apesar de todo o conhecimento do *phármakon*. Assim, mesmo posteriormente, continua forte e relevante o discurso dos poetas masculinos: as mulheres que terão um final verdadeiramente feliz e pleno não enfeitiçam os maridos e não ousam colocar sua vontade à frente dos desejos masculinos.

---

15 Poeta grego de maior destaque no Período Helenístico. O verso diz: "Saúdo-te, Hécate, atenda-me nesta empreitada e torne meus procedimentos mágicos tão fortes quanto os de Circe e de Medeia".





*Fontes primárias*

APOLLONIUS RHODIUS. *Argonautica*. George W. Mooney. London: Longmans, Green, 1912

DIODORUS SICULUS. *Library of History (Books III-VIII)*. Translated by OLDFATHER, C.H. Loeb Classical Volumes 303 and 340. Cambridge: Harvard University Press, 1935

EURÍPIDES. *Medeia*. Trad. Flávio Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Odysseus, 2006.

HESÍODO. *Teogonia: A Origem dos Deuses*. Tradução J.A.A. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.

HOMERO. *Odisseia*. Trad. Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Manuel Bocage. Porto Alegre: Concreta, 2016.

PINDAR. *Olympian Odes. Pythian Odes*. Translated by RACE, W. H. Cambridge: Mass, 1997.

SOPHOCLES, *The Fragment of Sophocles*. Translated by: A. C. Pearson. Cambridge: Cambridge University Press, 1917.

TEÓCRITO. *Idílios. In: "Verdade, contenda e poesia nos Idílios de Teócrito"*. Trad. Erico Nogueiro. Tese do Programa de Letras Clássicas. São Paulo: USP, 2012.

*Bibliografia crítica*

ALLAN, W. *Euripides Medea*. London: Duckworth, 2002

BARLOW, S. Stereotype and Reversal in Euripides' Medea. *Greece & Rome*. Cambridge University Press, v. 36, n. 2, 1989, p. 158-171. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/643169> (Acesso em 08/08/2012)

BARLOW, S. *The imagery of Euripides: a study in the dramatic use of pictorial language*. London: Bristol Classical Press, 1986.

BRACKE, E. *Of Métis and Magic: The Conceptual Transformations of Circe and Medea in Ancient Greek Poetry*. Tese de doutorado apresentada para obtenção do título de PhD. no Department of Ancient Classics, National University of Ireland, Maynooth, 2009.

CANDIDO, M. R. *Medeia, Mito e Magia: a Imagem Através do Tempo*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2010b.

CANDIDO, M. R. *Kerameikos – O Lugar Antropológico dos Praticantes de Magia em Atenas*. Rio de Janeiro: UERJ/PPGH/NEA, 2010a.

FIALHO, M. C. *A Medeia de Eurípides e o espaço trágico de Corinto*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Universidad de Valladolid Secretário de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/32292> (Acesso em 17/11/2015).

FOLEY, H. (ed.). *The Homeric Hymn to Demeter: Translation, Commentary, and Interpretive Essays*. Princeton, 1994.



- FRANKENFURTER, D. The Social Context of Women's Erotic Magic in Antiquity. In: KALLERES, D.; STRATTON, K. **Daughters of Hecate: women and magic in the Ancient World**. New York: Oxford University Press, 2014, p. 319-339.
- JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- JOHNSTON, S. I. **Ancient Greek Divination**. Oxford: Willey-Blackwell, 2008.
- MOSSÉ, Cl. **A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- OGDEN, D. Medea and Circe. In: **Magic, Witchcraft, and Ghosts in the Greek and Roman Worlds**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p.94-101.
- \_\_\_\_\_; LUCK, G.; GORDON, R.; FLINT, V. **Bruxaria e Magia na Europa: Grécia Antiga e Roma**. São Paulo: Madras, 2004.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.
- PARRY, H. **The Ixís: Magic and Imagination in Greek Myth and Poetry**. Lanham: Univ Pr of Amer, 1992.
- PHILLIPS, O. The Witches' Thessaly. In: MEYER, M. ; MIRECKI, P. (org) **Magic and Ritual in the Ancient World**. Boston: Brill, 2002, p. 378-385.
- POMEROY, S. **Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity**. New York: Schocken Books, 1975.

# EROTISMO, RITUALIDAD Y REGENERACIÓN EN LA ICONOGRAFÍA DE LAS TUMBAS TE- BANAS PRIVADAS DE LA DINASTÍA 18



*Silvana Fantechi*<sup>1</sup>

**Resumen:** Las representaciones femeninas en la iconografía funeraria egipcia, sufrieron cambios durante la dinastía 18 (1550-1295 a.C.), fundamentalmente en el período amarniano. Por esta razón, analizaremos en este trabajo la construcción de la imagen femenina en la iconografía de las tumbas tebanas de nobles de mediados a fines de esa dinastía, con el objetivo de explicar la diferenciación genérica de roles a partir de la evidencia que provee su caracterización corporal. Focalizaremos nuestro estudio en las transformaciones observadas en las representaciones de mujeres de la elite, su erotismo y sexualidad manifiesta así como su asociación con deidades femeninas –a partir de la celebración de determinados rituales– y con la regeneración del difunto expresada en ciertos textos literarios.

**Palabras clave:** Egipto; dinastía 18; cuerpo femenino; erotismo; regeneración.

**Resumo:** As representações femininas na iconografia funerária egípcia sofreram mudanças durante a 18ª dinastia (1550-1295 a.C.), principalmente no período amarniano. Por esse motivo, neste trabalho, analisaremos a construção da imagem feminina na iconografia das tumbas tebanas de nobres de meados ao final daquela dinastia, com o objetivo de explicar a diferenciação genérica de papéis, a partir da evidência que fornece a caracterização corporal. Focaremos nosso estudo nas transformações observadas nas representações das mulheres da elite, seu erotismo e sexualidade, bem como sua associação com deidades femininas –a partir da celebração de determinados rituais– e com a regeneração dos falecidos como aparece em certos textos literários.

**Palavras-chave:** Egito; 18ª dinastia; corpo feminino; erotismo; regeneração.

**Abstract:** Female representations in Egyptian funerary iconography underwent changes during the 18th dynasty (1550-1295 A.D.), mainly in the Amarna period. That is why we will analyse in this paper the framing of the female image in the iconography of noble Theban tombs, from mid to end of that dynasty with the aim of accounting for the generic differentiation of roles, based on the evidence provided by their body characterization. We will focus our study on the transformations observed in the representations of women of the elite, their eroticism and overt sexuality, as well as the association of these with female deities –through the celebration of particular rituals– and with the regeneration of the deceased as expressed in certain literary texts.

**Keywords:** Egypt; 18th dynasty; feminine body; eroticism; regeneration.

<sup>1</sup> Doctoranda en Historia Antigua (especialidad Egiptología) por la Universidad Nacional de La Plata. Licenciada en Historia (equivalente a un M.A.) por la Universidad de Buenos Aires. Profesora de Historia Antigua de Oriente en la misma casa de estudios. Actualmente, participa como investigadora en el Proyecto de Conservación y Estudio de la Tumba de Amenose (TT318) (Sheikh Abd el-Qurna, Luxor, Egipto) y en el Proyecto UBACyT (2018-2020): "Registros funerarios en el Cercano Oriente Antiguo: análisis de estructuras, representaciones e inscripciones". E-mail: sefantechi@gmail.com.



La tumba egipcia es una entidad única diseñada con el propósito de asegurar el renacimiento del difunto en el Más Allá. Los egipcios trazaron un paralelo entre el proceso de nacimiento y renacimiento, y por lo tanto, necesitaban de un entorno sexual y erótico en el contexto funerario para lograr tal objetivo.

Por tal motivo, nuestro trabajo analizará el cuerpo femenino como expresión principal de la fertilidad, la creación, el renacimiento así como la simbología en objetos y animales vinculados a él en las tumbas privadas de nobles de mediados a fines de la dinastía 18 (1550-1295 a.C.<sup>2</sup>), centrándonos fundamentalmente en tres rituales funerarios: el banquete, la presentación de ofrendas al propietario del monumento y su esposa, y la procesión funeraria de la que forman parte las plañideras.

### **LAS EXPRESIONES RITUALES DE LA SEXUALIDAD Y EL EROTISMO**

Una de las expresiones iconográficas funerarias más representativas de la sexualidad y el erotismo en los monumentos privados es el banquete que podía ser una combinación de celebraciones: la comida<sup>3</sup> que tenía lugar luego del enterramiento o en las celebraciones conmemorativas o la que se llevaba a cabo durante los festivales de la necrópolis como la Bella Fiesta del Valle, aunque ninguno de los participantes está representado comiendo. Las imágenes y los juegos visuales de estas escenas tienen un poder mágico y, a su vez, conmemorativo vinculados con la sensualidad, la fertilidad y el renacimiento, ayudando al difunto a triunfar sobre la muerte y alcanzar así la vida eterna en un medio ambiente funerario propicio para tal fin (HARTWIG, 2004, p. 103).

La iconografía del banquete asociaba a los participantes vivientes y difuntos con los dioses Amón, Hathor y Osiris así como con los cultos a los ancestros reales y privados. La Bella Fiesta del Valle fue originalmente

---

2 Seguimos la cronología de Shaw (2007, p. 626).

3 La escena del banquete está temática y simbólicamente ligada a la iconografía de la mesa de ofrendas, a través de la representación de la comida. Esta simbolizaba la potencial incorporación del difunto dentro del reino divino como un ancestro transfigurado por medio del otorgamiento de dones por los dioses (HARTWIG, 2004, p. 103).



una celebración hathórica en Tebas y, en la dinastía 18, se vinculó al culto de Amón-Ra. En este festival anual, la imagen de Amón era transportada desde el templo de Karnak, a través del Nilo, pasando por las necrópolis tebanas hasta llegar a la capilla de Hathor en Deir el-Bahari. Las alusiones a esta diosa en estas festividades no sólo referían a ella como “Señora del Oeste” sino también en calidad de deidad del amor, la música, la fertilidad, el nacimiento y la embriaguez. Durante el proceso ritual, los ancestros difuntos se reincorporaban a los vivientes por medio del uso de sustancias que alteraban la mente de los participantes: bebidas con alcohol, fragancias embriagadoras y también la música que rompía las barreras entre este mundo y el Más Allá. En cambio, el banquete funerario estaba relacionado al reino de Osiris y se celebraba luego de que los rituales de enterramiento habían finalizado. Las representaciones que evocan el banquete raramente contienen algún texto que aluda a una connotación temporal que las ubique en algún lugar o momento particular, creando así una imagen eterna (HARTWIG, 2004, p. 98 y 103).

En las escenas del banquete, la vestimenta de las invitadas o desnudez de las servidoras son expresiones de sexualidad. Esta últimas tienen prendas tan transparentes que revelan su cuerpo con la zona del pubis marcada, llevando sólo un cinturón en su cadera (WRESZINSKI, 1988, I, Tf. 310; MANNICHE, 1987, fig. 29; MANNICHE, 1988, fig. 59 y 60<sup>4</sup>); otras, como las de la tumba de Ptahemhet, TT77 (MANNICHE, 1988, fig. 6), se encuentran totalmente desnudas y usan el cinturón<sup>5</sup>. Esto nos induce a pensar que aunque se trataba de adolescentes, su cuerpo femenino evocaba igualmente la fertilidad y que esta debía ser expresada en el ámbito creativo de la tumba con el fin de provocar el renacimiento del propietario del monumento. Y en este sentido, es notable observar que, por el contrario, los servidores adolescentes llevan un faldellín (MANNICHE, 1988, fig. 31, 35, 59 y 60).

Pero, además del cuerpo en sí mismo, encontramos una cantidad de elementos que, asociados a las mujeres en las escenas del banquete o en la iconografía de la mesa de ofrendas, tienen que ver con el concepto de la perpetua juventud y el renacimiento del difunto.

4 Tumba de Neferrenpet, TT249.

5 ROBINS (1988, p. 63) sostiene que, a partir de la segunda mitad de la dinastía 18, los invitados al banquete son atendidos por servidoras adolescentes desnudas o semidesnudas.

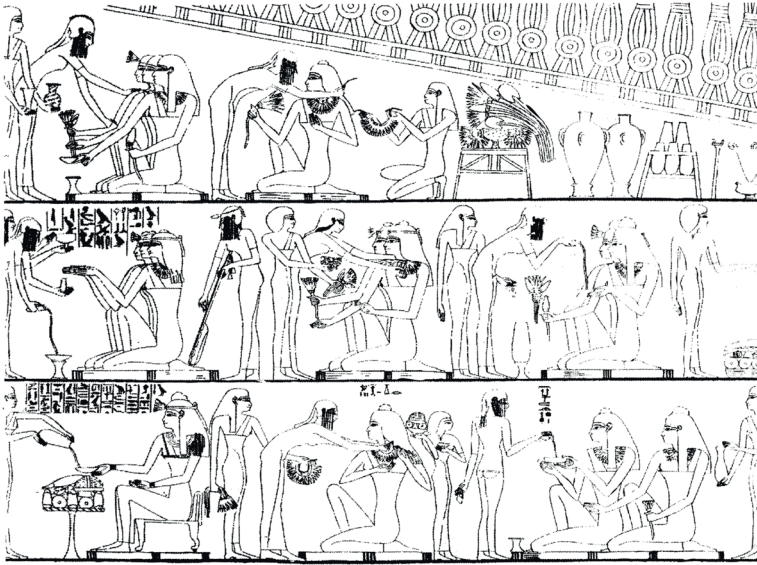


Fig. 1. El banquete en la tumba de Rekhmira (adaptada de MANNICHE, 1987, fig. 29)

Los participantes del banquete están figurados sentados sobre sillas o taburetes o sobre sus talones arriba de esterillas de juncos en el piso. Hombres y mujeres están separados con frecuencia por registros. Los servidores, varones y mujeres adolescentes<sup>6</sup>, atienden a los invitados colocando trenzas de cabello<sup>7</sup>, aplicando ungüentos, llevándoles copas o vasijas con cerveza o vino y entregándoles lotos y collares *w3h* (Fig. 1). El uso de este collar por los invitados, hecho de flores frescas<sup>8</sup>, reforzaba el tema del renacimiento inherente en las celebraciones de la tumba o de la necrópolis como la Bella Fiesta del Valle donde eran distribuidos tanto a los vivientes como a las estatuas de los difuntos y usados sobre sus cabezas o alrededor de sus cuellos (HARTWIG, 2004, p. 99).

Las invitadas usan prendas transparentes tan delgadas que sus pechos se traslucen a través del lino, el cual, a su vez, enfatiza las curvas de sus piernas

6 Véase escena de banquete de TT175 (MANNICHE, 1988, fig. 31 y 35). En TT249, los invitados varones son atendidos por servidores y las mujeres por un servidor y una servidora (MANNICHE, 1988, fig. 59 y 60).

7 Como en TT38, tumba de Djeserkarasonb (HARTWIG, 2004, fig. 8).

8 Aunque esquemáticamente se los dibujaba mostrando sólo los pétalos de lotos azules y blancos (HARTWIG, 2004, p. 91).



y las caderas. Llevan pesadas y elaboradas pelucas rizadas con trenzas, arregladas de acuerdo a la época (MANNICHE, 1987, p. 41) (Fig. 1), símbolo erótico para los egipcios<sup>9</sup>.

Muchos de los participantes en el Banquete sostienen o inhalan lotos o capullos de estos y/o frutos de mandrágoras, cuya fragancia posee cualidades eróticas. Algunas mujeres también los llevan sobre sus cabezas. Cualquiera que inhalase el perfume del loto recibía el don de la vida basada en la conexión de este con la regeneración y la vida eterna. Oler el loto era muy placentero y suficiente para producir mareo, euforia y pérdida de inhibiciones<sup>10</sup>, a su vez, como contenía alcaloides, cuando se mezclaba con alcohol actuaba como un narcótico.

Las invitadas al banquete con frecuencia son representadas acariciando a otra sentada a su lado y llevando hacia su nariz un loto o mandrágora, invitando a la otra participante de la celebración a compartir ese estado de inconsciencia (MANNICHE, 1988, fig. 6<sup>11</sup> y 31) (Fig. 2). Este fruto era considerado un afrodisíaco y su inhalación llevaba también a la pérdida de las inhibiciones por sus características alucinógenas y soporíferas. Por lo tanto, era usado en pociones de amor y como loción para el cuerpo (HARTWIG, 2004, p. 99-100).

---

9 En el *Cuento de los Dos Hermanos*, se describe a la mujer de Anubis, antes de intentar seducir a Bata, hermano de su esposo "sentada ajustándose el cabello". Posteriormente, ella acusa a Bata frente a su esposo de tratar de seducirla poniendo en su boca palabras falsas: "Ven, pasemos una hora (juntos), acostémonos! ¡Ponte tu peluca!" (ROSENVASSER, 1976, p. 98). Según Derchain (1975, p. 59), la reacción violenta de Anubis se entiende porque la peluca formaba parte de la *toilette* de una mujer que espera hacer el amor.

10 Debido a que por la noche se cierra y se sumerge bajo el agua para resurgir y abrirse nuevamente al amanecer, se convirtió en el símbolo del sol y de la creación. Esto se vincula estrechamente con el ciclo solar y, por ende, con el renacimiento del difunto en el Más Allá (FANTECHI & ZINGARELLI, 2006, p. 208). Para más información sobre el tema véase, Fantechi & Zingarelli, 2006, p. 203-212.

11 En esta imagen, una mujer lleva una mandrágora hacia la nariz de otra mientras acaricia su hombro amablemente.



Fig. 2. Servidores/ras en el Banquete de TT175 (tomada de MANNICHE, 1988, fig. 31)

En la iconografía del banquete, también se encuentran muchos motivos iconográficos que aluden a la bebida. Como ya hemos mencionado, además de mostrar estas escenas a servidores y servidoras sirviendo vino o cerveza a los invitados (Fig. 1), la bebida tenía connotaciones religiosas ya que hacía referencia a Hathor como “Señora de la Embriaguez”<sup>12</sup>. La presencia en el banquete de bebidas que embriagan también tiene relación con la unión sexual. Al respecto, Hartwig (2004, p. 101, n. 428) sigue la interpretación de Westendorf respecto a que en egipcio la acción de verter (*sti*<sup>13</sup>) está vinculada con la palabra “fecundar” (*sti*) (FAULKNER, 1986, p. 253), la cual se escribe con los mismos signos jeroglíficos aunque con otro determinativo. Con este juego de palabras, los líquidos vertidos se equipararían con la expulsión del semen que es parte del acto sexual creativo (MANNICHE, 1987, p. 42).

Asimismo, la diosa Hathor, en quien la sexualidad femenina estuvo fuertemente encarnada, también fue asociada con la música y la danza. En las escenas del banquete, grupos de músicas aparecen tocando instrumentos, batiendo palmas y/o bailando (ROBINS, 1988, p. 65; MANNICHE, 1991, fig. 21; HARTWIG, 2004, fig. 8). El sonido erótico estridente era reproducido por adolescentes desnudas bailando que llevan un cordel alrededor de sus caderas

12 La bebida formaba parte tanto del banquete funerario como del banquete durante la Fiesta del Valle ya que ayudaba a los celebrantes a perder sus facultades y, de esa manera, podían comunicarse temporalmente con los dioses y los difuntos (HARTWIG, 2004, p. 101). Asimismo, podía abrumar al bebedor como se observa en la tumba de Nefehotep en cuya escena de banquete se encuentra una mujer vomitando (DAVIES, 1933, I, Pl. XVIII).

13 “Verter agua” (FAULKNER, 1986, p. 252).



con cuentas huecas que contenían una pequeña piedra, produciendo un sonido seductor cuando las bailarinas balanceaban sus caderas (MANNICHE, 1987, p. 46, fig. 35; HARTWIG, 2004, fig. 9) (Fig. 3).

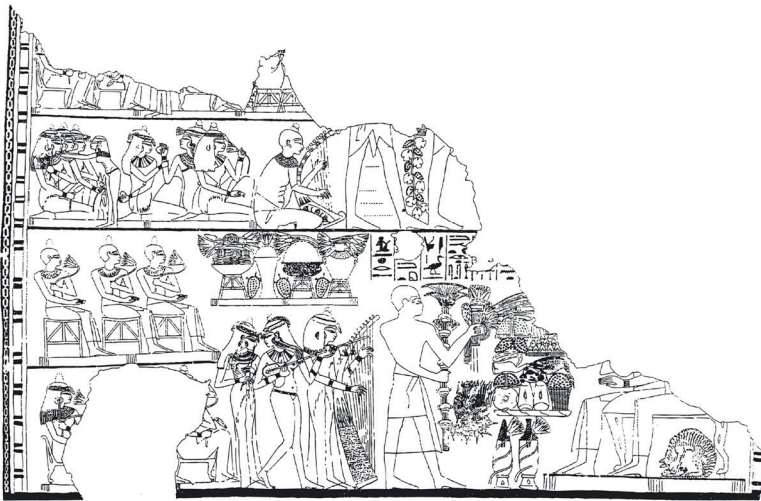


Fig. 3. Músicas y bailarinas en la tumba de Nakht (TT52)  
(tomada de HARTWIG, 2004, fig. 9)

Si analizamos, por otra parte, la iconografía de la mesa de ofrendas, esta representa al difunto y su esposa, a veces con hijos o madre sentados ante una mesa de ofrendas recibiendo dones de miembros de la familia, amigos y participantes anónimos. Ambos están representados, como difuntos transfigurados, unidos con los dioses en el Más Allá, compartiendo la comida y recibiendo ofrendas para su eterna supervivencia (HARTWIG, 2004, p. 86-88).

Tanto el difunto como su esposa en algunas representaciones usan también collares *w3h* que tienen una relación directa con su provisión funeraria, su estado “justificado” y su renacimiento como difuntos transfigurados en el Más Allá (HARTWIG, 2004, p. 91).

Se los representa sentados uno al lado del otro<sup>14</sup> sobre sillas o asientos separados de respaldo alto y patas largas de león (MANNICHE, 1988, fig. 29, 33, 52 y 53) o sobre un diván o cama de respaldo bajo con patas de felino. El simbolismo del diván puede tener relación con la cama matrimonial de la procreación. Debajo del asiento de la esposa, en determinadas representaciones, se observan objetos con simbología erótica como espejos, jarras de ungüento, sandalias y animales (HARTWIG, 2004, p. 89-90) (Fig. 3 y 4).

14 A diferencia de los hombres y mujeres que en el banquete se los representa separados.

Al respecto, las vasijas de ungüento, de kohl y los espejos se relacionaban en el antiguo Egipto con la belleza. Hombres y mujeres usaban kohl para embellecerse y este además era un componente requerido para el juicio del difunto y su renacimiento<sup>15</sup>.

Asimismo, el espejo estaba asociado a la regeneración como reflejo de su órbita amarilla que simbolizaba el sol. También estaba vinculado con la diosa Hathor, cuyo mango a menudo estaba decorado con la figura de la diosa o con una iconografía vinculada específicamente a ella como estatuillas femeninas o tallos de papiros. Tanto el espejo como la vasija de kohl estaban relacionados con la sexualidad y representaban la actividad preliminar necesaria para la unión del esposo y la esposa, lo que devendría en su renacimiento en el Más Allá (HARTWIG, 2004, p. 90; ROBINS, 1988, p. 63) (Fig. 4).

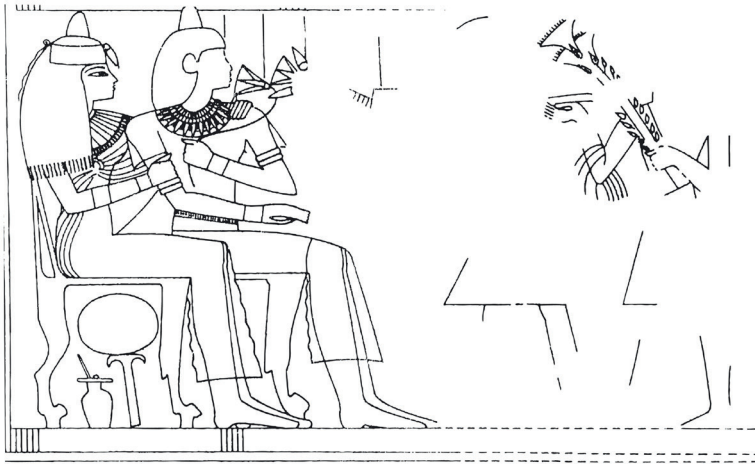


Fig. 4. Tumba de Menna (TT69)  
(tomada de HARTWIG, 2004, fig. 17)

Otros elementos eróticos son los cosméticos que las mujeres egipcias usaban para embellecerse. Los recipientes que los contenían poseían también símbolos eróticos cuyo modelo más extendido era el de un pato nadando, sujetado por una joven desnuda o semidesnuda que formaba el mango de la cuchara para cosméticos (WILKINSON, 1998, p. 97). Entre otros ejemplos, podemos mencionar el de una escudilla de faenza con una joven tocando un laúd, decorado con una cabeza de un pato, sentada sobre sus talones en un almohadón mientras un mono juega con el cinturón que lleva en la cadera

<sup>15</sup> Luego de purificarse y vestirse de blanco, el difunto maquillaba sus ojos con esta sustancia y se ungía con mirra antes de ser conducido a la Sala del Juicio (HARTWIG, 2004, p. 90).



(MANNICHE, 1987, p. 46, fig. 37). Tiene tatuado un Bes<sup>16</sup> sobre uno de sus muslos, además de un cono de unguento sobre su peluca.

Asimismo, en las escenas vinculadas a la mesa de ofrendas, el simbolismo sexual del diván o cama se enfatiza con la presencia de un gato debajo del asiento (Fig. 3), animal que, como mencionan Hartwig (2004, p. 90, n. 317, fig. 9 y 35) y Robins (1988, p. 63, n. 18) siguiendo a Te Velde, estaba relacionado con la sexualidad femenina a través de su asociación con la diosa Mut. Según Wilkinson (1998, p. 87), la palabra egipcia *mwt*, con el signo jeroglífico del buitre, significa “madre” y, a comienzos del Período Tardío, el buitre se utilizó como símbolo del principio femenino en oposición al escarabajo que significaba el principio masculino, lo que condujo a que el buitre encarnara a varias divinidades importantes como Isis y Hathor. También, se puede asociar al gato con la diosa Hathor bajo su aspecto felino vinculado con Sekhmet como se relata en el cuento de la “Destrucción de la Humanidad” (LICHTHEIM, 1984, p. 197-199).

Del mismo modo, en época del Imperio, con frecuencia se observan escenas en las que un perro está ubicado debajo de la silla del propietario de la tumba como, por ejemplo, en la de Mentuherkhepeshef (DAVIES, 1913, Pl. IV; OSBORN, 1998, p. 63, fig. 7-33). Desde el Predinástico, los perros domesticados estuvieron conectados a la caza y los hombres. En la escena mencionada, el perro está sostenido por un mono con una cuerda. Ubicado de esa manera, el can simbolizaba la potencia masculina de la misma manera que los gatos debajo de la silla de las mujeres personificaban la fertilidad (HARTWIG, 2004, p. 90).

También, un pequeño mono (*vervet*) se encuentra representado bajo el asiento de la esposa del difunto en ciertas imágenes (HARTWIG, 2004, fig. 35; OSBORN, 1998, fig. 4-32). Este animal puede encontrarse en diferentes contextos, muchos de los cuales tienen una implicación erótica directa o indirecta; por ejemplo, algunos grafitis muestran la relación sexual entre un hombre y una mujer, esta última con rasgos de mono (MANNICHE, 1987, p. 43-44, fig. 32); cucharas cosméticas decoradas con monos (OSBORN, 1998, p. 41, fig. 4-36); o monos con instrumentos musicales imitando a músicas, entre otros. El babuino en algunas instancias alterna con el mono.

Por otra parte, el pato salvaje (HARTWIG, 2004, fig. 35) tendría también connotaciones eróticas como hemos visto en los recipientes para cosméticos. La misma simbología podemos encontrarla en las escenas de caza y pesca

16 Dios de la música, también asociado con la sexualidad y el parto.



en las tumbas de nobles donde se ve al difunto y su esposa, esta última sujetando un pequeño pato entre sus pechos. En esas escenas, el ganso sobre la proa del bote tendría asociaciones eróticas y mantendría una conexión sagrada con el dios Amón-Ra<sup>17</sup>. Además, los patos salvajes que salen volando repentinamente de los pantanos de papiros evocarían la fertilidad debido a su gran número (WILKINSON, 1998, p. 97), constituyendo el pantano un espacio erótico en la poesía amorosa (HARTWIG, 2004, p. 105-106), quizás por su asociación con Hathor.

Asimismo, ciertos instrumentos como el sistro estuvieron conectados a la fertilidad y la regeneración fundamentalmente por su vinculación también con esta diosa, como se observa en la escena de la mesa de ofrendas de la tumba de Menna (HARTWIG, 2004, p. 93, fig. 18), por ejemplo, en la que la esposa del propietario sostiene un sistro en su mano. El sistro estaba consagrado a Hathor, quien llevó como epíteto también el de “Señora del sistro y del *mnit*”, y era usado por las músicas del templo que cuando lo agitaban provocaban un sonido sagrado. Por su parte, el *mnit*, también asociado a la diosa, era el contrapeso de un collar, no era un instrumento en sí mismo pero usado como tal en el que el contrapeso era como un mango y las cuentas se sacudían provocando un sonido (MANNICHE, 1987, p. 44-45).

Finalmente, y ya que para los egipcios la sexualidad, el nacimiento y el renacimiento estaban sumamente vinculados, el rol de la esposa de difunto en la tumba era fundamental. Su aparición en el propio lugar del renacimiento de su esposo implicaba la unión sexual a través de la cual este volvería a nacer. En un sentido cósmico, el principio femenino era primordial y aseguraba, a través de la interacción con el masculino, la continuación del universo. Por lo tanto, la esposa aparecía como el principio generativo femenino del universo y, dentro de la tumba, propiciaba el renacimiento de su esposo (HARTWIG, 2004, p. 94).

Un elemento usado por la pareja en la iconografía de la mesa de ofrendas y por los invitados al banquete son los conos de ungüento. Estos estaban hechos con grasa o cera perfumada<sup>18</sup> y, durante la celebración ritual, este se derretía y expandía un perfume de flores y aromas que caía sobre sus cabellos,

17 Según Wilkinson (1998, p. 99), el huevo y, por extensión, el polluelo de pato o ganso fueron símbolos del principio y el origen del mundo primigenio y, según un mito egipcio, el primer dios vino a la existencia a partir del huevo de un ganso divino, probablemente representando a Amón o al dios de la tierra Geb.

18 Los egipcios creían que la fragancia se originaba con la divinidad y que esta estaba compuesta de la misma sustancia vegetal, mineral y resinosa que formaba parte de los dioses (HARTWIG, 2004, p. 100).



ya que se creía que su aroma era erótico (HARTWIG, 2004, p. 92; MANNICHE, 1987, p. 41).

En la iconografía del banquete, por ejemplo, las servidoras aplicaban unguento perfumado o aceite sobre las prendas, cabezas, collares y brazos de los invitados (WRESZINSKI, 1988, I, p. 332; MANNICHE, 1987, fig. 29) (véase Fig. 1). A través del poder de la fragancia, estos experimentaban la esencia del dios que actuaba como intermediario entre el difunto transfigurado y los vivos (HARTWIG, 2004, p. 100).

Pero también la fragancia en sí misma pudo tener connotaciones eróticas. La palabra egipcia *st(y)* (FAULKNER, 1986, p. 255): fragancia, perfume está escrita con los mismos signos jeroglíficos que la palabra “fecundar”, “engendrar” (*sti*) (FAULKNER, 1986, p. 252), que ya hemos mencionado pero con otro determinativo. Ya que el renacimiento era la renovación del nacimiento, entonces las referencias a la fragancia y al acto sexual en las tumbas son abundantes (HARTWIG, 2004, p. 101; CHERPION, 1994, p. 87, n. 57).

Según Cherpion (1994, p. 88), los conos de unguento representan la promesa de supervivencia para los que los llevaban que estaba reservada, salvo excepciones<sup>19</sup>, a un pequeño número de privilegiados, mientras los servidores no tenían derecho a usarlo. Por el contrario, las músicas/os como en las tumbas de Nakht (HARTWIG, 2004, fig. 9) (Fig. 3), Djoserkaraseneb (HARTWIG, 2004, fig. 8), Wah (WRESZINSKI, 1988, I, Tf. 121), Nebamón (WRESZINSKI, 1988, I, 91c [9]) y Nebseny (HARTWIG, 2004, fig. 33), entre otras, parecen llevarlos regularmente.

Con respecto a la vestimenta femenina en general, Robins (1988, p. 64-65) sostiene que los vestidos ajustados<sup>20</sup> llevados por las figuras femeninas en escenas del Reino Antiguo hasta mediados de la dinastía 18 y por las diosas hasta el final del período grecorromano, deben considerarse imágenes artísticas ya que habría sido imposible para las mujeres moverse con ellos, y agrega que su representación se debió a la regla esencial del arte egipcio en el que la verdadera forma de los objetos debía ser mostrada (Fig. 1).

19 Como, por ejemplo, las de las servidoras en TT38 (HARTWIG, 2004, fig. 8 y Pl. 2,1); TT175 (MANNICHE, 1988, fig. 31; HARTWIG, 2004, fig. 39 y Pl. 3,1) y TT249 (MANNICHE, 1988, fig. 59 y 60; HARTWIG, 2004, fig. 47). Véanse Fig. 2 y 3.

20 En estas imágenes, el contorno del cuerpo está marcado incluyendo la zona erótica o la nalga y el muslo, con la línea marcada más allá del muslo trasero a menudo escondida, llevando la mirada hacia el área púbica. En las estatuas, los vestidos están ajustados al cuerpo con el triángulo púbico bien marcado.

A partir de la segunda mitad de la dinastía 18, se introdujo en el arte un estilo de vestido más suelto, fundamentalmente en el período de Amarna, donde no sólo se mostraba el contorno del cuerpo femenino incluyendo la región genital ya que el vestido con pliegues se representaba transparente<sup>21</sup> sino que esta última parecería estar a la vista (Fig. 5). Sin embargo, Robins (1988, p. 64-65) plantea que el persistente énfasis no sólo en la forma del cuerpo femenino sino también en el área púbica sugiere que la imagen estaba diseñada para exhibir la sexualidad de las mujeres. Concordamos con esta premisa, ya que como hemos planteado hasta el momento, el cuerpo femenino simbolizaba la sexualidad y la fertilidad, conceptos que de ninguna manera podían estar ausentes en una tumba egipcia.

Tal como hemos mencionado hasta el momento, la vestimenta en las mujeres cambió a partir de Amarna y esto probablemente tenga que ver con la ideología religiosa de ese momento regida por el culto al Atón. El disco solar vivificaba la naturaleza y, por ende, a los hombres cuyas representaciones dejan de ser estereotipadas para hacerse más reales. Los cuerpos femeninos, por lo tanto, son representados reforzando su sexualidad y erotismo para crear una atmósfera de fertilidad.

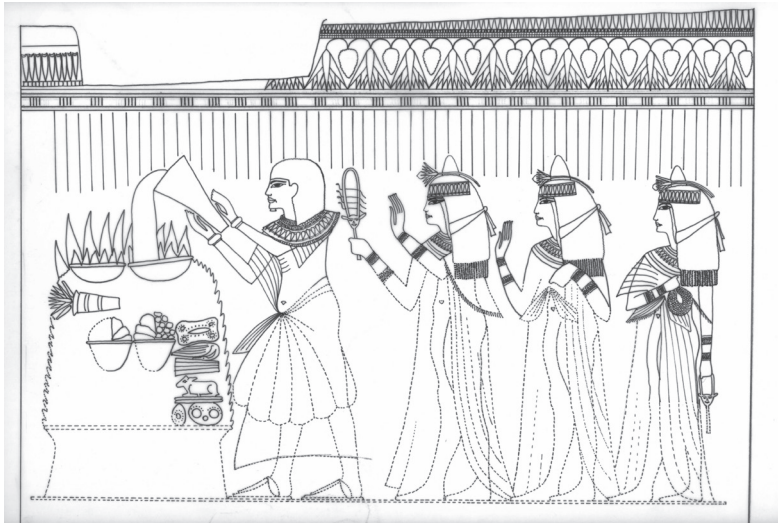


Fig.5. La ofrenda a Ra de Nefertit (PEREYRA *et al.*, 2006, fig. 25)

21 Robins (1988, p. 64) sugiere que, por el contrario, es posible que las mujeres hayan usado taparrabos.



El último ritual que analizaremos es el de la procesión funeraria donde se observa el rol de las plañideras. Estas mujeres eran profesionales y estaban encargadas de mostrar públicamente el dolor de los familiares ante la muerte de algún pariente. Se las distinguía por ciertos detalles externos como su cabello largo y suelto por la espalda formando mechones que a veces jalaban como muestra de dolor; iban descalzas lamentándose, dándose golpes en el pecho o echándose sobre la cabeza polvo o ceniza. El color de sus prendas era blanco o azul y las transparencias de sus vestidos permitían ver el contorno de su cuerpo y fundamentalmente, varias de ellas llevaban el pecho al descubierto (FANTECHI, 2011, p. 66) (Fig. 6) lo que evoca claramente la fertilidad y el proceso paralelo de nacimiento/renacimiento tan arraigado en los egipcios.

Asimismo, el prototipo mítico de las plañideras fueron las diosas Isis y Neftis, quienes con sus lamentaciones tenían el poder de despertar al difunto. En las inscripciones más tempranas de las tumbas tebanas, las palabras o canciones atribuidas a los portadores del sarcófago o a las plañideras no expresaban pena ni tristeza. La fuerte creencia en la inmortalidad no conducía a inmortalizar el lado negativo de la muerte. Sin embargo, a comienzos del período amarniano, las canciones comenzaron a expresar dolor revirtiendo así la imagen de la muerte (ASSMANN, 2005, p. 113-114). El prototipo mítico del lamento de la viuda fue el llanto de la diosa Isis sobre el cadáver de Osiris y sus canciones contienen el mismo lenguaje utilizado en las inscripciones de las tumbas de los funcionarios tebanos que pertenecen a las mujeres y que evocan a las diosas Isis y Neftis<sup>22</sup>.

Assmann (2005, p. 115) sostiene que el llanto por la vida se produce en el espacio íntimo de la constelación física de los esposos y el lenguaje de las emociones tiene características sensuales y femeninas, siendo su expresión más temprana en los textos preservados de los lamentos de Isis y Neftis (Pap. Berlín 3008), quienes eran las únicas que tenían el poder de despertar al difunto de esa manera (LICHTHEIM, 1980, p. 116-121).

---

22 Isis buscó los miembros de su esposo Osiris por todo Egipto junto a su hermana Neftis y ambas llevaron a cabo maniobras sobre el cuerpo de su hermano produciendo de esa manera su renacimiento (Véase ASSMANN, 2005, p. 29 y 115).



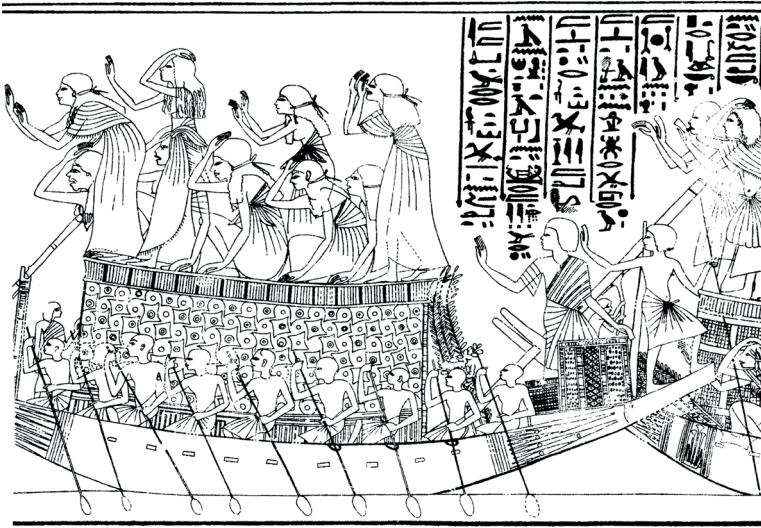


Fig. 6. Plañideras en la tumba de Neferhotep  
(DAVIES, 1933, I, Pl. XXII)

## CONCLUSIONES

La tumba era para los egipcios el espacio arquitectónico e iconográfico que aseguraría su renacimiento en el Más Allá como un ancestro transfigurado, permitiéndole así formar parte del ciclo solar y de esa manera renacer diariamente y eternamente como Ra. Todas las imágenes que decoraban los muros de estos monumentos debían ser funcionales a tal fin.

Por esta razón, el cuerpo femenino, dador de vida, se convierte en el principal depositario de conceptos que evocan el renacimiento, la fertilidad, la sexualidad y el erotismo, sugiriéndolos por medio de su vestimenta o de su desnudez.

No obstante, al mismo tiempo, los egipcios también utilizaban la simbología para expresar esas ideas y lo hacían a través de su observación de la naturaleza, al evocar relaciones con aspectos de la vida animal y vegetal o con elementos de la vida cotidiana que usaban las mujeres. De esta manera, flores, frutos, animales, así como objetos vinculados con la belleza femenina, fueron representados muy cerca de ellas para reforzar lo que su cuerpo mismo expresaba.

Asimismo, y como un aspecto asociado también a los conceptos mencionados, la música y el baile como el lamento de las plañideras funcionaban como disparadores para despertar al difunto de su estado inerte.





Por último, es importante señalar que las representaciones sensuales de los cuerpos de las mujeres así como sus adornos o actitudes no deben ser interpretadas como imágenes sexuales *per se* sino relacionadas con la fertilidad y el acto creativo para alcanzar a través de ellas el objetivo primordial para los egipcios: el renacimiento del difunto en el Más Allá.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Jan. **Death and Salvation in Ancient Egypt**. Ithaca, New York / London: Cornell University Press, 2005.

CHERPION, Nadine. Le "cône d'onguent", gage de survie. **Bulletin de l'institut français d'archéologie orientale**, Cairo, v. 94, 1994, p. 79-106.

DAVIES, Norman de Garis. **Five Theban Tombs: Being Those of Mentuherkhepeshef, User, Daga, Nehemawäy and Tati** (Archaeological Survey of Egypt Memoir, v. 21). London: Egypt Exploration Fund, 1993.

DAVIES, Norman de Garis. **The Tomb of Nakht at Thebes**. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1917.

DAVIES, Norman de Garis. **The Tomb of Nefer-hotep at Thebes** (2 vols.). New York: The Metropolitan Museum of Art, 1933.

DERCHAIN, Philippe. La perruque et le cristal. **Studien zur altägyptischen Kultur**, Hamburg, v. 2, 1975, p. 53-74.

FANTECHI, Silvana & Andrea ZINGARELLI. Muerte y renovación en el Antiguo Egipto; Las ofrendas florales. *En*: BARALE, Griselda (comp.) **El Hombre ante la Muerte** (Cuadernos de Ética, Estética y Religión, v. 2). San Miguel de Tucumán: Instituto de Estudios Antropológicos y Filosofía de la Religión, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Tucumán, 2006, p. 203-212.

FANTECHI, Silvana. Isis y Neftis como arquetipos de las plañideras. *En*: PEREYRA, M. Violeta Pereyra (dir.) **El libro para salir al día y después volver a entrar (en la tumba)**. Buenos Aires: Dunken, 2011, p. 65-84

FAULKNER, Raymond O. **A Concise Dictionary of Middle Egyptian**. Oxford: Griffith Institute, 1986.

HARTWIG, Melinda K. **Tomb Painting and Identity in Ancient Thebes, 1419-1372 BCE** (Monumenta Aegyptiaca X / Série IMAGO, n. 2). Brepols: Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 2004.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature. A Book of Readings** (v. II: The New Kingdom). Berkeley, CA / Los Angeles, CA / London: University of California Press, 1976.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature. A Book of Readings** (v. III: The Late Period). Berkeley, CA / Los Angeles, CA / London: University of California Press, 1980.



MANNICHE, Lise. **Sexual Life in Ancient Egypt**. London / New York: Routledge & Kegan Paul International, 1987.

MANNICHE, Lise. **The Wall Decoration of Three Theban Tombs (TT77, 175, and 249)** (Carsten Niebuhr Institut Publications, v. 4). Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 1988.

MANNICHE, Lise. **Music and Musicians in Ancient Egypt**. London: British Museum Press, 1991.

OSBORN, Dale J. & Jana OSBORNOVÁ. **The Mammals of Ancient Egypt. The Natural History of Egypt** (The Natural History of Egypt, v. 4). Warminster: Aris & Phillips Ltd., 1998.

PEREYRA, María Violeta; ALZOGARAY, Norma; ZINGARELLI, Andrea; FANTECHI, Silvana; VERA, Silvina; VERBEEK, Christina; BRIKMANN, Susanne & GRAUE, Birte. **Imágenes a preservar en la Tumba de Neferhotep (TT49)** (Proyecto de conservación de la tumba de Neferhotep (TT49), Estudios 1). San Miguel de Tucumán: Instituto de Investigaciones de Arte y Cultura del Oriente Antiguo, Facultad de Artes, Universidad Nacional de Tucumán, 2006.

ROBINS, Gay. Ancient Egyptian Sexuality. **Discussions in Egyptology**, Oxford, v. 11, 1988, p. 61-72.

ROSENVASSER, Abraham. Introducción a la literatura egipcia. Las formas literarias. **Revista del Instituto de Historia Antigua Oriental**, Buenos Aires, v. 3, 1976, p. 7-105.

SHAW, Ian. **Historia del Antiguo Egipto**. Madrid: La Esfera de los Libros S.L., 2007.

WILKINSON, Richard H. **Cómo leer el arte egipcio. Guía de jeroglíficos del antiguo Egipto**. Barcelona: Crítica, 1998.

WRESZINSKI, Walter. **Atlas zur altägyptischen Kulturgeschichte** (2 vols.). Génève: Slatkine, 1988 [1914-1935].

# FESTIVAIS DIONISÍACOS NA ÁTICA (I): DIONÍSIAS RURAIS E LENEIAS



317

*Rafael Guimarães Tavares da Silva*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe um panorama dos contextos festivos e culturais em honra a Dioniso na Ática (região em torno a Atenas), levando em consideração sua importância para o desenvolvimento dos gêneros dramáticos antigos no período arcaico: tanto a tragédia e a comédia quanto o próprio drama satírico (além do ditirambo). A partir de um trabalho direto com os principais testemunhos e fragmentos disponíveis a quem queira elucidar os detalhes desses festivais tão importantes para a sociedade em que floresceram, uma série de proposições são aventadas a fim de reconstruir – no presente texto – os detalhes das Dionísias Rurais e das Leneias.

**Palavras-chave:** Drama Antigo; Festival; Religião Antiga; Dioniso.

**Abstract:** The current paper delineates a panorama of the festive and cultural contexts in honor of Dionysus in Attica (around Athens), taking into account its importance to the development of the ancient dramatic genres in the archaic period: tragedy, comedy and the satyric drama (besides dithyramb itself). Working directly with the main testimonies and fragments at the disposal of anyone who wants to elucidate the details of these festivals and their importance to the society in which they flourish, a series of propositions will be made in order to reconstruct – in the present text – the details of the Rural Dionysia and the Lenaea.

**Keywords:** Ancient drama; Festival; Ancient Religion; Dionysus.

**Resumen:** El presente artículo describe un panorama de los contextos festivos y culturales en honor a Dionisio en Ática (alrededor de Atenas), teniendo en cuenta su importancia para el desarrollo de los géneros dramáticos antiguos en el período arcaico: la tragedia, la comedia y el drama satírico (además del propio ditirambo). A partir de un trabajo directo con los principales testimonios y fragmentos disponibles a quien quiera aclarar los detalles de estos festivales y su importancia para la sociedad en la que florecen, se hará una serie de propuestas para reconstruir – en el presente texto – los detalles de las Dionísias Rurales y de las Leneas.

**Palabras clave:** Drama Antiguo; Festival; Religión Antigua; Dionisio.

Os testemunhos mais confiáveis sobre as primeiras representações dramáticas, organizadas por Téspis, sugerem que o drama teria começado a ser ensinado na cidade de Atenas a partir de algum momento entre os anos de

<sup>1</sup> Graduado, mestre e doutorando em Literatura Clássica pela POS-LIT (FALE/UFMG). Bolsista do CNPq.



538 e 528 A.E.C. (**Marm. Par.** ep. 43), sendo plausível relacionar esse fato às medidas públicas tomadas durante o governo de Pisístrato – tal como se evidencia a partir da análise histórica do período. Que o desenvolvimento da tragédia e dos demais gêneros dramáticos tenha sido possível em conexão com os festivais em honra a Dioniso na Ática é um ponto com relação ao qual os testemunhos do período clássico não dão margem à dúvida, afinal os festivais dionisíacos formam o contexto cultural básico em que se desenvolvem as *performances* dramáticas.<sup>2</sup>

Levando em conta as características de Dioniso e de seu culto, talvez possa surpreender a informação de que seus festivais aconteciam sobretudo ao longo do inverno, durante um período relativamente curto, que equivaleria a um intervalo entre os meses de dezembro até março. A concentração nessa época do ano, contudo, não é fortuita. Plutarco (**De E apud Delphos** 9.388e-389c) – conquanto ofereça um testemunho tardio, na medida em que escreve no século II E.C. – traz uma informação curiosa sobre o culto delfico (do qual era um profundo conhecedor), ao dizer que em Delfos havia uma espécie de divisão litúrgica entre Apolo e Dioniso, segundo a qual duas porções desiguais do ano lhes eram atribuídas: o serviço a Apolo, caracterizado pela execução dos hinos triunfais que eram os peãs, ocupava a maior parte dos meses; durante o período de inverno, contudo, o serviço de Dioniso ganhava a precedência e o ditirambo, que lhe era próprio, substituíu o peã.<sup>3</sup>

O inverno é, em geral, um período de ociosidade no calendário agrícola dos povos helênicos, uma vez que os principais serviços de tratamento da terra e sementeira estão concluídos, enquanto o período propício para a colheita ainda não começou. Trata-se de um momento caracterizado por festas em honra aos mortos, com cultos em que os aspectos festivos de recomeço do ciclo natural da terra combinam-se a elementos fúnebres.<sup>4</sup>

Muitos dos festivais helênicos são caracterizados por um elemento típico – a *pompé* [cortejo] –, por meio do qual a divindade é honrada de forma triunfal pelos devotos. No caso de Dioniso e de seus festivais áticos, esse elemento de culto ganha um aspecto ainda mais imediato, uma vez que a presença

2 Esses pontos são defendidos de forma mais argumentada em minha dissertação, da qual o presente artigo foi extraído a fim de propor uma exposição concentrada nos testemunhos antigos sobre os festivais dionisíacos na Ática. Para mais detalhes, cf. SILVA, 2018.

3 Todas as traduções de textos em língua estrangeira são de responsabilidade do autor do artigo. O início da passagem, no original é: “ἐὰν οὖν ἐρηταί τις, τί ταῦτα πρὸς τὸν Απόλλωνα, φήσομεν οὐχὶ μόνον ἀλλὰ καὶ πρὸς τὸν Διόνυσον, ὃ τῶν Δελφῶν οὐδὲν ἤττον ἢ τῶ Απόλλωνι μέτεστιν.”

4 Para detalhes, cf. OSBORNE, 1987, p. 173-4; DABDAB TRABULSI, 2004 [1990], p. 192.



do deus se dá em seu *xóanon* – i.e., em sua estátua de madeira –, escoltada fisicamente pelo cortejo de devotos, em memória de seu advento àquela terra. Não é uma coincidência que esse deus – caracterizado por seus aspectos estrangeiros e ambíguos – seja tão cultuado por meio de um elemento ritual comemorativo de sua vinda de fora e colocado em conexão com relatos de *xenia* [hospitalidade]. Também não é mera coincidência que essa matriz de ideias tenha se desenvolvido em conjunto com uma série de práticas sociais relacionadas a ritos de passagem: ou seja, processos por meio dos quais certas pessoas – normalmente de *status* ambíguo, no limiar entre duas condições diferentes (especialmente para o caso de jovens às vésperas da iniciação na vida adulta) – são afastadas da comunidade, expostas à marginalidade e, em seguida, reintegradas em seu novo *status*.<sup>5</sup> O elemento lúgubre dos festivais dionisíacos que acontecem nesses meses de inverno está profundamente relacionado a essas ideias.

Os festivais áticos em honra a Dioniso, entretanto, são em grande parte alegres festividades e revelam nessa tensão – entre aspectos fúnebres e divertidos – a contradição inerente a esse deus. Atentando para a ambiguidade que consiste em ter uma divindade – cujos mitos principais são violentos e lúgubres – honrada de forma festiva e descontraída, será preciso levar em conta a existência de uma diferença fundamental entre os *mitos* dionisíacos e os *ritos* que são dedicados ao deus.<sup>6</sup>

## DIONÍSIAS RURAIS

Há alguns títulos importantes dedicados a esse assunto e aqui consultados (PICKARD-CAMBRIDGE 1995, p. 42-56; JEANMAIRE, 1970, p. 40-43; DABDAB TRABULSI, 2004, p. 192-194). Recentemente, dois trabalhos de dissertação abordam o tema (GERALDO, 2017, p. 38-44; 102-121; SILVA, 2018, p. 169-178). O conhecimento sobre esse festival restringe-se a algumas informações provenientes de fontes do século V A.E.C., responsáveis por mencioná-lo sucintamente. Festividades rústicas, as Dionísias rurais [tâ

---

5 Para detalhes da dimensão de rito de passagem desse tipo de prática social, cf. JEANMAIRE, 1970; HENRICH, 1987; CSAPO, 1997.

6 Seguindo a sugestão de Elizabeth Vandiver (2000, p. 17), no presente artigo, mitos são considerados narrativas tradicionais contadas por uma sociedade que incorpora e representa as visões de mundo, as crenças, os princípios e frequentemente os medos dessa sociedade, enquanto ritos são as cerimônias religiosas, a prática cultural, de caráter tradicional, através dos quais essa mesma sociedade manifesta suas visões de mundo, crenças, princípios e medos, proporcionando formas de relacionamento com os deuses, outros seres humanos e animais.



*kat'agroùs Dionýsia*] aconteciam em cada *démos* ou comunidade campesina, dividindo-se ao longo de todo o mês de *Poseideôn*, de modo que era possível aos “amantes de espetáculos [*philothéámones*]” e aos “amantes de sons [*philékhoi*]” frequentar várias celebrações diferentes durante o período, escutando diversas apresentações corais ao percorrer as diferentes regiões da Ática. Tal é o que se deduz do seguinte comentário de Glauco, na *República* de Platão:

E Glauco disse: - Então muitos e estranhos [filósofos] serão para ti desse tipo. Pois todos os amantes de espetáculos parecem-me ser – já que se alegram em aprender – desse tipo, e certos amantes de sons são os mais estranhos de se colocar entre os filósofos: eles não desejariam vir de bom grado a uma exposição e conversa como esta, mas – como se tivessem alugado as orelhas para ouvir todos os coros – ficam zanzando pelas Dionísias, sem abrir mão nem das que acontecem nas *póleis* nem das que acontecem nos vilarejos [*kómai*]. (PLATÃO, *República*, 5.475d-e).<sup>7</sup>

Para além do caráter polêmico que os comentários da *República* possam ter no tocante à apreciação dos espetáculos poéticos, é certo que essa referência alude a uma prática corrente no período clássico, pois, do contrário, seu tom polêmico de denúncia seria desmentido pela própria experiência que o leitor pudesse ter dessa realidade. Ademais, é provável que esse tipo de prática seja muito antiga, na medida em que as Dionísias rurais são marcadas por traços de festivais arcaicos de longa duração e estabilidade na cultura helênica.

A cerimônia principal das Dionísias rurais consistia numa *pompé* [cortejo], transportando religiosamente o falo – de grandes dimensões –, enquanto entoava uma série de cantos e canções tradicionais. O festival certamente culminava em sacrifícios – que talvez se restringissem apenas a bolos ou cozidos, embora pudessem conter sacrifícios animais também (como as representações em cerâmica costumam sugerir).<sup>8</sup> Em todo caso, o festival tinha provavelmente o caráter de um rito destinado a promover a fertilidade dos campos e dos jardins, bem como a fecundidade das famílias. Aristófanes conservou, de maneira

7 No original: “καὶ ὁ Γλαῦκων ἔφη· πολλοὶ ἄρα καὶ ἄτοποι ἔσσονται σοι τοιοῦτοι. οἱ τε γὰρ φιλοθεάμονες πάντες ἔμοιγε δοκοῦσι τῷ καταμανθάνειν χαίροντες τοιοῦτοι εἶναι, οἱ τε φίληκοὶ ἀτοπάτατοι τινές εἰσιν ὥς γ' ἐν φιλοσόφοις τιθέναι, οἱ πρὸς μὲν λόγους καὶ τοιαύτην διατριβὴν ἐκόντες οὐκ ἂν ἐθέλοιεν ἔλθειν, ὥσπερ δὲ ἀπομεισθηκότες τὰ ὄσα ἐπακοῦσαι πάντων χορῶν περιθέουσι τοῖς Διονυσίαις οὔτε τῶν κατὰ πόλεις οὔτε τῶν κατὰ κώμας ἀπολειπόμενοι.”

8 Para detalhes, cf. PICKARD-CAMBRIDGE, 1995 [1953], p. 42-56.

muito representativa, os principais aspectos das Dionísias rurais num trecho de sua comédia, *Acarnenses* (237-78):



**Diceópolis:** Bendizei! Bendizei!

**Coro:** Silêncio, todos! Escutaram então, homens, a bênção? Ele próprio está aqui, aquele que procuramos. Mas todos aqui, saiam do caminho, pois o homem parece ir fazer o sacrifício.

**Diceópolis:** Bendizei! Bendizei!

Que prossiga um pouco adiante a portadora do cesto [*kanēphóros*] e que Xântias levante direito o falo.

Deposita o cesto, ó filha, a fim de começarmos.

**Filha:** Ó mãe, passa-me aqui a concha de caldo, a fim de que eu espalhe caldo sobre este bolo aqui.

**Diceópolis:** Assim está bom! Ó senhor Dioniso, agraciadamente nessa procissão para ti, eu, realizando-a e fazendo sacrifícios com os de casa, lidero afortunadamente as Dionísias Rurais, liberado do serviço militar: para que meus tratados de paz de trinta anos resistam bem.

Traze o cesto, ó filha, bela, de modo que belamente o carregues fazendo cara boa. Quão bem-aventurado é aquele que se casar contigo e te fizer coaxar com nada menos do que uma fuinha, assim que já for de manhã cedo.

Prossigue e toma muito cuidado para que na multidão ninguém te surrupie, roubando-te as joias.

Ó Xântias, deve ser segurado direito por ti o falo, atrás da portadora do cesto – eu, seguindo, cantarei o canto fálico:

tu, ó mulher, observa-me do alto do telhado. Avante!

- Ó Falê, companheiro de Baco,  
pândego noturno vagabundo,  
adúltero amante de jovens,  
no sexto ano te conclamo  
vindo para a comunidade [*dēmos*], feliz,  
depois de ter firmado tratados de paz em meu nome,  
liberado de trabalhos  
e de lutas e de Lámacos!  
Pois quão mais doce é, ó Falê – Falê –,  
encontrar na flor da idade Tratta, [serva] de Estrimodoro,  
roubando lenha do monte Feleu,  
pegá-la pela cintura, levantá-la, colocá-la no chão  
e chupar até o caroço, ó

Falê – Falê.

Se conosco beberes, durante a bebedeira,  
desde a madrugada secarás o cálice da paz.

(ARISTÓFANES, *Acarnenses*, v. 237-78).<sup>9</sup>



O aspecto doméstico que a representação desse festival tem na comédia de Aristófanes deve-se à situação excepcional em que se encontra o personagem de Diceópolis – um ateniense que firmou um tratado de paz pessoal com os espartanos, apesar da guerra entre Atenas e Esparta –, mas é preciso atentar para vários detalhes interessantes dessa passagem. Em primeiro lugar, a relação entre a chegada de Dioniso (“Ele próprio está aqui, aquele que procuramos [*Hoûtos autós estin hòn zētoûmen*]”) e a procissão fálica. Trata-se de uma relação tradicional, como se vê a partir do célebre fragmento de Heráclito:

Pois se não para Dioniso fizessem a procissão e o hino entoado com as vergonhas [*aidoioisin*], cumpririam a coisa mais sem-vergonha [*anaidéstata*]. Mas Hades [*Aidês*] é também Dioniso, em honra do qual enlouquecem e deliram [*lēnaízousin*]. (HERÁCLITO, fr. 15 DK).<sup>10</sup>

Para além do jogo de palavras entre “as vergonhas [*aidoia*]”, “a coisa mais sem-vergonha [*anaidéstata*]” e o nome do deus “Hades [*Aidês*]” – com suas implicações sobre os possíveis aspectos fúnebres também do culto dionisiaco –, Heráclito faz alusão a uma associação que se revelará comum ao longo de

9 No original: Δικαιοπόλις· εὐφημεῖτε, εὐφημεῖτε./ Χορός· σῖγα πᾶς, ἡκούσατ' ἄνδρες ἄρα τῆς εὐφημίας;/ οὗτος αὐτός ἐστιν ὃν ζητοῦμεν. ἀλλὰ δεῦρο πᾶς/ ἐκποδών· θύσων γὰρ ἀνήρ ὡς ἔοικ' ἐξέρχεται./ Δικαιοπόλις· εὐφημεῖτε, εὐφημεῖτε./ πρῶτω σ' τὸ πρόσθεν ὀλίγον ἢ κανηφόρος./ ὁ Ξανθίας τὸν φαλλὸν ὀρθὸν στησάτω./ κατὰθου τὸ κανοῦν ὃ θύγατερ, ἴν' ἀπαρξώμεθα./ Θυγάτηρ· ὃ μῆτερ ἀνάδος δεῦρο τὴν ἐτνήρυσιν./ ἴν' ἔτνος καταχέω τοῦλατῆρος τουτουί./ Δικαιοπόλις· καὶ μὴν καλὸν γ' ἔστ'· ὃ Διόνυσε δέσποτα/ κεχαρισμένως σοι τήνδε τὴν πομπὴν ἐμέ/ πέμψαντα καὶ θύσαντα μετὰ τῶν οἰκετῶν/ ἀγαγεῖν τυχηρῶς τὰ κατ' ἀγροῦς Διονύσια./ στρατιᾶς ἀπαλλαγθέντα· τὰς σπονδὰς δέ μοι/ καλῶς ξυνενεγκεῖν τὰς τριακοντούτιδας./ ἄγ' ὃ θύγατερ ὅπως τὸ κανοῦν καλῆ καλῶς/ οἴσεις βλέπουσα θυμβροφάγον. ὡς μακάριος/ ὅστις σ' ὅποτεσι κᾶκποιήσεται γαλᾶς/ σοῦ μηδὲν ἦττους βδεῖν, ἐπειδὴν ὄρθρος ἦ./ πρόβαινε, κὰν τῶχλω φυλάττεσθαι σφόδρα/ μὴ τις λαθῶν σου περιτράγη τὰ χρυσία./ ὃ Ξανθία, σφῶν δ' ἐστὶν ὀρθὸς ἐκτέος./ ὁ φαλλὸς ἐξόπισθε τῆς κανηφόρου/ ἐγὼ δ' ἀκολουθῶν ἄσομαι τὸ φαλλικόν./ σὺ δ' ὃ γύναι θεῶ μ' ἀπὸ τοῦ τέγουσ. πρόβα./ Φαλῆς ἑταῖρε Βακχίου/ ζύγκωμε νυκτοπεριπλάνητε/ μοιχὲ παιδεραστά./ ἔκτω σ' ἔτει προσεῖπον ἐς/ τὸν δῆμον ἐλθὼν ἄσμενος./ σπονδὰς ποιησάμενος ἐμαυτῷ, πραγμάτων τε καὶ μαχῶν/ καὶ Λαμᾶχων ἀπαλλαγείς./ πολλῶ γὰρ ἐσθ' ἦδιον, ὃ Φαλῆς Φαλῆς,/ κλέπτουσαν εὐρόνθ' ὠρικὴν ὑληφόρον/ τὴν Στρυμωδῶρου Θρηᾶταν ἐκ τοῦ Φελλέως/ μέσην λαβόντ' ἄρानτα καταβαλόντα/ καταγιγατίσ' ὃ Φαλῆς Φαλῆς./ ἐὰν μεθ' ἡμῶν ξυμπῆης, ἐκ κραιπάλης/ ἔωθεν εἰρήνης ροφήσει τρύβλιον.

10 No original: εἰ μὴ γὰρ Διονύσῳ πομπὴν ἐποιοῦντο καὶ ὕμνεον ἄσμα αἰδοίοισιν, ἀναιδέστατα εἶργαστ' ἄν· ὠντὸς δὲ Αἰδῆς καὶ Διόνυσος, ὄτεφ μαίνονται καὶ ληναίζουσιν





toda a Antiguidade, entre Dioniso e as procissões fálicas. Para o caso específico das Dionísias rurais, um segundo testemunho vem reforçar esse aspecto, bem como o caráter rústico de tal celebração. Em seu livro *Sobre o desejo de riquezas (de cupid. div. 8.527d)*, Plutarco afirma o seguinte: “A festa pátria das Dionísias antigamente enviava, popular e alegremente, ânforas de vinho e um ramo de vinha, depois alguém a puxar um bode e um outro a seguir portando uma cesta de figos secos e, atrás de todos, o falo.”<sup>11</sup> Ainda será importante retornar aos elementos citados nessa descrição que Plutarco oferece de uma modalidade arcaica das Dionísias rurais, mas por ora cumpre ressaltar a preponderância que o falo ocupa na *pompé* em honra a Dioniso.

A relação entre Dioniso e o falo certamente tem implicações sobre o campo da fertilidade e da procriação: as menções que Diceópolis faz ao casamento de sua filha, portadora do cesto na procissão [*kanēphoros*] – um elemento que também é comum ao que menciona Plutarco –, e à virilidade com que seu futuro marido há de “fazê-la coaxar com nada menos do que uma fuinha [*ekpoiēsetai galās sou mēden étous bdein*]” são referências a essa dimensão da divindade. Sobre a persistência dessas associações, confira-se o trecho em que Agostinho (*De Civ. D.* 7.21), usando Varrão como fonte direta, trata de Líber – um dos nomes de Dioniso em Roma – e da reverência ao falo demonstrada em seu culto: segundo o autor, essa divindade era cultuada de modo a ter o domínio reconhecido sobre “as sementes líquidas e, portanto, não apenas o sumo dos frutos – entre os quais o vinho, de certo modo, ocupa o primeiro lugar –, mas também o sēmen dos animais [...]”<sup>12</sup> Além disso, Dioniso era cultuado na Ática e em outras regiões com máscaras fálicas, nomes fálicos e representações fálicas, como nas figuras negras de um lécito ateniense do início do séc. V, e em muitos outros exemplos epigráficos e plásticos.<sup>13</sup>

Ainda que fosse possível desenvolver essas associações – levando em conta outras implicações do falo, como funções de proteção (apotropaicas), provocação obscena (demarcação de território), dominação masculina e agressão (CSAPO, 1997) –, basta ressaltar aqui o sentido de Dioniso como um deus que simboliza um poder sexual interminável e miraculoso. Na mentalida-

11 No original: ἡ πάτριος τῶν Διονυσίων ἑορτὴ τὸ παλαιὸν ἐπέμετο δημοτικῶς καὶ ἰλαρῶς, ἀμφορεύς οἴνου καὶ κληματίς, εἴτα τράγον τις εἶλκεν, ἄλλος ἰσχάδων ἄρριχον ἠκολούθει κομίζων, ἐπὶ πᾶσι δ' ὁ φαλλός.

12 No original: “Iam uero Liberi sacra, quem liquidis seminibus ac per hoc non solum liquoribus fructuum, quorum quodam modo primatum uinum tenet, uerum etiam seminibus animalium praefecerunt [...]”

13 Figuras negras num lécito, c. 490, de Atenas e atribuídas ao pintor de Atenas 9690. Athens, National Museum N970 (BAPD 305482). Para outras referências, cf. CSAPO, 1997, p. 258-9.



de helênica, a excitação sexual é um sinal externo de uma condição fisiológica e mental em que se revela a influência de um agente externo – daí a ideia de que os diferentes estados de alteração provocados por Dioniso estivessem no interior de uma mesma esfera da alçada desse deus: vinho, sexo, dança, canto e êxtase.

Levando em conta essa atmosfera reinante no festival das Dionísias rurais, não há de surpreender que Aristóteles tenha sugerido um desenvolvimento da comédia a partir de um elemento típico dessas celebrações. Conforme um trecho da *Poética* anteriormente já citado:

Qualquer que seja seu estado atual, a própria tragédia e a comédia surgiram de um primeiro motivo improvisado [10]: a primeira provém daqueles que conduziam o ditirambo; a outra, dos que conduziam os cantos fálicos [*apò tôn tà phallikà*], composições ainda hoje muito estimadas em nossas *póleis*. (ARISTÓTELES, *Poética*, 4.1449a9-31).<sup>14</sup>

Apesar de Jeanmaire (1970, p. 43) sugerir que Aristóteles teria confundido a *pompè* (de caráter fálico) com aquilo que seria o *kòmos* [a pândega], bem como as canções dedicadas ao falo com as mascaradas cômicas, não parece que uma distinção muito rígida entre essas diferentes etapas do ritual fosse sempre mantida, de modo que uma relação entre os cantos fálicos – nos festivais dionisíacos – e o desenvolvimento posterior da comédia é uma sugestão que deve ser levada a sério pelos estudiosos da origem dos gêneros dramáticos entre os povos helênicos. Vale a pena retomar aqui as considerações de uma importante estudiosa do desenvolvimento do drama ático, quando ela afirma que:

[O]s gregos associavam a comédia com os *phalliká*; segundo Aristóteles [*Poet.* 1449a11-13], a comédia se desenvolveu dos *exarkhóntes* [líderes] dos *phalliká*, i.e., das canções fálicas, que ainda estavam em uso em muitas cidades em seu tempo. Que os *phalliká* devam ser entendidos como envolvendo *phallophoreîn* [portar o falo] pode ser demonstrado em pelo menos um exemplo: segundo Filomnesto [*FGrH527 F2*], na Rodes do século VI, um escritor cômico apresentou comédias como um *exárkhōn* entre *phallophorói* [portadores de falo]. Usar o falo ou portar o falo era provavelmente a norma em tudo aquilo que seria percebido como pertencendo à categoria *tà phalliká*. (SOURVINOU-INWOOD, 2003, p. 174).

14 No original: γενομένη δ' οὖν ἀπ' ἀρχῆς [10] αὐτοσχεδιαστικῆς—καὶ αὐτὴ καὶ ἡ κωμῳδία, καὶ ἡ μὲν ἀπὸ τῶν ἐξαρχόντων τὸν διθύραμβον, ἡ δὲ ἀπὸ τῶν τὰ φαλλικά ἃ ἔτι καὶ νῦν ἐν πολλαῖς τῶν πόλεων διαμένει νομιζόμενα.



O modelo básico desse tipo de *performance* foi descrito por uma fonte posterior, reportando-se inicialmente a um costume de Sícion – uma região com amplas conexões com Dioniso e os coros dedicados a ele, como já se viu anteriormente –, e essa descrição pode ser aqui retomada com proveito:

Semos, de Delos, diz no livro **Sobre peãs**: “Os chamados *autokábdaloi*, ficando de pé, coroados de hera, executam discursos”. Depois eles, bem como os poemas deles, foram nomeados iambos. E ele diz: “São chamados *ithýphalloi* os que têm máscaras de bêbados e se coroam, tendo luvas floridas. Eles usam túnicas meio brancas, cingem-se com um véu tarentino até os tornozelos, vão, entrando em silêncio pelos portões, até o meio da orquestra e viram-se para o público dizendo:

‘Levantai, levantai, espaço  
fazei. Para o deus quer

o deus direito [*ho theòs orthòs*] envidorado  
pelo meio [*dià mésou*] chegar.’

E os falóforos [portadores do falo]”, ele diz, “não usam máscara, mas ficam envolvidos numa grinalda de tomilho e de azinheira sobre a qual sobrepõem uma coroa espessa de violetas e hera; e, vestindo-se com caunacas [mantos pesados], achegam-se, uns vindo da lateral, outros das portas centrais, andando em ritmo e dizendo:

‘A ti, Baco, acendemos esta música,  
fluindo o simples ritmo com fugaz canção,  
comum, inapropriada a donzelas, de modo algum  
proclamada outrora em cantigas, mas sem mistura  
iniciamos o hino.’

Depois, avançando, ridicularizavam os que escolhessem e ficavam de pé, enquanto o falóforo marchava direto, coberto de fumaça.”

(SEMUS, *FHG* 4. 496 = Ath. 14.16 Kaibel; 622a-d Gulick).<sup>15</sup>

Essa prática de ridicularização dos presentes – numa *performance* de procissão fálica, em meio a uma atmosfera de pândega e confusão – é aludida

15 No original: Σῆμος δ' ὁ Δῆλιος ἐν τῷ περὶ Παιάνων ‘οἱ αὐτοκάβδαλοι, φησί, καλούμενοι ἐστεφανωμένοι κίττῳ στάδιον ἐπέβαινον ῥήσεις. ὕστερον δὲ ἴαμβοι ὠνομάσθησαν αὐτοὶ τε καὶ τὰ ποιήματα αὐτῶν, οἱ δὲ ἰθύφαλλοι, φησί, καλούμενοι προσοπεῖον μεθύοντων ἔχουσιν καὶ ἐστεφάνωνται, χειρῖδας ἀνθινὰς ἔχοντες· χιτῶσι δὲ χρῶνται μεσολευκοὶ καὶ περιέζωνται ταραντῖνον καλύπτον αὐτοὺς μέχρι τῶν σφυρῶν, σιγῇ δὲ διὰ τοῦ πυλῶνος εἰσελθόντες, ὅταν κατὰ μέσην τὴν ὀρχήστραν γένωνται, ἐπιστρέφουσιν εἰς τὸ θέατρον λέγοντες· ἀνάγετ', ἀνάγετ', εὐρυχωρίαν/ ποιεῖτε. τῷ θεῷ θέλει γάρ/ ὁ θεὸς ὀρθὸς ἐσφωδόμενος/ διὰ μέσου βαδίζειν./ οἱ δὲ φαλλοφόροι, φησὶν, προσοπεῖον μὲν οὐ λαμβάνουσιν, προπόλιον δ' ἐξ ἐρπύλλου περιτιθέμενοι καὶ παιδέρωτος ἐπάνω τούτου ἐπιτιθενται στέφανον δασὺν ἰων καὶ κίττου· καუნάκας τε περιβεβλημένοι παρέρχονται οἱ μὲν ἐκ παρόδου, οἱ δὲ κατὰ μέσας τὰς θύρας, βαίνοντες ἐν ῥυθμῷ καὶ λέγοντες· σοί, Βάκχε, τάνδε μοῦσαν ἀγλαίζομεν/ ἄπλοῦν ῥυθμὸν χέοντες αἰόλω μελει./ καινὰν, ἀπαρθένευτον, οὐ τι ταῖς πάρος/ κεχημέναν φῶδαισιν, ἀλλ' ἀκίρατον/ κατάρχομεν τὸν ὕμνον./ εἶτα προτρέχοντες· ἐτόθαζον οὐς προέλοιτον, στάδιον δὲ ἔπραττον, ὁ δὲ φαλλοφόρος ἰθὺ βαδίζων καταπασθεὶς αἰθάλα.’



também no trecho de *Acarnenses* (271-6), em que Diceópolis expõe Tratta (a serva de Estrimodoro) ao ridículo, humilhando-a publicamente: Diceópolis orgulha-se de afirmar que, apanhada numa tentativa de roubar lenha do monte Feleu, a jovem é tomada por ele à força e estuprada. Essa mesma forma de violência sexual é sugerida na advertência ambígua dirigida à sua própria filha, atuando como *kanēphoros* [portadora do cesto], a fim de que tomasse cuidado na multidão, para que ninguém a surrupiasse, roubando-lhe as joias [*mē tis lathōn sou peraitrāgēi tē khrysiā*]. Além disso, é também referida – pelo menos indiretamente – pela passagem mencionada por Semos, relativa à canção dos *ithýphalloi* [falos eretos], na qual eles clamam que o público levante e faça espaço para que “o deus direito envigorado” – i.e., uma divindade fálica – possa “pelo meio chegar” até o deus – i.e., Dioniso. A menção a uma passagem que “o deus direito [*ho theòs orthòs*]” faria “pelo meio [*dià mēsou*]” tem óbvias conotações sexuais e uma ameaçadora sugestão de penetração forçada, tal como sugere Csapo (1997, p. 269).

Acerca desse tipo de *performance*, cabe retomar as considerações de Sourvinou-Inwood, segundo a qual:

A forma literária da zombaria ritual e das obscenidades nos cultos de Dioniso e Demeter é a poesia iâmbica, envolvendo monólogos e canções que incluem ataques a pessoas, ou tipos de pessoas, e obscenidade. Em termos de gênero poético, Aristóteles conectou a comédia com a poesia iâmbica [*Poet.* 1449a4-5]. Que a poesia iâmbica inspirou o desenvolvimento da comédia é também uma percepção moderna e está inquestionavelmente correta.

Segundo Ateneu, os *performers* que os sicionenses chamam *phallophoroi*, outros chamam *autokábdaloi* (o que significa ‘improvisadores’); segundo Semos de Delos [*FGrH* 396 F24 = *Ath.* 14.16; 622b], os *autokábdaloi* recitavam de pé [*stádēn epérainon rēseis*] e usando coroas de hera; posteriormente, eles e sua poesia foram chamados íamboi. Dados os pressupostos helênicos sobre a relação entre íamboi e comédia, o que está sendo defendido aqui é que houve um desenvolvimento dos *autokábdaloi* – improvisadores recitando de pé e usando coroas de hera –, para os íamboi, e desses para a comédia. (SOURVINO-UNWOOD, 2003, p. 174).

No desenvolvimento desse argumento, Sourvinou-Inwood – à luz de sua reconstrução das Dionísias urbanas – entende que os elementos fálicos mencionados por Aristóteles e por Semos de Delos teriam entrado como um aspecto particular do rito de *xenía* [hospitalidade], tal como oferecido a Dioniso pelos atenienses nesse festival específico, em fins do século VI A.E.C. A



partir dessa hipótese, a autora sugere que a comédia teria surgido paulatinamente de um momento preciso do ritual realizado durante as Dionísias urbanas, devendo muito de seu caráter jocoso à atmosfera geral desse momento.

Ainda que essas considerações sejam interessantes – na medida em que tentam explicar a origem dos gêneros dramáticos de um modo geral (incluindo a comédia) a partir de uma relação com os diferentes elementos que fariam parte de seu contexto de *performance* no interior de um único festival, qual seja, o das Dionísias urbanas (a ser estudado logo mais) –, há alguns elementos que se contrapõem à datação tardia aí sugerida para o surgimento das *performances* cômicas (ainda mais quando se leva em conta sua relação com elementos fálcos). Certos indícios levam a crer que tais representações remontam a uma tradição muito mais antiga do que a autora acredita.

Um vaso ateniense produzido por volta do ano de 560 A.E.C., e exposto atualmente em Florença, traz duas imagens – uma de cada lado – de procissões fálcas, nas quais um imenso falo de madeira é carregado, sobre um suporte, por seis homens (ou doze, se houver seis de cada lado do suporte), enquanto figuras cômicas aparecem montadas sobre o falo.<sup>16</sup> A impressão geral de uma *performance* com um coro improvisado, de caráter grotesco, é inevitável e as imagens foram frequentemente relacionadas ao tipo de evento que deve ter caracterizado as Dionísias rurais.

Uma interpretação recente dessa imagem, oferecida por Csapo (1997, p. 268-70), desenvolve uma explicação para dois de seus detalhes mais estranhos: atentando para dois homens que estão no nível do chão – além dos outros seis (ou doze) que carregam o suporte do falo –, o estudioso tenta sugerir quais as funções desempenhadas por eles em suas incômodas posições (uma vez que nenhum deles parece estar num local em que poderia ajudar no esforço de carregar o suporte do falo). O que está diante dos demais, voltado de frente para eles, é relacionado por Csapo àquilo que Aristóteles chama de *exárkhôn* das canções fálcas, ou seja, o indivíduo responsável por liderar o canto dos demais, improvisando versos que são entremeados pelos refrões corais. Já com relação àquele que está atrás de todos os outros, Csapo imagina que ele seria o responsável por segurar a corda (que se vê passando abaixo do falo), comandando os movimentos do mecanismo a partir do qual se mexe o falo, sustentado pelo sátiro que tem um homenzinho em suas costas. Para corroborar essa engenhosa interpretação da imagem, o autor recorre à descrição feita por Heródoto (2.48-49) de um mecanismo análogo que ele teria visto no Egito, num festival

<sup>16</sup> Trata-se do seguinte vaso: figuras negras numa copa ateniense, c. 575-525. Firenze, Museo Archeologico Etrusco 3897 (BAPD 547).

dedicado a Osíris (cujo valor simbólico é igualado, na narrativa herodoteia, ao de Dioniso).



O trunfo da interpretação de Csapo, contudo, não é o de sugerir explicações pertinentes à imagem em questão, mas o de demonstrar a existência de uma longa tradição cultural em que *performances* fálicas teriam relação não apenas com Dioniso e canções corais dedicadas a ele, mas com ritos de passagem fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento da sociedade helênica. A amplitude do material levado em conta pelo estudioso ultrapassa o escopo da presente discussão – voltada para uma descrição sucinta do festival das Dionísias rurais –, mas dá abertura a considerações que ainda hão de ser levadas em conta quando for necessário refletir sobre a matriz de associações culturais tornadas possíveis a partir dos festivais áticos em honra a Dioniso.

Um último testemunho emblemático do desenrolar das Dionísias rurais é aquele que se encontra entre os escólios à comédia *Riqueza* [*Pluto*], também de Aristófanes. Segundo o escoliasta:

“dance sobre o odre [*askōliáze*] ali mesmo”: Os atenienses realizavam um festival, as Ascólias, no qual saltavam sobre os odres em honra a Dioniso. O animal [i.e., o bode] parece ser odiado pela vinha. Certamente então o epigrama [de Evênio na A.P. 9.75] traz o seguinte da vinha diante da cabra, que está assim:

“se acaso me comeres acima da cepa, ainda assim portarei frutos, tal sobreviverá a ti, bode, quando fores sacrificado.”

(“dance sobre o odre no lugar do outro”: Dançar magistralmente sobre o odre [*askōliázēin*] chamavam o saltar sobre odres com o intuito de gracejar. No meio do teatro colocavam os odres inflados e cobertos de óleo, sobre os quais os que saltavam escorregavam, tal como Eubulo, na Damaleia, afirma:

“E, perto dos outros, o odre no meio colocando, saltai e gargalhai

dos que caírem, desde quando [for dado] o comando.”)

[Assim também Dídimos. Diferentemente. Dançar sobre o odre chamavam o saltar nos odres ou o saltar sobre um pé só. Diferentemente. Ascólias [é] o festival de Dioniso: pois, enchendo o odre de vinho, pisavam nele com um só pé: e o que ficasse de pé recebia como prêmio o vinho.]

(Schol. Ar. Pl. 1129).<sup>17</sup>

17 No original: ἀσκολιάζ' ἐνταῦθα: Ἐορτὴν οἱ Ἀθηναῖοι ἦγον τὰ Ἀσκόλια, ἐν ἧ ἐνήλλοντο τοῖς ἀσκούς εἰς τιμὴν τοῦ Διονύσου. δοκεῖ δὲ ἐχθρὸν εἶναι τῇ ἀμπέλω τὸ ζῶον. ἀμέλει οὖν καὶ ἐπίγραμμα [Eveni in A.P. 9.75] φέρεται τῆς ἀμπέλου πρὸς τὴν αἴγα οὕτως ἔχον,/ κῆν με φάγῃς ἐπὶ ρίζαν, ὁμῶς δὲ τι καρποφορήσω,/ ὅσσον ἐπιλείπαι σοι, τράγε, θυομένω./ (ἀσκολιάζε δὲ ἀντὶ τοῦ ἄλλου· κυρίως δὲ ἀσκολιάζειν ἔλεγον τὸ ἐπὶ τῶν ἀσκῶν ἄλλεσθαι ἔνεκα τοῦ γελωτοποιεῖν. ἐν μέσῳ δὲ τοῦ θεάτρου ἐτίθεντο ἀσκούς πεφουσημένους καὶ ἀληπιμμένους, εἰς οὓς ἐναλλόμενοι ὠλίσθανον, καθάπερ Εὐβουλος ἐν Δαμαλεΐα φησὶν οὕτως, καὶ πρὸς γε τοῦτοις ἀσκὸν εἰς μέσον/ καταθέντες εἰσάλλεσθε καὶ καχάζετε/ ἐπὶ τοῖς καταρρέουσιν ἀπὸ κελύσουματος,)/ [οὕτω καὶ Δίδυμος. Ἄλλως, ἀσκολιάζειν ἔλεγον τὸ



A prática do *askōliasmós* certamente estava entre os divertimentos rústicos das festividades rurais dedicadas a Dioniso e consistia no ato de encher (de ar ou de vinho) um odre – feito com couro de bode –, besuntá-lo de óleo e propor um concurso em que quem conseguisse ficar mais tempo sobre ele – às vezes, tendo que dançar ou saltar sobre um pé só – ganharia o odre de vinho como prêmio. Os elementos míticos que explicam essa prática lúdica são referidos também pelo trecho acima: o bode, depois de ter comido o dom de Dioniso – qual seja, a vinha –, é escorchado como punição e dá azo à brincadeira que terá por prêmio o próprio derivado da vinha – qual seja, o vinho. Trata-se, portanto, de um mito etiológico dessa prática cujo caráter cômico e popular ainda pode ser visto em algumas práticas do interior do Brasil, como no caso do touro mecânico, por exemplo, ou do pau de sebo. Não deixa de ser curioso notar os paralelos iconográficos entre a imagem do Museo Archeologico Etrusco de Firenze 3897 (BAPD 547), aludida acima, e a prática do pau de sebo: em ambas, figuras humanas agarram-se a um grande tronco liso e parecem visar algo que se encontra amarrado em seu topo. Naturalmente, contudo, se a interpretação de Csapo (1997, p. 270) – segundo a qual o falo seria um mecanismo móvel nessa imagem – estiver correta, a sugestão de uma comparação com o pau de sebo deixa de ter sentido.

Aparentemente não há nada que seja dramático ou mimético nessa prática, sendo difícil sugerir que o *askōliasmós* tenha tido alguma relação com o desenvolvimento dos gêneros dramáticos na região da Ática. Ainda assim, ele certamente esteve presente entre as atrações das Dionísias rurais e aparece como um dos elementos que compunham o ambiente rústico e a rede de associações mitológicas em que as primeiras *performances* de Téspis devem ter se desenvolvido.

## LENEIAS

Mais uma vez, autores importantes já dedicaram páginas incontornáveis a esse assunto e foram aqui consultados com proveito (PICKARD-CAMBRI-DGE, 1995, p. 25-42; JEANMAIRE, 1970, p. 44-7; DABDAB TRABULSI, 2004, p. 194-6; SEAFORD, 1994, p. 239-40; SOURVINOU-INWOOD, 2003, p. 120-3; WILSON, 2000, p. 27-32). As duas já citadas dissertações recentemente defendidas no Brasil também abordam o tema (GERALDO, 2017, p. 33-38; 170-183; SILVA, 2018, p. 178-187).

---

ἐνάλλεσθαι τοῖς ἀσκοῖς ἢ τὸ ἐπὶ ἐνὸς ποδὸς ἄλλεσθαι. Ἄλλως. Ἀσκώλια ἑορτὴ Διονύσου· ἀσκὸν γὰρ οἴνου πληροῦντες ἐνὶ ποδὶ τοῦτον ἐπήδων· καὶ ὁ πηδήσας ἄθλον εἶχε τὸν οἶνον.]



Há poucas certezas e muito debate em torno das fontes que podem ter relação com esse festival. As Leneias parecem ter sido um festival antigo – como sugere o fato de que seu nome esteja conectado à forma jônica para se referir ao mês em que aconteciam – e incluíam alguns elementos arcaicos do culto a Dioniso. Na Ática, as Leneias davam-se no mês chamado de *Gamēliōn* – ou seja, entre janeiro e fevereiro, no auge do inverno –, mês que era chamado pelos jônicos justamente de *Lēnaiōn* e que Hesíodo (*Trabalhos e Dias*, v. 504) recomenda evitar, pois seria de “maus dias, todos tosa-gado”. A origem do nome da festa é controversa.

Por um longo período foi assumido que o festival chamado Leneias, o lugar de sua celebração, o *Lēnaion*, e o deus cultuado, Dioniso Leneu, eram chamados assim por causa de uma conexão com a prensa de vinho, *lēnós*, embora a mera existência de um *lēnós* numa localização sugerida para o santuário em *límnaís* [nos brejos] (até então identificado com o *Lēnaion*), e de outros na mesma vizinhança, era obviamente inconclusiva; prensas de vinho são objetos comuns numa região vinícola e a referência especial à prensa do vinho e a seu deus em janeiro ou fevereiro não era obviamente apropriada. Conseqüentemente, uma derivação alternativa dessas palavras, não de *lēnós*, mas de *lēnai*, conhecida como nome de bacantes e ménades, encontrou aceitação mais geral. (PICKARD-CAMBRIDGE, 1995, p. 29).

Justamente o já referido fr. 15 DK de Heráclito fornece argumentos para reforçar essa compreensão da palavra, na medida em que o filósofo afirma que os devotos de Dioniso *mainontai* [enlouquecem] e *lēnaízousin* [deliram/ celebram as Leneias], enquanto um escoliasta anota o seguinte nessa passagem: “*lēnaízousin*: baqueiam [*bakkheúousin*], pois as bacantes [*bákkhai*] são *lēnai* [ensandecidas].” Um trecho do *Protréptico* (1.2.2), de Clemente de Alexandria, além dos escólios a essa mesma passagem, e um verbete de Hesíquio (s.v. *lēnai*) reforçam essas associações.

A localização das Leneias também é uma questão controversa. Trata-se certamente de uma região agreste, como é possível inferir a partir dos escólios ao v. 202 de *Acarnenses*, no qual Diceópolis afirma: “Conduzirei as Dionísias, entrando nos campos.” Com relação a essa referência, o escoliasta especifica o seguinte:

Escólio. “conduzi-las-ei nos campos”: as chamadas Leneias. Aí as Leneias e a disputa da prensagem de vinhas é feita para Dioniso. Pois *Lēnaion* é um santuário rural de Dioniso, porque aconteciam *†*trançagens [*†plektoús*] lá ou porque colocaram a primeira prensa nesse lugar.<sup>18</sup>

18 No original: ἄξω τὰ κατ’ ἀγρούς· τὰ Λήναια λεγόμενα. ἐνθεν τὰ Λήναια καὶ ὁ ἐπιλήναιος ἄγῶν τελεῖται τῷ Διονύσῳ. Λήναιον γὰρ ἐστὶν ἐν ἀγροῖς ἱερὸν τοῦ Διονύσου, διὰ τὸ *†*πλεκτοῦς ἐνταῦθα γεγρονέναι, ἢ διὰ τὸ πρῶτον ἐν τούτῳ τῷ τόπῳ ληνὸν (λήναιον codd.) τεθῆναι.





Duas passagens de Hesíquio, combinadas com três de Fócio, sugerem a existência de um cinturão [*períbolon*] em torno a esse grande santuário dedicado a Dioniso Leneu, sendo indicado que as *performances* poéticas aconteciam nesse espaço.<sup>19</sup> Que o templo ficava próximo à ágora é o que se encontra sugerido pelo escoliasta a uma passagem de um discurso de Demóstenes (*Sobre a coroa*, 129), mas sua localização precisa ainda não foi determinada de forma conclusiva: há quem imagine que ele estaria na região dos “Brejos [*Límnai*]” (segundo Hesíquio, “*Límnai*”), onde uma parte das Antestérias também acontecia, mas outras informações são conflitantes com essa e a arqueologia ainda não chegou a resultados conclusivos.

Em todo caso, parece possível reconstituir alguns dos elementos que compunham o festival. Acontecia uma *pompé* [procissão] conduzida pelo arconte basileu – fato que atesta a antiguidade do costume – e, para a realização dessa tarefa, ele contava com certos ajudantes [*epimelētai*] (Arist. *Ath.* 57.1). Essa mesma fonte ainda sugere que o arconte basileu seria o responsável por organizar disputas de “corridas de tochas [*tôn lampádōn*]” ao longo do festival, bem como os “sacrifícios tradicionais [*patrious thysias*]”. Tais informações são reforçadas por Pólux (*Onomástico* 8.90) e por algumas inscrições mencionando sacrifícios durante as Leneias. Conforme um escólio ao v. 548 da comédia *Cavaleiros*, alguns carros acompanhavam a *pompé* e, de cima desses carros [*epi tōn hamaxōn*], poemas eram cantados em direção aos que seguiam a pé: segundo Fócio, explicando em seu *Léxico* justamente o sentido da expressão “*tà ek tōn hamaxōn* [os de cima dos carros]”, esses poemas eram de escárnio e zombaria.

O emprego ritualístico dessa modalidade poética tem sido reconhecido atualmente – sendo que a prática desde a Antiguidade já dispunha de um nome próprio, “*aiskhrología* [discurso feio]”, e constituía um tipo de discurso abusivo e obsceno, com objetivos apotropaicos. Parece possível que essas *performances* também tenham incluído elementos tradicionais das procissões fálicas, como sugere Pickard-Cambridge:

Embora não haja nenhuma evidência direta relacionando uma procissão fálica (como a que é representada por Aristófanes) com as Leneias, mas apenas um tipo de procissão em carros, a partir dos quais os que estavam em cima zombavam dos presentes, é pelo menos provável que um *kōmos* [pândega] fállico tenha sido incluído também, como as Dionísias rurais faziam. (PICKARD-CAMBRIDGE, 1962, p. 145).

19 Hsch. (s.v. *epi Lēnaiōi agōn; Límnai*); Phot. (s.v. *ikria, Lēnaion; orkhēstra*). Sourvinou-Inwood (2003, p. 120-1) contesta o valor das evidências vindas dessas fontes lexicográficas.



Em outros momentos de sua obra, o estudioso hesita com relação a esse ponto, mas afirma que, independentemente do que tenha sido a prática histórica, não haveria nada de extraordinário na linguagem de abuso empregada em tais ocasiões de culto a Dioniso: segundo ele, na volta dos místicos de Elêusis, nas Antestérias e em outras situações sem conexão com o rito, haveria emprego de uma linguagem igualmente iâmbica (PICKARD-CAMBRIDGE, 1962, p. 147). O estudioso, contudo, não dá as fontes para um emprego “cotidiano” da linguagem de abuso, de modo que persiste a ideia de que tal modalidade linguística estaria ligada – na maior parte dos casos – a situações extremas de reversão da ordem, em meio a cultos desestabilizadores das hierarquias cotidianas, na linha do que sugere Csapo (1997).

Acerca disso, os “Vasos Leneios” dão um testemunho importante. Embora a sugestão elaborada por Frickenhaus há mais de um século, segundo a qual esses vasos representariam os mistérios sagrados das Leneias, tenha sido contestada e já não seja recomendável partir dessas imagens para inferir detalhes do rito (PICKARD-CAMBRIDGE, 1995, p. 34), permanece o fato inegável de que certas indicações presentes neles relacionam ritos femininos secretos com o culto a Dioniso durante seus festivais na Ática: quer representem as Leneias, quer representem as Antestérias, essas cerâmicas suscitam uma rede de associações responsável por formar uma imagem pouco definida, mas muito sugestiva, do que devem ter sido os ritos secretos e sagrados que foram realizados ao longo desses festivais.

Nessas imagens – cujos primeiros exemplos supérstites datam de um período entre os anos de 490 e 480 A.E.C., embora tenham sido elaboradas ao longo de todo o século V A.E.C. –, mênades dançam e executam gestos rituais ao som de uma aulista, enquanto carregam apetrechos do culto dionisiaco, como tirsos, tochas e vasos específicos, em presença de uma imagem do deus. A divindade é representada como um toco alto sobre o qual são colocadas sua distintiva máscara (à guisa de rosto), certas vestimentas (à guisa de corpo) e ramos de vinha ou hera.<sup>20</sup> Rothwell (2007, p. 15) reconheceu em tais aspectos algo que reforça a relação já sugerida entre Dioniso, seu culto e o desenvolvimento dos gêneros dramáticos.

Nas imagens em que Dioniso está ausente, o gestual característico das mênades – em seus movimentos ao som de um instrumento musical (em geral, o *aulós*) –, bem como o transporte de vasos chamados escifos [*skýphoi*], perante

20 Exemplos dessas imagens poderiam ser: figuras vermelhas sobre uma cílice [*kýlix*], c. 490-480, de Atenas. Berlin, Antikensammlung F2290 (BAPD 204730). Ou ainda: figuras vermelhas num estamno [*stámnos*], c. 450-400, de Atenas. Naples, Museo Archeologico Nazionale 81674 (BAPD 215254).



uma mesa sobre a qual se encontra um vaso maior, o estamno [*stámnos*], permite a identificação de um rito análogo.<sup>21</sup> Um escólio ao v. 479 da comédia *As rãs*, explicando o sentido da expressão “Chama o deus [*kálei theón*]!”, oferece uma preciosa informação litúrgica acerca desses ritos:

[Q]uanto ao “Chama o deus!”, alguns usam-no assim. Nas competições Leneias de Dioniso, o *daidóukhos* [portador da tocha], carregando um facho, diz “Chamai o deus [*kaleíte theón*]” e os ouvintes presentes gritam “Íaco de Sêmele, doador de riqueza [*Semeléi Íakkhe ploutodóta*]”.<sup>22</sup>

As celebrações – ao que tudo indica, noturnas – incluíam, portanto, cantos e gritos de invocação ao deus, sob seu título cultural, que pode ter sido o mesmo empregado nos ritos noturnos das Antestérias, segundo Otto (1965, p. 80). A menção a Sêmele, mãe de Dioniso, traz uma alusão ao mito de nascimento do deus e já foi sugerido que uma das imagens dos “Vasos Leneios” o representaria como criança.<sup>23</sup> O epíteto “doador de riqueza [*ploutodóta*]” reforça as associações anteriormente já sugeridas com uma divindade do mundo inferior como é o caso de Hades. Além disso, o nome Íaco também aparece associado ao culto realizado em Elêusis e, embora não seja possível precisar a relação entre essas festividades (PICKARD-CAMBRIDGE, 1995, p. 34-5), o caráter sério desses Mistérios aparece de forma inegável. Conforme um estudioso do assunto:

O orgiasmo das cerimônias do meio do inverno parece ter relação com a evocação de divindades ctônicas cuja reaparição é um penhor do despertar já próximo das forças da natureza. Existe pelo menos a presunção de que as festas das Leneias tenham sido coordenadas pela celebração de mistérios desse tipo. (JEANMAIRE, 1970, p. 46).

A esse respeito, um escólio anteriormente mencionado – comentando uma passagem do *Protréptico* (1.2.2), em que Clemente de Alexandria, despeitado em seu cristianismo, lançava impropérios contra os Mistérios de Dioniso –, traz uma sugestão interessante do que poderia ser o conteúdo dos cantos entoados durante as Leneias:

21 Um exemplo dessas imagens poderia ser: figuras vermelhas sobre um estamno, c. 475-425, de Atenas. Oxford, Ashmolean Museum G289.7 (BAPD 207195).

22 No original: τὸ δὲ κάλει θεόν τινες οὕτως ἀποεδόκασιν. ἐν τοῖς Ληναϊκοῖς ἀγῶσι τοῦ Διονύσου ὁ δαδούχος κατέχων λαμπάδα λέγει ‘καλεῖτε θεόν’ καὶ οἱ ὑπακούοντες βοῶσι “Σεμελήϊ Ἰακχε πλουτοδότα”.

23 Trata-se da seguinte imagem: figuras vermelhas sobre um estamno, c. 475-425, de Atenas. Warsaw, National Museum 142465 (BAPD 214262).



Escólio, “ensandecidos [*lēnaízontes*]”: uma canção agreste era cantada perto da prensa, que também ela própria circundava a dilaceração de Dioniso [*tòn Dionýsou sparagmón*]. Muitíssimo bem e de bom grado acontecia o cingir-se com a hera, tal como aquilo que é mostrado para Dioniso – quando acontecem as Leneias –, assim também isso se dá na embriaguez e eles fazem coisas inconvenientes às pessoas e embriagam-se todos juntos. (Schol. Clem. Alex. **Protrept.** 1.2.2).<sup>24</sup>

Seaford (1994, p. 264) sugeriu a importância que mitos e ritos criados em torno do *sparagmós* [dilaceração] de Dioniso devem ter tido nas fases mais arcaicas de seu culto, com implicações inclusive sobre o desenvolvimento posterior dos gêneros dramáticos. Ele menciona algumas passagens referenciando a prática histórica do *sparagmós* entre grupos de ménades mencionadas em testemunhos de períodos posteriores (Pt. **Mor.** 365a; Pausan. 10.4.3), imaginando que esses trechos ecoariam práticas mais antigas, e conclui que o ritual representado nos “Vasos Leneios” tem grande chance de envolver histórias e encenações sobre o desmembramento e o renascimento de Dioniso.

Apesar de tantos elementos sugestivos para a história do desenvolvimento do drama, não se sabe quando as *performances* dramáticas tiveram início nas Leneias. Seu reconhecimento cívico formal, tal como aparece registrado em inscrições corégicas, foi posterior ao das Dionísias urbanas, devendo ter se dado por volta do ano de 440 A.E.C. para a comédia e pouco tempo depois para a tragédia.

[N]ão há evidências do que acontecia antes disso. É possível que as *performances* fossem mais na escala daquelas que aconteciam nas Dionísias rurais, nos *dēmoi* dos campos (nenhum dos quais parece ter celebrado as Leneias), e que foi comparativamente mais tarde que elas se tornaram mais ambiciosas e foram transferidas da ágora para o teatro de Dioniso. [...] Pode ser que as primeiras *performances* cômicas tenham sido mais importantes nesse festival do que as trágicas (o contrário sendo o caso para as Dionísias urbanas). (PICKARD-CAMBRIDGE, 1995, p. 40-1).

A relação que esse festival veio a estreitar oficialmente com a comédia ao longo do século V A.E.C. pode apontar para uma associação que já existisse anteriormente – embora de forma não oficial – entre esse gênero poético e a realização das Leneias, justificando a importância que ora se dá a esse contexto

24 No original: ληναίζοντας: ἀγροικικὴ ᾄδῃ ἐπὶ τῷ ληνῷ ἄδομένη, ἣ καὶ αὐτὴ περιεῖχεν τὸν Διονύσου σπαραγμόν. πάννυ δὲ εὐφρῶς καὶ χάριτος ἐμπλέως τὸ κιτῶ ἀναδῆσαντες τέθεικεν, ὁμοῦ μὲν τὸ ὅτι Διονύσῳ τὰ Λήνια ἀνάκειται ἐνδειξάμενος, ὁμοῦ δὲ καὶ ὡς παροινία ταῦτα καὶ παροινοῦσιν ἄνθρωποις καὶ μεθύουσιν συγκεκριμένηται.



cultural e a seus possíveis desdobramentos. Um testemunho antigo chega a sugerir que a “trigédia [*trygōidia*]” (um nome usado para se referir à comédia, de forma a parodiar o nome da tragédia) teria sido chamada assim a partir do prêmio oferecido àqueles que ganhavam renome nas Leneias, qual seja, o vinho novo (chamado em grego de *trýx*). Tal é a sugestão do autor anônimo de **De Com.** 1.6 Kaibel.

Um testemunho do final do século V e início do IV A.E.C. alude a uma prática – que certamente poderia remontar a períodos mais antigos –, segundo a qual um banquete para aqueles envolvidos no coro (e em seu treinamento) deveria ser oferecido pelo corego após as competições dramáticas (Ar. **Acha.** 1154-61). Essa mesma prática também era comum nas Dionísias urbanas ao longo dos séculos V e IV A.E.C., sendo de se imaginar que suas raízes remontassem a períodos ainda mais recuados da história.

Como se vê, alguns paralelismos entre os dois festivais dramáticos dedicados a Dioniso em Atenas parecem indicar a existência de uma competitividade entre aqueles envolvidos na realização de um e outro, como se houvesse uma espécie de disputa velada para a aquisição do máximo de reputação possível por meio dessas exposições públicas. Testemunhos que parecem registrar uma alegação especialmente polêmica dessa tradição “leneica” são aqueles oferecidos por lexicógrafos que aludem à existência de competições [*agōnes*] acontecendo no grande santuário de Leneu, antes de o teatro ter sido construído. Os trechos mais relevantes são estes:

“A competição no Leneu”: Há na cidade um Leneu circular tendo um grande santuário de Leneu em si, no qual eram executadas as competições dos atenienses antes do teatro ter sido construído. (Hsch. s.v. *epi Lēnaíōi agōn* [A competição no Leneu]).<sup>25</sup>

“Leneu”: O grande círculo em Atenas no qual as competições aconteciam, antes de o teatro ter sido construído, era chamado de Leneu. Nele existe também um santuário de Dioniso Leneu. (Phot. s.v. *Lēnaion* [Leneu]).<sup>26</sup>

O teatro ateniense foi construído pela primeira vez por volta do ano de 500 A.E.C. e Sourvinou-Inwood (2003, p. 120) defende que esses testemunhos não remeteriam necessariamente a um período anterior à instituição

25 No original: ἔστιν ἐν τῷ ἄστει Λήναιον περίβολον ἔχον μέγαν καὶ ἐν αὐτῷ Ληναίου ἱερόν, ἐν ᾧ ἐπετελοῦντο οἱ ἀγῶνες Ἀθηναίων πρὶν τὸ θέατρον οἰκοδομηθῆναι.

26 No original: περίβολος μέγας Ἀθήνησιν ἐν ᾧ τοὺς ἀγῶνας ἦγον πρὸ τοῦ τῷ θέατρον οἰκοδομηθῆναι ὀνομαζόμενος ἐπὶ Ληναίῳ. ἔστιν δὲ ἐν αὐτῷ καὶ ἱερόν Διονύσου Ληναίου.



dos concursos trágicos (tal como devem ter se dado nas Dionísias urbanas, cerca de trinta anos antes disso), mas apenas a algum tipo de *performance* que pode ter acontecido por ocasião das Leneias pouco antes do início do século V A.E.C. A estudiosa tem interesse em refutar a importância que outros festivais (para além das Dionísias urbanas) possam ter tido na história do desenvolvimento dos gêneros dramáticos, na medida em que sua teoria se desenvolve basicamente a partir de uma análise desse festival para sugerir de que forma a tragédia, a comédia e o drama satírico teriam se formado. Vale ressaltar, contudo, que a menção à construção do teatro nesses testemunhos funciona como *terminus ante quem*, indicando que – na opinião desses lexicógrafos tardios, cujas fontes para tais informações não são conhecidas – certas competições poéticas teriam acontecido no grande santuário de Leneu, com a sugestão suplementar de que seu grande cinturão [*períbolos*] poderia fazer as vezes de arquibancada.

Essas sugestões são interessantes – da perspectiva de uma arqueologia do drama –, mas é preciso reconhecer que as informações disponíveis a quem queira formar uma ideia clara do que podem ter sido essas *performances* mais arcaicas não são tão numerosas ou seguras quanto se poderia desejar. Isso talvez se deva à preponderância que as Dionísias urbanas e as Antestérias vieram a ganhar no século V A.E.C., abafando diretamente nas fontes antigas o atrativo que pôde existir em celebrações anteriores como no caso das Leneias.

Um indicativo da menor importância que era dispensada a esse festival em Atenas é o que afirma Peter Wilson:

Pode-se formar alguma ideia do que fazia a produção de um coro nas Leneias distintivo, e o sentido de seu caráter é até certo ponto determinado, como era para os atenienses, por contraste com os arranjos para o festival urbano maior. A primazia da comédia nas Leneias parece ir de mãos dadas com um *status* em geral inferior do festival em termos do prestígio a ser conquistado pelo poeta, *performer* ou corego. As Leneias evidentemente serviam de degrau para – e um lugar a ser relegado assim que se alcançassem – as mais prestigiosas competições das Grandes Dionísias. (WILSON, 2000, p. 28).

A legislação sobre a participação e o recrutamento de membros do coro para cada um desses festivais dionisiacos indica algo análogo. Conforme o escoliasta ao v. 954 da comédia **Riqueza** [**Pluto**]: “Não era permitido a um estrangeiro dançar [*khoreúein*] no coro cidadão. [...] [N]as Leneias era permitido: pois também os metecos [estrangeiros residentes] lideravam os coros.”<sup>27</sup>

27 No original: οὐκ ἐξῆν δὲ ξένον χορεύειν ἐν τῷ ἀστικῷ χορῷ· ... ἐν δὲ τῷ Ληναίῳ ἐξῆν· ἐπεὶ καὶ μέτοικοι ἐχορήγουν.



Ou seja, a legislação era mais flexível no que tangia à participação de indivíduos tradicionalmente considerados de *status* inferior na escala de valores sociais da *pólis*: enquanto apenas cidadãos podiam participar de coros treinados para festivais urbanos, no caso de coros para as Leneias, metecos podiam fazer as vezes de corego (ou seja, estrangeiros residentes podiam liderar as *performances* corais), enquanto até mesmo estrangeiros não-residentes podiam participar do coro.

Está inteiramente de acordo com a hierarquia de prestígio entre os dois festivais dramáticos que houvesse uma grande distinção legal concernente ao recrutamento de membros do coro para as Leneias. Metecos podiam servir como *khoregoí* [líderes do coro] e *khoroí* [coros] podiam incluir estrangeiros. É preciso ressaltar o significado desse envolvimento na cultura coral da *pólis* por parte daqueles que não eram completamente membros da comunidade política, especialmente quando se leva em conta a importância da *khoregía* [sistema corégico] como um meio primário de autodefinição comunal. O comentador, ao qual se devem esses detalhes, explicitamente os conecta de forma causal: estrangeiros podiam participar num *khorós* leneio, já que metecos também serviam como *khoregoí*. Essa associação entre liderança coral estrangeira e *pertença* coral é um exemplo de uma recorrente associação profunda, em termos práticos e ideológicos, entre *khorós* e *khoregós* [...]. (WILSON, 2000, p. 29).

Para além das implicações sócio-culturais apontadas pelo estudioso nesse trecho – entre os cantos corais e o desenvolvimento de uma identidade cívica coletiva, tal como tem sido visto a partir de exemplos atenienses, sicionenses, coríntios, entre tantos outros –, convém atentar para um aspecto prático que pode ter sido determinante no desenvolvimento desigual da importância conferida a cada um dos festivais áticos dedicados a Dioniso: trata-se da época do ano em que cada um deles era realizado. Enquanto as Dionísias urbanas aconteciam no início da primavera, quando os mares já estavam abertos à navegação e a *pólis* enchia-se de visitantes estrangeiros, as Leneias aconteciam no auge do inverno, quando os mares eram perigosos e o público das celebrações restringia-se basicamente àqueles que residiam na Ática. É a isso que se refere Diceópolis, num trecho de *Acarnenses* (v. 496-508):

**Diceópolis:** Não vos enfureceis, ó homens espectadores, se, mesmo sendo um mendigo, ainda assim entre atenienses ousou falar sobre a *pólis*, fazendo *trigédia* [comédia].  
Pois o justo conhece também a *trigédia*.  
Eu direi coisas terríveis, mas ainda assim justas.  
Pois Cleonte não me difamará agora por



falar mal da *pólis* na presença de estrangeiros.  
Pois nós estamos sós na competição das Leneias  
e os estrangeiros ainda não estão presentes: pois nem os impostos  
chegam, nem – vindos das *póleis* – os aliados;  
mas estamos sós agora, descascados do resto.  
Pois digo que os metecos são a casca dos cidadãos.  
(ARISTÓFANES, *Acarnenses*, v. 496-508).<sup>28</sup>

As implicações desse trecho são explicitadas por escólios anotados às margens,<sup>29</sup> mas já estão suficientemente claras a partir do que foi dito. Resta, contudo, ressaltar, que – mesmo desfrutando de menos renome e esplendor do que as Dionísias urbanas de modo geral – as Leneias eram altamente consideradas pelos atenienses e pelos povos helênicos, como atestam as palavras de Hipóloco (citadas por Ath. 4.5 Kaibel; 4.130d Gulick) ou de um aticista como Alcifronte (*Epist.* 1.4; 4.18.10). Em ambos, as Leneias sobressaem como um ambiente refinado não apenas por suas exibições dramáticas, mas também pelo *status* e riqueza daqueles que as frequentavam.

Não se sabe até quando o festival das Leneias existiu em Atenas. Sobre as competições poéticas tampouco se tem alguma informação mais precisa. Conforme um estudioso:

Não é certo quando as disputas chegaram ao fim. O monumento disposto por Xénocles [*I.G.* ii<sup>2</sup>. 3073], como agonoteta em 306, prova sua permanência depois da abolição do sistema corégico. A lista de poetas trágicos vitoriosos nas Leneias [*I.G.* ii<sup>2</sup>. 2325] vai apenas até por volta de 320, mas como a dos atores trágicos vitoriosos vai até o fim do séc.

28 No original: Δικαιόπολις· μή μοι φθονήσητ' ἄνδρες οἱ θεώμενοι,/ εἰ πτωχὸς ὢν ἔπειτ' ἐν Ἀθηναίοις λέγειν/ μέλλω περὶ τῆς πόλεως, τρυγωδίαν ποιῶν./ τὸ γὰρ δίκαιον οἶδε καὶ τρυγωδία./ ἐγὼ δὲ λέξω δεινὰ μὲν δίκαια δέ./ οὐ γάρ με νῦν γε διαβαλεῖ Κλέων ὅτι/ ξένων παρόντων τὴν πόλιν κακῶς λέγω./ αὐτοὶ γάρ ἐσμεν οὐπὶ Ληναίω τ' ἀγῶν./ κοῦπω ξένοι πάρεισιν/ οὔτε γὰρ φόρου/ ἤκουσιν οὔτ' ἐκ τῶν πόλεων οἱ ξύμμαχοι/ ἄλλ' ἐσμεν αὐτοὶ νῦν γε περιπτισμένοι./ τοὺς γὰρ μετοίκους ἄχυρα τῶν ἄστων λέγω.

29 Eles afirmam o seguinte: “Escólio (a). Sendo final do inverno, nas Leneias acontece o drama, pois para as Dionísias tinha sido definido que as *póleis* levariam até Atenas os impostos, como Éupolis fala em *Póleis* (fr. 240 K). Escólio (b). A competição das Dionísias acontecia duas vezes por ano: a primeira, na primavera, na cidade, quando também os impostos eram trazidos para Atenas; a segunda, nos campos, que era chamada de Leneias, quando os estrangeiros não estavam presentes em Atenas – pois estava no fim do inverno.” (Schol. Ar. Ach. 506a, 506b). No original: Schol. Ar. Ach. 506 (a) χειμῶνος γὰρ λοιπὸν ὄντος εἰς τὰ Λήνια καθῆκε τὸ δρᾶμα, εἰς δὲ τὰ Διονύσια ἐτέτακτο Ἀθήναζε κομίζειν τὰς πόλεις τοὺς φόρους, ὡς Εὐπόλις φησιν ἐν Πόλεσιν./ Schol. Ar. Ach. 506 (b) ὁ τῶν Διονυσίων ἀγῶν ἐτελεῖτο δις τοῦ ἔτους, τὸ μὲν πρῶτον ἕαρος ἐν ἄστει, ὅτε καὶ οἱ φόροι Ἀθήνησιν ἐφέροντο, τὸ δὲ δευτέρον ἐν ἀγροῖς, ὁ ἐπὶ Ληναίω λεγόμενος, ὅτε ξένοι οὐ παρῆσαν Ἀθήνησι· χειμῶν γὰρ λοιπὸν ἦν.





III (e pode ter ido para além disso) as disputas de poetas sem dúvida também continuaram. O restante do registro didascálico [I.G. ii<sup>2</sup>. 2319] da comédia nas Leneias terminava pouco depois de 284, mas a lista de poetas cômicos vitoriosos [I.G. ii<sup>2</sup>. 2325] continua para além de 150. (PICKARD-CAMBRIDGE, 1995, p. 42).

Essa longa duração é mais um testemunho do prestígio de que dispunham as Leneias em Atenas. Outro indicativo disso poderia ser uma inscrição do século III A.E.C. encontrada na *pólis* ática de Ramnunte [*Rhamnnoús*], com uma dedicatória específica a Dioniso Leneu (I.G. ii<sup>2</sup>. 2854). A interpretação dessa inscrição, contudo, permanece duvidosa e não é possível empregá-la para sugerir uma disseminação das Leneias para além de Atenas após o período clássico, sendo necessário reconhecer as limitações do que é possível estabelecer aqui sobre a duração e a disseminação desse festival na Antiguidade.

## CONCLUSÃO

Os festivais dionisíacos na Ática constituem o quadro contextual mais imediato para o desenvolvimento do drama enquanto uma nova modalidade de composição poética a partir das atividades de Téspis, Quérilo, Práquinas e Frínico, na passagem do século VI para o V A.E.C. Ainda que os testemunhos para esse período sejam complicados (WILSON, 2000, p. 18), como se pôde notar a partir do presente trabalho com as fontes antigas, há elementos desses festivais dionisíacos que sugerem alguns dos desenvolvimentos futuros que conhecerão a tragédia, a comédia, o drama satírico e o próprio ditirambo na Atenas clássica. Num desdobramento desta primeira proposta – dedicada aqui exclusivamente às Dionísias rurais e às Leneias –, um artigo posterior se concentrará também nas fontes antigas para uma compreensão das Antestérias e das Dionísias urbanas. Levando em conta as informações relativas a todos esses festivais dionisíacos realizados na Ática, será possível defender de forma ainda mais contundente a influência do culto dionisíaco em certos traços dos gêneros poéticos dramáticos da Antiguidade.



### Documentação textual

ARISTOPHANES. **Aristophanes Comoediae**. 2 Vol. Ed. F.W. Hall and W.M. Geldart. Oxford: Clarendon Press, 1907.

\_\_\_\_\_. **Aristophanis Comoediae**. Cum Scholiis et varietate lectionis. Recensuit Immanuel Bekkerus. Vol. II. Londini: Sumtibus Whittaker, Treacher, et Arnot, 1829.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. Ed. bilíngue. Tradução, apresentação, notas e comentários de Francisco Murari Pires. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **Poética**. Ed. bilíngue; tradução, introdução e notas de Pauplo Pinheiro – São Paulo: Editora 34, 2015.

ATHENAEUS. **Deipnosophistae**. Kaibel (ed.). Lipsiae: Teubner, 1887.

\_\_\_\_\_. **The Deipnosophists**. With an English Translation by Charles Burton Gulick. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press; William Heinemann, 1927.

CLEMENS ALEXANDRINUS. **Opera Omnia**. Recognovit Reinholdus Klotz. Vol. II. Lipsiae: Sumptibus E. B. Schwickerti., 1831.

DEMOSTHENES. **Demosthenes with an English translation**. Translated by Norman W. DeWitt and Norman J. DeWitt. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann Ltd., 1949.

\_\_\_\_\_. **Orationes**. Ed. W. Rennie. Oxonii: e Typographeo Clarendoniano, 1931.

DÜBNER, F. (Ed.). **Prolegomena de Comoedia Grammaticorum**. In: \_\_\_\_\_. **Scholia Graeca in Aristophanem**. Paris: Firmin-Didot, 1883.

HERÁCLITO. **Heráclito**: Fragmentos contextualizados. Tradução, apresentação e comentários por Alexandre Costa. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. Tradução, estudo e notas Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli. São Paulo: Odysseus Editora, 2011.

HESYCHIUS ALEXANDRINUS. **Lexicon**. Moritz Schmidt. Ienae: Sumptibus Hermanni Dufftii (Libraria Maukiana), 1867.

PHOTIUS. **Biblioteca**. Ex recensione Immanuelis Bekkeris. T. I e II. Berlim, 1824 – 1825.

PLATO. **Platonis Opera**. Ed. John Burnet. Oxford: Oxford University Press, 1903.

PLUTARCH. **Moralia**. Recognovit Gregorius N. Bernardakis. Leipzig: Teubner, 1891.

### Bibliografia

CSAPO, Eric. Riding the phallus for Dionysus: Iconology, ritual, and gender-role de/construction. **Phoenix**, vol. 51, 3-4 (1997), p. 253-95.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. **Dionisismo, poder e sociedade na Grécia até o fim da época clássica**. Belo Horizonte: Humanitas; Editora UFMG, 2004 [1990].



GERALDO, Lidiana Garcia. *Os elementos dionísíacos presentes na origem da Tragédia Grega*. 2017. 229f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2017.

HENRICH, Albert. *Myth Visualized: Dionysos and His Circle in Sixth-Century Attic Vase-Painting*. In: GETTY MUSEUM, The John (Pub.). **Papers on the Amasis painter and his world**. Malibu: The John Getty Museum, 1987, p. 92-124.

JEANMAIRE, Henri. **Dionysos**: Histoire du culte de Bacchus. Paris: Payot, 1970.

OSBORNE, Robin. **Classical landscape with figures: the ancient Greek city and its countryside**. London: George Philip, 1987.

OTTO, Walter F. **Dionysus**: Myth and cult. Translated with an Introduction by Robert B. Palmer. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1965 [1933].

PICKARD-CAMBRIDGE, Sir Arthur. **Dithyramb, Tragedy and Comedy**. 2<sup>nd</sup> Edition Revised by T. B. L. Webster. Oxford: Clarendon Press, 1962 [1927].

\_\_\_\_\_. **The Dramatic Festivals of Athens**. 2<sup>nd</sup> Edition Revised by John Gould and D. M. Lewis. Oxford: Clarendon Press, 1995 [1953].

ROTHWELL, Kenneth. **Nature, Culture, and the Origins of Greek Comedy: A Study of Animal Choruses**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SEAFORD, Richard. **Reciprocity and Ritual: Homer and Tragedy in the Developing City-State**. Oxford: Clarendon Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **Dionysos**. London; New York: Routledge, 2006.

SILVA, Rafael. **Arqueologias do drama: uma arqueologia dramática**. 2018. 398f + 310 f (Apêndice). Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. **Tragedy and Athenian religion**. Lanham; Boulder; New York; Oxford: Lexington Books, 2003.

VANDIVER, Elizabeth. **Classical Mythology**: Course Guidebook. Chantilly: The Teaching Company, 2000.

WILSON, Peter. **The Athenian Institution of the Khoregia: The Chorus, the City and the Stage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.



**HÉLADE**

*Acervo Digital: [www.helade.uff.br](http://www.helade.uff.br)*

*Plataforma OJS: [periodicos.uff.br/helade](http://periodicos.uff.br/helade)*